

70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953–2023)

ORG. CANDICE VIDAL E SOUZA E CORNELIA ECKERT

ABA PUBLICAÇÕES



70 anos Reunião
Brasileira de Antropologia
(1953-2023)

**COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS
DA ABA – CELCA (GESTÃO 2023–2024)**

Coordenador

Carlos Alberto Steil (UFRGS, UNICAMP)

Vice–Coordenadora

Tânia Welter (Instituto Egon Schaden)

Integrantes

Edimilson Rodrigues (FAMES)

Eva Lenita Scheliga (UFPR)

Marcelo Moura Mello (UFBA)

Martina Ahlert (UFMA)

Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (Ufam)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
DIRETORIA (MANDATO 2023–2024)**

Presidenta

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

Vice–Presidente

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos
(UFPA)

Secretária Geral

Deborah Bronz (UFF)

Secretária Adjunta

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Tesoureiro Geral

Guilherme José da Silva e Sá (UnB)

Tesoureiro Adjunto

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Diretora

Flávia Melo da Cunha (UFAM)

Diretor

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Diretor

Tonico Benites (CEFPI–MS)

Diretora

Denise Fagundes Jardim (UFRGS)

ABA PUBLICAÇÕES

www.portal.abant.org.br

UNB – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa norte

Prédio do ICS – Instituto de Ciências Sociais

Térreo – Sala AT–41/29 – Brasília/DF

CEP: 70910–900

70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953–2023)

ORGS. CANDICE VIDAL E SOUZA E CORNELIA ECKERT

ABA PUBLICAÇÕES

Copyright ©, 2024 dos autores

Coordenação Editorial

Candice Vidal e Souza e Cornelia Eckert

Revisão

Darci Aparecida Dias Motta

Diagramação e Capa

Rita Motta e Ryan Dias – Ed. Tribo da Ilha

Capa

ABA/Tribo da ilha

Selo ABA 70 anos

Anderson Marques

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bianca Mara Souza – Bibliotecária - CRB-14/1587

S495 70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023) /
Organizado por Candice Vidal e Souza e Cornelia Eckert. --
Brasília : ABA Publicações, 2024.

487 p. : il., color. ; PDF ; 25,22 MB.

ISBN 978-65-87289-33-5

1. Antropologia. 2. Congresso. 3. Reunião Científica I.
Vidal e Souza, Candice, II. Eckert, Cornelia, III. Título.

DOI Livro 10.48006/978-65-87289-33-5

CDD 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia e Antropologia – 301

SUMÁRIO



SUMÁRIO INTERATIVO

Clique nos títulos para
acessar os capítulos do e-book

- 9** Prefácio
Andréa Zhouri

- 13** Apresentação
Candice Vidal e Souza
Cornelia Eckert

- 21** RBA Setenta Anos. A criação da ABA e os direitos fundamentais
Gustavo Lins Ribeiro

- 26** A ABA e as terras de quilombo.
Direitos culturais e territoriais em construção
Eliane Cantarino O'Dwyer

- 52** Andando nos Gerais e assuntando o mundo: fazer antropológico,
direitos fundamentais e vida acadêmica engajada
João Batista de Almeida Costa

- 70** Cidadinidades no Sertão dos Gerais: antropologia urbana
em Montes Claros (MG)
Giancarlo Marques Carraro Machado

- 100** Margens, ilhas e pesquisas no médio São Francisco
Claudia Luz de Oliveira

- 120** Depoimento sobre antropologia dos Gerais:
entre Pataxó, Krenak e Xakriabá
Carlos Caixeta de Queiroz
Fabiano José Alves de Souza

- 133** 50 anos de RBAs, 50 anos da ABA: lembrando
o livro Homenagens
Cornelia Eckert

- 162** As RBAs de 1961 e 1992 em Belo Horizonte e a antropologia ensinada na UFMG
Candice Vidal e Souza
- 194** A Antropologia de Minas Gerais: dos precursores da 5ª RBA (Belo Horizonte, 1961) e do seu devir
Ruben Caixeta de Queiroz
- 209** Quilombo as the place for Black People to reimagine their subjectivities
Davi Pereira Junior
- 213** Etnografia e violência no campo: descrição de processos de conflitos, ameaças e assassinatos em territórios quilombolas no Maranhão
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Tacilvan Silva Alves
- 229** Os atos de Estado em relação às comunidades quilombolas: incompletude e contradições das políticas institucionais
Cynthia Carvalho Martins
Raquel Mombelli
- 256** A importância do Museu Emilio Goeldi na constituição do campo da antropologia no Pará (Amazônia brasileira)
Lourdes Gonçalves Furtado
- 268** O PPGA (UFPA) numa visão diacrônica: contribuição na formação de recursos humanos e produção de conhecimento na e da Amazônia
Renata de Godoy
Antônio Carlos da Cruz Villas
- 286** Museus, Patrimônios e Antropologia: um relato a partir da Universidade Federal de Mato Grosso
Patricia Silva Osorio
- 295** Por uma polifonia dos museus-florestas: novos paradigmas estéticos na relação com os povos indígenas
Ryanddre Sampaio de Souza

- 314** Memória da Antropologia na Paraíba: o legado de antropólogas e antropólogos
Maristela Oliveira de Andrade
- 336** “Horizontens” da antropologia na Paraíba
Vanderlan Silva
- 361** 70 anos de RBAs e as vozes do sul: lutas e legados
Denise Fagundes Jardim
- 369** Presidindo a Associação Brasileira de Antropologia de 2000 a 2002 e organizando a 23ª Reunião Brasileira de Antropologia
Ruben George Oliven
- 379** Aprendizados de uma RBA: homenagem à antropologia de Natal
Carmen Silvia Rial
- 389** Organizando RBAs: memórias, compromissos e desafios para uma história plural da antropologia brasileira
Miriam Pillar Grossi
- 403** Outros sujeitos do conhecimento, novas histórias da antropologia: arquivos e memórias antropológicas
Christiano Key Tambascia
- 424** Fazer antropologia com papel: estratégias e experiências de pesquisa com arquivos institucionais e documentos burocráticos
Letícia Ferreira
- 450** O museu como casa e a casa como museu: sobre fazer a história da antropologia longe de casa
Fernanda Azeredo de Moraes
- 480** Sobre autoras e autores

Prefácio

Andréa Zhouri

Presidente da ABA (gestão 2023-2024)

Celebrar as sete décadas das reuniões brasileiras de antropologia significa, para além de comemorar a longevidade da organização da antropologia como campo científico no país, revisitar os caminhos percorridos, ontem e hoje, em diferentes espaços e tempos; e, no traçado dos distintos percursos antropológicos, alguns consolidados, outros mais recentes, poder reconhecer-se como parte de uma história repleta de desafios, algo que alimenta e anima a fertilidade desse campo.

Com grande satisfação, a ABA oferece esta coletânea organizada por Cornelia Eckert e Candice Vidal e Souza, associadas às quais agradecemos pela diligente tarefa. Cornelia Eckert, seguindo a trilha de Mariza Corrêa, em 2003, durante a gestão de Gustavo Lins Ribeiro,¹ já havia coorganizado com Emília Pietrafesa de Godói o livro *Homenagens (ABA, 50 anos)*, na gestão de Miriam Pillar Grossi, em 2006,² sendo uma valiosa consultora para o projeto de celebração dos 70 anos da RBA em 2023.

Assim, a primeira ação do projeto foi encomendar um selo comemorativo ao designer gráfico Anderson Marques, que tem prestado prestimosos

1 Ver filme intitulado RBA 50 Anos – 1º Reunião Brasileira de Antropologia (Coordenação Geral de Patrícia Monte-Mór), realizado por ocasião das comemorações relativas a esta data no Museu Nacional sob a presidência de Gustavo Lins Ribeiro, acessível na TV ABA: <https://www.youtube.com/watch?v=px8HXvjyglM&t=1101s>. Acesso em 13 de maio de 2024.

2 Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/14_00124835.pdf. Acesso em 13 de maio de 2024.

serviços à ABA. O lançamento do selo RBA 70 anos, igualmente estampado na capa deste livro, ocorreu em agosto de 2023, durante a XIV RAM, em Niterói, na ocasião de uma mesa-redonda coordenada pela vice-presidente da ABA, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos. A mesa contou com as exposições de Eliane Cantarino O’Dwyer, Gustavo Lins Ribeiro e Antonio Carlos de Souza Lima para reflexões sobre o papel da ABA na luta pela democracia e pelos direitos fundamentais, como os direitos territoriais de indígenas e quilombolas no Brasil.

Em outra frente de ação, convidamos os programas de pós-graduação em Antropologia, Ciências Sociais e Sociologia e Antropologia a celebrarem os 70 anos das reuniões brasileiras de antropologia a partir de eventos que dialogassem com as suas realidades locais e regionais. Em sintonia com o tema da gestão *Corpos, Territórios e Meio Ambiente: a antropologia em defesa dos direitos, da pluralidade e da vida*, o intuito foi o de incentivar uma movimentação da comunidade antropológica, sobretudo por meio de eventos presenciais, após os anos de confinamento provocado pela pandemia do Covid-19. Neste espírito, a comunicação aos programas também os convidava a motivar estudantes, em diferentes níveis de formação, para o ingresso na vida associativa, incentivando-os ainda à participação na 34ª RBA em Minas Gerais, em julho de 2024. Evidentemente, caberia a cada programa imprimir sua marca e seu ritmo ao evento proposto, abordando temas de seu interesse. Buscávamos, sobretudo, mobilizar programas que estivessem fora do eixo Rio-São Paulo, oferecendo estímulo para a visibilidade e o fortalecimento das antropologias feitas em diferentes rincões do Brasil. Para tal, contando com algum recurso disponível do projeto *Ciências Sociais Articuladas - A4, Democracia e Resistências Acadêmicas: As Ciências Sociais na atual conjuntura social, política e cultural brasileira*, apoiado pela Fundação Ford para ações da ANPOCS, ABA, SBS e ABCP, foi possível apoiar os eventos em programas situados em contextos regionais mais distantes do eixo centro-sul do país, o que foi operacionalizado na forma de passagem e hospedagem para uma pessoa convidada.

Os convites aos programas tiveram uma boa receptividade, sendo a presença da diretoria da ABA requerida na maioria das situações. E lá fomos nós em uma jornada que se mostrou absolutamente enriquecedora, plena de aprendizados, conforme este livro igualmente registra. Ao Norte de Minas, pelos colegas da Unimontes, revisitei emocionada o Cerrado, seus povos tradicionais e o legado de Darcy Ribeiro. Em Mato Grosso, Alexandra Barbosa da Silva e eu interagimos com alunos e alunas indígenas e quilombolas, além de sermos introduzidas ao cuidadoso trabalho de colegas no MUSEAR – Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da UFMT. Na Paraíba, a mesa da UFPB reuniu diferentes gerações de antropólogos e antropólogas para tratar de desafios atuais, como também para rememorar percursos, contando com a presença inspiradora da ex-presidente da ABA, Bela Feldman-Bianco. Na UFMA, em São Luís, a programação envolveu debates sobre as violências contra quilombolas e povos tradicionais, mas também visitas a campo, conduzidas pela União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru Mirim (Uniquita). Revolta, emoção e compaixão foram sentimentos que nos envolveram na visita à casa de Seu Doka, liderança assassinada dias antes. A ABA prestou solidariedade à família e, por meio do Comitê Quilombos, reafirmou seu compromisso no acompanhamento desse e dos demais processos de violação de direitos e da vida no Maranhão.

Eventos presenciais também ocorreram no Pará e reuniram antropólogo(as) e arqueólogo(as) de instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, além da própria UFPA. Na UFMG, com participação de Cornelia Eckert e Candice Vidal e Souza, rememoramos as diferentes RBAs, principalmente as ocorridas em solo mineiro, sendo a primeira em 1961 e a segunda em 1992, tendo Darcy Ribeiro e Roque de Barros Laraia na presidência da ABA, respectivamente. De forma híbrida, foi a celebração na PUC Minas, que contou com a participação de Carmen Rial por videoconferência. De maneira virtual, foram diversos webinários transmitidos pela TV ABA. Destaco aquele que reuniu ex-presidentes da ABA localizados na região sul do país, os quais

rememoram suas experiências na gestão da associação e os temas e desafios centrais da antropologia em cada momento.

Em nome da diretoria da ABA, gestão 2023-2024, agradeço às pessoas e aos programas que não mediram esforços para que as celebrações dos 70 anos da RBA ocorressem. Os textos compilados neste livro registram a riqueza dos encontros e a vitalidade da antropologia brasileira que, ainda que às voltas com desigualdades estruturais, retira sua força da diversidade que anima sua existência e a construção dos caminhos inovadores à frente. Vida longa à antropologia e aos seus encontros!

Apresentação

Candice Vidal e Souza
Cornelia Eckert

Uma associação científica reúne uma comunidade de práticas e saberes em torno de um objetivo comum: o de organizar uma inteligência social capaz de construir um projeto coletivo atento às demandas de grupos sociais humanos e não humanos em seus direitos e seus imperativos de duração. Talvez fique mais propício definir imediatamente esta associação como abrigo do ofício do fazer antropologia. Preocupados com as condições de sobrevivência de povos originários, com as populações negras e tradicionais, com as principais necessidades de grupos sociais, com o patrimônio e a memória de manifestações culturais, um grupo de estudiosos de antropologia e arqueologia se organizam para criar uma política científica para a comunidade de antropologia. Embora ainda seja incipiente no Brasil, a primeira associação científica das áreas humanas, já se apresenta como uma fortaleza em suas intenções organizativas na década de 1950.

Em torno dessas motivações é que 70 anos atrás, professores e professoras, pesquisadoras se reuniram no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em um evento considerado o ato fundador da forma organizativa da antropologia no Brasil com o acontecimento da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953. Desde então, muitos são os depoimentos colhidos, os eventos comemorativos desse encontro de trocas de ideias e as pesquisas que fomentam a emergência do que veio a ser a Associação Brasileira de Antropologia, oficialmente criada na 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em Salvador em 1955.

A sigla RBA certamente acompanha afetivamente a trajetória acadêmica de todos e todas que se aventuraram no ofício da Antropologia pois, desde suas origens, tem significado o momento maior de trocas de experiências de pesquisas, atualização bibliográfica e informações variadas sobre situações de trabalho, em especial naquelas épocas em que o correio era o único meio de comunicação ágil, sendo os telefones ainda caros e raros.

A atual gestão da Associação Brasileira de Antropologia, sob a liderança de Andréa Luisa Zhouri Laschefski (Presidente, UFMG) e Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Vice-Presidente, UFPA), tendo ainda na diretoria Deborah Bronz (UFF), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Guilherme José da Silva e Sá (UnB), Gilson José Rodrigues Junior (IFRN), Flávia Melo da Cunha (UFMA), Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB), Tônico Benites (CEFPI-MS), Denise Fagundes Jardim (UFRGS), embora priorizando as questões de maior atenção para o enfrentamento de uma rotina tomada de problemas estruturais e injustiças sociais, descasos e desrespeitos a grupos culturais e a questões ambientais ou patrimoniais, animou-se para mobilizar atividades espalhadas pelo Brasil neste ano comemorativo dos 70 anos de Reuniões Brasileiras de Antropologia.

A proposta de celebração dos 70 anos de Reuniões Brasileiras de Antropologia, anunciada pela atual diretoria da Associação Brasileira de Antropologia em ofício encaminhado a todos os programas de pós-graduação em Antropologia Social, Ciências Sociais e Antropologia e Sociologia, pretendeu motivar eventos de rememoração dos encontros antropológicos que ocorreram em diferentes universidades e regiões do Brasil. Tais ocasiões comemorativas inspiram discussões a respeito das iniciativas de pesquisar e contar as histórias da antropologia por meio de pessoas, obras e instituições que têm construído o campo disciplinar em diferentes contextos regionais pelo país. As paisagens antropológicas que se desenham nesta coletânea são resultantes de circulações de pessoas em busca de sua formação antropológica, desempenhando funções de ensino e pesquisando em regiões afastadas de sua casa original. A antropologia brasileira sempre foi resultado de redes entrelaçadas por esforços pessoais e institucionais. Os

eventos celebrativos aqui representados confirmam e revivem esse modo de operar da comunidade antropológica entre nós.

A partir do segundo semestre de 2023 até o início de 2024, vários contextos acadêmicos abrigaram um evento comemorativo dos 70 anos de RBAs em formato presencial, além de eventos transmitidas ao vivo e gravados pela TV ABA (canal do *YouTube*), reunindo conferencistas situados em diferentes lugares do país ou exterior³.

Ao término das comemorações recebemos o convite para organizarmos esta coletânea com a motivação de reunir o maior número de conferências, depoimentos, testemunhos de vivências históricas que marcaram a Antropologia brasileira embaladas pelas reuniões bianuais da comunidade. Os cartazes de divulgação dos eventos disponibilizados no Instagram da ABA (https://www.instagram.com/aba_antropologia/) foram a referência para a definição dos nomes para envio de cartas-convite para a participação nesta publicação.

Optamos por estruturar esta coletânea seguindo a temporalidade dos eventos comemorativos que passamos a apresentar, sem nos estendermos sobre o conteúdo das colaborações individuais.

A abertura dessa série de eventos aconteceu com as conferências do Seminário Especial, coordenado por Sônia Magalhães, que teve lugar durante a XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), no dia 3 de agosto de 2023, em Niterói/RJ, intitulado *RBA 70 anos: a criação da ABA e a defesa dos direitos fundamentais*, cujas participações estão aqui representadas por Gustavo Lins Ribeiro, no texto “RBA Setenta Anos. A criação

3 Os eventos disponíveis na TV ABA (<https://www.youtube.com/tvaba>) estão listados na playlist RBA 70 anos. Também há registros de eventos gravados localmente, como a sessão “A constituição do campo da antropologia no estado do Pará” do evento da UFPA, ocorrida em 7 de dezembro de 2023, que pode ser encontrada no link <https://www.youtube.com/live/X9acUw1eaAU?si=GKX6jn3BIJaNjZLc>. Na PUC Minas aconteceu o Simpósio Especial Antropologia no Brasil 70 anos RBA, em 20 de novembro de 2023, que contou com a conferência on-line de Carmen Rial (UFSC) e os comentários da presidente Andréa Zhouri (UFMG). A gravação desse evento pode ser assistida em <https://www.youtube.com/watch?v=nGS97kbDc7Y>.

da ABA e os direitos fundamentais”, e Eliane Cantarino O’Dwyer, com o capítulo intitulado “A ABA e as terras de quilombo. Direitos culturais e territoriais em construção”.

Na sequência, trazemos a comemoração nominada *RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais*, ocorrida no dia 17 de agosto de 2023, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), localizada no norte de Minas Gerais. Temos, a seguir, as colaborações de João Batista de Almeida Costa, com o capítulo “Andando nos Gerais e assuntando o mundo: fazer antropológico, direitos fundamentais e vida acadêmica engajada”; de Giancarlo Marques Carraro Machado, o texto “Cidadinidades no Sertão dos Gerais: Antropologia Urbana em Montes Claros/MG”; Claudia Luz de Oliveira, com a contribuição sobre “Margens, ilhas e pesquisas no médio São Francisco”; por fim, o texto de Carlos Caixeta de Queiroz e Fabiano José Alves de Souza, “Depoimento sobre antropologia dos Gerais: entre Pataxó, Krenak e Xakriabá”.

Em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais, foi comemorado o evento *RBA 70 anos (1953–2023). Encontros de Antropologia em Minas Gerais*, no dia 28 de setembro de 2023. Deste evento, trazemos a fala intitulada “50 anos de RBAs, 50 anos da ABA: rememorando o livro *Homenagens*”, de Cornelia Eckert; “As RBAs de 1961 e 1992 em Belo Horizonte e a antropologia ensinada na UFMG”, de Candice Vidal e Souza, e o depoimento sobre “A Antropologia de Minas Gerais: dos precursores da 5ª RBA (Belo Horizonte, 1961) e do seu devir”, de Ruben Caixeta de Queiroz.

O Maranhão sediou um evento plural e relevante para a antropologia brasileira por reunir reflexões de pesquisadores e lideranças quilombolas e pelo deslocamento das atividades para além do espaço universitário, denominado *O fazer antropológico e atos de Estado em relação às comunidades tradicionais* (UFMA e Quilombo Jaibara dos Rodrigues), nos dias 23 e 24 de novembro de 2023. Temos aqui as contribuições “Quilombo as the place for Black People to reimagine their subjectivities”, de Davi Pereira Junior; “Etnografia e violência no campo: descrição de processos de conflitos, ameaças e assassinatos em territórios quilombolas no Maranhão”, de

Emmanuel de Almeida Farias Júnior e de Tacilvan Silva Alves; e “Os atos de Estado em relação às comunidades quilombolas: incompletude e contradições das políticas institucionais”, de Cynthia Carvalho Martins e Raquel Mombelli.

Continuamos, a seguir, rumo aos eventos do Pará, os quais reuniram antropólogos e arqueólogos relacionados a instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), os Programas de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), Pós-graduação em Antropologia (PPGA/UFPA) e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará. As comemorações dos 70 anos da RBA ocorreram em Belém nos dias 6 e 7 de dezembro de 2023, em espaços do MPEG e da UFPA. Cabe lembrar que Sônia Magalhães (UFPA) organizou este evento representativo da posição central do Pará para a antropologia brasileira desde as gerações fundadoras da ABA. As temáticas das mesas-redondas foram “A antropologia no Museu Goeldi e na UFPA e a reunião de 1966”; “A antropologia e a arqueologia no Museu Paraense Emílio Goeldi”; “Programas de Pós-graduação em Antropologia no estado do Pará: desafios” e “A constituição do campo da antropologia no estado do Pará”, esta última configurada também como celebração dos 66 anos da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA⁴.

Do evento paraense, recebemos a contribuição de Lourdes Gonçalves Furtado sobre “A importância do Museu Emílio Goeldi na constituição do campo da antropologia no Pará (Amazônia brasileira)” e o texto “O PPGA (UFPA) numa visão diacrônica: contribuição na formação de recursos humanos e produção de conhecimento na e da Amazônia”, de Renata de Godoy e Antônio Carlos da Cruz Villas, respectivamente professora e secretário do PPGA/UFPA.

4 O PPGSA/UFPA promoveu a palestra “Reflexões sobre a pesquisa com antropólogas pelo Brasil: aspectos metodológicos e interpretativos”, com Candice Vidal e Souza (PUC Minas), em 25 de março de 2024, em atividade inserida nas comemorações dos 70 anos da RBA. Esse evento foi organizado por Sônia Magalhães.

Um outro importante momento comemorativo foi o *Encontro Antropologia, Museus e Populações Tradicionais (UFMT)*, realizado no Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia (MUSEAR/UFMT), com a participação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (UFMT), em 11 de dezembro de 2023. Neste dia, aconteceram a roda de conversa “Antropologia, patrimônio e povos indígenas” e a mesa redonda “Antropologia, museus e populações tradicionais”.

Deste contexto comemorativo, reunimos aqui os depoimentos intitulados “Museus, Patrimônios e Antropologia: um relato a partir da Universidade Federal de Mato Grosso”, de Patricia Silva Osorio, e “Por uma polifonia dos museus-florestas: novos paradigmas estéticos na relação com os povos indígenas”, de Ryanddre Sampaio de Souza.

Da *Jornada dos 70 anos da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023): reflexões a partir da Antropologia na Paraíba*, ocorrida no dia 14 de dezembro de 2024, apresentamos os trabalhos “Memória da Antropologia na Paraíba: o legado de antropólogas e antropólogos”, de Maristela Oliveira de Andrade; e “‘Horizontens’ da antropologia na Paraíba”, de Vanderlan Silva. Esses capítulos mencionam a relação entre João Pessoa e Campina Grande na constituição da presença institucional da antropologia na Paraíba, sob o abrigo da UFPB (quando abrangia os dois campi) e, posteriormente, da UFCG.

Em seguida, aparecem as contribuições apresentadas no evento *Os 70 anos de RBAs e as vozes do sul: lutas e legados*, transmitido pela TV ABA (<https://www.youtube.com/watch?v=rVYcPmBsNj4>) em 10 janeiro de 2024. Esse evento foi coordenado por Denise Fagundes Jardim, autora do capítulo “70 anos de RBAs e as vozes do sul: lutas e legados”; além dos conferencistas e ex-presidentes da ABA, Ruben George Oliven, com o texto “Presidindo a Associação Brasileira de Antropologia de 2000 a 2002 e organizando a 23ª Reunião Brasileira de Antropologia”; Carmen Sílvia Rial, “Aprendizados de uma RBA: homenagem à antropologia de Natal”; Miriam Pillar Grossi, com o capítulo “Organizando RBAs: memórias, compromissos e desafios para uma história plural da antropologia brasileira”.

Feçamos com as ricas contribuições do *Webinário TV ABA Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures*, organizado por Candice Vidal e Souza (PUC Minas), Vinicius Kauê Ferreira (UERJ) e Miriam Pillar Grossi (UFSC). O evento se dividiu em duas mesas: “Acervos documentais do ensino e da pesquisa em antropologia: sujeitos, lugares e redes”, realizada em 1 de dezembro de 2023, e “Antropólogos brasileiros pesquisando antropologias mundiais: experiências e questões para o trabalho com histórias da antropologia”, ocorrida em 8 de dezembro de 2023.

Entre os participantes do evento, temos aqui as contribuições de Christiano Key Tambascia (UNICAMP), “Outros sujeitos do conhecimento, novas histórias da antropologia: arquivos e memórias antropológicas”; de Letícia Ferreira (UFRJ), “Fazer antropologia com papel: estratégias e experiências de pesquisa com arquivos institucionais e documentos burocráticos”, e de Fernanda Azeredo de Moraes (EHESS), “O museu como casa e a casa como museu: sobre fazer a história da antropologia longe de casa”.

Ao final desses esforços coletivos de reflexão e celebração do fazer antropológico, podemos confirmar que temos nessa coletânea registros envolvidos, intelectual e afetivamente, sobre as transformações do campo antropológico em termos de diversificação regional da presença universitária de nosso ofício, assim como da pluralização étnico-racial e social das pessoas que recebem educação antropológica e se autodenominam como antropólogos em seus fazeres profissionais.

A participação em RBAs ao longo da trajetória de formação dos antropólogos tem significado na modelação das trajetórias pessoais e profissionais. Por certo, os escritos e as imagens aqui apresentados são o testemunho de que esse momento de encontros de experiências foi oportunidade para refletir sobre as mudanças na antropologia brasileira nesses 70 anos, nos quais grupos maiores ou menores se envolveram com a organização de Reuniões Brasileiras de Antropologia para falar sobre a antropologia daqui e do mundo todo.

Sessão I

**RBA 70 anos: a criação da ABA e a
defesa dos direitos fundamentais
(XIV RAM, SE 5, 3 de agosto 2023)**

RBA Setenta Anos. A criação da ABA e os direitos fundamentais

Gustavo Lins Ribeiro

A realização da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, é um momento fundamental na história da moderna antropologia no país, em especial em seus aspectos institucionais, epistemológicos, políticos. Foi um momento decisivo de articulação política, um passo para a criação da Associação Brasileira de Antropologia, dois anos depois, na 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, em 1955. Por causa disso, eu digo que a ABA tem duas datas de fundação, 1953, quando se resolveu fundá-la no seguinte congresso e 1955, quando formalmente foi criada. Desde então, há setenta anos, assistimos à inserção dos antropólogos, por meio da Associação Brasileira de Antropologia, de seus eventos e suas iniciativas, em diferentes âmbitos das políticas públicas no Brasil. Podemos destacar, ainda, a interface com o indigenismo e as políticas de defesa dos direitos humanos de minorias.

Quando me pergunto o que faz a antropologia feita no Brasil ser diferente da que é realizada em outros países? Sempre penso que, historicamente, além dos seus próprios méritos acadêmicos e seu notável crescimento nos últimos 50 anos, a resposta passa em grande medida pelo papel aglutinador e de defesa da profissão que a ABA tem exercido desde a primeira e a segunda RBAs. Na verdade, quando olhamos as demais associações antropológicas mundo afora, nós percebemos duas coisas. Primeiramente, o tamanho da ABA, que é uma associação que se sustenta financeiramente de forma ininterrupta há décadas e que tem, há 20 anos ou mais, um quadro

de funcionários, além de uma sede permanente em um espaço gentilmente cedido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

No mundo antropológico, são poucas as associações que têm pessoal administrativo permanente e uma sede, talvez, com a ABA são apenas umas três ou quatro. Nesse sentido, podemos afirmar que nossa associação, depois da Associação Americana de Antropologia, é a maior e mais organizada, além de fazer, bienalmente, o segundo maior congresso nacional. De fato, a ABA conseguiu um respeitável *know-how* organizativo; por isso, temos que agradecer tanto às diversas diretorias quanto ao nosso dedicadíssimo e eficiente pessoal administrativo. Esse *know-how*, sem dúvida, contribuiu também para reforçar nosso capital político.

Em segundo lugar, dificilmente encontraremos uma associação com o lugar na política nacional e com a capacidade de intervenção, cada vez mais complexa, nas políticas públicas e institucionais de interesse direto dos antropólogos. Exemplifica essa nossa inserção na política republicana o fato de a ABA estar presente em grandes debates no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal, e em vários fóruns do Governo Federal. Além disso, há décadas temos um convênio com a Procuradoria Geral da República; sem falar no capital político existente junto a outras grandes associações da nossa área e para além dela, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para nomear apenas uma.

Quais os papéis que os antropólogos têm desempenhado como intelectuais públicos? Que papel a ABA teve, ao longo de meio século, na estruturação deste campo no Brasil? Como esta trajetória indica caminhos para o futuro, em especial no que diz respeito à formulação de políticas públicas de ciência e tecnologia e de ensino de pós-graduação? Qual, a partir de uma mirada histórica, o futuro da antropologia (a) enquanto disciplina e (b) com relação ao seu engajamento em questões políticas mais amplas no Brasil? Como intensificar, a partir da experiência acumulada, a internacionalização da antropologia brasileira? Estas e outras perguntas apenas podem ser respondidas levando em consideração a atuação da ABA, de seus associados e suas lideranças.

Vou reiterar o que mencionei, a ABA, como poucas associações científicas brasileiras e internacionais, tem se mobilizado e pronunciado, ao longo das sete décadas de sua existência, na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma sociedade mais justa, igualitária, onde o racismo e outros preconceitos definitivamente não tenham lugar. Seu papel histórico em defesa dos direitos indígenas leva a marca de ex-presidentes da ABA como Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão, Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha, Roque de Barros Laraia, Sílvio Coelho dos Santos, João Pacheco de Oliveira e Yonne Leite. A associação esteve e continua presente na luta pelo reconhecimento de territórios étnicos no Brasil, como os dos quilombolas, na denúncia do racismo ou de outras formas de intolerância como ataques orientados por preconceitos de gênero.

A ABA é uma sociedade científica politicamente engajada no aprofundamento da democracia, do bem-estar e da justiça social. Um dos nossos papéis é mostrar, nos momentos necessários, aquilo que o saber acumulado pelos antropólogos indica como problemático em matéria de políticas públicas ou de iniciativas privadas. Deste papel, não abrimos mão, em tempos difíceis como a ditadura militar, nem muito menos quando a associação foi perseguida pelo Congresso Nacional, poucos anos atrás, ou durante a “noite escura” do governo bolsonarista. Nossa responsabilidade política específica é diferente da de outros sujeitos políticos que podem, taticamente, simplificar a realidade social, cultural, econômica e política dos agentes envolvidos em determinados embates. Como aliados de todos aqueles que, democraticamente, querem ver o racismo e a opressão desaparecerem no Brasil, cabe, a nós, não somente ouvirmos e cooperarmos mas também alertarmos, nas mais diversas situações, inclusive naquelas em que os objetivos finais possam até ser por nós compartilhados, quando equívocos evidentes estão sendo ou serão cometidos.

Estou convencido dessa nossa importância há muito tempo. Eu a reiterarei quando fui presidente da Associação, por exemplo, em uma carta ao presidente do Senado Federal, em fevereiro de 2004, uma reação provocada

por ataques aos antropólogos por sua defesa dos direitos dos povos indígenas. Assim, reproduzo um trecho:

Os antropólogos brasileiros têm contribuído para formular os quadros de compreensão e, às vezes, a própria legislação concernente à questão indígena e de outras minorias no Brasil. Não é raro que se envolvam, por força de necessidades legais, em conflitos relativos à identificação e demarcação de terras indígenas ou de quilombos. No meio destes conflitos, procura-se, interessadamente, desqualificar o trabalho antropológico desconhecendo que o antropólogo entra no processo não para dar um atestado de que um grupo étnico existe, mas para subsidiar as decisões que o Estado, por força constitucional, tem que fazer. O que seria, hoje, da atuação do Estado brasileiro nesta área se não houvesse no país uma antropologia forte e atuante, internacionalmente respeitada? O Estado contrataria antropólogos estrangeiros para lidar com esses assuntos? Ou simplesmente criaria ficções, bem ao gosto de elites autoritárias, para afirmar, de maneira retrógrada, que o conhecimento antropológico nada tem a dizer sobre esses conflitos nem sobre a realidade das chamadas minorias étnicas internamente ao Estado-nação?

Pobre daquele país que não conta com a capacidade de ser pensado cientificamente nem com os quadros necessários para inseri-lo nos debates e problemas de ponta da vida contemporânea. Torna-se um refém daqueles que, no poder, pensam que o mundo se faz à sua imagem e semelhança. Temos certeza de que este não é o caso do Brasil, mesmo porque o desconhecimento e a ignorância são os maiores parceiros do medo. Queremos crer que o Brasil caracteriza-se por uma esperança sim, daquele tipo que se nutre do saber e da compreensão.

Apesar das elites atrasadas de todos os matizes, estamos seguros de que o Senado Federal compreenderá que os antropólogos brasileiros têm dado, há muitas décadas, uma grande contribuição adentrando no interior do país, pesquisando, estudando, acumulando conhecimento e tornando-o útil para que tenhamos um país mais justo, solidário, senhor dos seus problemas e soluções.

Esse é um modesto exemplo do que sempre estamos fazendo na Associação Brasileira de Antropologia: interpelando os poderosos e posicionando-nos como aliados de todos que sofrem as mazelas do Brasil e os diversos tipos de discriminação que afetam os direitos fundamentais da pessoa humana.

A ABA e as terras de quilombo. Direitos culturais e territoriais em construção

Eliane Cantarino O'Dwyer

Neste artigo pretendo situar os debates em que os antropólogos estão inseridos no campo de aplicação dos direitos constitucionais, principalmente no que diz respeito às terras de quilombo e a algumas questões que precisamos enfrentar no contexto atual sobre o reconhecimento de direitos diferenciados de cidadania.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sob a presidência de João Pacheco de Oliveira, definiu como um desafio da gestão 1994-1996 que a ABA viesse a se manifestar não apenas em relação às questões que envolvessem assuntos indígenas, mas que também se fizesse igualmente presente em outros domínios e campos de atuação significativos. Foi com essa atribuição que se constituiu o Grupo de Trabalho da ABA para refletir sobre a conceituação de Terras de Remanescentes de Quilombos, a sistemática administrativa para sua implementação e o papel do antropólogo nesse processo (GT Quilombos).

A primeira reunião desse GT ocorreu em 17 de outubro de 1994 e teve a participação de pesquisadores que trabalhavam com a questão¹. Nessa ocasião, foi elaborado um documento para o Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos promovido pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP-MinC), realizado em Brasília entre os dias 25

1 Nessa ocasião, na sede da ABA, no IFCS/UFRJ, reunimo-nos, entre outros, eu, Ilka Boaventura Leite, Lúcia Andrade, Neusa Gusmão e o advogado Dimas Salustiano da Silva, de São Luís do Maranhão.

e 27 de outubro de 1994. O documento, que trata da abrangência do significado de Quilombo visando à aplicação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT/CF-88), foi discutido com representantes de diversas Associações e Comunidades Negras Rurais presentes no seminário, em Brasília.

De acordo com esse documento, o termo Quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, ele vem sendo “res-semantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. Definições têm sido elaboradas por organizações não governamentais, entidades confessionais e organizações autônomas dos trabalhadores, bem como pelo próprio movimento negro. Um exemplo disso é o termo “remanescente de quilombo”, instituído pela Constituição Federal de 1988 (CF-88), que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.

Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados; mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Nesse sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento mediante normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (Barth, 1969).

No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.

Baseados nessa perspectiva e levando em consideração o campo de discussão e de ações sociais que a aplicação do dispositivo constitucional vinha delineando, sendo objeto, inclusive, de tomadas de posições oficiais, publicamos o Caderno da ABA *Terra de Quilombos*, que reúne trabalhos de antropólogos e pesquisadores de áreas afins com distintas visões e compreensões da problemática, como forma de contribuir para relativizar noções baseadas em julgamentos arbitrários e indicar a necessidade de perceber os fatos a partir de uma outra dimensão, que venha a incorporar o ponto de vista dos grupos sociais que almejam, em suas ações, a vigência do direito atribuído pela Constituição Federal.²

Na gestão 1996-1998 da ABA, foi desenvolvido o Projeto “Quilombos: laudos antropológicos, consolidação de fontes de consulta e canais permanentes de comunicação”, com apoio da Fundação Ford, visando a gerar as bases de uma sistemática para o acompanhamento dos laudos periciais a partir das demandas de comunidades negras rurais, que pretendem, em suas ações, que o art. 68 do ADCT/CF-88 seja aplicado, com a consolidação de alguns procedimentos considerados necessários na identificação e no reconhecimento das chamadas “terras de preto” e/ou “terras de quilombo”.

Para refletir sobre as particularidades desse campo de aplicação do preceito constitucional, fez-se necessária a constituição de um canal permanente de debate sobre a questão dos laudos antropológicos,

2 Colaboradores do Caderno Terra de Quilombo: Siglia Zambrotti Doria; Mari de Nasaré Baiocchi; Lúcia M. M. de Andrade; Neusa Maria Mendes de Gusmão; Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Dimas Salustiano da Silva; Ilka Boaventura Leite e Eliane Cantarino O'Dwyer.

congregando antropólogos e outros parceiros institucionais da ABA, como a Procuradoria Geral da República, os órgãos governamentais (Fundação Cultural Palmares – MinC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA) e as organizações não governamentais envolvidas nesse processo. O Projeto Vida de Negro (PVN), do Maranhão, e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) eram igualmente parceiros privilegiados nessa troca de informações e experiências cuja finalidade era produzir elementos importantes para a argumentação técnica pericial.

Assim, no decorrer de 1997, consolidamos um canal de debate com antropólogos que realizavam pesquisas em comunidades negras rurais e desenvolvemos uma colaboração estreita com a Conaq, que solicitava aos órgãos governamentais o reconhecimento de centenas de comunidades negras rurais mobilizadas pela aplicação do art. 68 do ADCT/CF-88. Por solicitação feita no âmbito de uma reunião, em Brasília (maio de 1997), de lideranças do movimento negro e representantes da Conaq com a presidência da Fundação Cultural Palmares, elaboramos, por meio do projeto ABA-Ford, as bases para a execução de um trabalho sobre o Mapeamento e a Sistematização das Áreas Remanescentes de Quilombos cujo objetivo foi contemplar as reivindicações apresentadas para o reconhecimento de centenas de comunidades negras rurais, indicadas inicialmente em número de cinquenta.

Para realizar o trabalho de mapeamento e identificação das terras de quilombo, a ABA indicou antropólogos que estavam desenvolvendo pesquisas e reflexões sobre essa temática, com base no canal de debates construído pelo projeto ABA-Ford. Ao assumir de forma institucional esse projeto de interesse da comunidade antropológica, as gestões da ABA de 1996-1998 e 1998-2000 (gestões Mariza Correa e Yonne de Freitas Leite) deram uma contribuição importante para o reconhecimento da diversidade étnica existente no país.

Na composição das equipes estaduais setorizadas, privilegiou-se a rede de antropólogos com experiência de pesquisa e produção de

conhecimento sobre comunidades negras rurais. O número elevado de comunidades e os prazos administrativos dos órgãos governamentais tornavam imperativa a participação de pesquisadores que pudessem, além de converter para os trabalhos, atualizar os objetivos, os conhecimentos anteriormente produzidos sobre várias das comunidades negras rurais mobilizadas pelo seu reconhecimento de acordo com preceito constitucional.

Novos trabalhos de campo, visando à elaboração de relatórios antropológicos, foram realizados nas comunidades negras rurais nos estados de Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Paraíba. No âmbito desse projeto, a ABA contou com a colaboração estreita dos membros do GT Quilombos, como a antropóloga Maria de Lurdes Bandeira, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; no estado do Maranhão houve a colaboração com o projeto Vida de Negro, além da contribuição e participação dos antropólogos Maristela Andrade e Alfredo Wagner Berno de Almeida. Este último vinha refletindo criticamente sobre o conceito de quilombo para fins de aplicação da legislação. Na região Nordeste, contou-se com intensa participação de José Augusto Laranjeiras Sampaio, com larga experiência em processos de identificação dos grupos indígenas, o que permitiu a incorporação e a crítica dos procedimentos adotados em relação aos grupos indígenas os quais constituíam, dentro dos objetivos do projeto ABA-Ford, um precedente importante para o estabelecimento de sistemáticas adequadas no reconhecimento territorial das comunidades negras remanescentes de quilombo.

Ainda no âmbito desse projeto, os membros do GT Quilombos participaram: do seminário realizado na Câmara dos Deputados (Congresso Nacional), sobre Terra de Quilombo, em 20 de maio de 1997, visando a apresentar subsídios para a elaboração do parecer do relator, deputado Luiz Alberto (PT-BA), em projeto de lei para regulamentação do art. 68 do ADCT/CF-88 (PL 3207/1997); do V Congresso Afro-Brasileiro com a participação na Mesa Redonda “Quilombos: Implicação Conceitual no Reconhecimento dos Direitos das Comunidades Negras, organizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA), de 17 a 20

de agosto de 1997, em Salvador, Bahia; do Seminário Nacional sobre o tema “O Poder Público e os Direitos das Comunidades Quilombolas”, realizado em São Luís do Maranhão pelo Projeto Vida de Negro (PVN), Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) e Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), de 17 a 18 de setembro de 1998, com a participação da Conaq. O referido seminário realizado em São Luís do Maranhão contou com a participação de vários antropólogos do GT Quilombos, que somente em 2002 passou a se constituir como Comitê Quilombos da ABA, a equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenada pelos professores Maristela Andrade e Alfredo Wagner Berno de Almeida, e membros da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República.

Enfim, o resultado desses estudos e das ações realizadas no projeto ABA-Ford foram posteriormente publicados no livro *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade*, da ABA, em 2002, na gestão Ruben George Oliven. Essa publicação teve a colaboração de antropólogos que, nos textos divulgados, seguiam o preceito básico da disciplina de submeter conceitos preestabelecidos à experiência de contextos diferentes e particulares (Peirano, 1995), os quais permitem levantar a questão de diferentes usos, limites e possibilidades no trabalho de pesquisa etnográfica.

Gostaria de chamar atenção sobre os conceitos de grupo étnico, etnicidade, relações interétnicas e processos de territorialização, os quais foram utilizados para fundamentar os relatórios antropológicos nos processos de reconhecimento territorial das chamadas comunidades negras remanescentes de quilombos. Tais conceitos serviram como “instrumentos de distanciamento para encarar criticamente a realidade, sem se deixar tragar por ela” (Ginzburg, 2001, p. 12).

Além disso, como diz Foucault (1982), sobre as *necessidades conceituais*:

[...] a conceituação não deveria estar fundada (exclusivamente) numa teoria do objeto – o objeto conceituado não é o único critério de uma boa conceituação. Temos de conhecer as condições

históricas que motivam nossa conceituação. Necessitamos de uma consciência histórica da situação presente. [...] De qualquer maneira, não se trata, para nós, apenas de uma questão teórica, mas de uma parte de nossa experiência. (*apud* Rabinow; Dreyfus, 1995, p. 232).

Assim, da perspectiva dos antropólogos reunidos no Comitê Quilombos da ABA, a etnicidade refere-se aos aspectos das relações entre grupos que consideram a si próprios como distintos. Do ponto de vista da interação, o processo de identificação étnica se constrói de modo contrastivo, isto é, pela “afirmação do nós diante dos outros” (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 5).

A partir de Barth (1969), as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais. No caso das chamadas comunidades negras rurais no Brasil, tais diferenças culturais costumam ser comunicadas ainda por meio de estereótipos, os quais, por sua vez, podem ser relacionados com racismo e discriminação. Usado analiticamente pela antropologia, o conceito de estereótipo se refere à “criação e aplicação de noções padronizadas de distintividade cultural de um grupo” e a “diferenças de poder” (Eriksen, 1991, p. 66).

A disputa em torno da posse da terra e o envolvimento de grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros ou a pura e simples “grilagem” com fins de especulação imobiliária acabaram por tornar necessários os “relatórios de identificação” como prática administrativa de órgãos governamentais para conferir direitos. Por sua vez, estes relatórios não se resumem a peças técnicas enviadas aos órgãos de governo. As questões implícitas em sua elaboração e as experiências concretas dos pesquisadores inseridos nessa rede foram debatidas em inúmeros seminários realizados pela ABA e em seus encontros bianuais – as Reuniões Brasileiras de Antropologia.

Os relatórios de identificação representam um tipo de intervenção num campo específico de articulação e envolvimento do mundo intelectual com os movimentos sociais e a mobilização de grupos étnicos, os quais reivindicam o direito à diferença cultural, à reprodução de suas práticas econômicas e sociais, bem como o respeito pelos seus saberes tradicionais.

A participação intensa de antropólogos na luta pelo reconhecimento de direitos étnicos e territoriais a segmentos importantes e expressivos da sociedade brasileira, como na questão das terras indígenas e das terras de quilombo, rompe com o papel tradicional desempenhado pelos grandes nomes do campo intelectual, que garantem, com sua autoridade, o apoio às reivindicações da sociedade civil, subscritando, como peticionários, manifestos e documentos políticos. Ao contrário, os antropólogos brasileiros, que têm desempenhado um importante papel em relação ao reconhecimento de grupos étnicos diferenciados e dos direitos territoriais de populações camponesas, ao assumirem sua responsabilidade social como pesquisadores que detêm um “saber local” (Geertz, 1999, p. 11) sobre os povos e grupos que estudam, fazem de sua autoridade experiencial um instrumento de reconhecimento público de direitos constitucionais.

Nem por isso, os relatórios de identificação ou os laudos antropológicos produzidos, respectivamente, na esfera do poder executivo e judicial, devem ser considerados como uma espécie de atestado que garante a atribuição de direitos definidos pelo arcabouço jurídico. Nos relatórios e laudos produzidos neste contexto de afirmação dos direitos constitucionais, mediante o cumprimento do art. 68 do ADCT/CF-88, não há qualquer “promessa da normatização e da felicidade através da ciência e da lei” com a finalidade de “reforçar e estender o poder de especialistas” (Rabinow e Dreyfus, 1995, p. 215). Do nosso ponto de vista, esse tipo de participação dos antropólogos exige, ao contrário, uma “dimensão interpretativa no estudo de fenômenos sociais” (Rabinow e Dreyfus, 1995, p. 219), em que o investigador deve fornecer uma explicação sobre o sentimento de participação social dos grupos e do sentido que atribuem às suas reivindicações, assim como as representações e os usos que fazem do seu território.

Nesse campo de debates sobre a conceituação de quilombo e aplicação do preceito constitucional, o art. 68 do ADCT/CF-88, no qual participam igualmente procuradores, advogados, juristas e representantes do legislativo, o governo brasileiro promulgou o Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003, que não prevê a elaboração de estudos antropológicos no processo de identificação territorial das comunidades remanescentes de quilombos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA. Como o decreto está fundamentado na Convenção 169 sobre povos indígenas e tradicionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a qual é a consciência de sua identidade que deverá ser considerada como critério fundamental para a identificação dos povos indígenas e tribais, a participação de antropólogos no processo foi desconsiderada na medida em que não se fariam mais necessários relatórios antropológicos “atestando” a identidade quilombola dos grupos que reivindicam a aplicação do art. 68 da Constituição Federal.

A ABA, presente na audiência pública antes da promulgação do decreto, defendeu que a autodefinição utilizada pelos próprios atores sociais não prescinde da realização de estudos técnicos especializados que venham a descrever e interpretar a formação de identidades étnicas no bojo do processo de reconhecimento das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos, na medida em que esses estudos tragam subsídios para uma decisão governamental e forneçam elementos para que o próprio grupo possa se defender de possíveis formas de intervenção estatal que possibilite apenas a reprodução de novas construções identitárias, sem garantir igualmente as condições para a reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidades específicas.

No documento encaminhado pela ABA à Casa Civil da Presidência da República, após a audiência pública sobre o decreto, dizíamos que deixar por conta de uma futura ação judicial a defesa do ato de reconhecimento dos direitos constitucionais pelo Estado, como considerado por alguns representantes dos quilombolas e de agências governamentais, poderia representar uma enxurrada de questionamentos na esfera judicial, o que

terminaria por inviabilizar que se cumpram os direitos assegurados pela CF-88.

Após a promulgação do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos de que trata o art. 68 do ADCT/CF-88, o Partido da Frente Liberal (PFL), entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 3.239-9/600 – DF – em face do Decreto nº 4.887/2003. Os pareceres sobre a improcedência da ação emitidos pela Procuradoria Geral da República e pela Advocacia Geral da União, recorrem ao livro da ABA “Quilombos: identidade étnica e territorialidade” (O’Dwyer, 2002), e utilizam seus argumentos na defesa do Decreto, principalmente sobre o critério de autoatribuição, que tem orientado a elaboração dos relatórios de identificação ou os também chamados Laudos Antropológicos, no contexto da aplicação dos direitos constitucionais às comunidades negras rurais consideradas remanescentes de quilombos.

A perspectiva antropológica adotada pela ABA passa, assim, a ser um elemento fundamental na defesa do Decreto e, por extensão, do próprio art. 68 do ADCT/CF-88. Após a ADI impetrada pelo PFL, o MDA e o INCRA contataram a ABA para novamente contarem com a participação de antropólogos no bojo dos processos de reconhecimento territorial das comunidades remanescentes de quilombos e editaram uma nova Portaria (nº 20) que prevê a elaboração de estudos e relatórios antropológicos, sendo assinado um Termo de Cooperação Técnica entre a ABA e o MDA/INCRA, produto da ação das gestões consecutivas de Gustavo Lins Ribeiro (2002) e Miriam Grossi (2004) na presidência da ABA.

Na nova carta constitucional de 1988, tanto as terras indígenas, quanto as terras dos quilombos, não obstante as distinções existentes na forma de titularidade – as primeiras consideradas propriedade da União, destinam-se à posse permanente pelos índios, submetidos ao regime de tutela, e às segundas destinadas aos remanescentes das comunidades dos quilombos se reconhece a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes

os títulos respectivos, “[...] pode-se afirmar que ambas são consideradas juridicamente como ‘terras tradicionalmente ocupadas’ seja no texto constitucional ou nos dispositivos infraconstitucionais” (Almeida, 2008, p. 44).

Assim, é reconhecida juridicamente uma forma comum de apropriação e uso das terras e recursos ambientais necessários para a reprodução física, social e cultural dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos, segundo seus usos, seus costumes e suas tradições, fundamentados na noção de terras tradicionalmente ocupadas, passando a incluir outras categorias de povos tradicionais a partir do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais, expandindo o espectro de grupos e atores sociais que se orientam pelas novas normas constitucionais, como os chamados ribeirinhos e povos da floresta, enfim, as populações tradicionais, que antes não tinham as práticas econômicas, sociais e culturais que lhes são características, reconhecidas como distintas das formas legalmente convencionais de apossamento e propriedade rural no Brasil.

A conceituação de “terras tradicionalmente ocupadas” pela CF-1988, corresponde a uma forma de ocupação que considera as situações sociais em curso baseadas nos “modos de criar, fazer e viver” de determinados grupos, assim como preconiza a Constituição, os quais se orientam por relações, representações e valores que lhes são próprios. Por isso, tais modos distintos de viver passam a ser acolhidos pela ordem legal, ao contrário de outros institutos jurídicos de “natureza civilista” que, desde a chamada Lei de Terras de 1850, determinam externamente qual é a ocupação legítima a ser observada por todos (Duprat, 2007).

Os antropólogos, por meio da ABA, têm desempenhado papel decisivo no reconhecimento dos direitos indígenas ao rebater ideias de “comunidades de origem”, vinculadas à noção de “raça natural”, com base na autoatribuição e construção de uma identidade étnica relacionada a formas específicas de territorialização, assim como na questão dos direitos humanos de minorias.

Na situação do reconhecimento das terras aos “remanescentes das comunidades de quilombos”, a utilização pela nova Carta Constitucional do termo quilombo, até então sem significação fora da ordem escravocrata, quando designava “negros fugidos do cativeiro”, coloca na aplicação dessa norma, tanto aos legisladores, quanto aos operadores do direito, a questão de buscar a referência social do termo na atualidade.

No contexto dos debates sobre a aplicação do art. 68 do ADCT/CF-88, alguns travados no Congresso Nacional, e em diálogo com o Ministério Público Federal, a ABA, como associação científica, tem se manifestado a partir das posições disciplinares da antropologia e de um saber experiencial dos pesquisadores que a integram.

Tais tomadas de posição têm questionado a utilização de formas de identificação e classificação estranhas aos próprios atores sociais, baseadas em critérios “historiográficos”, “arqueológicos”, “raciais” e/ou “culturais”, em busca do “sentido” considerado “correto”, “válido” e “verdadeiro”, como diz Weber (1991, p. 4). sobre as “ciências dogmáticas” Ao contrário, os antropólogos têm insistido na compreensão dos novos significados que o uso de termos, como “remanescentes de quilombos”, adquire nas ações sociais orientadas pela existência do dispositivo constitucional.

Desse modo, a existência legal de um grupo depende das ações e dos significados que são produzidos no campo de reconhecimento dos direitos diferenciados de cidadania, os quais apenas podem ser interpretados “quando se encontram situados em uma organização social e em uma prática de comunicação” (Barth, 2002, p. 1). Ao orientar suas ações e produzir significados nestes contextos, indivíduos e grupos são movidos por visões de mundo, representações e relações sociais que configuram e filtram suas experiências (Barth, 2002).

Essa perspectiva, ao se contrapor a uma “ciência classificatória que enfatiza as diferenças entre os grupos” (L’Estoile; Neiburg; Sigaud, 2002, p. 11), como a praticada no antigo sistema de *apartheid* na África do Sul, afasta-se igualmente de uma “antropologia militante a serviço dos grupos”

que legitima denominações legais e administrativas como novas identidades coletivas para conferir e atribuir direitos territoriais.

Qual é o papel do antropólogo na elaboração de relatórios sobre terras de quilombos, visando o reconhecimento de direitos territoriais? Tais relatórios são espécies de “atestados” que garantem aos grupos mobilizados a concessão de títulos de propriedade das terras tradicionalmente ocupadas para sua reprodução física, social e cultural?

O entendimento do papel desempenhado pelos relatórios antropológicos pode variar, mas não se deve esperar que eles sejam provas cabais que assinalem identidades substantivadas e territórios com fronteiras inequivocamente determinadas. O fazer antropológico que orienta a elaboração desses relatórios como parte de processos administrativos, apresenta uma explicação sobre construções identitárias, formas de organização social, práticas culturais e processos de ocupação territorial dos grupos que pretendem obter o reconhecimento legal.

Os relatórios antropológicos sobre as terras de quilombo, além de comporem os processos administrativos do INCRA, podem trazer subsídios para uma decisão governamental, ou até mesmo judicial, e igualmente fornecer elementos para que os grupos possam se defender de possíveis formas de intervenção estatal que possibilite apenas o reconhecimento de categorias étnicas, sem garantir as condições de reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidades específicas.

Contudo, os relatórios antropológicos nem sempre correspondem ao que deles se esperava pelas instâncias consideradas de avaliação e defesa dos interesses da administração pública. Assim, novos desafios se colocavam ao trabalho do antropólogo em condições de elaboração de laudos e relatórios sobre terras de quilombo e na atuação da ABA com outros atores institucionais. Destacam-se aqui a ação da AGU, que normatiza os relatórios antropológicos segundo critérios estranhos à disciplina, e do Grupo de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), como instância de avaliação desses mesmos relatórios. Este último, manifestava-se sobre os estudos técnicos de acordo com o pressuposto de que na reivindicação

pelo território sempre prevalecerá o inato autointeresse dos seres humanos, desconsiderando a construção cultural de formas de vida humana.

A atribuição de ação histórica e social a uma natureza humana autointeressada, como argumenta Sahlins (1990), é anticultural e na mesma medida anti-histórica, ao remover de si a própria antropologia. Assim, mudar o foco de uma natureza humana genérica na forma do autointeresse racional, e colocar a cultura, as práticas culturais no centro do debate sobre o território, pode ser uma forma de evitar um fim trágico ao se imaginar que a variedade etnográfica não existe, ou decretar, simplesmente, que ela venha a desaparecer, com a definição externa e não de dentro do que são “terras efetivamente ocupadas”. Isso na contramão do pleno exercício dos direitos culturais, como preconizam os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, segundo os quais as chamadas “necessidades territoriais” compreendem os espaços necessários à preservação e reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidades específicas.

Afinal, o território é um espaço sobretudo etnográfico e deve ser definido pelos diferentes contextos e às práticas sociais que lhe conferem significado, levando em consideração os processos de territorialização ocorridos em décadas, e que levaram à fragmentação e à perda das áreas de ocupação tradicional de comunidades quilombolas e das chamadas populações tradicionais no Brasil contemporâneo.

Mas nada garante, na disposição de participar desses debates e contrapor diferentes visões e tomadas de posição, que não ocorra a inalienabilidade da conversão dos argumentos, como diz Douglas (1998), em função do domínio exercido pelas instituições. Como praticantes da antropologia, porém, continuamos a apresentar nosso ponto de vista construído pelos saberes disciplinar e experiencial que envolvem, pelas implicações desse tipo de tradução etnográfica, a responsabilidade social dos antropólogos diante de indivíduos e grupos que investigam.

A tarefa de tradução etnográfica não deve, contudo, impor-se aos membros dos grupos e às comunidades em que as pesquisas de campo se desenvolvem, de modo que o processo de construção textual possa ser

contestado por aqueles a quem se referem. Assim, é responsabilidade social do antropólogo não criar uma esfera de poder decisório com a caução da ciência; mas, em nome dos princípios da autonomia e dos valores da prática da disciplina antropologia, adotar uma perspectiva compreensiva sobre as representações e ações sociais de indivíduos e grupos inseridos nesse contexto de reivindicação de direitos territoriais.

Desse modo, o objetivo de apresentar essas controvérsias, mais do que justificar ou defender nossas práticas profissionais e posições disciplinares, é fornecer uma explicação sobre os argumentos, os conceitos e as traduções etnográficas de formas específicas de vida que são utilizadas ao escrever um laudo, relatório ou texto acadêmico, permeados por debates dentro e fora do campo disciplinar e produzir uma compreensão dessas experiências que podem ser representadas e informadas pela própria antropologia.

Uma nova forma de fazer história

Aqui se propõe uma reflexão a partir dos processos de construção moderna do Brasil como Estado-Nação, isto é, os processos do chamado “nation building”³, nos quais os “[...] empreendimento capitalistas e o Estado moderno constituem dois mais importantes poderes que organizam o espaço hoje” (Asad, 1993, p. 8). O projeto de construção do Estado nação brasileiro é “modernizador” e “[...] não se refere apenas a governantes que tentam implementá-lo, mas também àqueles que lutam contra ele” (Asad, 1993, p. 8) em espaços políticos legais estabelecidos.

3 É importante destacar que a categoria Estado-Nação deve ser pensada antropológicamente, isto é, enquanto uma categoria dotada de múltiplos e distintos significados, a depender do contexto em que está sendo empregada e, sobretudo, em disputa pelos diferentes grupos em interação. “No mundo de hoje, a participação é legitimada pela ideia de nação – de Estados nacionais –, mesmo quando um determinado caso empírico realiza de modo imperfeito a forma clássica do Estado nacional” (Verdery, 2000, p. 245).

Assim, o poder hegemônico não elimina ambiguidades, nem homogeneiza, mas diferencia e classifica práticas, definindo, com o projeto modernizador, certas formas de “fazer história”, principalmente após a Constituinte de 1988, a qual, segundo alguns autores, instituiu uma nova ordem jurídica diversa das anteriores, ou seja, com ela foi inaugurado um novo Estado no Brasil.

Os direitos culturais protegidos pelo Estado brasileiro, no caso dos “indígenas” e “afro-brasileiros”, e de outros “grupos” [...], com a “valorização da diversidade étnica e regional” (artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988) têm sido interpretados em conexão com os direitos sobre as terras indígenas e o reconhecimento a propriedade das terras ocupadas pelos “remanescentes das comunidades de quilombos”; neste último caso, por meio das disposições constitucionais transitórias, art. 68 do ADCT/CF-88, que disciplinam “situações concretas”, consideradas “análogas”, porém “distintas”, as quais passam a fazer parte integrante da Constituição. Assim, a noção de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como sendo as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, seus costumes e suas tradições, tem sido utilizada igualmente no reconhecimento de direitos constitucionais de ocupação territorial dos “remanescentes de quilombos” e outros grupos caracterizados pela legislação infraconstitucional como “povos” e “comunidades tradicionais”, de acordo com o Decreto nº 6.040, de 2007.

Na situação do reconhecimento das terras aos “remanescentes das comunidades de quilombos”, a utilização, na nova Carta Constitucional, do termo quilombo, até então sem significação fora da ordem escravocrata quando designava “negros fugidos do cativo”, coloca na aplicação dessa norma, tanto aos legisladores quanto aos operadores do direito, a questão de buscar a referência social do termo na atualidade.

Quilombo e *remanescente de quilombo*, termos usados para conferir direitos territoriais, permitem, “[...] através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social” (Revel, 1989, p. 7). Assim, a construção de uma identidade

originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do art. 68 do ADCT/CF-88.

Os territórios de quilombo situados, sobretudo, nas áreas de fronteira amazônica e no centro-oeste têm sido impactados pelo agronegócio e pela sobreposição de projetos e/ou de programas considerados de interesse ou necessidade pública de importância nacional, cuja aplicação pode, de algum modo, limitar ou excluir a ocupação das comunidades de quilombos.

No entanto, a titulação dos quilombos tem sido igualmente considerada como uma forma de conter desmatamentos em casos de disputa em torno da posse da terra e o envolvimento de grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros ou a pura e simples grilagem com fins de especulação imobiliária.

Assim, o reconhecimento das terras de quilombos é coerente com a política de preservação ambiental, pois a continuidade destas comunidades tradicionais constitui garantia contra a extinção de espécies, tanto vegetais como animais, na reprodução do uso e destinação sustentável dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, seus costumes e suas tradições. De acordo com os direitos culturais constitucionalmente protegidos, as chamadas “necessidades territoriais” de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, compreendem os espaços necessários à preservação e à reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidades específicas.

A política de reconhecimento das terras de quilombo tem sido criticada por sua extrema morosidade. Dentre as explicações veiculadas sobre a morosidade no andamento atual dos mais de mil processos abertos no INCRA, é mencionada uma série de impedimentos que, em nome de interesses do Estado, tem sido levantada para a publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), principalmente em relação a possíveis “áreas que deem problema” para o governo.

Sobre as tais “áreas que deem problemas”, elas coincidentemente estão relacionadas, por um lado, aos interesses do agronegócio e à necessidade

de composição com linhas políticas que representam os interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional; por outro lado, ao projeto modernizador do Estado-nação no Brasil, mediante a construção de barragens, assim como a empreendimentos minerários e grandes obras de infraestrutura, em sobreposição aos territórios secularmente ocupados pelas comunidades quilombolas, o que tem produzido impactos socioambientais que afetam grupos e populações em suas formas de viver.

Em contraposição aos dois mais importantes poderes que organizam o espaço hoje, o Estado brasileiro e os empreendimentos capitalistas, inclusive o agronegócio, as comunidades de quilombo, segundo disposições constitucionais, constroem o projeto político de titulação coletiva dos seus territórios como meio de luta pela autonomia dos modos próprios de fazer, criar e viver.

Desse modo, dois projetos políticos concorrenciais no âmbito do Estado-Nação no Brasil, presidem o processo de territorialização de grupos e/ou comunidades tradicionais quilombolas. Na perspectiva desenvolvimentista modernizadora, o objetivo da política de regularização fundiária dos quilombos é reconhecer territorialmente áreas de ocupação tradicional que, no atual contexto, têm sido submetidas à necessidade de definição do alcance constitucional da expressão “estejam ocupando suas terras”. O INCRA, assim, dá uma resposta positiva e atende a questão capitaneada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), ao se manifestar sobre os estudos técnicos e antropológicos por ele apresentados, quanto à necessidade de definição do alcance constitucional da expressão “estejam ocupando suas terras”. No recurso a “novas rotinas administrativas, excepcionais, extranorma e que acabam por protelar a efetivação da política pública e da concretização do direito desses grupos ao seu território”⁴, as áreas ocupadas pelas comunidades tem sido restringidas às partes agricultáveis e de moradia sem considerar outros modos de

4 Mais informações em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/incra.pdf>, de 14 de agosto de 2013.

apropriação e de uso comum do espaço territorial mediante atividades de caça, pesca e outras formas de extrativismo com a definição externa e não de dentro, do que são “terras efetivamente ocupadas”.

Na contramão do pleno exercício dos direitos culturais, como preconizam os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, segundo os quais as chamadas “necessidades territoriais” compreendem os espaços necessários à preservação e reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidades específicas.

O território ocupado é um espaço sobretudo etnográfico e deve ser definido em conexão com a identidade étnica “remanescente de quilombo”, referida a uma origem comum presumida de grupos que orientam suas ações pela aplicação do preceito constitucional (art. 68 do ADCT/CF-88), assim como pelos diferentes contextos e às práticas sociais que lhe conferem significado⁵. Assim, na perspectiva antropológica, “o fenômeno da territorialidade (pode estar) em conexão com o da identidade étnica” (Cardoso de Oliveira, 2006, p. 24), como nos casos dos povos indígenas e das chamadas populações tradicionais, entre elas os quilombolas, inseridas na temática da etnicidade.

No campo da aplicação dos direitos jurídico-constitucionais, a etnicidade tem sido conceituada como um tipo de processo social no qual os grupos orientam as ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro. Tais considerações expressam um ponto de vista disciplinar sobre a questão da identidade étnica e/ou social

5 Segundo Amselle, retomando as reflexões de Barth, uma atribuição categorial é uma atribuição étnica se classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica e mais geral que se presume determinada por sua origem e formação. Na medida em que os atores utilizam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e aos outros com fins de interação, eles formam grupos étnicos no sentido organizacional do termo (Amselle, 1999, p. 18).

- “considerada(s) em sua acepção de identidade(s) contrastiva” (Cardoso de Oliveira, 2006, p. 22) e relacionadas a um espaço territorial. A própria delimitação espacial de uma comunidade, associada a uma área ecológica, existe enquanto materialização de limites dados a partir de relações sociais.

Por conseguinte, os usos do termo *remanescente de quilombo* como categoria de autoatribuição identitária demarcam fronteiras étnicas que devem ser consideradas não apenas em seus limites geográficos mas também como sistemas sociais de classificação. Ainda que produzam contemporaneamente no âmbito do Estado-nação, os grupos humanos assim definidos por um etnônimo retomado do período da história colonial até a abolição da escravidão no Brasil, dele se reapropriam como uma reivindicação legítima e passam a utilizá-lo como signo de reconhecimento.

Sobre a instância política do reconhecimento, Roberto Cardoso de Oliveira (2005, p. 11) levanta as seguintes questões: o que dizer sobre (a questão do) reconhecimento das identidades sociais? “O que significa a uma pessoa ou a um grupo ter sua identidade reconhecida?”. E podemos, ainda, seguindo essas reflexões, questionar quais são os efeitos deste tipo de reconhecimento como grupos *remanescentes de quilombo* na concepção e implementação de projetos distintos de construção da nação por atores sociais e institucionais desigualmente posicionados no campo político.

Nos anos de 2012-2013 (gestões Bela Feldman e Carmen Rial), foi desenvolvido o projeto Identificação e Delimitação de Territórios Quilombolas no Brasil pelo Comitê Quilombos, com apoio da Fundação Ford. Esse projeto tinha por objetivo implementar ações de acompanhamento, supervisão e assessoria ao INCRA na elaboração de 40 relatórios antropológicos de caracterização histórica, econômica e sociocultural das áreas quilombolas autoidentificadas como remanescentes de quilombos, visando à identificação, ao reconhecimento e à titulação dos seus territórios de ocupação tradicional. A ABA, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica assinado com o INCRA e mediante dotação feita pela Fundação Ford, iria proceder ao acompanhamento e à avaliação desses relatórios antropológicos de

caracterização histórica, econômica e sociocultural das áreas quilombolas autoidentificadas como remanescentes de quilombos.

A emissão de pareceres por uma rede de pesquisadores com experiência na temática em tela ofereceu parâmetros para a avaliação dos Relatórios Antropológicos contratados pelo INCRA mediante licitação pública, com a qual a ABA posicionou-se contrária por meio de nota pública. Tais pareceres emitidos analisaram de forma crítica o conteúdo – marco teórico e conceitual – e a metodologia própria do campo antropológico, existentes nos estudos, contribuindo, portanto, ainda que indiretamente, para a formação de muitos de nossos alunos que haviam sido contratados por empresas alheias ao exercício da antropologia.

Os laudos e relatórios antropológicos foram objeto de ataques sistemáticos na gestão 2015–2016, de Antonio Carlos de Souza Lima, no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos (CPI FUNAI–INCRA), criada pela bancada ruralista no Congresso Nacional, que promove acusações infundadas de “parcialidade” e de ativismo político, inclusive com o indiciamento de profissionais responsáveis pela autoria desses documentos elaborados como resultado de pesquisas etnográficas desenvolvidas no contexto de demandas jurídicas e administrativas, sobretudo após a Constituição Federal de 1988.

No entanto, os laudos e relatórios antropológicos constituem peças técnicas decisivas nos processos administrativos e nas ações judiciais de reconhecimento de terras indígenas, terras de quilombo e de outros povos tradicionais. Tal prática profissional no reconhecimento de direitos territoriais, segundo os cânones da disciplina, tem igualmente contribuído para a construção de uma antropologia da ação que caracteriza o que há de novo na antropologia feita no Brasil em relação a outros centros hegemônicos de produção do saber acadêmico.

A CPI FUNAI–INCRA (2015–2016) foi marcada por um contexto de flexibilização da legislação agrária e trabalhista e de violação dos direitos

territoriais no Brasil, o que tem alcançado escalas mais amplas pela incerteza e ilegitimidade das normas legais, ao promover a expropriação territorial e extinguir práticas culturais e formas organizacionais de grupos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Essa flexibilização da legislação tem sido promovida segundo as diretrizes do agronegócio e de projetos desenvolvimentistas de construção de barragens e portos, além de empreendimentos minerários e de exploração florestal, entre vários outros, considerados, do ponto de vista das elites dominantes, como fonte de salvação da economia e do Estado na contramão da Constituição Federal de 1988, que reconhece o caráter pluriétnico e multicultural da nação brasileira.

Em 2018, na gestão de Lia Zanotta, o Superior Tribunal Federal, em julgamento histórico, considerou essa ação improcedente, sendo inclusive garantida a propriedade coletiva das terras de quilombo sem a tese do marco temporal. Tal tese é defendida pela bancada ruralista, que procura restringir o direito de ocupação à posse das terras reivindicadas em 5 de outubro de 1988.

A CPI FUNAI-INCRA buscava, em última instância, atingir os direitos territoriais e culturais de povos tradicionais mediante estratégias de criminalização de pesquisadores como forma de desqualificar estudos e pesquisas acadêmicas, assim como aqueles estudos realizados para a elaboração de laudos e relatórios antropológicos. Isso ocorre especialmente em relação aos que venham a resultar no questionamento dos efeitos socioambientais dramáticos, que atingem modos tradicionais de fazer, criar e viver, segundo implementação de metas públicas definidas pelo projeto modernizador.

A criminalização de práticas de pesquisa pelo uso de critérios ditos de “imparcialidade”⁶ e neutralidade do saber reformulados e regidos por outros regimes de “verdade e poder” representa uma tentativa de colonizar as regras de produção do conhecimento internas ao campo científico e até conceituações debatidas entre seus pares com a finalidade de assegurar a exclusão de toda crítica.

No entanto, segundo meu ponto de vista, fica difícil aos pesquisadores com formação plena em ciências humanas separar a prática política da cidadania e do fazer antropológico por uma forma de imbricação que interpela não só a responsabilidade social do antropólogo mas também nos livra da “teorização objetivante” herdada das ciências naturais.

A produção de conhecimento antropológico depende de processos interativos e dialógicos presentes nas condições de trabalho de campo e na própria escrita etnográfica. Sobre a elaboração de laudos e relatórios antropológicos, podemos concebê-los como prática científica disciplinar que, além de informar a política pública, igualmente pode aportar à política pública significados independentes produzidos pelos atores sociais nos processos políticos, que envolvem metas públicas definidas mediante outros modelos de organização do espaço e de exercício do poder.

Nesses tempos de redemocratização, após as eleições e a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, novos dilemas se apresentam. O grande desafio atual (gestão de Andréa Zhourri de 2022-2024) é refletir sobre como a ABA e o fazer antropológico podem abranger as demandas de cooperação dos antropólogos com os movimentos sociais, no caso das organizações quilombolas, na elaboração e no encaminhamento de processos de reconhecimento territorial e cultural de afirmação étnico-racial frente ao Estado brasileiro.

6 Vide Requerimento 86/2016 da CPI FUNAI-INCRA 2, item 1.2. “A atuação da ABA no contexto demarcatório: interesses escusos e imparcialidade comprometida” (p. 12). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1517569&filename=REQ+86/2 Acesso em: 30 abr. 2024.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais. Territórios Quilombolas. *Boletim Informativo do NUER*, v. 2, n. 2, p. 15-44, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. *Verbete: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. [S. l.], 2008. (mimeo).

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *Cadernos do Naea*. Belém: UFPA, 1983. p. 163-96.

AMSELLE, J.-L. Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. In: AMSELLE, J.-L.; M'BOKOLO, E. (org.). *Au coeur de l'ethnie*. Paris: La Découverte, 1999. p.11-48.

ASAD, T. *Genealogies of religion: discipline and reasons of power in Christianity and Islam*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1993.

BARTH, F. Introduction. In: BARTH, F. (ed.). *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Bergen/Oslo: Universitetsforlaget; London: George Allen & Unwin, 1969.

BARTH, F. An anthropology of knowledge. *Current Anthropology*, v. 43, n. 1, p.11-18, february 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. *Revista Antropológicas*, ano 9, v. 16, n. 2, p. 9-40, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Caminhos da identidade*. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP, 2006.

DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998.

DUPRAT, D. O direito sob o marco da pluriethnicidade/multiculturalidade. In: DUPRAT, D. (org.). *Pareceres jurídicos*. Direito dos povos e das comunidades tradicionais. Manaus: UFA, 2007. p. 9-19.

ERIKSEN, T. H. The cultural contexts of ethnic differences. *Man*, New Series, London, v. 26, n. 1, p.127-144, mar. 1991.

GEERTZ, C. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: GEERTZ, C. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GINZBURG, C. *Olhos de Madeira*: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

L'ESTOILE, B.; NEIBURG, F.; SIGAUD, L. *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, E. C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, J. P. (org.). *Indigenismo e territorialização*. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

VERDERY, K. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, G. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 311-334.

WEBER, M. 1991. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. Cap. I – p.3-35.

Sessão II

**RBA 70 anos: antropologia dos Gerais
e a defesa dos direitos fundamentais,
17 de agosto de 2023**

Andando nos Gerais e assuntando o mundo: fazer antropológico, direitos fundamentais e vida acadêmica engajada

João Batista de Almeida Costa¹

O que foi convencionado como Antropologia dos Gerais tem seu nascimento na compreensão do que Mariza Peirano (1992) afirma ser necessário: uma reflexão que veja o pesquisador e o nativo como atores sociais em uma situação concreta. Essa autora chama “[...] a atenção para o papel cívico-político do cientista social, procura mostrar as condições sob as quais as premissas básicas da proposta dumontiana podem ser positiva e frutiferamente incorporadas pelo antropólogo-cidadão” (Peirano, 1992, p. 87). Nesse papel, no contexto brasileiro, a atitude antropológica talvez nos leve à tarefa, muitas vezes ingrata, de separar, distinguir, decompor o que a ideologia holista uniu. E no caso de Minas Gerais, a ideologia da mineiridade (Arruda, 1990), representação fragmentada da realidade que silenciou a sua dualidade histórica, econômica, social e cultural distintas, a pastoril e a mineradora, que articuladas deram formação à sua sociedade estadual.

A sólida formação antropológica na Universidade de Brasília propiciou acercar-se do “outro próximo” ao estudar a comunidade negra de

1 Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília, atua na Universidade Estadual de Montes Claros desenvolvendo estudos em Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas, assessorando-as em seus processos sociais de garantia de direitos.

Brejo dos Crioulos² e, em seguida, emaranhar-me no “nós” construído desde a socialização na infância e na formação escolar para fazer a crítica cultural de Minas Gerais³, tendo como possibilidade de interpretação o entre-lugar excluído, discriminado do norte mineiro visto como baiano, baiano cansado ou baiano. Perspectiva que, para José Lima (Costa, 2017, p. 301), lhe anuviava a vista de raiva, para ele, quando foi para o serviço de eucalipto lá em Cocos,

“Os baianos me chamaram de mineiro cansado [...] Se os baianos falam que nós somos mineiros cansados porque não conseguimos ir para São Paulo, não é? E os mineiros dizem que a gente é baiano; e quando eu falei que era norte-mineiro, eles me chamaram de baiano. *Deve ser porque eu não sou nem uma coisa nem outra, não é?* A gente cá desse sofrido norte deve ser uma espécie diferente de gente”.

Os desafios e as possibilidades por pertencer a duas totalidades ideológicas como foi discutido por Peirano (1992) e vivenciada como antropólogo-cidadão, ao fazer ciência, não pode deixar sua responsabilidade cívica. Qual seja, o estudo de um “outro” que não é só próximo, mas parte do “nós”, ou, de outra forma, essa parcela de gente não integrada social e/ou ideologicamente por um lado e como parte da nação, por outro.

O caminho percorrido

A trajetória acadêmica desenvolvida no meu fazer antropológico andando pelo Gerais teve de partida o desafio de formar antropólogos para estudar o próximo norte mineiro, aprofundar a crítica cultural a partir do lugar do Norte de Minas em Minas Gerais e, ao desenvolver pesquisas, ter como

2 Estudo realizado com a orientação de Ellen Woortmann, a quem presto minha homenagem e reconhecimento.

3 Estudo realizado com a orientação de Mireya Suarez e Soares, a quem presto minha homenagem e reconhecimento.

parceiros de *locus* de produção acadêmica as comunidades rurais e as comunidades periféricas da cidade de Montes Claros ou de vida periférica na região norte-mineira.

As raízes de minha opção por desenvolver pesquisas na pós-graduação mergulhando na regionalidade em que fui formado desde minha infância se desvela pelos caminhos que percorri em minhas vivências até chegar à universidade. Eu nasci na década de 1950 quando nosso mundo regional era um outro mundo, singular em sua realidade cultural, social e econômica.

O Norte de Minas, ainda que desde o início de sua formação tivesse vínculos econômicos com outras regiões do país e, até mesmo, com o exterior, não tinha passado por uma transformação econômica como a que aconteceu pós-golpe militar, o que coincidiu com a minha vinda para Montes Claros para continuar meus estudos. Meu pai era político em Jequietaí e nós discutíamos muito, em casa, questões políticas e o olhar acabou sendo, como diria Bourdieu (1982), construído pela existência de um *habitus* familiar, o que me fez um curioso das coisas sociais; e, mais tarde, um *habitus* acadêmico ancorado na Antropologia com vínculos em outras Ciências Sociais.

O *habitus* acadêmico emergiu quando estudei na Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte para fazer Antropologia. Naquela época, não existia curso específico do campo de estudos pretendido; fiz Ciências Sociais, com formação mais vinculada à Sociologia. Ao me formar, fui trabalhar na Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), integrante do Projeto Nordeste, atuando no município de Rio Pardo de Minas em comunidades rurais. Este programa visava a transformar os pequenos produtores, contemporaneamente chamados de agricultores familiares, em membros da classe média, ao buscar elevar o padrão econômico e social das famílias atendidas por meio de projetos socioeconômicos. Nessa época, eu percebia de forma diferente as povoações, embora meus colegas as vissem numa perspectiva notadamente econômica,

pois já era um olhar que abarcava as diferentes dimensões da vida coletiva em cada localidade. De Rio Pardo de Minas fui para Brasília, situada em Minas Gerais, a verdadeira, pois a do Distrito Federal é a invejosa.

O trabalho era sempre feito numa perspectiva antropológica, ainda que incipiente, devido a ter pouco acesso ao conhecimento construído na Antropologia. Na época, ocorreram diversas greves de professores que impediram maior aprofundamento na disciplina. Antes de ir para a FAFICH/UFMG eu já tinha lido várias obras de antropólogos na biblioteca do noviciado Marista, onde fui tentar ser Irmão Marista, mas não consegui. Minha vida é marcada pela questão religiosa, pois estive em dois seminários em Montes Claros e, depois, na congregação Marista.

Tempos depois, quando fui fazer mestrado na Universidade de Brasília, onde se discutia muito o Grupo de Estudos Subalternos da Índia com leitura de Bhabha (1998), Spivak (1988), Guha (1989), Scott (1986) e uma série de outros autores e nos envolvemos muito com a perspectiva desenvolvida por eles. Eu já tinha decidido fazer minha dissertação abordando os *Caatingueiros*. O conhecimento sobre essa população se deu pelo contato no estudo de Pierson (1972) sobre o Homem do Vale do São Francisco, em que são citados os *Geraizeiros*, os *Veredeiros*, os *Vazanteiros*, com os quais já tinha estado em alguma localidade desses grupos rurais norte-mineiros, mas não tinha tido contato com os *Caatingueiros*. Defini desenvolver minha dissertação realizando uma pesquisa em uma povoação rural dessa categoria étnica norte-mineira. Ao ir a campo, uma surpresa muito grande, escolhi estudar uma comunidade no município de São João da Ponte, Brejo dos Crioulos. Os colegas na Universidade Estadual de Montes Claros e, mesmo estudantes, me falavam: “Não vai para lá não. Eles não querem saber de gente estranha lá”. E eu pensei: “Vou ter uma experiência a la Malinowski”, o que não ocorreu. Chegando lá o que encontrei foram dinâmicas de exclusão e discriminação por parte da família de mando local com relação às famílias dessa povoação. Tudo começou quando os Campos colocaram uma seção eleitoral em Araruba nos anos 1960, localidade que, junto a outras sete, compõe o Quilombo de Brejo dos Crioulos; ninguém

votou no candidato dos mandatários municipais, mas no “inimigo”. Então, teve início a construção de uma identidade discriminada, excludente. Uma coisa me chocou profundamente: a evitação do contato com os crioulos de Brejo.

Por indicação da orientadora, fiquei na cidade por quinze dias. Então, um dia conversando com um comerciante sobre Brejo dos Crioulos, ele me apontava para a parte mais baixa da rua e dizia: “Tá vendo aqueles pretos lá?”. Eu olhava para baixo e só via pessoas de cor; então, perguntei: “Quais pretos?”. Para mim, ele era tão preto quanto os que apontava e eu, também, preto, mais claro. “Aqueles que as pessoas estão passando para o outro lado da rua para não passar perto deles”. Vi o fenômeno da evitação, como discutido por Kristeva (1982). Ver isso me chocou profundamente, foi o que me levou a focalizar o processo de construção da discriminação, da exclusão e da evitação da população municipal com relação aos moradores das sete povoações que formam a comunidade de Brejo dos Crioulos.

Fiquei seis meses convivendo com eles. Em nenhum momento, falei sobre o direito quilombola, apesar de ouvir pessoas das comunidades vizinhas dizerem que eles eram, antigamente, um quilombo; a não ser na véspera de retornar à Brasília quando fui cercado por uns cinquenta homens, e eu pensei: “É hoje que eu vou apanhar”. Eles me colocaram a questão que os afligia, a violenta perda da terra nos anos 1960. E disseram, “O que você vai nos dar? Já que te demos muita coisa”. Eu respondi: “O que eu podia dar já havia feito”, ou seja, dei-lhes fotos tiradas, carrinhos para os meninos e bonecas para as meninas na tentativa de conquistar as famílias. Quando cheguei a Araruba, ou Igrejinha, cometi o erro mais ridículo do mundo que um neófito em campo é capaz de fazer, disse-lhes que estava lá para fazer uma investigação científica. E os crioulos tinham receio da polícia, embora a enfrentasse, já que, perante qualquer coisa errada na cidade de São João da Ponte, os munícipes diziam ter sido feita por alguém de uma das localidades que compõem o Quilombo. Eles passaram a me evitar e tive que construir confiança entre nós, o que consegui.

Do ponto de vista metodológico, inspirado pelo Grupo de Estudos Subalternos, procurei compreender a hierarquia estabelecida. Para os autores desse grupo, há oposição entre grupos hierarquizados e que devemos nos colocar numa posição intermediária, externa, um entre-lugar, em que se possa olhar as duas posições, a dominante e a dominada, cada uma em si, e focalizar as relações existentes e as consequências da dominação, mas o princípio é compreender os subalternizados numa perspectiva do saber engajado. Assim fiz em Brejo dos Crioulos (Costa, 1999), Depois da devolução da dissertação, eu os assessoriei no processo de afirmação de si como comunidade quilombola, visando à regularização fundiária do seu território.

Esse processo foi feito com o apoio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), perspectiva fundamental. Sou parte da rede sociotécnica dessa importante organização não governamental regional. Estamos na Universidade, mas também estamos junto dos Povos e das Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, não só estudando, mas assessorando-os nas lutas e nos enfrentamentos para a conquista de direitos constitucionais, sempre vilipendiados pela oligarquia rural e pelos gestores municipais de nossa região.

O cenário antropológico nos Gerais

Com meu retorno à Universidade Estadual de Montes Claros após meu doutoramento, fui contratado como professor de Ciências Sociais e para integrar o grupo que pensou o seu primeiro mestrado, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS). Ele foi organizado a partir de um tripé: cultura, movimentos sociais e Estado; então, vinculei-me à linha de pesquisa Movimentos Sociais, Identidades, Territorialidades, cuja base investigativa de estudos e pesquisas feitos é a análise do caráter sócio-político e cultural de diferentes processos de ações coletivas que expressam contradições sociais, conflitos na apropriação e controle de recursos materiais e simbólicos, na emergência de sujeitos sociais, na politização das identidades e das territorialidades construídas sob relações de poder

e dominação. A linha agrega estudos e pesquisas sobre comunidades tradicionais, dinâmicas do mundo rural, sociabilidades urbanas, etnicidade, cultura e educação, patrimônio cultural, conflitos ambientais e mapeamentos sociais.

A organização dessa linha de pesquisa foi inspirada no Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais, Sertão que organizei desde o retorno para a Unimontes, universidade que acolhe estudantes de todos os municípios da região e que procuram desenvolver estudos e pesquisas sobre suas realidades locais, não só urbanas mas principalmente rurais. Assim, foram desenvolvidos estudos e pesquisas sobre os processos sociais vividos por populações rurais e urbanas tendo o foco na cultura regional.

Nasceu, nesse grupo, a abordagem dos grupos rurais como grupos étnicos inspirados pelas categorias étnicas que Pierson (1972) informou em seu estudo sobre o Vale do São Francisco e que, de certa forma, estava amparada pela minha preocupação intelectual primeira, que era compreender o Norte de Minas em si e em sua relação com sociedades estaduais, notadamente, a mineira e a baiana, focalizando o lugar que ocupa, principalmente em Minas Gerais.

O Norte de Minas está em uma área onde se interpenetram os biomas Cerrado, em suas sete formações; Caatinga, em suas duas formações; Floresta Tropical Úmida, que passou a ser chamada de Mata Seca por influência dos fazendeiros da região. Nos espaços em que populações se fixaram ocorreram manejos diferenciados do ambiente, o que propiciou serem vistos, em contraste com grupos vizinhos, com identificações vinculadas aos gerais, às caatingas, às veredas e às vazantes do rio São Francisco, identidades que, inspirados em Parajuli (1996), compreendemos como ecológicas.

Outros dois grupos vinculados a comunidades tradicionais na região têm sua categoria identitária vinculada à atividade laboral desenvolvida por seus membros. Em fins do século XIX, durante o *boom* da borracha, os coletores de látex de mangaba formam uma categoria social que foi

denominada de os Mangabeiros. O produto coletado e comercializado internacionalmente propiciou ser a parte média do vale do rio da integração nacional o segundo maior produtor mundial desse produto. Essa identificação desapareceu em meados do século XX, mas como sobrenome familiar se espalhou pela região. Com a demanda por flores sempre vivas existentes nos campos rupestres da Serra do Espinhaço, que corta a região, a partir de meados do século XX, as populações que se dedicaram a coletá-las nos altiplanos da serra passaram a ser identificadas como Apanhadores de Flores.

Emergiram historicamente, os Geraizeiros, os Caatingueiros, os Verezeiros, os Vazanteiros e os Apanhadores de Flores, os Povos Originários – Xakriabá e Tuxá e dezenas de Comunidades Quilombolas que tem a maior concentração em Minas Gerais.

Nas Ciências Sociais da Unimontes e, posteriormente, no PPGDS, iniciamos o estudo de comunidades negras que foram se assumindo como remanescentes de quilombo por meio de um projeto guarda-chuva de pesquisa: “Negros do Norte de Minas – cultura, identidade, educação étnica, relações intercomunitárias e processos sociais”. O projeto foi desenvolvido prioritariamente na comunidade de Agreste no município de São João da Ponte, replicado pelos acadêmicos em dezenas de comunidades quilombolas do Norte de Minas, que produziram monografias em diversos campos acadêmicos, dissertações e teses. Se, inicialmente, a discussão sobre Povos e Comunidades Tradicionais foi desenvolvida no curso de Ciências Sociais e no PPGDS, posteriormente diferentes professores e acadêmicos de outras áreas disciplinares se aproximaram da temática e passaram a realizar suas pesquisas em comunidades negras norte mineiras.

O saudoso Carlos Rodrigues Brandão, interessado em mergulhar no sertão roseano, tornou-se professor visitante; então, juntos, nós construímos um projeto de pesquisa tendo como campo de estudos as comunidades rurais situadas nas ilhas do rio São Francisco, em suas margens e para além de suas margens. Ele agregou professores e pós-graduandos de outras Universidades e foi organizado o projeto de pesquisa (também, guarda-chuva) “OPARÁ – tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no Sertão Roseano”.

O projeto articulou os membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais, Sertão da Unimontes e do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolvemos uma experiência de pesquisa coletiva e integrada, tanto quanto nos foi possível. Um trabalho em que todos os participantes, de estudantes de graduação a professores doutores, respondiam, pessoalmente, pela realização de uma pesquisa própria e pessoal. Essa atribuição de responsabilidades individuais de pesquisa de campo – em boa medida visando à formação de futuros pesquisadores – correspondeu ao desejo de um trabalho integrado e interativo desde o começo até o final do projeto.

No seu todo e na diferença entre cada trabalho pessoal, realizamos uma investigação solidária por meio de pesquisas de campo associadas a estudos e reflexões teóricas centradas nos conceitos de tradições, identidades, territorialidades e mudanças. Ao final do projeto publicamos o livro, *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos* (Costa; Oliveira, 2012).

Cotemporalmente às pesquisas organizadas, coordenadas e desenvolvidas, como parte de alguns de nós estávamos vinculados à rede socio-técnica do CAA, ocorreu a ampliação de estudos e pesquisas para Povos e Comunidades Tradicionais, conforme Costa (2005). Essa organização não governamental desenvolve trabalhos de agroecologia e formação política com membros das comunidades Geraizeiras, Caatingueiras, Vazanteiras e o Povo Originário Xacriabá, onde desenvolve suas ações. No processo posterior ao estudo de Brejo dos Crioulos, também tem início sua vinculação com outras comunidades, notadamente o Quilombo dos Gurutubanos, mas se espalhou por outras comunidades negras rurais. Com a emergência do grupo Tuxá em Buritizeiro, requerendo acesso a território, este segundo Povo Originário é articulado ao trabalho da organização. Os Veredeiros foram conectados ao trabalho do CAA a partir de 2013 e, posteriormente, devido ao trabalho de Monteiro (2021) na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, com comunidades quilombolas nas proximidades de Diamantina, os Apanhadores de Flores Sempre Vivas passaram a estar conectados com os outros grupos étnicos norte mineiros.

Cada um desses grupos que, na atualidade, formam a Articulação Rosalino de Oliveira de Povos e Comunidades Tradicionais tem um modo de vida específico vinculado ao ambiente em que se encontram localizados, os gerais, as veredas, as vazantes, as caatingas e os altiplanos da Serra do Espinhaço, assim como os quilombolas e os dois grupos Originários. Todos têm em comum um sistema produtivo vinculado à criação de gado, base fundamental da economia regional desde os anos 1680, e agricultura de reprodução familiar e coletiva, com comercialização de algum produto beneficiado, notadamente, farinha, rapadura, requeijão, dentre outros. O manejo do ambiente que toda essa gente realiza em suas comunidades é diferenciado devido a estar vinculado a ambientes específicos e atividades laborais diferenciadas. Os sistemas produtivos de cada família são considerados por eles como “agricultura de peão”, organizados pelo conhecimento tradicional transmitido entre gerações, mão de obra familiar, incorporação de novas tecnologias externa com maior peso insumos internos; perspectiva semelhante foi estudada por Woortmann e Woortmann (1997) sobre o trabalho da terra. Opõe-se a ela a “agricultura de patrão” vinculada a financiamento bancário, insumos externos, como maquinário de custo elevado, adubos químicos, agrotóxicos e assistência técnica especializada, possibilidade impossível para os agricultores familiares desses grupos étnicos.

Essas populações étnicas norte mineiras possuem formas diferenciadas de olhar o mundo, de agir no mundo, e têm em comum uma organização social baseada em relações de parentesco, que contribui para cada povoação ser considerada, por seus membros, como uma coligação de famílias que forma agrupamentos de grupos étnicos. O fato de se conhecerem em eventos realizados pelo CAA e por sua rede sociotécnica, da qual fazemos parte, propiciou a eles se compreenderem como os oito Povos existentes no Sertão norte mineiro (Dayrell, 2019). Esses Povos Tradicionais manejam dois circuitos econômicos com duas lógicas diferenciadas, o circuito interno baseado na reciprocidade, conforme Mauss (2003), onde há o dar, o receber e o retribuir tanto na relação com os humanos quanto na

relação com o divino e as entidades naturais e o outro, com a lógica da comercialização em que se conectam ao sistema econômico local, regional, nacional e internacional.

Centenas de comunidades desses oito Povos Tradicionais passaram por um processo de extrema violência na expropriação de suas terras familiares e comunitárias, que viabilizaram a concentração fundiária em mãos de empresas, de profissionais liberais e de fazendeiros. Foi quando as famílias sofreram a perda de homens, mulheres e crianças assassinadas e, também, estupradas. E quando havia recusa na venda da terra, homens foram puxados amarrados em rabos de cavalos postos em disparada. O mundo em que se dizia ser “um mundão sem cancela” passou a ser recortado por cercas com empastamento exótico e gado nelore. Então, o mundo ficou cheio de cancelas, conforme Costa (2021).

No momento, após o golpe de Estado de 1964, em que se implantou a ditadura militar, foi vivenciada a migração forçada de milhares de famílias, bem como a chegada da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que financiou a modernização de fazendas transformadas em empresas rurais com concentração fundiária e estruturadas como latifúndios. Nas chapadas onde tanto boi berrava, foram implantadas florestas de eucalipto e pinus para subsidiar, com carvão vegetal, o nascente polo siderúrgico na região central. Essas florestas de árvores exóticas provocaram o secamento de milhares de pequenos cursos de água, a baixa vazão dos grandes rios que foram assoreados e o rebaixamento do lençol freático.

Esse processo provocou a desestruturação dos sistemas produtivos e o esvaziamento das terras legadas pelos ancestrais com migração permanente para as cidades do entorno ou para as grandes cidades do país. Com pequeno número de gado de corte em cada família, que funcionava como reserva de valor, pois eram vendidos em momentos em que fosse necessário maior volume de recurso financeiro para pagamento de algo, foi instaurada a estratégia da migração sazonal para áreas de agronegócio no sul e oeste mineiros, bem como para o interior de São Paulo. Nos locais em que essas pessoas trabalham, o pagamento é por produtividade; logo, elas

conseguem amearhar pagamentos elevados no período em que permanecem em fazendas. Essa estratégia derivou do pagamento por diária de baixíssimo valor feito por fazendeiros norte-mineiros.

Até então, as terras na região eram, em sua maioria, devolutas e de apropriação livre (Costa, 2017), pois a terra era solta onde o gado, marcado com ferro, era posto a pastar e só retirado na época da parição das vacas, e somente a área de agricultura era cercada. Na atualidade, as comunidades estão cercadas por fazendas; logo, os membros das comunidades se consideram “encurralados”. Em muitas dessas comunidades não se pode realizar a migração sazonal para a região do café ou da laranja, pois muitas pessoas não têm como deixar a família desabrigada. Homens, mulheres e crianças vendem sua mão de obra a baixíssimo custo, recebendo semanalmente valores miseráveis. Chamados de preguiçosos pelos fazendeiros, muitos deles dizem: “Eles fingem que pagam e a gente finge que trabalha”. E com os minguados dinheiros que recebem conseguem garantir a alimentação da família em sua reprodução material.

A migração sazonal se tornou estratégia eficaz para viabilizar reserva de valor necessária para realizar diversas atividades, desde tratamento de saúde fora do município até aquisição de bens duráveis. Essa estratégia substituiu a criação de gado solto na larga das chapadas que constituíam espaço privilegiado de relações intercomunitárias, como discutem Oliveira (2017) e Neves (2020).

A Antropologia dos Gerais se consolida

A Antropologia nos Gerais nasceu da articulação de diversos professores, principalmente no Departamento de Ciências Sociais e no PPGDS, alguns vinculados ao CAA como parte de sua rede sociotécnica e, posteriormente, a grupos de pesquisa na UFMG. Formamos um grupo a fim de estudar, informar e formar, atuando como uma comunidade de comunicação e argumentação (Appel, 1985). Assim, desenvolvemos estudos e pesquisas, formamos novos antropólogos e, também, assessoramos as comunidades

às quais nos envolvemos em seus processos de autorreconhecimento, certificação, regularização fundiária e em busca de seus direitos. Nossos estudos propiciaram produzirmos literatura sobre Povos e Comunidades Tradicionais que foi acessada até mesmo por estudiosos de outras regiões do país e do exterior. E estudiosos de outras Universidades, como Nogueira (2017), vieram pesquisar essas comunidades, propiciando a constituição da Antropologia nos Gerais.

Resultam de nossos estudos junto a Quilombos e Comunidades Tradicionais dezenas de monografias de Ciências Sociais, dissertações de mestrado e teses no PPGDS, além de relatórios antropológicos e laudos técnicos em apoio às lutas pela regularização fundiária e para subsidiar a busca por direitos coletivos.

Na vida periférica de Montes Claros, principalmente, há monografias de Ciências Sociais abordando diversas temáticas urbanas e processos vividos por grupos citadinos, assim como relatórios de comunidades religiosas de matriz africana, como Catopês, Marujos e Caboclinhos, Terreiros de Candomblé, Umbanda e Quimbada para subsidiar processos de registro como patrimônio imaterial e material tanto no Conselho Municipal como no Instituto Histórico de Minas Gerais.

Resulta de minha tese a crítica cultural a Minas Gerais pela exclusão do Norte de Minas em sua historiografia, sua ideologia e sua identidade cultural, além da discriminação sofrida pelos norte-mineiros por sua forma de falar quando se é jogado para a Bahia e pejorativamente chamado de “baiano cansado” e “baiano”. Há monografias em diversos cursos da área de humanas, dissertações e teses no PPGDS. Como “efeito prático da teoria”⁴, surgiu a organização do Movimento Catrumano pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, das Prefeituras de

4 Comunicação informal com Rômulo Barbosa Soares: “o efeito prático da teoria decorre da eficácia simbólica das nomeações e classificações sobre o habitus, nos termos de Pierre Bourdieu. Isto é, sobre a incorporação destas (nomeações e classificações) nas estruturas mentais, configurando sistemas de disposições para as práticas de indivíduos e coletividades”.

Montes Claros, notadamente as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Cultura, e de Matias Cardoso, sob a coordenação da Unimontes. Esse movimento visou à inclusão, na Constituição Estadual, das comemorações do Dia do Estado de Minas Gerais, em 16 de julho, como Capital Simbólica dos Gerais em Mariana e em Matias Cardoso.

Após diversas audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado, o objetivo do Movimento Catrumano foi alcançado. Contou com a participação de instituições históricas e culturais mineiras que contribuíram para o resgate da atuação histórica e econômica da região na consolidação da sociedade mineira desde o final do século XVII. Resultou na criação do Dia dos Gerais a ser simbolicamente comemorado com a transferência do Estado, em sua tripartição, no dia 8 de dezembro para a cidade de Matias Cardoso.

O projeto original do Movimento Catrumano era celebrar o Dia do Estado de Minas Gerais, constante na Constituição Estadual de 1989, comemorado no dia 16 de julho em Mariana, sendo realizado em um ano em Mariana, sua primeira povoação e, como dito pelos marianenses, “o berço da cultura e da civilização mineira”; e, no ano seguinte, em Matias Cardoso, que reivindicou ser o “berço da cultura e da civilização dos Gerais”. Entretanto, a reação dos marianenses em uma audiência pública foi expressa por seu deputado representante: “Como esse povo pobre, preto e feio do Norte de Minas reivindica se igualar ao povo marianense”. O Dia do Estado de Minas Gerais é fragmentando em Dia das Minas e Dia dos Gerais, evidenciando a dupla formação histórica, cultural, social e econômica de Minas Gerais em que suas comemorações ocorrem em Mariana e Matias Cardoso.

Dessa forma, a população norte mineira assumiu sua identidade catrumana que, para os viajantes europeus que passaram pela região no século XIX, se referia à sua condição de sociedade pastoril, distinta da sociedade mineradora, que em festivais, músicas, textos passaram a se afirmar catrumanos.

Esse movimento propiciou afirmar a existência de duas formações históricas, culturais, sociais e econômicas distintas. A primeira, discriminada, organizada desde o século XVII (Silva, 2023), a pastoril que forneceu alimentos para aquela, mineradora, que surgiu no início do século XVIII, após a descoberta do ouro em fins dos anos 1690. Assim, os mineiros se viram, também, catrumanos, pois foi a articulação entre essas duas sociedades, essas duas histórias, culturas e economias que consolidou a sociedade de Minas Gerais no decorrer das duas primeiras décadas oitocentistas.

Os Povos e as Comunidades Tradicionais no Norte de Minas se visibilizam

E para dar um fim a essa argumentação, retomo o papel dos oito Povos e das Comunidades Tradicionais do Norte de Minas que, de alguma forma, têm a marca dos estudiosos de suas realidades. Em 2022, em Montes Claros, Lula conversou com representante de diversas comunidades étnicas; eleito presidente, após sua posse, dois profissionais partícipes da rede sociotécnica de apoio às comunidades tradicionais que trabalham com essa gente miúda foram trabalhar no Ministério de Desenvolvimento Social e no Ministério do Meio Ambiente. A atuação deles propiciou articular a formatação e, depois, a implementação da política nacional de Povos e Comunidades tradicionais. A rede sociotécnica, em sua *expertise*, permanece articulada e se apoia. Conversamos muito e estamos vinculados a diversas instituições e a núcleos de pesquisas para, juntamente com os comunitários dos oito Povos e as Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, caminhar na luta para conquista de seus direitos coletivos.

A Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, no Norte de Minas, deriva da participação de diversos grupos étnicos da região na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e a constituição de um núcleo dela para atuar em Minas Gerais. Nessa atuação nacional, não houve desatenção à situação dos Povos e das Comunidades Tradicionais no estado e articularam politicamente a implantação de uma lei e de uma

comissão estadual a eles vinculadas, dando origem à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais.

Referências

APPEL, K.-O. La Comunidad de Comunicación como Presupuesto Transcendental de las Ciencias Sociales. In: APPEL, K.-O. *La Transformación de la Filosofía: El a priori de la Comunidad de Comunicación*. Tomo II. Madrid: Tauros, 1985. p. 209-249.

ARRUDA, M. A. do N. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e social do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *Les Sens Pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1982.

BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

COSTA, J. B. de A. *Do tempo de fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. 1999. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COSTA, J. B. de A. Cerrados Norte Mineiro: Populações Tradicionais e Identidades Territoriais. In: ALMEIDA, M. G. de (org.). *Tantos Cerrados: Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sócio-cultural*. Goiânia: Vieira, 2005. P. 295-320.

COSTA, J. B. de A. Sertão e a revelia do mundo: expropriação, enlouquecimento, migração forçada e concentração de terras durante a modernização conservadora no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Social*, v. 27, n. 1, jan./jun. 2021.

COSTA, J. B. de A.; OLIVEIRA, C. L. de. *Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais no Sertão Roseano*. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Editora da Unimontes, 2012.

COSTA, S. H. G. “Recantilados” entre o direito e o rentismo: “grilagem judicial” e a formação de propriedade privada de terras no Norte de Minas Gerais. 2017. 691 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAYRELL, C. A. *De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representam de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019. 457 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

GUHA, R. *The Unquiet Wood. Ecological Change and Peasant Resistance in the Himalaya*. Berkeley: University of California Press, 1989.

KRISTEVA, J. *Powers of Horror. An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

MAUSS, M. O Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Em *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MONTEIRO, F. T. *Nas Fronteiras das Minas com os Gerais: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras*. V. 2. São Paulo: AnnaBlume, 2021.

NEVES, S. L. S. *Cartografia decolonial Catrumana*. 2020. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020.

NOGUEIRA, M. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília/DF: Mil Folhas, 2017.

OLIVEIRA, M. D. de. *Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do Norte de Minas Gerais: o caso da comunidade de Sobrado*. 217 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PARAJULI, P. Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India. *Identities*, v. 3, p. 1-2, 1996.

PEIRANO, M. G. S. O antropólogo como cidadão. Em *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da UnB, 1992. p. 85-104.

PIERSON, D. *O Homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter; Suvale, 1972. 3 v.

SCOTT, J. C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1986.

SILVA, P. R. F. *Visibilidades dos invisibilizados: protagonismos dos subalternizados na Sociedade dos Currais entre 1689 e 1736*. 2023. 448 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2023.

SPIVAK, G. *Other Worlds. Essays in Cultural Politics*. New York; London: Routledge, 1988.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMAN, K. *O trabalho da terra*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

Cidadinidades no Sertão dos Gerais: antropologia urbana em Montes Claros (MG)

Giancarlo Marques Carraro Machado¹

Apresentação

Aconteceu na cidade de Montes Claros/MG, entre os dias 14 e 16 de agosto de 2023, a sexta edição do Encontro das Ciências Sociais no Norte de Minas². O evento fora promovido pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e, tal como em suas edições anteriores, constitui-se como um espaço privilegiado para a articulação entre cientistas sociais que atuam no Norte de Minas, fortalecendo o intercâmbio entre estas(es) e (as)os demais pesquisadoras(es) e acadêmicas(os) vinculadas(os) a outras instituições do estado e do país.

O evento contou com uma vasta programação – composta por conferências, mesas-redondas e grupos de trabalho –, a qual contemplou, de

1 Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia desta instituição. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e docente vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG). É pesquisador e líder do Cidadino – Núcleo de Interdisciplinar de Temáticas Urbanas da Unimontes. É autor dos livros “A cidade do skate: sobre os desafios da cidadinidade” (Hucitec/CAPES) e “De *carrinho* pela cidade: a prática do skate em São Paulo” (Ed. Intermeios/FAPESP). É associado efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 2010 e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (bolsa PQ) desde 2023.

2 Mais informações sobre o evento em: <https://encontrocsunimontes.wixsite.com/6 encontro>.

maneira equilibrada, os anseios das três áreas das Ciências Sociais, quais sejam, Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A fim de colaborar com a sua programação, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por intermédio do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, entrou em contato com as(os) organizadoras(es) para propor a realização de uma mesa-redonda especial, intitulada “RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais”. Essa mesa-redonda ocorreu no pós-evento, no dia 17 de agosto de 2023, no Museu Regional do Norte de Minas.

A iniciativa foi coordenada por Felisa Cançado Anaya, integrante do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, ao passo que as falas foram proferidas por antropólogas(os) e professoras(es) vinculadas(os) ao Departamento de Ciências Sociais da Unimontes – Carlos Caixeta de Queiroz, Cláudia Luz de Oliveira, João Batista de Almeida Costa, e eu, Giancarlo Marques Carraro Machado. As(Os) participantes puderam, na ocasião, compartilhar experiências de suas trajetórias e demais questões relativas às pesquisas que desenvolvem na região. O debate ficou a cargo de Andréa Luisa Zhouri Laschefski, presidente da ABA (gestão 2023-2024) e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que veio para Montes Claros especialmente para participar da mesa-redonda.

Este capítulo reconstitui a minha fala realizada no âmbito desta iniciativa promovida pela ABA em parceria com as(os) organizadoras(es) do Encontro das Ciências Sociais no Norte de Minas. Trata-se, todavia, de uma versão revista e ampliada que releva, a partir da minha trajetória, a propagação do campo da Antropologia Urbana no Sertão dos Gerais, contexto muito marcado pelos estudos antropológicos de seus povos e suas comunidades tradicionais. O texto possui um tom ensaístico e se divide em três partes. Inicialmente, apresento uma breve repercussão acerca das(os) antropólogas(os) atuantes na cidade de Montes Claros; em seguida, estabeleço reflexões gerais sobre como as pesquisas realizadas no Norte de Minas me proporcionaram estranhar contextos urbanos; por fim, realço os desafios em torno da consolidação da Antropologia Urbana na região a partir dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo Cidadino/Unimontes.

Montes Claros das(os) antropólogas(os)

Montes Claros, Norte de Minas. Foi nesta cidade onde veio ao mundo, em 1922, Darcy Ribeiro, um dos principais nomes da antropologia brasileira. Considerada “a melhor cidade do mundo” por ele próprio³, foi nela onde aquele que mais tarde se fez antropólogo passou muitos bons momentos em sua infância. Inquieto desde cedo, foi mentor de estripulias que acabaram por chocar a pacata Montes Claros da primeira metade do século passado. Como recorda Costa (2023, p. 15), ao recuperar algumas de suas travessuras, o jovem Darcy foi audacioso a ponto de colocar, inclusive, “[...] azul de metileno na caixa d’água da cidade, propiciando que, das torneiras, saísse um líquido azul”.

Apesar de ter vivenciado tantas situações aprazíveis em companhia de familiares e amigos, não tardou para que Darcy Ribeiro deixasse Montes Claros a fim de construir uma trajetória peculiar em nível nacional, marcada pela atuação em várias frentes, algo que dispensa maiores apresentações⁴. O autor, dentre outros, de “O processo civilizatório” (1968) e de “O povo Brasileiro” (1995), parece ter impactado todos os contextos por onde passou; entretanto, por mais longe que fosse, não deixava de negar a sua origem catrumana⁵. Não é à toa que obteve, postumamente, o devido reconhecimento em Montes Claros, algo que se revela em vários espaços da

3 Esta constatação de Darcy Ribeiro está registrada no site de sua fundação: <https://fundar.org.br/darcy-ribeiro/>.

4 Darcy Ribeiro mudou-se de Montes Claros para Belo Horizonte em 1939, onde ingressou no curso de Medicina. Para mais detalhes sobre as suas diversas atuações, verificar site da Fundação Darcy Ribeiro: <https://fundar.org.br/>.

5 Catrumano é um termo polissêmico, tendo ganhado repercussão sobretudo a partir da obra literária “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, publicado originalmente em 1956. Neste capítulo, contudo, catrumano refere-se às gentes do Sertão dos Gerais. O termo tem sido ressignificado por acadêmicos, artistas, movimentos sociais, dentre outros atores norte-mineiros a fim de reverberar não apenas um pertencimento regional, mas também as questões políticas em torno de um contexto historicamente preterido frente às Minas. Prova disso é a criação do Movimento Catrumano, o qual constituiu-se como uma estratégia para construção de poder simbólico da Região Norte Mineira junto à sociedade mineira como um todo, conforme bem analisado por Costa (2007).

cidade, do cotidiano ao institucional. A sua imagem permanece representada em grafites feitos em muros e até mesmo numa enorme foto disposta na parede de um hipermercado. O seu legado corriqueiramente é lembrado em ações municipais, como, inclusive, num concerto outrora realizado em sua memória. E não para por aí: o nome do campus-sede da principal universidade do Norte de Minas, a Unimontes, e inclusive o nome de uma usina de biodiesel na cidade, homenageiam, merecidamente, essa figura que pode ser considerada um homem de várias peles⁶.

A relação entre Darcy Ribeiro e Montes Claros é intrínseca; contudo, isto não quer dizer que este tenha feito pesquisas detidas na cidade ou na região. Seus interesses de investigação extrapolavam, e muito, questões concernentes ao contexto norte-mineiro. Como pontua Nobre (2015, p. 197), ao se referir a essa figura nômade cuja alma não pertence meramente a Montes Claros: “Darcy é um amor parido para o Brasil e o mundo”⁷. De todo modo, não se pode negar o seu legado para as novas levas de antropólogas(os) – e até mesmo para pesquisadoras(es) de outras áreas – que nasceram, se formaram, passaram ou chegaram no Sertão dos Gerais. Estas(es) sim, afinal, responsáveis pela construção de uma agenda regional de pesquisas antropológicas focada nas mais variadas temáticas.

Dentre tais temáticas, as que mais se destacam são, por certo, aquelas atreladas às importantes investigações sobre os povos e as comunidades tradicionais do Norte de Minas, a saber, indígenas, quilombolas, vazanteiras(os), geraizeiras(os), catingueiras(os), barranqueiras(os), veredeiras(os), apanhadoras(es) de flores etc.⁸ Tais investigações vêm sendo levadas a cabo há pelo menos três décadas por referências regionais na área da Antropologia, como é o caso de João Batista de Almeida

6 Segundo Cardoso (2023, p. 13), o próprio Darcy Ribeiro, conforme consta no livro “Testemunho” (1990), considerava que tinha “muitas peles”.

7 Darcy Ribeiro faleceu em Brasília, em 1997.

8 Para uma reflexão detida acerca dos povos e comunidades tradicionais do Sertão dos Gerais, verificar Costa (2005).

Costa⁹; Carlos Alberto Dayrell¹⁰; Fabiano José Alves de Souza¹¹; Claudia Luz de Oliveira¹²; Flávia Maria Galizoni¹³; Aderval Costa Filho¹⁴; Felisa Cançado Anaya¹⁵; Carlos Caixeta de Queiroz¹⁶; Andrea Maria Narciso Rocha de Paula¹⁷; Alessandro Roberto de Oliveira¹⁸; Camilo Antônio Lopes¹⁹, dentre tantos outros nomes contemporâneos. Alguns destes estão atrelados a grupos de pesquisa formados no âmbito da Unimontes, que articulam interessadas(os) que se encontram em variados níveis de formação, provenientes de diversas áreas do conhecimento, que vêm efetivando tanto análises antropológicas quanto ações de extensão e demais medidas concretas em defesa dos direitos das(os) mais vulneráveis. Dentre os grupos, é o caso, por exemplo, do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades (OPARÁ-MUTUM), para citar os principais da atualidade, que têm atuado em parceria com outros grupos e redes de investigação em nível nacional e internacional para concretizar múltiplas iniciativas, dentre elas, o Colóquio

9 João Batista de Almeida Costa pesquisou, no decorrer de sua trajetória, diversos povos e comunidades tradicionais alocados no Norte de Minas, dentre eles, os quilombolas de Brejo dos Crioulos (Costa, 1999).

10 Carlos Alberto Dayrell analisou a atuação dos gerazeiros (Dayrell, 1999).

11 Fabiano José Alves de Souza etnografou a festa dos catopês em Montes Claros (Souza, 2003).

12 Claudia Luz de Oliveira realizou estudos sobre os vazanteiros do Rio São Francisco (Luz de Oliveira, 2005).

13 Flavia Maria Galizoni produziu etnografias em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha, dentre outros (Galizoni, 2005).

14 Aderval Costa Filho fez pesquisas junto aos gurutubanos (Costa Filho, 2008).

15 Felisa Cançado Anaya analisou as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha (Anaya, 2012).

16 Carlos Caixeta de Queiroz tem se dedicado, atualmente, a analisar festas em contextos indígenas no Norte de Minas.

17 Andrea Maria Narciso Rocha de Paula investigou destinos migratórios em comunidades rurais no Sertão dos Gerais (Paula, 2009).

18 Alessandro Roberto de Oliveira analisou o cotidiano da política entre os Xakriabá (Oliveira, 2008).

19 Camilo Antônio Lopes problematizou questões em torno de coisas, pessoas e signos entre vaqueiros, seleiros, carreiros e trançadores do Sertão dos Gerais (Lopes, 2016).

Internacional dos Povos Tradicionais – cuja edição de 2024 será realizada, novamente, em Montes Claros.

Em decorrência da atuação dessas(es) pesquisadoras(es) e de seus respectivos grupos e suas redes acadêmicas, quando se busca referências em torno da Antropologia que tem sido feita dos ou nos Gerais, sendo este um “[...] espaço territorial em Minas Gerais que possui tempo histórico e cultura diferenciada que se constitui na alteridade interna nesse estado”²⁰, logo nos deparamos com uma profusão de trabalhos que versam sobretudo sobre as vicissitudes dos tantos povos e das comunidades tradicionais que aqui se encontram, o que aponta para a constituição de ruralidades, para redes migratórias, para os desafios da etnicidade, para toda sorte de conflitos territoriais e socioambientais decorrentes dos impactos provocados por grandes projetos de desenvolvimento.

É inegável a contribuição derivada das investigações sobre os povos e as comunidades tradicionais do Sertão dos Gerais, o que traz uma marca indelével para a Antropologia regional. No entanto, para além desta, quais outras Antropologias têm sido feitas por aqui? Quais outros direitos fundamentais têm sido defendidos pelas demais pesquisas? A mesa-redonda da qual participamos, que tem como tema “RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais”, nos instiga a refletir sobre as potencialidades do fazer antropológico na região onde estamos inseridos; para tanto, gostaria de ofertar uma contribuição, para fins de ampliação do debate, ao reconstituir um dos percursos possíveis da Antropologia Urbana em Montes Claros, cidade que, tal como nos campos, nas aldeias e nos quilombos dos Gerais, é alvo das contradições decorrentes de relações de poder, de conflitos fundiários, dos interesses estratégicos das elites locais, de projetos desenvolvimentistas etc., condições que se revelam em seu cotidiano urbano.

20 Esta definição consta no resumo do Grupo de Trabalho “Antropologia dos/nos Gerais”, a ser realizado no âmbito da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2024, sob coordenação de Mônica Celeida Rabelo Nogueira e João Batista de Almeida Costa. Para mais, acessar: https://www.34rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=121.

Antes, porém, uma observação: não intento apresentar uma versão aprofundada sobre a constituição do campo da Antropologia Urbana no Sertão dos Gerais; afinal, isso somente seria possível a partir de uma pesquisa detida sobre o assunto. Contudo, em vista do convite que me fora feito para participar dessa mesa-redonda, gostaria de recuperar e registrar algumas influências que foram cruciais à minha formação antropológica, e que, por isso, contribuíram, em conjunto, para a implementação de uma agenda hodierna de pesquisa e extensão centrada não apenas na compreensão dos agenciamentos que culminaram na produção de uma Montes Claros desigual, mas também nas formas de cidadinidade – conceito que será mais bem abordado no decorrer deste capítulo – de sujeitos que resistem às precariedades e misérias urbanas a fim de reivindicar alguns de seus direitos fundamentais, dentre eles, o direito à cidade (Lefebvre, [1968] 2008)²¹.

Dos povos e comunidades tradicionais às formas de cidadinidade

A Unimontes, uma das principais instituições de ensino, pesquisa e extensão do Sertão dos Gerais, resulta da transformação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM), criada em 1962, em uma autarquia de regime especial do estado de Minas Gerais, em 21 de setembro de 1989²². A universidade possui uma considerável inserção regional, atuando numa área correspondente a 40% do total do estado de Minas Gerais, incluindo as regiões Norte e Noroeste de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. As atividades ocorrem em seus vários *campi* e núcleos – situados em cidades como Almenara, Bocaiúva, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba,

21 O direito à cidade, sob a ótica de Lefebvre (1968 [2008]), pode ser formulado como um direito à uma vida urbana transformada e renovada, uma cidade que seja uma obra das(os) cidadãs(os), e não um produto das forças políticas e econômicas. Para reflexões apuradas acerca das releituras e dos desdobramentos políticos e acadêmicos do conceito de direito à cidade, originalmente proposto por Henri Lefebvre, ver Tavolari (2016).

22 Para obter mais informações sobre a Unimontes, acesse: <https://unimontes.br/>

Januária, Paracatu, Unaí, Pirapora, Salinas e São Francisco –, embora o campus sede, localizado na cidade de Montes Claros, concentre parte significativa de tudo aquilo que é realizado.

A instituição possui, no momento, 37 cursos de graduação. No âmbito deste leque, destaca-se Ciências Sociais, curso que, em 2024, completa 56 anos de existência. Devido ao seu tempo de existência, o curso não apenas formou um número significativo de acadêmicas(os) no decorrer de mais de cinco décadas, mas também vem contribuindo, no presente, com a formação de novos quadros de pesquisadoras(es), e ainda com uma multitude de iniciativas que impactam sobremaneira o contexto regional. Dentre as(os) docentes a ele vinculadas(os), estando estas(es) dispostas(os) nas três áreas das Ciências Sociais (Antropologia, Política e Sociologia), temos aquelas(es) que se notabilizam pela captação de recursos em várias frentes – como agências oficiais de fomento e emendas parlamentares –, pela coordenação de projetos em redes, pela inserção internacional, pela articulação com núcleos de pesquisa e associações diversas, pela organização de eventos, pela atuação como bolsistas de produtividade, pela participação efetiva junto a movimentos sociais frente às suas demandas etc. O Departamento Ciências Sociais, ao qual o curso Ciências Sociais está subordinado, também possui, a ele associados, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS)²³, que atua em nível de mestrado e doutorado, e o Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT)²⁴, sendo este em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que também dispõe do curso de mestrado e, em breve, de doutorado.

A repercussão das Ciências Sociais no Sertão dos Gerais, principalmente da área da Antropologia, se deve, em vista de tais ações estratégicas, a um corpo de professoras(es) e pesquisadoras(es) responsável por instigar

23 Mais informações sobre o PPGDS/Unimontes estão disponíveis em: <https://www.pos-graduacao.unimontes.br/ppgds/>.

24 Mais informações sobre o PPGSAT/UFMG/Unimontes em: <https://www.ica.ufmg.br/?posgraduacao=sociedade-ambiente-e-territorio>.

olhares e posturas críticas diante os tantos dilemas que permeiam a região. Dentre tais docentes, gostaria de recuperar as contribuições de João Batista de Almeida Costa – ou Joba Costa, como o conhecemos por aqui –, antropólogo com uma das atuações mais longevas no Norte de Minas, sendo, por isso, uma referência para diferentes gerações de acadêmicos.

João Batista de Almeida Costa graduou-se em Ciências Sociais pela UFMG, em 1983, e, anos mais tarde, realizou mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) – concluídos em 1999 e 2003, respectivamente. Sua pesquisa de mestrado centrou-se no estudo de um ritual entre as(os) quilombolas de Brejo dos Criolos²⁵; ao passo que, em seu doutorado, foram analisadas as ambiguidades quanto ao lugar ocupado pelo Norte de Minas no conjunto de Minas Gerais, bem como os traços diacríticos contrastivos que distinguem “mineiras(os)” e “baianeiras(os)”²⁶. A sua atuação no curso Ciências Sociais da Unimontes, por sua vez, ocorreu desde o princípio da década de 1990. Em tal instância esteve responsável por produzir e coordenar diversos projetos de pesquisas que versavam sobre uma miríade de processos sociais norte-mineiros que foram impactados pela modernização conservadora brasileira.

Com João Batista de Almeida Costa (2019) aprendemos a complexidade em torno da formação sócio-histórica, econômica, cultural do Norte de Minas, a qual se divide, basicamente, em dois momentos. O primeiro momento, denominado pelo antropólogo de “Sociedade de Curral”, está vinculado à sua formação histórica específica no contexto colonial, marcada por uma sociedade multicultural e multiétnica, organizada tanto pelos princípios de reciprocidade e solidariedade, algo caro às presenças indígena e quilombola na região, que se articulavam entre si; mas também pela penetração dos bandeirantes, pelos descendentes de portugueses, a

25 COSTA, J. B. A. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1999.

26 COSTA, J. B. C. *Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2003.

fim de instalar, a partir do século XVII, uma economia agropastoril, o que se reflete por meio da implantação de diversas fazendas autossuficientes numa considerável região sertaneja, as quais conjugavam relações de poder – como aprisionamento de indígenas e extermínio de quilombolas –, mas também interdependência devido ao parentesco, à vizinhança e ao compadrio, formando, assim, diversas facções que aglutinavam membros da elite agrária e também as *gentes miúdas*²⁷, como famílias de comunidades negras e de comunidades brancas de agricultores familiares, configurando o mandonismo local. O segundo momento, o qual se passa já em meados do século XX, está atrelado à entrada de outras individualidades para além daquelas existentes até então, que reverberava o processo de modernização que acabou por expropriar tais *gentes miúdas* dos mandos locais, rompendo, com efeito, as formas de sociabilidade outrora estabelecidas. Este segundo momento vincula-se sobretudo às novas dinâmicas de acumulação do capital, ao processo de expansão capitalista de produção, o que se exprime por meio da vinculação do Norte de Minas à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por ser parte do Polígono das Secas, condição que requeria uma solidariedade interclasse articulada pelas sociedades e empresas patronais, além de mudanças profundas na forma de vinculação com a terra, na medida em que propiciou a privatização das glebas²⁸. Essas mudanças culminaram, conforme a perspectiva de Costa (2019), no colapso do sistema de apossamento vigente, trazendo, pois, severas consequências principalmente para as *gentes miúdas*, que foram violentamente expropriadas de seus territórios, forçando o êxodo rural e o inchamento das cidades, como Montes Claros, e, consequentemente, a concentração fundiária.

27 *Gentes miúdas*, neste contexto, são aquelas, conforme Costa (2019), que foram subjugadas pelos poderes dos fortes, como os das elites que atuam no Sertão dos Gerais.

28 Para demais análises sobre os impactos da atuação da SUDENE em Montes Claros, ver: Pereira (2007), França (2007), Gomes (2007), dentre outros.

A tensão entre a Sociedade de Curral e a emergência da sociedade cosmopolita foi tão profunda a ponto de, segundo Costa (2021), um número significativo de pessoas ter enlouquecido com a destruição do *mundus social* em que cada uma vivia. Isso se evidenciou principalmente nas cidades que recebiam aquelas(es) que foram expropriadas(os) ou que partiam de suas comunidades em busca de melhores condições. Montes Claros, em vista disso, é uma das cidades norte-mineiras que abarcou um crescimento demográfico intenso sobretudo entre 1965 e 1980, no período que compreendeu o processo de modernização conservadora, sendo este fruto do pacto político conservador entre burgueses, governos e oligarcas que trouxe impactos severos para um considerável número de pessoas, as quais passaram a enfrentar os desafios, as misérias e as precariedades decorrentes do seu processo de urbanização.

Não é meu objetivo, neste capítulo, aprofundar tais questões relativas à formação do Norte de Minas tampouco ao processo de urbanização de Montes Claros. Interessa-me, por ora, apenas realçar que João Batista de Almeida Costa não as perdia de vista em suas aulas e nas demais ações que coordenava no âmbito da Unimontes. Tive o privilégio de ter sido seu aluno logo em meu primeiro período no curso Ciências Sociais desta universidade²⁹. Aliado a todo o rigor teórico e metodológico, o antropólogo não se esquivava de provocar cada um de seus discentes aos lhes propor, corriqueiramente, a realização de exercícios etnográficos na cidade de Montes Claros. Uma chance, pois, para treinar o olhar e para compreender empiricamente muito daquilo que ele próprio vinha pesquisando acerca das *gentes miúdas* do Sertão dos Gerais, a saber, as suas manifestações culturais, suas formas de sociabilidade, seus usos e suas apropriações espaciais, suas resistências cotidianas, dentre outros aspectos.

Recordo-me, dessa forma, de uma visita feita ao Mercado Central de Montes Claros, em meados de 2004, em companhia do professor e de demais colegas do curso. Foi a minha primeira experiência em campo. Instruídos

29 Cursei Ciências Sociais na Unimontes entre 2004 e 2008.

por João Batista de Almeida Costa, tive a oportunidade de conversar com as(os) senhoras(es) responsáveis pela venda de todo tipo de especiaria regional. A abordagem inicial focada naquilo que vendiam foi apenas um pretexto para conhecer melhor as suas trajetórias, visões de mundo, dinâmicas relacionais, inserções na cidade de Montes Claros, mas também as suas articulações com contextos rurais circundantes. Ao final do exercício, como não poderia deixar de ser, fomos cobradas(os) a produzir um relato etnográfico. Essa iniciativa fomentada pelo professor foi um tanto marcante em minha trajetória, bem como na das(dos) demais colegas. A partir de então, passamos a nutrir um apreço não só pelas disciplinas de Antropologia mas também pela possibilidade de estranhar contextos que nos eram familiares, como a cidade de Montes Claros.

Não tardou para que eu pudesse construir a minha própria proposta de investigação. João Batista de Almeida Costa, numa disciplina de Antropologia, solicitou às(aos) discentes que escolhessem alguma temática para que, a partir dela, fossem realizadas etnografias. Inicialmente fiquei inclinado a pesquisar algum dos tantos povos e comunidades do Sertão dos Gerais, muito motivado pelo conjunto de pesquisas que aqui estava sendo feito; entretanto, o deslocamento para a realização de trabalhos de campo acabou se constituindo como um empecilho. Neste instante, logo lembrei de um dos textos que havia lido no primeiro período do curso Ciências Sociais, de autoria de Gilberto Velho (1997), onde consta a pertinência antropológica em torno da possibilidade de estranhar aquilo que nos é familiar. Em razão disso, resolvi propor uma investigação sobre o que me era mais próximo: a prática do skate. Ando de skate desde a minha adolescência e, em decorrência da minha relação com esta prática corporal e espacial, tive a oportunidade de me apropriar de inúmeras partes de diferentes cidades em busca de equipamentos urbanos para a realização de manobras. Esse ímpeto em prol da circulação nas cidades e da apropriação de seus equipamentos não raramente vinha acompanhado de demasiados conflitos com outros cidadãos. Portanto, frente aos dilemas que atravessam o universo

dessa prática, anunciei em sala de aula que gostaria de fazer uma etnografia junto aos skatistas.

Fui alvo de desconfiança por parte de certas(os) colegas, pois esperavam que escolheria um tema mais “sério” para a condução do trabalho de campo; entretanto, naquele instante, eu tive a crucial colaboração de João Batista de Almeida Costa, que me tranquilizou, frente à minha condição de aluno aspirante a antropólogo, ao defender que a escolha era pertinente e que poderia ser investigada à luz de algumas das tantas subáreas que compõem a Antropologia, como a Antropologia Urbana. Naquele momento, fui tomado por um misto de tranquilidade e empolgação. O resultado foi que, na sequência, elaborei um projeto de iniciação científica para investigar as formas de sociabilidade construídas entre skatistas que participavam de campeonatos realizados em distintas cidades. Como sugestão de orientador, consultei João Batista de Almeida Costa que, embora fosse especialista na discussão sobre povos e comunidades tradicionais, resolveu apostar em minha pesquisa que seria desenvolvida nos limites da Antropologia Urbana.

A Iniciação Científica, realizada sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), foi conduzida entre 2005 e 2007; a partir dela, concretizei o Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais, intitulado “*Todos juntos e misturados: um estudo sobre a formação das redes de relações entre skatistas em campeonatos de skate*”, defendido em 2008. A pesquisa em tela foi muito marcante em minha formação, visto que, para analisar as problemáticas em torno de uma prática corporal que preza veementemente pelas condições tangíveis do urbano, tive que circular por diferentes escalas de cidade – tais como Montes Claros, Belo Horizonte, João Monlevade, Ipatinga e Curitiba. A circulação e o contato com uma vasta rede de sociabilidade proporcionaram-me, com efeito, verificar empiricamente diversas dinâmicas relacionais, espaciais e identitárias que permeavam certo universo juvenil que, na época, ainda era pouco explorado nas Ciências Sociais.

A monografia lançou as bases para a escrita de um projeto de mestrado que fora submetido ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Foi aprovado na seleção; posteriormente, passei a ser orientado por Heitor Frúgoli Jr., uma importante referência em Antropologia Urbana. Esta aprovação fez-me deixar Montes Claros e encontrar uma outra conjuntura acadêmica. Mudei-me para a cidade de São Paulo, onde, entre 2009 e 2011, desenvolvi a pesquisa intitulada “De ‘carrinho’ pela cidade: a prática do *street skate* em São Paulo”, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)³⁰. A pesquisa analisou aspectos em torno do exercício de uma prática corporal e, sobretudo, as implicações em virtude dos usos e das apropriações dos espaços urbanos por parte das(os) cidadinas(os). De uma forma bem ampla, evidenciei como a cidade pode ser lida e ordenada simbolicamente por meio de um “olhar skatista”. Não pude negligenciar, nestas circunstâncias, a questão do espaço, um tema de suma importância para as Ciências Sociais. Considerei o espaço urbano não apenas um pano de fundo onde ocorrem processos de natureza sociocultural mas também como algo expresso por meio de um conjunto polifônico de representações e narrativas nativas, conforme bem frisado por Frúgoli Jr. (2005), ao colocar o urbano em questão na Antropologia. As investigações propostas aproximaram-se de uma antropologia *da* cidade, e não apenas *na* cidade, tendo revelado – de acordo com a perspectiva de Agier (2011) – a cidade vivida, sentida e em processo, o que implicou em não a considerar como uma “coisa”, mas como um todo decomposto vivido em situação. Nesse sentido, um dos desafios foi demonstrar as relações entre as práticas cidadinas das(os) skatistas com as práticas de cidadanias fomentadas por meio de lógicas institucionais. A etnografia foi realizada em diversos espaços urbanos paulistanos, onde pude acompanhar a atuação de jovens skatistas, e ainda de agentes ligadas(os) ao mercado, à mídia especializada e ao poder público municipal.

30 A dissertação deu origem ao livro “De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo”, publicada pela Editora Intermeios, em 2004, com apoio da FAPESP.

No decorrer do mestrado, tive outras experiências notadamente importantes para a minha formação em Antropologia Urbana. No período fiz parte do Grupo de Estudos em Antropologia da Cidade (GEAC/USP), coordenado pelo professor Heitor Frúgoli Jr. O grupo se reunia regularmente para a promoção de debates e eventos focados em toda sorte de temáticas urbanas. Por intermédio desse grupo pude, ainda, participar da pesquisa “Abordagens etnográficas sobre o bairro da Luz (São Paulo): *gentrification* em questão na Antropologia”, que contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa permitiu a realização de abordagens etnográficas periódicas e de caráter coletivo sobre o bairro da Luz, situado numa confluência entre processos de preservação patrimonial de instituições culturais, intervenções urbanísticas (como a demolição de casas e estabelecimentos tradicionalmente destinados a uma população mais empobrecida) e um uso histórico por partes das classes populares, incluindo a existência de dezenas de pessoas em situação de rua nos espaços públicos, dependentes do consumo de crack, o que ajudava a criar uma forte esfera de estigmatização local. O seu principal objetivo foi contribuir para uma reflexão antropológica sistemática sobre questões relacionadas ao alcance do conceito de *gentrification* a partir da compreensão de dinâmicas políticas e cotidianas que permeiam uma territorialidade paulistana³¹.

Após me dedicar a tais atividades, retomei os meus interesses centrais de pesquisa – focados nos dilemas da realização da prática do skate em espaços urbanos –, e, por causa disso, resolvi prestar o processo de seleção para doutorado. Fui aprovado no doutorado em Antropologia Social da USP, sob a orientação de José Guilherme Magnani, outra referência significativa em Antropologia Urbana. Nesse estágio de formação, entre 2013 e 2017, desenvolvi a tese “A cidade dos *pícos*: a prática do skate e os desafios da cidadania”, realizada com financiamento da FAPESP³². A tese revelou

31 Para conferir os resultados dessa pesquisa, ver Frúgoli Jr. e Sklair (2009).

32 A tese deu origem ao livro “A cidade do skate: sobre os desafios da cidadania”, publicada em 2022 pela Editora HUCITEC, com apoio da CAPES.

como a cidadinidade skatista – considerada como a maneira de fazer o cotidiano citadino de uma forma um tanto criativa, transgressiva e astuciosa (Agier, 2011, 2015; Certeau, 2009) – é permeada por múltiplas configurações, enquadramentos, agenciamentos e contradições, além do jogo relacional entre “estratégias” e “táticas” (Certeau, 2009) que ocorre numa São Paulo considerada a partir de uma perspectiva citadina. A realização do skate de rua constitui-se como foco de uma investigação que o tratou não apenas como uma prática multifacetada que transcorre no urbano, mas, igualmente, como uma própria prática do urbano transposta por resistências, transgressões, conflitos e negociações, enfim, por posicionamentos díspares frente às governanças que são feitas dos espaços da cidade. Dessa forma, objetivei analisar como as(os) skatistas embaralham certos ordenamentos urbanos e põem em suspensão embelezamentos estratégicos de uma cidade gerenciada como mercadoria e voltada para práticas de cidadania que são englobadas sobretudo por lógicas de consumo.

Enfim, tive a oportunidade de reconstituir como as governanças paulistanas, em níveis executivo e legislativo, enquadraram estrategicamente a prática do skate de rua em diferentes momentos de sua história. Por meio de uma retomada das principais mobilizações políticas, foi possível constatar um rol de posicionamentos que oscilavam entre a repressão, a proibição e a uma relativa tolerância. Quanto a esta última, cabe frisar a existência de diversas iniciativas, como projetos de lei e instituição de frentes parlamentares, que foram implementadas com a intenção de ofuscar certos sentidos citadinos que atravessam a prática do skate, por exemplo, a valorização dos usos das ruas, e de dar visibilidade a alguns aspectos mais desejáveis de seu universo, como a dimensão esportiva que lhe é inerente.

Se no mestrado tive uma atuação junto ao GEAC, no doutorado, por sua vez, encontrei-me vinculado ao núcleo coordenado pelo meu então orientador, professor José Guilherme Magnani. Assim, tive uma participação efetiva como pesquisador do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP), onde coordenei o NAU Cidades, grupo de estudos focado na análise de variadas modalidades de apropriações urbanas e formas de sociabilidade.

A partir desse grupo promovi incursões etnográficas em diversas partes de São Paulo para, com a colaboração de outras(os) pesquisadoras(es), analisar processos e eventos que vinham impactando sobremaneira a dinâmica urbana da metrópole. Em razão disso, participei de trabalhos de campo realizados durante a Virada Cultural (evento promovido pela prefeitura municipal) e, também, durante os jogos da Copa do Mundo de futebol, em 2014. Ainda circulei por bairros periféricos, por instituições do extremo leste da cidade, por equipamentos de lazer, sem contar, também, o contato com o Movimento das(os) Trabalhadoras(es) Sem Teto (MTST) a fim de coletar dados e registrar ativismos e insurgências em prol de moradias dignas.

Em 2016, um ano antes da minha defesa de doutorado, tomei posse como professor efetivo da Unimontes. Portanto, tive a chance de retornar para a mesma instituição onde me graduei, porém não mais na condição de aluno, mas na de docente e pesquisador, tendo como colegas de trabalho muitas(os) daquelas(es) que me formaram, dentre elas(es), o professor João Batista de Almeida Costa. O curso de Ciências Sociais continuava marcado pela atuação de antropólogas(os) vinculadas(os) às discussões sobre povos e comunidades tradicionais; frente a isto, resolvi apostar num diferencial, ou melhor, em disciplinas e projetos que seriam desenvolvidos com base na subárea que permeou minha trajetória, qual seja, a Antropologia Urbana. Seria uma chance para fomentar novas reflexões e especialidades no curso, as quais se somariam às demais consolidadas. Além de ofertar disciplinas optativas sobre temáticas urbanas e de orientar pesquisas de iniciação científica sobre práticas juvenis cidadinas nos espaços públicos de Montes Claros, pude, ainda, criar um grupo de estudos com vistas a mobilizar novas(os) interessadas(os) em realizar etnografias na cidade.

O grupo, criado em 2017, foi inspirado nas dinâmicas dos demais que participei durante a minha trajetória na USP. Denominado GEAU – Grupo de Estudos em Antropologia Urbana –, mesclava perspectivas tanto do GEAC/USP quanto do NAU/USP. Outras ações cruciais para a emergência da Antropologia Urbana na Unimontes se deram no âmbito do V Encontro das Ciências Sociais no Norte de Minas, evento ocorrido em 2018 sob a

organização da antropóloga Nayara Alvim em parceria com demais docentes do Departamento de Ciências Sociais. A equipe organizadora conseguiu a proeza de trazer para Montes Claros importantes pesquisadoras(es) para realizarem palestras e conferências. Foi o caso de Silvana Souza Nascimento (docente do Departamento de Antropologia da USP, onde coordena o CÓCCIX – Estudos Indisciplinares do Corpo e do Território); Enrico Spaggiari (doutor em Antropologia pela USP), e o Prof. Dr. José Guilherme Magnani (na época professor titular do Departamento de Antropologia da USP, e coordenador do NAU, já apresentado). Este último, José Guilherme Magnani, não apenas compartilhou seus conhecimentos em Antropologia Urbana para um público amplo como também instigou alunas(os) de graduação e pós-graduação da Unimontes a fazerem, em sua companhia, etnografias urbanas na área central de Montes Claros. Os seus relatos acerca desse exercício foram publicados, inclusive, na Revista *Argumento*, a qual faz parte do Departamento de Ciências Sociais da instituição³³.

Com as colaborações e demais iniciativas mencionadas, a Antropologia Urbana começou a ganhar repercussão inédita no âmbito da universidade a ponto de despertar a atenção até mesmo em acadêmicas(os) provenientes de outras áreas. Essa propagação ocorreu de maneira mais evidente a partir de 2019, quando tive a oportunidade de assumir um novo vínculo na instituição: fui aprovado como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), programa criado em 2004 e que oferta, atualmente, os níveis de Mestrado e de Doutorado. O PPGDS/Unimontes é um programa interdisciplinar que tem como objetivo a produção de análises sobre os processos dinâmicos, interativos e controversos que marcam o desenvolvimento social. A minha entrada no programa constituiu-se como uma possibilidade para a ampliação das investigações que eu vinha desenvolvendo; assim, ao investir na produção de pontes com

33 MAGNANI, J. G. C. Caminhada etnográfica na região central de Montes Claros-MG. *Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes*, v. 15, n. 1, p. 357-364, 2018.

outras áreas do conhecimento, estabeleci a oferta de disciplinas e demais ações a fim de enfrentar problemáticas urbanas locais. Nesse sentido, criei a disciplina optativa “Direito à cidade: perspectivas interdisciplinares”; a partir de seus desdobramentos, organizei um núcleo de pesquisa com vistas a incorporar, num primeiro momento, as iniciativas outrora desenvolvidas pelo GEAU, para, em seguida, potencializá-las ao permitir as suas articulações com outras frentes de pesquisas, derivadas de áreas que também tinham interesses em temáticas urbanas, porém com o diferencial de prezarem pela utilização do método etnográfico. Desse modo foi criado, em 2020, o Citadino – Núcleo Interdisciplinar de Temáticas Urbanas, núcleo que será apresentado doravante.

Núcleo Citadino: sobre as maneiras de se fazer Montes Claros

A cidade de Montes Claros, situada no Norte de Minas, possui 414.240 pessoas habitantes, conforme estimativa atualizada, em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); por isso, é a quinta cidade mais populosa do estado de Minas Gerais. O seu crescimento está atrelado a uma série de fatores políticos, econômicos e demográficos, dentre eles, conforme assevera Pereira (2007), a instalação de uma estação ferroviária, na década de 1920, e a inclusão da região norte-mineira na área de atuação da SUDENE, pós-década de 1960, o que propiciou à cidade sediar a instalação de indústrias, e, de modo concomitante, receber melhorias urbanísticas.

Com a urbanização e o crescimento populacional de Montes Claros nas últimas décadas, as atividades terciárias, segundo Pereira (2007), dinamizaram-se e fizeram com que a cidade passasse a desempenhar novas funções e novos papéis no âmbito intraurbano, potencializando, com efeito, a oferta de serviços essenciais para a população, com destaque para aqueles relacionados à saúde e educação, e também à expansão e à diversificação do comércio. Tudo isso culminou em demasiadas mudanças na cidade, que alargou seu tecido urbano, motivando novas centralidades, áreas

periféricas, bem como a emergência de toda sorte de misérias e precariedades urbanas que assolavam um número significativo de cidadinas(os) empobrecidas(os) que passaram a habitar um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e fundiárias. Desse modo, como bem sintetizado por Gomes (2007, p. 171), Montes Claros tem como pano de fundo

[...] uma história tecida pelas pisadas do gado, pelos trilhos da linha férrea, pelas indústrias que transformaram a paisagem do sertão, pelas rodovias que tornaram próximos lugares longínquos, e pelo urbano, que abriu as portas para que os sertanejos se vissem diante de um mundo globalizado.

Frente a tais processos e dinâmicas, o Núcleo Citadino foi criado a fim de problematizar não somente questões caras ao impacto da produção capitalista de Montes Claros, mas, de igual maneira, as tantas formas de cidadinidade que transcorrem nesta cidade média cujos espaços urbanos são marcados por demasiadas disputas, exclusões e segregações. Dessa maneira, ao tentar compreender como as(os) cidadinas(os) fazem a cidade a partir de suas lógicas e vivências concretas, as discussões e demais propostas buscam se desvencilhar de eventuais perspectivas essencializantes, que consideram a cidade como uma coisa ou uma norma, em prol de investigações centradas em processos que intercalam, embaralham e/ou superpõem diferentes planos, espaços, procedimentos e uma vasta rede de agentes e saberes sociotécnicos.

Além da minha liderança, o Núcleo Citadino conta com a participação efetiva de demais professoras(es) e pesquisadoras(es) vinculadas(os) à Unimontes, a saber, Anete Marília Pereira (Departamento de Geociências); Isabela Veloso Lopes Versiani (Departamento de Educação Física); Marcelo Brito (Departamento de Direito), Mariana Fernandes Teixeira (doutoranda em Desenvolvimento Social pelo PPGDS), e, não obstante, com colaborações de pesquisadoras(as) vinculadas(os) a instituições externas, como é o caso de Nayara Alvim (doutoranda em Educação pela USP) e Gustavo Souza

Santos (doutor em Desenvolvimento Social pelo PPGDS e coordenador do curso Publicidade e Propaganda do Centro Universitário FIPMoc). Apesar das diferentes áreas de origem de cada um(a), possuímos, em comum, o interesse pela Antropologia Urbana, sobretudo pelo método etnográfico, o qual é aplicado nas pesquisas que realizamos.

As ações do núcleo se intensificaram consideravelmente desde a sua criação. Num primeiro momento, foi estabelecida uma série de reuniões entre coordenadoras(es) e discentes de graduação e pós-graduação a fim de estudar referências clássicas e contemporâneas caras aos estudos urbanos, muitas delas vinculadas à Antropologia Urbana produzida no país (como é o caso de Eunice Durham; Gilberto Velho; José Guilherme Magnani; Antônio Arantes; Ruben Oliven; Cornelia Eckert; Teresa Pires do Rio Caldeira; Alba Zaluar; Heitor Frúgoli Jr.; Cristina Patriota Moura; Luiz Henrique de Toledo; Urpi Uriarte; Alexandre Barbosa Pereira; Silvana de Souza Nascimento etc.). Essa articulação, para fins de estudos, teve desdobramentos significativos, dentre eles, a aprovação de um projeto de extensão, intitulado “Encontros Citadinos”. Sob coordenação da professora Isabela Veloso Lopes Versiani, o projeto em tela prevê a realização de ciclo de debates, presenciais e virtuais, com vistas a fomentar a relação entre o universo acadêmico e os saberes citadinos. Cada edição abarca temáticas específicas, onde são tematizados os efeitos decorrentes da produção da cidade, bem como compartilhadas experiências e táticas decorrentes de um conjunto de vivências no urbano. Assim, o “Encontros Citadinos” vem se destacando pela mediação que proporciona entre diferentes agentes e instituições atuantes em Montes Claros. Prova disso são as mesas-redondas que debateram certas situações que renderam polêmicas e controvérsias na cidade, por exemplo, os desafios em prol da realização do carnaval de rua, os conflitos derivados da apropriação cultural de uma parte histórica da sua região central, os dilemas frente à implementação do programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal etc.

Além da promoção de eventos mensais, o núcleo também resolveu apostar na criação de uma iniciativa mais ampla para produzir mediações

com outras redes acadêmicas dedicadas aos estudos urbanos. Dessa forma, em 2022, ocorreu a primeira edição do Colóquio Cidadino, evento que contou com duas importantes conferências, sendo uma internacional. Estiveram presentes, em Montes Claros, Pablo Vega Centeno Sara Lafosse (Coordenador do Centro de Investigación de la Arquitectura y la Ciudad, da Pontificia Universidad Católica del Perú), que realizou palestra sob a experiência do transeunte na cidade de Lima (Peru), e Alexandre Barbosa Pereira (antropólogo urbano e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo), que realizou uma abordagem sobre juventudes cidadinas e seus lugares de encontros e disputas. Ambos os pesquisadores também puderam, em companhia do público, caminhar pela cidade a fim de refletir e problematizar questões em torno de usos e apropriações urbanas. O colóquio potencializou a nossas redes acadêmicas, proporcionando, pouco tempo após a sua realização, a minha visita técnica à Pontificia Universidad Católica del Perú, em Lima, para cumprir uma série de compromissos, como realização de palestra, reuniões e trabalhos de campo nas centralidades da capital peruana.

Em 2023, por sua vez, ocorreu a segunda edição do Colóquio Cidadino. Dessa vez, o núcleo contou com o protagonismo de referências regionais atreladas aos estudos urbanos, dentre elas, (as)os geógrafas(os) e professoras(es) Marcos Esdras Leite e Iara Soares França, que refletiram sobre os desafios em torno do planejamento e da produção da cidade de Montes Claros. O colóquio também diversificou as suas ações para além de conferências; para tanto, contou com um fórum de pesquisas sobre a cidade – o qual reuniu pesquisadoras(es) em diferentes estágios de formação, que puderam compartilhar resultados de investigações sobre temáticas variadas, por exemplo, a constituição da cidadindade de mulheres negras e periféricas, as táticas cidadinas em prol da construção de cozinhas solidárias, as resistências dos movimentos de moradia, e, ainda, os circuitos do futebol de várzea no sertão –, além de uma mesa-redonda com a participação de convidadas(os) externas(os) à academia, como representantes de

movimentos sociais, de associação de bairro e da prefeitura com a intenção de discutir as problemáticas em torno da habitação em Montes Claros.

Cabe destacar, também, que as ações do Núcleo Cidadino vêm se ampliando a partir da captação de recursos junto a agências oficiais de fomento. Entre 2020 e 2024, foram aprovados três projetos coletivos vinculados ao núcleo, todos eles sob minha coordenação.

O primeiro, intitulado “Centralidade em disputa: impactos citadinos da reforma do Vale do Anhangabaú”, foi contemplado em 2021 no âmbito da chamada universal do CNPq³⁴. A pesquisa, a qual analisa as controvérsias em torno da reforma de um espaço público situado numa centralidade paulistana, integra um projeto mais amplo que decorre da parceria entre o Núcleo Cidadino, Núcleo de Antropologia Urbana da USP e o Centro de Investigación de la Arquitectura y la Ciudad, da Pontificia Universidad Católica del Perú.

O segundo projeto, aprovado em 2022 pela FAPEMIG, intitula-se “Maneiras de fazer-cidade: sobre os desafios citadinos em Montes Claros-MG”³⁵. Trata-se de uma proposta que visa a produzir reflexões e intervenções a partir dos agenciamentos que configuram a intrínseca relação entre práticas citadinas e aparatos sociotécnicos, formas de mobilidade e certas ações político-urbanísticas. O projeto abarca diferentes pesquisas, produzidas por pesquisadoras(es) que se encontram da iniciação científica ao estágio pós-doutoral, por meio das quais ainda será realizado um rol de publicações, como uma coletânea, a fim de revelar as tantas Montes Claros possíveis a partir das perspectivas de suas(seus) citadinas(os). O financiamento da proposta garantiu, ao Núcleo Cidadino, a possibilidade de vincular pesquisadoras(es), os quais vêm atuando de maneira remunerada, para o exercício de tarefas práticas. Além disso, o núcleo tem a participação de uma arquiteta, Maria Clara de Oliveira Silva, que é responsável por ações de intervenções junto às comunidades externas à universidade; também tem a

34 Projeto aprovado pela chamada CNPq 18/2021.

35 Projeto aprovado pela chamada FAPEMIG 09/2022.

valiosa colaboração de Enrico Spaggiari, antropólogo urbano com doutorado em Antropologia pela USP, que está incumbido de coordenar a frente de pesquisa do projeto e de proporcionar oficinas de formação em etnografia urbana para acadêmicas(os) da Unimontes e demais interessadas(os). Por meio dessa iniciativa, o Núcleo Cidadino vem realizando etnografias em todas as regiões administrativas de Montes Claros a fim de compreender as tantas maneiras de se fazer a cidade.

O terceiro e último projeto, aprovado em 2023, também pela FAPEMIG, diz respeito à criação do Laboratório Multiusuário Cidadino³⁶. O laboratório amplia as ações do núcleo ao se constituir como um centro de referência regional para problematizar as múltiplas facetas da vida urbana e promover discussões sobre temas cruciais aos estudos sobre cidades, como formas de sociabilidade, conflitos em espaços públicos, segregações, territorialidades, gentrificação, mobilidades, demandas sociais ligadas a indicadores de qualidade de vida urbana e ativismos pautados em experiências cidadinas diversas presentes no contexto da cidade de Montes Claros e em perspectiva relacional com outras cidades do Norte de Minas, considerando suas diferentes escalas e especificidades. A iniciativa busca incentivar a formação de redes de colaboração entre pesquisadoras(es) e profissionais que atuam em diferentes áreas para produzir conhecimentos, recursos e tecnologias sociais que possam ser utilizados por atores sociais diversas. Desse modo, mediante o financiamento da FAPEMIG, foram obtidos recursos para compor o laboratório com diversos equipamentos audiovisuais cuja função é catalogar e registrar as formas de cidadindade que marcam a região. Cabe destacar, ainda, que há uma bolsista no laboratório – Priscila Dias Alkimim (pesquisadora da área do Direito, atualmente doutoranda em Desenvolvimento Social pela Unimontes, sob minha orientação) –, que é responsável por gerenciar as demandas corriqueiras e por estabelecer mediações a fim de que o Núcleo Cidadino possa dar o devido retorno à cidade desenvolvendo ações concretas e comprometidas em mitigar os efeitos

36 Projeto aprovado pela chamada FAPEMIG 04/2023.

das desigualdades que prejudicam a qualidade de vida urbana. Dentre tais mediações, conquistamos, por exemplo, duas emendas parlamentares a fim de proporcionar intervenções urbanas num bairro de Montes Claros notadamente marcado pela ocupação popular³⁷, e, também, de garantir a compra de produtos para equipar a cozinha solidária do Movimento das(os) Trabalhadoras(es) Sem-Teto (MTST) atuante na cidade³⁸.

O Núcleo Cidadino³⁹ possui um caráter multifacetado e interdisciplinar; entretanto, é importante enfatizar que o núcleo se encontra registrado no diretório de grupos do CNPq vinculado à Antropologia Urbana. Logo, a realização de etnografia em contextos urbanos tem se constituído como um elo entre todas(os) as(os) suas(seus) integrantes. As ações do núcleo continuam se intensificando; por isso, prevê-se que, no decorrer dos próximos anos, diversos produtos sejam consolidados – artigos, coletâneas, documentários, cartilhas, eventos etc. – com a intenção de repercutir novos interesses de pesquisa vigentes, para além daqueles já consolidados no Sertão dos Gerais.

Considerações finais

O presente capítulo trouxe uma das versões possíveis para a constituição e tentativa de consolidação da Antropologia Urbana no Norte de Minas, especificamente na cidade de Montes Claros, onde se situa a sede da Unimontes e está vinculado o Cidadino, núcleo sob minha liderança. Foi realizado, com efeito, um primeiro exercício de sistematização em torno de uma agenda de pesquisas e intervenções que se encontram em vias de desenvolvimento. Espero, em outra oportunidade, ampliar as questões aqui iniciadas, trazendo não apenas os resultados das várias investigações realizadas sobre as maneiras de se fazer Montes Claros mas também os impactos das ações

37 A emenda parlamentar para esse fim foi destinada pela deputada estadual Leninha (PT).

38 A emenda parlamentar para esse fim foi destinada pela deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL).

39 Mais informações sobre o Núcleo Cidadino em: <https://nucleocitadino.wordpress.com/>.

do núcleo perante certas(os) cidadinas(os) que clamam pelo direito a uma cidade menos desigual.

Para finalizar, gostaria de registrar que este capítulo se constitui como uma homenagem ao antropólogo João Batista de Almeida Costa. O professor aposentou-se em 2023 após anos de dedicação à Unimontes e de defesa dos povos e das comunidades tradicionais do Sertão dos Gerais. O seu orgulho catrumano perpassa o seu ofício e alcança as(os) que estão ao redor, como alunas(os) e professoras(es) que tiveram a chance de compartilhar de sua rotina. Enquanto seu orientando de iniciação científica, pude começar a compreender melhor não somente as condições das *gentes miúdas* do Sertão dos Gerais mas também as implicações em torno dos seus exercícios da cidadinidade. Desse modo, se tenho a presente chance de compartilhar essas experiências sobre as potencialidades da Antropologia Urbana numa região muitas vezes preterida de visibilidade acadêmica, muito se deve ao seu legado em minha formação.

Ao fim e ao cabo, espero ter contribuído para que Montes Claros seja lembrada não apenas como a terra natal de Darcy Ribeiro mas também como a cidade onde atuou João Batista de Almeida Costa, exímio antropólogo das causas do Sertão dos Gerais.

Agradecimentos

Sou grato ao convite de Candice Vidal e Souza e Cornelia Eckert para colaborar com esta coletânea destinada à reflexão sobre os 70 anos da Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023). Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa “Centralidade em disputa: impactos citadinos da reforma do Vale do Anhangabaú” (processo 408182/2021-0) e pela bolsa de produtividade em pesquisa (Bolsa PQ). Também agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelos financiamentos atribuídos aos projetos desenvolvidos no âmbito do Núcleo Citadino/Unimontes, a saber, “Maneiras de fazer-cidade: sobre os desafios citadinos em Montes

Claros-MG” (processo APQ-03040-22) e “Laboratório Multiusuário Cidadino: consolidação dos estudos urbanos no Norte de Minas” (processo APQ-03797-23).

Referências

AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ANAYA, F. C. De “Encurralados pelos Parques” a “Vazanteiros em Movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CARDOSO, A. D. Nota da editora. In: COSTA, J. B. A. *Darcy Ribeiro: o homem e suas peles*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2023, p. 13.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

COSTA, J. B. A. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COSTA, J. B. A. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*. 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COSTA, J. B. A. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. *Revista Verde Grande*, Montes Claros, v. 1, n. 3, p. 8-48, 2005.

COSTA, J. B. A. Movimento Catrumano: o Norte de Minas como berço de Minas Gerais. *Revista Verde Grande*, v. 1, p. 24-36, 2007.

COSTA, J. B. A. A sociedade de curral: desenvolvimento social pelas figuras sociais, pelo habitus e pela organização do estado no Norte de Minas. *Argumentos*, v. 16, p. 195-235, 2019.

COSTA, J. B. A. O Sertão e a revelia do mundo: expropriação, enlouquecimento, migração forçada e concentração de terra durante a modernização conservadora no Brasil. *Revista Desenvolvimento Social*, v. 27, p. 245-268, 2021.

COSTA, J. B. A. (org.). *Darcy Ribeiro: o homem e suas peles*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2023.

COSTA FILHO, A. C. *Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo norte-mineiro*. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DAYRELL, C. A. *Geraizeiros e Biodiversidade: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia*. 1999. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Internacional de Andalucia, Espanha, 1999.

FRANÇA, I. S. *A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de MG*. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FRÚGOLI JR., H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.

FRÚGOLI JR., H; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 30, p. 119-136, 2009.

GALIZONI, F. M. *Águas da vida – população rural, cultura e água em Minas Gerais*. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GOMES, F. S. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais*. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LEFEBVRE, H. [1968]. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, C. A. *Vaqueiros, seleiros, carreiros e trançadores: uma etnografia com coisas, pessoas e signos no sertão mineiro*. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

LUZ DE OLIVEIRA, C. *Populações Tradicionais e territorialidade: os vazeiros do Rio São Francisco no Norte de Minas*. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MACHADO, G. M. C. *Todos juntos e misturados: um estudo sobre a formação das redes de relações entre skatistas em campeonatos de skate*. 2008. 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2008.

MACHADO, G. M. C. *De carrinho pela cidade: a prática do street skate em São Paulo*. 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MACHADO, G. M. C. *De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2014.

MACHADO, G. M. C. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania*. 2017. 345 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MACHADO, G. M. C. *A cidade do skate: sobre os desafios da cidadania*. São Paulo: Hucitec; CAPES, 2022. (Coleção Antropologia Hoje).

MAGNANI, J. G. C. Caminhada etnográfica na região central de Montes Claros – MG. *Argumentos*, v. 15, n. 1, p. 357–364, 2018.

NOBRE, R. F. Darcy Ribeiro: um espírito solar. *Terceiro Milênio* – Revista Crítica De Sociologia e Política, v. 5, p. 190–198, 2016.

OLIVEIRA, A. R. *Política e Políticos Indígenas: a experiência Xakriabá*. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PAULA, A. M. N. R. *Travessias destinos migratórios em comunidades rurais no Sertão de Minas Gerais*. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)

- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PEREIRA, A. M. *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

RIBEIRO, D. *O processo civilizatório – etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

RIBEIRO, D. *Testemunho*. São Paulo: Editora Siciliano, 1990.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, F. J. A. *A festa dos catopês em Montes Claros: descortinando cenários discursivos*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, n. 104, p. 93-109, 2016.

VELHO, G. Observando o familiar. In: VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 122-134.

Margens, ilhas e pesquisas no médio São Francisco

Claudia Luz de Oliveira



*Figura 1 – Caminho vazanteiro entre margens e ilhas no médio São Francisco.
Várzea da Manga no Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso/MG*

Fotografia: Elisa Cotta de Araújo, 2008.

Introdução

As pesquisas que eu venho desenvolvendo com povos e comunidades tradicionais no norte de Minas, desde o início dos anos 2.000, focalizam especificamente as lutas das comunidades tradicionais vazanteiras pelo direito de manter vínculos territoriais com o seu lugar de vida. No caso das

comunidades vazanteiras, o lugar de vida é o rio São Francisco e suas terras crescentes. Vazanteiras é uma denominação costumeira pela qual são conhecidas as pessoas que vivem em coletividades nas margens e ilhas do médio rio São Francisco. A denominação, que passou por transformações de sentido, se refere preponderantemente, nos dias atuais, ao reconhecimento de um modo de existência característico de quem interage com o rio e com suas terras de vazante. Nas margens e ilhas vivem vazanteiras com origens e trajetórias de vida peculiares, que têm em comum uma longa história de relação com o rio e cultivam a sabedoria e o gosto de viver nesses lugares fluidos. Essas terras em permanente movimento são nativamente chamadas de terras crescentes. As terras crescentes são lugares inundáveis, temporariamente tomados pelo rio e, em seguida, devolvidos aos vazanteiros.

A construção de vínculos afetivos e compromissos intelectuais com as pessoas com as quais fazemos pesquisas envolve aspectos sentimentais, éticos e políticos, que incluem e extravasam nossos interesses profissionais, tem relação com a nossa história pessoal e com o modo como nos situamos no mundo. O presente artigo é um exercício de reflexão sobre isso, provocado pelo contato com a narrativa visceral de Donna Haraway (2004, p. 1), quando eu me dei conta do sentido da minha trajetória. Como ela, percebi que: *“I learned to read and write inside worlds at war. [...] These wars are personal. They make me who I am [...]”*. As palavras da autora me arremessaram para a minha própria história, para olhar com outros olhos a violência que estruturou o mundo onde eu cresci, aprendi a ler e a escrever. Percebi que foram essas guerras travadas contra os povos e as comunidades tradicionais dessa região que me fizeram ser quem eu sou.

Fui criada no norte de Minas, lugar dos Gerais, e compartilho com as vazanteiras a vivência numa região cuja matriz da formação econômica e ideológica foi a grande fazenda de criação de gado, que é objeto de discussão do antropólogo João Batista de Almeida Costa (2021). Porém, diferentemente delas, nasci numa família de proprietários de terra. Vi acontecerem ao meu redor as transformações socioculturais, econômicas e ecológicas

decorrentes do processo de modernização da agricultura, que resultaram na expulsão dos vazanteiros e de outros milhares de povos e comunidades tradicionais dos seus territórios, nas décadas de 1970 e 1980. O crescimento acelerado da minha cidade pela chegada cotidiana de famílias que saíam da roça para morar nas pontas de rua e nos bairros mais afastados do centro era considerado inexorável. O que se ouvia dizer era que os fazendeiros não podiam mais deixar posseiros e agregados morando dentro de suas terras para não terem problemas com reivindicações de direitos de usucapião. Essas mesmas pessoas das pontas de rua passaram a trabalhar temporariamente como carvoeiros naquelas fazendas de onde tinham saído. Havia um farto financiamento bancário para derrubar o cerrado, fazer carvão e implantar pastagens nas áreas desmatadas. O carvão era vendido para alimentar a demanda dos fornos das usinas siderúrgicas localizadas nas proximidades de Belo Horizonte/MG. A euforia com o dinheiro do carvão era tanta que os frondosos flamboyants vermelhos, que se enfileiravam nos canteiros da avenida central da minha cidade, Brasília de Minas/MG, foram cortados porque seus galhos atrapalhavam a passagem dos caminhões carregados de carvão. Nessa mesma leva chegaram as empresas de reflorestamento, ampliando enormemente a derrubada do cerrado para também fazerem carvão e plantarem eucalipto nas áreas desmatadas. O que se ouvia dizer era que essas empresas iriam fazer circular muito dinheiro na cidade e iriam contratar muitos trabalhadores. De fato, os caminhões com o logotipo das empresas cruzavam as ruas lotadas de trabalhadores que subiam as chapadas para trabalharem no plantio de eucalipto. Depois dos primeiros anos, a oferta de trabalho nas empresas de reflorestamento minguou; o que se via na cidade eram comboios de ônibus contratados para levarem os trabalhadores migrantes da região para as jornadas exaustivas de trabalho nas lavouras de café do sul de Minas e nas lavouras de cana-de-açúcar de São Paulo.

Em poucos anos, a paisagem estava transformada. Ao percorrer de ônibus os extensos chapadões cortados pela estrada que me levava do norte de Minas até Belo Horizonte, onde eu cursava a graduação em Ciências

Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, via imensas áreas de terra nua e outras áreas com monocultivos de eucaliptos formando enormes quadrados verdes homogêneos. Ao longo da minha formação em ciências sociais fui reunindo elementos que me permitiram estabelecer uma relação crítica com minhas próprias experiências e construir conexões entre o que eu vivi e o que eu li. Teorias sobre relações de classe social, racismo, modernização conservadora, coronelismo, campesinato e conflitos agrários no Brasil faziam sentido para pensar tudo aquilo o que eu vi acontecer ao meu redor. A despeito da pertinência dessas reflexões, por meio delas eu não me sentia implicada nesses processos. A tradução ou a subversão desses conceitos somente se processou mediante longo aprendizado posterior com outros mestres fora da academia, que eram agricultoras, agricultores e a equipe técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAANM)¹, onde comecei a trabalhar em 1992. Essa experiência me ressituiu no norte de Minas e nas guerras que se desenrolavam ao meu redor.

Foi conversando e andando entre roças onde se misturavam milho, mandioca, feijão catador, andu, fava, abóbora, cará, quiabo, abacaxi e melancia, entremeadas por pés de panã, cagaita, lobeira, pequi, pau d'óleo e coquinho azedo, que os geraizeiros me apresentaram, com a fineza que lhes é característica, o lugar onde eu sempre vivi. Essa experiência de intensas trocas de conhecimento, afeto e aprendizado sobre simetria, guiou a minha escolha pela antropologia e por fazer antropologia com esperança. Sem me alongar na reflexão sobre o sentido da esperança, penso ser necessário dizer que ele se alinha à ideia de recurso criativo, de esperança ativa e engajada

1 O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos com 35 anos de atuação na região norte de Minas Gerais. É sediada em Montes Claros (MG) e mantida com recursos próprios, recursos públicos e recursos da cooperação internacional. Criada pelo movimento social dos trabalhadores rurais da região e pela Comissão Pastoral da Terra, no início da década de 1980, a organização se propôs a ser um locus de experimentação alternativa ao pacote tecnológico da "revolução verde" no campo, cujo modelo se baseou na disseminação de sementes melhoradas, adubação química, agrotóxicos, irrigação e mecanização. Hoje o CAA NM adota o conceito de agroecologia para definir suas práticas.

ou generativa, sempre animada pelo inconformismo. Facina (2022)² trata o tema em artigo recente sobre narrativas de esperança nas produções artísticas que têm como referência cultural as periferias brasileiras.

Parece-me que as narrativas de esperança, e podemos incluir aqui uma Antropologia da Esperança, são evidências de um momento histórico caracterizado pelo desespero, em que imaginar futuros é uma necessidade política e existencial para segmentos da sociedade brasileira que se sentem ameaçados em seus modos de viver. (Facina, 2022, p. 25).

Assim como os sujeitos periféricos pesquisados por Facina (2022), os vazanteiros e outros povos e comunidades tradicionais são segmentos da sociedade brasileira ameaçados em seus modos de ser e estar no mundo. Nesses contextos históricos e socioculturais diversos, os usos e significados da esperança devem ser compreendidos em suas especificidades na pesquisa etnográfica. No caso das vazanteiras percebi que o significado se relaciona à própria concepção de terras crescentes, como abordarei nas considerações finais.

Caminhos da pesquisa entre margens e ilhas

Quando eu trabalhava no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, coordenando um programa de formação de jovens em agroecologia, conheci Edmundo, Romilson e Arnaldo, vazanteiros da cidade ribeirinha de Januária. Em 1996 o programa teve a participação de diversos povos e comunidades tradicionais do norte de Minas – indígenas Xacriabá, geraizeiras, catingueiras e vazanteiras. Essas formas de se referir são costumeiras. Delas se utilizam agricultores da região norte de Minas para identificar aqueles que vivem nos diversos ambientes que conformam a paisagem

2 Para tratar o tema, Facina (2022) traz as reflexões antropológicas sobre a esperança propostas por Crapanzano (2003), Miyazaki (2004), Appadurai (2013) e Parla (2019), entre outros.

regional: catingueiros – moradores da Caatinga, geraizeiros – moradores das serras e altiplanos do Cerrado; verdeiros – moradores das veredas do Cerrado, que são áreas úmidas e de vegetação mais densa, com ocorrência de afloramento d’água; e vazanteiros – moradores das margens e ilhas do rio São Francisco³.

No intervalo entre os módulos do curso de agroecologia fui visitar esses alunos na ilha do Balaieiro, localizada em Januária/MG, às margens do rio São Francisco. Por mais que eu já conhecesse as dinâmicas territoriais dos geraizeiros e catingueiros da região, aos processos de expropriação sofridos e os impactos das políticas de modernização da agricultura, no caso dos vazanteiros – igualmente impactados por tudo isso – se somava a característica de viverem num território móvel, remodelado a cada cheia do rio. Os relatos mostravam como a vida na ilha se moldava aos ciclos do rio – seca, enchente, cheia e vazante. Durante a cheia o rio “come” as roças e “toma” as terras, mandando muitos vazanteiros “embora” das margens e ilhas, o que me pareceu trágico e lamentável, mas para eles as enchentes eram, antes de tudo, ocasião de fertilização e, por conseguinte, sinal de fartura nos anos vindouros. O interesse por aprofundar os meus conhecimentos sobre essa dinâmica territorial desenvolvida na relação com o rio e um modo de existência marcado pela mobilidade me levou a escolher os vazanteiros do rio São Francisco como interlocutores de pesquisa. No curso de mestrado, na Universidade Federal de Minas Gerais, eu tive a sorte de ter como professora Andréa Zhouri, recém-chegada da Inglaterra, e percebi as imensas afinidades que nos levaram a estabelecer uma relação de orientação, amizade e parceria que se prolonga até hoje.

3 Pesquisadores que integram o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Unimontes, bem como pesquisadores parceiros, vêm desenvolvendo estudos sobre a diversidade de povos e comunidades tradicionais do norte de Minas: Anaya (2012), Anaya et al. (2020), Araújo (2014), Barbosa (2023), Brito (2013), Costa (1999; 2021), Costa Filho (2008), Dayrell (1998, 2019a, 2019b), Nogueira (2019), Paula et al. (2020), Silva (2023), Thé (2003).

Na dissertação de mestrado (Oliveira, 2005), abordei o debate teórico-conceitual sobre comunidades tradicionais e territorialidades como categorias antropológicas, procurando caracterizar, por meio da etnografia, os moradores das margens e ilhas do médio São Francisco como coletividades que tinham em comum um modo de existência vazanteiro. Um dos postulados defendidos na dissertação era que o reconhecimento desse modo de existência peculiar possibilitava aos vazanteiros inserirem-se na categoria de povos e comunidades tradicionais, já reconhecida na legislação brasileira⁴, ampliando seu poder de negociação frente ao Estado na luta por direitos territoriais.

Após a conclusão do mestrado, comecei a dar aulas no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e me inseri no projeto de pesquisa Negros do Norte de Minas⁵, que reunia professores das áreas de antropologia, sociologia, educação e artes para desenvolver estudos em comunidades quilombolas da região. Atuando como professora da Unimontes, eu recebi o convite de parceiros da Comissão Pastoral da Terra e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas para o Encontro das Comunidades Vazanteiras do Alto e Médio São Francisco, reunindo comunidades de Minas Gerais e da Bahia. No encontro, realizado na ilha da Ingazeira, localizada no município ribeirinho de Manga/MG, um dos locais onde eu havia estado por mais tempo durante a pesquisa de campo do mestrado, estavam presentes 62 representantes de 12 comunidades vazanteiras, além das organizações parceiras. Senti-me feliz pela oportunidade de fazer uma devolução da pesquisa e retribuir um pouco do conhecimento e das gentilezas que me foram ofertadas durante o

4 Artigos. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 cria e institucionaliza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

5 Pesquisadores: Maria Helena de Souza Ide, João Batista Almeida Costa, Cláudia Luz de Oliveira, Maria Railma Alves, Mônica Maria Teixeira Amorim, Luciano Cândido e Sarmiento, Marco Antônio Caldeira Neves.

tempo em que convivi com elas. Muitos participantes eram de localidades onde eu não tinha estado durante as pesquisas de campo. Pensei comigo mesma que o que eu iria fazer ali era uma defesa da dissertação para outra banca, mais rigorosa na crítica às generalizações construídas a partir de alguns casos e menos interessada em descrições detalhadas de suas próprias práticas, o que eles estavam cansados de saber. Às histórias que eu ouvi nas comunidades vazanteiras, fui acrescentando outras sobre o que eu havia lido e ouvido sobre vazanteiros em diálogos com a Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), as prefeituras das cidades ribeirinhas, o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Além do diálogo extremamente rico e animador sobre os resultados da pesquisa, a experiência de luta dos baianos que estavam participando do encontro era motivo de muita inquietação para os vazanteiros mineiros, pois a história de alguns deles estava relacionada à resistência daqueles que foram expulsos e tiveram suas terras inundadas pela barragem de Sobradinho, em 1976, um caso emblemático e muito conhecido pelos ribeirinhos em todo o São Francisco⁶. Alguns lutaram para permanecer na borda do lago formado pela barragem e outros foram reassentados em cidades distantes do seu lugar de origem, como é o caso da Serra do Ramalho/BA, na margem do rio, onde fica o assentamento agroextrativista, cujas lideranças estavam presentes. Outra grande curiosidade era conhecer a luta dos quilombolas do Parateca e Pau D'Arco/BA, que foram inspirações para as vazanteiras da ilha da Ingazeira e ilha da Ressaca iniciarem os seus processos de autorreconhecimento como quilombolas, recebendo o título da Fundação Palmares em 2008.

6 Entre os anos de 1976 e 1978, cerca de 50 mil camponeses que moravam nas ilhas e margens do rio São Francisco foram obrigados a deixar suas casas e terras para dar lugar ao reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, construída na divisa dos estados Bahia e Pernambuco (Sigaud et al., 1987; Costa, 2013).

Retrospectivamente é possível afirmar que aquele foi um encontro marcante na caminhada deles para a articulação dos Vazanteiros em Movimento e na minha caminhada como pesquisadora vinculada a esse movimento. Ali surgiu a ideia de eles escreverem uma carta endereçada à sociedade brasileira. A carta começa dizendo: “Quem lhes dirige essa carta somos nós, os vazanteiros. Certamente os senhores não nos conhecem”. E finaliza afirmando: “O rio São Francisco não pode ser revitalizado, como vocês agora estão dizendo, sem nós, o povo vazanteiro. A história conta, é nosso dever, nosso direito e obrigação dos senhores” (Vazanteiros em Movimento, 2006)⁷. O encontro foi encerrado com a promessa das vazanteiras de Minas retribuírem essa visita aos vazanteiros da Bahia. Somente um ano e meio depois a promessa foi cumprida: o encontro foi realizado na Serra do Ramalho/BA. A viagem e a visita foram filmadas e os Vazanteiros em Movimento produziram o seu primeiro vídeo, lançado em 2009, com o título *Conversando com o Rio*⁸.

7 Carta manifesto das mulheres e dos homens vazanteiros: povo das águas e das terras crescentes do São Francisco. Assinam a Carta 62 representantes de 12 comunidades vazanteiras e entidades representativas, presentes no Encontro de Vazanteiros do Alto e Médio São Francisco (Ilha da Ingazeira Manga/MG, 26/05/2006). Minas Gerais – Manga: Ilha da Ingazeira (40 famílias), Ilha do Pau Preto (60 famílias), acampamento do MST Valdir Júnior (70 famílias); Município de Matias Cardoso: Ilha da Ressaca (44 famílias), Quilombo da Lapinha (19 famílias); Buritizero: Comunidade Gerais de Calixto (20 famílias); Januária/MG: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associação dos Vazanteiros de Januária (1.200 associados); Itacarambi: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Vazanteiros (350 associados) e Comunidade Remanso (38 famílias); Bahia – Barra: Ribeirão (9 famílias); Serra do Ramalho: Reserva Extrativista São Francisco (11 comunidades, 600 famílias); Malhada: Quilombo Parateca/Pau D’Arco (600 famílias); Bom Jesus da Lapa: Quilombo de Piranhas (70 famílias)/Ilha da Canabrava (300 famílias). Apoiam este documento entidades e pessoas presentes no Encontro: MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais e Bahia), CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores – Nordeste), CAA NM (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares), Cláudia Luz (Departamento de Ciências Sociais da Unimontes) e João Zinclar (repórter fotográfico).

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q2R8Tg9qS0Y>. Acesso em: 10/04/2024.

Meses depois do encontro na ilha da Ingazeira, recebi o convite das vazanteiras da ilha do Pau Preto, no município de Matias Cardoso/MG, para participar de uma reunião do Instituto Estadual de Florestas (IEF) com as famílias que estavam sendo pressionadas a sair de suas terras incorporadas à área do Parque Estadual Verde Grande⁹. Acompanhei a discussão por um bom tempo; depois, pedi licença para entrar no debate me contrapondo ao engenheiro florestal contratado pelo Instituto Estadual de Florestas, que argumentava sobre a necessidade de remoção das famílias para o cumprimento da legislação de criação do parque, enquanto uma unidade de proteção integral da natureza, e que seriam indenizados apenas aqueles que comprovassem serem “moradores tradicionais”. Afirmei que o direito daquelas famílias permanecerem ali também se baseava no cumprimento da legislação – Constituição Federal 1988, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Acrescentei que a posição política que os vazanteiros estavam expressando naquele momento reafirmava o princípio da Convenção nº 169 ao declarar que comunidades tradicionais são aquelas que se autorreconhecem como tal. Se a tradição vazanteira era de mobilidade e andança pelas margens e ilhas do São Francisco, constituindo um sistema de direitos combinados sobre as terras crescentes que era aberto ao chegante, como adotar um critério de tempo ininterrupto de moradia para definir quem era “morador tradicional”? A discussão continuou acirrada e a reunião terminou sem apontar possibilidades de acordo, o que, no entanto, não desanimou os vazanteiros. Ao nos despedirmos, Zé Alagoano e Dona Helena Entreportes me disseram: “*é de uma advogada assim que nós estamos precisando*”. Estabelecemos, dali em diante, uma parceira que se desdobrou na elaboração de documentos e propostas técnicas para subsidiar a reivindicação da comunidade de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), o que lhes parecia uma alternativa

9 Os conflitos entre parques estaduais e comunidades vazanteiras, pescadoras e quilombolas são estudados por Anaya (2012) e Araújo (2014).

para garantir a permanência das famílias na ilha do Pau Preto. A negociação dessa proposta demandou inúmeras reuniões de negociação envolvendo os vazanteiros, o IEF, o INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União e a Coordenadoria das Promotorias da Bacia do São Francisco num processo que se arrasta até hoje. Em todas as reuniões que se seguiram, o principal ponto de impedimento para o encaminhamento da proposta continuou sendo a necessidade de comprovação da “tradicionalidade” e o número sempre flutuante de famílias presentes na ilha.

A resposta inicial dos vazanteiros foi buscar apoio da universidade e das demais organizações parceiras para elaborar documentos e contra-argumentos em resposta às exigências do poder público: ata de autorreconhecimento como comunidade tradicional vazanteira, relatório de caracterização socioambiental e proposta técnica de ocupação e uso dos ambientes na RDS Pau Preto. A falta de respostas efetivas por parte do poder público ao longo de cinco anos de negociação não transformou os documentos e a proposta da RDS em letra morta. Em 2011, os vazanteiros fizeram a retomada de suas terras tradicionalmente ocupadas, montando o acampamento Arraial do Meio; em seguida, fizeram a autodemarcação do seu território, de acordo com a proposta da RDS apresentada ao poder público. Com o tempo eles foram desmontando o acampamento, definindo um lugar para cada família, construindo suas moradias e plantando as suas roças dentro do território; afinal, vida e as reuniões de negociação continuariam.

Os Vazanteiros em Movimento continuaram promovendo encontros em diferentes ilhas, mantendo a prática de produzir relatos escritos descrevendo as situações de conflito e fazendo denúncias de violação dos seus direitos. As cartas e os manifestos, assim como as propostas de uso das terras tradicionalmente ocupadas que eles reivindicam, foram encaminhadas para a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, a Secretaria do Patrimônio da União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Essas ações resultaram na

ida de representantes do poder público aos encontros realizados nas ilhas. A inusitada presença de pessoas de terno e sapato social descendo os barrancos da margem do rio e entrando nos pequenos barcos a remo para fazer a travessia até a ilha do Jenipapo, em Itacarambi (MG), no 5º Encontro dos Vazanteiros em Movimento, em 2010, alimentou a esperança de diálogos mais efetivos. A esperança, como um saber prático (Facina, 2022), continua se renovando em encontros, audiências públicas, reuniões e seminários, lado a lado com ações de ocupação e retomada de terras protagonizadas pelas comunidades vazanteiras, pescadoras e quilombolas do médio São Francisco.

Quando fui fazer o doutorado em Antropologia Social na Universidade de Brasília, em 2010, sob a orientação inspiradora e instigante da professora Antonádia Borges, que desenvolve pesquisas sobre a experiência de luta pela terra na África do Sul, o meu propósito era elaborar a tese baseando-me nessa interlocução de longa data com as vazanteiras, pescadoras e quilombolas que vivem nas margens e ilhas do médio São Francisco. A minha pesquisa de campo se estendia no tempo, incorporando os anos de convívio com essas comunidades desde a realização do mestrado. Nos planos que eu mesma havia traçado, eu teria um período de dedicação plena às disciplinas e um período posterior de trabalho de campo. Isso não se efetivou. Para além das significativas dificuldades de ordem pessoal, os próprios vínculos afetivos e intelectuais estabelecidos me impeliam a seguir os ritmos e percursos do engajamento na luta vazanteira. Então, ao invés de ter um período intensivo de pesquisa de campo, ao longo do curso de doutorado eu me dividi entre as atividades acadêmicas e as demandas de apoio aos Vazanteiros em Movimento. Atuei na elaboração dos laudos antropológicos das comunidades quilombolas da ilha da Ingazeira (Manga/MG) e de Bom Jardim da Prata (São Francisco/MG); produzi relatório de pesquisa para subsidiar perícia do Ministério Público Federal na comunidade pesqueira de Caraíbas (Pedras de Maria da Cruz/MG) e fiz a apresentação desse relatório na audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal sobre conflitos agrários e violação de direitos nas comunidades tradicionais

ribeirinhas do São Francisco; acompanhei lideranças vazanteiras em atividades, em Brasília/DF relativas aos desdobramentos da “missão vazanteiros” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; participei de reuniões da Associação de Vazanteiros de Itacarambi durante o planejamento para retomada de terras na ilha da Maria Preta; acompanhei os geraizeiros, vazanteiros e as lideranças da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais durante a greve de fome e sede em defesa da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras (Rio Pardo de Minas/MG) e no processo de negociação subsequente. As demandas e o tempo dedicado pelas vazanteiras a essas ações frequentemente não obedeceram aos cronogramas de produção acadêmica. Jamais se contiveram para um período específico de trabalho de campo. Tudo isso acabou sendo parte do meu processo de pesquisa e de elaboração da tese não concluída. Interrompi o meu doutorado em 2015 para retornar à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Na Unimontes constituímos o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA)¹⁰, formado por professores e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento – antropologia, sociologia, educação, etnobiologia, agroecologia e direito – que atuam na temática socioambiental, orientados para a compreensão das desigualdades socioambientais em suas múltiplas dimensionalidades e em diálogo com diferentes agentes e organizações da sociedade¹¹. As pesquisas do NIISA visam a contribuir para a efetivação dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais dos distintos

10 Pesquisadores do NIISA: Ana Paula Glinfskoi Thé, Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, Carlos Alberto Dayrell, Cláudia Luz de Oliveira, Daniel Coelho de Oliveira, Elisa Cotta de Araújo, Felisa Cançado Anaya, Isabel Cristina Barbosa de Brito, Luciana Maria Monteiro Ribeiro, Maria Helena de Souza Ide, Rômulo Soares Barbosa.

11 Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Vazanteiros em Movimento, Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, Movimento Quilombola, Movimento Geraizeiro, Movimento Veredeiro, Movimento Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA NM) e Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

grupos étnicos do norte de Minas. Os trabalhos sobre conflitos agrários e ambientais, realizados há mais de 14 anos pelo grupo, vêm produzindo diversas demandas de ações em pesquisa, formação e assessoria no campo socioambiental que visam a apoiar os povos e as comunidades tradicionais em suas lutas pelos direitos territoriais – publicações, atividades de formação, laudos antropológicos, relatórios de caracterização socioambiental, notas técnicas para subsidiar ações do Ministério Público Federal, participação em audiências públicas sobre conflitos agrários e violações de direitos dos povos e das comunidades tradicionais. Somando-se às articulações e parcerias com os movimentos sociais da região, estabelecemos parcerias estratégicas com outros grupos de pesquisa da própria Unimontes¹² e de outras universidades como o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFG), o Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central articulado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA/UEA) e o Escritório Jurídico para a Diversidade Étnica e Cultural (JUSDIVI/UnB). O NIISA é um dos organizadores do Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que terá a sua sétima edição neste ano, em Montes Claros/MG, além das pesquisadoras do núcleo representarem a Unimontes na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Integro também a equipe do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-Raciais da Unimontes, desenvolvendo pesquisa sobre a representação de mulheres negras na política no norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha¹³. Organizamos, em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/Unimontes) e com

12 Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (OPARÁ- MUTUM), Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana (LEAH), Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA), Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Identidade, Território, Agroecologia (LabÉ-doCampo), Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-Raciais.

13 Equipe de pesquisa: Maria Railma Alves, Idalécia Soares Correia, Cláudia Luz de Oliveira, Maria da Luz Alves e Aneuzimira Caldeira Souza.

o Grupo de Estudos e Pesquisas de Terreiro (ETU/Unimontes), no ano de 2023, o Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro.

Considerações finais

Não há como refletir sobre meu percurso e minhas vivências no meio acadêmico e fora dele, realizando pesquisas *com/junto* às vazanteiras do médio São Francisco, sem relacionar esse fazer antropológico ao significado dos 70 anos da Reunião Brasileira de Antropologia, que teve como primeiro evento de preparação e divulgação da 34ª RBA a mesa redonda RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais, realizada durante o VI Encontro das Ciências Sociais no Norte de Minas, no mês de agosto de 2023, em Montes Claros/MG. Sou associada da ABA desde 2012 e participo dos encontros da RBA, desde o ano de 2002, quando aconteceu a primeira sessão de debates sobre a Carta de Ponta das Canas, no Fórum Especial Sobre Laudos Periciais Antropológicos, durante a 23ª RBA, em Gramado/RS. A carta visa a “[...] ancorar um amplo debate entre antropólogos, operadores jurídicos e administradores” (ABA, 2005, p. 45), dando base ao acordo de cooperação técnica entre a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e o Ministério Público Federal (MPF). Tal debate se renova continuamente dentro de grupos de trabalho, comissões e comitês – Assuntos indígenas, Laudos Antropológicos, Quilombos e Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos – como evidencia o Protocolo de Brasília (ABA, 2015) – incorporando elementos necessários para o enfrentamento dos desafios que estão colocados para o exercício da antropologia nos contextos nacional e internacional.

Ao longo da minha trajetória, os diálogos travados nesses espaços da RBA têm sido inspirações fundamentais para pensar sobre engajamento, ativismo, afinidades, simetria nas relações de conhecimento e imbricamentos entre epistemologias e ontologias. Por isso, considero significativa

a oportunidade de debater sobre a antropologia dos Gerais nos 70 anos da RBA. Os Gerais, como espaço territorial e simbólico, se constituem na alteridade interna do estado de Minas Gerais, possuindo tempo histórico e cultura diferenciada (Costa, 2021), que se reflete na potência criativa de uma diversidade e multiplicidade de sujeitos que aqui vivem. A categoria tem sido, para nós e para as nossas produções coletivas nos grupos de pesquisa, uma âncora intelectual de interlocução a partir da qual orientamos nosso fazer antropológico comprometido com a defesa dos direitos fundamentais.

Finalizo retornando à questão do que guiou a minha escolha pela antropologia e por fazer antropologia com esperança, procurando explorar os usos e significados da esperança no contexto vazanteiro relacionada à concepção de terras crescentes. Ouvi de Edmundo, na primeira visita à ilha do Balaieiro, relatada anteriormente, narrativas sobre a relação do rio São Francisco com as terras das margens e ilhas, que somente se tornaram compreensíveis ao longo desses anos de pesquisa. Essas narrativas mostram que as terras são do rio e a cada cheia ele as movimenta, remodela e fertiliza, “[...] ele tira daqui e põe noutra lugar. É por isso que sempre a gente não fica sem área para trabalhar, porque essa área aqui, quando está quebrando, está formando outra área, num outro lugar. Aí, o pessoal vai” (Oliveira, 2005, p. 96). Aprendi, com ele, que as terras crescentes são a expressão da generosidade do rio na relação com os vazanteiros. Se o rio toma uma terra, ele devolve, em outro lugar, a terra renovada e fertilizada pela enchente, de forma que eles nunca fiquem sem terra para trabalhar e viver. A relação ancestral com o rio e a dinâmica de criação permanente das terras crescentes ativa a esperança e anima o inconformismo que alimenta a luta vazanteira pelo direito ao seu lugar de vida.

Referências

ANAYA, F. C. De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ANAYA, F. C.; OLIVEIRA, C. L.; RIBEIRO, L. M. M.; ARAÚJO, E.; THE, Ana. P. G. Antiambientalismo Racializado, Apropriação Privada de Terras Públicas e Resistências no Médio rio São Francisco, Minas Gerais–Brasil. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 49, p. 1-27, 2020.

APPADURAI, A. The future as cultural fact: Essays on the global condition. *Rassegna Italiana di Sociologia*, v. 14, n. 4, p. 649-650, 2013.

ARAÚJO, E. C. *Nas margens do São Francisco e na várzea do Amazonas: formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, fluxos e fronteiras territoriais*. 2014. 235f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico(as) Associação Brasileira de Antropologia*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

BARBOSA, R. S. Comunidades Geraizeiras do Alto Rio Pardo–MG: Reconversão territorial e produção de água no Cerrado. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 5, n. 2, p. 691-709, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRITO, I. C. B. de. *Ecologismo dos Gerais: comunidades tradicionais e conflitos socioambientais no Norte de Minas Gerais*. 2013. 269f. Tese

(Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável?, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COSTA, A. L. M. *Uma retirada insólita: rio São Francisco, barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

COSTA, J. B. de A. *Norte de Minas: cultura catrumana, suas gentes, razão liminar*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021.

COSTA, J. B. de A. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. 1999. 210f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COSTA FILHO, A. *Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. 2008.293f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CRAPANZANO, V. Reflections on hope as a category of social and psychological analysis. *Cultural Anthropology*, v. 18, n. 1, p. 3-32, 2003.

DAYRELL, C. A. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. 1998. 193f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável?, Universidad Internacional de Andalucía, Andalucía, 1998.

DAYRELL, C. A. *et al.* Autodemarcação e gestão do território tradicional dos vazanteiros de Pau Preto-MG. In: SIMONI, J. E.; UDRY, C. (org.). *Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2019a. v. 3. p. 153-168.

DAYRELL, C. A. *De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019b. 460f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019b.

FACINA, A. Sujeitos de sorte: narrativas de esperança em produções artísticas no Brasil recente. *Revista de Antropologia*, v. 65, p. e195924, 2022.

HARAWAY, D. *The Haraway Reader*. New York: Routledge, 2004.

MIYAZAKI, H. *The method of hope: anthropology, philosophy, and Fijian knowledge*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

NOGUEIRA, M. C. R. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Laudos Periciais Antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p. 215-231.

OLIVEIRA, C. L. de. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. 2005. 135f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais*. Genebra: OIT, 1989.

PARLA, A. Critique without a Politics of Hope? In: PARLA, A. *A Time for Critique*. Columbia: Columbia University Press, 2019. p. 52-70.

PAULA, A. M. N. R.; ANAYA, F. C.; CRISOSTEMO, A. A.; SANTOS, L. M.; NEVES, S. L. S. Entre Ser e Estar: nova cartografia social no São Francisco Mineiro. In: ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; LOPEZ, J. A. F. (org.). *Territorio, Cultura y Pueblos: megaproyectos, actos de estado, povos e comunidades tradicionales*. 1. ed. Cali: Programa Editorial Universidad Autonoma del Occidente, 2020. v. 1. p. 323-334.

SIGAUD, L.; MARTINS-COSTA, A. L.; DAOU, A. M. Expropriação do cam-pesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. *Ciências Sociais Hoje*, v. 1, p. 214-290, 1987.

SILVA, B. T. *O tradicional como perspectiva de futuro: relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de Minas*

Gerai. 2023. 358f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

THÉ, A. P. G. *Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais* na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG. 2003. 213f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, 2003.

VAZANTEIROS EM MOVIMENTO. *Carta-Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros: povo das águas e das terras crescentes do São Francisco*. Ilha da Ingazeira, Manga/MG, 2006.

Depoimento sobre antropologia dos Gerais: entre Pataxó, Krenak e Xakriabá

Carlos Caixeta de Queiroz
Fabiano José Alves de Souza

No dia 17 de agosto de 2023, a convite da Professora Felisa Anaya e Professora Andréa Zhouri, atual presidente da Associação Brasileira de Antropologia, tivemos o prazer de participar, juntamente com outros(as) professores(as) da Universidade Estadual de Montes Claros/MG, do evento *RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais*. O evento ocorreu na cidade de Montes Claros/MG como parte comemorativa dos 70 anos da Reunião Brasileira de Antropologia. O que se pediu no convite era que os(as) professores(as) elaborassem breves comentários sobre os estudos ou as pesquisas que cada um(a) deles(as) estava desenvolvendo ou tinha desenvolvido. Então, o propósito aqui é muito simples: expor relatos, depoimentos e reflexões sobre os estudos com povos indígenas no contexto de uma instituição situada no chamado Gerais.

O título do evento, *RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais*, nos pareceu, além da rima, bastante sugestivo para se fazer três reflexões.

A primeira reflexão, apenas para mencionar, é que a antropologia, em Minas Gerais, se estabeleceu bem tardiamente se compararmos a outras regiões centrais do Brasil. E nos Gerais, ou no norte das Minas Gerais a antropologia estaria numa situação ainda mais periférica. O estudo com populações indígenas deveria ir muito além dos povos situados no norte de Minas. Portanto, poderíamos dizer que, aqui nos Gerais, estaríamos

fazendo uma antropologia emergente. E essa antropologia emergente deveria ir além dos Gerais ou nos Gerais, para lembrar de Geertz (1978), para quem a antropologia não estuda lugares, mas nos lugares. Pois vejamos.

Segunda reflexão: de acordo com dados da COPIMG (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais), existem 10 povos habitando a região de Minas Gerais. No entanto, dados mais recentes disponíveis no sítio do CEDEFES (2024) destacam que, em Minas Gerais, há 19 etnias indígenas: Maxakaki, Xacriabá, Krenak, Aranã, Mukuriñ, Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Puris, Xukuru, Kariri, Tuxá, Kiriri, Canoeiros, Kamakã, Karajá, Guarani e Pankararu.

O que se colocou, então, na ocasião do encontro, foi pensar nas especificidades de cada grupo indígena na região de Minas Gerais, embora todos compartilhem uma história de dominação imposta pelos segmentos da sociedade brasileira ou de controle e violência instituídas pelas imposições históricas de políticas indigenistas e pelos impactos de megaprojetos nos territórios de vários grupos indígenas, como foi o caso mais recente do rompimento da barragem de dejetos da mineradora Vale que devastou o território dos Krenak.

Uma das políticas indigenistas de controle e desterritorialização e/ou deslocamento de vários grupos indígenas, que estudamos, foi o processo de militarização das relações interétnicas implementado pelo SPI e depois a FUNAI (Caixeta de Queiroz, 1999).

Trata-se de uma instituição punitiva criada no Estado de Minas Gerais em 1968 na área indígena pertencente aos índios Krenak, margem do médio Vale do Rio Doce, hoje, município de Resplendor, oficialmente conhecida como “Centro de Reeducação Indígena de Krenak”. Segundo a ideologia indigenista da época, a instituição deveria cumprir a função de “reeducar” indígenas considerados “criminosos”. Para a área dos Krenak, foram levados indígenas de várias etnias de diversas áreas do Brasil.

Em 1972, a área dos índios Krenak, onde funcionava a cadeia indígena, foi trocada pela Fazenda Guarani, no município de Carmésia, em Minas Gerais. Até então, essa Fazenda pertencia à Polícia Militar de Minas Gerais

e era usada como treinamento antiguerrilha; mas por meio de um acordo, o Estado doou a área para a União e a FUNAI resolveu transformá-la em uma colônia agrícola, transferindo para lá os índios prisioneiros juntamente com os índios Krenak, e posteriormente, índios Guarani e Pataxó.



Figura 1 – Antiga sede da Fazenda Guarani

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.



Figura 2 – Sede da antiga Fazenda Guarani

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.



Figura 3 – Sede da FUNAI na Fazenda Guarani

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.



Figura 4 – Fazenda Guarani

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.



Figura 5 – Pataxó mostra a cela da prisão na Fazenda Guarani.

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.

A instituição de uma “Colônia Penal para Indígenas” em Minas Gerais foi um processo de militarização das relações interétnicas. Essa política indigenista, marcada pelo autoritarismo e desrespeito aos direitos indígenas, teve como uma das consequências a imposição da violência do mundo dos brancos aos modos e costumes das sociedades indígenas. Uma das consequências mais violentas foi o processo de desterritorialização ou deslocamento forçado de grupos indígenas inteiros. Os Pataxó foram transferidos juntamente com Guarani, Maxakali, Pankararu, Terena e Krenak para a Fazenda Guarani. Hoje, na antiga Fazenda Guarani, vivem somente os Pataxó distribuídos em quatro aldeias.

Os Pataxó se mobilizaram e se articularam com o mundo do branco para apropriarem e garantirem seu território e seus direitos e costumes

em variadas formas de estratégia de resistência. É um processo que envolve a afirmação de suas cosmologias relacionadas com a terra, as crenças, as mitologias, a religiosidade e as festividades. Festas, mitos, cerimônias, artesanato, danças e canções marcam a afirmação de um sentimento identitário. É um projeto que envolve “puxadas de rama” (Souza, 2015; Souza *et al.*, 2022; Souza, 2024). As festas Pataxó reelaboram uma nova relação entre natureza e cultura, entre humano e não humano, entre mito e história.



Figura 6 – Festas Pataxó.

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.



Figura 7 – Festas Pataxó.

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.



Figura 8 – Festas Pataxó.¹

Fotografia: Carlos Caixeta de Queiroz.



Figura 9 – Festas Pataxó.

Fotografia: Daniele do Carmo Silva (Unimontes).

1 Filme Kãñã Mihay. https://www.youtube.com/watch?v=lrEWWIA_Lp4&list=PLeHeOeibOX-WAs0UB80mGKGg7fg98npO-&index=2

Para compreender esses processos socioculturais entre os povos indígenas de Minas Gerais, criamos o projeto Grupo de Estudos Interdisciplinares com Povos Indígenas (GEIPI-ABÁ). “O GEIPI-ABÁ consiste em um grupo de estudos composto por professores e acadêmicos da Universidade Estadual de Montes Claros e do Campus Montes Claros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ao longo dos últimos anos, o grupo de estudos vem trabalhando no sentido de assegurar um lugar de voz e vez aos povos indígenas na comunidade acadêmica, em particular, na Universidade Estadual de Montes Claros onde ainda são vigentes os tradicionais modelos monoe-pistêmicos de ensino e pesquisa. A inclusão dos povos indígenas e seus conhecimentos tradicionais na universidade é um objetivo fundamental do GEIPI-ABÁ” (Souza *et al.*, 2022). Fazem parte do GEIPI-ABÁ os professores Cássio Alexandre da Silva, Heiberli Hisberg Horácio, Fabiano José da Silva, Carlos Caixeta de Queiroz e Frederico Mineiro.

O projeto GEIPI-ABÁ compreende um amplo espectro de objetivos que relaciona aos interesses de seus participantes. Em resumo, abordaremos aqui algumas temáticas.

A compreensão das festividades Pataxó faz parte dos objetivos dos integrantes do grupo. Atualmente são realizadas festas na Área Indígena Pataxó em Carmésia/MG. Essas festas marcam momentos importantes de resgate da memória e das expressividades culturais indígenas que estabelecem relações com o mundo externo à sociabilidade Pataxó. Os trabalhos do Professor Fabiano José Alves de Souza estão situados nesta temática, conforme já citamos.

Importa mencionarmos os trabalhos relacionados à cartografia social nas comunidades limítrofes da Terra Indígena Xakriabá no Norte de Minas Gerais, coordenado pelo professor do Departamento de Geociências Cássio Alexandre da Silva. Entre outras produções, citamos a tese de doutorado *A Natureza de um Territorial no Sertão de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá*, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (Silva, 2014).

Outra importante frente são as pesquisas sobre as dinâmicas da religiosidade do Povo Indígena Xakriabá, coordenado pelo professor Heiberle Hirsberg Horácio, que publicou o trabalho *Aspectos da Religiosidade do Povo Indígena Xakriabá* (2018), resultado do seu Pós-doutorado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (Horácio, 2018a; 2018b).

Um dos objetivos do projeto GEIPI-ABÁ é compreender as festividades Pataxó e a redefinição de territorialidade. Anualmente são realizadas festas na Área Indígena Pataxó em Carmésia/MG. Estas festas marcam momentos importantes de resgate da memória e das expressividades culturais indígenas ao mesmo tempo em que estabelecem relações com o mundo externo a sociabilidade Pataxó.

Vale destacar outra atividade do GEIPI-ABÁ, envolvendo também a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITPC/UNIMONTES), a partir do forte protagonismo de artistas indígenas Xakriabá, sobretudo do mestre e artista Ney Xakriabá, que é a articulação da Associação Indígena de Artesãos Xakriabá (AIA). Os artesãos Xakriabá retomaram a prática da cerâmica como uma forma de resgate da ancestralidade cultural Xakriabá. Segundo os artesãos Xakriabá, o barro, a argila para a confecção da cerâmica, possibilitaram o fortalecimento da cultura indígena e a criação de novos parentes. Ou seja, a possibilidade de uma nova relação entre os indígenas e não indígenas e entre humanos e não humanos. Destacando a cosmologia indígena sobre o homem e a natureza (SOUZA *et al.*, 2022).

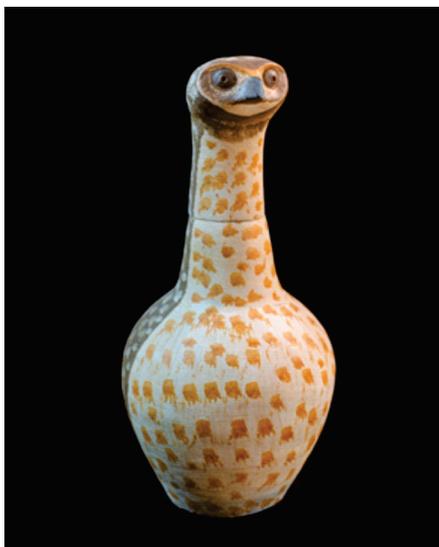


Figura 10 – Cerâmica Xakriabá.

Fotografia: Ney Xakriabá.

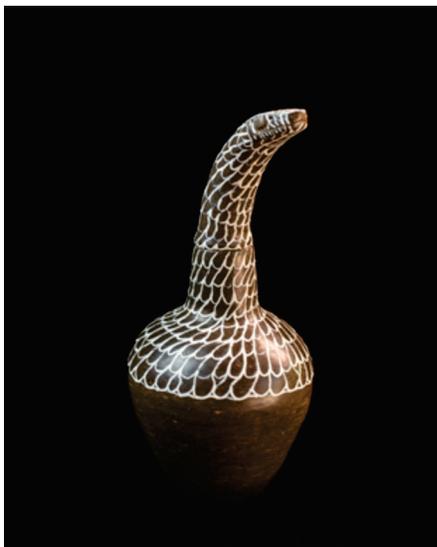


Figura 11 – Cerâmica Xakriabá.

Fotografia: Ney Xakriabá.



Figura 12 – Cerâmica Xakriabá.

Fotografia: Ney Xakriabá.



Figura 13 – Modelagem do barro.

Fotografia: Ney Xakriabá.

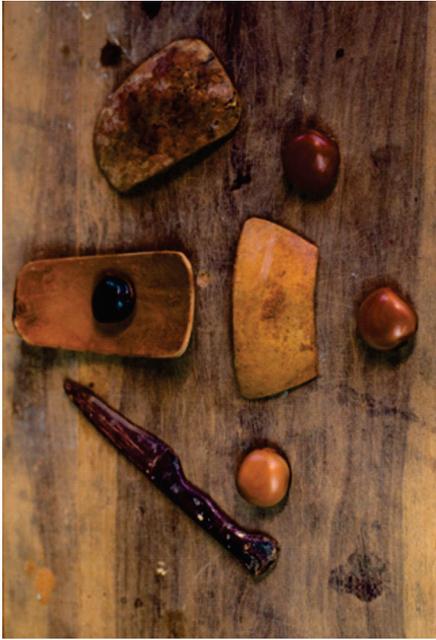


Figura 14 – Instrumentos modelagem do barro.

Fotografia: Ney Xakriabá.



Figura 15 – Forno para queima da cerâmica.

Fotografia: Ney Xakriabá.

Como terceira reflexão, conforme afirmamos no início, e como conclusão, acreditamos que a prática da antropologia deve ser muito mais que um projeto científico. Deve ser um diálogo como os povos indígenas. Nós, que fazemos uma antropologia aqui nos Gerais, buscamos incorporar as formas de pensar e de conhecimentos próprios dos indígenas, a fim de atender às suas demandas e preocupações.

Referências

CAIXETA DE QUEIROZ, C. Política Indigenista: proteção ou dominação? *Cadernos de Educação FAE, UEMG*, Belo Horizonte, v. III, p. 18-36, 1988.

CAIXETA DE QUEIROZ, C. *Punição e Etnicidade: estudo de uma “Colônia Penal Indígena”*. 199. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa

de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

CEDEFES. *Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva*. Disponível em: <https://cedefs.org.br>. Acesso em: 2 maio 2024.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HORÁCIO, H. H. Aspectos da religiosidade do Povo Indígena Xakriabá. *Revista Mundaú*, n. 4, p. 30-51, 2008a.

HORÁCIO, H. H. O genocídio contra o Povo Indígena Xakriabá e o Cacique Rosalino que “morreu para ser adubo da justiça da fulô”. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia-ABA, realizada entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2018b, UnB, Brasília/DF.

SILVA, C. A. da. *A natureza de um território no sertão do Norte de Minas: a ação territorial dos Xakriabá*. 2014. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SOUZA, F. J. de. *Os Pataxó em morros brutos e terras fanosas: descortinando o movimento das puxadas de rama*. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SOUZA, F. J. de. *Os distintos seres do universo Pataxó e os movimentos das puxadas de rama em Minas Gerais*. Anais do V Congresso em Desenvolvimento Social. Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2016.

SOUZA, F. J. A. de. *Entre mundos esgotados, territórios encantados e seres outros-que-humanos: abordando diferentes aprendizados com os Pataxó*. *Argumentos*, v. 21, n. 1, p. 61-80, 2024.

SOUZA, F. J. de; SILVA, C. A.; VELDER, F. V.; SILVA, V. L. A retomada da cerâmica Xakriabá: entre a produção e circulação de peças, saberes e parentescos. *Maloca* – Revista de Estudos Indígenas, Campinas, v. 5, p. 1-36, 2022.

Sessão III

**RBA 70 anos (1953–2023). Encontros
de Antropologia em Minas Gerais,
28 de setembro de 2023**

50 anos de RBAs, 50 anos da ABA: rememorando o livro Homenagens

Cornelia Eckert

A Associação Brasileira de Antropologia comemorou em 2023 os 70 anos de reuniões brasileiras de antropologia. Como convidada para participar da mesa-redonda intitulada *70 anos de RBA*, que ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, no dia 28 setembro 2023, organizada pelas colegas Ana Flávia Moreira Santos (UFMG), Aderval Costa Filho (UFMG), Candice Vidal e Souza –Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), e pelo colega Rubens Alves da Silva (UFMG), a quem agradeço mais uma vez pelo honroso convite, trago aqui algumas notícias rememorativas.

Meu objetivo, nesse encontro da saudade e de novos aprendizados, foi trazer algumas reminiscências da minha atuação no ano em que comemoramos a XXV RBA, em Goiânia/GO, na Universidade Federal de Goiás (UFG), e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), bem como revisitar o livro *Homenagens*, o qual tive a honra de organizar como coautora. Com esse foco, inicio meu depoimento colocando em destaque a complexidade que é assumir um cargo na ABA, integrando a diretoria, com suas obrigações cotidianas, sem esquecer dos bastidores de uma associação, que também apresenta enormes desafios. Quando Miriam Grossi, eleita presidente para a gestão 2005-2006, convidou-me para assumir a secretaria executiva, eu não imaginava que teria tantas tarefas, mas posso sintetizar os cinco maiores desafios, que foram: 1) montar uma secretaria em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),

em um período em que a ABA ainda não possuía uma sede fixa, tarefa que nos ocupou, no mínimo, um ano e, evidentemente, administrar a rotina da ABA; 2) resolver questões jurídicas, como a reforma do regimento, que envolveu contratar apoio jurídico, entre outras demandas; 3) montar projetos para o financiamento de atividades da ABA; 4) organizar a XXV RBA e, sobretudo, 5) celebrar os 50 anos da ABA, o que implicava um projeto comemorativo para os dois anos de nossa gestão. Sem dúvida, as demais tarefas cotidianas de secretaria executiva – atender a pedidos de laudos, atender à demanda dos(as) associados(as) – são pleitos que acompanham a ABA desde a sua fundação.

Assumimos as atividades comemorativas da “ABA 50 anos” na sequência da magnífica atividade celebrativa dos 50 anos de Reuniões Brasileiras de Antropologia, organizada pelos colegas da gestão anterior, sob a liderança de Gustavo Lins Ribeiro, presidente, Antônio Carlos de Souza Lima, vice-presidente, e Henyo Trindade Barretto Filho, secretário, e outros colegas da diretoria. Desde já, podemos depreender que a associação foi criada um ano após ocorrer a primeira Reunião de Antropologia. Assim, na “gestão de Gustavo” (2003-2004), como costumamos apelidar os ciclos de direção, ocorreu uma potente reunião comemorativa dos 50 anos de RBAs, evento que adveio no Rio de Janeiro, no Museu Nacional, e que reuniu quase todos os ex-presidentes que receberam a honraria de reconhecimento por sua dedicação à antropologia brasileira, homenageados com a então criada Medalha Roquette-Pinto¹. Esse evento também foi abrilhantado pelo lançamento do livro de Mariza Corrêa, ex-presidente da ABA gestão 1996-1997, intitulado *As reuniões brasileiras de antropologia, cinquenta anos*. Um livro impresso com importante acervo fotográfico. É importante lembrar, ainda, que o evento foi filmado por uma equipe sob a coordenação da antropóloga Patrícia Monte-Mór, que resultou no documentário *RBA 50 Anos – 1ª Reunião Brasileira de Antropologia*, homenagem a Heloísa

1 Roquette-Pinto foi o primeiro presidente de honra da ABA na primeira RBA, em 1953, no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Alberto Torres (1895-1977, que liderou a organização da I RBA, no Museu Nacional no Rio de Janeiro).

A nossa gestão, de 2005-2006, foi, pois, ritmada por uma série de eventos comemorativos em homenagem aos 50 anos da ABA, como testemunha o relatório desse período.

Foram 14 eventos organizados com o apoio dos Departamentos e Programas de Pós-graduação de Antropologia ou Ciências Sociais das diversas universidades sedes, em 2005 e 2006:

Em Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em junho de 2005.



Foto 1 – Evento 50 anos da ABA na Unicamp, em junho de 2005.



Foto 2 – Mesa temática coordenada pela presidente Miriam Grossi. Participam Gilberto Velho, Ruben Oliven, Silvio Coelho dos Santos e João Pacheco de Oliveira.



*Foto 3 – Público presente no evento
50 anos da ABA na Unicamp,
em junho de 2005.*



*Foto 4 – Mesa temática coordenada
pela diretora regional Emília
Pietrafesa de Godoy. Participam
Manuela C. da Cunha, Gustavo
Lins Ribeiro, Roque Laraia e
Eunice Durham.*



*Foto 5 – Mesa de abertura com a
presença de autoridades.*



*Foto 6 – Reunião do Conselho
Diretor da ABA na Unicamp,
em junho de 2005.*

Em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, em março de 2005, com a presença de Sílvio Coelho dos Santos, que descerrou uma placa comemorativa.



Foto 7 – Evento comemorativo dos 50 anos da ABA em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina. Discurso da presidente Miriam Grossi.

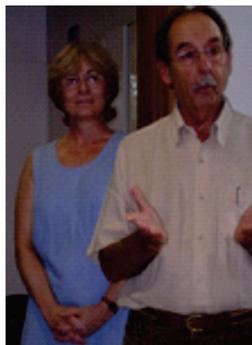


Foto 8 – Sílvio Coelho dos Santos, ex-presidente da ABA discursando no evento do descerramento da placa comemorativa.

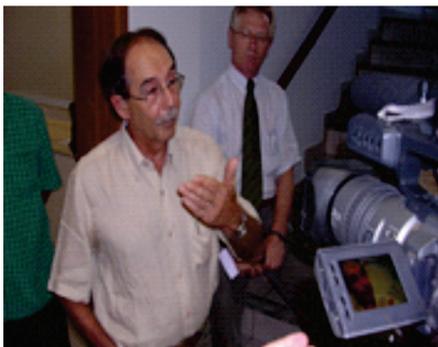


Foto 9 – Discurso de Sílvio Coelho dos Santos.



Foto 10 – Público presente.

Em Natal, Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em abril de 2005.



Foto 11 – Mesa de abertura do evento comemorativo dos 50 anos da ABA em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com a presença de autoridades da UFRN e da presidente da ABA Miriam Grossi e do vice-presidente Peter Fry.



Foto 12 – Público presente.

Em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), em 7 de junho de 2005.



Foto 13 – Conferência da profa. Lux Vidal, no evento 50 anos da ABA na USP, São Paulo, em 7 de junho de 2005.



Foto 14 – Público presente.



Foto 15 – Conferência de Eunice Durham.



Foto 16 – Conferência de Ruth Cardoso.



Foto 17 – Conferência de Miriam Moreira Leite, ao lado de Josildeth Consorte.



Foto 18 – Mesa de abertura, fala da presidente Miriam Grossi.



Foto 19 – Fala de Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer na abertura de encontro sobre ética na Antropologia Visual, evento paralelo que contou com a presença da presidente Miriam Grossi. Na imagem, também está Paula Morgado.



Foto 20 – Eunice Durham, Cornelia Eckert, Miriam Grossi e Ruth Cardoso no final do evento comemorativo.

Em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no dia 16 de junho de 2005.

Em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no dia 17 de junho de 2005.



Foto 21 – Conferência de Pedro Ignácio Schmitz. Mesa temática coordenada por Bernardo Lewgoy com Silvio Coelho dos Santos, Claudia Fonseca, Francisco Salzano.



Foto 22 – Público presente.



Foto 23 e 24- Mesa de abertura do evento comemorativo dos 50 anos de ABA com presença da presidente Miriam Grossi, vice-presidente Peter Fry e os professores Maria Eunice Maciel (coordenadora do PPGAS) e Ruben Oliven (ex-presidente).



Foto 25 - Miriam Grossi e Ruben Oliven apreciam a exposição comemorativa organizada pelo Navisual.



Foto 26 - Silvio Coelho dos Santos aprecia exposição comemorativa.

Em Boa Vista e Manaus, no âmbito da IX ABANNE, em 2 de setembro de 2005.²

Em Belo Horizonte, na UFMG, em 22 de setembro de 2005.

Em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, em 7 de novembro de 2005.



Foto 27 e 28 – Mesa de abertura com presença da presidente Miriam Grossi e vice-presidente Peter Fry nos 50 anos da ABA em Salvador, na UFBA, no dia 7 de novembro de 2005.



Foto 29 – Banner comemorativo.

² ABANNE. Sigla da Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste.

Em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco, em 8 de novembro de 2005.

Em Maceió, na Universidade Federal de Alagoas, em 9 de novembro de 2005.



Foto 30 e 31 – Mesa de abertura do evento comemorativo dos 50 anos da ABA com a presença da presidente Miriam Grossi e dos professores da UFAL. A professora Sílvia Martins coordena a mesa.

Em Belém, na Universidade Federal do Pará, em 27 de março de 2006.

Em Brasília, na Universidade de Brasília, em 26 de abril de 2006.

Em Goiânia, na Universidade Federal de Goiás e na Universidade Católica de Goiás, em 28 de abril de (2006), e, por último, por ocasião da XXV RBA, de 10 a 16 de junho de 2006, que ocorreu em Goiânia/GO.

Essas reuniões foram sempre prestigiadas pela presidente Miriam Grossi e/ou pelo vice-presidente Peter Fry. Pude estar presente em Belém, São Paulo, Maceió e Porto Alegre.

Vou-me referir a esses eventos revisitando o livro que Emília Pietrafesa (então diretora da Região Sudeste) e eu, então secretária da ABA, organizamos, sob o título *Homenagens, Associação Brasileira de Antropologia 50 anos*, lançado em 11 de julho de 2006 no âmbito da XXV RBA, que engloba as conferências ministradas nesses 14 eventos.

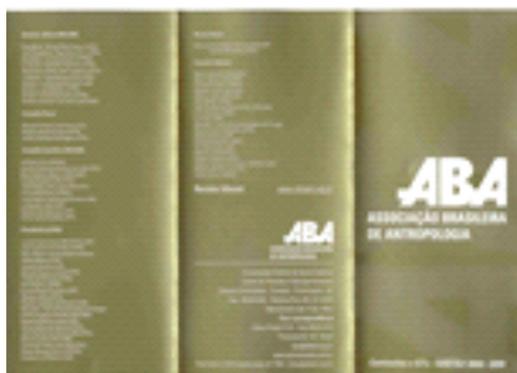
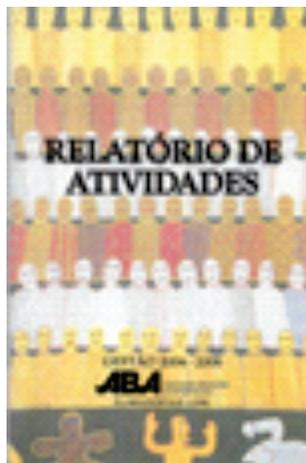
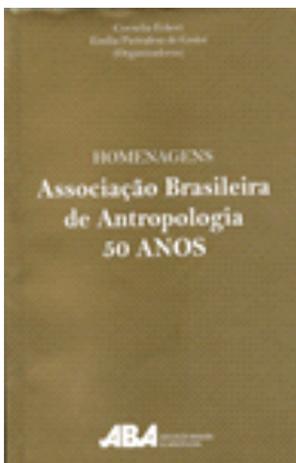


Foto 32 – Na 24 RBA, em Recife, a diretoria gestão 2005–2006 eleita é apresentada na Assembleia Geral. Da esquerda para a direita: Miriam Grossi, Peter Fry, Jane Beltrão, Lia Machado, Cornelia Eckert, Antonella Tassinari, Elisete Schwade, Emilia Pietrafesa de Godoy, Esther Jean Langdon, Flávio Wiik.

Trago aspectos que predominaram nas conferências bem como apontando algumas perspectivas singulares. O livro está dividido em duas partes. A primeira parte apresenta as conferências que resultaram de três mesas-redondas organizadas para o evento na Unicamp, coordenado por Emília Pietrafesa de Godoi, e uma segunda parte relativa às conferências que resultaram dos demais eventos em 13 localidades, atividades que receberam apoio da FINEP, da ABA, das Universidades anfitriãs e das instituições financiadoras: CAPES, CNPq e fundações de amparo estadual.

Os depoimentos contribuem consideravelmente para retomar os acontecimentos da fundação da ABA e, de modo especial, com a organização das Reuniões Brasileiras de Antropologia, com destaque para a primeira e a segunda reunião e para as reuniões no período da Ditadura Militar, que relatam os difíceis tempos e a corajosa retomada da RBA de forma mais pública e aberta, ainda em pleno período ditatorial. Também destaco os esforços regionais, os locais de organização da comunidade antropológica e as seções regionais, como a de 1959, em Curitiba, as quais, depois, se tornaram as Abinhas ou as Reuniões Norte/Nordeste, impulsionando programas e outros eventos a partir dos anos 1990, como se refere Carlos Cirino à Antropologia na Universidade Federal de Roraima. Entretanto, não vou me prolongar sobre as reuniões regionais para não me exceder no tempo de fala, mas muitas delas foram fundamentais para a organização das RBAs.

Depoimentos que retomam as RBAs

Quase todos os depoimentos se referem a I Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em novembro de 1953, no Museu Nacional no Rio de Janeiro, uma iniciativa do próprio Museu Nacional, com patrocínio do Ministério da Educação. Os primeiros preparativos registrados para essa reunião referem-se ao ano de 1948, quando Clemente Mariani, por parte do Ministério da Educação, designou uma comissão organizadora composta por Álvaro Froés da Fonseca, Edgar Roquette-Pinto, Arthur Ramos e Heloísa Alberto Torres. A reunião prevista para 1952 não aconteceu. O

novo ministro da Educação, Ernesto Simões Filho, designou uma nova comissão organizadora, formada por Heloísa Alberto Torres, Roquette-Pinto, Eduardo Galvão, Luiz de Castro Faria, Pedro Lima e Tarcísio Messias. Realizou-se, então, de 8 a 14 de novembro de 1953, no Museu Nacional, a Primeira Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia, com uma parte dedicada à Antropologia e que foi designada I RBA.

Nessa reunião, Heloísa Alberto Torres recebeu uma homenagem como diretora do Museu Nacional e foi considerada, por muitos, como a maior incentivadora e organizadora do encontro, mas também Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Edison Carneiro, Bastos de Ávila, Maria Júlia Passos, Manoel Diegues Jr., José Bonifácio Rodrigues, Costa Pinto e Castro Farias. Já a Mesa Diretora tinha por presidência Herbert Baldus e foi composta por Thales de Azevedo, Loureiro Fernandes, Manoel Diegues e René Ribeiro. Segundo Thales de Azevedo (tendo os Anais da II Reunião como fonte), o objetivo era fazer um balanço dos problemas de ensino da Antropologia e das possibilidades de pesquisa e de exercício das atividades técnicas e profissionais, em especial das relativas às etnografias com indígenas, sobre negros e brancos e sobre aspectos de Antropologia Física, Arqueologia e Linguística. Outro tema abordado (citado por Maria Rosário Carvalho) foi trazido pelo então diretor do Instituto de Administração da USP, Mário Wagner Vieira da Cunha, com a pergunta “Como pode o antropólogo ganhar a vida, trabalhando como antropólogo?”, quais as oportunidades de docência, de pesquisa ou técnico profissionais? O que preconizava na sua palestra era a inversão da realidade predominante de docência nas universidades. Propunha a predominância da pesquisa como base da estruturação das universidades. Mas aquela era uma época em que o financiamento de pesquisa ainda era raro, prevalecendo a Antropologia acadêmica por muito tempo. Naquela ocasião, Roquette-Pinto foi aclamado Presidente de Honra, e ainda foram homenageados Arthur Ramos (falecido em 1949), Marechal Cândido Mariano Rondon e Gilberto Freyre.

Maria de Azevedo Brandão, da UFBA, analisando as reuniões precursoras, relatou que a I Reunião decorreu de uma vontade sedimentada

pela intensa correspondência, pelos contatos diretos e pela amizade pessoal entre membros do pequeno e aguerrido núcleo pioneiro de antropólogos brasileiros vindos de várias ciências e, não raramente, da área médica. Mariza Corrêa citou a iniciativa de Egon Schaden de publicar a Revista de Antropologia que, em 56, tornou-se órgão oficial da futura associação. Entretanto, Brandão, ao estudar as cartas de Thales, mencionou a de 30 de maio de 1954, recebida de Darcy Ribeiro, que avaliava que não havia existido consenso no que se referia ao sucesso da I RBA.

A notícia de que haveria uma II RBA, de 3 a 8 de julho de 1955, segundo Josildeth Consorte, recém-chegada da Universidade de Columbia e da Universidade de Chicago, foi recebida com surpresa e entusiasmo. Thales de Azevedo era o presidente da RBA, seguido na diretoria por René Ribeiro, Manoel Diegues Jr., Frederico Edeliweiss e Carlos Ott. Para Maria Rosário de Carvalho, o contexto da UFBA era propício; afinal, era herdeira da Escola de Nina Rodrigues, esta reconhecida fundadora das investigações científicas sobre o negro no Brasil e do manifesto contra o racismo lançado pela Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia em 28 de agosto de 1942. Em acréscimo, a UFBA era herdeira da Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1941, onde seu presidente, Arthur Ramos, era catedrático de Antropologia desde 1939. Por fim, a forte presença de antropólogos estrangeiros na Bahia era mais um estímulo para ser sede do encontro. Quem ajudou financeiramente foram a reitoria da UFBA e a Fundação Estadual de Desenvolvimento para a Ciência. A proposta maior era criar a Associação Profissional, que foi instalada, tendo, por primeira diretoria eleita: Luiz de Castro Faria na presidência, Darcy Ribeiro como secretário e Roberto Cardoso de Oliveira como tesoureiro. Com 47 participantes, a programação era muito parecida com a da primeira reunião, predominando os temas da Pré-história, da Paleontologia Humana, da Arqueologia, da Antropologia Física, da Antropologia Cultural e Social, da Linguística, do Folclore, dos Problemas Profissionais e do Ensino. Segundo Maria Rosário de Carvalho, que estudou as Atas da II RBA, para Thales de Azevedo, a função era de estimular o interesse pelas Ciências Sociais. Com 57 inscritos, o universo

de pesquisa predominante foi a área indígena, chamando a atenção para a escassez de trabalhos sobre o negro, disse Josildeth Consorte, pioneira em estudos étnicos, religiosidade e educação. Mas o que esperar quando estavam presentes Darcy Ribeiro, Egon Schaden, Charles Wagley, Manuel Diegues, Carlos Galvão, Herbert Baldus etc.? Analisando as Atas e o noticiário da II RBA, Maria Rosário de Carvalho citou 31 comunicações científicas com temas como ensino, etnopsicologia, arqueologia, antropologia física, linguística, aculturação, imigração etc. Para Josildeth Consorte, havia certo ânimo no ar que provinha de mudanças importantes, como o fortalecimento da recém-criada CAPES (instituída em 1951 por iniciativa de Anísio Teixeira) que aumentava os financiamentos para a especialização e que se somava ao financiamento de especializações pelo Museu do Índio, por iniciativa de Darcy Ribeiro. Josildeth mencionou, ainda, a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, também sob a direção de Anísio Teixeira, que solidificou a formação de inúmeros pesquisadores.

As RBAs tiveram continuidade. A terceira ocorreu em Recife, em 1958; a quarta, em Curitiba, em 1959; a quinta, em Belo Horizonte, em 1961; a sexta, em São Paulo, em 1963. A III RBA, no ano de 1958, contou com 25 participantes, com apresentações individualizadas, conforme indica o texto coletivo de Antônio Motta, Russel Parry Scott e Renato Athias. Segundo os autores, essa RBA foi organizada sob a liderança de René Ribeiro, marcada por conferências de Luiz de Castro Faria (sobre política indigenista) e Harry William Hutchinson (sobre trabalho de campo) e uma comunicação de Darcy Ribeiro sobre educação e comunidades regionais diversificadas.

A regularidade das RBAs foi interrompida com o Golpe de 1964, mas duas reuniões acontecem camufladas no interior de outras atividades: a sétima, em 1966, em Belém, no âmbito do Simpósio sobre Biota Amazônica, e a oitava, em 1971, em São Paulo, mas sem assembleias da ABA. No relato do professor Igor Chmyz (no evento ocorrido em Curitiba na UFPR), analisando a ata da oitava reunião regional do Paraná, encontra-se a explicação do eminente professor Loureiro de que, na impossibilidade de realizar a RBA

em Brasília, a diretoria da ABA se reuniu com o coordenador do simpósio da Biota Amazônica para traçar estratégias de vinculação da VII RBA ao simpósio internacional que ocorreu em Belém, entre 6 e 11 de junho. Mas ficou combinado que, na ata do simpósio, não seria explicitada a vinculação acordada, embora houvesse um segundo volume dedicado à Antropologia, com 16 comunicações de Antropologia e 3 de Arqueologia. A RBA de 1971, em São Paulo, também veio atrelada a outro evento: o I Seminário de Estudos Brasileiros ou Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, sob a liderança de João Baptista Borges Pereira. Segundo Igor Shmyz, não houve programação divulgada de trabalhos antropológicos.

Os anos 1970 traziam a reforma universitária. Nesse ínterim, houve a expansão da Antropologia nos cursos de graduação e pós-graduação; mas, a ditadura ainda era a grande ameaça do trabalho intelectual, científico e do ensino livre.

O depoimento de Sílvio Coelho dos Santos (presidente da ABA gestão 1992-1994) é central para nos informar sobre as dificuldades passadas por nossa associação durante os anos de ditadura. Segundo Sílvio, foram duas as reuniões interrompidas nos Anos de Chumbo com evidente perigo para a comunidade acadêmica. Em 1966, alguns poucos se reuniram no Simpósio sobre a Biota Amazônica, em Belém, quando elegeram Manuel Diegues Jr., que não estava presente, como Presidente; mas os oito anos que se seguiram foram de muita dificuldade na organização de atividades da ABA. Apenas em 1974, sob a liderança de Sílvio, um pequeno grupo organizou a IX RBA em Florianópolis. O professor Sílvio conferiu a mobilização possível por algumas razões: 1) a reforma universitária (vide Parecer Sucupira, de 1965), que dinamizou a criação de cursos de pós-graduação e, de modo especial, as áreas de Ciências Sociais e Antropologia. A presença de professores e estudantes no evento foi decorrente dessas mudanças. O grupo também reivindicava mais atuação da ABA. 2) A ambiência efervescente na UFSC, malgrado os conflitos e as dificuldades internas. A RBA poderia trazer ânimo à comunidade acadêmica. 3) A competência do grupo local, em especial com Sílvio na liderança, mas também de Anamaria Beck, Alroino

Baltazar Eble, Luiz Carlos Halfpap, Geresa Duarte, Maria José Reis e Neusa Maria Bloemer. 4) A circulação de publicações da produção local via revista criada por Oswaldo Cabral. 5) A liderança de Sílvio deveu-se ao impacto de sua pesquisa, ao livro *A integração do Índio na Sociedade Regional*, à sua participação, em 1971, na Reunião de Barbados, que teve por foco a violência das relações entre índios e brancos na América Latina e, na sequência, em outros eventos latino-americanos, com considerada revisão do posicionamento das igrejas sobre essa perspectiva, e o surgimento do Conselho Indigenista Missionário (em 1972). Sílvio também citou a reunião da USP, em 1971 (João Baptista Borges Pereira e Egon Schaden), como resistência, e outros eventos regionais, como o encontro de professores de Antropologia do Sul, em 1972, a exemplo de outros eventos dessa natureza promovidos pelo professor Schmitz, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A IX RBA aconteceu em 1974, e o Conselho da ABA deliberou que Thales de Azevedo da UFBA assumiria a presidência da ABA e que a X RBA seria sediada em Salvador, em 1976. Em face de mudanças regimentais, aumentou consideravelmente o número de associados, e as questões sociais e políticas, como a luta em prol de questões indígenas, ampliaram-se.

Miriam Grossi também enfatizou o importante papel desempenhado por professores e alunos para a realização da IX RBA, enquanto se vivia em um Estado de terror. Ruth Cardoso, em seu depoimento, comentou que a ABA foi a única que se reorganizou ainda durante o período da ditadura. Para Ruth, esse foi um fato fundamental da resistência da ABA e que tem sido pouco recordado.

Para Miriam Grossi, essa reunião foi um divisor de águas entre uma primeira fase de produção antropológica, a qual emergiu nos anos 30 e que esteve, entre os anos 1950 e 1960, vinculada aos museus (Museu Nacional, Museu Emílio Goeldi, Museu Paranaense de Antropologia e Arqueologia, Museu Antropológico da UFSC, entre outros), e uma segunda fase, em que a Antropologia estava relacionada sobremaneira aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Ciências Sociais. Nessa fase, os anos 1960,

destacou-se também, para Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, o papel das mulheres antropólogas. Assim, homenageou Eunice Durham, Josildeth Consorte, Lux Vidal, Miriam Moreira Leite e Ruth Cardoso, presentes na Mesa Comemorativa dos 50 anos da ABA, na USP. Ana falou de uma espécie de vanguarda pré-feminista, e Mariza Corrêa comentou que a trajetória dessas mulheres demonstrou a superação de um feminismo pautado em estratégias de vitimização, polarização e essencialismos em favor de enredos de posicionamento relacional.

Em 1976, ocorreu a reunião em Salvador, coordenada por Thales de Azevedo, com expressivo crescimento do evento. A ABA era presidida por René Ribeiro. Esse crescimento demandou mudanças reivindicadas pelos associados. Por isso, a reunião de 1978, em Recife, foi um marco. Josildeth Consorte relatou que a assembleia foi tensa, com o pedido de mudanças que viriam a seguir, sobretudo, relativas ao processo de escolha dos dirigentes.

Motta, Scott e Athias definiram que esta XI RBA foi um divisor de águas. O mundo acadêmico clamava contra a ditadura militar e reivindicava a abertura política e a retomada do processo democrático. Tensão entre as posições do tradicionalismo e conservadorismo se chocavam com atitudes de renovação e mudança, as mesmas que mobilizaram o país. Novos temas também ganham destaque. Além das importantes exposições de etnologia indígena, trabalhos sobre campesinato no Nordeste, no Brasil, ou estudos de movimentos sociais sobressaíam-se, emergindo uma antropologia política e/ou do desenvolvimento. A Assembleia Geral foi tensa e mesmo tumultuada, com jovens estudantes reivindicando renovação em relação ao futuro da ABA. Não faltaram críticas a René Ribeiro.

Luiz de Castro Faria foi eleito, e a RBA de sua gestão, a XII, ainda aconteceu no Rio de Janeiro. Doravante, as reuniões mudariam seu formato e seguiram o modelo da Anpocs³, de grupos de trabalho e de mesas-redondas, formato que se consolidou em 1986, na XV RBA, sob presidência de Roberto Cardoso de Oliveira, em Curitiba. Antes disso, a XIII RBA, sob

3 Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

a presidência de Eunice Durham, ocorreu em São Paulo, e a de 1984, XIV RBA, sob a presidência de Gilberto Velho, ocorreu em Brasília. Nos anos subsequentes, a luta da ABA se complexificou, como podemos considerar nos depoimentos dos ex-presidentes da ABA a seguir. O tema da democratização e modernização estava respaldado pela ABA, assim como a consciência da profissionalização da Associação.

As RBAs mantiveram doravante a regularidade a cada dois anos, intercaladas, a partir de 1995, por reuniões da RAM e da ABANNE, respectivamente, Reunião Antropologia Mercosul e Reunião Antropologia Norte e Nordeste e, mais recentemente, pela REA (Reunião Equatorial de Antropologia), além das reuniões internacionais das quais a ABA se associou na 24ª RBA, em Recife: o World Council of Anthropological Associations, sob a liderança do presidente da ABA gestão 2003-2004, Gustavo Lins Ribeiro. Vale lembrar que, burocraticamente, a ABA se informatiza a passos acelerados, seguindo o mundo digital, e que a RBA se informatizou em 2002, em Gramado, na gestão de Ruben George Oliven.

Depoimento de ex-presidentes sobre a ABA

Conforme noticiei no início de minha fala, o primeiro evento comemorativo dos 50 anos da ABA aconteceu na Unicamp, em 1 de junho de 2005. Na ocasião, foi convocada uma Assembleia da ABA que teve por objetivo reunir os ex-presidentes e demais membros do Conselho Diretor. Nessa ocasião, ocorreu uma reunião do Conselho e, na sequência, o evento comemorativo, com três mesas temáticas. Esse evento, como sabem, foi organizado para comemorar os 50 anos da ABA. Por isso, os depoimentos, em sua maioria, trazem contribuições para a história da Associação Brasileira de Antropologia ou para a Antropologia Brasileira, incluindo dados sobre as Reuniões Brasileiras de Antropologia. A primeira mesa-redonda foi intitulada *Homenagem da Antropologia da Unicamp à ABA*, a segunda, *Atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas*, e a terceira,

Questões que dão à Antropologia o seu caráter atual. Nem todos os ex-presidentes estiveram presentes, mas enviaram suas contribuições para a história da ABA.

O primeiro depoimento no livro *Homenagens* é de Mariza Corrêa sobre o seu projeto *História da Antropologia no Brasil*, desenvolvido desde 1984, e que, por seu esforço, reuniu importantes documentos e fotografias depositados no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, tornando-se, desde então, o arquivo oficial da ABA. Mariza relatou as dificuldades para o início do projeto, como as entrevistas com precários equipamentos e a perda de muitos desses materiais preciosos. Mas, por sorte, várias entrevistas e depoimentos importantes foram realizados com antropólogos(as) brasileiros(as), como Thales de Azevedo, Roberto da Matta, Berta Ribeiro, Roque Laraia, entre outros, e alguns mistérios foram desvendados.

Antônio Arantes (no texto *Origens do Departamento de Antropologia da Unicamp*) trouxe a história da Faculdade de Filosofia da USP e os difíceis anos 1960 que atingiram nefastamente essa instituição, a qual era o principal centro político-intelectual do estado paulista. Relatou Arantes que, residindo no exterior, somou-se aos esforços para articular um novo curso de Ciências Sociais na recém-criada Unicamp. Tempos de mudanças teóricas substanciais para considerar os diferentes movimentos sociais e políticos em curso que desafiavam a grande questão de época: como contribuir para a construção da democracia em uma conjuntura dominada pelo regime militar? Em nível interno, nos cursos de ciências sociais, vivia-se o dilema de como renovar os conteúdos programáticos com aceitabilidade institucional que incorporassem as novas levas teóricas e conceituais de cunho crítico e transformador.

Roberto Cardoso de Oliveira (em *Antropologia e Interdisciplinaridade*), escreveu um texto em memória de Vilmar Faria, que foi um parceiro na idealização da criação de um programa interdisciplinar de Ciências Sociais no contexto brasileiro, a exemplo da Universidade de Harvard. Esse espírito interdisciplinar, ou ao menos multidisciplinar, foi

possível a partir de um convívio entre as diferentes disciplinas oferecidas nas Ciências Humanas e nas pesquisas nas quais a Antropologia se faz presente com vigor.

Na mesa intitulada *Atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas*, Gilberto Velho centrou-se nos desafios enfrentados pela ABA de atuar como sociedade científica no âmbito de um contexto com suas múltiplas complexidades que implicava “estimular e promover as relações entre diferentes grupos, centros e indivíduos” (Velho in ECKERT e GODOI, 2006, p. 59). Das complexidades, apontou tanto a atuação nas “várias instâncias do poder público” (Velho in ECKERT e GODOI, 2006, p. 59) como com as agências de fomento, quanto em outras instâncias. Tal atividade não era isolada, mas em conjunto com as demais associações, como a Anpocs e a Sociedade Brasileira de Ciências, a Academia Brasileira de Ciência etc., tampouco ausente de dificuldades, sobretudo para fugir das armadilhas da burocratização. Gilberto trouxe como um dos grandes desafios o tema da ética no trabalho de campo na elaboração e divulgação dos resultados de pesquisas, uma vez que é preocupação da ABA a “valorização da pluralidade e [a] defesa dos direitos das mais diversas minorias” (Velho in ECKERT e GODOI, 2006, p. 60), como é igualmente notória a defesa de grupos e pessoas em torno de temas étnicos, de gênero, da violência e criminalidade, da saúde etc.

Sílvio Coelho dos Santos ainda destacou, na história da ABA, o forte posicionamento da entidade, que negou apoio ao intento de, burocraticamente, o governo militar eliminar a proteção do Estado a um número ponderável de grupos indígenas, posição divulgada, em 1978, na PUC-SP; e em Brasília, na sequência. Destaco a criação da Comissão de Assuntos Indígenas, em 1980, (depoimento de Eunice Durham) e o Boletim da ABA, em 1986 (depoimento de Manuela Carneiro da Cunha).

Essa centralidade na luta pelos problemas na cena indigenista foi um foco importante no relato de João Pacheco de Oliveira (gestão 1994–1996). No capítulo *Uma ABA Indigenista? Notas para uma experiência singular do*

fazer antropológico, João homenageou os ex-presidentes Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha, Sílvio Coelho dos Santos, Roque Laraia e ele próprio, refletindo sobre as intervenções políticas da ABA e o esforço de “não assumir posturas partidárias” (PACHECO de OLIVEIRA in ECKERT e GODOI, 2006, p. 73). Pacheco sintetizou o papel da ABA em seu projeto de contribuir para uma compreensão aprofundada dos fenômenos que precisava analisar criticamente, baseada em dados e análises que resultavam de pesquisas oriundas da comunidade interpretativa que tratava do tema indígena, valendo o mesmo para os demais assuntos. Com essa legitimidade, a atuação da ABA tem sido extraordinariamente ciente, em que se destaca, entre tantos exemplos, a participação da ABA como instância técnica munida de autoridade científica para atuar a favor dos direitos territoriais indígenas na constituição da Carta Constitucional de 1987 e 1988, na gestão de Manuela Carneiro da Cunha. Roque Laraia também enfatizou o trabalho da ABA nesse contexto como uma importante participação na defesa das terras indígenas.

Dessa forma, a ABA se consolidou como importante ator político e intelectual coletivo, como sugeriu Ruben George Oliven (2000-2002) em seu relato intitulado *A atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas*. Para ele, a ABA pautou-se por três compromissos fundamentais: “[...] o respeito pela diversidade de posições científicas entre seus associados, a seriedade de suas atividades acadêmicas e o compromisso intransigente com populações com as quais a ABA está envolvida, por meio de pesquisas ou de intervenções sociais” (OLIVEN in ECKERT e GODOI, 2006, p. 79). Mas, ao mesmo tempo, a partir de seus associados(as), a diversidade dos saberes e práticas antropológicas é surpreendente e dá uma dinâmica *sui generis* para esse campo de conhecimento. Por outro lado, o crescente envolvimento da ABA com questões públicas é notório, como a grande demanda de laudos para a entidade; portanto, há uma atuação pública crescente, relacionada ao comprometimento com os grupos de pesquisa.

A mesa *Questões que dão à Antropologia o seu caráter atual* recebeu contribuições como as de Eunice R. Durham sobre a relevância da Antropologia, lembrando da importância de uma atitude mais modesta (*nem salvadores, nem profetas*) e de uma posição mais firme em relação “ao valor do conhecimento que produzimos” (DURHAM in ECKERT e GODOI, 2006, p. 93): “O fato de sermos frequentemente ouvidos e até mesmo respeitados, já não é pouco” (DURHAM in ECKERT e GODOI, 2006, p. 94). Para Maria Manuela Carneiro da Cunha (1986-1988), isso implicava reconhecer o quanto nossa disciplina pode alterar os termos de debates que envolvam os conhecimentos tradicionais situados em um campo de disputa de biopoderes. Roque Laraia (1990-1992), que também dedicou o seu texto à temática indigenista no capítulo *Questões que dão à antropologia o seu caráter atual*, relembrou as dificuldades e argumentou sobre nossa credibilidade mediante as contradições vividas pelos diversos grupos indígenas enquanto pensávamos que a homologação poderia ser o ponto decisivo do processo de regularização de suas terras. Uma postura crítica constante sobre nossas abordagens e sobre o recurso de novas estratégias desafiaram-nos constantemente neste século em sua continuidade.

Outro importante desafio foi trazido por Gustavo Lins Ribeiro (2002-2004) com o tema das antropologias mundiais face às mudanças histórico conjunturais, tratadas no capítulo *Pós-imperialismo, antropologias mundiais e a tensão provincianismo metropolitano/cosmopolitismo provinciano*. Gustavo referiu-se a um mundo em descolonização após a Segunda Guerra Mundial e ao processo de descolonização da própria Antropologia e, nesse âmbito, o desafio do relacionamento entre antropologias e antropólogos no plano mundial: “da geração de conhecimento sobre dinâmicas globalizadas” (Lins Ribeiro in ECKERT e GODOI, 2006, p. 109) e isso na “tensão entre provincianismo metropolitano e cosmopolitismo provinciano” (Lins Ribeiro in ECKERT e GODOI, 2006, p. 111). Gustavo, de certa forma, reforçou em suas reflexões a sua grande contribuição para a participação da ABA no processo de internacionalização da Antropologia com a

criação do WCAA e com a participação da ABA, que terá continuidade nas demais gestões.

Palavras finais

Uma última referência antes de encerrar é alusiva ao meu direto envolvimento na organização de duas RBAs. A XXV RBA, que teve lugar em Goiânia, foi presidida pelo colega Manuel Ferreira Lima Filho, com sede na Universidade Federal de Goiânia e na Universidade Católica de Goiás.



*Foto 33 – Reunião do Conselho Diretor.
Mesa da Diretoria. Goiânia,
11 de junho de 2006.*



*Foto 34 – Membros do
Conselho Diretor.*



Foto 35 – Mesa composta pela presidente da ABA Miriam Grossi, pelo Vice-Presidente Peter Fry, pela tesoureira Esther Jean Langdon e pela secretária Cornelia Eckert.



Foto 37 – Quiosque da ABA na 25ª RBA. Em Goiânia, de 11 a 14 de junho de 2006.

Foto 36 – Foto no pórtico da 25ª RBA. Flávio Leonel da Silveira, Manuel Ferreira Lima Filho, coordenador geral da 25ª RBA, Cornelia Eckert e Julie Cavnac.



Foto 38 – Camisetas da 25ª RBA.

Em 2022, a XXXIII RBA ocorreu em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná. Foi um evento on-line ainda sob efeito da pandemia, com a presidência do colega João Rickli. Apenas gostaria de dizer que sou muito agradecida aos que participaram desse processo de organização nessas três universidades.



Foto 39 e 40 – Equipe organizadora da 33ª RBA em Curitiba, 28 agosto a 3 de setembro de 2022. Carol Parreiras, João Rickli, Carly Machado, Roberto Pinheiro.

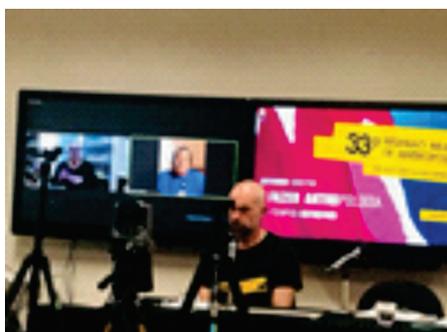


Foto 41 e 42 – Mesa de conferências coordenada pela presidente da ABA Patrícia Birman, o coordenador geral da 33ª RBA Prof. João Rickli e o tesoureiro adjunto da ABA, Camilo Braz.



Foto 43 – Patrícia Birman e João Rickli brindam após a conferência de encerramento.



Foto 44 – Self de alguns membros da equipe organizadora da RBA Carly Machado, João Rickli, Camilo Braz, Cornelia Eckert e Matheus França.

Agradecimentos igualmente a Carine Lemos, Roberto Pinheiro e Silvane Xavier, da secretaria administrativa da ABA, que colaboraram na organização de várias RBAs, incluindo esta de 2022.



Foto 45 – Fotografia com Carine Lemos, tirada na XIV Reunião Antropologia Mercosul, de 1 a 4 de agosto em Niterói/RJ.



Foto 46 – Banner da RBA 70 anos na gestão da presidente Andréa Zhouri.

Foi muito trabalho em tempos difíceis, em especial nos anos horrosos de 2021 e 2022, sob o desgoverno do presidente Bolsonaro e a péssima gestão relacionada a saúde, a educação e a economia, o que exige vigilância e muita mobilização de lutas e movimentos sociais com nossa participação e ativismo. Em tempo, quero agradecer pela parceria da colega Patrícia Birman, presidente da ABA na gestão 2021-2022, em que atuei como vice-presidente. Trabalhamos muito e resistimos aos muitos ataques e desrespeitos. Para essa atuação, foi fundamental a parceria da nossa diretoria, com Carla Teixeira e Carly Machado na secretaria executiva, Andréa Lobo e Camilo Braz na tesouraria, além dos diretores Fábio Mura, João Frederico Rickli, Luciana de Oliveira Dias e Patrícia Maria Portela Nunes, e de todos os Comitês e todas as Comissões que compõem a ABA, além dos colegas atuantes nessas instâncias. Não há como deixar de agradecer aos colegas da Unb por sediarem a nossa ABA, um alento para qualquer diretoria, e, mais uma vez, à nossa querida e eficiente secretaria administrativa, com um time super profissional, com Carine, Roberto e Silvane, Gratidão!

Vou fechar com as palavras de Ruth Cardoso, que constam página 161: “[...] a ABA é uma associação profissional que se levou a sério todo esse tempo; ela sempre foi uma associação forte e coesa, mas ela também era uma associação muito alegre”. As RBAS não eram uma reunião na qual se cultivava somente a seriedade, “era um espaço de sociabilidade” (Cardoso In ECKERT e GODOI, 2006, p. 162). Sigamos alegres na solidariedade! Vida longa para ABA e para as RBAs. Obrigada, colegas da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Católica de Minas Gerais, pela acolhida na comemoração dos 70 anos de RBAs!

Referências

ABA. *Relatório das atividades realizadas pela gestão 2005-2006 da Associação Brasileira de Antropologia*. Florianópolis: Nova Letra, selo ABA, junho de 2006.

ECKERT, C.; GODOI, E. P. de. *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 anos*. Florianópolis: Nova Letra, ABA, 2006.

As RBAs de 1961 e 1992 em Belo Horizonte e a antropologia ensinada na UFMG¹

Candice Vidal e Souza

Em memória de Cid Rebelo Horta

A primeira realização do certame Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) na capital mineira aconteceu em 1961. Apenas em 1992 a Universidade Federal de Minas Gerais sediou outro encontro promovido pela ABA. Para compreender os personagens e instituições envolvidos na preparação dessas duas reuniões, apresento registros documentais da preparação e das atividades que constituíram a programação desses encontros antropológicos. Em cada situação, cabe conhecer aspectos do ensino de antropologia em Belo Horizonte nas faculdades integradas à Universidade de Minas Gerais (UFMG a partir de 1965), responsáveis pela organização local, a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), em momentos anteriores e/ou posteriores a cada uma dessas RBAs.

1 As pessoas e as instituições que ofereceram informações para esse capítulo são: Rodrigo Rebelo Horta, Simão Rebelo Horta e Carolina Rebelo Horta; Martinho Rebelo Horta (pai e filho); Jijara Martins e Felipe Bruno Martins Fernandes; Fernando Corrêa Dias (*in memoriam*), Christiano Tambascia e equipe do Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp; Maria Elizabeth Bréa (Fundação Darcy Ribeiro); Departamento de Administração de Pessoal/UFMG. As entrevistas foram realizadas no projeto de pesquisa “Hierarquias intelectuais e lutas de classificação nas ciências sociais: a construção da posição institucional da Antropologia em Minas Gerais” (CNPq, 2004-2005), coordenado pela autora.

A RBA de 1961

Cid Rebello Horta (1917-1962), mineiro de Viçosa, foi o primeiro professor de Antropologia do Curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas. Cid formou-se em Direito na UFMG, em 1939, e em Geografia e História em 1952, na Faculdade de Filosofia. Cid trabalhou nos jornais *O Diário e Folha de Minas* e foi colaborador do *Diário de Minas*. Atuou, ainda, como assessor de imprensa e divulgação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais. Em sua faceta jornalística, fundou uma rádio em João Monlevade e o jornal interno da Companhia Belgo-Mineira.

Outra faceta da presença de Cid na vida da capital mineira é sua inserção em funções do governo estadual, atuando diretamente junto ao governador no momento da V RBA, como secretário executivo do Conselho Estadual de Economia e Administração no governo de Magalhães Pinto (órgão que, mais tarde, deu origem ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais/BDMG). Ocupou postos nos gabinetes nas secretarias de Saúde (governo Milton Campos) e na secretaria do Interior e Justiça no governo Bias Fortes.

A multiplicidade da atuação profissional de Cid se combina com a sobreposição de seus circuitos de sociabilidade que envolvem intelectuais, escritores, jornalistas e políticos. Essa configuração de relações repete, em uma geração adiante, o cenário descrito por Sergio Miceli a respeito de Carlos Drummond de Andrade e a elite política mineira (Miceli, 2022). Laços de parentesco e amizade constituem a tessitura dessas relações. Reproduzo, na Figura 1, um desses encontros, o qual ocorreu em 24 de janeiro de 1943. Trata-se de “almoço íntimo oferecido a Murilo Rubião pelos seus amigos, por motivo da sua recente formação em Direito”, conforme a anotação constante na foto guardada no Arquivo Público Mineiro.



Figura 1 – Almoço em homenagem à formatura de Murilo Rubião. Da esquerda para a direita, em pé: João Dornas Filho, Cid Rebello Horta, Murilo Rubião, Floriano de Paula. Sentados: Jair Rebello Horta, Otto Lara Rezende, Fernando Sabino e Hélio Pellegrino.²

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo João Dornas Filho, JDF-8.2-165.

Como veremos, as conexões de Cid Rebello Horta com o mundo jornalístico e o governo de Magalhães Pinto serão relevantes para a realização do encontro de antropólogos na capital mineira e o acompanhamento do evento pela imprensa mineira. Podemos reconhecer um estilo de relações sociais que se desenrola entre homens unidos por trabalho e amizade, mas que inclui também a esfera doméstica e a família, mundos que se conectam nos encontros sociais e nas visitas às casas de amigos e parentes. Podemos entender essa atmosfera como comunidade entre iguais que se consideram e respeitam, sobretudo em termos intelectuais e de pertencimento de classe social. Naquele momento, o presidente da ABA era o mineiro, nascido em Montes Claros, Darcy Ribeiro (1922-1997). As habilidades relacionais de

2 A legenda original do Arquivo Público Mineiro foi corrigida pela autora e por Rodrigo Rebello Horta. Os homens que estão, respectivamente, na quinta posição em pé e sentado não foram identificados até o momento.

Darcy e sua capacidade de mobilizar redes são características desde os anos de juventude. Lembro que, na foto da primeira RBA de 1953, lá estão ele e Berta Gleiser Ribeiro, desde então presenças marcantes na cena antropológica brasileira.

Darcy era amigo de Cid Rebello Horta e do governador Magalhães Pinto, a quem visitou em suas vindas a Belo Horizonte. Na Figura 2, registra-se o encontro deles no Palácio da Liberdade, provavelmente acontecido no período em que se investia na preparação e realização da reunião no primeiro semestre de 1961.



Figura 2 – Governador Magalhães Pinto recebe a visita de Darcy Ribeiro no Palácio da Liberdade.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo Jornal *Folha de Minas*, FM-2-1-449.

Cid assume o posto de professor da disciplina Antropologia e Etnologia em 1953. Darcy Ribeiro proferiu a aula inaugural do curso de Sociologia e Política, cujo tema foi o conceito antropológico de cultura. Cid e Darcy foram amigos e colaboradores, pois seria o professor da FACE o coordenador da comissão que organizou a V RBA, em Belo Horizonte, no ano de 1961. As etapas de preparação da RBA incluíram a correspondência para todos os “consócios” da ABA em 7 de fevereiro de 1961, anunciando o evento para o

período de 10 a 14 de julho. A carta assinada por Darcy Ribeiro e pelo secretário geral da ABA, Manuel Diégues Júnior, informa sobre a intenção de promover “quatro conferências, a cargo de especialista altamente credenciados, sobre temas atuais da Antropologia; projetamos realizar uma exibição de filmes etnográficos. Além disso, estão se processando entendimentos no sentido de realizar-se uma exposição de Arte Negra, com apresentação de material existente no Museu Goeldi” (Acervo ABA/AEL Unicamp). A parte social seria composta por almoços oferecidos aos participantes e excursões no final de semana para Ouro Preto, Congonhas, Cordisburgo e possivelmente, Três Marias, às margens do rio São Francisco. No último dia do evento seria realizada a Assembleia Geral, a eleição da nova diretoria e a renovação de um terço do Conselho Científico, devendo a posse dos eleitos acontecer na solenidade de encerramento do mesmo dia.

Nos meses que se seguiram, foi-se consolidando o evento que, de fato, aconteceu entre os dias 26 a 30 de junho, com a programação diurna ocorrendo na Colônia de Férias do SESC, em Venda Nova, e as conferências noturnas no Auditório da FACE, localizada na Rua Curitiba, no centro da capital.

Após o comunicado aos sócios da ABA, Darcy Ribeiro e Manuel Diégues Júnior encaminharam correspondência em 24 de fevereiro de 1961 ao governador José Magalhães Pinto, apresentando o evento e os temas, “de mais vivo interesse”, que serão debatidos: Etnologia Indígena, Política Indigenista, Política Migratória, Ensino de Antropologia, Antropologia Física, Antropologia Cultural, Paleontologia e Linguística. Como a ABA dependia apenas do recurso de seu pequeno número de sócios para as despesas de transporte e hospedagem dos participantes, publicação dos anais e impressão do programa, solicitaram, ao governador, um “auxílio financeiro especial” para ajudar a ABA a realizar tais atividades. Na mesma carta, convidaram Magalhães Pinto a incluir seu nome da Comissão de Honra da V RBA, certos do prestígio que esse apoio traria ao encontro antropológico.

As correspondências trocadas entre Cid e Darcy dão conta do processo de organização do encontro. O endereço oficial para comunicação com a comissão local era na Rua do Ouro, 200, residência de Cid. Em 11 de maio

de 1961, Darcy escreveu a Cid enviando as informações para a montagem do programa e as sugestões para a “feição gráfica” da publicação. Deu notícia de arranjos relativos à sessão sobre Folclore (que corresponde a grupos de trabalho), assumida por Edison Carneiro e a exposição de Arte Negra, sob os cuidados de Eduardo Galvão e Peter Hilbert (nomeados apenas como Galvão e Peter na carta), do Museu Goeldi. Sobre o número de exemplares do programa, Darcy deixara a cargo de Cid, mas pediu 200 exemplares para a ABA encaminhar “aos membros da ABA, aos professores de Antropologia e Etnologia e a algumas pessoas e instituições interessadas”. A carta se conclui com marcas da relação de amizade entre o casal Ribeiro e a família de Cid: “Abraços amigos, meus e de Berta a você, Francisca e aos sobrinhos. Até breve”³. Na carta datilografada há o recado, escrito à mão, de que (Charles) Wagley não poderia fazer a conferência programada, pois só chegaria ao Brasil em 1º de julho. O programa deveria ser mudado, portanto; e Darcy sugeriu que o próprio Cid fizesse a conferência ou, “sendo impossível”, que indicasse alguém de Minas.

O registro mais acessível da V RBA é a notícia publicada na *Revista de Antropologia* (volume 9º) em 1961. Amadeu Duarte Lanna (1961, p. 124-125) relata que “[...] o programa de trabalhos foi intenso, compreendendo sessões de estudos, conferências, exibição de filmes etnográficos, uma exposição de arte africana e outra de pintura rupestre do vale do Rio das Velhas”. As quatro conferências foram proferidas por Herbert Baldus (“Bibliografia Etnológica Brasileira de 1953 a 1960”), Eduardo Galvão (“Os índios da Amazônia e a civilização”), Morse Belém Teixeira (“Estudo e Definição de uma Área Cultural em Minas Gerais”) e Florestan Fernandes (“A Unidade das Ciências Sociais e a Antropologia”) (Lanna, 1961, p. 124-125). Assim, o professor Morse, docente da Faculdade de Filosofia responsável por disciplinas de Sociologia, foi a pessoa de Minas Gerais indicada

3 Os sobrinhos a quem Darcy manda um abraço são os filhos de Cid e Francisca Fontes de Andrade Horta: Rodrigo, Beatriz, Clarissa, Fernão e Berta. O nome da filha mais nova é uma homenagem do casal a Berta Ribeiro. Rodrigo e sua filha mais velha, Carolina, assim como Simão, filho de Beatriz, foram pessoas fundamentais para acesso a materiais e à memória da vida profissional e familiar de Cid no movimento de pesquisa mais recente para a apresentação no evento de 70 anos da RBA na UFMG, em 28 de julho de 2023.

a fazer a conferência no lugar de Wagley. O relato de Lanna (1961, p. 125) é concluído com a observação de que: “A eficiente organização da Reunião deveu-se ao incansável trabalho da Comissão Organizadora e, principalmente, do Prof. Cid Rebello Horta”.

As imagens do evento⁴, assim como o relato detalhado e sequencial das atividades científicas e sociais, estão disponíveis nos principais jornais da cidade, que trazem reportagens a partir de 27 de junho até 2 de julho de 1961. Os jornais *Estado de Minas*, *Diário de Minas*, *Folha de Minas*, *Folha da Tarde* e *O Diário* informam sobre a sessão solene de inauguração ocorrida no dia 26 de junho, segunda-feira, no salão de festas da Colônia de Férias do SESC, onde também estavam hospedados os participantes. Pelos jornais, sabemos que havia um ônibus disponível na porta da FACE, às oito horas da manhã, para levar congressistas até o SESC. As autoridades presentes representam o governo de Minas Gerais, o reitor da Universidade de Minas Gerais, Orlando de Carvalho, e diretores das faculdades de Filosofia, Ciências Econômicas e Medicina, além do vice-presidente da Federação do Comércio. Os discursos foram iniciados pelo reitor da UMG, seguido por Darcy Ribeiro e Manuel Diégues Jr., os quais agradecem pelo apoio das instituições e reiteram a fé dos antropólogos brasileiros nas ciências sociais, “[...] que constituem para a humanidade de nossos dias o seu melhor instrumento de libertação, de autêntica liberdade do homem e da própria ideia de liberdade” (*O Diário*, 27 de junho de 1961, [s. p.]), como teria dito Diégues.

Em seguida, houve o almoço oferecido aos congressistas (quase uma centena) pelo prefeito Amintas de Barros no Iate Tênis Clube, na Pampulha. Em seu discurso ao final do almoço, o prefeito deu as boas-vindas da cidade aos participantes, ressaltando o ambiente de mudança vivido pelo país, atribuído ao desenvolvimento industrial e urbano, e os desafios da administração da “aglomeração de quase 700 mil habitantes”. Dirigiu-se aos antropólogos:

4 Inexistes no arquivo da ABA, conforme Corrêa (2003, p. 24), onde se diz “Não temos foto dessa reunião” em referência à V RBA.

[...] como cientistas sociais, que sois, tendes como função exercer o papel de intermediários entre a realidade social e os que legislam e administram. Estais vós incumbidos, nesse particular, de fornecer os dados objetivos da realidade e de indicar as soluções mais adequadas através das quais possamos alcançar a maturidade econômica e a integração nacional, criando e repartindo melhor a riqueza coletiva. (*Diário de Minas*, 27 de junho de 1961, p. 10).

No mesmo dia, foi inaugurada às 18 horas, no salão amarelo do Banco Mineiro da Produção, a exposição sobre Arte Negra. Às 20h30, na Faculdade de Ciências Econômicas, aconteceu a “erudita conferência” de Herbert Baldus sobre a “Bibliografia Etnológica de 1953 a 1960” (*Diário de Minas*, 27 de junho de 1961, p. 10).

A programação das apresentações e dos debates pode ser conhecida graças ao registro dos jornais da capital, visto que, até o momento, não foi encontrado o programa impresso da V RBA. Pelos registros, aconteceu na manhã do dia 27 de junho o seminário (no *Diário de Minas*, recebe o nome de “sessão de estudos”) sobre “Antropologia Cultural”. Foram apresentados trabalhos sobre comunidades rurais brasileiras e resultados de investigações que o Centro de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro realizou em várias localidades do país para definir “o novo sistema de educação de base do Brasil”. Na parte da tarde, Edson Carneiro (Universidade do Brasil) conduziu o seminário “Antropologia e Folclore”. À noite, ocorreu a conferência de Eduardo Galvão, tendo sido apresentado por Cid Rebello Horta. Conta o jornal que “[...] utilizando-se de ‘slides’, o professor Eduardo Galvão ilustrou sua conferência, proporcionando uma imagem objetiva da situação atual das comunidades tribais da Amazônia, confrontando-a com os meios civilizados” (*Estado de Minas*, 28 de junho de 1961, p. 1).

No dia 28 de junho, aconteceu a conferência de Peter Paul Hilbert, também do Museu Goeldi, com o tema “Arqueologia Brasileira”. Em seguida, Aryon Dall’Igna Rodrigues (Universidade do Paraná) discorreu sobre “Linguística Comparativa e Descritiva”. À noite, no cinema do SESC foram

exibidos filmes etnográficos sobre “[...] os principais aspectos da vida dos índios Xetá, do Paraná; Urubu-Kaapor, da Amazônia e Bororos, do Mato Grosso” (*Estado de Minas*, 27 de junho de 1961, p. 1). Darcy Ribeiro foi o comentarista dessa apresentação.

A sessão solene de encerramento da V RBA aconteceu no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas no dia 30 de junho de 1961. A nova diretoria eleita (Herbert Baldus, Joaquim Mattoso Câmara Júnior e Luiz de Castro Faria) foi empossada pelo próprio governador⁵. A seguir, Cid Rebello Horta leu o relatório geral da reunião que se encerrava, quando resumiu que houve quatro conferências públicas e nove comissões de estudo com os seguintes títulos: etnologia indígena, antropologia cultural brasileira, antropologia e folclore, linguística comparativa e descritiva, arqueologia brasileira, política indígena, política imigratória, ensino de antropologia e antropologia física e populações paleo-ameríndias (*Diário da Tarde*, 1 de julho de 1961, p. 4).

Darcy Ribeiro leu a prestação de contas da gestão que se concluía. Encerrou-se o evento com o discurso do governador Magalhães Pinto. Nos longos trechos citados diretamente nos jornais, mencionam-se os desafios para o desenvolvimento nacional e regional, os quais não são somente de “ordem financeira”, mas dizem respeito também à “organização social”, cabendo aos cientistas sociais apontarem soluções para “[...] eliminar arcaísmos e resistências que persistem, ajudando a recriar uma sociedade nova, para servir e usufruir os benefícios de uma economia nova num Brasil novo”. O governador mineiro entende que:

[...] os antropólogos, pela sua singular experiência no convívio com uma multiplicidade de povos e de estruturas sociais, assim pelo alcance dos elementos conceituais e metodológicos de sua

5 No livro *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos 1953-2003* (2003), há a informação de que Cid foi eleito para o Conselho Científico da ABA. Nessa publicação, há um erro sobre a afiliação institucional de Cid, pois ele não era professor da “Faculdade de Filosofia/MG”, mas sim da Faculdade de Ciências Econômicas.

disciplina, estão credenciados a exercer um relevante papel na reconstrução da sociedade brasileira e no desenvolvimento econômico do país. (Estado de Minas, 1 de julho de 1961, p. 2).

Reproduzo, a seguir, dois registros jornalísticos do evento (Figuras 3 e 4), com imagens das sessões de abertura do evento e inauguração de uma exposição, além de textos sobre os acontecimentos da programação.



Figura 3 – Reportagem de capa sobre a V RBA.

Fonte: Estado de Minas, 27 de junho de 1961.

Vem aí o aumento das tarifas postais: carta simples a dez cruzeiros

Uma nova tarifa, em 20 linhas, para cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, trouxe mudanças e alterações em 1961. Essa nova tarifa, em vigor a partir de amanhã, trouxe mudanças e alterações em 1961. Essa nova tarifa, em vigor a partir de amanhã, trouxe mudanças e alterações em 1961.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros. As cartas pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

Instalada a V Reunião Brasileira de Antropologia: os trabalhos de hoje

Realizada em Belo Horizonte, a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, com o tema "A Antropologia e o Brasil", teve início hoje, às 14 horas, no auditório da Universidade Federal de Minas Gerais.



Belo Horizonte, junho de 1961. Darcy Ribeiro, presidente da V Reunião Brasileira de Antropologia.

REALIZAÇÃO DO PRÊMIO DE A. A. A.
 O prêmio de A. A. A. (Associação de Antropólogos Brasileiros) será entregue ao vencedor da competição de trabalhos científicos realizados durante o curso.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ALGUMAS VEM
 De acordo com o novo regulamento, as cartas simples e pagas, em vigor a partir de amanhã, terão um valor de 10 cruzeiros.

ESCOLA SMITH CORONA (FUNDAÇÃO EM 1918)
Datilografia em um mês
 A ESCOLA SMITH CORONA...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

C.T.A. Escola de Datilografia
 Ensino rápido, eficiente e fácil...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

DENTISTAS
Expeditada
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

VENDEMESE
 Para quem quer vender...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

BAR
 Para quem quer beber...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

Páscua dos servidores públicos será no dia 29
 O dia 29 de junho será o dia da Páscua dos servidores públicos...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

Patronato de menores em Tupaciguara
 O Patronato de Menores de Tupaciguara...
 Tupaciguara, Minas Gerais.

DOENÇAS DA PELE
 Tratamento especializado...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

ATENÇÃO COLEGIAS E ESPORTISTAS
 Para o melhor desempenho...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

DEPUTADO APOIA POSTO AGRICOLA DE BOCANEVA
 Apoio ao desenvolvimento agrícola...
 Bocaneva, Minas Gerais.

MOCA MENOR
 Produtos artesanais...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

Oscar Coelho dos Santos
EDIFICIO FEATARIAS
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

DENTISTA PARA NEVROSIS
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

VENDEMESE
 Para quem quer vender...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

BAR
 Para quem quer beber...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

Páscua dos servidores públicos será no dia 29
 O dia 29 de junho será o dia da Páscua dos servidores públicos...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

Patronato de menores em Tupaciguara
 O Patronato de Menores de Tupaciguara...
 Tupaciguara, Minas Gerais.

DOENÇAS DA PELE
 Tratamento especializado...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

ATENÇÃO COLEGIAS E ESPORTISTAS
 Para o melhor desempenho...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

DEPUTADO APOIA POSTO AGRICOLA DE BOCANEVA
 Apoio ao desenvolvimento agrícola...
 Bocaneva, Minas Gerais.

MOCA MENOR
 Produtos artesanais...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

AMIGO DA GENTE AMIGO DE SI
 Produtos artesanais...
 Rua... nº...
 Belo Horizonte, Minas Gerais.

Figura 4 - Reportagem sobre instalação da V RBA, com foto de Darcy Ribeiro. Fonte: Diário de Minas, 27 de junho de 1961.

A Antropologia ensinada na FACE antes e depois da V RBA

Com o encerramento da VRBA, as aulas de Antropologia seguiram na FACE. A atividade de Cid Rebello Horta, como professor da matéria que ocupava o primeiro ano do curso, deixou excelentes impressões em seus alunos⁶.

O cientista político Antonio Octavio Cintra, que estudou Antropologia em 1958, lembra que “[...] Cid era um autodidata, jornalista fascinado pela antropologia. Sua aula era entusiasmada, gostava do assunto” (entrevista concedida à autora em 19 de agosto de 2005). O sociólogo Fernando Correia Dias, que trabalhou com Cid no jornalismo e foi seu aluno em 1954, informou sobre as aulas de Antropologia dadas por ele em dois momentos: em texto, publicado no Suplemento Literário, que relembra o seu “itinerário intelectual” quando fazia 50 anos e em resposta ao questionário enviado pela autora.

Fernando Correia Dias menciona que, na função de professor da FACE, Cid Rebello Horta:

[...] não se limitou a aulas rotineiras. Embrenhou-se pelo estudo dos grandes teóricos e, ao mesmo tempo, pelo exame dos problemas etnológicos brasileiros. Ministrou aulas notáveis, caracterizadas pela vivacidade, pela probidade intelectual e pelo relacionamento simpático com os alunos. Escreveu excelentes apostilas da matéria. (*Suplemento Literário do Minas Gerais*, 21 de outubro de 1967).

Ficamos sabendo, por Fernando Correia Dias, que as aulas de Cid eram expositivas. O programa do curso “tinha seu fulcro no conceito antropológico de cultura”. O aluno se recorda, ainda, de “digressões sobre o conceito de cultura” (questionário enviado à autora em setembro de 2005).

6 Entre as obras de Cid destaca-se a conferência *Famílias Governamentais de Minas Gerais*, proferida no II Seminário de Estudos Mineiros em outubro de 1956 e, depois, publicada. A cópia disponível na internet pertenceu a Luiz de Castro Faria e estava na biblioteca do PPGAS/Museu Nacional.

Textos e autores introduzidos aos alunos naquela época dão ideia de que o professor informava sobre os debates do momento. Fernando Correia Dias diz ter a impressão que ouviu, pela primeira vez, nas aulas de Cid, “os nomes de Malinowski, Radcliffe-Brown, Ruth Benedict e Claude Lévi-Strauss” (questionário enviado à autora em setembro de 2005). Ele cita ainda o manual de Ralph Linton, *O homem. Uma introdução à Antropologia*. Antonio Octavio Cintra lembra de outros autores e discussões: “Líamos Ralph Linton, Clyde Kluckhohn, Herskovits, além dos materiais que a Unesco produziu no pós-guerra, sobre a questão racial” (questionário enviado à autora em setembro de 2005).

O programa de Cid Rebello Horta para a disciplina denominada Antropologia e Etnologia possui os seguintes itens, cada qual com detalhada especificação:

1. Natureza e objeto da Antropologia;
2. Divisão do campo da Antropologia;
3. Unidade das Ciências Sociais e o lugar da Etnologia;
4. O passado biológico do Homem;
5. A evolução cultural do Homem;
6. A herança biológica do Homem;
7. Estudos brasileiros da Paleontologia Humana;
8. Conceito e preconceito de Raça;
9. A mestiçagem e o problema da classificação racial da população brasileira;
10. Raça, linguagem e cultura;
11. Conceito de cultura;
12. Os sistemas adaptativos da cultura;
13. Sistemas associativos da cultura;
14. Sistemas ideológicos da cultura;
15. Teorias da cultura: o evolucionismo;
16. Teorias da cultura: o difusionismo;
17. Teorias da cultura: o funcionalismo;
18. Contato e assimilação;
19. Contatos raciais e culturais no Brasil;
20. Estudos de aculturação no Brasil. (FACE/UFMG).

O professor de Antropologia apresentava um panorama das divisões da Antropologia em Antropologia Física ou Biológica, Antropologia Cultural ou Etnologia; Antropologia Social. Na sua visão, constavam como disciplinas auxiliares a Paleontologia Humana, a Arqueologia e a Etnografia. Pela versão dos alunos, o curso era interessante e eficiente, fornecendo a futuros cientistas políticos e sociólogos a introdução rigorosa e entusiasmada aos pontos de vista e às questões da Antropologia.

Cid Rebello Horta morreu em 3 de janeiro de 1962, em um acidente de carro no km 14 da rodovia Rio-Magé, quando viajava de férias com a família. Seu desaparecimento brusco foi bastante sentido entre os intelectuais locais, como comprovam os jornais da época e as homenagens em anos posteriores. Na FACE, seu lugar foi assumido por um ex-aluno, formado em 1959: Marcos Magalhães Rubinger.

Marcos Rubinger recebeu treinamento especializado em Antropologia no Museu Nacional, pois integrou a segunda turma do curso coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira, em 1961. Como parte das atividades do curso, realizou pesquisa de campo entre os Suruí e os Gavião, sob a coordenação de Roque Laraia e Roberto da Matta, em companhia de Júlio Cezar Melatti. Preso e exilado pelo regime militar, Rubinger faleceu em 1975. Na época de formação no Museu Nacional, Rubinger elaborou o “Projeto de Pesquisa Maxakali”, inspirado nas discussões sobre fricção interétnica. Não conseguiu concluí-lo.

Rubinger pesquisava entre os Maxakali em 1963, com o auxílio de uma assistente de pesquisa, aluna de turma posterior à sua no Museu Nacional, Maria Stella Amorim. Ou seja, enquanto trabalhava na FACE, Rubinger estava em plena atividade de pesquisa, associado ao grupo de excelência em Antropologia formado em torno de Roberto Cardoso de Oliveira e Luiz de Castro Faria. O Curso de Especialização em Antropologia Social organizado no Museu Nacional foi uma novidade na antropologia brasileira. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, no começo dos anos 1960, dominava o “famoso consenso ortodoxo”, que consiste na visão culturalista americana e funcionalista. Seu projeto contrariava essa receita, cujo principal defensor era Darcy Ribeiro, ao introduzir obras e autores da antropologia britânica. Interessavam então as questões de estrutura social, em substituição à ênfase no conceito de cultura.

Novas referências teóricas e treinamento obrigatório em pesquisa de campo, sobretudo em etnologia indígena, foram as marcas do curso de pós-graduação ao qual Marcos Rubinger se integrou. Na visão de Roberto Cardoso de Oliveira, seus alunos, oriundos de diversos estados, poderiam

retornar e difundir novos ares para o ensino e a pesquisa antropológica. O aluno de Belo Horizonte foi recebido com a expectativa de que “[...] ele fosse uma pessoa que levasse, nesse caso era uma nova orientação de antropologia, uma antropologia social, que naquele tempo ainda tinha dificuldade de se integrar ao *establishment*” (entrevista concedida à autora, em 22 de março de 2005).

De acordo com seu professor, Marcos Rubinger fora um bom aluno e iniciava ali uma “carreira de futuro”. Percebia nele uma preocupação institucional, “de querer fazer algo em antropologia em Minas”. Seria “[...] provavelmente uma das pessoas a organizar, a modernizar, eu diria, a antropologia em Minas Gerais” (entrevista concedida à autora, em 22 de março de 2005).

Os alunos de Marcos Rubinger recordam-se de aulas instigantes e divertidas. O que mais lhes marcou foi a intenção do professor de chocar, de questionar valores arraigados, de usar palavras incomuns para a época. Deve-se notar que o curso da FACE atraía muitas mulheres. Dentre elas, Maria Stella Grossi Porto contou que Rubinger era irreverente e tratava de “temas chocantes” para a época. Na sua impressão, parecia que o professor atribuía às aulas de Antropologia a missão de “desmistificação do mundo”, de derrubada de tabus. Essas características das aulas deixaram mais lembranças do que um programa rigorosamente seguido, sobre o qual a socióloga da UnB disse conter textos da Antropologia americana e uma bibliografia de autores franceses (entrevista concedida à autora, em 29 de outubro de 2004).

O historiador José Murilo de Carvalho foi aluno de Marcos Rubinger em 1962. Embora a Antropologia fosse “secundária” no curso de Sociologia e Política, José Murilo nota que Rubinger se destacava como professor por sua dedicação, por “falar com muita pompa”. Tornou-se um professor “marcante porque tinha posições muito marcadas”. É definido pelo ex-aluno como materialista militante. Usava expressões na sala de aula que na época “não era prudente se usar”, relacionadas a sexo; falava de incesto, um tema antropológico que chocava alguns alunos. Para exemplificar práticas

da antropologia do século XIX, Rubinger mediu a cabeças dos alunos. José Murilo diz, com ironia, que o resultado decepcionante de suas medidas o fizeram descreer das teorias racistas. Outro detalhe pitoresco sobre o estilo de Rubinger é contado por José Murilo: o professor costumava se referir a um autor chamado “Tilor”, provavelmente pronunciando a portuguêsado o sobrenome de Edward B. Tylor (1832-1917).

Nas aulas, Rubinger fazia referências a suas pesquisas em sociedades indígenas. No seu programa de curso, são citadas como “revistas básicas” alguns títulos como: *América Indígena*, *Ethnology*, *Revista de Antropologia*, *Boletim do Museu Nacional* e *Boletim do Museu Goeldi*. Os temas etnológicos eram incluídos na segunda parte de seu programa, chamada de “Antropologia Brasileira”, nas seções “Antropologia aplicada: políticas indigenista, imigratória e racial” e “Aspectos da evolução da etnologia no Brasil”.

A parte mais substantiva do curso era ocupada por assuntos relativos à “Antropologia Geral”: 1) Desenvolvimento, natureza e objeto da Antropologia; 2) Evolução biológica do Homem; 3) Evolução cultural do Homem; 4) Herança biológica, raça e racismo; 5) Conceito de cultura; 6) Sistemas adaptativos da cultura; 7) Sistemas associativos da cultura; 8) Sistemas ideológicos da cultura; 9) Teorias da cultura: evolucionismo, difusionismo, funcionalismo; 10) Contato, aculturação e assimilação e 11) Noções de teoria e pesquisa em Antropologia Social (FACE/UFMG, [s. d., s. p.]).

Como se pode notar, alguns títulos se assemelham ao programa de Cid Rebello Horta. Desse modo, o professor de Antropologia parece continuar inspirando Rubinger, mas sua orientação política materialista e seu treinamento em pesquisa etnológica no Museu Nacional provavelmente tenham resultado em leituras diferentes das mesmas questões gerais da disciplina. É importante perceber que o ensino de Antropologia na FACE apresentava uma continuidade significativa que demonstra certo consenso entre aqueles que assumem a disciplina a respeito do que seja a Antropologia

e dos temas e recortes a serem feitos para informar aos alunos do curso de Sociologia e Política.

O conteúdo do programa de Rubinger e a bibliografia de apoio são exemplos do momento de transição vivido a partir do início da década de 1960 nas balizas teóricas da pesquisa e do ensino da Antropologia aqui no Brasil. A presença de conceitos e autores representativos da vertente culturalista é marcada por M. Herskovits (*El Hombre y sus Obras*), Leslie White (*The Science of Culture*), C. Kluckhohn (*Antropologia*), os quais convivem com referências da antropologia social britânica (*Social Structure*, de G.P. Murdock; *Fundamentos de Antropologia Social*, de S.F. Nadel) e do estruturalismo (*Antropologia Estrutural*, de Claude Lévi-Strauss). O conceito de cultura ainda sustenta a ossatura do curso, mas a ênfase na estrutura social, especialmente com apoio de material etnológico, começa a definir um novo eixo de problemas teóricos e metodológicos.

A carreira de Marcos Rubinger foi interrompida em março de 1964 com a sua prisão. Simon Schwartzmann contou-me que foi preso junto com Rubinger, mas que um mês depois ele e outros colegas foram liberados. Apenas Rubinger foi mantido no cárcere, sendo transferido para a penitenciária de Ribeirão das Neves, na zona metropolitana de Belo Horizonte. Tal situação o teria deixado apavorado sobre o seu destino, segundo relato de Schwartzmann.

No início do ano letivo de 1964, a FACE contratou Maria Andréa Loyola para assumir a cadeira de Antropologia. Indicada por Roberto Cardoso de Oliveira, Maria Andréa conheceu Rubinger no curso de Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional. Assim ela se recorda de sua iniciação como professora, ocorrida em cenário tão conturbado:

Na verdade, lembro-me muito pouco daquela época. Principalmente que foi o primeiro curso universitário que ministrei e que foi muito sofrido. Que a primeira aula estava lotada e tinha gente em pé e assistindo até na área de vidro que tinha naquela época e que eu tremia feito vara verde. Além de muito jovem e inexperiente, estava substituindo o Rubinger, um

professor famoso e muito querido que tinha sido preso. (mensagem enviada à autora, em 8 de junho de 2005).

Para Maria Andréa Loyola,

[...] o curso de Antropologia ministrado por Rubinger era tido como excelente. O Rubinger [...] tinha uma boa formação, mas seu curso tinha uma ênfase política de cunho marxista/comunista muito grande, o que me parece era, em parte, responsável pelo seu sucesso e, sem dúvida, foi responsável pela sua prisão” (mensagem enviada à autora, em 8 de junho de 2005).

O programa de curso de Maria Andréa Loyola contém as mesmas unidades temáticas do programa de Marcos Rubinger. Foram acrescentadas na parte “Antropologia Brasileira” as seções “Aculturação e fricção interétnica nas áreas brasileiras” e “Mudança cultural: obstáculos e resistência culturais ao desenvolvimento econômico e social”. As referências bibliográficas estão ausentes da cópia do programa, datado de 1966, que obtive na Seção de Ensino da FACE.

Maria Andréa Loyola conta sobre a estrutura geral do curso e as atividades que desenvolvia para animar as aulas:

Procurei dar um curso de Antropologia Geral – em função do tempo meio por cima para o meu gosto –, mas bastante abrangente para dar-lhes uma ideia dos diferentes temas e possibilidades da antropologia e para estimulá-los para o estudo da disciplina. Lembro-me que, no item arqueologia, levei-os a Lagoa Santa para visitar as grutas com pinturas rupestres que conhecia bem, e que trouxe o Mata [Roberto DaMatta] e, se não me engano, também o Roque Laraia e o Júlio César Mellatti para falarem sobre antropologia, embora não me lembre sobre que temas especificamente. (mensagem enviada à autora, em 8 de junho de 2005).

Vê-se que os convidados eram todos colegas de Loyola no Museu Nacional. Os professores de Antropologia conseguiam fazer circular

pessoas e informações em Belo Horizonte quando estabeleciam rede de contatos e trocas intelectuais com antropólogos de fora. Nessas condições de sociabilidade acadêmica, os alunos podiam ser expostos a discussões e pesquisas representativos do estado da arte da antropologia feita no Brasil. Aqueles que assistiram aos cursos de Antropologia da FACE foram privilegiados pelo interesse de seus professores na disciplina, que os tornava antropólogos em exercício da tarefa de ensinar antropologia.

A RBA de 1992

A XVIII Reunião Brasileira de Antropologia aconteceu entre os dias 12 e 15 de abril de 1992⁷, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, em um prédio construído recentemente, nos auditórios da Escola de Biblioteconomia e da Faculdade de Letras, espaços contíguos à FAFICH, e no Auditório da Reitoria. A comissão organizadora local foi coordenada por Josefina Lúcia Pimenta Lobato de Mello (Belo Horizonte, 1941), sendo composta por mais 11 professores do Departamento de Sociologia e Antropologia. A professora Josefina entrou na UFMG em 1975; foi aluna do curso de Ciências Sociais, formando-se em 1965; concluiu mestrado em Filosofia na UFMG, em 1985, e doutorado em Antropologia pela UnB em 1994, orientada por Rita Laura Segato.

Na época, a diretoria da ABA tinha a seguinte composição: Roque de Barros Laraia (presidente), Lia Zanotta Machado (secretária) e Luís Roberto Cardoso de Oliveira (tesoureiro). Os diretores eram Yvonne Maggie, Russell Parry Scott, Cecília Vieira Helm e Sérgio Teixeira. Roque Laraia, mineiro de Pouso Alegre, convidou Josefina para assumir a coordenação local da segunda RBA em terras mineiras, agora apoiada no quadro de antropólogos da FAFICH.

7 Observo que esta foi a primeira RBA da autora deste capítulo, quando estava no último ano do curso de Ciências Sociais (Habilitação em Antropologia), da Universidade de Brasília (UnB).

O programa do evento tem 35 páginas impressas, sem imagens e com diagramação simples em preto e branco (Figura 5). A característica surpreendente do programa é a ausência de afiliação institucional de todos os participantes. A abertura aconteceu no domingo, 12 de abril, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, no centro da cidade. Na segunda-feira, dia 13 de abril, as atividades aconteceram no campus da Pampulha. Os participantes ficaram hospedados no antigo Hotel Del Rey, na praça Afonso Arinos (perto da Faculdade de Direito), e se dirigiam de ônibus até o campus. Pela manhã, aconteceram seis das sete mesas redondas programadas. Para se ter noção do panorama temático, os títulos e os respectivos coordenadores foram: “Globalismo e Localismo: uma antropologia das novas fronteiras” (Gustavo Lins Ribeiro e Rafael Menezes Bastos); “A herança intelectual de Franz Boas: uma homenagem e algumas reflexões” (Margarida Maria Moura); “A questão da justiça e a cultura política brasileira” (Luiz Eduardo Soares); “Estudos do gênero: a interdisciplinaridade no campo teórico e a subjetividade no campo metodológico” (Lia Zanotta Machado); “Urbanização e Africanização” (Roberto Motta); “Efeitos da política de repressão policial no uso de drogas” (Alba Zaluar) e a mesa que se destaca pelo horário e local diverso das demais, que apresento a seguir. Na noite deste dia, no auditório da Reitoria, Roberto da Matta fez a sua emocionante conferência intitulada “Sociologia da Saudade”.

Na terça-feira, dia 14 de abril, às 18h30, aconteceu a única mesa redonda realizada no auditório da Reitoria, coordenada por Mariza Corrêa: “A importância da América Latina para a Antropologia do Brasil”. Os participantes dessa mesa nobre foram Antonio Augusto Arantes, Leopoldo Bartolomé, Mariza Corrêa e Roberto Cardoso de Oliveira.

As sessões dos 27 grupos de trabalho ocuparam duas tardes nos dias 13 e 14 de abril. O baile foi realizado na Fábrica de Macarrão, em Santa Tereza, na noite da terça-feira, dia 14. No último dia do evento, 15 de abril, a programação incluiu o encontro de coordenadores de pós-graduação em Antropologia às 9 horas e às 10 horas a Assembleia Ordinária da ABA e o encerramento da XVIII Reunião Brasileira de Antropologia.

No programa, há uma observação discreta informando que “Durante a reunião a sala F.4059 estará disponível para mostra de vídeos”. Porém, o programa impresso não traz detalhes sobre a possível exibição de filmes etnográficos.

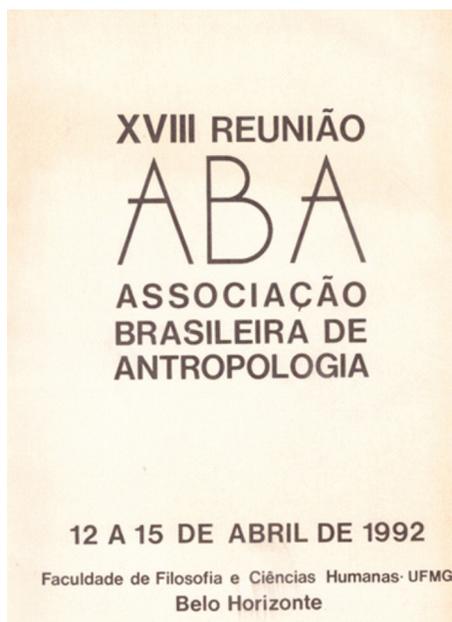


Figura 5 - Capa do programa da XVIII RBA.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

A XVIII RBA mereceu uma pequena notícia, com texto sem fotografia, no *Estado de Minas*, no dia da abertura (12 de abril). E uma reportagem detalhada na capa do caderno “Programe-se” do jornal *Hoje em Dia*, no dia 16 de abril, na qual aparece o precioso dado de que o público foi de 500 pessoas. Há uma lista dos grupos de trabalho, explicações sobre a Antropologia e a atuação da ABA, além de referências a pesquisas e atividades de Roque Laraia.

Na Figura 7, vemos o cartaz do evento, cuja ilustração foi sugerida por André Proux, conforme informação pessoal de Josefina Lobato.

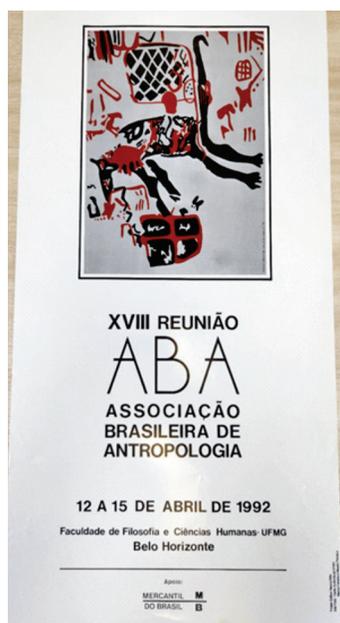


Figura 7 – Cartaz da XVIII RBA, com pintura da Gruta do Caboclo/MG. Projeto gráfico de Marcos Brito e arte final do Centro de Produção Audiovisual da UFMG (Marcus Ferreira e Magela Perpétuo). Apoio do Banco Mercantil do Brasil.

Fonte: AEL/ Unicamp.

A Antropologia ensinada na FAFICH antes da XVIII RBA

O ensino de Antropologia na FAFICH da UFMG começou na mesma época das primeiras faculdades situadas em outras cidades brasileiras, seguindo a estrutura curricular definida por Arthur Ramos e instituída pelo Decreto-Lei nº 1190, de 1939. A cátedra número 30 de Antropologia e Etnografia na Faculdade de Filosofia foi ocupada pelo médico dermatologista Olinto Orsini de Castro durante as décadas de 1940 e 1950. Olinto Orsini (1891-1970) foi responsável por programas de Antropologia para as três séries do

curso de História e Geografia e para a terceira série do curso de Ciências Sociais até os anos 1960. A produção intelectual de Orsini concentrou-se na área dermatológica, com publicações restritas a periódicos médicos (Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1953, p. 348-352).

Os programas dos cursos denominados Antropologia e Etnografia e Etnografia do Brasil podem ser consultados nos arquivos antigos da FAFICH. Pelo que se lê, a origem médica do professor se expressa sobretudo nos cursos das primeiras séries, os quais enfatizavam aspectos anatômicos e evolutivos da espécie humana. A seção “Noções preliminares” do curso de Antropologia tratava de assuntos como “os reinos da natureza, reino humano, a vida, origem da vida, características dos seres vivos, espécies e variedades”. Seguiam-se as partes nas quais se ensinava sobre a “origem das espécies e do homem”; “caracterização da espécie humana” (por exemplo, características humanas da coluna vertebral, do tórax, da pélvis, da cabeça); “unidade da espécie humana” (povos, línguas, civilização, raças. Características raciais, influências do meio e do cruzamento sobre as raças, raças fósseis, raças atuais e sua classificação); “antigüidade (sic) da espécie humana” (cronologia absoluta da humanidade e cronologia dita bíblica) e “fim da espécie humana”.

O programa de Etnografia Geral inclui o que poderíamos chamar de perspectiva cultural. Contudo, a ideia de cultura aparece em sentido genérico, universalista, como característica da humanidade em geral. Alguns exemplos são esclarecedores sobre a visão de cultura transmitida nos cursos de Orsini: “evolução da alimentação – o fogo”, “o sono e o abrigo”, “o adorno e a vestimenta”, “armas e defesa”, “evolução da indústria”, “a sociedade. Família e tribu (sic)”, “cultura espiritual: idiomas, artes, religião, ciências, escrita”.

Por fim, a cadeira de Etnografia do Brasil concentrava-se em temas relativos ao “Homo americanus” e ao “Homo brasiliensis”. O professor Orsini discorria sobre assuntos arqueológicos (cavernas, estearias, sambaquis, estações líticas), falando inclusive da “raça de Lagoa Santa”.

A outra metade do curso era dedicada a falar da “classificação etnográfica brasileira”, da “localização dos povos Tupis” e de “estudos dos Guaranis e Tabajaras”. Aspectos relacionados à “vida na taba”, à “comida dos índios”, à “organização da família”, à “nubilidade e casamento” e à “organização social da tribo (sic)” eram tratados nas aulas da matéria.

Foram alunos de Olinto Orsini futuros professores de Antropologia da FAFICH como Saul Martins (formado em Ciências Sociais em 1959) e Welber Braga (formado em Ciências Sociais em janeiro de 1960, embora sua turma seja de 1959). Entre aqueles que assistiram às aulas de Olinto Orsini, estão: Roque de Barros Laraia e Francisco Iglésias. A impressão da Antropologia transmitida pelo catedrático é semelhante para todos eles. O historiador Francisco Iglésias (Pirapora/MG, 1923; Belo Horizonte/MG, 1998) que durante toda a vida lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas, foi aluno da primeira turma do curso de História e Geografia e concluiu bacharelado em 1944. Ele declarou sobre a Faculdade de Filosofia e os professores que o influenciaram:

“Fui da primeira turma de história, que era, obviamente, a de um curso fraco. [...] Meus professores na Faculdade de Filosofia – vou ser um pouco cruel – eram todos improvisados. [...] Mas o pior de todos era o que ensinava antropologia, um dermatologista. Ele abria um livro e ditava a aula, partindo do pressuposto de que o aluno era um ‘débil mental’. Reacionário fanático, pregava um catolicismo do pior tipo possível”. (Iglésias, 1991, p. 32).

Roque de Barros Laraia ingressou no curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia em 1957. Ele assim rememorou a figura de seu professor de Antropologia:

“[...] eu acho que a Antropologia não era ruim, não era fraca aqui em Minas em época recente, mas já era fraca, porque o professor de Antropologia da Universidade Federal era um médico chamado Olinto Orsini, que deve ter morrido há muitos anos. [...] Ele dava tudo [todas as disciplinas de Antropologia]. Mas ele não

sabia nada. Dizem que quando fundaram a Universidade Federal de Minas Gerais, o professor foi assim escolhido aleatoriamente. Então alguém tinha ido na casa dele e tinha visto um livro qualquer de Antropologia e pensou que ele sabia de Antropologia. Ele era dermatologista. [...] Ele tinha um manual assim, mais ou menos dos anos 20, argentino, era muito ruim. [...] O professor Olinto Orsini era um cara já muito velho na época, conservador, ‘catolicíssimo’. Ele tinha uma ideia muito errada do que era a Antropologia e dava aula sete horas da manhã, porque era médico e tinha suas atividades na Faculdade de Medicina. Então, sete horas a porta já estava trancada: quem entrou... Entrou; quem não entrou... Dançou. O fato é que ele ficou famoso”. (Entrevista concedida à autora, outubro de 2003).

Os programas de Olinto Orsini localizados na pesquisa não mencionam referências bibliográficas. Entretanto, Saul Martins e Roque Laraia dizem que suas aulas seguiam apenas um livro. O primeiro fala que o professor indicava “[...] um livro, como menino de grupo. O saber dele não passava daquele livro. [...] Eu acho que aquele livro ele decorou, tanto que na aula ele dava a mesma coisa” (Entrevista à autora, 7 de abril de 2005). Como dito anteriormente, Laraia lembra-se bem que o livro era um manual argentino, de autoria de José Imbelloni. Seguindo sua indicação, encontrei na Biblioteca do Museu Nacional (UFRJ), o exemplar de *Epitome de Culturologia* (1936). Esta obra inicia a coleção Humanior (Biblioteca del Americanista Moderno), dirigida por José Imbelloni, nascido na Itália em 1885.

O fato é que a presença de Olinto Orsini nos primórdios do ensino de Antropologia na FAFICH parece ter impedido o desenvolvimento de vocações ou afastado de Minas Gerais quem desejava seguir os estudos em Antropologia. Foi o caso do próprio Laraia, aluno da primeira turma do Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social, no Museu Nacional, no ano de 1960; e de Darcy Ribeiro, que, conta Laraia, dizia que não estudou Antropologia em Minas por causa de Orsini.

Não consegui descobrir ainda a data exata da saída de Olinto Orsini. Sabe-se apenas que ele foi substituído por Ely Bonini Garcia, formado em psiquiatria na Faculdade de Medicina da UMG. Embora fosse médico, Bonini teria proximidade com as Ciências Sociais em virtude de cursos frequentados na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e participação em pesquisas de campo de professores da escola. Dados precisos sobre a passagem desse professor pela Faculdade de Filosofia foram muito difíceis de obter. Apesar de ser localizado, ele se negou a dar entrevistas por “só ter memória sobre o futuro”. Sabe-se apenas que ele foi preso em 1964. Assim, ele teria lecionado antropologia cerca de quatro anos.

Felizmente, tive acesso a vários alunos que assistiram às aulas de Bonini, os quais lembram vivamente desse tempo. Iêda Martins de Pádua (Governador Valadares/MG, 1944), formada em Ciências Sociais em 1966, conta que a disciplina de antropologia foi muito impactante em sua chegada à FAFICH.

“Pelo que me lembro, o que ele procurava era envolver as pessoas, ele fazia a gente representar as relações sociais. Ele provocou ali a reprodução de relações de classe. [...] Ele realmente falava que iria quebrar os padrões, para a gente poder enxergar a sociedade. Eu me lembro exatamente das palavras dele: ‘Tirar o argueiro do olho’ – essa expressão bíblica. Enxergar o óbvio e a gente se descolar da visão, do senso comum, para a gente ser cientista social. [...] Foi um curso absolutamente não convencional. Dali saíram pessoas muito motivadas e inteiramente desmotivadas. Têm colegas que sumiram de lá e nunca mais apareceram” (Entrevista concedida à autora, 28 de julho de 2005).

As aulas de Bonini são descritas em seu método como performances ou psicoterapia de grupo por seus alunos. Josefina Pimenta Lobato comentou sobre os exercícios de representação de papéis sociais. Sobre os autores e textos usados em aula, Iêda e Josefina citam Ralph Linton (*O Homem*) e Clide Kluckhohn (*Antropologia. Um espelho para o Homem*). Falam da ênfase do curso na antropologia americana, creditada à sua passagem pela

Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. São textos disponíveis na época e comuns em outros cursos de antropologia ministrados em Belo Horizonte. O modo de ensinar parece ser o ponto da diferença das aulas de Bonini; mais do que a sua bibliografia, as aulas eram marcadas pelo modo de leitura e utilização dos temas antropológicos.

Welber Braga (Belo Horizonte, 1937, 2006) começou a lecionar antropologia em 1964. O entusiasmo de Welber na graduação se dirigia sobretudo às aulas de sociologia com o professor Morse Belém Teixeira. O desgosto pelas aulas de antropologia do professor Olinto Orsini afastaram Welber Braga da disciplina por alguns anos. Ele esclareceu que, estudando sociologia, questionou-se sobre “o que molda a estrutura social”. A resposta para ele é a cultura. Decidiu: “Então, eu vou virar é antropólogo. E passei pela antropologia por esse caminho. Eu quero conhecer as formas que movem a estrutura social; então, é a cultura” (entrevista a Candice Vidal e Souza, Ruben Caixeta de Queiroz e Léa Freitas Perez, 12 de julho de 2005). Welber nos contou que se tornou antropólogo lendo Ralph Linton, Herskovits, Margaret Mead, Ruth Benedict; além desses, disse que: “Malinowski teve uma influência fundamental em mim”.

Outro aluno de Olinto Orsini que se tornou antropólogo, a despeito das aulas introdutórias na graduação, foi Saul Martins (Januária/MG, 1917; Belo Horizonte/MG, 2009), que ingressou na Faculdade de Filosofia em março de 1966, por concurso público, para ministrar a disciplina Antropologia VI (4ª série do curso de Ciências Sociais). O folclore de Minas Gerais foi o objeto de pesquisa da vida toda desse professor. Temas da cultura popular, como a arte e o artesanato, e da cultura negra do estado constituem os trabalhos publicados por Saul Martins. A sua especialidade o levou a manter correspondência com antropólogos de outros estados dedicados a pesquisas semelhantes: Luís da Câmara Cascudo, Manuel Diégues Júnior, Edson Carneiro, Napoleão Figueiredo, Eduardo Galvão, Loureiro Fernandes. Nos arquivos da família de Saul Martins existe a correspondência recebida de Câmara Cascudo de 1951 até 1977, escrita com o estilo “de cordialidade bem

brasileira e real” do morador da Rua Junqueira Aires, nº 377, em Natal. Segue a primeira dessas cartas (Figura 8):

Meu caro Saul Alves Martins.

377, Junqueira Aires.
Natal, 21-XI-1951.

DEVE estar o meu companheiro edificado com a boa educação deste seu admirador. Cumpriu fiel e generosamente quanto prometera mas de minha parte teve apenas silêncio e distância. Quero penitenciar-me de ambas, afirmando não constituir elementos de olvido mas unicamente a vida absorvente de trabalho que me obrigou a retardar por tanto tempo o agradecimento às suas amáveis notas que tão úteis têm sido para mim. Serviu-me delas abundantemente, transcrevendo-as algumas no Dicionário e inclui o prezado amigo na classe rara e afetuosa dos colaboradores reais, indispensáveis e próprios. Tanta coisa ignorava eu e encontrei clara e elegantemente fixadas nas notas que mandou. Creia que muito me penhorou sua bondade e conservo sua amizade em justo e alto ponto, de cordialidade bem brasileira e real.

O seu Governador chegou ontem aqui mas não o vi nem o verei, infelizmente. Vive bem longe do oficialismo e da festa litúrgica que a política oferece aos seus devotos. O atual Governador do meu Estado é uma jóia. Jóia que chega à maravilha de compreender-me e deixar-me trabalhar em casa, arredio e feliz como um rato dentro do queijo.

Com afetuosos abraços e votos de felicidade pessoal,
seu admirador e grato amigo-

Luís da Câmara Cascudo

Figura 8: Correspondência de Luís da Câmara Cascudo para Saul Martins, 21 de novembro de 1951.

Fonte: Acervo pessoal de Jijara Martins.

Saul Martins é visto por alunos e colegas como “folclorista” ensinando matérias antropológicas. Quem a ele se refere como folclorista geralmente está aplicando uma classificação que o aparta do grupo de antropólogos, como se o trabalho dele pertencesse a uma área estranha às ciências sociais. Um colega antropólogo se pergunta: “Quem que eram os antropólogos da faculdade? Eram o Ely Bonini e eu. O Saul, que era mais folclorista

do que qualquer coisa” (entrevista a Candice Vidal e Souza, Léa Freitas Pérez e Ruben Caixeta de Queiroz, 12 de julho de 2005).

A condição desprestigiada dos pesquisadores folcloristas diante dos demais cientistas sociais é resultado do processo de institucionalização da sociologia e da antropologia no Brasil e alhures (Vilhena, 1997). Essa marginalização afeta a trajetória de Saul Martins na UFMG até sua aposentadoria em 1983, especialmente nos anos de maior envolvimento partidário e ideológico dos alunos, que classificam a pessoa e sua especialidade como reacionários ou conservadores, inclusive pelo fato de Saul ser coronel da Polícia Militar de Minas Gerais. Todavia, tenho informações de que ele nunca denunciou estudantes e chegou a retirar da prisão alguns deles.

O aluno mais próximo de Saul Martins foi Romeu Sabará, que se tornou professor do Departamento de Sociologia e Antropologia em 1970. Por uma conjunção de fatores vários, Romeu Sabará (Pocrane/MG, 1941; Belo Horizonte/MG, 2023) será ele mesmo um personagem “folclorizado” na FAFICH, produzindo um percurso acadêmico marginal. A cultura negra também foi um objeto de predileção desse professor, especialmente o congado mineiro e a comunidade dos Arturos, localizada em Contagem/MG.

Durante a pesquisa, poucos dados foram obtidos sobre alguns professores de Antropologia; entre eles, está Maurício Lanski (Belo Horizonte/MG, 1936–1997). Segundo registros da FAFICH, ele começou a lecionar em 1967. Há registros do professor Nelson Quadros nos anos 1990, como responsável pela disciplina Antropologia IV (primeiro semestre de 1992). Nenhum dos entrevistados falou espontaneamente nesse nome. Este professor, no entanto, faz parte da comissão organizadora da XVIII RBA, conforme o programa citado acima. Recentemente, reencontrei programas de 1970 sob responsabilidade de Maria Helena Mendes Duarte, sobre quem ainda não escutei referências.

Na década de 1970, o grupo de antropólogos sociais ampliou-se com a contratação de novos professores como Iêda Martins de Pádua, Josefina Pimenta Lobato, Romeu Sabará, Maria das Graças Tavares, Cleonice Pitanguí, Pierre Sanchis, Renato Ortiz. A configuração geral da área de

antropologia não se alterou substancialmente nos anos 1980, ocorrendo apenas o ingresso de Leonardo Figoli (Rosario/Argentina, 1951) em 1988. Na década de 1990, com a aposentadoria de vários professores, três antropólogas (Ana Lúcia Modesto – Belo Horizonte/MG, 1960; Léa Perez – Porto Alegre/RS, 1957; Andrea Zhouri – Aiuruoca/MG, 1962) e um antropólogo (Eduardo Vargas – Belo Horizonte/MG, 1965) passam a compor o quadro da antropologia. É exatamente desse núcleo que serão convocados alguns dos professores que vão organizar a RBA em 1992, cuja comissão foi composta por André Prous (arqueólogo), Ana Lúcia Modesto, Carlos Magno Guimarães, Cleonice Pitanguí Mendonça, Iêda Martins de Paula, José Eustáquio Teixeira de Abreu, Pierre Sanchis, Leonardo Fígoli, Nelson Quadros Filho, Raquel Miranda Lopes e Romeu Sabará da Silva.

Podemos afirmar que a turma de antropólogos que fez acontecer a RBA de 1992 e todas as gerações que se seguiram sempre estiveram diante de um desafio que me foi sugerido por uma explicação mágica de Roque Laraia para as dificuldades enfrentadas pela antropologia feita em Minas Gerais: “desenterrar o sapo que teria sido enterrado por Olinto Orsini”. Ao revisitar minha pesquisa anterior e reencontrar, de modo intelectual e afetivo, a antropologia feita na FACE por ocasião do encontro com seu filho e seus netos, creio que o espírito animador (afeito a fazimentos, diria seu amigo Darcy) do professor Cid Rebello Horta poderia vir guiar as trilhas do futuro antropológico nessas terras.

Referências

CORRÊA, M. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília: ABA, 2003.

LANNA, A. D. V Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, v. 9, p. 124-125, 1961.

MICELI, S. *Lira mensageira*. Drummond e o grupo modernista mineiro. São Paulo: Todavia, 2022.

VILHENA, L.R. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

Fontes documentais e jornalísticas

Acervo da FAFICH/UFMG:

FAFICH. Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (1939-1953). Belo Horizonte, 1953.

Encadernações de Programas FAFICH/UFMG.

Acervo da FACE/UFMG:

Programas de disciplinas e cursos ministrados pela Faculdade (1959 e 1964) FACE/UFMG.

Hemeroteca Pública de Minas Gerais (Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa):

Suplemento Literário do Minas Gerais (21 de outubro de 1967).

Jornais *Folha de Minas*, *Estado de Minas*, *O Diário*, *Diário da Tarde* (27 e 28 de junho de 1961; 1 e 2 de julho de 1961); *Estado de Minas* (12 de abril de 1992) e *Hoje em Dia* (16 de abril de 1992).

Arquivo Público Mineiro:

Fundo João Dornas Filho.

Fundo Jornal *Folha de Minas*.

A Antropologia de Minas Gerais: dos precursores da 5ª RBA (Belo Horizonte, 1961) e do seu devir

Ruben Caixeta de Queiroz

Em 2005, para um evento que comemorava os 50 anos da ABA no contexto da UFMG, compareceram antropólogos proeminentes na história da disciplina no Brasil, como Roque de Barros Laraia (ex-presidente da ABA e idealizador da realização na UFMG da 18ª RBA, 1992), Miriam Pillar Grossi (Presidente da ABA na época), Bela Feldman-Bianco (representante da área na CAPES na época), além de nomes significativos da antropologia e da arqueologia locais como Pierre Sanchis, André Prous e Welber da Silva Braga¹. A celebração do evento foi mobilizada por falas que, por um lado, ativavam a memória sobre um passado no qual a antropologia era discreta na UFMG e em Minas Gerais e marginal em relação aos centros consagrados do país (notadamente São Paulo e Rio de Janeiro), por outro lado, apostavam num futuro próximo de crescimento e de esperança na sua consolidação na UFMG. E isso não era sem motivo, uma vez que, exatamente durante aquele evento, a coordenadora da área na CAPES, Bela Feldman-Bianco,

1 Leia os textos deste evento incluídos na coletânea “Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia: 50 anos”, organizada por Eckert e Godoi (2006).

anunciava a aprovação do novo Curso de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG².

Dezoito anos depois, em 2023, durante as comemorações dos 70 anos da RBA, em Belo Horizonte a pergunta era se a antropologia da UFMG de fato deixou de ser discreta e periférica e passou a ser, se não central, uma força potente, e qual o seu lugar no cenário nacional³. A resposta ainda não é conclusiva, e necessita de uma avaliação minuciosa no período que vai de 2006 aos dias atuais – incluindo aqui os erros e os acertos de opções políticas e epistemológicas envolvidas no distanciamento e no descolamento em relação a antigas disciplinas aliadas (como a sociologia e a ciência política) e o estreitamento das relações da antropologia com outra antiga aliada, a arqueologia. Sem dúvida, o passado ainda não foi bem compreendido para que, numa espécie de descarrego, pudéssemos nos ater ao tempo presente e ao futuro. Por isso mesmo, uma pergunta ainda pairava no ar quando me preparava para a apresentação na mesa redonda mencionada: “será que, de fato, o sapo enterrado em algum lugar do passado no campus da UFMG ainda nos assombrava ou já o tínhamos desenterrado?”. Essa anedota nos foi lembrada por Roque Laraia no encontro de 2005; ele se referia a uma personagem emblemática na introdução da disciplina antropológica

2 A Pós-Graduação em Antropologia da UFMG (com áreas de concentração em Antropologia e Arqueologia), em nível de Mestrado, foi implementada em 2006. O nível de Doutorado foi criado em 2014. Por outro lado, o Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA-UFMG) foi criado em 2013, no contexto do Reuni (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), com o desmembramento do Departamento de Sociologia e Antropologia e a criação do Curso de Graduação em Antropologia, em 2009. Em 2024 o curso de Graduação em Antropologia foi desdobrado em dois novos cursos: além do Curso de Graduação em Antropologia, foi criado o Curso de Graduação em Arqueologia, a partir de um tronco comum de disciplinas que conecta os dois cursos. O DAA-UFMG, hoje, é formado por 25 professores (15 antropólogos e 10 arqueólogos).

3 Foi realizada, pelo PPGAn/UFMG e pela ABA, uma mesa redonda na FAFICH/UFMG, no dia 28 de setembro de 2023, em razão dos 70 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia, com a presença de Nilma Lino Gomes (UFMG), Cornelia Eckert (UFRGS), Candice Vidal e Souza (PUC-Minas) e Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG). O presente capítulo é, em parte, resultado do trabalho que eu apresentei oralmente neste evento.

na Universidade Federal de Minas Gerais, no momento pré-1960, que, ao contrário de estimular a vocação e o gosto no alunato, promoveu o seu desgosto e sua mudança na trajetória de formação. O tal professor chamava-se Olinto Orsini de Castro, nascido em Sabará/MG, no ano de 1891, um médico dermatologista, líder católico e conservador, que se tornou inclusive deputado constituinte em Minas Gerais com mandato para 1935, 1936 e 1937. As suas disciplinas de antropologia na UFMG eram ministradas a partir do campo da antropologia física e da medicina da época, sob a influência de Arthur Ramos⁴. O artigo recente de Souza (2016, p. 502) diz que o referido professor era tido pelos seus ex-alunos como um péssimo professor, “repetidor de um só livro (*Epítome de Culturologia*, de José Imbelloni, de 1936)”, era um “destruidor de vocações”. No seu artigo “O legado da antropologia brasileira”, Laraia (2014, p. 367-368) conta que poucos foram os alunos que suportaram as aulas de Orsini, e nos lembra o caso de seu colega de sala Marco Antônio Coelho (militante do Partido Comunista Brasileiro, ex-deputado federal, cassado e preso pela ditadura civil-militar), relatado na sua autobiografia “Herança de um sonho” (Coelho, 2000, p. 46), que, no início estava muito interessado pelas ciências sociais, mas desistiu do curso ao assistir às aulas de Orsini; então, sob a influência de Darcy Ribeiro, foi cursar a Faculdade de Direito. Ao contrário de seu colega, Laraia (2014, p. 368) garimpava os textos de antropologia “por debaixo das aulas mal dadas” e frequentava a pequena biblioteca da Faculdade de Filosofia da UFMG (que, naquele tempo, funcionava no edifício Acaiaca, no centro de Belo Horizonte). Foi assim que, em 1960, depois de encontrar na cantina desta Faculdade um edital de um curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social no âmbito do Museu Nacional, partiu para ali realizar

4 Segundo Souza (2006, p. 282), os programas das disciplinas de Orsini obedeciam “[...] em grande extensão aos programas de Arthur Ramos, da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), nos quais se compreende o estudo do homem como conjunção de conhecimentos da medicina, zoologia, filosofia e psicologia. Aparecem como matéria das aulas de ‘Antropologia’: origem das espécies e do homem, caracterização da espécie humana, unidade da espécie humana, antiguidade da espécie humana”.

a seleção e ser aprovado para a primeira turma do curso de “Especialização em Antropologia Social”, juntamente com Alcida Rita Ramos, Edson Soares Diniz, Hortência Caminha, Onidia Benvenuti, Roberto Augusto da Matta.

Mas seria Orsini a sombra ou o único “encosto” que atravancava o ensino e a pesquisa da antropologia na UFMG antes da década de 1960? Veremos a seguir que ele, embora fosse certamente herdeiro de uma mentalidade atrasada, não foi a única razão que impedia o fortalecimento institucional da antropologia em Minas Gerais; afinal, um ex-aluno dele, que fazia tudo ao contrário, era provocador e cativante, por volta de 1960, após a saída de Orsini (de acordo com Souza 2006, p. 282), Eli Bonini Garcia, assumira as aulas de antropologia na UFMG até março de 1964, ano em que foi preso pela ditadura militar. Bonini era, como Orsini, um médico de formação; mas, na sua trajetória intelectual, ele se interessou por um outro tipo de antropologia. Bonini foi estudar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde participou das pesquisas de Oracy Nogueira; obteve ali, em 1961, o título de bacharel em Ciências Políticas e Sociais. Num trabalho recente de divulgação científica, encontramos a citação atribuída a Ethel Mizrahy Cuperschmid (2018, p. 101), que assim se refere a Ely Bonini: “Ely é pura carga explosiva, pois causa sensação, propõe mudanças, sacode, abala, perturba a ordem estabelecida, questiona os cânones, satiriza, potencializa, evidencia o poder de ser único, repleto, profundo, assim como ele é, assim como cada um também é”⁵.

No seu tempo de estudante de Medicina, Bonini foi líder de esquerda do movimento estudantil e diretor do combativo Diretório Acadêmico Alfredo Balena da Escola de Medicina da UFMG (DAAB). Sua formação engajada o levou para um lado heterodoxo da disciplina, chegando a se

5 Este trabalho intitulado “Uma tempestade de ideias a favor da ciência e da paixão pelo ser humano: conhecendo Ely Bonini Garcia”, foi apresentado na forma de PowerPoint no evento Semana do Conhecimento (UFMG, 2019).

intitular polímata⁶, e a enveredar para o campo da psicoterapia. Souza (2006, p. 282) nos lembra que as aulas de Bonini – carregadas nas tintas da psicologia e da psicanálise – eram tidas pelos seus alunos como performáticas “e o aprendizado seria atingido mais emocional que racionalmente”⁷. Em março de 1964, Bonini foi preso pela ditadura militar, como já dito. No mesmo ano, um outro professor também interessado pela relação entre antropologia e psicanálise, ex-aluno de Orsini, assumiu a cadeira de professor de antropologia na UFMG, com 26 anos de idade, e lá seguiu até sua aposentadoria na década de 1990. Trata-se de Welber da Silva Braga (Souza, 2006).

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde Bonini foi estudar, também foi o destino de Darcy Ribeiro. Este jovem interiorano de Minas Gerais, proveniente de Montes Claros, nascido em 1922, chegou a Belo Horizonte em 1939 para estudar na Faculdade de Medicina da UFMG. Como disse Darcy Ribeiro nas suas inúmeras entrevistas e nos seus relatos autobiográficos⁸, sua família, como toda família mineira e talvez brasileira, queria que o filho escolhesse um dos cursos de prestígio da época (medicina, direito ou engenharia), mas nunca um curso para viver e sofrer no “meio dos índios”. Mas Darcy, chegando a Belo Horizonte, logo entrou no Partido Comunista Brasileiro; assim, em vez de fazer o curso de Medicina, foi fazer política e se distanciou do ensino acadêmico. Numa das visitas que o professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo fez a Belo Horizonte, Donald Pierson conheceu Darcy Ribeiro e se encantou pelo seu talento intelectual, oferecendo-lhe uma bolsa de estudos na já renomada

6 O polímata é um personagem dos séculos XVII e XVIII, tido como alguém que se interessa e conhece muitos assuntos. Segundo Peter Burke (2020), Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro seriam exemplos de polímatas. Mais informações em: <https://jornal.usp.br/articulistas/marcos-buckeridge/o-retorno-dos-polimatas/>.

7 Vários(as) daquelas e daqueles que foram alunas e alunos de Bonini, posteriormente, “se tornaram professores de antropologia na UFMG”, por exemplo: Iêda Martins de Pádua, Josefina Lobato, Romeu Sabará (Souza 2006, p. 283).

8 Para essa breve apresentação, consultei a entrevista gravada e transcrita junto a Darcy Ribeiro, em 1995, por Luís Donisete Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni (1997). Além disso, consultei a biografia feita por Helena Bomeny (2001).

escola de ciências sociais do país. Durante sua formação, Darcy Ribeiro estreitou os seus laços intelectuais e de pesquisa na área de etnologia com aquele que viria a ser considerado por ele mesmo como a sua maior fonte e influência: Herbert Baldus. Em 1944, Darcy Ribeiro concluiu sua graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo; três anos depois, foi contratado como etnólogo para a Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), onde teve acesso a um conjunto enorme de documentos sobre a temática indígena. Logo em seguida, junto com a sua mulher, Berta Ribeiro, viajou para Mato Grosso com a missão de conhecer e pesquisar os Kadiwéu, os Guarani e os Ofaié-Xavante.

Pode-se afirmar que a antropologia brasileira na década de 1940 fora majoritariamente paulistana e voltada para os estudos de etnologia indígena. Herbert Baldus, radicado definitivamente no Brasil a partir da ascensão do nazismo na Alemanha em 1933, lecionava, pesquisava e publicava etnografias sobre Guarani e os Tapirapé, dentre outros povos indígenas. Já Florestan Fernandes, que havia ingressado, em 1941, no Curso de Graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCLH-USP), vinculada à Universidade de São Paulo (USP), obteve o título de mestre pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo com uma dissertação sobre os Tupinambá quinhentistas (*A organização social dos Tupinambá*, 1947), e o título de doutor pela USP inserido na mesma temática (com a tese *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, 1951). Com a ida de Darcy Ribeiro para dirigir a Seção de Estudos do SPI no Rio de Janeiro em 1947, mais tarde, na metade da década de 1950, ele criou ali, no Museu do Índio, com o auxílio da CAPES, o “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural” para formar novos etnólogos. Darcy levou para trabalhar com ele um ainda jovem paulistano formado em filosofia pela USP, Roberto Cardoso de Oliveira. Inspirado nesse curso do Museu do Índio, em 1960, Roberto Cardoso de Oliveira criou no Museu Nacional o curso de “Especialização em Antropologia Social”, do qual fez parte da sua primeira turma Roque de Barros Laraia, em 1960, conforme já vimos. Neste percurso e a partir desta data, de certa forma, a

antropologia brasileira (ainda fortemente marcada pela sua vertente etno-
lógica) convergiu sua força do Estado de São Paulo para o Rio de Janeiro. E
em qual patamar andava (ou melhor, derrapava) a antropologia de Minas
Gerais?

Se num primeiro momento Darcy Ribeiro, na década de 1940, e num
segundo momento Eli Bonini, final da década de 1950, foram atraídos para
a Escola de Sociologia Política de São Paulo, já num terceiro momento,
início da década de 1960, Roque Laraia (e outros mineiros, como Marcos
Magalhães Rubinger) foram atraídos para o Museu Nacional (Rio de Janeiro).
Na cidade de São Paulo, a Faculdade fundada em 25 de janeiro de 1934 com
o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) foi idealizada
como um polo central da Universidade de São Paulo (USP), e destinava-se à
formação de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, abrangendo
as áreas de ciências exatas, humanas e biológicas⁹. Já a Escola Livre de
Sociologia e Política foi criada em 27 de maio de 1933, e, em 1938, tornou-se
instituição complementar da USP¹⁰.

É muito interessante notar que, somente um pouco mais tarde, em 1939, nascia em Minas Gerais a Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas (FAFICH), abrigando os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras,
História Natural, Geografia, Matemática, Física, Química, Ciências
Sociais e História. O objetivo aqui era formar professores e desenvolver o

9 Ver <https://www.fflch.usp.br/fflch>.

10 Segundo o trabalho de Gomes de Brito (2013), “[...] o primeiro plano pedagógico da escola
tinha por objetivo formar uma nova intelectualidade voltada para as questões políticas
e sociais do Brasil no referido período, como disposto em seu ‘Manifesto da Fundação’,
este redigido por um grupo de profissionais liberais e intelectuais paulistas. A questão
central do Manifesto referia-se à necessidade de ‘formar uma elite através de métodos
científicos, capazes de compreender antes de agir, o meio social em que vivemos (Ma-
nifesto, 1933). Ainda segundo este documento, a Escola Livre de Sociologia e Política de
São Paulo atuaria no cenário político paulista e nacional como um ‘centro de cultura
político-social apto a inspirar o interesse pelo bem coletivo, a estabelecer ligação entre
homem e meio ambiente e a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os
problemas vitais de nossas populações [...]’ (Manifesto, 1933)”.

conhecimento científico básico que não tivesse ligado estritamente à formação profissional¹¹. Especificamente, as disciplinas de antropologia eram oferecidas na UFMG tanto na Faculdade de Filosofia quanto na Faculdade de Economia (antes uma faculdade privada, que foi incorporada à UFMG em 1948). Segundo Souza (2016, p. 502) a Faculdade de Filosofia da UFMG, a partir de 1941, abrigava “três cadeiras de antropologia” (Antropologia, Etnografia e Etnografia do Brasil), que eram ministradas para os cursos de História e Geografia e, um pouco mais tarde, para o curso de Ciências Sociais. Já na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), o ensino de antropologia parecia ser bem atualizado teoricamente e era ofertado para o curso de Sociologia e Política, no período entre 1953 e 1966¹². Como disse Souza (2016, p. 503), “[...] três professores se dedicaram à disciplina antropológica na FACE, todos com excelente apreciação por parte de ex-alunos: Cid Rebello Horta, Marcos Magalhães Rubinger e Maria Andréa Loyola”. Os dois últimos tinham sido alunos de Roberto Cardoso de Oliveira na segunda turma do Curso de Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional, no ano de 1961.

Rubinger, além de grande professor, era um pesquisador brilhante e muito atualizado, como atestam seus ex-alunos e colegas. Ele acompanhou uma equipe de pesquisa de campo entre os povos indígenas Suruí e Gavião, em 1961, formada por Roque Laraia, Roberto DaMatta e Julio César Melatti¹³.

11 Segundo o site oficial da FAFICH/UFMG, a criação desta Faculdade “[...] era a concretização do sonho de um grupo heterogêneo de intelectuais mineiros que militavam na vida cultural e política da Capital mineira e dividiam seu tempo entre as redações dos jornais e as salas de aula nos principais colégios da cidade. O sonho era criar uma Faculdade voltada para aquilo que eles chamavam, então, de ‘saber desinteressado’”. Mais informações em: <https://www.fafich.ufmg.br/a-faculdade/historia/>.

12 Em 1967, ocorreu a fusão do Curso de Sociologia e Política da FACE com o Curso de Ciências Sociais da FAFICH.

13 Nesta pesquisa de campo, Roque Laraia (2014, p. 371) menciona: “Fui acompanhado de um estudante da segunda turma do curso de especialização, Marcos Magalhães Rubinger, que seria meu assistente entre os Suruí. E Roberto DaMatta que se destinava aos índios Gavião, também na região de Marabá, ia acompanhado de outro estudante, Julio Cesar Melatti”.

Antes disso, nos anos de 1950, segundo Prous (2006, p. 277), Marcos Rubinger visitava sítios rupestres em Minas Gerais, “registrando em seus cadernos (conservados no Setor de Arqueologia do MHN) observações extraordinariamente argutas”. Rubinger fez duas breves etapas de campo entre os Maxakali, uma em julho de 1962 e outra em janeiro de 1963 (Melatti, 1984, p. 345); a partir de suas notas e de relatos de terceiros, escreveu textos etnográficos sobre esse povo indígena de Minas Gerais¹⁴. Marcos Magalhães Rubinger teve a sua carreira de professor e pesquisador em etnologia, na FACE-UFMG, bruscamente interrompida e dilacerada pela Ditadura Civil-Militar de 1964, a qual o levou à prisão e ao exílio (na Bolívia e no Chile), o que, sem dúvida, segundo Melatti (1984, p. 344), “contribuiu para sua morte prematura em 1975”.

Apresentei até aqui, o breve contexto da antropologia no início dos anos de 1960, e de forma mais resumida ainda nas duas décadas anteriores, para situar o leitor sobre o estado da arte e os principais personagens da disciplina no eixo São Paulo–Rio de Janeiro–Minas Gerais¹⁵, que antecipa a realização da 5ª Reunião de Antropologia (1961) na cidade de Belo Horizonte. Darcy Ribeiro fazia parte (junto com Manoel Diégues Jr. e Maria Júlia Pourchet) da diretoria eleita em 1959; por isso, acredito que ele teve papel crucial na decisão de “trazer” para Belo Horizonte a reunião da ABA de 1961. Naquela ocasião, a antropologia brasileira continuava sendo predominada pela etnologia; Herbert Baldus era ainda a grande referência; Darcy já havia conhecido Anísio Teixeira e se compromissado com a perspectiva

14 A maior parte desta produção foi publicada após a sua morte, ou simplesmente ainda não foi publicada.

15 Eu bem sei que, alhures, aquelas e aqueles que olham para a antropologia “local” (isto sempre é posto como sinônimo de antropologia feita no Brasil), ou a “nossa” antropologia – “Nós quem, cara pálida?”, como nos pergunta Pereira (2020, p. 8) –, sempre não consideram ou consideram a antropologia feita em Minas Gerais como marginal. Assim, no seu balanço “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”, na nota 3, Marisa Peirano (1999, p. 227) afirma: “Destaco que, ao mencionar o momento sociogenético das ciências sociais no Brasil, isto é, as décadas de 40–60, centro minhas atenções em São Paulo e no Rio de Janeiro por critérios de relevância sociológica”.

de transformar o ensino escolar no Brasil num tipo de educação popular (gratuita, pública, universal), e mais tarde, literalmente, fora tragado pela política de estado ao se tornar ministro da educação do regime parlamentarista de João Goulart (de 18 de setembro de 1962 a 24 de janeiro de 1963) e chefe da Casa Civil (entre 18 de junho de 1963 e 31 de março de 1964). Depois veio o golpe de 1964, ocasião em que mais um dos antropólogos brilhantes – essenciais para o pensamento geral e para a compreensão das sociedades indígenas e do Brasil, para formular uma crítica profunda à estrutura profundamente perversa, hierárquica e desigual da sociedade brasileira – foi banido, exiliado. Por exemplo, ao ler um a biografia de Darcy Ribeiro, encontrei este seu discurso eloquente:

O dono de terra, que gosta muito mais da terra do que do filho ou da mulher. Que prefere que cortem a mão dele do que tomem uma lagoa dele. Esse apego e a brutalidade, que é a maior herança cultural, a mais perversa do Brasil. A brutalidade para com o povo. A herança de termos sido o último país do mundo a acabar com a escravidão hedionda. É a herança da capacidade de gastar gente, de queimar gente, como se queimasse carvão. De queimar negro, jogar no trabalho. Depois, quando estava velho, estava ruim, deixava fugir ou largava ao seu destino. Essa capacidade de tratar pessoas como coisas, essa perversidade intrínseca, que é a capacidade de matar, de torturar. É uma perversidade intrínseca na nossa herança, na nossa classe dominante. Nossa classe dominante está enferma de desigualdade, de descaso [...]. (Darcy Ribeiro, *apud* Bomeny 2001, p. 28-29).

Voltando ao início dos anos de 1960, sabemos que Herbert Baldus e Darcy Ribeiro estiveram presentes na Reunião da ABA de Belo Horizonte, mas quem mais? Quais foram os temas escolhidos para as apresentações e discussões? Em 2005, em vão, fomos atrás de um folder de programação da 5ª Reunião Brasileira de Antropologia! O que encontramos foram algumas parcas cinco ou seis fotografias nos arquivos do jornal Estado de Minas Gerais. O que teria acontecido? Na falta de um material escrito ou

audiovisual, elaboramos um vídeo com o depoimento de pessoas que foram importantes para a antropologia da UFMG nos anos vindouros: Welber Silva Braga, Romeu Sabará, Pierre Sanchis, Cleonice Pitangui, Iêda Martins, Josefina Lobato. Hoje, quando estava preparando essa apresentação, fui ler o texto de Josildeth Gomes Consorte (2006, p. 169), “Revivendo 50 anos da ABA”, e descobri as razões por não ter encontrado quase nada relativo a 5ª Reunião:

Não pude ir às reuniões de Recife e Curitiba, mas me lembro bem da de 1961, em Belo Horizonte, e da perda de todo o material dela resultante no acidente fatal sofrido por Cid Rebelo Horta, seu presidente, a caminho do Rio de Janeiro, onde cuidaria da sua publicação¹⁶.

Trágico, Cid Horta, um antropólogo de referência para a antropologia de Minas Gerais dos anos 1950, morreu num acidente fatal de carro em 1962. Eli Bonini, um antropólogo emblemático de um período anterior próximo, foi perseguido e preso pela Ditadura Militar em 1964. Marcos Magalhães Rubinger, outro jovem e promissor antropólogo do período, também foi preso e exilado pela Ditadura Militar. O mesmo aconteceu com Darcy Ribeiro, uma espécie de patrono da 5ª RBA, e tantos outros intelectuais país a fora. A antropologia de Minas Gerais – bem como o pensamento livre e a ciência de uma forma geral, em Minas Gerais e no Brasil – foi duramente atacada e amordaçada! A própria reunião bianual da ABA foi interrompida a partir de 1966 (retornando, e de forma precária, somente a partir de 1971). Como não pensar que a antropologia de Minas Gerais não foi para frente ou não se consolidou por causa fundante da Ditadura Militar? Sem dúvida, não foi apenas isso. Outras razões institucionais (internas e externas à UFMG) devem ser averiguadas, e muito ainda deve ser feito para resgatar essa história mal contada ou invisibilizada. Mas, com certeza, tudo

16 De acordo com uma informação pessoal de Candice Vidal e Souza, essa versão para o desaparecimento dos arquivos do 5ª RBA não pode ser confirmada.

isso não ocorreu por mera fatalidade nem por pura magia. Quando Roque Laraia, presidente da ABA na gestão 1990-1992, quis realizar a 18ª RBA na cidade de Belo Horizonte (1992), novamente, ele quis, penso eu, trazer a atenção da antropologia brasileira para a UFMG, ou, quem sabe, quis desenterrar o famoso sapo ou promover uma sessão de “descarrego”. Não sabemos se isso foi feito com sucesso – somente uma dedicação mais atenta a esse evento e a esse período poderá nos dizer¹⁷. Em todo caso, a partir de 2005, o fato da criação de uma pós-graduação específica em antropologia na UFMG parece nos ter apontado na direção de uma consolidação disciplinar e institucional por aqui. Agora, em 2024, com a realização novamente da RBA (a 34ª) na cidade de Belo Horizonte, podemos mensurar, de forma um pouco mais fina, essa capacidade de surgimento das cinzas do nosso ser-fazer antropologia em Minas Gerais. A universidade pública no Brasil, sem dúvida, tornou-se mais forte a partir de 2010, com o Programa Reuni e com a política de inclusão social, incluindo a população negra e indígena. Isso, certamente, trouxe e está trazendo um giro epistemológico e político para nossa disciplina, pois as antropologias de hoje em dia são múltiplas, não mais os sujeitos e objetos são os mesmos, ou melhor, aqueles que antes eram tidos como “objeto” (sem nunca de fato terem sido), agora são sujeitos do conhecimento. Somos ou devemos ser uma disciplina contracolonial, e que não se cale diante do epistemicídio. Porém, parece que, ainda hoje, se Darcy Ribeiro ou Magalhães Rubinger estivessem juntos aqui, algo essencial nos mobilizaria no fazer antropológico: a defesa da democracia, da liberdade, da diversidade, das políticas de reparação e pelos direitos humanos, e, contra o marco temporal.

Diante do cerco aos direitos dos povos indígenas promovido, hoje, 2024, na figura do “marco temporal” colocado a ferro e a fogo na lei do país

17 Esta nota é somente para parabenizar o incrível trabalho que minha colega Candice Vidal e Souza (2006, 2016) vem fazendo sobre a antropologia mineira, inclusive, colocando luz sobre a perspectiva de gênero e nos revelando porque as antropólogas mulheres de Minas Gerais foram deixadas na penumbra ou na invisibilidade em nossa instituição e na história.

para evitar que populações indígenas tomem posse de um pedaço de terra muito menor do que aquele que fora roubado delas no passado, eu me pergunto se um dia conseguiremos nos livrar dessa elite “brutalizada e impiedosa”.

Referências

BOMENY, H. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BURKE, P. *O polímata: uma história cultural* – de Leonardo da Vinci a Susan Sontag. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

COELHO, M. A. T. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONSORTE, J. G. Revivendo os 50 anos da ABA. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 165-171.

CUPERSCHMID, E. M. Cócegas. In: HADDAD, C. ; SOARES, J. A. (org.). *A serena inquietação da esperança*. Belo Horizonte: Aretar, 2018. p. 101-103.

ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006.

GOMES DE BRITO, Carolina Arouca. “Conversa de etnólogos: a correspondência pessoal de Darcy Ribeiro e Herbert Baldus”. Trabalho apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História. Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013.

GRUPIONI, L. D.; GRUPIONI, M. D. F. Entrevista com Darcy Ribeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 158-200, nov. 1997.

LARAIA, R. de B. O legado da antropologia brasileira: relato de Roque de Barros Laraia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 14, p. 361-376, jul./dez. 2014.

MELATTI, J. C. Tríptico Maxakalí. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 1982, p. 344-349, 1984.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (volume I). São Paulo: Editora Sumaré, 1999. p. 225-266.

PEREIRA, L. N. N. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras. *Revista de Antropologia*, n. 63, v. 2, p. E170727, 2020.

PROUS, A. O setor de arqueologia do Museu de História Natural da UFMG. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 277-280.

SOUZA, C. V. e. Professoras de antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem. *Estudos Feministas*, n. 24, v. 2, p. 499-520, 2016.

SOUZA, C. V. e. O ensino de antropologia da antropologia em Belo Horizonte. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 281-286.

Sessão IV

Seminário O fazer antropológico e atos de Estado em relação às comunidades tradicionais (UFMA e Quilombo Jaibara dos Rodrigues), 23 e 24 de novembro de 2023

Quilombo as the place for Black People to reimagine their subjectivities

Davi Pereira Junior

The quilombo in the colonial context was a social resistance organization founded by black people in the Americas enabled black people to develop alternatives to society in opposition to slavery, allowing the enslaved to reclaim their liberty and human dignity through the organization of free and economically viable communities. The quilombo became the main symbol of resistance against slavery, which consumed approximately 12 million black people forced into the diaspora (Gilroy, 1993).

Even in a context conspicuous for its politics of oppression and extreme persecution, quilombos coexisted with colonial society and became the principal black institution to confront the colonial system. These black diasporic institutions shaped collective identities in line with criteria internally established by each community. The quilombo constituted an alternative for the enslaved, representing a possibility for the enslaved and marginalized groups, such as indigenous people (Moura, 1988), to produce a new social, economic, and political environment and subjectivities.

The quilombos, like other similar institutions of Black resistance against enslavement in the Americas such as Palenques, Cimarrones, and Garrifunas must be understood within the historical context lived by Black People trafficked across the Atlantic and sold as enslaved in the Americas, as well as their descendants in American colonial societies. The colonizers sought to destroy any affective ties existing among the enslaved

to facilitate the process of domination and reification while hindering the creation of bonds of collective solidarity among the captives. In this sense, the quilombo was a space for reimagining and rebuilding the conception of community and identity itself.

Quilombos were and still are spaces built on resignification, reimagination and reconstruction subjectivities for Blacks peoples who have lived and continue to live the diasporic experience. The quilombo denotes an institution of reception and solidarity, especially in the Amazon region, and represents a Black diasporic institution that symbolizes the struggle against all kinds of oppression in the colonial world.

Faced with the violence to which enslaved blacks were subjected in the colonial world, the quilombos provided the enslaved the freedom to reimagine, resignify and rebuild the meaning of institutions such as family and religion, along with social relations, ideas of identity, community, and affectivity. Modes and forms of communication also needed to be fundamentally reimagined, signified and reconstructed from the conditions and experiences lived in the context of the diaspora.

I think of the quilombo as the diasporic place that allows the black who escaped enslavement, to re-imagine himself, to re-signify himself, to rebuild himself. I also think of the quilombo as a place of coexistence with a difference. We must not forget that many times, the only common points shared between those who live or form the quilombo is the fact that they are victims of the same crime, which was the transatlantic trade of human 224 beings as enslaved from the African continent to the Americas.

The differences between the enslaved will be confronted on this side of the Atlantic: after all, the fact that they come from the same continent does not eliminate the differences. In this sense, the subjectivity reconstruction process is important because it guarantees individual survival and collective existence. The quilombo is an institution that, in principle, is an instrument of struggle against colonialism and the colonial world.

The quilombos contributed decisively to the destructuring of the mode of production based on the exploitation of the labor of the enslaved, since it constituted an alternative for a safe life in a community that welcomed the enslaved who managed to escape captivity. The quilombo became an omnipresent institution in the colonial world, multiplying everywhere there were enslaved people, keeping the dream of freedom alive.

The quilombo challenged the colonial world by promoting access to land outside the norms established and controlled by the state, and by subjects considered by the colonial state as lacking in citizenship and humanity. The quilombo thus represents the subversion of the colonial mode of production by guaranteeing productive autonomy to its members and an experience of free, collective work based on family ties or other types of cooperation rooted in solidarity.

Through the collective ownership of the common use of land and natural resources, diversity in production to meet the needs of groups, and the production of surpluses to be sold to communities located in the surrounding areas, the quilombos attacked the foundations of the colonial world, contributing decisively to the fall of the slavocracy in Brazil. However, the quilombos and the quilombolas have been unable to escape the racist logic of post-colonial societies, which has made it difficult for the quilombolas to gain recognition of their territorial rights, and especially of land redistribution because constitutional rights and transnational provisions are not enforced by racist nation-states.

References

ALMEIDA, A. W. B. Quilombos: sematologia face às novas identidades. In: ALMEIDA, A. W. B. *Projeto Vida de Negro, Frechal Terra de Preto: Quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996. p. 11-19.

ALMEIDA, A. W. B. *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. v. 1. São Luís: ECN; SMDH; PVN, 2002.

GILROY, P. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo; Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2021.

HERNÁNDEZ, Y. L. Imaginários Cimarrones. Orígenes de la Cosmovisión y Prácticas Mágico-Religiosas de los Afroesmeraldeños. *Revista de El Colegio de San Luis Nueva época*, v. VI, n. 12, 2016.

HURTADO, M. L. *Los Movimientos Cimarrones en la Costa del Pacífico: Héros para la Memoria y la Resistencia*. Bogotá: RRAE, 2012.

Klein, H. S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. *Revista História*, São Paulo, n. 120, p. 3-25, jan./jul. 1989.

KRUG, J. Constructs of Freedom and Identity: The Ethnogenesis of the Jamaican Maroons and the Treaties of 1739. *PSU McNair Scholars Online Journal*, v. 1, [s. p.], 2004.

LEWIS, D. *Anthropology and Colonialism*. *Current Anthropology*, v. 14, p. 581-591, 1973.

MOURA, C. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

MOURA, C. *Rebeliões da Senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). *Identidade e Diferença à Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

TARDIEU, J.-P. The Palenque of Guachipa (1713). Some Aspects of Marronage on the Outskirts of Lima (Peru). *RIRA*, v. 3, n. 2. 2018.

TINSLEY, O. N. Black Atlantic, Queer Atlantic: Queer Imaginings of the Middle Passage. *GLQ* 14, n. 2-3, p. 191-215, 2008.

Vargas, J. da C. Racism does not suffice anti-blackness, the defining social and ontological dynamic of modernity. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, n. 45, v. 18, p. 16-26. 2020.

Etnografia e violência no campo: descrição de processos de conflitos, ameaças e assassinatos em territórios quilombolas no Maranhão¹

Emmanuel de Almeida Farias Júnior²
Tacilvan Silva Alves³

Introdução

Desde 2019 temos acompanhado distintos trabalhos de pesquisas realizados em territórios quilombolas no Maranhão, em um esforço para evidenciar conflitos localizados envolvendo lógicas desenvolvimentistas de base

-
- 1 A primeira versão deste texto foi apresentada no Seminário “O fazer antropológico e atos de Estado em relação às comunidades tradicionais”, realizado na UFMA, no contexto das iniciativas que marcam os 70 anos das reuniões brasileiras de antropologia, no dia 23 de novembro de 2023.
 - 2 Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA), Coordenador do Núcleo de Extensão NEED-UEMA, Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Desigualdades e Diversidades LAEDD UEMA/CNPq, Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).
 - 3 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCS-PA/UEMA), atualmente cursa doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), integrante do Laboratório de Estudos sobre Desigualdades e Diversidades LAEDD UEMA/CNPq e do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA).

econômica, os quais têm tentado “impor seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo” (Almeida, 2011, p. 15).

Em um primeiro momento, podemos nos referir às seguintes localidades: Território Quilombola de Vila Fé em Deus, Território Quilombola de Pedreiras e Violas, Território Quilombola de Cariongo, em Santa Rita, Território Quilombola de Santana São Patrício, em Santa Rita e Itapecuru Mirim, Território Quilombola de Oiteiro dos Nogueiras e Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru Mirim.

Em um segundo momento: São Roque, Flexeira, Centro de Izidorio, Carro Quebrado, Ponta Bonita, São Pedro, Bacabal, Santo Antonio do Coco, Ladeira, Assutinga 1, Cumbi, Assutinga, Bom Jardim, São José, Bom Jardim, Pedrinhas, Cupauba, Quebra/Capim, Queluz, Retiro São João da Mata, Teso Grande, Ilhas do Teso e Bairro São Benedito, em Anajatuba.

Em um terceiro momento: Território Santa Maria dos Pretos, Território de Moreira, Território quilombola de Monge Belo e Território Santa Maria dos Pinheiros, em Itapecuru Mirim. Todos estes locais são de territórios étnicos constituídos por unidades sociais, cujas narrativas dos seus agentes sociais mais idosos, reflete suas existências anteriormente a todos esses projetos desenvolvimentistas e cujas reivindicações, no presente, refletem o domínio sobre a chegada de cada um desses projetos que intrusaram tais territórios.

Tais atividades de pesquisa estão relacionadas com a Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) estabelecendo relações com grupos de pesquisa que já atuam na região, como o Grupo de Estudos em Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) da Universidade Federal do

Maranhão (UFMA), envolvendo diretamente estudantes de graduação e pós-graduação.⁴

Com base nessas atividades de pesquisas, notamos que, nos últimos sete anos, no Maranhão, tem-se observado o desdobramento de distintos projetos desenvolvimentistas perpetrados por interesses econômicos e governamentais. Megaprojetos de infraestrutura, logística, agronegócio e espacial podem ser trazidos como eixos centrais nesse debate, por meio dos quais se instauram distintas situações de conflitos, envolvendo aparelhos de poder e reivindicações territoriais de povos e comunidades tradicionais.

Podemos iniciar a descrição dessas tensões sociais destacando as atividades de duplicação da BR-135 que fazem parte do “Programa Agora, é Avançar” e que ocorreram entre o final de 2017 e 2018, autorizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e foram executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A primeira fase da duplicação se estendeu do bairro da Estiva, em São Luís, até o município de Bacabeira. A segunda fase, correspondente a 18 quilômetros de duplicação, estende-se de Bacabeira até o município de Santa Rita, equivalente ao trecho do km 51 até o km 69 da BR-135. A terceira fase da duplicação que tende a intrusar, diretamente, territórios quilombolas, estão paradas, visto os conflitos emergentes.

É relevante notar que a Estrada de Ferro Carajás-EFC, principal ferrovia pela qual são transportados minerais como, ferro, alumínio e manganês do Pará até o Porto do Itaquí, em São Luís/MA, já havia também intrusado

4 Estiveram participando das atividades de pesquisa ao longo da realização das oficinas de mapas, os seguintes pesquisadores: Emmanuel de Almeida Farias Júnior (PPGCSPA-UEMA), Tacilvan Silva Alves (PNCSA/GESEA/NEED-UEMA), Elieyd Sousa de Menezes (Bolsista Pós-Doc CAPES/UEMA-PPGCSPA), Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira (Bolsista Pós-Doc CAPES PPGCSPA), Edelson Leitão (PPGEO-UEMA/Lab. de Cartografia Social), Antônio José Araújo Cruz (PPGEO-UEMA/PNCSA), Joércio Pires (PPGCSPA-UEMA/GEDMMA-UFMA), Carla Cristina Barros Pinheiro (PPGCSPA-UEMA/GEDMMA-UFMA), Suélem Sousa dos Santos (estudante PPGCSPA-UEMA), e as graduandas do curso de Ciências Sociais UEMA: Maryane Monroe Martins, Maria Heloisa Alves Crispim Cirilo, Nycolli Vieira de Carvalho, Andreza Pereira Berredo, Thaise dos Santos Costa e Sandrymaria Sampaio.

os mesmos territórios quilombolas cortados pela Rodovia federal BR-135, em Santa Rita, Itapecuru-Mirim e Anajatuba.

Soma-se a esses empreendimentos já instalados, o projeto de implantação de uma nova rede de transmissão de energia elétrica. Trata-se de estruturas de transmissão de energia correspondente a 127 quilômetros de extensão, concedidas à EDP – Energias do Brasil, e cujas Licenças de Instalação foram dadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (Sema).

O referido projeto de rede de energia elétrica foi obtido no Leilão 005/2016; mas, somente no ano de 2019, a execução da implantação iniciou. Tal projeto passou pelos municípios de Miranda do Norte, Itapecuru-Mirim, Anajatuba, Santa Rita, Bacabeira até chegar a São Luís, onde estava prevista a construção de uma subestação de energia.

Todos esses projetos de infraestrutura e logísticas têm implicado de maneira significativa nos modos de vida tradicionais vividos por distintas comunidades autodesignadas quilombolas. Nelas encontram-se implicadas modos de vidas que correspondem aos pescadores, quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores rurais, que têm estabelecido suas práticas como forma de resistir às pressões sociais que esses empreendimentos trouxeram consigo.

Observam-se, nesse processo, práticas cotidianas desses agentes sociais que podem ser pensadas a partir do que James C. Scott (2013, p. 253) considera como uma *infrapolítica*, ou, em suas próprias palavras, “a luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias”.

A partir do exercício das observações diretas e de registros audiovisuais, foi possível aprofundar o entendimento sobre as passagens de projetos de infraestrutura e logísticas, os desmatamentos deflagrados aos recursos naturais, as devastações ocasionadas aos modos de vida tradicionais, as alterações, em longo prazo e curto prazo, aos chamados territórios étnicos desses povos. Como o Estado atua frente a tudo isso? Como ele estabelece a lógica de seu projeto de consolidação de nação, frente ao tensionamento dessas situações? A lógica do “dar com uma mão e tomar com a outra” nos

permite entender como o Estado se constrói nesse jogo de distintos interesses presentes nele.

Conflitos agrários e as leis de terras: acirramento das tensões sociais no Maranhão

Em Itapecuru-Mirim, desde o final da década de 1940, observamos a intensificação das tensões sociais envolvendo jogos de interesses de distintos grupos que pensam e tratam os recursos naturais de modos divergentes. Além dessa divergência, os protagonistas dessas disputas passam a estabelecer suas estratégias de resistências em que o Estado passa a ser um dos motores centrais no sentido do avanço e fortalecimento das partes envolvidas.

A implantação e ampliação de projetos de infraestrutura e logísticas têm implicado de maneira significativa nos modos de vida tradicionais vividos por distintas comunidades autodesignadas quilombolas. Nelas, encontram-se implicados modos de vida que correspondem a pescadores, quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores rurais, que têm estabelecido suas práticas como forma de resistir às pressões sociais que esses empreendimentos trouxeram consigo.

Neste contexto, na região dos campos naturais, desdobram-se distintas práticas de expulsões de famílias de trabalhadores rurais, pescadores e quebradeiras de coco babaçu, a partir da década de 1970, que culminam com o chamado cercamento dos campos naturais. Esses processos de cercamentos promovidos por latifundiários e fazendeiros acirraram, ainda mais, as tensões sociais dos conflitos em distintas regiões do Maranhão, incluindo a que está sendo tomada como referência para este estudo.

Vale pontuar que consideramos fundamental, no presente, os efeitos trazidos por distintos dispositivos legais que, de bom tom, buscaram diminuir os conflitos agrários no país. Consideramos para esta pauta de debates no Brasil, que tem se apresentado como referência indispensável para as lutas de reconhecimento dos considerados povos e comunidades

tradicionais no país, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ADCT, da CF/88. Somam-se a eles o Decreto nº 4.887/2003 e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho que, segundo Shiraishi Neto (2007) que, ao ser ratificada pelo Estado brasileiro, contribuiu para reforçar os instrumentos de redefinição de políticas agrárias, além de favorecer a própria aplicação das políticas étnicas.

Essas medidas se contrapõem, de certo modo, a antigos marcos deste debate cujas questões territoriais, no sentido étnico, eram desconsideradas. O reordenamento de terras que foi colocado pelo Brasil Império em 1850, pela Lei de Terras, a qual promoveu o direito à terra somente mediante compra, criou obstáculos aos trabalhadores das distintas unidades familiares de adquirirem a terra, assim como reforçou o poder de opressores localizados. Em Itapecuru-Mirim destacam-se as figuras dos latifundiários e fazendeiros.

Não obstante, podemos retomar para o debate também, já que pontua as lutas na região dos campos naturais, a Lei de Terras de 1969, promulgada pelo estado do Maranhão durante a gestão do governador José Sarney, a qual potencializou o poder dos latifundiários quando colocou no mercado terras que já eram ocupadas há muitas gerações por comunidades tradicionais. Enfatizamos aqui as que, no presente, se autoafirmam como comunidades quilombolas.

O agravamento desse processo desenfreado de compra e venda de terras no estado do Maranhão ganhou novos desdobramentos com a Lei Estadual nº 12.169/2023, também chamada de nova Lei de terras, que altera a Lei Estadual nº 5.315/1991. A referida nova Lei de Terras ampliou de 200 hectares para 2.500 hectares a possibilidade de regularização fundiária das áreas individuais. Isso passou a desempenhar um efeito direto sobre a compra e a regularização de terras no estado, em detrimento de territórios coletivos dos distintos povos e das comunidades tradicionais.

A relação de compra e venda de extensas áreas para fazendeiros e para empresários do agronegócio têm ocasionado efeitos sociais complexos

na vida de agricultores familiares, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas. Entre os territórios quilombolas de Itapecuru-Mirim e Santa Rita registramos que tais efeitos referem-se à destruição de cursos d'água, supressão florestal, acidentes nas rodovias e ferrovias ocasionando a morte de pessoas, além da morte de animais silvestres e domésticos.

Em decorrência da passagem da ferrovia Carajás, da BR-135 e dos chamados Linhões, pelos territórios étnicos reivindicados, são relatados pelos quilombolas questões como a diminuição das atividades pesqueiras devido aos desmatamentos das margens dos rios e igarapés, bem como seu consequente assoreamento; diminuição das áreas agricultáveis, tanto pela passagem dos projetos de infraestrutura e o estabelecimento das zonas de segurança como pelas disputas das áreas restantes com fazendeiros. Como aparece na fala do entrevistado José Alberto Moreno Mendes, presidente da associação da comunidade de Jaibara dos Rodrigues, assassinado brutalmente em 27 de outubro de 2023:

Vou começar pela ferrovia, porque já foi uma longa distância que a gente vem pela ferrovia. Por que a gente sempre questiona a ferrovia? Porque a ferrovia causa um dano muito grande na comunidade. A ferrovia, naquela passagem ali de nível, nós passamos. Nós temos que esperar. Ali morrem muitos animais nossos. Aquele minério, aquela água que desce, aquela ferrugem que desce, ela vai toda para os igarapés, ela vai todo para nosso campo, que é onde nós nos mantemos, naquilo ali. Nós sempre questionamos a Vale: “Vale nos protege, nos ajuda?”. Aquela poeira, daquele pó, aquilo pega na mandioca, aquilo ali se assenta na terra, que a gente pega a mandioca para fazer farinha para comer, aquilo de pegar. Então, de qualquer maneira, a ferrovia só faz nos prejudicar. Nos ajudar é muito difícil. É só nos prejudicar, de toda maneira que a ferrovia faz, é só nos prejudicar. Porque tem os danos, que é causado pelo desmatamento que, às vezes, eles fazem com os nossos igarapés, que hoje estão todos entupidos. Não temos mais igarapés. (Entrevista gravada em maio de 2023).

Os quilombolas registram ainda a situação de insegurança quanto aos idosos das comunidades, que ficam impossibilitados de transitar de um lado para o outro da rodovia devido à ausência de sinalização em partes da rodovia que passam dentro das comunidades. Insegurança esta que também se estende aos estudantes, havendo registros de acidentes destes quando vão atravessar a BR-135. Ademais, parte da vegetação de babaçuais já não existe devido à implantação de áreas pastáveis para criação de gado nas fazendas, o que ocasiona a diminuição das atividades extrativas do babaçu.

É a ferrovia e o linhão, justamente. A gente está no meio de uma coisa que só traz morte. Vamos dizer igual o nordestino diz: “só traz desgraça para a gente”. Foi a ferrovia e o linhão. Porque uma está proibindo a subida do peixe e a outra, na hora do peixe passar para outras comunidades, para Santa Rosa, que a Santa Rosa, é onde passa o peixe, para Santa Rosa, é dentro das nossas comunidades, é a subida do peixe. Aqui, a subida do peixe é dentro da comunidade, do território que eu falo dentro do território Monte Belo, é a subida do peixe, é a boca do igarapé que cai daqui, só é dessas comunidades do Monte Belo para cá. (José Alberto Moreno Mendes, maio de 2023).

Frente a isto devemos também pensar que o Estado que assegura as possibilidades de existência de grupos diferenciados é o mesmo que aplica Portarias, emite Licenças Ambientais, assegura a exploração de recursos naturais etc. A existência de ambos não parece ser impossível, mas as práticas e o modo como são reguladas pelo Estado deixam a desejar.

Ressaltamos que a área da rodovia entendida como de domínio do Estado faz uma recriação de zonas de mortes para os grupos por onde ela se estende. Isso também nos mostra que há uma relação de suspensão de direitos étnicos historicamente conquistados. Quando o Estado impõe suas lógicas de sobreposição de interesses, de compreensão do que imagina ser território, nos faz refletir e questionar: quem deve morrer?

As comunidades quilombolas têm-se mobilizado a partir de diferentes planos de organização. Podemos mencionar a Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e a União das Associações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru Mirim (UNIQUITA).

Destacamos também o Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Quilombolas de Santa Rita e Itapecuru-Mirim, que articula comunidades quilombolas referidas aos territórios de Oiteiro dos Nogueiras, Santana São Patrício, Cariongo, Pedreiras, Centro dos Violas e Vila Fé em Deus. Vale ressaltar a criação das associações das comunidades e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que emergiram diante dos conflitos agrários. “Então, na criação desse Sindicato dos trabalhadores rurais, foram muitas mortes. Nós não tínhamos a liberdade de ficar conversando assim, igual nós estamos aqui” (Libâneo Pires, maio de 2023).

Todas essas formas organizativas expressam e são resultantes diretamente das relações de conflitos estabelecidas por ações do próprio Estado brasileiro. Nesse sentido, destacamos que, nas comunidades observadas, se nota uma constante ausência do poder público em relação às ações voltadas para investimentos em escolas, em hospitais, em estradas pavimentadas e acesso à água potável.

Ameaças de morte, assassinatos e esquivas de Estado na regularização fundiária

Tem uma estrada aqui, estamos eu e uma criança aqui, já morreu pessoas aqui, crianças aqui. Então, nós paramos a estrada. Eles não gostam disso, mas é o que nós temos que fazer. Pra ganhar, é preciso fazer isso: enfrentar a morte. Outra coisa que você vê: “a situação não tem nada a ver com isso”. Tem sim! Só aqueles que sofrem, são os menores que sofrem, porque esses que estão no poder, que escolhe o lugar que não tem sofrimento e lá ficam, nos colocam em um lugar onde passa todos os riscos de vida, de sofrimento e morte. (Libânio Pires, maio de 2023).

Os conflitos agrários em Itapecuru-Mirim, especificamente nos territórios de Santa Rosa dos Pretos, Monge Belo, Santa Maria dos Pinheiros, Santa Maria dos Pretos, Cariongo, Pedreiras, têm alcançado sua máxima nos últimos anos, quando distintas lideranças passaram a ser ameaçadas por diferentes frentes.

Podemos citar aqui lideranças de comunidades como Cariongo, Santa Rosa dos Pretos, Picos II, Frades, Santa Maria dos Pinheiros e Santa Maria dos Pretos, as quais possuem pelo menos uma liderança incluída no programa de proteção às pessoas ameaçadas, em decorrência do agravamento dos conflitos agrários nos territórios étnicos reivindicados.

Hoje eu tô aqui, eu comadre Ana Cleta somos todos jurados de morte. Eu já fui até levado para matar. Minha casa é toda monitorada, tem câmara para cá, a câmara para cá. Eu vivo preso aqui, ainda, desse jeito que eu tô, mas é preso. As portas tudo aqui tem portão de ferro, mas quem me vigia mesmo é Deus. Já me levaram para matar por conta desse movimento nosso cobrando nossos direitos. [...] eu tava lá na levantação do mastro, e ele tava no carrinho aberto; chegou lá, abriu a tampa do carro, sentou e disse: ‘Vem aqui. Você se lembra naquele dia, que nós fomos naquele lugar?’. E eu disse: ‘Eu me lembro’. E ele: ‘Olha naquele dia, você só não morreu porque eu que não deixei, porque tinha uns cara lá para te matar e eu que não deixei’. Ora, se ele que tinha me levado lá. Aí eu disse: ‘Tá certo’. (Elesbão, maio de 2023).

Conforme o relato de ameaça de morte ao sr. Elisbão de Picos II, na comunidade quilombola de Frades, encontramos situações semelhantes, inclusive à presidente da associação quilombola de Frades. Assim, ela narra, em entrevista:

“Cadê a patroa? Ela tá aí?” Ele disse: “Não”. Aí ele garrou, eles vieram por lá pelo sítio do meio, eles subiram aqui, nesse dia devagarinho, à noite, numa Hilux branca; passaram na porta devagarinho, aí meu marido veio montado e subiu primeiro

que eles. E disse: “Olha Cleide, não sai para fora, que o pessoal da empresa está procurando por ti”. Porque eles acham que foi eu que fechei lá, mas não foi eu não, foi o presidente do território que mandou. Eles têm como se eu que tivesse mandado. Eu e meu marido ficamos com medo deles estarem me procurando para me matar nesse dia, porque eles têm como se eu foi que fechei, mas não foi eu não, foi a atitude do presidente do território. (Cleide Maria, 2023).

Em Anajatuba e Arari, registraram-se inúmeras ameaças de morte e assassinatos a lideranças quilombolas. No dia 18 de dezembro de 2021, durante atividades de pesquisa para a realização de oficinas de mapas pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) junto às comunidades quilombolas de Anajatuba, o sr. José Diniz e sua esposa, a sra. Dogivânia, tiveram sua casa na cidade invadida. O sr. José Diniz conseguiu fugir do local. Hoje ele e sua esposa encontram-se em um programa de proteção. O sr. José é quilombola natural de Arari. Relata que teve quatro parentes assassinados.

Os invasores estavam de luvas e portando armas de fogo. Ao perceber a movimentação, a sra. Dogivânia tentou impedir a entrada dos invasores, segurando a porta. Sem ter mais forças para impedir a invasão, estes arrombaram a porta de entrada da casa. Procuraram o sr. José que já tinha fugido do local pulando o muro do quintal. Os invasores disseram ser da polícia, deram uma coronhada no estômago da Sra. Dogivânia e saíram.

De acordo com o sr. José, as mortes começaram quando estes se posicionaram contra o cercamento e a criação de búfalos nos campos naturais de Arari, pois atingia diretamente as famílias das comunidades de Cedro e Flexeira. Segundo o sr. José Diniz,

Na minha comunidade, que se chama Cedro, é um quilombo na cidade de Arari. A gente, nessa comunidade, estava sofrendo muita opressão por parte de alguns latifundiários. Como estava falando, a gente não podia fazer mais uma casa, tampouco uma roça para tirar o nosso sustento, Os animais de pequeno porte

estavam sendo exterminados por essa gente, porque não podia entrar em um cercado que eles matavam. A nossa comunidade e mais outras se levantaram contra toda essa opressão; mas, o que acontece, professor, é que estão nos matando como se fosse uma coisa que está fazendo mal à sociedade em geral. Já fui preso em presídio, eu e mais cinco pessoas da minha comunidade; depois desses companheiros que foram presos, mataram pai e filho, meu tio e primo; depois mataram o primo do meu pai e também um amigo da gente; agora vieram me procurar. Tudo isso por lutar pelo pedaço de chão e pela retirada dos búfalos e das cercas que estavam nos campos públicos. E até agora, nada por parte da justiça foi feito. (José Diniz, 19 de dezembro de 2021).

Nesta escalada de violências, foram assassinados os senhores: Juscelino Fernandes Diniz e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes (pai e filho), em 5 de janeiro de 2020; Antônio Gonçalo Diniz, em 2 de julho de 2021; João de Deus Moreira Rodrigues, em 29 de outubro de 2021; José Francisco Lopes Rodrigues (Quiqui), em 8 de janeiro de 2022. A tentativa de assassinato do sr. José Diniz se insere neste processo de violências, pois sua residência foi invadida no dia 18 de dezembro de 2021.

Ademais, vejamos: no ano de 2015, distintas lideranças passaram a ocupar o INCRA/MA em reivindicação de seus territórios. Tal ocupação foi seguida de atos como uma greve que culminou com a então presidenta na época, Dilma Rousseff, assinando a desapropriação das áreas pertencentes ao território de Santa Rosa dos Pretos, ação favorável em nome destes quilombolas. No entanto, chegamos a 2024 e, até o momento desta escrita, nenhuma ação desapropriatória foi realizada.

A greve de fome nos ajuda a refletir que as condições de existência nestes territórios permanecem passíveis de luto, ou, nos dizeres das lideranças, tudo permanece num corredor da morte. Nesse contexto, as resistências, dadas em formas de ocupações de instituições “representativas”, greves de fome e fechamento da BR-135 são tomadas como mecanismos

para garantir visibilidade frente ao poder público; mais que isso, é a busca por continuar vivendo frente às mazelas do chamado desenvolvimento.

Considerações

A partir da exposição desses fatos, é possível afirmar duas conclusões com relação à posição do Estado e aos conflitos fundiários: a) O Estado ignora o problema agrário, adota largamente política de reconhecimento cultural/identitário, contudo não viabiliza os processos de redistribuição, vide os processos de reconhecimento, demarcação e titulação territorial que se encontram paralisados. b) O Estado é parte do problema fundiário. Historicamente os grupos econômicos têm utilizado a estrutura do Estado para aprovar leis que excluem os pobres da estrutura fundiária, podemos mencionar a Lei nº 601/1850, chamada de “Lei de Terras”, podemos citar também a Lei de Terras nº 2.979 de 17 de julho de 1969, chamada de Lei de Terras Sarney, e mais recentemente a Lei Estadual nº 12.169/2023, chamada de nova Lei de Terras. Esta última altera para 2.500 hectares as áreas que podem ser objeto de regularização pelos chamados não proprietários rurais, além de excluir do processo de regularização fundiária “as terras tradicionalmente ocupadas por população quilombola, quebradeiras de coco e demais povos e comunidades tradicionais”. O Estado, assim, é o garantidor dos processos de expropriação territorial ao reconhecer processos de grilagem de terras tradicionalmente ocupadas.

Outra questão relevante para mencionar é que as comunidades quilombolas e outros povos tradicionais estão fragilizados devido aos quatro anos de um governo autoritário e armamentista. Os grupos econômicos aproveitaram para flexibilizar a legislação que regulamenta a posse/o porte de armas, tornando os conflitos no campo mais violentos. Tais grupos receberam, portanto, toda sorte de autorizações para matar.

É importante citar que, com a falta de segurança territorial e o contexto atual de expansão de megaprojetos para a produção de *commodities*

minerais e agrícolas (vide o projeto MATOPIBA⁵), possivelmente registraríamos o crescimento da violência no campo, tendo em vista um (super) aquecimento do mercado de terras. Este ponto está diretamente conectado às questões anteriores, pois foram aprovadas legislações que aceleraram os processos de grilagem da terra e a flexibilização da posse/do porte de armas.

Por fim, cabe registrar que, segundo a CONAQ – entre 2018–2023 foram assassinados 33 quilombolas – 9 no estado do Maranhão. Segundo a Comissão Pastoral da Terra–CPT (2024), em 2023 ocorreram 31 assassinatos, sendo 14 indígenas, 9 trabalhadores sem terra, 4 posseiros, 3 quilombolas e 1 funcionário público. Ainda segundo a CPT: em 2021, foram registrados 1.838 conflitos no campo; em 2022, 2.050 conflitos no campo; em 2023, 2.203 conflitos no campo. Tais informações evidenciam um exponencial aumento dos conflitos no campo nos últimos três anos.

Os dados apresentados revelam a urgência com que o Estado brasileiro precisa considerar, na lei e na prática, que o território dos designados povos e das comunidades tradicionais é um bem inegociável para a existência física, social, econômica e cultural dos que nele vivem. Até o momento, notamos que, às margens do Estado, estão todos esses processos de violência listados, oficializados por aqueles que possuem o privilégio de nomear (Hooks, 2017) a Nação. É como se não fossem consideradas, efetivamente, as possibilidades de coexistência de modos de vidas distintos ao que é planejado pelo pulso e pela caneta do Estado.

Neste texto, aproximamo-nos da noção de necropolítica desenvolvida por Achille Mbembe (2016) como forma de superação do conceito de biopolítica de Foucault. O autor usa a noção necropolítica para descrever

5 “Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p. 2). Este projeto está apoiado em grande investimento público/privado para a ampliação e/ou construção de infraestrutura de escoamento, aumentando o aquecimento do mercado de terras e os conflitos envolvendo povos e comunidades tradicionais.

uma forma de poder que decide quem vive e quem morre. Mbembe examina como certas formas contemporâneas de submissão exercem o controle sobre a vida das pessoas por meio de medidas de segurança, políticas econômicas e da instrumentalização da morte, submetendo as pessoas à violência física e psicológica, segregação social, privação de direitos básicos, negligência em saúde e educação, entre outras.

Assim, o termo “necropolítica” cabe para a situação ora analisada, pois sugere uma política que governa por meio da instrumentalização da morte. Essa abordagem é frequentemente associada a contextos de violência extrema, opressão e colonialismo, onde certos grupos são sistematicamente e deliberadamente espoliados de sua capacidade de viver dignamente e com segurança.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. *Conflitos no campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, 2024.

HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MARANHÃO. *Lei nº 12.169/2023*. Altera a redação dos arts. 13 e 17 [18, 27, 28, 29, 30 e 31] da Lei nº 5.315, de 23 de dezembro de 1991. Maranhão, 2023. Disponível em: http://sapl.al.ma.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2146_texto_integral

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, dez. 2016, p. 122-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

MIRANDA, E. E. de; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. de. *Nota Técnica 1 - Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA*. Campinas: EMBRAPA, Maio, 2014.

SIGAUD, L. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1986. (Comunicação n. 9).

SILVA, A. P. da. *Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola santa rosa dos pretos*. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia (Licenciatura em Pedagogia da terra) – UFMA, São Luís, PRONERA, 2017.

SHIRAISH NETO, Joaquim. *Direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Joaquim Shiraish Neto, org. Manaus: UEA, 2007.

SOUZA LIMA, A. C. de; CASTRO J. P. M. e. “Para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s)”. In: SOUZA LIMA, A. C. de; DIAS, C. G. (org.). *Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021. p. 92-122.

TERRA DE DIREITOS; COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (org.). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Terra de Direitos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. (Brochura).

Os atos de Estado em relação às comunidades quilombolas: incompletude e contradições das políticas institucionais

Cynthia Carvalho Martins¹
Raquel Mombelli²

Introdução

Analisar as situações de vulnerabilidade dos quilombolas no período pandêmico implica considerar os conflitos territoriais, acirrados, geradores de mortes, similarmente à própria pandemia de Covid-19. Isto porque, se formos realizar um levantamento dos diferentes dispositivos institucionais, veremos uma articulação dos atos de estado com os interesses empresariais.

No presente artigo, utilizaremos a noção de biopolítica (Foucault, 2008) para analisar os controles e as contradições de uma política que, ao invés de garantir a segurança, tem gerado vulnerabilidades em função, principalmente, de dispositivos com vistas a restringir direitos territoriais conquistado.

No que diz respeito ao período de análise, abordaremos o período classificado como pandêmico, quando a “realidade” social experimentada pelas comunidades quilombolas foi marcada pelo acirramento de conflitos territoriais e ambientais, pela presença facilitada dos empreendimentos

1 Antropóloga, pesquisadora vinculada à rede de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2 Antropóloga. Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA (Gestão 2022/2024).

nos territórios, concomitantemente aos questionamentos dos direitos conquistados.

Nos quatro primeiros tópicos, enfatizamos a situação de vulnerabilidade das famílias no período pandêmico, marcado por conflitos territoriais. Tomaremos como referência duas situações de graves conflitos e que foram impactadas por atos de estado – Alcântara/MA e Alto Rio Acará/PA – e, ainda, refletiremos sobre os problemas da vacinação quilombola, no que diz respeito à exclusão desses agentes sociais; assim, explicitaremos as contradições das políticas sanitárias, os conflitos gerados e as formas de resistência dos agentes sociais. Nos dois últimos tópicos, analisaremos os dispositivos de licenciamento ambiental, notadamente a Instrução Normativa nº 111/2021, com ênfase no exame do favorecimento dessas medidas às empresas; analisaremos ainda as conexões desses favorecimentos com os assassinatos de quilombolas. Em caráter de conclusão, considerando que esta publicação é comemorativa dos 70 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), refletiremos, de modo preliminar, sobre o ofício dos antropólogos e o papel da antropologia no que diz respeito à concretização de uma produção acadêmica articulada aos direitos dos agentes sociais que atualmente acionam suas identidades.

A pandemia, a questão territorial dos quilombos e os interesses empresariais

Durante o período caracterizado como pandêmico, iniciado em março de 2020, com duração de aproximadamente dois anos, os conflitos territoriais se acirraram nos territórios quilombolas, principalmente em função de atos de estado (Bourdieu, 2014) que flexibilizaram os procedimentos de licenciamento ambiental; desautorizaram os laudos antropológicos; facilitaram a presença de empreendimentos minerários, do agronegócio e turísticos nos territórios quilombolas, além de privilegiarem ações paliativas e compensatórias, em muitas situações, geradoras de mais conflitos.

A pandemia de Covid-19 atingiu de forma violenta os denominados povos e comunidades tradicionais, isso em função da demora na inclusão

nos planos de vacinação e por falta de uma política sanitária que reconhecesse as suas diferenças em relação à maneira de trabalhar, de conceber o corpo e a doença, mas também por uma série de atos com impactos diretos na dimensão territorial.

As estatísticas oficiais, com suas lógicas numéricas, longe de abranger os efeitos dessa pandemia na vida dessas pessoas, partiam do princípio da neutralidade e generalidade, apostando na ideia de que muitos morreriam, mas a sociedade não se acabaria, tal como foi preconizado no período da escassez de alimentos, ou seja, em uma concepção de segurança para a denominada população, centrada na biopolítica, estudada por Michel Foucault (2008).

A lógica do estado mínimo, ou seja, sem o gerenciamento das relações econômicas, agindo somente a partir dos mecanismos de regulação, deixa um campo aberto para a ação de empresas, criando obstáculos às desapropriações das terras. O mercado teria suas leis próprias, já a regulação do Estado estaria na instituição dos mecanismos de segurança, tais como os programas de proteção às vítimas e as próprias medidas de isolamento preconizadas nos regulamentos referidos à pandemia. Esse tipo de segurança gera vulnerabilidades dos grupos sociais sem condições de acessar esse mercado, como ocorreu no caso da comercialização dos remédios inadequados e na própria falta de oxigênio na cidade de Manaus.

Os mecanismos da chamada segurança e da suposta liberdade de opção se constituem no paradoxo do liberalismo e estão na origem das “crises de governamentalidade”. Foucault bem demonstra como a biopolítica insere-se em uma razão de estado com orientação em um tipo de racionalização na qual os corpos são controlados, sem que a segurança seja garantida. “A disciplina se exerce sobre o indivíduo e a segurança sobre a denominada população” (Foucault, 2008, p. 526). Ocorre que, com o neoliberalismo, os mecanismos, embora com uma aparência de segurança, geram instabilidades de toda ordem, centradas principalmente em uma autorregulação do mercado e em uma colocação das vidas em um plano secundário. Têm-se o controle das vidas e, ao mesmo tempo, o descaso com essas vidas. Essas noções nos ajudam a pensar o princípio orientador das políticas institucionais

no país em pleno período pandêmico, marcado pela ação do mercado. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, o Sistema Único de Saúde (SUS) – sistema público, criticado pelos ultraliberais –, juntamente com a atuação dos funcionários públicos e com suas ações de saúde, cumpriu uma meta sanitária relevante nesse período e salvou vidas.

O controle dos corpos na pandemia se deu a partir de uma série de medidas de isolamento sem conexão com as possibilidades de serem, de fato, executadas em situações como as dos povos e das comunidades tradicionais nas quais as práticas dos trabalhos nos roçados envolvem ajuda mútua, ou seja, um trabalho que não é individual. Ademais, a flexibilização das medidas de proteção ambiental, a partir de dispositivos baixados em plena pandemia, fez com que os territórios quilombolas fossem fortemente impactados por ações da iniciativa privada.

No âmbito do Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)³, tivemos acesso às situações problemáticas, vivenciadas por comunidades quilombolas, desde dificuldades na vacinação, passando por conflitos territoriais graves, mortes e ameaças de remanejamento. Deparamo-nos com um total desconhecimento, por parte dos agentes do poder público – principalmente os vinculados aos poderes municipais, responsáveis pelas vacinações – das legislações referidas aos quilombolas, dos direitos garantidos e da própria legislação, tal como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que possui diretrizes no que diz respeito, inclusive à questão da saúde.

Nos últimos tempos, tão bem expressos no título 33^a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)⁴, de 2022, “Defender Direitos e Fazer Antropologia em Tempos Extremos”, observamos um agravamento das situações conflituosas e a instituição de um verdadeiro caos na vida das famílias, expressas pelo aumento das mortes por Covid 19, mas também por conflitos territoriais e ambientais. Entretanto, torna-se relevante mencionar que esses

3 ABA Gestão (2020/2022) com coordenação de Cynthia Martins e vice coordenação de Raquel Mombelli no Comitê Quilombos.

4 Programação disponível no site: <https://www.33rba.abant.org.br/>

povos e essas comunidades tradicionais estiveram mobilizados em reuniões; na construção de barreiras sanitárias, impeditivas da entrada de estranhos nas suas comunidades e outras medidas, tais como encaminhamento de documentos de denúncias e, até mesmo, em ações denominadas de *retomadas*, nas quais as famílias mobilizadas passavam a se deslocar para os territórios usurpados a fim de pressionar o reconhecimento legal de seus direitos mas também garantir a sua sobrevivência em pleno período pandêmico.

Apresentaremos, de modo sucinto, duas situações de conflitos territoriais graves, acompanhadas pelo Comitê Quilombos, com uma ação no sentido de denunciar; realizar uma campanha e encaminhar documentos para órgãos competentes, como o Ministério Público Federal e 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da mesma instituição. Certamente os conflitos são bem mais amplos; mas, para efeito deste artigo, destacamos os conflitos enfrentados no período pandêmico pelos quilombolas do território de Alcântara, no estado do Maranhão, e pelos quilombolas da região do Rio Alto Acará, no estado do Pará.

Conflitos no Território Alcântara/MA

Iniciaremos com a análise de um dispositivo publicado no Diário Oficial da União pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, referido à situação de Alcântara, Maranhão. Trata-se da Resolução nº 11, de 26 de março de 2020⁵, com a previsão de novos remanejamentos de famílias de Alcântara, Maranhão, em total desrespeito à Constituição Federal de 1998 e às convenções internacionais. Esse ato institucional inaugurou o período pandêmico, demonstrando como a razão do Estado está a serviço de um uso privado desse território, preconizada desde o início de sua implementação, e coroada pelo acordo de Salvaguardas Tecnológicas, entre o Brasil e os Estados Unidos, assinado em

5 Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300>.

16 de dezembro de 2019, que retomou a política de expansão do Centro de Lançamento, com a previsão de uma ampliação e anexação de novas terras ao projeto. Segundo Almeida (2022, p. 43):

Na lógica imperial de gestão esse tipo de negociação só é vantajosa, no tempo presente, para os que detêm patentes e direitos de propriedade intelectual. Os EUA e as corporações privadas a eles referidas monopolizam a tecnologia espacial e restringem o acesso ao conhecimento necessário aos lançamentos, do próprio parceiro em cujo território está localizado a Base.

Passados quase 40 anos da instauração do conflito dos quilombolas de Alcântara com o Centro de Lançamento de Alcântara, as famílias continuam vivendo situações de extrema insegurança. As terras desapropriadas nos anos 1980, decretadas de utilidade pública, resultaram no deslocamento compulsório de mais de 300 famílias no início do projeto. Apesar de o Decreto nº 7820⁶ ter declarado as terras como públicas, ocorreu, ao longo do tempo, a colocação dessas terras no mercado privado, com a implementação de acordos do Brasil com diferentes países, como a Ucrânia e os Estados Unidos, visando à implantação de projetos privados. Alguns desses projetos ficaram inacabados, a exemplo daquele resultante do acordo do Brasil com a Ucrânia (Pereira Júnior, 2023)⁷, gerando impactos nas unidades sociais. Outros, como o Acordo de Salvaguarda Tecnológica, firmado entre o Brasil e os EUA em 2019, estão em pleno andamento, impondo ameaças em um território reconhecido como quilombo, com laudo antropológico⁸ concluído e entregue aos órgãos competentes.

6 Decreto assinado pelo então governador do Maranhão, João Castelo, declarando de utilidade pública uma área de 52 mil hectares de terra no município de Alcântara. No ano de 1991, a área foi ampliada para 62 mil hectares, conforme decreto assinado pelo então presidente da República Fernando Collor de Mello.

7 Ver artigo “Os organismos internacionais de proteção de direitos humanos e os direitos territoriais quilombolas: as experiências dos quilombolas de Alcântara, de Davi Pereira Júnior (p. 168-186).

8 O laudo foi produzido por Alfredo Wagner Berno Almeida, publicado em 2006 em forma de livro: *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico*. IBAMA, Brasília, 2006.

A Instrução Normativa nº 11/2020, revogada posteriormente por pres-
são das formas organizativas como o Movimento dos Atingidos pela Base
Espacial (MABE), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Alcântara
(MONTRA) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de
Alcântara (STTR), foi somente a primeira medida de restrição de direitos
no período pandêmico. Outros dispositivos surgiram, com propostas que
feriam acordos internacionais, a exemplo do decreto que previa a revogação
da Convenção nº 169 da OIT⁹ e outros, que flexibilizavam a implantação de
projetos desenvolvimentistas.

O evento da pandemia de Covid-19 para as comunidades quilom-
bolas acirrou tanto os conflitos socioambientais quanto os territoriais que
já estavam em curso. Assistiu-se a um momento de privação do direito a
domínio público das informações sobre a doença, contágio ou de proteção
e ausência de política de imunização. Sem qualquer política de proteção,
as comunidades tradicionais tiveram que criar seus próprios protocolos de
segurança e proteção. A segurança alimentar dessas comunidades foram
violentamente ameaças pelos grandes empreendimentos, que viram, nes-
te contexto, uma oportunidade para os investimentos econômicos nesses
locais, permitida pela paralisação das políticas públicas fundiárias desti-
nadas para esses territórios quilombolas. O evento da pandemia foi oportu-
no para o Estado brasileiro restringir, ainda mais, os direitos conquista-
dos (Martins; Mombelli, 2023). A política de regularização foi totalmente
paralisada, favorecendo o avanço da intrusão dos territórios pelos grandes
projetos. Essa situação gerou efeitos perversos para as comunidades, com
o acirramento de situações anteriores à pandemia e que permaneceram
sem acompanhamento institucional, ou que se colocaram como novas para
esses grupos sociais.

9 O Presidente da República (2019-2022) publicou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
nº 177/2021 que pretendia autorizar o Presidente a denunciar a Convenção nº 169 da
Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Alto Rio Acará e o avanço dos megaprojetos

Há mais de quatro décadas, os quilombolas organizados na Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará (ARQVA) da região do Alto Rio Acará, em parceria com os indígenas da etnia Tembê, têm reiteradamente reivindicado a restituição definitiva dos seus territórios usurpados de maneira continuada pela instalação da *plantation* de dendê. No berço histórico da Cabanagem, os quilombolas e os indígenas dessa região, experimentaram durante a pandemia o aumento do incremento de métodos repressivos e esquemas ostensivos de vigilância privada, perseguições, criminalização e assassinatos de lideranças. Houve cerceamentos físicos das modalidades de existência, principalmente proibição de acesso às áreas de uso comum.

Em plena emergência pandêmica, os quilombolas do Alto Rio Acará assistiram ao alargamento das fronteiras de produção desenfreada do óleo de palma, embasado pela homília da “bioeconomia”, especificamente a criação de “corredores ecológicos”¹⁰ em área de terras contínuas controladas por empresas de dendê e incidentes em terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, a reivindicação de “direitos minerários”¹¹ foi gestada silenciosamente para fins de pesquisa relacionadas à exploração da substância bauxita¹², áreas nas quais estão registradas a presença de cemitérios indígenas e quilombolas. Esses processos ignoram e negam reiteradamente os direitos territoriais e étnicos dos agentes autodefinidos como quilombolas e indígenas, acentuando as violências combinadas às políticas oficiais de “conservação ambiental”, em meio a problemas ambientais provocados pelos efluentes agroindustriais do dendenzais, com a contaminação de igarapés e rios.

10 Financiada pela Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)

11 Agência Nacional de Mineração – ANM

12 Ver os trabalhos de Marin, Silva e Saavedra (2023) no artigo “Quilombolas e indígenas nos processos de territorialização no Alto Rio Acará: disputas com a Plantation da dendecultura no Estado do Pará”.

Essas situações foram objeto de denúncias pela ABA e relatadas por liderança¹³ ameaçada neste contexto de *retomada* do território; nesse pronunciamento, o agente social relata como, cotidianamente, as famílias são obrigadas a conviver com práticas de cerceamento, monitoramento com uso de drones, e a vigilância privada armada controlada pela empresa de dendecultura. Acrescenta-se, ao quadro, a progressiva poluição das águas e dos igarapés em decorrência do processamento do óleo de dendê pela empresa, com o uso intensivo de agrotóxico, que tem contaminado os peixes e, conseqüentemente, desestruturado a economia de base familiar das comunidades tradicionais da região. A contaminação destas águas, por sua vez, tem provocado o adoecimento de adultos e crianças, visto que o rápido acesso à saúde está comprometido pelas profundas valas abertas no território, pela empresa, as quais dificultam o deslocamento das pessoas, como relata a liderança:

Porque eles poluíram a água. O peixe que nos anos 80, 85, 90, nós pegávamos o peixe de manhã, podia pegar 7 horas da manhã. E nós podia tratar sete da noite. O peixe estava bom, não estava estragado. Hoje é diferente: se você pega peixe às 7 horas da manhã, se você não tratar até 9 horas, você não come mais o peixe porque ele não presta, apodrece, entendeu? Mas, com tudo isso, nós chegamos, estava feliz no nosso lugar, na nossa casa. Uns dois dias que não estava lá, *aí eles começaram a cavar, fazer as valas nas estradas onde dava o acesso à nossa comunidade*. Cava vala de 3 metros de fundura com 2 metros de largura. Aí, quando eles começaram a cavar essa vala, nós pegamos e começamos fazer arroteio para passar, porque o adulto, eu não digo que ele sabe o que faz mal e o que não faz, mas as crianças não. As crianças, no momento que eles chegaram lá, se apaixonaram pela água e começaram a tomar banho no rio, entendeu? Começaram a tomar banho no rio. Aí foi o momento

13 Depoimento realizado durante a VII Reunião Equatorial de Antropologia (REA) em 2022, intitulada Migrações, deslocamentos e diásporas violação de direitos, a qual foi proposta pelo Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com objetivo de dar visibilidade à grave situação de violação de direitos da região do Alto Rio Acará.

que eu acho que a criança tomando banho ou jovem lá tomando banho beberam dá água, aí essas crianças adoeceram. Certo no dia que ele estava cavando. Aí eu cheguei lá, procurei. Tem a gravação tudinho que nós fizemos, a menina gravou tudinho pelo celular. E eu falei para ele, eu disse: “Mestre, e como é que faz com essas crianças doente?”. A gente precisa vir na rua pegar as nossas motos, aqui na rua comprar uma coisa, um remédio. Sabe que ele me respondeu? Ele disse: “Eu não estou nem aí”. “Você não tá aí? É porque você não tem um filho. Você não tem família? Você pensa que você é o dono do mundo, mas não é bem assim”. *A nossa, o nosso direito de ir e vir, eu acho que nós temos esse direito, não está sendo respeitado.* (Grifos das autoras).

Estes grupos sociais, completamente desterritorializados e vivendo em precárias condições sociais, além de serem vítimas de processos de deslocamentos compulsórios ao longo do tempo, não conseguem ter perspectivas concretas de políticas públicas de proteção ou reconhecimento legal do território pleiteado. Neste caso em questão, o território pleiteado encontra-se também intrusado por processos minerários em nome da mesma empresa do agronegócio do dendê que tem objeto de contratos de comercialização de créditos de carbono, a partir da conservação ambiental empresarial denominadas “reservas legais” privadas obtidas às expensas da pistologem e da remoção forçada. Esses fatos potencializam os conflitos territoriais e étnicos já existentes e tensionam a corrida por apropriação, domínio e controle privado de recursos naturais considerados indispensáveis à reprodução física, social, cultural e econômica de indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Essa grave situação foi objeto de várias ações da ABA¹⁴, debates e reuniões com pesquisadores que acompanhavam diretamente esses

14 Mais informações em: http://www.abant.org.br/files/20220215_620ba4a10ab86.pdf; http://www.abant.org.br/files/20220309_622901848f18a.pdf; <https://portal.abant.org.br/denuncia-de-violacao-de-direitos-humanos-dos-quilombolas-do-alto-rio-acara-pa-balsa-turi-acu-palmares-e-goncalves-pela-empresa-agropalma-s-a/>.

conflitos¹⁵, reuniões com lideranças, com órgãos públicos e discussões acadêmicas no sentido de tentar cobrar das instituições responsáveis a garantia de proteção dos direitos fundamentais e constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988. Entre uma das ações realizadas, destaca-se o envio de um documento para um conjunto de empresas identificadas como parte da cadeia produtiva de dendê, o qual apresenta os eventos de violação da legislação brasileira e os dispositivos internacionais sobre Direitos Humanos, entre eles a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com relação à situação enfrentada pelas comunidades tradicionais da região do Alto Rio Acará. O documento destacou as práticas realizadas localmente pela empresa e que se contrapunham aos valores, aos códigos de conduta e às melhores práticas de empresas que se intitulam social e ambientalmente responsáveis. O documento também chamava a atenção para a necessidade de imediata adoção de medidas preventivas e corretivas em face ao descrédito empresarial e social dos negócios promovidos pela empresa no Brasil. Entretanto, nenhuma das 33 empresas relacionadas à cadeia produtiva do dendê respondeu à nossa comunicação, evidenciando um comportamento empresarial de cumplicidade, abstenção de responsabilidade e uma recorrente tentativa de negação, desqualificação e desacredito das denúncias de violação dos direitos dos povos tradicionais.

O problema da vacinação em territórios quilombolas

A inserção dos quilombolas nos planos de vacinação se deu mediante mobilizações de movimentos sociais com a exigência de inclusão para minimizar as mortes que estavam ocorrendo nos territórios.

15 A professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin e o pesquisador Elielson Pereira da Silva, com ampla produção acadêmica sobre esse conflito, foram interlocutores permanentes nesses debates e contribuíram para a elaboração de cartas, documentos e moções de apoio aos quilombolas e pedidos aos poderes públicos responsáveis pela aplicação dos dispositivos de proteção aos direitos territoriais das comunidades tradicionais.

Então, mesmo depois, quando a vacinação passou a ser liberada, outros problemas se colocaram, dentre eles: o direcionamento de vacinas a partir de interesses das prefeituras; a determinação da vacinação somente para territórios reconhecidos, embora outros, mesmo sem o reconhecimento, se constituíssem enquanto quilombo; recusa em vacinar os quilombolas que moravam nas cidades; a inserção de agentes de saúde externos às comunidades, apesar da existência de agentes sanitários e enfermeiros locais. Os relatos apontam um número insuficiente de vacinas, assim como a inexistência de campanhas esclarecedoras das situações nas quais as pessoas não poderiam se vacinar, a exemplo de mulheres grávidas.

O Comitê Quilombos da ABA se manifestou desde o início, divulgando e enviando para os órgãos competentes um documento exigindo a inclusão dos quilombolas no plano de vacinação. O documento, elaborado a partir de interlocução com movimentos de defesa dos quilombolistas como a CONAQ, denunciava o descaso das autoridades com direitos dos quilombolas, conquistados via mobilização. Outra iniciativa da ABA se deu a partir da realização de um curso intitulado “Pandemia e Território: a nova cartografia social em face do acirramento dos conflitos vividos por povos e comunidades tradicionais”¹⁶, com ativa participação de liderança de diferentes formas organizativas, com o objetivo de abordar, a partir das experiências registradas na coletânea *Pandemia e Territórios* (Almeida; Acevedo; Aleixo, 2020), os efeitos diferenciados da pandemia de Covid 19 nos territórios e para os diferentes agentes sociais identificados como povos e comunidades tradicionais, assim como discutir sobre as ações de mobilização. O curso tinha como propósito analisar o conceito polissêmico de território – território tradicional, território da morte, território da cultura e territórios de guerras –; identificar as dimensões de conflitos mediante

16 Curso com carga horária de 30 horas, ocorrido nos meses de agosto e outubro de 2021, em formato on-line, sob coordenação dos professores Alfredo Wagner; Patrícia Maria Portela Nunes, Raquel Mombelli e Cynthia Martins. Realização ABA, PNCSA, e Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA).

dispositivos da biopolítica nos territórios dos povos tradicionais; refletir sobre as formas de construção das barreiras sanitárias locais; as subnotificações dos contágios e sobre os saberes tradicionais referidos aos cuidados de si; discutir diferentes significados e apropriações por agentes sociais de termos decorrentes da pandemia, tais como: quarentena, isolamento, distanciamento social, imunização, dentre outros; identificar as ações e as omissões do Estado, o cerceamento das comunidades pelo evento epidemiológico e os dispositivos de regulamentação para “combater” a pandemia; analisar leis, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, instruções normativas e resoluções com efeito em face dos direitos territoriais; refletir sobre a ciência da vida, como parte do trabalho de investigação em tempos de pandemia; compreender os obituários como registro necrológico reverso da biografias como instrumento para refletir sobre “territórios da morte”; Analisar iconografias como formas de registros de resistências no enfrentamento da pandemia; descrever o processo de produção de dados pelos próprios agentes sociais como sujeitos na produção sobre a versão desses fatos, mediante mecanismos e dispositivos de controle de poder do Estado.

O Plano de Vacinação, iniciado em 8 de janeiro de 2021, sequer menciona os quilombolas na primeira fase da vacinação; somente na segunda fase, depois de pressões dos movimentos sociais, a inclusão passou a ocorrer. Apesar da inclusão, os direitos étnicos sequer foram mencionados e as famílias foram classificadas de uma maneira genérica, como “populações vulneráveis”. A própria categoria população, segundo Foucault, se constitui em uma categoria utilizada pelo Estado para direcionar suas políticas. De fato, trata-se de uma concepção genérica, incapaz de abranger a dimensão étnica e as especificidades dos grupos sociais. Que população é essa? Qual o seu pertencimento étnico? O que diferencia um grupo que aciona o pertencimento identitário de uma população? As estatísticas e a noção de população, categorias próprias das políticas governamentais, expressam a razão de um Estado, sem visão das diferenciações sociais.

As críticas à maneira falha das estatísticas podem ser observadas a partir da leitura dos denominados obituários, produzidos pelo Projeto Nova

Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Esses obituários apresentam descrições sobre a vida daqueles pertencentes a povos e comunidades tradicionais que morreram de Covid-19. São descrições realizadas por agentes de formas organizativa, pesquisadores, amigos e parentes das vítimas com ênfase nos seus feitos em vida, nas suas lutas em defesa do seu povo, dos seus envolvimento com as lutas e resistências (Almeida; Acevedo; Aleixo, 2020). São potentes relatos que mostram que as mortes não se reduzem somente a um número. Morreram pessoas com laços familiares e que, por vezes, detinham, mediante a oralidade, a história de um grupo indígena, de um grupo quilombola, ribeirinho; elas, enfim, possuíam um saber impossível de ser reproduzido após as suas mortes.

A demora para a inserção dos quilombolas no Plano de Vacinação Federal trouxe uma situação de vulnerabilidade, gerando mortes e adoecimentos. Esta omissão levou o Ministério Público Federal (MPF) a instaurar o procedimento nº 1.30.009.000085/2020, solicitando informações à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde sobre a inclusão dos quilombolas na primeira fase da campanha de vacinação.

O documento produzido pela ABA, por intermédio do Comitê Quilombos, intitulado “Nota Pública pela imediata inclusão dos quilombolas no Plano de Vacinação Covid-19”¹⁷, ressalta a existência de leis que garantem os direitos de proteção aos quilombolas a exemplo da Lei nº 14.021/2020, que institui medidas para evitar o contágio e a disseminação das doenças entre os povos e as comunidades tradicionais. O documento recupera os direitos conquistados por Convenções Internacionais, a exemplo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), explicitando, a partir dos pontos reproduzidos a seguir, os direitos garantidos por essa convenção:

1. Os governos deverão zelar para que sejam colocados, à disposição dos povos interessados, serviços de saúde adequados ou proporcionar a esses povos os meios que lhes permitam organizar e prestar tais serviços sob sua própria responsabilidade e seu

17 Ver: http://www.abant.org.br/files/20210520_60a6ac463ba98.pdf.

controle, a fim de que possam gozar do nível máximo possível de saúde física e mental.

2. Os serviços de saúde deverão ser organizados, na medida do possível, em nível comunitário. Esses serviços deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos interessados e levar em consideração as suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como os seus métodos de prevenção, suas práticas curativas e seus medicamentos tradicionais.
3. O sistema de assistência sanitária deverá dar preferência à formação e ao emprego de pessoal sanitário da comunidade local e se centrar no atendimento primário à saúde, mantendo, ao mesmo tempo, estreitos vínculos com os demais níveis de assistência sanitária.
4. A prestação desses serviços de saúde deverá ser coordenada com as demais medidas econômicas e culturais que sejam adotadas no país.

Além do documento exigindo a vacinação¹⁸, outra medida tomada pelo Comitê Quilombos, consistiu no encaminhamento de um documento intitulado “Plano de Vacinação Quilombola”, com orientações aos órgãos competentes sobre a situação quilombola. Esse documento, produzido a partir de denúncia de diferentes unidades sociais, sobre o desconhecimento da situação de saúde dos quilombolas, concretizou-se em função das várias denúncias recebidas, sobre desvio de vacinas, falta de campanhas educativas e inclusão de agentes de saúde externos às comunidades.

Dispositivo de Licenciamento Ambiental Quilombola

No contexto pós-pandemia foi editada a Instrução Normativa nº 111 de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados

¹⁸ Mais informações em: <https://portal.abant.org.br/nota-publica-pela-imediata-inclusao-dos-quilombolas>.

pelo INCRA nos processos de Licenciamento Ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem os territórios quilombolas. A instrução publicada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), emitida às vésperas do recesso administrativo natalino, dificultou as ações políticas e jurídicas contra a medida e estava em consonância com o sistemático desmanche e revisionismo da legislação ambiental¹⁹ no país.

A Instrução Normativa nº 111 nasceu como resultado do contexto antidemocrático, de restrições de direitos conquistados, vivenciado naquele momento, sem que informações prévias ou participação pública fossem consideradas; desconsiderou, portanto, totalmente os processos que caracterizam a vida pública democrática. De fato, esse ato administrativo destaca-se pelo seu caráter simplificador do processo de licenciamento ambiental e está em conformidade com os interesses de celeridade dos empreendimentos nos territórios quilombolas; desrespeita princípios e direitos constitucionais, inclusive a própria Convenção nº 169 da OIT, restringindo a participação das comunidades em todo o rito, permitindo ainda que, na ausência de “oitivas”, a autarquia ou o empreendedor poderão decidir por “recomendar o licenciamento ou “apontar eventuais óbices”²⁰. Nesse sentido, há uma deturpação propositalmente estratégica no que diz respeito às condições e ao lugar de participação das famílias nesse processo, a qual é determinada pelo Governo Federal e os interessados nos territórios quilombolas. As “oitivas” não correspondem à Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme estabelece a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Nos termos previstos na Instrução Normativa, traduz-se, portanto, em um simulacro de participação, porque a instrução é um instrumento para legitimar o que não é legítimo, ao atribuir antecipadamente a legitimidade do INCRA, em consonância com

19 ABA (Contra o desmanche ambiental e a violência decorrente, de 01 de agosto de 2019, e Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, Projeto de Lei nº 3.729/2004).

20 Trata-se especificamente do que determinam as cláusulas 18 e 19 da IN nº 111/2022, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-incra-n-111-de-22-de-dezembro-de-2021-369753970>.

os empreendedores, o poder de decisão pela viabilidade do licenciamento ambiental. Conforme se observa, não há nenhum esclarecimento na Instrução Normativa sobre as situações de reprovação dos documentos no Relatório Final de Execução, promovendo antecipadamente a viabilidade de empreendimentos de qualquer natureza nos territórios quilombolas.

Nesse sentido, a lógica mecânica que acompanha esses processos é engendrada de forma a separar a capacidade de decisão sobre a viabilidade do empreendimento e da sua aprovação. Isto se evidencia em muitas situações em que avançam cenários destinados à construção de consensos e de relações – atividades de reuniões, oficinas, encontros destinados às aprovações dos estudos elaborados ou dos programas de compensação ou mitigação, em substituição à realização da Consulta Prévia, Livre e informada, nos termos que estabelece a Convenção nº 169 da OIT.

Ademais, o fato do processo de Licenciamento Ambiental acontecer independentemente da etapa do processo administrativo de regularização fundiária em que se encontra uma determinada comunidade quilombola, ou que nem mesmo possua processo administrativo aberto junto ao INCRA, gera diferentes efeitos para os grupos sociais neste contexto. Essa condição agrava-se quando o critério metodológico desses processos elege como categoria central “Área Diretamente Afetada” (ADA), algo previamente fixado para avaliação das extensões dos impactos do “meio biótico” e “meio socioeconômico”, sem considerar as afetações físicas ou não de outras áreas que englobam um território, centrando-se apenas numa formalidade administrativa.

Dessa perspectiva, os processos de licenciamento ambiental são conduzidos de forma mecanizada, sem revisão ou avaliação de possíveis vícios ou equívocos que não encontram espaço para serem corrigidos dentro do próprio procedimento. Destaca-se como parte desse processo a ausência de Termos de Referência²¹ que são necessários para orientar a posterior produção dos estudos de IEA-RIMA, por exemplo. Ademais, todo o processo parece ocorrer de forma compartimentada, causando impactos circunstanciados

21 Conforme recomendação do CONAMA/01/86.

e subestimados, que não considerados pelos estudos ou sequer são alçados a qualquer controle social pelas instituições públicas que deveriam proteger os direitos desses grupos sociais.

De fato, a Instrução Normativa caminha em posição contrária a qualquer política de reconhecimento dos direitos territoriais ou culturais dessas comunidades e tem recebido investimento e atenção dentro do órgão ambiental para que esses processos não paralitem. Mesmo diante do quadro escasso de funcionários para implementar a política de regularização fundiária dentro do INCRA, parte deles está designada para acompanhar exclusivamente os processos de licenciamento ambiental quilombola²².

Embora a ABA tenha pedido a suspensão da Instrução Normativa nº 111²³, por julgá-la inconstitucional, os processos de licenciamento estão ocorrendo em todo o país, com estudos de impacto ambiental simplificados, precários, incompletos e sob a condução do INCRA, órgão que tem a missão e a responsabilidade de promover a regularização e a titulação de terras quilombolas.

Ameaças, violências e mortes como política de Estado

As políticas desenvolvimentistas fomentadas pelo Estado, a partir da emissão de dispositivos, decretos e leis, provocam impactos e acirram os conflitos em torno das comunidades tradicionais. Obras de infraestrutura, portos, mineração, energia eólica, monoculturas, barragens, corredores logísticos e linhas de transmissão têm avançado sobre os territórios, desconsiderando todo o arcabouço jurídico de proteção aos direitos resguardados pelos dispositivos jurídicos nacionais e internacionais. No lastro da ausência da regularização fundiária quilombola, os direitos das comunidades têm sido relativizados para garantir a continuidade desses empreendimentos. Ações

22 Portaria de Pessoal nº 415, de 29 de junho de 2023, que designa equipe para acompanhar o licenciamento ambiental.

23 Ver: <https://portal.abant.org.br/solicitacao-de-suspensao-imediata-da-instrucao-normativa-n-111-2021-e-seus-efeitos-licenciamento-ambiental-em-terras-quilombolas-pelo-incra/>.

de contestações administrativas e jurídicas questionando a implementação do Decreto nº 4.887/2003 ou a Convenção nº 169 da OIT ocorreram, no sentido de obliterar os procedimentos de regularização fundiária. Esse quadro tem contribuído significativamente para o aumento dos conflitos, mas sobretudo gerado inseguranças, ameaças e mortes de lideranças que estão à frente dos movimentos de luta pelo direito ao acesso à terra. Há várias lideranças ameaçadas e o número de assassinatos cresce. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no documento “Territórios desprotegidos, corpos violentados: apontamentos sobre assassinatos de quilombolas no Maranhão”, registra que o Maranhão (1º lugar) e a Bahia (2º) são os estados que mais tiveram quilombolas assassinados nos últimos 18 anos (2005 a 2023) no Brasil, em razão de conflitos fundiários no campo. Entre janeiro de 2005 e dezembro de 2023, foram assassinados 50 quilombolas no Brasil, dos quais 20 no Maranhão e 16 na Bahia – estados que concentram 72% dos assassinatos de quilombolas no país (36 dos 50).

De 2020 a 2022, a partir de um levantamento parcial de notícias e denúncias de formas organizativas, o Maranhão registrou a morte de 14 lideranças por violência no campo. Destes, sete (7) são quilombolas, dois (2) são indígenas e cinco (5) trabalhadores rurais. Cinco (5) quilombolas foram executados de forma semelhante na região de Arari (MA), no ano de 2020. Entretanto, nenhum destes assassinatos foi esclarecido até hoje. Todos atuavam no Fórum e em Redes da Cidadania contra o cercamento dos campos naturais por latifundiários e grileiros da região, que fazem uso predatório das áreas de uso comum. Ato que concorrem concomitantemente ao avanço progressivo do agronegócio, do cercamento de campos naturais por fazendeiros e grileiros para o cultivo de arroz transgênico, criação de búfalos e megaempreendimentos nas áreas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades tradicionais.

O quadro, apresentado a seguir, é uma tentativa de registro dos quilombolas assassinados nestes contextos no estado do Maranhão durante a pandemia:

TABELA 1 – REGISTRO DOS QUILOMBOLAS ASSASSINADOS

Quilombola assassinado	Comunidade	Posição ocupada	Processo	Data	Forma e circunstância da execução	Informação sobre a investigação
Juscelino Fernandes Diniz	Cedro, município de Arari.	Militante do Fóruns e Rede de Cidadania.	54230.004251/2009-25	05/01/20	Arma de fogo, presença da esposa.	S/I
Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes	Cedro, município de Arari.	Militante do Fóruns e Rede de Cidadania.	54230.004251/2009-25	05/01/20	Arma de fogo, presença da esposa.	S/I
Antônio Gonçalo Diniz	Flexeira, município de Arari.	Militante do Fóruns e Rede de Cidadania.	54230.007554/2009-08	02/07/21	Arma de fogo, em frente à casa.	S/I
João de Deus Moreira Rodrigues	Flexeira, município de Arari.	Militante do Fóruns e Rede de Cidadania.	54230.007554/2009-08	29/10/21	Arma de fogo, tiros pelas costas. Havia sobrevivido a outro atentado em 07/12/20.	S/I
José Francisco Lopes Rodrigues (Quiqui); Neta Baleada.	Cedro, município de Arari.	Militante do Fóruns e Rede de Cidadania.	54230.004251/2009-25	08/01/22	Arma de fogo. Baleado em casa. A neta de 10 anos também foi baleada.	S/I
José Francisco de Souza Araújo	Codó, Maranhão	Liderança comunitária.		11/07/21	Arma de fogo.	S/I
Edvaldo Pereira Rocha	Jacarezinho, São João do Soter	Presidente da Associação Quilombola de Jacarezinho.	54230.01187/2006-88	29/04/22	Arma de fogo.	S/I

Fonte: Tabela elaborada com base em pesquisas realizadas pelas autoras (2020-2024).

Os assassinatos e as ameaças não cessaram com o fim da pandemia. Eles permanecem ocorrendo de forma escalonada, principalmente na região norte e nordeste do país. Os assassinatos acontecem onde os resultados da política de regularização fundiária desses territórios são insignificantes. Dos 1.870 processos administrativos de titulação quilombola em andamento nas superintendências regionais do INCRA pelo Brasil, 418 estão no Maranhão (22,3% do total) e 332 na Bahia (17,7%). Apesar dos Estados do Maranhão e da Bahia somarem 40% de todos os processos administrativos quilombolas junto ao INCRA no país, a quantidade de processos concluídos com territórios titulados é inexpressiva. No Maranhão, apenas três (3) dos 418 territórios com demandas territoriais no INCRA foram titulados pelo órgão federal, correspondendo a 0,7% dos casos. A Bahia possui realidade semelhante, pois o INCRA tituló quatro (4) dos 332 territórios com demandas administrativas (1,2% dos casos)²⁴.

O caso mais recente de execução de liderança no Maranhão foi do sr. José Alberto Moreno Moraes, conhecido por Seu D., que ocorreu no final da tarde do dia 27 de outubro de 2023, com cinco tiros, aos 47 anos de idade, logo após terminar uma reunião com a comunidade. Seu D. atuava em defesa dos direitos das comunidades da região e era liderança da Comunidade de Jaibara dos Rodrigues, território Quilombola Monge Belo, Itapecuru Mirim/MA. O atentado que matou seu D., matou também parte da família – hoje encurralada, com medo e sem perspectivas de que os criminosos sejam identificados. Diante do estado de insegurança, o seu sepultamento e até mesmo a missa de 7º dia para seu D. ocorreu sob acompanhamento policial.

24 Dados da Comissão Pastoral da Terra, publicados em fevereiro de 2024.

Diante dessas graves situações de violência e mortes, a ABA tem produzido ações tanto de caráter científico²⁵, quanto de intervenção junto aos órgãos públicos para a promoção de avaliações críticas dos instrumentos legais e dos marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos das comunidades quilombolas, principalmente daquelas situações de conflitos territoriais e socioambientais acirradas desde a pandemia concomitante ao desmonte das políticas de regularização fundiária. Os quilombolas do Maranhão vivem situações de constantes ameaças, criminalizações, perseguições por pessoas que transitam em seus territórios, interessados nestas áreas para o agronegócio e instalações de megaempreendimentos. Entretanto, os quilombolas contam apenas com seus corpos nesse campo de disputas desigual, sem vislumbrarem qualquer perspectiva de verem seus territórios quilombolas titulados. Nesse contexto, as lideranças ameaçadas anunciam que vão ser assassinadas. Muitas vezes, sabem quem são os seus futuros algozes; entretanto, a ação do Estado diante dessas situações é ausente ou limita-se exclusivamente à oferta da inclusão da vítima no Programa de Proteção. Ressaltamos que a decisão de ingresso no programa é difícil, porque exige que a vítima deixe a família, a comunidade e o seu território. Ao mesmo tempo, entrar no programa de proteção significa, muitas vezes, a impossibilidade de retornar para o território, porque as situações de vulnerabilidade e de ameaça à vida permanecem naquele lugar. Diferente de nossa avaliação, esses assassinatos e as ameaças não têm sido interpretados como intrinsecamente relacionados à luta pela titulação dos territórios pelos órgãos públicos, mas como consequência das suas atividades como defensores de direitos humanos. Tal decodificação nos lança

25 A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) realizaram, entre 24 e 25 de novembro de 2023, o Seminário “O fazer antropológico e Atos de Estado em relação às Comunidades Tradicionais”, com o objetivo de conhecer, debater e promover a articulação entre pesquisadores(as), lideranças quilombolas e representantes do poder público em torno da realidade das comunidades quilombolas contemporâneas do Maranhão.

a questionar se a luta pelos direitos coletivos, como o direito ao acesso à terra, não é parte da luta pelos direitos humanos?

Os territórios, os atos de estado e a antropologia

Neste ano de 2024 comemoramos 20 anos da edição do Decreto nº 4.887/2003; entretanto, os resultados em termos de efetivação da titulação dos territórios quilombolas pelo Estado Brasileiro são pífios. Existem atualmente 1.850 processos administrativos abertos com pedidos de regularização fundiária, distribuídos nas superintendências do INCRA²⁶. A região Nordeste concentra o maior número de processos abertos: 1.066. O estado do Maranhão concentra 398 processos. Segundo dados do INCRA, das 55 situações que aparecem como tituladas, 22 delas são territórios integralmente titulados, enquanto 33 delas são territórios parcialmente titulados²⁷. Os dados revelam que a maioria dos processos administrativos abertos ainda no ano de 2003 não avançaram, permanecendo na mesma etapa administrativa ao longo de mais de 20 anos. Além da morosidade que acompanha os processos mencionados, esses dados revelam que a política de regularização fundiária em curso se configura no que foi identificado como minifundiarização dos territórios quilombolas (Almeida, 2016), ou seja, há uma deliberada redução do tamanho das áreas reconhecidas pelo INCRA em relação às áreas de terra pleiteadas pelas comunidades. Essa modalidade constante de minifundiarização tem incidido em áreas densamente ocupadas, envolvendo moradias e áreas de cultivo, tornando remotas as perspectivas de construção da autonomia dos territórios quilombolas. A mudança dessa constante não é otimista face ao orçamento de R\$ 136 milhões de reais aprovado para o ano de 2024 para a desintrusão dos territórios. De fato, vislumbra-se objetivamente uma ação governamental

26 De acordo com: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Relaodeprocessosderegularizaodeterritoriosquilombolasabertos_31.12.2023.pdf.

27 Mais detalhes em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizaquilombola_07.02.2024.pdf.

sistemática de postergar a finalidade precípua do artigo 68 do ADTC/CF88, deste a implementação do Decreto nº 4887/2003, quando já se prospectava “Quais as implicações de se “deixar para depois” a titulação definitiva das terras das comunidades quilombolas?” (Almeida, 2011, p. 145).

As implicações da postergação da titulação dos territórios, do “deixar para depois”, do “fazer o que é possível”, durante o contexto pandêmico, somaram-se aos ataques coordenados com base em dispositivos, alguns deles tratados neste artigo, aparentemente legais (decretos, leis, instruções normativas, resoluções, entre outras), mas que voltados à flexibilização de direitos territoriais e à liberação dos territórios ao mercado de terras e ao avanço de grandes empreendimentos nestas áreas. Nesses atos de Estados, concretizam-se as biopolíticas, acentuando as desigualdades sociais e econômicas, comprometendo a segurança alimentar, afetando a saúde mental e física das famílias, e aumentando significativamente as situações de violência, criminalizações e mortes de lideranças das comunidades tradicionais. Esse tipo de biopolítica, que incide no controle das ações da vida a partir de uma política que preconiza a ideia de igualdade, combina, de modo perverso, o controle e o descaso, pois parte da ideia de que alguns morrem, mas a sociedade continua, não se extingue. A própria noção de população deixa de lado os diferentes pertencimentos que exigiriam uma política de reconhecimento das diferenças.

As chamadas medidas de proteção inverteram os reais propósitos: ao invés de produzirem, como preconizavam, “segurança para as populações”, causaram mortes, em função principalmente de uma fragilidade no reconhecimento da dimensão localizada das situações, no que diz respeito à saúde, e na instituição de dispositivos que acirraram os conflitos territoriais em plena pandemia.

Analisar o fazer antropológico contemporaneamente significa realizar uma reflexão sobre situações concretas de pesquisa com a possibilidade de uma descrição referida aos procedimentos analíticos, inseparáveis das relações sociais estabelecidas com os agentes sociais designados como povos e comunidades tradicionais. Esses procedimentos implicam um olhar

detido em relação às violações de direitos de indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, promovidos por atos de estado que investem na redução da dimensão coletiva desses povos, as quais estão destituindo seus direitos a partir de políticas compensatórias de inclusão, sem a viabilização de uma política de reconhecimento territorial com vistas à garantia da autonomia dos seus modos de vida.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. *Quilombolas de Alcântara: militarização do espaço sideral e privatização de tecnologias espaciais*. São Luís: EdUEMA, 2022.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico*. Brasília: IBAMA, 2006. Volumes 1 e 2.

ALMEIDA, A. W. B. de; ACEVEDO, R.; ALEIXO, E. (org.). *Pandemia e Território*. São Luís: UEMA Edições; PNCSA, 2020. Volumes 1, 2 e 3.

ALMEIDA, A. W. B. de. Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais. In: ALMEIDA, A. W. *Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 56-88.

ALMEIDA, A. W. B. de. As comunidades quilombolas entre os novos significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: OLIVEIRA, O. de (org.). *Direitos Quilombolas e o Dever do Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. p. 29- 54.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado: curso dado no Collège de France (1989-92)*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão do trabalho por Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTINS, C; MOMBELLI, R. Os Quilombos, a pandemia Covid-19 e os atos institucionais restritivos de direitos. In: CARVALHO, A. P. C.; OLIVEIRA, O. M. de; MOMBELLI, R. (org.). *Quilombos: Direitos e Conflitos em Tempos de Pandemia*. Brasília, ABA Publicações, 2023. p. 145-167.

MBEMBE, A. Negropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MARIN, R. A.; SILVA, E. P. da; SAAVEDRA, M da P. Quilombolas e indígenas nos processos de territorialização no Alto Rio Acará: disputas com a plantation da dendeicultura no Estado do Pará. In: CARVALHO, A. P. C.; OLIVEIRA, O. M. de; MOMBELLI, R. (org.). *Quilombos: Direitos e Conflitos em Tempos de Pandemia*. Brasília: ABA Publicações, 2023. p. 102- 125.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: Território e conflito*. O Intrusamento do território das Comunidades Quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. Os organismos internacionais de proteção de direitos humanos e os direitos territoriais quilombolas: as experiências dos quilombolas de Alcântara In: CARVALHO, A. P. C.; OLIVEIRA, O. M. de; MOMBELLI, R. (org.). *Quilombos: Direitos e Conflitos em Tempos de Pandemia*. Brasília: ABA Publicações, 2023. p. 168-185.

Sessão V

Comemorações no Pará: Museu Emilio Goeldi e UFPA, 6 e 7 de dezembro de 2023; A antropologia no Museu Goeldi e na UFPA e a reunião de 1966; A antropologia e a arqueologia no Museu Paraense Emilio Goeldi; Programas de Pós-graduação em Antropologia no estado do Pará: desafios; A constituição do campo da antropologia no estado do Pará (mesa celebrante dos 66 anos da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA

A importância do Museu Emilio Goeldi na constituição do campo da antropologia no Pará (Amazônia brasileira)

Lourdes Gonçalves Furtado¹

Este escrito faz parte das celebrações dos 70 anos da I Reunião de Antropologia ocorrida no Rio de Janeiro em 1953, “a qual veio ensejar a fundação da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) na II Reunião ocorrida em julho de 1955 em Salvador, durante a mesma” (Maués, 2006 p. 344). Segue uma cronologia dessas reuniões, baseada nesse autor. I RBA em 1953, no Rio de Janeiro; II RBA em julho de 1955, em Salvador (fundação da ABA); III (Recife); IV (Curitiba); V RBA (Belo Horizonte); VI RBA, em julho de 1963, em São Paulo (eleição de Eduardo Galvão como Presidente da ABA, Roberto Cardoso, Secretário e Roberto da Matta, Tesoureiro). AVII RBA (deveria ocorrer em Brasília em 1965, no fim do mandato de Galvão e seus companheiros de diretoria; porém, não ocorreu face à crise na UnB. Somente em ocorreu em 1966, em Belém (Maués, 2006).

Os dados aqui apresentados são inspirados nos escritos de Heraldo Maués e Jane Beltrão para o livro em *Homenagem aos 50 anos da ABA* – cf. Cornelia Ekert e Emília Pietrafesa de Godoi (2006). Outros, em fontes bibliográficas citadas adiante e na minha experiência no Museu Paraense

1 Pesquisadora do MCTI no Museu Emílio Goeldi (Ciências Humanas/Antropologia-Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos (LAMAq) e Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Cadeira nº 3, patronímica Alfredo Aníbal Ladislau). Aposentada do MCTI/MPEG – Área de Antropologia/Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos.

Emilio Goeldi (MPEG) desde janeiro de 1967 como estagiária, bolsista e pesquisadora Titular U-III.

Este texto tem como objetivo pontuar fatos para indicar a importância do Museu Goeldi na constituição do campo da Antropologia no Pará (Amazônia brasileira) com destaque para as atuações de Eduardo Enéas Gustavo Galvão como antropólogo, pesquisador, professor e coordenador da Divisão/do Departamento de Antropologia do Museu Paraense Emilio Goeldi e de Arthur Napoleão Figueiredo, ambos protagonistas dessa história.

Ao se falar de Eduardo Galvão (antropólogo, pesquisador, professor/orientador e diretor da antiga Divisão de Antropologia do Museu Paraense Emilio Goeldi) não se poderia esquecer de Arthur Napoleão Figueiredo (diretor, professor/orientador de Etnologia e Etnografia Brasileira no Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Pará, meu professor no período de 1963-1966. Ambos se destacam respectivamente no Museu Goeldi e na Universidade Federal do Pará (duas usinas de formação de antropólogos como vasos comunicantes no Pará). Suas ações, perspectivas teóricas e metodológicas e seus legados científicos e acadêmicos alicerçaram os caminhos da antropologia no Pará e na Amazônia, com claras reverberações no presente dessas duas instituições

Vem, então, uma pergunta: quais os fatores contribuintes para isso? Diria como resposta os seguintes fatores: 1) as estratégias de pesquisa semelhantes como passos do fazer antropológico tais como os fichamentos de leituras sobre antropologia clássica e contemporânea, escolas antropológicas, naturalistas e viajantes na Amazônia, literatura brasileira; 2) os seminários temáticos semanais com os estagiários e quinzenais compartilhados

com estudantes e professores da UFPA². 3) as pesquisas-piloto ou exploratórias, como exercícios para trabalho de campo, no MPEG: em áreas urbanas de Belém (Vila da Barca, Barreiro e Marambaia); na UFPA, visitas-aulas programáticas às casas de cultos afro-brasileiros (terreiros de umbanda e candomblé) vinculados à Federação Umbandista de Belém. Essas eram frequentes na docência de Napoleão no Curso de História como atividade extraclasse para aferição intervalar da cadeira de Etnologia e Etnografia Brasileira (ministrada por Napoleão e a então professora, assistente e pesquisadora Anaíza Vergolino e Silva, atualmente Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), cujas pesquisas e tese de Mestrado resultaram em artigos e livros – O Tambor das Flores (Vergolino e Silva, 2015); 4) a participação em reuniões da área de antropologia; 5) a revisão de provas tipográficas do *Boletim do Museu Goeldi*, cuja publicação era coordenada pelo arqueólogo e pesquisador Mario Ferreira Simões – editor chefe responsável, junto às editoras Falângola e Sagrada Família; 6) a coorientação para novos estagiários; 7) os exercícios práticos dentro da instituição para conhecer passos para esse desideratum com as visitas aos setores inclusivos da Divisão/do Departamento de Antropologia do MPEG Arqueologia, Reservas Técnicas e dependências laboratoriais da antropologia, arqueologia e linguística do MPEG; 8) o notório incentivo à escada científica dos neófitos para cursos na base ou no exterior (mestrado, doutorado).

Ressalto ainda dois pontos: o notório saber e a preocupação com a ética e a excelência da pesquisa em qualquer contexto sociocultural (grupos indígenas, quilombolas, sociedades tradicionais, lavradores, pescadores, mariscadoras, agricultores, quebradeiras de coco, grupos afro-brasileiros, situações periféricas urbanas), e mais: na construção de

2 No anexo 1, apresento uma relação de pessoas que frequentavam os seminários de Galvão: estagiários, bolsistas, pesquisadores da Divisão de Antropologia e de outros departamentos do MPEG, e instituições interagentes com Galvão, além de professores e alunos da UFPA que, à época de Galvão, frequentavam os seminários e atuaram na sucessão dos anos.

projetos, constituição de acervos científicos, banco de imagens e publicações, observando sobretudo o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia.

Assim, Galvão e Napoleão firmam-se no MPEG e na UFPA como pioneiros na constituição do campo da antropologia no Pará e formadores dos primeiros antropólogos, arqueólogos, linguistas e cientistas sociais, a partir dessas instituições, as pioneiras nesses caminhos.

Então, como *ancestrais* da ciência no Pará, abriram uma longa e diversificada estrada por onde caminham atualmente os operários da antropologia e os seus seguidores, dentre eles os que estão hoje celebrando os 70 anos da RBA e os 66 anos da Faculdade de Ciências Sociais, seguidores de Napoleão e Galvão no presente (ver a lista de antropólogos no Anexo 1).

O trabalho e o legado de ambos reverberam positivamente no presente dessas duas instituições e em outras congêneres (acadêmicas e de fomento) estas pela credibilidade às propostas do MPEG. No Anexo 2, há uma lista de instituições acadêmicas e de fomento. Menciono apenas aquelas que apoiaram projetos do Museu Goeldi sobre estudos em comunidades pesqueiras amazônicas (costeiras, ribeirinhas e lacustres) efetivadas pela Divisão de Antropologia do Museu Goeldi, entre os anos de 1972-2019. Nesta lista, os programas e projetos foram contemplados com acolhimento e aportes financeiros de diversas instituições nacionais e estrangeiras de 1972 a 2019, objetivando pesquisas, estágios, reuniões científicas no Brasil e exterior, representações, publicações e bolsas para estágio básico no PIBIC (ver Anexo 2).

Então, Galvão e Napoleão fizeram história na construção e instituição do campo da antropologia no Pará e na Amazônia, cujos testemunhos podem ser encontrados em publicações e nos arquivos do Museu Goeldi. Nesse sentido, além do *Boletim do Museu*, gostaria de citar três coletâneas cujos trabalhos incluídos orientam para a identificação da importância do MPEG e da UFPA na constituição desse campo no Pará e Amazônia e sua continuidade nesta região e no curso de antropologia da UFPA, assim como

para ações posteriores, que se somam à conectividade entre MPEG e UFPA em diálogos e ações entre os pares dessas duas instituições.

As coletâneas recorridas são: *A Coleção etnográfica Africana do Museu Paraense Emilio Goeldi*³ – representada em forma de catálogo por seus organizadores Napoleão Figueiredo (UFPA) e Ivelise Rodrigues (MPEG), visando a resgatar a história cultural da África pré-colonial e estimular e orientar novos estudos sobre o acervo existente na Reserva Técnica do Departamento de Ciências Humanas do MPEG.

Essas peças do acervo, mais tarde foram fotografadas por Januári Simões, que trabalhou no Museu Goeldi como fotógrafo. Esta coleção contém 490 peças recolhidas nas regiões das atuais Repúblicas do Sudão, do Zaire, do Gabão, de Angola e do Congo. A coleta foi feita entre 1887 e 1904, não se sabendo o nome do coletor; foi adquirida de um particular na Ilha da Madeira, no começo do século, pelo Coronel José Júlio de Andrade (político paraense e deputado estadual nas legislaturas de 1904-1907 e 1908-1911) e por ele ofertada em 1933 ao Interventor Federal do Estado do Pará, Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que posteriormente doou ao Museu Paraense Emílio Goeldi (Figueiredo; Rodrigues, 1989, p. 13).

Cabe mencionar o *Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão* organizado por Sônia Barbosa Magalhães, Isolda Maciel da Silveira e Antônio Maria Santos (2011); *Museu Goeldi: 150 Anos de Ciência na Amazônia*, organizada por Ana Vilacy Galúcio e Ana Lúcia Prudente (2019).

E como destaque, cita-se o *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* em todas as suas séries – da mais antiga à mais recente, no formato de revista – o *Boletim de Ciências Humanas*, que recebe aportes financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

3 Publicada em memória de Protásio Friel, Dalcy Albuquerque e Mário Ferreira Simões. Belém, MPEG, 1989. 184 p. (Coleção Eduardo Galvão).

As matérias em series temáticas (individuais ou em parceria) publicadas nessas fontes constituem plataformas de registro, divulgação e reprodução dos conhecimentos gerados no Museu Goeldi e estímulos ao diálogo entre os *pares* que fazem da antropologia (e das ciências sociais afins) o seu ofício no Pará e na Amazônia e daqueles que pretendem *embarcar nessa canoa* nos diversificados mananciais amazônicos. Nesse particular, ressalta-se a velha interação entre o Museu Goeldi e a Universidade Federal do Pará/Laboratório de Antropologia (e outras mais da iniciativa privada) que demandam estágios básicos com ou sem bolsa, que interagem em projetos de pesquisa, participam de bancas examinadoras (de mestrado, doutorado, pos-doc, concursos públicos para admissão de docentes) e outros eventos como este.

Os artigos demonstram que houve um avanço considerável no conhecimento da biodiversidade nos últimos 150 anos, mas também evidenciam que a Amazônia vem sofrendo intenso processo de transformação em seus diversos aspectos, indicando como o antropismo influenciou na resposta de plantas e animais às mudanças ambientais. Os textos publicados trazem também reflexões sobre as transformações ocorridas nos últimos 50 anos com relação às populações amazônicas, questões envolvendo povos indígenas e demais povos tradicionais, suas culturas e seus territórios, com ênfase nos processos de constituição dos territórios tradicionais na Amazônia e no papel desses territórios no que se refere à proteção e à conservação dos ecossistemas. Assim, essas teias de relações respondem por um *crescendo* (no sentido figurado de uma intensificação progressiva de um som musical) para as reflexões antropológicas, para novos *insights*, como se depreende de leituras realizadas.

Tais referências, a meu ver, são consideradas como indicadores da importância do MPEG na construção do conhecimento antropológico, na constituição do campo da antropologia no Pará e Amazônia, repercutindo assim na implantação de cursos acadêmicos – graduação, especialização, mestrado e doutorado e nos laboratórios afins – o Laboratório de Antropologia na UFPA (LAANF), onde Napoleão Figueiredo reunia

professores e estudantes do seu Grupo de Pesquisa e Docência. Assim como a criação e a organização do Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos (LAMAq). Este foi criado em 2003 por nós juntamente com Isolda Maciel da Silveira, Ivete Nascimento (pesquisadoras associadas do MPEG) e Maria das Graças Santana da Silva (tecnologista em Museologia) com apoio das bolsistas do PIBIC Maria Alice Sousa, Marília Takaji, Adriana de Aviz, Elida Moura de Figueiredo, Thainá Nunes, Thais Maciel, Letícia Cardoso e Layse Costa. Foi inspirado no Laboratório do Centre D’Ethno-Tecnologie en Milieux Aquatiques (CETMA) onde fiz Estágio de Pós-doutorado, em 1990 e 1995, com orientação da Prof. Dra. Aliette Geistdoerfer (CNRS/ Anthropologie Maritime).

Creio que estes elementos, ou estes *institutos* que ora trago, parecem ser testemunhos da importância do Museu Goeldi associada ao Laboratório de Antropologia da UFPA (o LAANF) porque se configuram como trilhas – que fazem da antropologia uma vereda (uma *vareda* – no dizer de pescadores do Pará ou na linguagem cabocla) indispensáveis ao conhecimento sobre as gentes e os ambientes, a diversidade social, cultural e ambiental do Pará e da Amazônia em sua história, sobre as dinâmicas sociais, os conflitos, as perspectivas e esperanças, enfim, para se conhecer “outras naturezas, outras culturas” (Descola, 2016) com os créditos alusivos à cultura local (Galvão, 1955 – Prefácio).

Espero que esta apresentação tenha aportado contribuições ao tema desta mesa. Finalizando, faço uma licença poética à crescente atuação de Eduardo Enéas Gustavo Galvão e Arthur Napoleão Figueiredo no Museu Paraense Emilio Goeldi e na Universidade Federal do Pará, aos crescentes legados científico e pedagógico e à progressiva formação de massa crítica para a antropologia brasileira, associando-as ao Bolero de Ravel, de Maurice Ravel, uma sinfonia premiada em 1928, que vai “de um *crescendo pianíssimo* ao *fortíssimo* a partir de um mesmo ritmo” com diversos instrumentos musicais entrando cada um à sua hora.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO MUSEU GOELDI NA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO PARÁ E NA AMAZÔNIA?

DEPOIMENTOS DE EX-BOLSISTAS DO MPEG

“Nos traços que desenham as memórias de um tempo quase-ontem, vê-se germinar e florescer, no entorno de uma rocinha paraense, o vasto universo antropológico, vivificado na imensidão do verde amazônico. Museu Paraense Emilio Goeldi! Gérmen da Antropologia no Pará e na Amazônia. Casa na qual pesquisadores, como eu, sentiram o “espanto” da diversidade e sua complexidade”.

Hélio Luiz F. Moreira

Ex-bolsista de iniciação científica da pesquisadora
Lourdes Gonçalves Furtado de 1993-1994.

“Iniciei minha trajetória nas Ciências Sociais como bolsista de iniciação científica no Museu Paraense Emílio Goeldi, sob a orientação da professora Lourdes Furtado, a quem sou imensamente grato. Durante este período, ela despertou o meu interesse e o compromisso com as comunidades tradicionais da Amazônia. Seus ensinamentos são os fundamentos da minha atuação profissional, expressas na pesquisa etnográfica e na minha dedicação às comunidades da região”.

Luis Cardoso

Pós-doutor - University of St. Andrews, Scotland - UK.
Doutor em Antropologia Social (UFSC). Mestre em Sociologia (UFPA).
Professor Associado Nível IV. Professor Permanente do PPGCP/UFPA.
Professor da Faculdade de Ciências Sociais. Ex-bolsista de iniciação científica da pesquisadora Lourdes Gonçalves Furtado de 1995.

“O Museu Goeldi, através de seus projetos, é um campo privilegiado para quem inicia sua atuação científica. Ao formar pesquisadores que produzem conhecimentos sobre as sociedades, os modos de vida e a economia local, ele descortina e referenda

toda uma produção acadêmica na região e que é de suma importância para a história da ciência na Amazônia.

Espero que esteja do tamanho e da importância, por ter sido bolsista do Museu Goeldi e do RENAS, que tem na minha trajetória profissional e de vida”.

Elida Figueiredo

Bibliotecária com doutorado em História Social da Amazônia.
Bolsista do Museu Goeldi/Projeto RENAS de 1999 a 2005.
Atualmente, atua na UFPA/Campus de Ananindeua.

“Iniciei no PIBIC no RENAS/MPEG de 2010 a 2014, encerrando juntamente com o Curso de Graduação em Ciências Sociais. A experiência foi fundamental para minha construção enquanto pesquisadora. Diante disso, pude contribuir com a formação de novos pesquisadores por meio de coorientações, assim como atuar profissionalmente em parte do processo de regularização de território quilombola através de pregão eletrônico do INCRA do Maranhão. Foi essencial também para a realização do mestrado e doutorado, este último sendo concluído em 2023. Gostaria de destacar que, nesse processo, adquiri grande paixão pela pesquisa, o que me fez ter como objetivo realizar concurso público para atuar como pesquisadora”.

Thainá Guedelha Nunes

Bolsista PIBIC de 2010 a 2014.

“O Museu Paraense Emilio Goeldi é fundamental na constituição da Antropologia no Pará e Amazônia. Sua atuação abrange a preservação da diversidade cultural, estudos etnográficos colaborativos, educação científica e um valioso acervo. Contribui para a Antropologia Brasileira, integrando pesquisa, preservação do patrimônio e divulgação científica, promovendo uma compreensão mais profunda e respeitosa da diversidade na região amazônica”.

Thais Maciel da Silva

Bolsista PIBIC de 2016 a 2017.

“O Museu Emilio Goeldi, foi o berço dos estudos na área de Antropologia na região Amazônica, com a participação de pesquisadores e pesquisadoras que abriram caminhos para muitos trabalhos sobre as especificidades da região Amazônica. Graças aos ancestrais acadêmicos, temos inúmeras pesquisas antropológicas na Amazônia”.

Layse Rosa Miranda da Costa

(mestranda do PPGSA/UFPA)
Bolsista PIBIC do Museu Emílio Goeldi de novembro de 2016 até julho de 2018.

“Enquanto mestranda do Programa de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA-UFPA), rememoro com felicidade o valor que a Iniciação Científica no Museu Paraense Emilio Goeldi, sob orientação e amizade da Professora Lourdes Furtado, ocupa cientificamente e politicamente na Antropologia da Amazônia. O RENAS, assim como o Museu Goeldi, são sinônimos de comunidade; uma comunidade que viabiliza a produção de um conhecimento antropológico que luta pela defesa e pelo respeito da cidadania das populações amazônicas”.

Letícia Cardoso Gonçalves

Período de Bolsa IC: agosto de 2016 a julho de 2020.

ANEXO 1

Lista de antropólogos:

No MPEG:

Expedito Arnaud, Protásio Frikel, Ivelise Rodrigues, Mário Ferreira Simões, Conceição Gentil Corrêa, Daniel Froes Lopes, Ruth Wallace, Isolda Maciel da Silveira, Lourdes Gonçalves Furtado, Samuel Spenner, Pedro Salles, Roberto Cortez, Ruth Cortez, Isidoro Alves, Ana Lúcia Machado, Ana Lúcia Maroja, Daniel Lopes, Eneida Malherbe, Ernesto Migliazzi, Antonio Maria Santos, Adélia Engrácia de Oliveira, Lúcia Hussac van Velthen, Antonio

Carlos Magalhães dos Santos, Maria José Brabo, Maria Helena Barata, Arian Nery, Maria Ivete Nascimento, Maria das Graças Santana.

NA UFPA:

Anaíza Vergolino de Silva, Heraldo Maués, Angélica Maués, Nazaré Paes de Carvalho, Alexandre Cunha, Edna Castro, Walter Pinheiro, Pedro Sales, Angélica Motta Maués, Nazaré Paes de Carvalho, Eneida Assis, Romero Ximenes Ponte, Samuel Sá, Orlando Sampaio Silva, Jane Beltrão, Artur Napoleão Figueiredo, Clara Galvão, Isolda Alencar, Roger Arlé, Terezinha Pimentel, Paulo Cavalcante, Oswaldo Cunha, Fernando Novaes.

PESQUISADORES VISITANTES E AMIGOS DE GALVÃO:

Paulo Vanzolini (Museu Paulista), Charles Wagley (Universidade de Columbia, NY), Roberto Las Casas, UnB, técnicos de Endemias Rurais do Pará, Instituto Evandro Chagas, Missionários Franciscanos de Prelazias envolvidas com grupos indígenas na Amazônia, tais como Frei Cirilo e Frei Protásio – Protásio Frikel que se tornara Pesquisador do Goeldi.

ANEXO 2

LISTA DE INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS APOIADORAS E/OU FINANCIADORAS:

Museu de Antropologia do Ultramar (atual Museu de Belém) SUDAM

CNPQ

ORSTOM – Institut Français de Recherche Scientifique Pour Le Development En Coopération (França, atual IRD)

CRDI-IRDC – Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (Canadá)

CAPES-COFECUB (por intermédio do NAE – Université Picardie)

Referências

- BARBOSA, S. B.; SILVEIRA, I. M. da; SANTOS, A. M. de S. (org.). *Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas; Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.
- BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Ciências Humanas, v. 17, n. 2, 2001.
- DESCOLA, P. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FIGUEIREDO, Napoleão; RODRIGUES, Ivelise. *Coleção etnográfica Africana do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: SCT/PR/CNPq e MPEG, 1989.
- GALVÃO, Eduardo. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas. Biblioteca Pedagógica Brasileira serie 5°. Brasileira. Vol. 284. Companhia editora nacional. São Paulo, 1955: IX
- GALÚCIO, A. V. ; PRUDENTE, A. L. (org.). *Museu Goeldi: 150 anos de Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. 387p.: il. Color.
- MAUÉS, H. Eduardo Galvão, a crise na UnB e a VII Reunião Brasileira de Antropologia *In*: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). 2006. Blumenau: Nova Letra. 2006. 341p.
- MENDES, A. C.; PROST, M. T.; CASTRO, E. (org.). *Ecossistema Amazônicos. Dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais*, 2011. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 436p.: il. Color.
- LEITÃO, W. M.; MAUÉS, R. H. (org.). *Nortes Antropológicos: Trajetos, Trajetórias*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.
- SILVA, Anaíza Vergolino e. O tambor das flores: uma análise da federação es-pírita umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará (1965-1975) / Anaíza Vergolino e Silva. -1. ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015

O PPGA (UFPA) numa visão diacrônica: contribuição na formação de recursos humanos e produção de conhecimento na e da Amazônia

Renata de Godoy
Antônio Carlos da Cruz Villas

O Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará surgiu a partir de uma ideia, e de um grupo de pesquisadores que aceitou o desafio. Uma afirmação que parece óbvia, mas não é tão simples quanto possa parecer. Desde sempre ligado a duas pesquisadoras, que foram protagonistas dessa ideia, mas que não estavam sozinhas em tal empreitada: Jane Felipe Beltrão e Denise Pahl Schaan (*in memoriam*). Em conversas informais, e até hoje, o PPGA é referido pela maioria como “o programa delas”, o que ironicamente representaria uma visão teórica deste enredo. Na prática, existem mais protagonistas; por isso, pretendemos elencar alguns deles ao longo desta jornada.

Essa estória será contada por duas pessoas, e em alguns momentos apenas pela primeira autora. À frente da coordenação do PPGA pelos últimos dois anos, em parceria com Pedro José Tótora da Glória como vice-coordenador, devemos tudo ao nosso técnico administrativo Antônio Carlos Villas, nosso verdadeiro oráculo e sempre competente; então, nada mais justo do que dar a ele o crédito devido. Tanto Renata quanto Antônio Carlos¹ começaram no PPGA mais ou menos dez anos atrás. A partir de nossas vivências diferentes, nós combinamos de contar essa estória, que nos dá

1 Antônio Carlos é técnico administrativo no PPGA desde setembro de 2014.

muito orgulho, apesar das dificuldades. Desde já, pedimos desculpas aos muitas(os) docentes e discentes que não aparecem em destaque ao longo desta narrativa, e garantimos que as escolhas foram feitas no sentido de representar uma pequena amostra de um todo que é muito expressivo, e muito maior do que seria possível citar aqui neste capítulo.

A partir de uma visão panorâmica, iremos apresentar, a seguir, dados quantitativos e qualitativos, reunidos a fim de pensar este Programa ao longo de sua trajetória de 13 anos. Há muitos(as) egressos(as) que, hoje em dia, se encontram em instituições de ensino e pesquisa, ou em outros cargos relevantes para a antropologia amazônica; assim, optamos por destacar apenas alguns que representam as primeiras e as últimas defesas, visando a proporcionar uma leitura ampla da produção deste programa ao longo de sua curta estória.

No início era tudo mato?

O PPGA nasceu da necessidade de se criar um Programa de Pós-Graduação em Antropologia apto a abarcar as áreas de Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e, eventualmente, a Linguística Antropológica, entendidas como importantes para atender a demandas particulares à Amazônia, mas inexistentes em outros Programas no país. Há alguns anos, três de seus pioneiros resolveram contar essa estória no Caderno 4 Campos², um periódico criado e gerenciado pelo corpo discente do PPGA:

Dez anos é um tempo curto em termos institucionais, mas para quem participa da “empresa” é muito e parece distante. Lá atrás, em 2007, quando insistimos na ideia, lançada por Andrea Kely Campos Ribeiro dos Santos e Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, propondo a criação de um curso de Antropologia, em nível de pós-graduação com mestrado e doutorado, e nos seus quatro campos, tudo parecia quimera. Entretanto, a vida e as instituições são constituídas de passos ousados! A lembrança

2 Para maiores informações, consultar: <https://caderno4campos.wixsite.com/inicio/a>.

indica que os experientes desaconselharam os passos, alguns desprezaram a possibilidade contida na proposta, entretanto teimosas(os) seguimos adiante. Para testar nosso desejo, escrevemos uma proposta e a submetemos a um Seminário que chamamos Antropologia em Foco, assim mesmo, sem número. Trabalhamos entusiasmadas(os). Discutimos que a Antropologia de tradição norte-americana encontrava-se dividida em quatro campos, que são a Arqueologia antropológica, a Antropologia física ou biológica, ou ainda Bioantropologia, a Etnologia (ou Antropologia Sociocultural) e a Linguística antropológica. Analisando a tradição, pensamos que os campos disciplinares pudessem fazer parte de um mesmo curso de Antropologia, no qual a(o) discente fosse encorajada(o) a cursar disciplinas dos quatro campos antes de especializar-se em um deles. A maneira holística de conceber a Antropologia, que possui sua origem no evolucionismo do século XIX, quando uma compreensão da evolução humana em todos os aspectos era desejada, desfz-se em alguns lugares por razões históricas durante o século XX, quando passamos a assistir a uma fragmentação cada vez maior, com uma emergência de fronteiras, ou até mesmo barreiras, entre os campos disciplinares. A capacidade que possuíam antropólogos como Boas, Kroeber, Sapir e Lowie de dominar amplos campos do conhecimento tornou-se bastante rara entre os estudiosos que os sucederam, tanto pelo volume dos avanços do conhecimento científico, quanto pela busca cada vez maior de especialização dentro da academia, fato que atingiu não só a Antropologia, mas todos os ramos do conhecimento. (Beltrão; Schaan; Silva, 2019, p. 6-7).

O Antropologia em Foco tornou-se um evento referência do PPGA depois de sua criação, e era realizado anualmente até sua sexta edição. Objetivava promover um fórum de debates sobre a interdisciplinaridade em Antropologia, com relação a temas relevantes para a Pan-Amazônia. Entre todas as suas edições, em sete edições possibilitou o diálogo entre acadêmicos sênior e estudantes de Doutorado e Mestrado do PPGA, e membros da comunidade em geral, a partir dos resultados de investigação nos quatro campos da Antropologia.

Hoje sabemos que o desafio da área de linguística está além das nossas pretensões; ao longo de sua existência o PPGA tenta fortalecer e, eventualmente, criar uma nova área de concentração. Mesmo nos programas de pós-graduação com essa configuração *four fields* estadunidenses, a linguística antropológica é um desafio (onde eu estudei, por exemplo, a situação era exatamente igual: falta de profissionais capacitados e/ou interessados em desenvolver pesquisas na área).

O PPGA, então, é composto por três áreas de concentração: Antropologia Social; Arqueologia, e Bioantropologia³. A Antropologia Social contempla a formação de cientistas antropólogos em nível de mestrado e doutorado com capacidade de atuar em conjunto com arqueólogos e bioantropólogos. Tem por foco a formação teórica em Antropologia Social, direcionada para atuação na Pan-Amazônia, levando em consideração a relação antropólogo e sujeitos sociais junto aos quais os profissionais trabalham privilegiando a compreensão da diversidade cultural dos povos tradicionais que habitam a região, sob diversas óticas, nativas e acadêmicas. Atualmente, a área de Antropologia Social está dividida em três linhas de pesquisa: *Gênero e Sexualidade; Povos Indígenas e Populações Tradicionais; e Memória, Paisagem e Produção Cultural*.

A área de maior demanda é a Antropologia Social. Logo no início, contou com pesquisadores como Flávio Leonel Abreu da Silveira, Cristina Donza Cancela, Ernani Pinheiro Chaves e Agenor Sarraf Pacheco, entre outros. Fabiano de Souza Gontijo, Edna Ferreira Alencar, assim como Jane Felipe Beltrão, Rosa Acevedo Marin e Eliane Cantarino O'Dwyer são nomes consagrados na antropologia brasileira, e temos a honra de contar com as suas produções.

Com o tempo novas professoras integraram o quadro de docentes, como as etnólogas Katiane Silva, Beatriz de Almeida e Júlia Otero dos Santos. Érica Quinágliã Silva tem passagem breve mas, nem por isso, menos significativa, pois integrou o corpo editorial da Amazônica, e apresenta

3 Informações disponíveis no site do PPGA: www.ppga.propesp.ufpa.br.

produção expressiva e transversal à área de Bioantropologia. Nayara da Silva Camargo é hoje nossa colaboradora, e mantém viva a chama da Linguística antropológica.

Visando a apresentar resultados, em um texto curto, optamos por divulgar em especial os recursos humanos formados pelo PPGA. A tese de Jerônimo da Silva e Silva (2014), sob orientação de Agenor Sarraf Pacheco, foi das primeiras defesas, e atualmente Jerônimo é docente na UNIFESPA. Da mesma turma, na linha de pesquisa *Gênero e Sexualidade*, destacaremos o egresso doutor Wladirson Ronny da Silva Cardoso (*in memoriam*), que defendeu tese na primeira turma do PPGA com o título *Para Além da Juventude – “antropologia da experiência” e do “modo de vida gay” de homossexuais masculinos em processo de envelhecimento da cidade de Soure (Marajó/Pará)* (Cardoso, 2014), sob orientação de Ernani Pinheiro Chaves. Na linha de pesquisa *Memória, Paisagem e Produção Cultural*, destacaremos a tese de Manuela do Corral Vieira (2013), com título *Os jovens flâneurs.com: a construção e a liquidez da identidade no espaço das redes sociais da internet*, orientada por Cristina Donza Cancela. Manuela Vieira é docente da UFPA na área de Comunicação. Estes seriam exemplos dos pioneiros, e da variedade de temas que já passaram por aqui.

Em um programa de pós-graduação em antropologia, na Amazônia, o protagonismo deve ser dos egressos das ações afirmativas. No caso dos indígenas, destacamos as teses defendidas por Almiros Martins Machado (2015), Rosani de Fátima Fernandes (2017), e William César Lopes Domingues (2022), Uwira Xakriabá, todos sob orientação de Jane Beltrão e atualmente vinculados a instituições federais pelo Brasil. Uwira também fez mestrado no PPGA (2017), sob orientação de Jane Beltrão. Outro destaque é a tese defendida pela Maria Páscoa Sarmiento de Sousa (2022), quilombola, sob orientação de Rosa Acevedo Marin. Não por acaso a grande maioria de teses e dissertações está na linha de pesquisa “Povos Indígenas e Populações Tradicionais”.

Uma característica interessante é que apesar de estarmos organizados em áreas de concentração, o ideal na proposta original do programa é que

possamos produzir em qualquer linha de pesquisa. Na tabela 1, podemos observar a maior demanda do PPGA, que é a Antropologia Social. Apesar de uma concentração maior nas linhas de pesquisa da área, a quantidade de discentes que desenvolve suas pesquisas em linhas transversais é significativa.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO ENTRE LINHAS DE PESQUISA DE EGRESSOS E DISCENTES DA ANTROPOLOGIA SOCIAL.

Antropologia Social	
Mestrado	Titulados
Total de Titulados	69
Mestrado	Linha de Pesquisa
Cultura Material, Patrimônio e Sociedade	6
Gênero e Sexualidade	13
Memória, Paisagem e Produção Cultural	3
Paisagem, Memória e Gênero	11
Povos Indígenas e Populações Tradicionais	36
Mestrado	Ativos
Total de Ativos	21
Mestrado	Linha de Pesquisa
Gênero e Sexualidade	6
Memória, Paisagem e Produção Cultural	3
Migrações, Diásporas e Etnicidades	4
Povos Indígenas e Populações Tradicionais	8

Doutorado	Titulados
Total de Titulados	52
Doutorado	Linha de Pesquisa
Cultura Material, Patrimônio e Sociedade	5
Gênero e Sexualidade	6
Memória, Paisagem e Produção Cultural	2
Migrações, Diásporas e Etnicidades	3
Paisagem, Memória e Gênero	14
Povos Indígenas e Populações Tradicionais	22
Doutorado	Ativos
Total de Ativos	36
Doutorado	Linha de Pesquisa
Cultura Material, Patrimônio e Sociedade	3
Gênero e Sexualidade	8
Migrações, Diásporas e Etnicidades	4
Povos Indígenas e Populações Tradicionais	21

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

A segunda maior demanda é da área de concentração em Arqueologia, com 14 doutorados e 36 mestrados titulados, e 27 discentes matriculados.

Ela se inicia com pesquisadores experientes, como Denise Schaan, Márcia Bezerra, além de pesquisadores convidados, como Maura Imázio da Silveira e Fernando Luiz Tavares Marques, ambos do Museu Paraense Emílio Goeldi. O foco da área de concentração é a formação teórica em Arqueologia antropológica, direcionada para atuação na Pan-Amazônia, levando em consideração a relação da(o) arqueóloga(o) e do patrimônio arqueológico com os coletivos humanos que habitam a região. Atualmente, as linhas de pesquisa vinculadas à área de arqueologia são: *Arqueologia na Amazônia* e *Cultura Material, Patrimônio e Sociedade*.

Em 2013 Diogo Menezes Costa passou a integrar o corpo docente, primeiramente como visitante e depois efetivado. Esteve também como professor visitante o arqueólogo português Tiago Ferreira Tomé, hoje professor efetivo na UFMG. Eu, Renata de Godoy, comecei como pós-doutoranda no PPGA, primeiramente com bolsa de pós-doutorado Júnior, do CNPq, entre 2013, e 2014; depois com bolsa da Capes, entre 2014 e 2016. Finalmente fui efetivada em 2017.

Entre os primeiros doutorados defendidos pela arqueologia, Mariana Petry Cabral (2014), sob orientação de Márcia Bezerra, recebe o nosso destaque. Mariana Cabral defendeu uma tese pioneira, e tem carreira acadêmica brilhante, visto que hoje ela é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq nível 2 e docente na UFMG. As primeiras dissertações de mestrado foram defendidas em 2012; dentre elas, destacaremos a de Daiana Travassos Alves (2012), sob orientação de Denise Pahl Schaan. Daiana integra o quadro de professores efetivos do PPGA desde 2019. Outros destaques vão para Esteban Barreno (2021), um pesquisador equatoriano que procurou orientação do Diogo Costa sem bolsa, atraído pela proposta do PPGA e pelo currículo de seu futuro orientador; e Silvandra Cardoso Gonçalves, quilombola, que acaba de defender sua dissertação de mestrado (2024) sob orientação de Márcia Bezerra, e já é doutoranda agora sob orientação de Katiane Silva.

Gostaríamos de dedicar um pouco mais de informações sobre Denise Schaan, que faleceu em decorrência de uma doença degenerativa fulminante no início de 2018. Denise foi uma pesquisadora brilhante, e extremamente

produtiva em seu curto momento neste plano. Sua passagem pela UFPA deixou muitos vestígios, o que não se limita apenas à criação do PPGA. Denise também abriu as portas da UFPA para a pesquisa arqueológica, e nos deixou como legado as bases de criação do atual *Laboratório de Arqueologia Denise Pahl Schaan* (LADS), nomeado em sua homenagem logo depois de sua partida. Deixou também uma coleção arqueológica e a reserva técnica de arqueologia, que hoje ainda se adéqua ao volume de material que está além da nossa capacidade, e o mais importante, abriu *caminhos da arqueologia na UFPA*⁴, o que gerou a efetivação de mais três arqueólogas(os): Pedro da Glória, que já era professor visitante na ocasião de sua contratação em 2018; seguido por Daiana Travassos Alves, egressa do mestrado do PPGA que retornou como pesquisadora depois de seu doutorado em arqueologia pela Universidade de Exeter, na Inglaterra; e Marcela Nogueira de Andrade. Denise Schaan sempre será parte do nosso corpo docente. Para quem tiver interesse, fizemos um número da Revista Amazônica em sua homenagem (Alves; Bezerra; Godoy, 2021). Representando a produção docente do PPGA, destacamos como exemplo uma publicação de Denise que retrata muito de seu engajamento e versatilidade, que é o artigo intitulado “Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia” (Schaan, 2014).

A área da Bioantropologia visa a qualificar profissionais para que sejam capazes de atuar nas diversas interfaces entre Arqueologia, Antropologia Social e outras áreas teóricas e práticas. O que pode incluir escavação e investigação de sítios arqueológicos onde existam restos esqueléticos humanos, ou a interação com pesquisadores interessados nos mecanismos biossociais que originam doenças entre populações tradicionais e grupos vulnerabilizados. Também se ocupa de questões relacionadas à ética e bioética das pesquisas envolvendo seres humanos do presente ou

4 Caminhos da Arqueologia na UFPA é, também, o nome de um evento de extensão longo do PPGA, primeiramente organizado pelos discentes de arqueologia, em 2012. Teve sua oitava edição em 2023, organizada por Marcela Nogueira de Andrade.

do passado, e de estudos sobre as relações entre biodiversidade e socio-diversidade, contribuindo, também, nas perícias na área de Antropologia genética e forense. No PPGA está organizada em duas linhas de pesquisa: *Antropologia Genética e Forense* e *Socioecologia da Saúde e da Doença*.

Em números, trata-se da área com menos representantes mas, nem por isso, menos produtiva. A Bioantropologia tem oito doutorados e 11 mestrados titulados; e cinco discentes matriculados. Seus pioneiros são Hilton Pereira da Silva, que coordena o Laboratório de Bioantropologia, e Flávio Bezerra Barros, bolsista de produtividade como muitos docentes no PPGA. Muitos pesquisadores já foram do nosso quadro docente, como Sidney Emanuel Batista dos Santos e Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos. Hoje temos mais um professor efetivo, Helbert Medeiros Prado, aprovado no último concurso em 2023.

No caso de egressos, o destaque é para Eliene dos Santos Rodrigues, ou Putira Sacuena, indígena da etnia Baré. Putira defendeu mestrado e doutorado na área de Bioantropologia, sendo o mestrado (Rodrigues, 2018) sob orientação de Sidney dos Santos e o doutorado (Rodrigues, 2023) sob orientação de Hilton Silva, ambos coorientados por João Farias Guerreiro.

No Laboratório de Bioantropologia também funciona, desde 2010, o grupo de pesquisa do CNPq Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente (LEBIOS). No que tange aos grupos de pesquisa, também variaram no tempo, sendo sempre bastante ativos em números. Podemos citar alguns, como o Ameríndia – Grupo de Pesquisa em Etnologia Indígena, liderado por Beatriz de Almeida Matos e Júlia Otero dos Santos; o GATA, acrônimo de Grupo de Antropologia do Turismo na Amazônia, liderado por mim, Renata de Godoy, e por Fabiano de Souza Gontijo, mas já não está mais em andamento. Outros, como o Grupo de Pesquisa Genética Forense e Antropologia Biológica, liderado por Sidney Emanuel Batista dos Santos e Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, não estão mais vinculados ao PPGA. Mesmo caso do GECA, Grupo de Estudos Culturais na Amazônia, liderado por Agenor Sarraf Pacheco e Jerônimo da Silva e Silva.

O corpo docente diversificado dialoga com a História, a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia, as Letras, as Artes, a Museologia, a Biologia, a Genética e a grande área da Saúde. A seguir, listaremos mais alguns grupos de pesquisa e seus líderes, demonstrando temas e parceiros afins ao PPGA: Cidade, Aldeia & Patrimônio, liderado por Jane Felipe Beltrão e Katiane Silva; Grupo de Arqueologia Histórica Amazônica – GAHIA, liderado por Diogo Menezes Costa; Grupo de Estudo sobre Populações Tradicionais, Identidade, Gênero e Ambiente – GEPTIGAM, liderado por Edna Ferreira Alencar e Edila Arnaud Ferreira Moura; Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Biodiversidade, Sociedade e Educação na Amazônia – BIOSE, liderado por Flávio Bezerra Barros; Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais, sob liderança de Alfredo Wagner Berno de Almeida e Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Territorialidades, Identidades e Gestão Ambiental em Áreas Protegidas, liderado por Edna Ferreira Alencar e Isabel Soares de Sousa.

Em termos de publicações, nosso corpo docente e discente é bastante ativo. Temos também a *Amazônica*, Revista de Antropologia (ARA)⁵, atualmente sob edição de Daiana Alves e Katiane Silva, um periódico de referência que hoje está classificado como A2 pelo último Qualis Capes. Trata-se de um periódico científico internacional, voltado a promover o debate, a construção do conhecimento e a veiculação de resultados de pesquisas científicas relativas às populações nativas da região amazônica, nos quatro campos da antropologia. Foi uma proposta ambiciosa, que visa a estabelecer-se como um fórum de debates para integrar cientistas que atuam nos diversos países amazônicos, promovendo e ampliando o debate internacional.

O PPGA ainda se destaca por sua abertura internacional, tendo em vista o trânsito de seu corpo docente e discente em instituições acadêmicas nos Estados Unidos, na Europa, na África e nas Américas, com a realização

5 Para maiores informações, consultar: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/about>.

de cooperações para a pesquisa, o ensino, a extensão e a inovação. Até o evento da pandemia de Covid 19, todos os anos tínhamos pelos menos um doutorando fazendo sanduíche no exterior. Um exemplo bem-sucedido da área de Antropologia Social foi o de Lucas Monteiro Araújo (2021), que realizou seu estágio no exterior na Universidade de Harvard, e recentemente publicou com seu orientador um artigo em periódico de extrato A1 (Araújo; Sarraf-Pacheco, 2023). Outros exemplos que gostaríamos de mencionar são Ney Gomes (2023), sob orientação de Daiana Alves; e Tiago Muniz (2022), orientado por Diogo Costa, ambos pela arqueologia, realizaram seus estágios durante o isolamento social na Europa; e Isabella Almeida de Oliveira, que ainda é doutoranda da área de concentração em Bioantropologia, orientada por Pedro da Glória, e acaba de terminar seu estágio nos EUA com bolsa Fullbright.

Uma característica do PPGA é o trânsito entre áreas e linhas de pesquisa, como o caso da Isabella citado anteriormente. Alguns professores, incluindo a mim mesma, já realizaram orientação assim. É o caso da Camila Alcântara (2021), que, sob minha orientação, defendeu tese na área de Antropologia Social, ou da Tallyta da Araújo da Silva (2021), que, pela Arqueologia, terminou seu trabalho com orientação de Jane Beltrão; e da Letícia Müller (2022), da Arqueologia, sob orientação de Hilton Silva.

Novamente trazendo uma reflexão de seus criadores, na época de sua concepção, o PPGA, justificava-se a oportunidade de sua criação numa perspectiva crítica, visto que já se sabia que havia

[...] tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos e na Europa, um movimento acadêmico no sentido de repensar o lugar dos quatro campos da Antropologia, não buscando voltar ao passado, mas no sentido de conceber a unificação a partir da realidade do século XXI. É importante notar que, nos EUA e na Europa, existe uma tentativa de recapturar a relevância dos quatro campos em contextos novos, em função de temas como o transnacionalismo, a globalização, a migração, as epidemias e a ética em pesquisas biossociais que continuam em voga nos países do hemisfério Norte. Mas não se tratou, nem se trata de imitação acadêmica. Na

Amazônia, entendemos que é preciso uma nova visão vinculando as áreas tradicionais ao redor de temas que contribuam substancialmente para a compreensão dos problemas específicos da região. Não basta que os profissionais dos diferentes campos antropológicos trabalhem juntos em projetos multidisciplinares. É necessário que falem a mesma língua, que compartilhem pressupostos teóricos e utilizem ferramentas metodológicas afins. Percebemos que, enquanto os quatro campos maiores parecem bem definidos, outras disciplinas valem-se de abordagens que cruzam essas fronteiras. Por exemplo, a Antropologia forense precisa das técnicas e teorias interpretativas arqueológicas para realizar a escavação de restos humanos de interesse policial, assim como do conhecimento da Antropologia física para estudar esses achados. Uma aproximação entre Arqueologia e Bioantropologia é também desejável para o estudo da evolução dos problemas relativos à saúde e à doença de seres humanos ao longo do tempo. Questões linguísticas e etnológicas, relativas à construção de significados simbólicos que resultam em determinados comportamentos sociais e relações com o meio ambiente, claramente também dizem respeito a estudos sobre conflitos ambientais, seus impactos na saúde das populações humanas e a emergência de novas doenças da contemporaneidade. Logo, como podemos estudar a trajetória humana na Amazônia prescindindo de uma abordagem antropológica integrada? (Beltrão; Schaan; Silva, 2019, p. 8-9).

Reflexões finais

Desde a sua criação, em 2010, todos os editais de seleção preveem reserva de vagas especiais para políticas afirmativas para pessoas indígenas, pretas, pessoas com deficiência e para servidores técnico-administrativos da UFPA, além de quilombolas, desde a seleção de 2017. O Programa vem recebendo discentes estrangeiros(as) avulsos(as) e por meio de programas de mobilidade internacional (tal como o antigo OEA-GCUB e o atual GCUB-Mob) e tem aberto vagas para discentes cotistas; além disso, na atual

seleção, abrimos uma vaga inédita para candidatas(os) autodeclaradas(os) transexuais, travestis, não binárias(os) ou transgêneras(os).

Em 13 anos de funcionamento, o PPGA conseguiu estruturar de forma satisfatória três das quatro áreas da proposta inicial. Somos um Programa nota 5 pela CAPES, em duas avaliações quadriênis consecutivas, e isso demonstra o nível de excelência nacional notoriamente adquirido. Formamos 190 profissionais, das(os) quais 74 obtiveram o doutorado e 116 são mestras(es). São 52 doutoras(es) e 69 mestras(es) na área de concentração em Antropologia Social; 14 doutoras(es) e 36 mestras(es) na área de concentração em Arqueologia; oito doutoras(es) e 11 mestras(es) na área de concentração em Bioantropologia. Neste momento, temos matriculadas(os) 89 discentes, entre as(os) quais 50 cursam doutorado e 39 fazem mestrado. São números expressivos, especialmente considerando que estamos na periferia do Sul Global.

Gostaríamos de mencionar outros números, muito mais expressivos para o fim de formação de recursos em áreas estratégicas. Ao longo de sua existência, pelo PPGA se formaram 18 pesquisadores provenientes de ações afirmativas, sendo cinco doutores indígenas, seis mestres indígenas, três doutores quilombolas e três mestres quilombolas. Assim como formamos oito pesquisadores estrangeiros, ainda numa iniciativa tímida, mas que tende a aumentar ao passo que nos organizamos para atender aos critérios de internacionalização da CAPES e, assim, continuar crescendo. Atualmente, temos ainda discentes de mestrado e doutorado nas três categorias, sendo quatro doutorandos quilombolas e três indígenas, quatro mestrandos indígenas e uma quilombola; três doutorandos e três mestrandos estrangeiros.

Hoje, em 2024, contamos com 19 professoras(es)⁶. Nossa meta agora é nos adequar para a internacionalização. Como todos os demais, o PPGA sofreu impactos em decorrência da pandemia, e encontra-se em

6 Estamos em vias de credenciar a pesquisadora Gabriela de Paula Arrifano de Oliveira, aprovada no último concurso que realizamos, para Bioantropologia.

reestruturação. É chegada a hora de rever o nosso regimento, a fim de nos adequarmos a uma nova realidade de redes sociais e de divulgação de informações on-line. Hoje estamos com uma demanda importante para professoras(es) e pesquisadoras(es) da Antropologia Social, pois parte significativa do nosso quadro docente encontra-se afastado, seja por razões pessoais ou profissionais. Em breve, abriremos concursos para Teoria Antropológica, e outro para professor(a) visitante indígena ou quilombola, atendendo a uma demanda do corpo discente e da realidade que se impõe. Como toda estória nem sempre tem fim, dedicamos o momento para deixar em aberto o próximo capítulo da nossa aventura amazônica. E que venham mais 13 anos!

Agradecimentos

Agradecemos a oportunidade de contar essa estória, que nos foi proporcionada através do gentil e honroso convite em fazer parte de uma coletânea em homenagem aos 70 anos Reunião Brasileira de Antropologia, feito por Candice Vidal e Souza e Cornelia Eckert. Agradecemos o convite de integrar o evento comemorativo que aconteceu em Belém, no dia 7 de dezembro de 2023, a partir de Sônia Magalhães, a quem estendo os agradecimentos. Agradecemos também aos colegas que gentilmente colaboraram para a elaboração deste texto, em especial Hilton Silva, Agenor Sarraf-Pacheco, Ernani Chaves e Diogo Costa.

Referências

ALCÂNTARA, C. F. S. M. *Isso é coisa de museu!* - uma abordagem antropológica sobre a dicotomia da materialidade e imaterialidade dentro dos museus comunitários. 2021. 290f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ALVES, D.; BEZERRA, M.; GODOY, R. Lendo iconografias e paisagens – a trajetória de Denise Schaan na Arqueologia. *Amazônica* – Revista de Antropologia, Belém, v. 13, n. 1, p. 11-31, nov. 2021.

ALVES, D. T. *Ocupação indígena na foz do rio Tapajós (3260 – 960 AP): estudo do sítio Porto de Santarém, baixo Amazonas*. 2012. 246f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ARAÚJO, L. M. *O que os viajantes levaram? A Cultura Material Marajoara em Invenção nos Museus Brasileiros e Norte-Americanos*. 2021. 320f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ARAÚJO, L. M.; SARRAF-PACHECO, A. As ‘notas’ de William Barnard e a arqueologia marajoara. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 18, n. 3, p. 2178-2547, 2023.

ARAÚJO da SILVA, T. S. *Riquezas da terra: paisagens e ocupações na Serra Leste de Carajás*. 2021. 248f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BARRENO, E. F. A. *Bois, peixes e outros bichos: La vida cotidiana, la alimentación y la carne. Una aproximación a la agencia en la alimentación y al consumo de carne en una casa de “elite” durante el siglo xviii en la ciudad de Belém/PA. Un análisis zooarqueológicos*. 2021. 88f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BELTRÃO, J. F.; SCHAAN, D. P.; SILVA, H. P. E assim se passaram 10 anos. *Caderno 4 campos*, v. 1, p. 6-10, 2019.

CABRAL, M. P. *No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta*. 2014. 277f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CARDOSO, W. R. S. *Para além da juventude: “antropologia da experiência” e do “modo de vida gay” de homossexuais masculinos em processo de envelhecimento da cidade de Soure (Marajó/Pará)*. 2014. 235f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

DOMINGUES, W. C. L. *Cachaça, Concreto e Sangue! Saúde, Alcoolismo e Violência entre os Povos Indígenas no Contexto da Construção da Hidrelétrica de Belo Monte*. 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

DOMINGUES, W. C. L. *Entre o ouvido e o escutado: uma história da saúde Indígena no Brasil*. 2022. 215f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

FERNANDES, R. P. *Na educação continua do mesmo jeito: retomando os fios da história Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará*. 2017. 266f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

GOMES, R. N. C. *O fazer arqueológico no trabalho de campo em um sítio na Campina, Centro Histórico de Belém: sujeitos, paisagem e cultura material*. 2023. 111f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

GONÇALVES, S. C. *“Tudo ali eles usavam tipiti pra espremer massa, tem o pilão, são objetos que foram usados pelos nossos avós ...”*: O Museu Negra Lúcia Maria Cardoso – Quilombo São José dos Pretos, Guimarães – Maranhão. 2024. 139f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

MACHADO, A. M. *De Sonhos ao Oguatá Guassu em busca da(s) terra(s) sem mal*. 2015. 209f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MÜLLER, L. M. *Escrito em ossos e dentes: dieta e saúde oral de populações pré-coloniais da Volta Grande do Rio Xingu (PA) por meio da análise de isótopos estáveis e bioarqueologia*. 2022. 349f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

MUNIZ, T. S. A. *Os agentes do deus elástico durante o século XIX no Médio Amazonas*. 2022. 262f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

RODRIGUES, E. S. *Saúde da Mulher Indígena: Antropologia e Câncer de Colo de Útero nas etnias Xikrin do Cateté, Assurini do Trocará no Pará, Amazônia*. 2018. 108f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RODRIGUES, E. S. *Saúde Indígena: Como o Caderno e a Caneta na Mão Trazendo os Determinantes Sociais, Epidemiologia, Genética/Ancstralidades e os Povos Indígenas na Pandemia da COVID-19, Amazonas – Brasil*. 2023. 114f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SCHAAN, D. P. *Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia*. *Anuário Antropológico*, v. 39, n. 2, p. 13–44, 2014.

SILVA, J. S. *Cartografia de afetos na encantaria: Narrativas de Mestres da Amazônia Bragantina*. 2014. 267. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOUSA, M. P. S. *Resistências Malungas: agências sociopolíticas de mulheres quilombolas em Salvaterra, Arquipélago do Marajó/Pará*. 2022. 347f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

VIEIRA, M. C. *Os jovens flâneurs.com: A construção e a liquidez da identidade no espaço das redes sociais da internet*. 2013. 219f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

Sessão VI

**Encontro Antropologia, Museus e Populações Tradicionais (UFMT), 11 de dezembro de 2023.
Roda de conversa: Antropologia, patrimônio e povos indígenas. Mesa redonda: Antropologia, museus e populações tradicionais**

Museus, Patrimônios e Antropologia: um relato a partir da Universidade Federal de Mato Grosso

Patricia Silva Osorio

A comemoração dos 70 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBAs) realizou-se em diferentes lugares do Brasil e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) integrou a programação das celebrações. A programação do evento realizado na UFMT contou com uma mesa redonda intitulada “Antropologia, Museus e Populações Tradicionais” e com uma roda de conversa sobre “Antropologia, Patrimônio e Povos Indígenas”, reunindo membros da Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), docentes do Departamento de Antropologia (DAN) e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) e alunos da UFMT.

O local escolhido para a celebração dos 70 anos das RBAs foi o Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia (MUSEAR/UFMT). O MUSEAR foi criado por meio de uma resolução do Conselho Diretor da UFMT, em 1972, e inaugurado em 1973. Em 2023, complementou 50 anos desde a sua inauguração. É salutar que os temas tratados no evento girassem em torno de museus, patrimônios e populações tradicionais, considerando a longa trajetória da ABA junto às populações tradicionais e o cerne das ações desenvolvidas pelo MUSEAR, uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e de salvaguarda dos patrimônios culturais dos povos indígenas especialmente aqueles localizados no estado de Mato Grosso.

A intenção deste relato é a de abordar, de forma panorâmica, as relações entre museus, patrimônios e antropologia, destacando a inserção e o lugar da UFMT nessa discussão.

Início o relato trazendo à baila a atuação do Comitê Patrimônio e Museus da ABA (CPM/ABA), do qual participo desde 2015. O Comitê congrega pesquisadores associados à ABA de diferentes regiões do país. As ações do CPM/ABA localizam-se em quatro frentes de atuação:

1. assessoria à diretoria da ABA em questões sobre patrimônios e museus. O Comitê também tem sido recorrentemente consultado para indicação de especialistas na área de antropologia para ocupar assentos importantes no âmbito da participação social como o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre Patrimônio Cultural e o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
2. atividades nas RBAs, como a organização de mesas redondas, simpósios, oficinas, grupos de trabalho e premiações.
3. divulgação do conhecimento antropológico sobre museus e patrimônios. Tal ação se efetiva por meio de dois canais principais. No primeiro, coloca-se a divulgação da reflexão antropológica em artigos e livros. Uma boa parte dessas reflexões está disponível no *site* da ABA, como as obras “Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios”, organizada em 2007 por Jane Beltrão, Cornelia Eckert e Manuel Ferreira Lima Filho; “Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos”, organizada em 2012 por Manuel Ferreira Lima Filho e Izabela Tamaso; “Antropologia na Esfera Pública: patrimônios culturais e museus”, organizada em 2019 por Simone Vassallo, Renata de Sá Gonçalves e Izabela Tamaso; e “Patrimônios e Museus: inventando futuros”, organizada em 2022 por Simone Vassallo, Regina Abreu e Julie Cavignac. Além desse canal de divulgação, o Comitê dialoga com a população brasileira por meio de cartas e notas contendo informações e críticas relacionadas a questões urgentes sobre patrimônios e museus. Finalmente, citamos os

webinários organizados pelo Comitê, disponíveis no canal TV ABA no You Tube.

4. projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas, coordenado pela Profa. Dra. Adriana Russi e financiado pelo CNPq. O projeto tem como objetivo esboçar um panorama das coleções etnográficas dispersas nas diferentes regiões do Brasil. A definição de etnográfico acionada no projeto envolve acervos, coleções ou objetos isolados que remetem a diversos grupos sociais, entre eles povos indígenas, grupos afro-brasileiros, grupos de imigrantes de diferentes origens, bem como artefatos de arte e cultura popular e demais gêneros e estilos em abordagens congêneres, que revelam o cotidiano, momentos festivos ou rituais, com seus múltiplos e híbridos usos, funções e inserção social. Um dos produtos a ser desenvolvido no projeto é a reunião dessas informações em um ambiente virtual de fácil acesso. O projeto conta com a colaboração de pesquisadores do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

A breve contextualização das ações do CPM/ABA é importante porque destaca a centralidade do campo dos museus e dos patrimônios para a antropologia brasileira e mais especificamente para a antropologia realizada na UFMT, considerando a participação de professores (e de docentes que já foram do quadro) da UFMT no Comitê.

Esboço, a partir de agora, as relações entre museus e antropologia com uma perspectiva local. Maria Fátima Roberto Machado (2009) mostra as relações entre o Museu Rondon e consolidação da antropologia na Universidade Federal de Mato Grosso. O Museu foi criado no início dos anos 1970 como um centro de reflexão e ação indigenista. Inclusive, muitas das peças que compõem seu acervo foram adquiridas por indigenistas como Apoena Meirelles e Orlando Villas Boas, intitulados também como pesquisadores associados ao Museu Rondon.

Como na história geral sobre as relações entre antropologia e museus, na história da antropologia desenvolvida na UFMT, essas relações são marcadas por aproximações e distanciamentos. Um primeiro aspecto a ser destacado é o de que o museu surge antes da antropologia ou dos antropólogos. Mesmo com a presença de poucos antropólogos no quadro da universidade nos anos 1980, o departamento de antropologia apenas irá surgir no início dos anos 1990 (Machado, 2009). No entanto, de alguma forma a relação entre museu e antropologia foi dada tanto pelas pesquisas em etnologia indígena quanto pelo próprio espaço físico compartilhado pelo museu e o departamento. Para pensarmos as aproximações e os distanciamentos, questões de ordem prática também são importantes. O diminuto quadro de antropólogos na UFMT, sobrecarregados com outras atividades, possibilitou que muitas das ações desenvolvidas pelo museu estivessem a cargo da Associação dos Amigos do Museu Rondon (ASAMUR). Na primeira década dos anos 2000, o corpo docente do DAN iniciou um árduo e longo processo de ampliação e reforma do Museu. Tal processo implicou em negociações internas e externas, visando à aquisição de recursos financeiros, consultoria técnica, contratação de pessoal e reformulações institucionais. Dessa forma, foi construída uma sala para a reserva técnica e a transferência do acervo, contou-se aqui com a colaboração do Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR). E ainda como resultado dessas negociações, houve a contratação de um museólogo e a concretização da ampliação e reforma do prédio do museu.

Em 2014, observam-se dois marcos importantes para a antropologia na UFMT e para o museu: a entrada da primeira turma do Curso de Mestrado em Antropologia Social e a criação do Regimento Interno do MUSEAR (Resolução Conselho Universitário n. 11, de 27 de agosto de 2014). O Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) foi fruto de um projeto idealizado e concretizado coletivamente pelos docentes do DAN. No projeto, o PPGAS ligou-se ao MUSEAR, entendido como um potente laboratório de pesquisa. E, atualmente, a administração do PPGAS funciona nas dependências do museu. Se a instabilidade do corpo docente

era recorrente, visto que os antropólogos chegavam e partiam, conforme aponta Machado (2009), essa já não é mais a realidade do departamento. Não há dúvidas de que a fixação dos antropólogos na UFMT deve-se à criação do PPGAS.

Após 42 anos desde a sua criação, o museu ganha um regimento interno. No documento, duas questões colocam-se como centrais. A primeira questão diz respeito à alteração do nome do museu que passou a ser chamado Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da UFMT. Lembro-me que a intenção do Colegiado do DAN era a de nomeá-lo de Museu de Etnologia e Arqueologia, suprimindo o nome Rondon e criando uma nomeação que correspondesse ao acervo contido no espaço museal. Tal intenção foi duramente criticada por membros da comunidade acadêmica e por representantes da alta gestão da UFMT; por isso, após a polêmica, o nome de Rondon permaneceu, acrescido da etnologia e da arqueologia. A segunda questão importante do Regimento refere-se à institucionalização da relação entre antropologia e o museu. Se a história da relação entre a antropologia e o museu é marcada por uma tensão entre proximidade e distanciamento, o texto do regimento amarra a antropologia ao museu. Para citar apenas um exemplo, o Regimento dispõe que o Supervisor do Museu será eleito pelo Colegiado do Departamento de Antropologia e que, para ocupar o cargo, é necessário que seja professor efetivo e lotado no departamento ou que seja técnico lotado no MUSEAR.

Ryanddre Sampaio de Souza (2016) elenca três temas para entendermos a produção dos discursos do Museu Rondon no que se refere ao contexto de sua fundação, e que, de alguma forma, encontra ressonâncias em sua atualidade: poder, políticas colonialistas e a celebração de um herói – Rondon. Machado (2009, p. 102) também ressalta a linguagem mítica associada ao Museu Rondon, principalmente veiculada por fundadores, autoridades, reitores e ex-reitores, em que é destacado o “papel salvacionista da universidade e do museu” que surge como um lugar institucional destinado a falar sobre os índios e não com ou para os índios.

O objetivo de empreender breves apontamentos sobre a história do museu e de sua relação com a antropologia desenvolvida na UFMT é firmar a trajetória de um espaço produtor de conhecimento antropológico distante dos centros hegemônicos de antropologia. Ao relatar tal história, ainda que de forma panorâmica, é possível vislumbramos desafios aos campos dos patrimônios e dos museus na antropologia.

As categorias patrimônio e museu devem ser entendidas como um processo, como “coisas” em construção, submetidas a ressignificações. Patrimônio e museu não tratam de essências, são categorias maleáveis e que podem assumir vários contornos semânticos. Localizar a antropologia em meio aos patrimônios e aos museus é mostrar o quanto e, especialmente, a noção de patrimônio deve à antropologia. Destaca-se aqui a influência de antropólogos proeminentes em sua formulação conceitual, bem como a participação efetiva dos antropólogos na formulação de políticas e de metodologias que tratam dos patrimônios, principalmente os patrimônios imateriais. Finalmente, localizar a antropologia em meio aos patrimônios e aos museus é também demonstrar o quanto a antropologia deve de crítica às noções de patrimônio e museu, ou seja, destaca-se a potencialidade crítica da disciplina e a necessidade constante de reavaliação e reconstrução das noções, tendo em vista seus desdobramentos nas realidades sociais. Esse duplo lugar constitui-se naquilo que Herzfeld (2014) chamaria do tipo de ensinamento que a antropologia oferece, um modelo de compromisso crítico com o mundo.



Placa na entrada do MUSEAR, 2014.

Fonte: Fotografia de Patricia Osorio.



Sala de exposição do MUSEAR, 2014.

Fonte: Fotografia de Patricia Osorio.

**Encontro
Antropologia Museus
& Populações Tradicionais**

**11
DEZ
2023
14h**

Local: MUSEAR/UFMT

14h Roda de Conversa
Antropologia, Patrimônio e Povos Indígenas
Profa. Dra. Andréa Zhouri (Presidente da ABA)
Profa. Dra. Alexandra Barbosa da Silva (Secretária Adjunta ABA)
Mediação:
Profa. Dra. Patricia Osório (Comitê Patrimônio e Museus ABA, PPGAS/UFMT)

19h Mesa Redonda
Antropologia, Museus e Populações Tradicionais
Profa. Dra. Andréa Zhouri (Presidente da ABA)
Profa. Dra. Alexandra Barbosa da Silva (Secretária Adjunta ABA)
Prof. Dr. Ryanddre Sampaio (MUSEAR/PPGAS/UFMT)
Mediação:
Profa. Dra. Sônia Regina Lourenço (MUSEAR/PPGAS/UFMT)

Realização: MUSEUM BONDION, PPGAS, CAPES, ABA, UFMT PROPGE

Programação do evento RBA 70 anos, realizado na UFMT em 2023.

Fonte: Acervo PPGAS.



Roda de Conversa Antropologia, Patrimônios e Museus (2023).

Fonte: Acervo MUSEAR.

Referências

HERZFELD, M. *Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACHADO, M. F. R. *Museu Rondon: antropologia e indigenismo na Universidade da Selva*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

SOUZA, R. S. *Os Museus e os Outros: uma etnografia das classificações, alteridades e agenciamentos no Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da UFMT*. 2016. 195f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

Por uma polifonia dos museus-florestas: novos paradigmas estéticos na relação com os povos indígenas

Ryanddre Sampaio de Souza

A relação entre a antropologia e os museus, além de ser essencial para a consolidação da ciência antropológica, é uma das bases mais importantes para o estabelecimento de uma estruturada teoria museológica e do campo museal no mundo ocidental. Museus, transcendendo o colecionismo colonial, o qual é a marca de sua gênese, são instâncias de memória constantemente atravessadas por agenciamentos múltiplos, tangenciados por experiências pessoais e coletivas, de interesse político, artístico, científico ou histórico, conjugados em sua essência própria de criação e produção de representatividades. Dessa forma, são pensados tanto como instituições quanto fenômenos identificáveis por meio da relação entre humanos, espaço, tempo e memória, relação esta que chamamos de “musealidade” (Scheiner, 1999, p. 18).

Como uma característica intrínseca dos museus, a musealidade pode ser capaz de produzir mundos e alterar realidades. Proponho pensarmos novas musealidades para o futuro a partir de uma relação mais dialógica e relacional com o conhecimento tradicional e as cosmologias indígenas. Desse modo, o presente trabalho é, em certa medida, menos uma proposição teórica e mais um exercício de fabulação, onde outras musealidades possíveis serão tensionadas por dinâmicas de produção de alteridades, com um relevante potencial de transformação sociocultural, em consonância com o entendimento mais contemporâneo acerca dos museus.

Com isso, acredito que, por meio de um olhar mais demorado sobre essas instituições, seus acervos e suas exposições, podemos perceber como suas formas de interagir com o mundo os colocam em constante movimento e relação, obedecendo a um fluxo que os conecta com a trama das sociedades com as quais dialogam ou nas quais estão inseridos. O debate torna-se ainda mais relevante ao considerarmos a relação dos museus com as populações tradicionais e, mais especificamente, com os povos indígenas; e é justamente este fluxo relacional entre os museus e seus outros o objeto desta análise, que nos possibilitará compreender tanto a polifonia de vozes que ecoam em seus salões e corredores quanto os regimes de visibilidades estabelecidos em suas vitrines.

Proponho aqui pensarmos a ideia de “museus-florestas” a partir de novos paradigmas estéticos contradiscursivos de apropriação dos espaços museais que, como armadilhas, nos capturam e nos fazem repensar as dinâmicas de poder nas instituições museológicas. Essa proposição dialoga com a ideia de museus como florestas autopoieticas (Souza, 2021), marcados por sistemas organizados de produção interpretativa que criam formas de produção de conhecimento sobre-e-com os povos indígenas.¹ Essas florestas autopoieticas valorizariam, assim, as formas de existência daqueles que ainda são capazes de “experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar” (Krenak, 2019, p. 13).

1 O presente texto é uma adaptação da fala do autor para a mesa redonda intitulada “Antropologia, museus e populações tradicionais”, ocorrida no dia 11 de dezembro de 2023 no auditório do Museu de Etnologia e Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso em ocasião das comemorações de 70 anos da Reunião Brasileira de Antropologia. As reflexões aqui contidas são frutos da atuação do autor como museólogo do referido museu nos últimos dez anos e da sua formação em antropologia durante seu mestrado em Antropologia Social (PPGAS/UFMT) e doutorado em Antropologia Cultural (PPGSA/UFRJ).

Alteridades, deslocamentos e musealidades

Pensados desde os templos das musas na Grécia antiga, o que hoje compreendemos como museus eram espaços destinados apenas àqueles eruditos que produziam músicas, poesias, estudos filosóficos de diversas naturezas e apreciavam as artes. Passando pelo *museion* de Alexandria e, posteriormente, com a expansão dos impérios europeus proporcionada pelas grandes navegações, o centro cultural do mundo foi deslocado da Ásia para a Europa², importando novas filosofias, costumes e bens materiais, possibilitando o surgimento de inúmeras coleções de história natural e materiais considerados exóticos nos gabinetes de curiosidades dos viajantes, comerciantes, exploradores e mecenas, dando origem ao início da enciclopedização dos museus.

Com a expansão do colecionismo, impulsionado pelo mercado de arte crescente devido ao interesse por antiguidades e obras do Renascimento, são identificadas, no século XVII, a comercialização e o traslado de coleções e obras de arte em âmbito internacional. O deslocamento de objetos provenientes de culturas diversas através das fronteiras europeias, após sua subtração colonial dos seus contextos de origem, lembram-nos constantemente que museus são fenômenos tão coloniais quanto as primeiras tentativas de análise das culturas por meio de seus testemunhos materiais: “foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; [...] os museus na maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista” (De Varine, 1979, p. 12).

Uma relação mais científica entre museus e antropologia iniciou apenas no final do século XIX, período marcado pelo que Lilia Schwarcz (1993, p. 58) chamou de uma “nova sedução da memória”, quando as coleções

2 Muito antes da expansão marítima europeia, localizavam-se no Oriente Médio os principais centros intelectuais do mundo nas grandes metrópoles cuja efervescência cultural era enriquecida pelas rotas comerciais entre Europa e Ásia, que se estabelecia na ausência de oposição entre hemisférios traçados após a mudança do centro econômico e político do mundo para a Europa (Frankopan, 2019).

de arquivos e museus foram abertas ao público para recuperar a memória das nações europeias e, por consequência, reafirmar seu poder colonial. Neste momento, foram criados os primeiros museus etnográficos formados por objetos recolhidos no contato com as alteridades desde as grandes navegações, firmando-se como “lares institucionais de uma antropologia nascente” (Schwarcz, 1993, p. 59). Também neste momento crítico surgiu o advento da representação nos museus, que iniciaram seu moroso afastamento dos antigos gabinetes de curiosidades para aderir ao que Foucault classificaria como um “projeto de uma ciência geral da ordem”, passando a “hierarquizar e aproximar, para comparar e isolar” (Schwarcz, 1993, p. 92) objetos, pessoas e grupos, tornando-se decisivos na construção de certas visões sobre diferentes culturas.

Franz Boas ([1928] 1987) foi um dos mais importantes antropólogos a iniciar uma investida de ressignificação dos museus e processos curatoriais a partir de sua crítica às práticas evolucionistas das instituições museais, pautado na sua experiência no *American Museum of Natural History*. Boas defendia firmemente que as coleções etnológicas deveriam obedecer a uma ordem de classificação geográfica e de grupos sociais ao invés de sua organização e exposição focada nas tipologias científicas, invertendo o foco da utilidade dos objetos para os modos de vida das pessoas e as relações estabelecidas entre elas e a sua produção material. Essa crítica de Franz Boas é essencialmente voltada às práticas impositivas e classificatórias dos museus sobre seus outros em razão de sua materialidade; práticas violentas que têm sido constantemente revistas na contemporaneidade. É importante ressaltar que, ao apontar as práticas coloniais dos museus, no passado ou no presente, não objetivamos anular a importância desses espaços como instituições culturais e de memória, mas sim reafirmar as agências e as histórias dos povos saqueados e exotizados por eles e que ainda hoje fazem parte dos seus acervos. Diz mais respeito à produção de potencialidades do que a apagamentos.

Cabe-nos, a partir daqui, refletirmos sobre a vida dos objetos de museu: o processo de musealização, ou seja, a transposição desses objetos

de seu lugar de origem para as coleções dos museus. Penso este processo não somente como uma imposição simbólica de classificação e significados, mas como “um ritual performativo de imposição classificatória e substituição de sentidos” (Souza, 2016, p. 52). André Desvalées e François Mairesse (2013, p. 57) já apontaram esse processo como uma operação de extração física e conceitual de uma coisa do seu meio natural ou cultural de origem, “[...] conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou museália, em um ‘objeto de museu’ que se integre no campo museal”. Segundo os autores, essa substituição simbólica produz uma imagem que se torna um substituto autorizado da realidade cujo valor remete à musealidade, ou seja, um valor documental da realidade da qual foi subtraído.

Portanto, apesar de percebidos em um passado não tão distante como templos detentores de segredos e de adoração de objetos sacralizados pela musealização, devemos compreender que os museus guardam muito mais que a materialidade das culturas: seus acervos são atravessados por múltiplos agenciamentos que funcionam como vetores da ação e pensamento de diversos grupos sociais sobre o mundo, mesmo que tenham sido simbolicamente subtraídas devido ao processo de musealização. No caso dos museus de etnologia, a potência de seus discursos sobre as alteridades que estão atravessadas na materialidade de seus acervos está ligada à produção de um paradigma estético que pode ser entendido como força motriz para a produção de regimes de visibilidades diversas acerca dos povos indígenas, como tentarei demonstrar a seguir.

Museu-armadilha-arte-artefato

Nesta produção de regimes de visibilidades há, porém, certos perigos, ou seja, algumas armadilhas que devem ser consideradas. Uma dessas armadilhas se encontra na possível redução das cosmologias e da complexidade social dos povos indígenas e demais populações tradicionais a textos que tentam explicar seus usos e a legendas que tentam descrever sua forma,

reduzindo-os à intencionalidade do que nos é mais familiar e conhecido em detrimento de sua pluralidade inerente; essa redução, criticada por Boas (1928 [1987]) no início do século XX, é o ponto focal de produção de assimetrias nos espaços museais.

Afinal, a entrada de bens “etnológicos” aos museus os “eleva” à categoria de objetos de arte? Acredito que pensar em uma antropologia dos museus necessariamente nos faz pensar em uma antropologia da arte. O debate realizado por Alfred Gell sobre a noção de “arte” e as distinções entre obras de arte e a instrumentalidade dos chamados *artefatos* a partir da exibição de uma armadilha de caça do povo Zande exposta como arte conceitual na exposição “Arte/Artefato”, de curadoria da antropóloga Susan Vogel, bem como sua estruturação de uma teoria antropológica da arte, já nos indicavam sinais dos múltiplos atravessamentos que os objetos expostos, os museus, as cosmologias e estéticas indígenas e as narrativas curatoriais têm entre si.

Cabe recordar que, na teoria antropológica da arte proposta por Alfred Gell (2018), as obras de arte não possuem uma natureza intrínseca independente do seu contexto relacional: é mediante sua eficácia nas relações sociais, seu poder agentivo que a arte se torna um objeto de interesse para a antropologia. A antropologia da arte deveria, então, focar nos contextos sociais de produção, circulação e recepção da arte, contextos que são sustentados por processos sociais específicos, e não focar ou promover formas de valorização dessas obras, especialmente por conceitos de agência, intenção e transformação. Para o antropólogo, os objetos de arte circulam mantidos “[...] por certos processos sociais de natureza objetiva, que estão ligados a outros processos sociais” (Gell, 2018, p. 245).

Nessa rede relacional, tais objetos de arte não institucionalizados (índices) são compreendidos como entidades materiais que permitem operações cognitivas de inferência sintética, como um sistema de regras de significação (abdução da agência) relacionadas a entidades consideradas por abdução como representadas no índice (protótipo). Os índices são pensados, assim, como “resultado e instrumento da agência social” uma vez

que a agência atribuída aos objetos de arte é irreduzivelmente social, estabelecendo-se em um tecido relacional. Seria, então, a tarefa da antropologia da arte focalizar no contexto social de produção, circulação e recepção desses objetos, definindo e avaliando as características e contribuições da estética inerente de cada cultura “em relação a suas intenções estéticas culturalmente específicas” (Gell, 2018, p. 244), bem como a mobilização de tais princípios estéticos no decorrer das interações sociais que são estabelecidas em diversos contextos relacionais.

Minha compreensão sobre estética se aproxima do que Jacques Rancière (2018, p. 12) categoriza como um “[...] regime específico de identificação e pensamento [...] implicando uma determinada ideia da eficácia do pensamento”. Para o filósofo, uma revolução estética diria respeito a um regime do pensamento agentivo, o pensamento como ação: “[...] a abolição de um conjunto ordenado de relações entre o visível e o dizível, o saber e a ação, a atividade e a passividade” (Rancière, 2018, p. 25). Também penso com Els Lagrou (2009, p. 11), para quem “[...] toda sociedade produz um estilo de ser que vem acompanhado de um estilo de gostar, e pelo fato de o ser humano se realizar enquanto ser social através de objetos, imagens, palavras e gestos, os mesmos se tornam vetores da sua ação e pensamento sobre seu mundo”. Assim, a antropologia da arte deve considerar a produção artística como “redes de interações e inferências” por meio de sua influência “nas pessoas, alimentando muitas reações cognitivas” (Lagrou, 2009, p. 12-13). Dessa forma, podemos compreender como a relação entre estética, arte, museus e antropologia é fundamental para esta análise, considerando a estética para além de uma noção kantiana de distinção, mas como uma força política que deve ser avaliada nos contextos nativos por intermédio dos quais as pessoas sentem e reagem ao mundo.

Tornando-nos sensíveis à importância da compreensão estética do mundo, tanto a nossa quanto dos nossos outros, passamos a considerar a possibilidade de produzir novas musealidades possíveis a partir das relações estabelecidas pelo contato com a alteridade, sempre de forma simétrica com os outros cuja materialidade habita as reservas técnicas e os salões

expositivos dos museus. Mediante propostas que considerem a multivocalidade em seus fazeres, saberes e de seus acervos, poderiam, então, os museus se consolidarem, cada vez mais, como zonas de contato não apenas entre pessoas de culturas diferentes, mas entre fluxos, cosmologias e mundos plurais?

Este é um questionamento difícil de responder, considerando a complexidade do nexo da arte nos museus de etnologia (quando considerado), com suas tramas relacionais regidas não apenas por dinâmicas culturais, mas também por regimes de poder, por agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos (Deleuze; Guattari, 2000), não se percebendo exatamente quem captura quem. Museus permanecem falando, em muitos contextos, sobre o que são ou não “obras de arte” com base em conceitos ocidentais de estética, beleza e vinculados ao fluxo histórico da arte ocidental. Nessa imposição de sentidos há uma complicada relação de alteridade que fundamenta conceitos como “arte primitiva”, relacionando-se não a pressupostos intrínsecos aos objetos, mas referindo-se a quem os produziu. Seus acervos eram formados por objetos que fizeram parte de um fluxo de deslocamento impositivo e, por isso, museus e galerias de arte seriam, lugares de captura ou “armadilhas do pensamento” que mantêm as vítimas, por algum tempo, em suspensão. Talvez a única certeza seja a de que estamos todos sendo continuamente capturados: artes, museus e visitantes.

Nas minhas análises sobre a formação do acervo e atuação do Museu de Etnologia e Arqueologia da UFMT (2016, 2021), compreendi que a possibilidade de uma multivocalidade residia na própria capacidade dos espaços museológicos de valorizar mais o ideal de subjetividade constitutivo da economia do xamanismo, cujo direcionamento é dado justamente pela intertextualidade cultural, que redirecionaria suas referências cosmológicas para uma leitura de legitimação política. Esse redirecionamento engendraria possibilidades de pensarmos os discursos produzidos por essas instituições de forma que as diversas agências indígenas não sejam apagadas dos objetos que fazem parte de seus acervos nem no diálogo que deve ser

aberto e tornado constante com essas pessoas, uma vez que as intencionalidades investidas nesses espaços e a intertextualidade cultural podem ser possibilidades de alcançarmos a multiplicidade e a simetria necessárias para a produção de um conhecimento mais comprometido com as alteridades, base do nosso fazer antropológico e do nosso comprometimento ético e estético com as populações com quem dialogamos e com quem produzimos conhecimento.

É interessante pontuar que, em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do ICOM³, realizada em Praga, foi aprovada uma nova definição de museu que viria a substituir a definição anterior, em vigor desde 2007. Na definição mais recente, os museus são definidos como:

[...] instituições permanentes, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisam, colecionam, conservam, interpretam e expõem o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos. (ICOM, 2022).

Nesta nova definição, os museus passam a ser vistos também como instituições que interpretam o patrimônio material e imaterial, além de serem necessariamente acessíveis e inclusivos, de forma a fomentar a diversidade e a sustentabilidade com participação das comunidades em suas atividades educativas e culturais. Ora, é justamente sobre essas características presentes nesta nova definição que os museus se tornam ainda mais fundamentais devido à sua potência para uma nova ação social em parceria com os povos indígenas e as populações tradicionais por processos de reformulação – física e epistemológica – para a desestabilização de um fazer museu para dentro, impulsionando-os a um movimento para além da

3 Conselho Internacional de Museus.

horizontalidade marcada até então: uma espiralização que ascende a novos territórios existenciais, por exemplo, o borrar das fronteiras entre museus de arte e museus etnográficos.

Os museus estabelecem, a partir desses modelos, suas relações com os seus outros, estejam estes em seus acervos ou fora. Devemos ter em mente sempre que a forma dos museus de falar sobre os outros não é, necessariamente, a forma dos outros de falar sobre si mesmos. Com a classificação de seus objetos, representantes materiais dos povos indígenas, dos seus modos de viver e de suas cosmologias, os museus pensaram ter conseguido sujeitá-los aos seus gostos e valores pelos mecanismos disciplinadores que foram características dos museus até um passado não tão distante. E hoje? Sobre quem falam os museus? E como falam os museus?

A partir da década de 1970, a chamada Nova Museologia concebeu os princípios do museu como ferramentas de reflexão e um dos principais agentes do desenvolvimento integral das comunidades. Também a partir da década de 1970 iniciou uma inversão de perspectiva no pensamento antropológico mediante uma antropologia reversa e a pluralização do conceito de ontologia, buscando-se uma maior simetria na produção do conhecimento e maior valor aos conceitos nativos. Essa radicalização metodológica na disciplina foi, posteriormente, compreendida como as bases de uma virada ontológica. A relação museus e povos indígenas passou a ser revista e surgiram novas possibilidades de curadorias mais dialógicas, colaborativas, compartilhadas ou “nativas” que levassem a sério o que os ditos “outros” falam sobre si mesmos.

Aldear os museus, reflorestar a arte

O aldeamento dos museus parece-me não só necessário como também urgente. Essa ideia vem de um texto publicado pela ministra Sônia Guajajara (2022), no qual ela explica a importância de aldear a política para curar a mãe terra e reflorestar as mentes de seus filhos. Nos museus e na arte, não seria diferente. Por que aldear os museus? Ocupar esses espaços autorizados

de poder é necessário para que uma significativa mudança possa ser feita. Não basta apenas que os museus cuidem sobre como falam dos povos indígenas; é necessário que os povos indígenas estejam nos museus para falar não apenas sobre os seus, mas para ter suas ideias, falas e opiniões sobre os seus outros e sobre os seus mundos, divulgadas pelas novas concepções de museus e suas relações com as artes ameríndias.

Temos visto esse processo de aldeamento dos museus e de reflorescimento da arte especialmente no crescente cenário da arte indígena contemporânea: identidade, reconhecimento e resistência na arte para fortalecer a luta pelos direitos. Esse movimento quebra os paradigmas da arte ocidental reforçando a dimensão ativista e coletiva que se manifesta nas tradições – dinâmicas e transformativas – e na busca de autorrepresentações. Segundo Jaider Esbell (2008), os propósitos da arte indígena contemporânea vão muito além do assimilar e usufruir de estruturas econômicas e midiáticas: a arte indígena contemporânea é um caso específico de empoderamento no campo cosmológico de pensar a humanidade e o meio ambiente.

Devo dizer que meu atuar ecoa para um sentido da arte que puxamos para nós, indígenas, em relação ao grande mundo. Fazemos política de resistência declarada com a arte em contexto contemporâneo aberto. Em contexto fechado, ressignificamos nossas estruturas culturais e sociais com arte e espiritualidade em um mútuo alimentar de energias para compor a grande urgência de sustentar o céu acima de nossas cabeças. (Esbell, 2018).

Durante os últimos anos, planejando e implementando ações no Museu de Etnologia e Arqueologia da UFMT que abrangessem a multiplicidade do seu acervo, temos refletido muito sobre a necessidade de pensarmos sempre novas formas de fazer museus, as tais “novas museologias para o futuro”, que comportem as diferenças, necessariamente pautadas nas políticas indígenas contemporâneas e que favoreçam a retomada dos espaços de memória para além do exotismo, desvinculando sua presença aos

discursos coloniais e estabelecendo uma nova narrativa por meio da arte e do papel de ferramenta de desenvolvimento social dos museus. Pensar a relação entre povos indígenas, museus e artes é, necessariamente, pensar em formas de valorização de seus modos de vida, da importância fundamental dos seus territórios e da compreensão ampla de suas lutas. Para isso, há a necessidade de uma reestruturação conceitual, como apontou Jaider Esbell, no encontro entre o sistema de arte e a arte indígena. A arte indígena é, então, uma armadilha conceitual que apreende aqueles que não compreendem sua potência de criar e manter o mundo.

Enquanto antropólogos, compreendemos que, mesmo retirados de seus contextos originais, os objetos classificados como “artefatos” podem ser considerados objetos de arte uma vez que incorporam ideias e veiculam significados, além de possuírem uma multiplicidade de atravessamentos próprios de uma rede de relações sociais complexas, comunicando um nexo de intencionalidades que serviriam para definir, então, o que seriam obras de arte. Entende-se, dessa forma, que a instrumentalidade (característica do que era considerado como artefato etnográfico) e a arte não são, de qualquer maneira, conceitos exclusivos e tangenciam uma série de outros atravessamentos estéticos, estilísticos e de eficácia. Por essa razão, questiono se a diferenciação entre museus de arte e museus etnográficos ainda pode ser considerada um recurso válido para entendermos tais instituições e suas coleções.

Museus precisam falar sobre suas coisas de formas diferentes, a partir de lugares diferentes, com vozes diferentes. Isabelle Stengers afirma que outras histórias precisam ser contadas: elas nos contam como podemos transformar o mundo pensando juntos, em colaboração, histórias que tem o poder de repovoar o deserto devastado da nossa imaginação e que, fugindo do exotismo e da utopia, nos apontam para uma pluralidade de conhecimentos e práticas “não modernas” que podem nos auxiliar a pensar um mundo possível por meio de outras e (não tão) novas possibilidades: “Precisamos desesperadamente de outras histórias, não dos contos de fadas, em que tudo é possível para os corações puros, [...] mas das histórias

que contam como situações podem ser transformadas quando aqueles que as sofrem conseguem pensá-las juntos” (Stengers, 2015, p. 169).

Conforme apontou Vinciane Despret (2016, 2023), as histórias precisam de espaços criados na capacidade dessas histórias de nos fazer mover, criando sentidos possíveis que tanto nos impulsionem quanto nos confundam. Isso é o que a filósofa chama de matriz narrativa: “uma matriz no sentido em que ela gera histórias, e também no sentido de continente à espera de conteúdo” (Despret, 2016, p. 9). Cada matriz narrativa inscreve certos fatos, junta alguns e oculta outros, afetando não apenas o que se conta, mas também o que se observa a partir da criação do espaço necessário para as histórias que se criam justamente nas bifurcações tomadas para convocar outras narrativas possíveis. Talvez possamos, assim, repovoar o deserto do real nos museus pelo deslocamento das matrizes narrativas, tirando o foco daqueles que conquistaram e venceram para aqueles que, mesmo subjogados, permanecem lutando por seus direitos.

A produção colaborativa de conhecimento tem sido a principal forma de dissolução das assimetrias nos museus, especialmente a partir de curadorias nativas ou das curadorias compartilhadas. As novas propostas curatoriais visam à produção de simetria, inexistente até muito recentemente, dos discursos museológicos por meio do reconhecimento de uma colonialidade própria do passado histórico de tais instituições, que, longe de inviabilizarem suas ações na instância de tempo presente/futuro, servem elas mesmas como mecanismos de construção de novas formas de produção de conhecimento pela formação dos seus acervos, das suas exposições e ações educativas junto ao público visitante. Para além do tripé “pesquisa-preservação-comunicação”, talvez devamos pensar os museus num constante tensionar de fluxos e fragmentações que estabilizam e desestabilizam ligações entre significação e objetos fragmentados pela própria musealização, uma vez que, pensando com Deleuze e Guattari (2020), todo objeto supõe a continuidade de um fluxo, e qualquer fluxo a fragmentação de um objeto.

É recorrente a reativação, nos termos de Isabelle Stengers (2016), do conhecimento tradicional indígena, nas urgências do tempo presente, seja

para repensar as práticas ecológicas nas ruínas do Antropoceno, seja na crítica do capitalismo e do *establishment* do mercado de arte pelos artistas indígenas contemporâneos.⁴ Essa reativação nos aponta para a incapacidade do desenvolvimento capitalista de lidar com os problemas sociais e ecológicos que gera, apontando para o “caráter intrinsecamente ‘insustentável’ desse desenvolvimento” e a necessidade de “tomar conhecimento de nossas obrigações diante do que está acontecendo” (Stengers, 2015, p. 19).

Nessa mesma lógica, podemos pensar sobre a ineficácia dos limites das classificações de museus por sua tipologia de acervo sem considerar os múltiplos agenciamentos daqueles que os constituem, por exemplo, a fragilidade da diferenciação entre museus de arte e museus etnográficos, não é uma radicalização, mas marca a desestabilização e estabelece uma relação um pouco mais simétrica e dialógica considerando seu deslocamento e sua inserção em uma nova dinâmica museal. Essas novas musealidades implicariam, então, a adoção de um novo paradigma estético que tenta abranger as cosmologias que atravessam seus acervos, valorizando sua potência estético-política para além de esquemas preestabelecidos, levando em consideração a alteridade em suas pluralidades.

A partir desse novo paradigma estético, para além de pensar os discursos museológicos como possibilidades de tradução de outras culturas, os museus devem sempre buscar um canal de interpretação das suas narrativas museológicas, conforme a nova definição de museu. O resultado esperado seria, então, a tão desejada multivocalidade ao considerar não apenas as múltiplas vozes que constroem os discursos museais – pesquisadores, curadores, historiadores e os próprios agentes de forma direta ou colaborativa, mas também as múltiplas interpretações que tais discursos

4 A questão da reativação dos conhecimentos tradicionais se tornou evidente no meu campo de pesquisa e foi o objeto da minha tese desenvolvida no Japão, pensando a relação estabelecida entre arte contemporânea, desastre e conhecimentos tradicionais, especialmente a partir de uma ecologia de práticas animistas que buscavam reestabelecer o potencial criativo e criador da natureza para repensar o mundo devastado e as práticas que levaram ao triplo desastre de Fukushima.

podem adquirir pelos visitantes. Essas interpretações não seriam apenas sínteses do conteúdo apresentado, mas possibilidades individuais dentro de uma complexa trama de interpretações possíveis.

Os museus se tornariam, assim, menos edifícios e mais florestas: florestas autopoiéticas, ou seja, sistemas organizados de produção interpretativa (Souza, 2021), onde cada flor é um cesto trançado, uma palavra, uma pluma, uma cor, um sopro quimérico. Um museu-floresta como um complexo de regimes discursivos rizomáticos, com uma diversidade fundante de agentes na produção dos discursos museais que não se estabelecem apenas de forma linear, mas de forma transversal entre pessoas e objetos, visitantes e pesquisadores, silêncios e polifonias. O caminhar por entre as árvores do discurso museal se torna uma ação processual: compreende-se um antes, um durante e um depois marcados pela experiência da relação com esses fluxos interpretativos, por processos de territorialização e desterritorialização que, por meio da inscrição e da interpretação, produzem um sistema de equilíbrio na tensão da sua relação com as cosmologias daqueles que constituem os museus. O caminhar nessa floresta é também uma experiência de captura, já que esses regimes discursivos rizomáticos, como as plantas, compõem um sistema aberto de relação com o mundo. O que vemos nos olha de volta, já afirmara o filósofo e historiador da arte Didi-Huberman (2010). Esse museu-floresta é uma armadilha e sua relação com as comunidades com as quais dialoga ou nas quais estão inseridas é necessariamente de afetação.

Concluindo, considero dever fundante de cada museu tornar visível, pela sensibilidade, a agência e a resistência dos povos indígenas e das demais populações tradicionais frente à destruição iminente dos seus mundos. Nunca acreditei em museus que calam ou fazem calar: é como pedir que a floresta silencie, uma vã tentativa fadada ao fracasso que contraria a própria natureza das coisas. Mas, se nos prontificamos a ouvir nossos acervos, descobrimos a polifonia, vamos compreender que tudo aqui, neste mesmo museu, fala, sussurra, grita ou sangra. E o que essas vozes nos falam dizem tanto sobre como as possibilitamos dizer quanto pela sensibilidade

estética dos que estão receptivos a ouvi-las. Pelas linhas de cada texto, ouvimos histórias de relações afetuosas ou conflitantes. Suas entrelinhas falam de amizades, de brincadeiras, de guerras, violência e de mortes.

Como floresta, constituída pela polifonia, os museus podem concretizar-se como dispositivos de produção de conhecimentos plurais que podem ser acionados pela própria experiência de atravessá-los e de serem atravessados pelas múltiplas agências dos povos que constituem seus acervos, porque delas depende sua própria existência. Assim como não há floresta calada, não há museu que se faça sozinho e não há musealidade possível que não se estabeleça em relação dialógica e horizontalizada com a alteridade.

Referências

BOAS, F. [1928]. *Anthropology and modern life*. Introdução de Ruth Bunzel. ed. rev. New York: Dover Publications, 1987.

CASTRO, A. L. S. de. *O Museu do sagrado ao segredo*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, vol. 1, 2000.

DEVARINE, H. de. “Entrevista com Hugues de Varine-Bohan”. In: CRESPIÁN; J. L.; ROJAS, M. T. R. *Os Museus no Mundo*. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979, p. 8-21.

DESPRET, V. *O que diriam os animais se...* Tradução de Cícero Oliveira. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2016.

DESPRET, V. *Um brinde aos mortos: histórias daqueles que ficam*. Tradução de Hortencia Lencastre. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

DESVALÉES, A. MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

ESBELL, J. Arte indígena contemporânea e o grande mundo. *Select*, 2018. Disponível em: <https://select.art.br/arte-indigena-contemporanea-e-o-grande-mundo/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FRANKOPAN, P. *O coração do mundo*. Uma nova história universal a partir da Rota da Seda, o encontro do oriente com o ocidente. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Editora Planeta, 2019.

GELL, A. *Arte e agência: uma teoria antropológica*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2018.

GUAJAJARA, S. Aldear a política e reflorestar mentes. *Sumaúma: jornalismo do centro do mundo*, 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/aldear-a-politica-e-reflorestar-mentes/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ICOM. Nova definição de museu. *Conselho Internacional de Museus*, 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 20 nov. 2023.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAGROU, E. *Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: ComArte, 2009.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2018.

SCHEINER, T. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2012.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes*. Tradução de Eloisa Araújo. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

SOUZA, R. S. de. *Os museus e os outros: uma etnografia das classificações, alteridades e agenciamentos no Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia*

da UFMT. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

SOUZA, R. S. de. Do devir-museu à autopoiese museal: novos paradigmas discursivos do Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia. *In*: LOURENÇO, S. R.; SILVA, M. A.; LOPES, M. A. (org.). *Dissidências, alteridades, poder e políticas no plural*. Coleção Brasil Plural. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021, p. 200-220.

Sessão VII

**Jornada dos 70 anos da Primeira Reunião
Brasileira de Antropologia (1953–2023):
reflexões a partir da Antropologia na Paraíba,
14 de dezembro de 2024**

Memória da Antropologia na Paraíba: o legado de antropólogas e antropólogos

Maristela Oliveira de Andrade

Introdução

O convite da coordenação do PPGA para me integrar à mesa do evento “Jornada dos 70 anos da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023): Reflexões a partir da antropologia na Paraíba”, promovido pela ABA/PPGA-UFPB ocorrido em dezembro de 2023 na UFPB (João Pessoa), foi para mim uma grande honra e alegria. Pude compartilhar a mesa com duas antropólogas por quem tenho grande admiração, Bela Feldman, consultora atenta e gentil de nosso PPGA, e Andrea Zhouri, atual diretora da ABA (cujos valiosos estudos convergem para minha área de pesquisa), ao lado dos jovens docentes antropólogos: Vanderlan Silva (UFCCG) e Edilma do Nascimento Silva (UNIVASF). Este evento, ao lado dos demais realizados por iniciativa da atual gestão da ABA, coincidiu com o momento de criação da maioria dos novos programas de pós-graduação de antropologia no Brasil no século XXI. Desse modo, esta ação voltada para conhecer este momento da antropologia no Brasil, pareceu um importante passo da ABA de aproximação a esses coletivos de pesquisadores que contribuíram e continuam contribuindo para expandir a antropologia brasileira.

Com a publicação deste livro, a ABA oferece às sócias e aos sócios um panorama do trabalho de um conjunto de antropólogas e antropólogos que precederam este momento e contribuíram para estudar, em décadas passadas, a diversidade desse imenso país por meio das suas pesquisas.

Assumi a tarefa de participar desse exercício de memória da antropologia na Paraíba, por ser a decana do PPGA e por ter desfrutado do convívio de antropólogas e antropólogos que atuaram na Universidade Federal da Paraíba, a partir das últimas décadas do século passado. Vou me reportar aos períodos de 1985 até 1991, no Campus II (Campina Grande) e de 1991 até 2016, no Campus I (João Pessoa), quando me aposentei, embora tenha continuado colaborando de forma voluntária com o PPGA-UFPB até o presente.

Assim, o percurso da memória da antropologia na Paraíba se baseia na minha própria vivência no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, começando com minha chegada à UFPB no Campus Campina Grande, quando me juntei ao grupo de docentes que me antecederam lá, a maioria já não está mais em atividade e alguns já faleceram. Por ter trabalhado por cinco anos em Campina Grande, onde mais tarde foi implantada a sede da Universidade Federal de Campina Grande, tratarei de forma breve esse período em que atuei lá e deixarei para o leitor a apresentação de Vanderlan, que, de forma muito fiel e brilhante, expôs sobre esse segmento da antropologia paraibana.

Sem a intenção de preencher a lacuna da memória da produção antropológica na Paraíba, busquei apresentar um esboço da composição do corpo docente por meio da memória pessoal, auxiliada por um levantamento da sua produção bibliográfica, com a ajuda de consultas à plataforma Lattes. As referências bibliográficas dos docentes mediante títulos de artigos, livros e capítulos de livros revelaram as temáticas mais investigadas pelos docentes, assim como os grupos sociais pesquisados por eles. Esses docentes investiram em novos campos da antropologia com pesquisas pioneiras, e contribuíram para construir um conhecimento sobre a diversidade cultural presente na Paraíba.

A antropologia em Campina Grande (1985-1991)

Em minha chegada a Campina Grande, deparei-me com uma área de antropologia com docentes com excelente formação antropológica, várias

colegas fizeram no Museu Nacional/UFRJ (Josefa Salete, Cristina Marin, Regina Novaes), enquanto outros eram oriundos de formações em instituições de renome como a UnB, Antônio Greco Rodrigues e Gilda de Castro Rodrigues, Giselia Potengy, além de Márcio Caniello que ingressou no mesmo ano que eu no Departamento de Sociologia e Antropologia, assim denominado na época. Diante da formação sólida dos meus colegas, coloquei-me na posição de desfrutar de trocas de programas de disciplinas da área de antropologia da grade curricular do curso de Graduação em Ciências Sociais, de modo que pude aprimorar minhas atividades de ensino de antropologia.

Não poderia deixar de me remeter à professora Ruth Trindade de Almeida, a mais antiga na área de antropologia na época, que foi uma referência importante na arqueologia nordestina e uma pioneira nas pesquisas sobre a arte rupestre na Paraíba, tendo feito levantamento dos sítios rupestres na região do Cariri (Almeida, 1979) e do brejo paraibano. Suas pesquisas, desde o início da década de 1970, causaram espanto na população local, por ser uma mulher pesquisadora que se embrenhava pela caatinga em busca de sítios de pinturas rupestres. Fui moradora da cidade em minha infância e adolescência, e ouvi sobre as excentricidades de D. Ruth e a admiração que despertava pelo seu trabalho. Seu legado foi apreciado pelo colega arqueólogo do PPGA, Carlos Xavier Azevedo Netto, em artigo (2020).

Quero registrar aqui minha dívida para com o colega Antônio Greco, que atuava na área da antropologia médica e era pesquisador de plantas medicinais, gostava de dar aulas de antropologia no Curso de Medicina, e se ofereceu gentilmente para preparar minha carta de apresentação como sócia da ABA no ano de 1987.

O trabalho pioneiro de Salete Cavalcanti sobre a comunidade quilombola do Talhado (Cavalcanti, 1975) foi uma referência de grande importância para a pesquisa de mestrado em sociologia rural da UFCG de José Vandilo dos Santos (1998) que orientei. Em 2022, ele realizou estágio de pós-doutorado no PPGA, sob minha supervisão, em que revisitou o trabalho de Salete ao retornar à comunidade 25 anos depois a fim de analisar

as transformações vividas por ela, após o reconhecimento como território quilombola. Na oportunidade, publicou uma versão revisada da sua dissertação, acrescida de um novo capítulo do cenário atual da comunidade (Santos, 2023). A pesquisa de Vandilo contribuiu para o reconhecimento da parte urbana do território do Talhado, situada em um bairro do município de Santa Luzia-PB.

A vivência junto aos estudantes do Curso de Ciências Sociais foi muito prazerosa e estimulante, já que eram muito bons leitores das obras de referência das ciências sociais e ativos participantes nos debates. Consegui formar um grupo para pesquisar a famosa feira livre de Campina Grande, e pude revisitar recentemente este trabalho por meio da publicação revisada de artigo oriundo dela (Andrade, 2020). Vários estudantes com quem convivi lá são colegas docentes com quem tenho contato até hoje. Uma iniciativa que marcou a trajetória desse curso de graduação foi a iniciativa dos professores Marcio Caniello, muito jovem na época, com o apoio de Josefa Salete Cavalcanti para elaborar o projeto que concorreu ao edital de chamada do Programa de Educação Tutorial (PET) em 1987 (programa institucionalizado neste ano), atualmente denominado Programa de Treinamento Especial. Tive a satisfação de participar de algumas atividades do PET Antropologia na época em que Salete Cavalcanti foi a tutora, como seleções de bolsistas e uma viagem com os bolsistas para Recife para visitas ao PET de Sociologia da UFPE e ao Museu do Homem do Nordeste. Algumas críticas a este programa puderam ser constatadas na prática, uma vez que ele operava de modo a criar uma elite estudantil com futuro assegurado, em detrimento da formação dos demais alunos. Por ter acompanhado o crescimento acadêmico dos bolsistas PET que fizeram disciplinas comigo, eu me deparei com bolsistas com atitude de superioridade perante o restante da classe. Contudo, ao longo do tempo, o PET revelou-se um instrumento valioso e estimulante para o conjunto dos alunos do curso, aumentando a motivação e o interesse pela antropologia. De fato, vários bolsistas PET se tornaram professores da UFCG e de outras universidades; um dos primeiros foi Rogério Humberto Zeferino, de cuja seleção participei, e que mais

tarde se tornaria tutor do PET Antropologia. Um artigo sobre a criação do PET e sua trajetória foi produzido por alguns colegas mais jovens que atuaram como tutores, entre os quais Vanderlan (Lima; Caniello; Silva, 2020), confirmando o legado desse programa para o fortalecimento da antropologia na Paraíba.

Para finalizar, devo registrar a iniciativa de Rita de Cássia Santos e Mércia Rejane Batista na organização do dossiê “Antropologia no Nordeste: invisibilidade e gênero” na *Revista Raízes* (2020), que reuniu vários artigos sobre a produção da antropologia na Paraíba, incluindo um artigo sobre o PET antropologia da UFCG já citado. Vale destacar, ainda, o artigo de Candice Vidal e Souza (2020), oriundo de pesquisa sobre a carreira de antropólogas no Nordeste. Em seguida, eu continuo este percurso de memória para o segmento da antropologia em João Pessoa – o espaço acadêmico no qual atuei nos últimos 35 anos.

A antropologia em João Pessoa-Paraíba (1991-2024)

Ao chegar ao campus I de João Pessoa em 1991, deparei-me com uma área de antropologia mais dispersa e com menos visibilidade, já que não se tinha instituído ainda uma área de antropologia que gerisse a demanda de disciplinas dessa área, nem que tratasse de outros interesses desse coletivo, como a que participei em Campina Grande. Essa situação se devia à oferta muito limitada e pouco variada de disciplinas da área de antropologia no campus de João Pessoa, que se poderia atribuir à ausência de um curso de graduação em Ciências Sociais. Somente anos depois de minha chegada, ele foi criado; porém, levou algum tempo para se consolidar, diferentemente do curso similar de Campina Grande, que encontrei muito bem estruturado.

Passo a apresentar as antropólogas e os antropólogos que já estavam atuando quando cheguei, de modo que utilizo o mesmo critério que adotei no campus de Campina Grande, deixando de abordar aquelas(es) que chegaram depois de mim, e que são responsáveis pelo desenvolvimento de uma antropologia que já se estrutura em um contexto muito mais sólido, com

maior apoio institucional e maior visibilidade na universidade. Deixo esta memória recente da antropologia em João Pessoa, no contexto do PPGA sobre a geração mais jovem de antropólogas e antropólogos para apresentação de Edilma, que foi uma aluna que se destacou por sua trajetória desde sua graduação na UFPB.

Começo por apresentar o antropólogo mais antigo que encontrei no Departamento de Ciências Sociais, que se aposentou primeiro. Frans Moonen (1944-2013), de origem holandesa, faleceu em Recife em 30 de junho de 2013 e deixou um legado para antropologia na Paraíba, sobretudo por meio de suas pesquisas junto ao povo Potiguara na Paraíba, as quais resultaram em alguns livros que se encontram disponíveis na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: línguas e culturas indígenas sul-americanas. Em *Pindorama Conquistada: repensando a questão indígena no Brasil*, Moonen (1983) construiu uma longa narrativa sobre o drama histórico sofrido pelo povo Potiguara do século XVI aos anos 1980, e analisou os problemas contemporâneos desse povo sob a perspectiva das perdas do seu território, e da atuação das instituições como a Funai e os antropólogos. Das pesquisas, ele partiu para apoiar a luta dos Potiguara pela demarcação de suas terras, daí ter construído uma reflexão em torno da perspectiva de uma antropologia da ação, que o levou a publicar o título *Antropologia Aplicada* (1988).

No acompanhamento das lutas dos Potiguara pela demarcação e homologação de suas terras, Moonen se aproximou do Procurador Federal Luciano Maia, cuja colaboração da Procuradoria da República na Paraíba motivou a organização de mais um título sobre os Potiguara, *Etnohistória dos índios Potiguara* (1992), que teve como motivação maior publicar documentos e relatórios considerados importantes instrumentos para a luta dos Potiguara por direitos indígenas. Pudemos encontrar outros livros de Moonen nas publicações da Procuradoria da República na Paraíba. Seus últimos escritos revelam uma decepção pelos estudos acerca dos indígenas, visto que adotou uma veia sarcástica. Em *Ensaio Indigenistas* (1993), Moonen criticou entidades e organizações que assumiam a defesa de povos

indígenas mas que, para isso, recebiam dinheiro estrangeiro, as quais ele chamou de “gigolôs de índio”. Se de um lado, ele reconheceu a necessidade de avanços na política indigenista; do outro, denunciou a falta de ações mais efetivas por parte da Funai para garantir as terras dos Potiguara, que teriam perdido boa parte delas pela atuação deste órgão, que aprovou a liberação das terras Potiguara para ocupação de casas de veraneio e para o plantio de cana de açúcar destinado à produção sucroalcooleira (Moonen, 1980). O plantio de cana-de-açúcar nas terras demarcadas tornou-se um problema que gerou, bem mais tarde, uma ação do Ministério Público contra essa atividade, com multas elevadas, que foi examinada por uma tese que orientei (Costa, 2019). No final de sua trajetória acadêmica na UFPB, Moonen encerrou suas pesquisas com os Potiguara e iniciou pesquisas com os ciganos da Paraíba, como veremos mais adiante.

Devo registrar, ainda, que ele teve um papel importante na criação do curso de bacharelado em Ciências Sociais do campus de João Pessoa, e foi o primeiro coordenador desse curso. Por outro lado, devemos a ele a criação da revista *Cadernos Paraibanos de Antropologia e Sociologia*, que foi o primeiro espaço de divulgação das pesquisas antropológicas da Paraíba, com artigos de colegas como Simone Maldonado, escritos por ele próprio, e meus. Infelizmente, essa revista foi interrompida com a aposentadoria de Moonen após meia dúzia de números por curto período, entre 1986 e os primeiros anos de 1990.

Ele se interessou pelo estudo do povo cigano que vive no sertão da Paraíba, após se perceber a ausência de estudos antropológicos sobre os ciganos Calon do Nordeste, em especial da Paraíba; ao mesmo tempo, constatou a ausência de organização política e de políticas públicas para esse grupo étnico. Suas publicações, *Anticiganismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil* (1994) e *Políticas ciganas no Brasil e na Europa: subsídios para encontros e congressos ciganos no Brasil* (2012), revelam que os estudos sobre os ciganos Calon entram para a memória da antropologia na Paraíba pelas mãos de Moonen. Os estudos ciganos ganharam uma grande renovação com as pesquisas das colegas da UFPB e UFCG, Patrícia

Goldfarb e Mércia Rejane Batista e, mais recentemente, com Edilma Silva (UNIVASF), que atualmente responde pelas políticas para o povo cigano da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Vou fazer breves registros da presença de dois antropólogos, cujos vínculos com a UFPB foram interrompidos para ingressarem em seguida em outras instituições. O primeiro, José Maria Tavares de Andrade, manteve seu vínculo no período de 1979 a 1999, com formação de mestrado na Bélgica, tendo publicado sua dissertação no México (Andrade, 1973) e seu doutorado na França (Universidade Paris III, a mesma da minha formação), em que investiu em pesquisas sobre a religiosidade popular envolvendo a relação entre antropologia e linguística (Andrade, 2013). Na UFPB, inseriu-se na antropologia da saúde ao se dedicar ao estudo das plantas medicinais, articulando-se com pesquisadores da área de Farmácia da UFPB, e publicou vários artigos no Brasil e no exterior (Andrade, 1989, 1993, 1997, 1998). Após a saída da UFPB, ele foi para Universidade de Estrasburgo-França, onde continuou as pesquisas nos dois campos, seja da antropologia da religião e linguística e da antropologia da saúde ou médica. Pude desfrutar da presença desse colega em 2013, quando veio a UFPB divulgar seu livro recém-publicado sobre narrativas de santos de devoção da Zona da Mata e do sertão nordestino (Andrade, 2013); das nossas conversas, surgiu a iniciativa de preparar uma resenha do seu livro (Andrade, 2014).

O segundo foi Theophilos Rifiotis que ingressou na UFPB em 1985 e permaneceu até 1995, tendo em seguida ido para UFSC. Neste período, pudemos conhecer suas pesquisas de mestrado na França sobre os Makonde de Moçambique, e mais tarde sua tese de doutorado na USP sobre esse mesmo povo (Rifiotis, 1994a, 1994b). Esta pesquisa gerou publicações no período em que estive na UFPB (Rifiotis, 1994a, 1994b, 1995), entre as quais destaquei duas, sendo uma na *Política & Trabalho* (revista do PPGS/UFPB). Uma das suas iniciativas que contribuiu para dar visibilidade às pesquisas em antropologia e ao diálogo com outras pesquisas de colegas do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, foi a criação de um espaço de debate de encontros mensais denominados Antropólogos e Afins. Ele teve um papel

crucial ao lado de Mauro Koury, de quem falarei mais tarde, na organização da IV Reunião Brasileira de Antropologia do Norte e Nordeste (ABANNE) em 1987, em João Pessoa, a qual, sem dúvida, teve uma grande repercussão nacional, atraindo um grande número de participantes não só das regiões Norte e Nordeste, mas de todo país. Apesar desse evento ter permitido divulgar as pesquisas antropológicas na Paraíba, a área de antropologia permaneceu minoritária, com alguma participação na pós-graduação, que, na época, se limitava ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais com ênfase nas linhas de política e trabalho. Da parceria entre Theophilus, Mauro Koury e Jacob Carlos Lima surgiu uma publicação organizada por eles que traz o diálogo entre a sociologia e a antropologia (1996).

Em seguida, trago a memória da antropologia sobre a contribuição de duas antropólogas, começando por Simone Carneiro Maldonado, colega e amiga muito querida, que carrega o pioneirismo dos estudos sobre os pescadores marítimos no Nordeste, e constrói um campo de pesquisa definido por ela como antropologia marítima. Fui coautora em um artigo publicado no dossiê já citado da revista *Raízes* sobre o legado de Simone Maldonado para a antropologia da pesca (Andrade; Silva; Miller, 2020), de modo que farei aqui alguns registros do que apresentamos no citado artigo. Suas pesquisas de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB (Dantas, 1979; Maldonado, 1991) revelaram sua sagacidade para desvendar questões acerca dos pescadores pouco exploradas no Brasil e no Nordeste. Sua inserção como pesquisadora mulher no mundo da pesca marítima, caracterizado à época como exclusivamente masculino, fez parte da sua reflexão no fazer etnografia do campo marítimo em terra, já que era vetado às mulheres embarcarem para as jornadas de pesca marítima. Se, no início, ela se interessou pelos hábitos alimentares dos pescadores, investiu mais tarde na dimensão do segredo presente na atividade pesqueira, e de que maneira as novas tecnologias introduzidas afetaram o mundo da pesca. Apesar disso, apenas a tese foi publicada sob o título (Maldonado, 1993), que teve como prefaciador Roque Laraia. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. Resta uma dívida em

relação à publicação de sua dissertação de mestrado que poderia ensejar a renovação dos estudos no âmbito da alimentação de pescadores.



Figura 1. Simone Carneiro Maldonado no seu aniversário de 74 anos.

Fonte: Maura Maldonado, 2019.

Orientou muitos mestrandos e doutorandos no PPGS, que são atualmente colegas da UFPB e de outras universidades, como Luciana Chianca e Ednalva Maciel, tendo começado a expandir seu campo de pesquisa para outras atividades com as transformações nas áreas litorâneas que afetavam a vida dos pescadores. Com o crescimento do turismo litorâneo e o surgimento das áreas de proteção ambiental em espaços litorâneos, em que passaram a vigorar restrições às atividades pelas legislações ambientais, que ela acompanhou em dissertações que orientou, a exemplo das pesquisas pioneiras sobre o turismo nas praias da Pipa/RN e de Jericoacoara/CE. Esta expansão em suas pesquisas foi fortalecida com a realização de estágio pós-doutoral sob a supervisão de Antônio Carlos Diegues no Núcleo de Apoio a Pesquisas com Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras

(NUPAUB), na USP, tendo contribuído em publicações organizadas por este pesquisador (Maldonado, 2000). Ela persistiu na antropologia da pesca depois de 2010, tendo escrito um último texto em que analisou os coletivos pesqueiros marítimos e o uso dos seus instrumentos em territórios do mar (Maldonado, 2011). Suas incursões na dimensão do segredo no mundo da pesca a levou a investir na tradução de textos de Simmel sobre o segredo que foram reunidos e publicadas em livro (Maldonado, 2012). Após a aposentadoria, Simone continuou participando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPB e contribuiu para a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), ao lado de colegas da área de antropologia e liderada por Neide Miele da área de sociologia.



Figura 2. Maria Otília Telles Storni

Fonte: Maria Otília Telles Storni 2018.

A outra colega antropóloga, com quem desfrutei também de uma relação de amizade foi Maria Otília Storni, que ingressou na UFPB em 1980. Sua atuação acadêmica se deu em duas frentes principais, estudos sobre

antropologia, comunicação e consumo (Storni, 2001; Storni, 2015) e estudos indígenas no âmbito dos saberes das plantas e dos processos de cura. Participou de pesquisa financiada pelo CNPq/Fapesq com colegas da área de saúde do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC) da UFPB, que resultou em várias publicações (Aguiar; Storni, 2008; Medeiros; Storni, 2010; Storni, 2011). Ambas as linhas de pesquisas foram se inserindo no campo das religiões, de um lado os estudos do consumo e comunicação abriram espaço para pesquisas sobre as ofertas religiosas como prática de consumo, assim como a inserção da igreja nos espaços midiáticos (Storni, 2010); do outro lado, a pesquisa sobre os saberes indígenas em relação às plantas se articulou com a dimensão da espiritualidade e da relação entre cura e fé. No PPGCR, ela teve uma atuação intensa, com muitos orientandos e muitas publicações conjuntas, podemos citar livros e artigos das duas áreas de pesquisa (Storni; Sena, 2012; Storni; Sousa; Ramos, 2015), resultando em várias publicações em coautoria com orientandos e ex-orientandos (Storni, 2005; Silva; Storni, 2007; Muniz *et al.*, 2010; Storni, Estima 2010; Storni, Nascimento, 2012). Prolongou sua atividade acadêmica ao máximo, demonstrando a se aposentar, mesmo contando com tempo para isso. Ela sempre manifestou sua satisfação com o trabalho acadêmico, e gostava de se cercar de estudantes e de ter muitos orientandos da graduação, além dos muitos de mestrado e doutorado. Ela enfatizou sua satisfação com o trabalho acadêmico, em seus depoimentos à pesquisa de Candice sobre as antropólogas docentes no Nordeste (Souza, 2020).



Figura 3. Mauro Koury na VI REA Salvador ao lado do seu orientando Jesus Marmanillo.

Fonte: Jesus Marmanillo, 2019.

Mauro Koury, em sua longa trajetória de mais de 40 anos na UFPB entre 1979 e 2020, tendo depois da aposentadoria continuado como professor voluntário até 29 de agosto de 2021, quando faleceu em decorrência da Covid-19, deixou uma produção antropológica extensa, que se agrupa em torno de três campos específicos: da antropologia visual, da antropologia e sociologia das emoções, e o da antropologia urbana. Na verdade, Mauro buscou um diálogo entre os dois primeiros campos desde que começou a pesquisar o luto e a fotografia (Koury, 2003). Neste período, ele transitou entre as áreas da sociologia e da antropologia, embora no departamento tenha permanecido por mais tempo vinculado à área de sociologia. Porém, seus vínculos com estudos antropológicos surgem já no final da década de 1980, quando iniciou suas pesquisas pioneiras no campo da antropologia visual, tendo tomado a iniciativa de coordenar o GT antropologia visual na IV Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste – ABANNE, em 1987. Dez anos mais tarde, ele publicou *Imagens & Ciências Sociais* (1998), que abriria um campo para dezenas de publicações sobre o tema da

antropologia visual (Koury 1998; 2003; 2013). Seus estudos enveredaram ainda pelo campo da antropologia urbana com foco nos bairros periféricos de João Pessoa, e a relação com o medo (Koury, 2005, 2011, 2014), em que denota a articulação dos estudos de imagem e da cidade, com os estudos das emoções. A criação dos grupos de pesquisa em Estudos da Imagem (GREI) e mais tarde o Grupo de Estudos em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM), que terminou por serem fundidos, originou um espaço de interação importante com muitos estudantes, assim como de diálogo com pesquisadores do Brasil e de outros países. A criação da revista do GREM, a *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, em 2002, constituiu um espaço importante de divulgação da produção neste campo, em que investiu em muitas traduções que permitiam o acesso e a aproximação de obras importantes do campo das emoções. Após sua morte, colegas escreveram artigos, como Neves (2022) sobre a sua contribuição para os estudos do luto e da morte, e um grupo de ex-orientandos escreveu um livro como homenagem póstuma com reflexões sobre a contribuição de Mauro Koury para o estudo das emoções (Cavalcante *et al.*, 2023).



Figura 4. Maristela Andrade e Roberta Campos (PPGAS/UFPE) em banca de Mirella Braga.

Fonte: Mirella de Almeida Braga, 2016.

Antes de finalizar, vou apresentar brevemente minha própria atuação na antropologia e em áreas afins na Paraíba. Se em Campina Grande havia um ambiente mais propício ao desenvolvimento de pesquisas com maior aderência à antropologia, em João Pessoa integrei inicialmente o mestrado em Ciências Sociais, mas não fui muito longe. Em 1996, passei a integrar o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), onde permaneci até 2022. O formato de pós-graduação em rede do Prodema e sua proposta de formação interdisciplinar marcou muito minha trajetória; assim, eu me inseri no campo das populações tradicionais e das relações com território e áreas protegidas, que atraiu muitos orientandos de mestrado e doutorado que geraram a produção de muitos artigos em coautorias sobre esta temática (Costa; Andrade; Gonçalves, 2022; Ordonez; Andrade; Cruz, 2018; Santos; Martinez-Torres, Andrade, 2022). Paralelamente, integrei-me ao grupo de estudos em religião que deu origem ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, em 2006, e participei da criação e editoração dos primeiros números da revista *Religare*, ligada até hoje ao PPGCR. Permaneci lá até 2010, investindo em estudos sobre movimentos religiosos contemporâneos, com orientações de mestrado. Em seguida, surgiu finalmente a oportunidade de criar o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (aprovado pela Capes em 2011), quando os docentes de antropologia do Campus I (João Pessoa) e do Campus IV (Rio Tinto) começaram a se reunir a fim de juntos construir um espaço institucional mais sólido para o desenvolvimento da antropologia na Paraíba. Pude juntar o interesse pelas populações tradicionais e pelos povos indígenas na Paraíba, frente a processos identitários e conflitos socioambientais e territoriais, publicando artigos em parceria com orientandos do PPGA (Feitosa; Andrade, 2020; Barbosa; Mendonça; Andrade, 2021; Andrade; Martinez-Torres; Soares, 2023). Em 2012, com colegas do Prodema e do PPGA, criamos o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente, atualmente coordenado por Alicia Gonçalves. As pesquisas do Gipcsa e seus parceiros têm sido divulgadas em artigos (Andrade *et al.*, 2015), coletâneas, entre as quais citamos as últimas (Gonçalves; Andrade;

Romero, 2019; Gonçalves *et al.*, 2021). Com este grupo e seus parceiros, pudemos avançar alguns passos nos estudos das relações entre populações tradicionais com áreas protegidas e as pressões dos empreendimentos públicos e privados sobre esses grupos no contexto da Paraíba, com ênfase sobre o povo Potiguara, que continua em luta por suas terras.

Considerações finais

Considerando a perspectiva tomada aqui de realizar um percurso da memória da antropologia na Paraíba a partir de uma experiência pessoal no âmbito das atividades acadêmicas nos campi de Campina Grande e João Pessoa da UFPB, pude apresentar um fragmento da produção desses colegas com a intenção de expressar os campos de estudo escolhidos por eles. Desta aproximação, pude atestar que nossas antropólogas e nossos antropólogos foram responsáveis por iniciarem ou produzirem um interessante avanço nos conhecimentos sobre povos indígenas, pescadores artesanais, quilombolas e ciganos na Paraíba. Alguns se envolveram com as pesquisas sobre os novos fenômenos no campo religioso ou as tradições relativas ao conhecimento das plantas e a medicina popular. Foi dada relevância ao papel pioneiro de alguns que abordaram, de forma inovadora, novos campos de pesquisa, tais como a antropologia marítima, visual, do consumo e das emoções.

Este esforço, embora limitado, demonstra o interesse de celebrar os resultados dessa antropologia que não conseguiu ter a mesma visibilidade que as pesquisas antropológicas mais recentes das antropólogas e dos antropólogos que sucederam os que acabamos de apresentar. As gerações mais jovens levaram adiante, com muita competência, o propósito de continuar expandindo a antropologia na Paraíba; por isso, podemos aguardar novas iniciativas que tragam capítulos mais recentes da memória da antropologia na Paraíba.

Referências

- AGUIAR, F.B.; STORNI, M.O.T. (orgs) *O Saber Potiguara em Plantas medicinais*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.
- ALMEIDA, R. T. de. *A arte rupestre nos Cariris Velhos*. João Pessoa: Universitária; UFPB, 1979.
- ANDRADE, J. M. T. *Approche Anthorologique de Religiosite Populaire Au Bresil*. MEXICO: CIDOC (I.Illiche), 1973.
- ANDRADE, J. M. T. Presupuestos teóricos en las relaciones entre Medicina Tradicional Y Medicina Oficial. In: ANDRADE, J. M. T.; ROERSCH, C. (org.). *La Medicina Tradicional em Sistemas Formales de Salud*. PERU: CMA, 1989. p. 147-176.
- ANDRADE, J. M. T. *Campo religioso & Ecumenismo*. Salvador: CESE, 1992.
- ANDRADE, J. M. T. *Medicina Tradicional 500 años después*. Santo Domingo: IMD/Bùho, 1993.
- ANDRADE, J. M. T. Le corps complexe: Espinhela au Brésil. In: MÉCHIN, C. et al. (org.). *Usages culturels du corps*. V. 1. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 219-242.
- ANDRADE, J. M. T. Sens d'un corps mythique au Brésil. In: MÉCHIN, C. et al. (org.). *Antropologie du sensorial*. V. 1. Paris: l'Harmattan, 1998. p. 61-75.
- ANDRADE, J. M. T. *Mitologia da mata ao sertão*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.
- ANDRADE, M. O. A feira de Campina Grande: tradição e identidade. *Revista Ciências da Sociedade*, v. 4, p. 11-29, 2020.
- ANDRADE, M. O. Mitologia. *Cronos*, v. 15, n. 2, p. 217-220, 2014 (Resenha).
- ANDRADE, M. O.; MACHADO, A. A.; COSTA, I. M.; ESPINOLA, R. S. Território e comunidades étnicas/locais: entre pressões de grandes empreendimentos e o acesso a políticas públicas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 33, p. 149-162, 2015.
- ANDRADE, M. O.; SILVA, R. E.; MILLER, F. de S. Simone Maldonado e seu legado à antropologia da pesca. *Raízes*, v. 40, n. 2, p. 191-203, 2020.

ANDRADE, M. O.; MARTINEZ-TORRES, M. E. M.; SOARES, C. C. M. B. Educação superior indígena no século XXI: aproximações entre México e Brasil. *Áltera Revista de Antropologia*, v. 15, p. 1-34, 2023.

AZEVEDO NETTO, C. X. Andanças pelo Cariri paraibano: a arqueologia pioneira de Ruth Trindade Almeida. *Raízes*, v. 40, n. 2, p. 175-190, 2020.

BARBOSA, G. A.; MENDONÇA, J. M.; ANDRADE, M. O. Memória ribeirinha em fotografias: lugares de lembrança de atingidos por barragem. In: LONGHI, M. R.; TELLA, M. A. P.; GOLDFARB, M. P. L. (org.). *Antropologias, diversidades e urgências: 10 anos de pesquisa no PPGA/UFPB*. V. 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. p. 41-58.

CAVALCANTE, V.; BARBOSA, R.; GUTIERREZ, S.; MARMANILLO, J. *Mauro Koury e estudos sobre emoções*. Mossoró: Ed. UERN, 2023.

CAVALCANTI, J. S. B. *Talhado: um Estudo de Organização Social e Política*. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975.

COSTA, I. M. *A gestão participativa em área de sobreposição de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos Potiguara na Paraíba*. 2019. 215p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2019.

COSTA, I. M.; ANDRADE, M. O.; GONÇALVES, A. F. Conflictos socioambientales en áreas de conservación y tierras indígenas en el Nordeste brasileño: racionalidades confrontadas. *Desacatos*, v. 70, p. 60-75, 2022.

DANTAS, S. C. *Terra liberta: hábitos alimentares em Ponta de Mato*. 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1979.

FEITOSA, R. C.; ANDRADE, M. O. Lei da compostagem e participação social: Etnografando políticas públicas em Florianópolis. *Iluminuras*, v. 21, p. 504-533, 2020.

GONÇALVES, A. F.; ANDRADE, M. O.; TORRES, M. E. M.; VILLAR FILHO, O. C. (org.). *Relações entre universidades e comunidades: o circuito da dádiva e a sustentabilidade dos territórios*. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

GONÇALVES, A. F.; ANDRADE, M. O.; ROMERO, O. H. (org.). *Do desenvolvimento à sustentabilidade: políticas socioambientais e experiências comunitárias*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

KOURY, M. G. P. *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa: Universitária, 1998.

KOURY, M. G. P. Caixões Infantis Expostos: O Problema dos Sentimentos na Leitura de uma Fotografia. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. M. (org.). *Os Desafios da Imagem*. Campinas: Papirus, 1998a. p. 65-74.

KOURY, M. G. P. Relações Imaginárias: A Fotografia e o Real. In: ACHUTTI, L. E. (org.). *Ensaio sobre o Fotográfico*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998b. p. 72-79.

KOURY, M. G. P. A fotografia e o luto. *Cadernos de antropologia e imagem* (UERJ), Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 125-133, 2003.

KOURY, M. G. P. O local enquanto elemento intrínseco da pertença. In: LEITÃO, C. (org.). *Gestão Cultural – significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. p. 75-87.

KOURY, M. G. P. Os Medos Corriqueiros e a Constituição da Sociabilidade na Cidade de João Pessoa. In: KOURY, M. G. P. (org.). *Medos Corriqueiros e Sociabilidade*. João Pessoa: Editora Universitária; Edições do GREM, 2005. p. 7-16.

KOURY, M. G. P. Regras e códigos de conduta moral e ética: um passeio pelo imaginário urbano e pelas vivências, reflexões e comparações sobre a noção de sujo de homens comuns de classe média no Brasil Urbano do século XXI. In: FERREIRA, J.; SCRIBANO, A. (org.) *Corpos em concerto: diferenças, desigualdades, desconformidades/Cuerpos em concierto: diferencias, desigualdades y desconformidades*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 51-80.

KOURY, M. G. P. O objeto fotografia nas ciências sociais no Brasil. In: RIBEIRO, S. (org.). *Fotografia contemporânea: Linguagem e pensamento*. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2013, v. 5. p. 59-72.

KOURY, M. G. P. Medos, redes de solidariedade e sentimento de pertencimento: os moradores falam do seu bairro. In: BARRETO, M. C. R.; CARVALHO,

G. P. (org.). *Memórias do espaço: identidades e subjetividade*. Mossoró, RN: Edições UERN, 2014. p. 249-274.

KOURY, M. G. P. Medo e sofrimento social no Brasil no primeiro ano do golpe militar de 1964. In: DIÓGENES, O. M.; GONÇALVES, D.; MARQUES, P. R. F. O. (org.). *Ainda 1964: história, política e sensibilidades*. Fortaleza: MALCE; INESP, 2014. p. 171-200.

LIMA, E. C. A.; CANIELLO, M.; SILVA, V. A instituição do Pet-Antropologia na UFCG e o fortalecimento da presença feminina na Antropologia no Nordeste brasileiro. *Raízes*, Campina Grande, v. 40, n. 2, p. 175-190, 2020.

MALDONADO, S. C. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática. 1986.

MALDONADO, S. C. Antropologia Marítima: comunicação e cultura. *Cadernos paraibanos de antropologia e sociologia*, v. 4, p. 267-279, 1988.

MALDONADO, S. C. *Em dois meios, em dois mundos: a experiência pesqueira marítima*. 1991. 202p. Tese (Doutorado Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

MALDONADO, S. C. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: AnnaBlume, 1993.

MALDONADO, S. C. No mar: conhecimento e produção. In: DIEGUES, A. C. (org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 95-100.

MALDONADO, S.C. Botes e tripulações de iguais: ideários e instrumentos de trabalho na pesca marítima. In. CORADINNI, L.; MILLER, F.S. (orgs.) *Imagem e meio ambiente: Debates Atuais*. Natal: Edufurn, 2011. p. 203-215.

MALDONADO, S. C. *Georg Simmel: sentido, segredo*. Curitiba: Appris, 2012.

MEDEIROS, A. L.; STORNI, M.O. Tradições e fitoterapia: saberes que integram. In: SÁ, L. D.; FIGUEIREDO, R. P. (org.). *A formação em saúde da família e o programa de interiorização do trabalho em saúde na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010. p. 207-230.

MOONEN, F. *Pindorama Conquistada: repensando a questão indígena no Brasil*. João Pessoa: Editora Alternativa, 1983.

MOONEN, F. *Antropologia Aplicada*. São Paulo: Ática, 1988.

MOONEN, F. Ensaios indigenistas. Procuradoria da República da Paraíba. *Ensaios avulsos*, v. 3, [s. p.], 1993.

MOONEN, F. Anticiganismo os ciganos na Europa e no Brasil. *Cadernos de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 32, [s. p.], 1994.

MOONEN, F. *Políticas ciganas no Brasil e na Europa*: subsídios para encontros e congressos ciganos no Brasil. Recife: [S. n.], 2012.

MOONEN, F.; MAIA, L. M. *Etnohistória dos índios Potiguara*. João Pessoa: Procuradoria da República; Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992.

MUNIZ, C. C.; SÁ, L. D.; DIAS, M. D.; LOPES, A. M. C.; STORNI, M. O. Elementos Associados ao processo de fé e cura. In: NÓBREGA, M. M. L.; SILVA, A. O. (org.). *Saúde & Realidade*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. p. 67-78.

NEVES, E. M. Sobre luto e dor, emoções e pandemia: encontros com o pensamento de Mauro Koury. *CAOS*, v. 1, n. 28, p. 130-141, 2022.

ORDONEZ, L. L.; ANDRADE, M. O. CRUZ, D. D. Ecosystem services and use of Afro-descendant land in the Colombian North Pacific: Transformations in the traditional production system. *Land Use Policy*, v. 73, p. 1-11, 2018.

RIFIOTIS, T. *Aldeias de jovens*: a passagem do mundo do parentesco ao universo da política em sociedades banto-falantes. Abordagem socioantropológica da dinâmica dos grupos etários através da literatura oral. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1994a.

RIFIOTIS, T. A escultura atual dos Makonde de Moçambique como uma visão do mundo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 153-166, 1994b.

RIFIOTIS, T. Grupos etários e conflitos de gerações: bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar. *Política & Trabalho*, n. 11, p. 105-123, 1995.

RIFIOTIS, T.; LIMA J. C. *Cultura e Subjetividade*. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

SANTOS, J. V. *Quilombolas do Talhado*: identidade e fronteiras étnicas no Vale do Sabugi-PB. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

- SANTOS, J. V.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ANDRADE, M. O. Beyond the Nature-Culture Frontier: Sea Urchin Festivals in French and Brazilian Communities. *Journal of Festive Studies*, v. 3, p. 151-176, 2021.
- SANTOS, R. C. M.; BATISTA, M. R. A institucionalização da antropologia no Nordeste: embates entre gênero e região. *Raízes*, v. 40, n. 2, p. 119-122, 2020.
- SILVA, M. S. A.; STORNI, M. O. T. O efeito da espiritualidade no tratamento de saúde da terceira idade. *Religare*, v. 1, p. 67-76, 2007.
- SOUZA, C. V. Carreiras femininas na antropologia desde os anos 1960: reflexões sobre trajetórias de professoras em universidades do Nordeste. *Raízes*, v. 40, n. 2, p. 138-158, 2020.
- STORNI, M. O. T. A linguagem interativa na TV: o programa Você Decide. *Conceitos*, João Pessoa, v. 4, n. 6, p. 83-98, 2001.
- STORNI, M. O. T. O toré, as plantas sagradas e as novas fronteiras da identidade étnica Potiguara. In: CAVALCANTI, C. A.; CAVALCANTI, A. P. (org.). *O que se pode ver nas religiões*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. p. 249-262.
- STORNI, M. O. T. *Cultura e Massificação: reflexões antropológicas*. João Pessoa: Ideia Editora, 2015.
- STORNI, M. O. T.; ESTIMA, L. L. A religião como produto de consumo: reflexões. *CAOS. Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 15, p. 15-28, 2010.
- STORNI, M. O. T.; SENA, J. R. F. Poder carismático feminino e a profecia de um novo mundo: inspirações messiânico-milenaristas na revolta dos Muckers, São Leopoldo/RS. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 8, p. 167-189, 2012.
- STORNI, M. O. T.; SOUSA, A. L. B.; RAMOS, A. M. (org.). *Antropologia e educação: sexualidade na adolescência*. João Pessoa: Ideia Editora, 2015.
- STORNI, M. O. T.; NASCIMENTO, R. H. Z.; PEREIRA, M. (org.). *Esta terra é minha: questões indígenas e de religiosidade*. João Pessoa: Ideia Editora, 2015.

“Horizontens¹” da antropologia na Paraíba²

Vanderlan Silva

Nem sempre é fácil visualizar com clareza as consequências de um acontecimento fundador na história das instituições sociais, até porque as marcas dos passos iniciais dos pioneiros são objetos de narrativas posteriores que procuram (re)compor as trajetórias percorridas pelo grupo ao longo da existência institucional. Assim, o momento fundador ou marco inaugural é tomado como evento singular, a partir do qual se traçam linhas contínuas e descontínuas na trajetória da organização.

Nesse sentido, a “I Primeira Reunião Brasileira de Antropologia”, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 14 de novembro de 1953, pode ser considerada o momento fundador da institucionalização da antropologia brasileira. Conforme indica o *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana*³, o evento inaugural teve

1 Neologismo empregado pelo Psiquiatra e Sociólogo Edmundo Gaudêncio.

2 Este texto foi originalmente apresentado de forma oral por ocasião da Mesa Redonda “Jornada de 70 anos da primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953–2023). Reflexões a partir da Antropologia na Paraíba”, promovida pela Associação Brasileira de Antropologia e pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, realizada em João Pessoa–PB, em 14 de dezembro de 2023. A mesa contou com a presença de Marco Aurélio Paz Tela (Coordenador do PPGA–UFPB), Andreia Zhouri (professora da UFMG e presidente da ABA), Edilma Souza (Ministério da Igualdade Racial), Maristela Andrade (professora do PPGA–UFPB) e Bela Feldman–Bianco (professora da Universidade Estadual de Campinas e ex-presidente da ABA).

3 Disponível em <https://www.jstor.org/stable/40959106>. Acesso: em 15 de mar. 2024.

[...] como objetivo precípua de reunir os especialistas brasileiros, professores e pesquisadores para um amplo e livre debate de todos os aspectos, positivos e negativos, passados e presentes, das atividades de ensino e pesquisa nos campos das ciências antropológicas, bem como para tentativa de elaboração de projetos de atividades futuras.

Conforme é possível constatar no *Boletim*, vinte e duas pessoas são nominalmente citadas como participantes; dessas, três eram mulheres e dezenove homens. A baixa presença de mulheres professoras e pesquisadoras provavelmente era expressão da tímida presença do gênero feminino nas universidades brasileiras de então. Igualmente revelador da concentração de poder, era a filiação institucional às universidades, às fundações, aos institutos ou aos órgãos governamentais situados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dentre as vinte e duas pessoas mencionadas, nada menos do que dezenove trabalhavam nesses dois estados, enquanto três se encontravam vinculadas às universidades do Paraná, da Bahia e de Pernambuco.

Após a criação dos primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* no país, a partir do final da década de 60, a concentração geográfica da Antropologia se manteve inalterada. Como demonstrou Rubim (1997, p. 97), até 1994 nada menos do que 76% das produções antropológicas no Brasil, especialmente dissertações e teses, foram realizadas nos quatro mais antigos programas de pós-graduação do país, dos quais três estão situados no Sudeste, quais sejam: Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e USP e Unicamp, em São Paulo, que se somam ao programa da UnB, na capital federal.

A realização da 1ª RBA foi um marco importante na institucionalização da Antropologia no país, que combinado com outros eventos contribuiu para seu desenvolvimento e para a expansão da disciplina no país.

No caso da Paraíba, que aqui nos interessa particularmente, quase uma década depois do primeiro evento “nacional”, foi que as primeiras marcas da institucionalização das Ciências Sociais começaram a se fazer

presentes, com a criação do Curso de Graduação em Sociologia e Política⁴, no Campus II da Universidade Federal da Paraíba, situado na cidade de Campina Grande. Efetivamente, o curso começou a funcionar em 1964; teve como pioneira a professora Ruth Trindade de Almeida no ensino das disciplinas de Antropologia.

A professora pioneira é carioca e se formou em História e Geografia em 1954 pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1955, ela se casou com o matemático paraibano Átila Almeida; migrou para a região Nordeste quatro anos depois, quando seu marido foi convidado para lecionar na Escola Politécnica, vinculada à Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande. Na nova cidade, Ruth Almeida lecionou Geografia durante quatro anos num dos mais tradicionais colégios da cidade, a Escola Dr. Elpídio de Almeida (Estadual da Prata), de onde saiu em 1964 para ser a primeira professora de Antropologia no curso recém-criado de Sociologia e Política.

Além do pioneirismo no ensino da Antropologia, Ruth Almeida se notabilizou como uma das principais pesquisadoras brasileiras na área da arqueologia. Em 1970, Ruth Almeida fez um curso de Arqueologia em Toulouse, na França. Após seu retorno ao Brasil, ela passou a se dedicar também a esta disciplina, sobretudo realizando pesquisas, nas quais catalogou mais de 100 sítios arqueológicos no estado da Paraíba durante a década de 1970 do século XX. A obra decorrente desse estudo “A Arte Rupestre nos Cariris Velhos” é considerada por muitos pesquisadores um livro de referência⁵.

4 Em 1974, o curso foi reconhecido pelo Decreto nº 74.005, de 02 de maio de 1974, passando a se chamar Ciências Sociais, nome que é mantido até hoje.

5 A respeito dos impactos do trabalho arqueológico de Ruth Almeida, confira: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/a-senhora-entende-que-certos-trabalhos-so-os-homens-fazem-nao/>. Acesso em: 20 de dez. 2023. Confira, igualmente: Azevedo Netto, 2020.



Professora Ruth Almeida, pioneira do ensino de antropologia na Paraíba, em 1966 e 1993.

Fonte: Arquivo da família Almeida. Fotografias fornecidas pela filha Oriana Almeida.

Em 1981, Ruth Almeida voltaria a estudar novamente no exterior; desta vez, nos Estados Unidos, na Universidade do Tennessee, onde cursou Especialização em Arqueologia. Neste mesmo ano, concluiu o mestrado em Antropologia Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco, defendendo a dissertação “Almanaques Populares do Nordeste”, que foi publicada em formato de livro em 2019.

O duplo pioneirismo de Ruth Almeida no ensino de Antropologia e nas pesquisas arqueológicas gerou muitos frutos e produziu marcas indelévels para as futuras gerações no estado da Paraíba, principalmente de antropólogos.

Uma de suas alunas, que depois se tornaria colega, teve papel relevante na propagação e consolidação do ensino e da pesquisa em Antropologia nas décadas vindouras no estado. A antropóloga, hoje reconhecida nacionalmente, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti iniciou o Bacharelado em Ciências Sociais na UFPB, Campus II, em 1967, vindo a concluí-lo em 1971, tendo como orientadora a professora Ruth Almeida. No mesmo ano da conclusão

do Bacharelado, Salete Cavalcanti se submeteu à seleção de mestrado, numa época na qual poucos docentes se preocupavam ou tinham oportunidade de cursar mestrado ou doutorado. Aprovada no mestrado em Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), ela conclui o curso em 1975.

Salete Cavalcanti ingressou como professora na universidade em 1973, ainda durante a realização do mestrado. No ano seguinte à conclusão deste, uma constelação de acontecimentos favoráveis propiciou a rápida expansão das Ciências Sociais no interior da Paraíba, inclusive com a criação de um Programa de Mestrado em Sociologia Rural, no qual os futuros antropólogos iriam se abrigar para desenvolver suas pesquisas e Salete Cavalcanti teve papel relevante neste processo.

Em 1976, o então Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, oriundo de Campina Grande, tal como Salete Cavalcanti, começou a colocar em prática seu projeto de interiorização do ensino superior no estado da Paraíba. Por várias razões, ele enfrentou muita resistência, mas conseguiu levar adiante o projeto. Salete Cavalcanti foi convidada por Lynaldo para chefiar o Departamento de Ciências Sociais e Humanidades e conduzir o processo de criação de uma pós-graduação na área. A respeito desse período, ela afirma:

É preciso destacar um ano importante: 1976, O professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque havia assumido a reitoria da universidade e abriu as portas também para a área de ciências sociais, embora ele mesmo fosse da área tecnológica. Neste período, quando o professor Lynaldo assumiu a direção da universidade, o campus de Campina Grande era composto pelo CCT — o Centro de Ciências e Tecnologia — que abrigava a maioria dos departamentos: Engenharia Elétrica, Civil, Física, Matemática, Computação e outros da área técnica; havia também dois outros departamentos da área de humanas: um, de Economia e Finanças e o de Ciências Sociais e Humanidades, formado, então, por 28 professores, das áreas de História, Sociologia e Antropologia. Nesta última área, havia dois professores: Ruth Trindade de Almeida e eu, que havia chegado recentemente do

curso de mestrado no Museu nacional (era a 28^a docente a entrar na lista do Departamento). Fui convidada no Reitorado do Professor Lynaldo a assumir a tarefa de chefiar o departamento, para mais tarde dar início a um curso de pós-graduação. (Cavalcanti, 2003, p. 126).

Naquele momento, conforme observa Salete Cavalcanti em seu depoimento durante a Mesa Redonda⁶ em comemoração aos vinte e cinco anos do Programa de Pós-graduação em Sociologia em Campina Grande, Ruth Almeida e ela eram as duas únicas professoras de Antropologia. Entretanto, a jovem professora não desejava atuar na administração, mas sim se dedicar ao ensino e à pesquisa. Essa foi a resposta que Salete deu ao Reitor, que, por sua vez, a convenceu de que se fazia necessário “criar condições para produzir ciência” (Cavalcanti, 2003) e essa tarefa lhe cabia. Salete, então, assumiu a chefia do Departamento de Ciências Sociais e Humanidades, na época com 28 professores; mas, ao término de seu mandato, dois anos depois, o departamento já contava com 52 professores.

O crescimento exponencial do número de professores foi facilitado graças ao programa de contratação de professores colaboradores, que atraiu muitos profissionais ao interior da Paraíba.

Novos raios da Antropologia na Paraíba

Para viabilizar a incidência de raios antropológicos na cidade interiorana do nordeste do Brasil, antes se fazia necessário quebrar resistências. A primeira delas foi enfrentada com o que Salete Cavalcanti chama de “flexibilidade ideológica”, pois vários dos possíveis convidados tinham sido fichados

6 Mesa Redonda. Impressões, Memórias e registros dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia em Campina Grande. Raízes, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 125-143, jan./jun. 2003.

no DOPS e em outros órgãos da repressão estatal. Além disso, Lynaldo⁷ Cavalcanti não apenas era um apoiador do regime autoritário como também tinha exercido vários cargos na administração federal, o que fazia dele um homem com bom trânsito em Brasília. Ao mesmo tempo, o Reitor não representou qualquer obstáculo à contratação dos docentes. Ao contrário, como observa a antropóloga campinense, referindo-se à fala de Lynaldo: “[...] tudo bem professora, a contratação desse aqui emperrou, por estar fichado no DOPS, mas a gente resolve. E ele resolvia mesmo!” (Cavalcanti, 2003, p. 127).

A propósito das “facilidades e agilidade” na contratação de professores, a fala da professora Ghislaine Duqué é reveladora.

Imaginem que apenas 5 dias após a defesa de minha tese de doutorado, fui contratada para trabalhar aqui. Quando cheguei ao Rio de Janeiro, já com o título de doutora, Ivan da Costa Sales, um amigo que foi professor aqui me pediu para que lhe desse meu currículo que ele entregaria à Regina, então chefe do Departamento de Ciências Sociais (Duqué, 2003, p. 137).

Havia ainda uma segunda dificuldade: como atrair profissionais de outros estados e regiões para trabalhar numa universidade no interior do país? Foi aí que Salete Cavalcanti deu um passo importante. Ela recorreu aos contatos estabelecidos durante a realização de seu mestrado no Rio de Janeiro e fez vários convites. Muitas pessoas foram contatadas, a exemplo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Florestan Fernandes, Roberto da Matta, Moacir Palmeira, Afrânio Garcia. Embora nenhum deles tenha vindo, indicaram outros contatos. Roque de Barros Laraia foi igualmente contatado e indicou Antônio Greco Rodrigues e Gilda de Castro Rodrigues,

7 A importância política de Lynaldo Cavalcanti pode ser parcialmente mensurada pelos cargos que ocupou na esfera federal. Ele foi Representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho Deliberativo da SUDENE (1974-1978), Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB (1979-1980) e Presidente do CNPq (1980-1985).

que trabalharam na UFPB até suas aposentadorias. Igualmente aceitaram os convites: Regina Novaes, Margot Schulze, Nancy Diane Loy, Gisélia Potengy, Gian Mário Guilinae, Paola Cappeline, Dulce Cantalice, Neide Mièle, Ghislaine Duqué e Charles Belier e Hugo Henrique Ratier. Outro que trabalhou na UFPB anos depois dessa leva inicial foi Gustavo Lins Ribeiro. Em correspondência com o autor deste artigo, ele afirmou: “Eu dei aula no Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPB, como se chamava, durante 3 semestres de 1981 a 1982”⁸.

Sobre como ficou sabendo da possibilidade de trabalhar na Paraíba, Gustavo Ribeiro destacou⁹:

Fiquei sabendo dessa vaga por meio da profa. Lygia Sigaud, do Museu Nacional da UFRJ, Lygia tinha sido minha orientadora de mestrado e ela que me deu a informação. Ela tinha outros conhecidos que trabalhavam em Campina Grande à época.

A chegada desses professores e dessas professoras, assim como de Michel Zaidan, Cristina Marin, César Barreira e Irlly Barreira, foi importante para a sedimentação das Ciências Sociais e particularmente da Antropologia na Paraíba.

O leitor e a leitora podem imaginar que esses foram desbravadores que encontraram uma universidade e cidade desejosas de serem emprenhadas pelos representantes da modernidade. Isso pode ser parcialmente verdade, mas a cidade não era uma terra arrasada na qual os intelectuais encontrariam cenários de ausências. Campina Grande já era, nos idos da década de 1970, uma cidade conhecida nacionalmente, especialmente pelo ciclo do algodão¹⁰, que a fez viver um grande crescimento urbano na pri-

8 Correspondência do dia 15 de dezembro de 2023, através do aplicativo Messenger.

9 Correspondência do dia 26 de março de 2024, através do aplicativo Messenger.

10 A cidade de Campina Grande se tornou uma das principais brasileiras exportadoras de algodão, merecendo a alcunha de Liverpool brasileira.

meira metade do século vinte, incluindo a formação de um parque industrial e uma rede de serviços substancial.

Nessa direção, o depoimento de Regina Novaes é revelador daquilo que ela e outros “forasteiros” encontraram na urbe paraibana.

[...] em que local estávamos? A história de Campina Grande é uma história de cruzamento de estradas, de ser terra de fronteira e lugar de passagem. A formação da cidade foi marcada por encontros da diversidade, pelas interseções econômicas e culturais. Campina viveu momentos de grande expansão econômica do algodão, seguidos de períodos de decadência. Viveu a esperança da industrialização nos anos do desenvolvimentismo e criação da SUDENE. Viveu outros tantos processos de modernização, crescimento de desigualdades sociais como todo o Nordeste. (Novaes, 2003, p. 131).

Carioca, assim como vários professores recém-chegados, Regina Novaes relata sua surpresa com o que encontrou na cidade.

Eu me lembro muito bem do meu próprio espanto com o número de cine clubes que funcionavam em Campina quando aqui chegamos em 1977. Assim, a própria cidade aparecia como um terreno social apropriado para o encontro providencial de pessoas de formações diversas, vindas de diferentes locais do país e do mundo. (Novaes, 2003, p. 131).

E, sem dúvida, isso se refletia na universidade, conforme a antropóloga afirma:

[...] na Universidade Federal da Paraíba, vivemos um clima cosmopolita; havia uma perspectiva de abertura para o universo, para o que realmente significa a palavra “universidade”. Este clima combinava com o clima do país. Afinal, naquele momento, no Brasil havia um movimento nacional pela abertura política, o modelo econômico sendo questionado e os movimentos sociais estavam interferindo na construção do espaço público. (Novaes, 2003, p. 131).

Essa congregação de fatores contribuiu para que as Ciências Sociais, incluindo a Antropologia, começassem a ser lecionadas em um curso de graduação na Paraíba, ou seja, no interior e não pela capital João Pessoa, como comumente ocorreu na maioria dos estados brasileiros. No Campus I (João Pessoa) da UFPB a Graduação em Sociologia somente começaria a funcionar em 1994, trinta anos depois do curso do Campus II. Já o Mestrado em Sociologia na capital paraibana teve início dois anos após o mestrado em Campina Grande. Por sua vez, o Curso de Mestrado em Antropologia na UFPB (João Pessoa) começou a funcionar em 2011.

Mestrado em Sociologia Rural: polo aglutinador de antropólogos

Criado em 1977, o Mestrado em Sociologia Rural da UFPB, Campus II, em Campina Grande, tornou-se rapidamente lugar que atraía muitos antropólogos e sociólogos de vários lugares do Brasil e do exterior, a exemplo da professora belga Ghislaine Duqué, que, cinco dias após defender sua tese na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, foi contratada pela UFPB, onde permaneceu até sua aposentadoria em 2006.

Vale destacar que o mestrado se tornou uma referência nacional em estudos rurais. Salette Cavalcanti (2003, p. 128) afirma:

Nosso programa foi um dos mais bem-sucedidos nacionalmente, porque a maioria das pessoas que saíram voltaram com títulos nessa nossa área, nos prazos normais previstos. O PICS da CAPES, como também o Mestrado em Sociologia da UFPB, campus de Campina Grande, contribuíram para a formação dessas pessoas que aqui se estabeleceram e, depois, para formação de tantos outros.



Fotografia: Prédio histórico do Centro de Humanidades, palco das atividades do Mestrado em Sociologia Rural e da Antropologia na UFPB (Campus II).

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figuras como Salete Cavalcanti e Regina Novaes, outra atriz importante nesse processo, são espécies de “mães” intelectuais que ajudaram a formar grande número de docentes, pesquisadores e pesquisadoras no Mestrado em Sociologia Rural entre as décadas de 1970 e 1980 e que hoje se encontram espalhados por vários estados e instituições do país.

Regina Novaes (2003, p. 133) ressalta as características do lugar que encontraram e do trabalho desenvolvido:

Havia, então, um lugar, socialmente legitimado, para a intervenção de uma Universidade pública. Nosso único mérito foi ocupá-lo. Em resumo, uma singular conjugação de atores e fatores políticos e econômicos se articularam naquela conjuntura em que havia um ambiente propício para conjugar ensino, pesquisa e extensão.

A modéstia da autora ao afirmar “nosso único mérito foi ocupá-lo” parece não abranger a justa dimensão do trabalho desenvolvido pelas artífices no ensino na Graduação em Ciências Sociais e no Mestrado em

Sociologia Rural, que tanto contribuíram para a divulgação, a sedimentação, o ensino e as pesquisas antropológicas no interior da Paraíba e, por conseguinte, para a formação de dezenas de pessoas nesses dois níveis de ensino.

A partir de 2000, o programa de Campina Grande se uniu ao programa de João Pessoa, criando o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Em 2002, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande a partir do desmembramento da UFPB. Entretanto, a junção com a pós-graduação de João Pessoa permaneceu até o ano de 2006, quando foi criado o Programa de Pós-Graduação da UFCG em Ciências Sociais, com mestrado e doutorado.

PET Antropologia. Semióforo¹¹ da antropologia na UFPB e UFCG

A arquitetura de edificação da Antropologia na Paraíba, particularmente em Campina Grande, teve muitos eventos singulares e personagens que contribuíram para o atual cenário de pesquisas e ensino da antropologia na UFCG. O PET Antropologia foi um desses eventos singulares.

Inicialmente chamado de Programa Especial de Treinamento¹², ele foi criado no país em 1979 e tinha como objetivo a melhoria das condições de ensino-aprendizagem nos cursos de graduação mediante a formação de

11 A filósofa define semióforo como: “Um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas é também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém, permitindo segui-lo ou rastreá-lo, donde significar ainda as provas reunidas a favor ou contra alguém [...]. Como algo precursor, fecundo ou carregado de presságios, o semióforo era a comunicação com o invisível, um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com conseqüências presentes e futuras para os homens. Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica (Chauí, 2007, p. 7).

12 Ao longo de sua existência o programa sofreu várias reformas; a última delas foi em 2005. Atualmente PET significa Programa de Educação Tutorial. Apesar disso, o espírito permanece o mesmo.

grupos de alunos. Desde seu nascedouro, os alunos recebem bolsa mensal até o final do curso e são tutorados por um(a) professor(a).

Em Campina Grande, a criação do PET Antropologia ocorreu em 1988 e se deu por iniciativa de dois professores: Márcio Caniello e a professora Salete Cavalcanti. Coube a Márcio Caniello o exercício inicial da tutoria, de julho a dezembro de 1988, quando se afastou para cursar o mestrado na UFRJ. A tutoria passou a ser exercida pela professora Salete Cavalcanti até dezembro de 1991, quando se aposentou da UFPB e passou a responsabilidade para uma de suas pupilas na pós-graduação, Elizabeth Christina de Andrade Lima, sua orientanda no Mestrado em Sociologia Rural e que havia acabado de ser aprovada no concurso para professora da área de Antropologia. A professora Elizabeth Lima voltaria a exercer a tutoria do PET Antropologia em duas outras oportunidades.

A iniciativa do PET Antropologia movimentou a graduação em Ciências Sociais, num período em que bolsas de iniciação científica eram escassas. No caso do PET, diferentemente de outros programas cujas bolsas são mantidas por, no máximo, um ano (a exemplo do PIBIC), ou dois anos, mais recentemente (como é o caso do PIBID), os alunos podem manter a bolsa até o final do curso.

Além disso, a especificidade do PET na área de Antropologia passou a atrair muitos estudantes em detrimento da Sociologia e da Ciência Política, seja pelos interesses na rica programação do programa e/ou porque desejavam ter bolsa que lhes ajudasse na manutenção até o final do curso. Na proporção inversa, o programa passou a ser alvo de ataques de professores e estudantes que viam nele uma especialização precoce no seio da graduação. Tal oposição revelava o incômodo com um programa que atraía e atraía número significativo de estudantes da graduação para seus quadros, inclusive o autor deste texto na década de 1990.

Ao longo dos 36 anos de existência, O PET Antropologia mantém a exclusividade de ser o único Programa de Educação Tutorial dedicado à

Antropologia entre 842¹³ programas PETs distribuídos em 121 IES. Todavia, mais importante do que tal exclusividade, são os impactos que o programa produziu na vida das mais de duas centenas de bolsistas do programa ao longo dessas três décadas e meia.

Como se fossem poucas essas variáveis indicadas, as atividades do PET Antropologia preveem, desde sua formação, o estudo aprofundado de teorias sociais, particularmente da Antropologia, o que gera impactos substanciais no ensino de graduação da UFCG, na medida em que os petianos¹⁴ funcionam como divulgadores dos debates e das análises desenvolvidas no programa juntos aos seus colegas de graduação no dia a dia das aulas e nos eventos acadêmicos. A título de exemplo, podemos perguntar em que outros programas os estudantes de graduação têm a possibilidade de dedicar estudos semestrais às principais escolas do pensamento antropológico? Em qual instituição estudantes de graduação leem e debatem os quatro volumes das Mitológicas de Claude Lévi-Stauss? Onde estudantes de Ciências Sociais podem estudar as principais obras de autores como Michel Foucault, Max Weber, Durkheim e Georg Simmel?

As consequências de tamanha exigência e dedicação podem ser percebidas nas trajetórias da vida de boa parte dos egressos, cujos êxitos em concursos públicos revelam a boa instrumentalização do arcabouço teórico e dos aprendizados de pesquisa desenvolvidos no programa. Para mencionar “apenas” uma dezena de profissionais que passaram pelo PET Antropologia, citemos: Claudia Freire (Professora da UNIVASF), Claudia Jeane (IBAMA), Charlinton Machado (Professor da UFPB), Patrícia Formiga Alves (Professora da Universidade de Pernambuco), Patrícia Goldfarb (Professora da UFPB) Pedro Nascimento (Professor da UFPB), Marciano Monteiro (Professor da UFCG), Matinho de Araújo (Professor da UFC), Melânia Farias (Professora da UEPB) e Rogério Nascimento (Professor da UFCG).

13 <http://portal.mec.gov.br/pet>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

14 Como são chamados e se autorreconhecem os bolsistas do PET.



Turma pioneira do PET Antropologia e outros alunos(as) da graduação em Ciências Sociais da UFPB com a Tutora Salete Cavalcanti (a quarta da esquerda para a direita, de saia). Ano de 1990.

Fonte: Arquivo do PET Antropologia.



Turma atual de bolsistas do PET Antropologia com o Tutor.

Fonte: Arquivo do PET Antropologia.

Essa dezena de exemplos dos lugares profissionais conquistados pelos egressos do PET Antropologia é uma amostra dos impactos que a inserção no programa produziu na vida das mais de duas centenas de estudantes que passaram pelo programa neste período. Vale ressaltar que, dos seis tutores(as) que o programa teve até hoje, dois foram bolsistas, a saber, Rogério Nascimento e o autor deste artigo, que se juntam neste *hall* a Mércia Batista e aos três citados anteriormente.

Eclosão antropológica

Começamos este artigo falando das dificuldades de se identificar e mensurar as consequências das ações de um grupo de pessoas que dá passos iniciais na construção de uma organização. Esse é um processo de construção, de elaboração de narrativas das gerações posteriores, que buscam os rastros produzidos por aqueles que são considerados construtores de um momento fundador.

Este pioneirismo esteve presente entre os membros daquela reunião realizada no Rio de Janeiro entre os dias 8 e 14 de novembro de 1953. Como toda tentativa, aquela também foi uma aposta de homens e mulheres que se propuseram a refletir sobre os problemas da antropologia brasileira e pensar em projetos futuros para o ensino e as pesquisas antropológicas no Brasil. Para isso, eles elegeram cinco temas: 1. Problemas do ensino da antropologia; 2. Possibilidades de pesquisa e de exercício de atividades técnico-profissionais; 3. O indígena; 4. O negro; 5. O branco povoador e imigrantes¹⁵.

Como referido anteriormente, o documento ao qual tivemos acesso nomina a presença de 22 participantes, entre organizadores e coordenadores dos trabalhos. No prefácio ao livro “As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)”, de Mariza Corrêa (2003, p. 8), o então

15 A respeito, ver o “Boletim” com notícias sobre a 1ª RBA, já mencionado. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/40959106>

Presidente da ABA no Biênio 2002-2004, Gustavo Lins Ribeiro afirma que “algumas dezenas de pessoas reuniram-se”. Na fotografia “fotomontagem oficial da reunião”, reproduzida na mesma obra (Corrêa, 2003, p. 16), é possível verificar que o número de participantes não diverge muito daquele que aparece no “Boletim”.

Todavia, mais importante do que o número preciso dos participantes da 1ª RBA, é o que eles(as) fizeram e como afirma Gustavo Lins Ribeiro (2003, p. 8): “AS RBAs firmaram-se como os eventos mais importantes da antropologia brasileira, tanto no sentido científico e acadêmico quanto política e socialmente”.

E prossegue, algumas linhas a frente, discorrendo sobre a importância e a irradiação do evento ocorrido em novembro de 1953:

Certamente o imaginário brasileiro seria menos rico se não houvesse os milhares de artigos acadêmicos e de divulgação, dissertações, teses e livros de antropologia, nem as incontáveis participações de antropólogos em diferentes âmbitos de nossa vida pública. (Ribeiro, 2003, p. 8).

A Associação Brasileira de Antropologia foi gestada durante a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, que deliberou por sua criação, sendo efetivamente criada dois anos depois, durante a realização da 2ª RBA, em Salvador (Brandão, 2006, p. 309). A mesma autora observa ainda que “a 1ª Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia, com parte dedicada à Antropologia, desde o início designada 1ª Reunião Brasileira de Antropologia” (Brandão, 2006, p. 310), o que demonstra a vontade de criar uma instituição capaz de organizar e estimular os trabalhos, as produções e o enfrentamento dos embates da Antropologia brasileira.

Como é habitual nas narrativas de construção da memória dos grupos, a nomeação dos eventos inaugurais tende a ser estabelecida posteriormente, quando o grupo já se consolidou e busca estabelecer um ponto inicial em sua existência. No caso da RBA contudo, já havia a proposta de realização da Reunião do Museu Nacional desde o início da década de 1940,

com o objetivo de realizá-la em 1943, o que fez com que a reunião realizada dez anos depois fosse resultado de um projeto acalentado.

Nesse caso, as circunstâncias fizeram com que homens e mulheres presentes na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia sejam hoje reconhecidos como pioneiros. Como era evidente, elas não tinham garantia de continuidade do evento. Nesse sentido, vale a pena retomarmos as palavras que escrevemos alhures:

Os passos iniciais trazem consigo a incerteza do que pode estar por vir e a angústia que acompanha todo aquele que não sabe ao certo o que encontrará, e que tampouco consegue visualizar o ponto final de uma estrada repleta de aventuras e esperanças, mas igualmente plena de tentativas frustradas, erros, decepções, mudanças de plano e estratégias. (Silva, 2009, p. 13).

Escrevendo sobre a associação gestada no útero da 1ª RBA, Eckert e Godoi (2006, p. 14) enfatizam:

Os primeiros passos foram dados com firmeza em direção a uma instituição séria e coerente com os propósitos que a incitaram a debutar. [...] Os percalços foram muitos, como testemunha a dificuldade de assembléia [sic] durante os anos de uma ditadura ferrenha que aniquilou homens e mulheres em suas expressões e diversidades.

Esse momento fundador foi uma centelha transformada em uma combustão que, ao longo dos últimos setenta anos, tem mobilizado a sociedade brasileira por meio da atuação da Antropologia em várias dimensões da vida nacional.

O poder irradiador das RBAs

Quem poderia imaginar que, às vésperas da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, setenta e um anos depois da realização da 1ª RBA, a Associação Brasileira de Antropologia teria um número de sócios cem vezes superior às

duas dezenas de pessoas que estiveram no evento no Museu Nacional em novembro de 1953? Quem seria capaz de supor que, de maneira sempre ascendente, as RBAs reuniriam professores, pesquisadores, estudantes de doutorado, mestrado e graduação, chegando a superar a cifra de 3 mil participantes em algumas das edições recentes do evento?

O crescimento exponencial do número de participantes veio acompanhado da ampliação dos interesses e da atuação de antropólogos e antropólogas ao longo das últimas décadas. Se na 1ª RBA os grupos temáticos eram cinco, na última RBA (33ª) o número de GTs (como passou a ser organizado a partir de 1986) foi de 78, além de ter 55 Mesas-Redondas (também incluídas na programação a partir de 1996), sem mencionar os Simpósios Especiais e as Rodas de Conversa.

Existem muitas razões que explicam o sucesso alcançado pelo principal evento da Antropologia brasileira ao longo desses 70 anos de existência. E entre essas variáveis, não podemos esquecer que a itinerância do evento por estados e regiões do país ocupa um lugar importante, não apenas no processo de fortalecimento da Associação Brasileira de Antropologia, mas também no fortalecimento da Antropologia em várias Universidades e Institutos do país.

As conquistas alcançadas pela ABA ao longo dessas quase sete décadas são resultadas das inúmeras lutas travadas por nossa associação em várias frentes de combate, ontem e hoje. E não foram poucos(as) aqueles e aquelas que contribuíram para a institucionalização política da Antropologia brasileira.

Dessa forma, neste artigo, rendemos graças aos pioneiros da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia e às pioneiras da Antropologia na Paraíba, UFPB (Campina Grande), às professoras Ruth Almeida e Salete Cavalcanti, pois essa é uma maneira de reconhecer que todos(as) eles(as), seja no Rio de Janeiro ou na Paraíba, assim como em várias outras localidades no país, tornaram-se referências nesse processo.

Olhar esse “horizontem” da Antropologia brasileira é uma maneira de continuarmos a caminhada outrora inaugurada, tal como um motorista

visualiza os caminhos até então percorridos pelo retrovisor, para continuar em frente. Isso faz dos protagonistas, mas também dos inúmeros participantes – muitas vezes invisibilizados e anônimos que, infelizmente, também têm lugar entre nós – construtores de caminhos erguidos por muitos passos, muitas mãos, teorias, pesquisas e reflexões. Por isso, as palavras de Corrêa (2006, p. 35) fazem tanto sentido:

[...] creio que importa saber o quanto as pessoas que são parte de nossa história não são personagens descarnados, mas são pessoas como nós, sujeitas às mesmas pressões de seu tempo, envolvidas nas mesmas teias de amizade-parentesco-dívidas acadêmicas nas quais nós nos envolvemos.

O protagonismo dos iniciantes é fruto da construção dos continuadores do momento fundador, pois esses enxergam nas ações dos primeiros à centelha que tornou possível a existência das RBAs no país e a consolidação da Antropologia, por intermédio da Associação Brasileira de Antropologia, esta que, por sua vez, passou a ocupar lugar de destaque nas ciências humanas brasileiras e nos debates políticos em defesa dos Direitos Humanos de povos e grupos sociais historicamente oprimidos pelo Estado brasileiro e pelas forças capitalistas conservadoras em nosso país.

Portanto, as narrativas sobre esse momento fundador são constantemente recontadas, reatualizadas para reavivar as cores que dão tonalidades ao marco inicial das Reuniões Brasileiras de Antropologia e, por conseguinte, à construção da ABA.

É a história da Antropologia brasileira sendo tecida à luz do presente, a partir das narrativas que reconstroem (e reafirmam) acontecimentos passados, enquanto raízes simbólicas que ladrilham os 70 anos de existência. Para usar um termo caro a Claude Lévi-Strauss, a construção das RBAs e da ABA, ao longo desse mais de meio século, é resultado de um *bricoleur* do qual milhares de homens e mulheres têm participado com o objetivo de fazer a Antropologia uma ciência luminosa, sem nos fazer esquecer das sombras, sobretudo daqueles que são a elas socialmente relegados.

No caso da Paraíba, e mais particularmente na História da Antropologia no Campus II da UFPB, em Campina Grande, as figuras de Ruth Almeida e Salete Cavalcanti merecem destaques como espécies de agricultoras que fincaram as raízes profundamente e espalharam sementes da Antropologia, com a participação de várias pessoas citadas ao longo deste artigo. Elas, assim como tantos outros fundadores(as) de edifícios antropológicos nos mais variados recantos do Brasil, construíram estradas e ergueram pontes que permitiram trocas e misturas de práticas e compreensões dos múltiplos universos culturais que temos no Brasil e no mundo.

A participação de personagens como elas em eventos da ABA, especialmente Salete Cavalcanti, ainda muito ativa¹⁶, traz contribuições, inspirações e estímulos aos estudantes de graduação, de pós-graduação e aos colegas de *métier*, na medida em que a participação nas RBAs e em outros eventos permitem a troca de experiências, o estabelecimento de contatos, de convites para participar de bancas de pós-graduação, de pesquisas em parcerias entre instituições etc.

Tem sido graças à circulação de muitos pesquisadores e pesquisadoras durante as RBAs, realizadas em distintos estados e regiões, que estudantes de graduação e mesmo de pós-graduação têm a oportunidade de conhecer pessoalmente e de conversar com professores que conheciam apenas nos textos estudados nas salas de aula. Por mais banal que isso possa parecer num primeiro momento, é duplamente importante para os estudantes, porque podem dialogar com autores e autoras que antes eram (estavam) apenas no papel, e agora podem estabelecer interlocução direta com eles e elas e trocarem ideias. Isso também empodera os jovens interlocutores, na medida em que “humanizam” pesquisadores e pesquisadoras experientes, até então pouco acessíveis, especialmente para aqueles que se situam em estados mais longínquos dos principais centros urbanos brasileiros.

16 Neste ano de 2024, Salete Cavalcanti foi agraciada com o Título de Pesquisadora Emérita do CNPq.

Também os mais experientes podem se sentir gratificados, na justa medida em que recebem *feedback* de seus leitores espalhados pelo país; por vezes, tendo a oportunidade de ouvir interpretações de suas obras que sequer haviam imaginado ou ainda obter informações sobre populações, cidades e estados de origem e/ou atuação dos interlocutores, tendo acesso às temáticas de pesquisa antropológicas desenvolvidas nesses lugares.

Os efeitos que as participações nas RBAs produzem nos palestrantes, apresentadores de trabalhos e público acadêmico em geral parecem evidentes. As RBAs permitem o encontro de pessoas do Brasil para discutir temas comuns da Antropologia brasileira e internacional, mas também para atualizar agendas de estudos e pesquisas. A itinerância das reuniões estimula a circulação de pessoas e, por conseguinte, a interação entre elas. As RBAs produzem nos participantes a sensação de pertencimento à comunidade antropológica brasileira. E essas afetações se irradiam para o dia a dia nas universidades e nos institutos nos quais os participantes atuam, renovando desejos e interesses por temáticas e abordagens já estabelecidas e pelos novos desafios que se apresentam.

É esse poder de irradiação que faz da Reunião Brasileira de Antropologia uma espécie de semióforo dessa charmosa ciência social. Em cada RBA, nós relembramos e procuramos repetir os passos iniciais dos homens e mulheres presentes no Museu Nacional em novembro de 1953; com isso, continuamos a caminhada iniciada naquele evento e produzimos novas marcas da Antropologia no Brasil.

A construção de narrativas sobre nosso “mito fundador” é uma maneira de tecer fios simbólicos que nos ligam àqueles e àquelas que organizaram e participaram da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. Antes desse evento, a Antropologia já era praticada em Universidades e Institutos no país; mas, a partir da realização desse evento inaugural, vimos surgir nova forma de organização política e científica dos antropólogos e das antropólogas.

Foi na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, em novembro de 1953, que surgiu nova luz, cujo brilho ilumina os caminhos da antropologia brasileira desde então.

Referências

ALMEIDA, R. T. de. *Arte Rupestre nos Cariris Velhos*. João Pessoa: Edufpb, 1979.

ALMEIDA, R. T. de. *Almanaques populares do Nordeste*. Belém: NAEA-UFPA, 2019.

AZEVEDO, C. X. de. Andanças pelo Cariri paraibano: a arqueologia pioneira de Ruth Trindade de Almeida. *Raízes*, Campina Grande, v. 40, n. 2, [s. p.], jul./dez. 2020.

B.B.A.A. *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana*, v. 15/16, n. 1, p. 74-76, 1952-1953 (Pan American Institute of Geography and History).

BRANDÃO, M. de A. As Reuniões Precursoras De 1953 E 1955 e a Fundação da ABA. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Homenagens*. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 309-316.

CAVALCANTI, S. “Quebrando lanças”, para responder aos desafios do tempo! *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 126-129. jan./jun. 2003.

CHAUÍ, M. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora 2da Fundação Perseu Abramo, 2007.

CORRÊA, M. *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília/DF: ABA, 2003.

CORRÊA, M. Homenagem da antropologia da unicamp à ABA: o Projeto história da antropologia no brasil In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Homenagens*. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 31-36.

DUQUÊ, G. A contribuição dos convênios para a pesquisa e a capacitação. *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 136-137, jan./jun. 2003.

ECKERT, C.; GODOI, E. P. de. Apresentação *In*: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 13-20.

LIMA, E. C. de A.; SILVA, V.; CANIELLO, M. de M. A instituição do PET-Antropologia na UFCG e o fortalecimento da presença feminina na antropologia no Nordeste brasileiro. *Raízes*, Campina Grande, v. 40, p. 409-433, 2021.

NOVAES, R. R. Memórias e imagens do Mestrado em Sociologia de Campina Grande: (Elementos de uma versão comprometida). *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 130-135, jan./jun. 2003.

RIBEIRO, G. L. Prefácio. *In*: CORRÊA, M. *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília/DF: ABA, 2003. p. 7-10.

RUBIM, C. de R. Os Programas de Pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 97-128, nov. 1997.

SILVA, V. *Crepúsculo antropológico*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

Sessão VIII

**Os 70 anos de RBAs e as vozes do sul:
lutas e legados, 10 de janeiro de 2024**

70 anos de RBAs e as vozes do sul: lutas e legados

Denise Fagundes Jardim

A listagem completa das reuniões está disponível no portal da ABA, mas nada se compara ao ato de lembrar. Este é um ato fundamental para nos percebermos entrelaçados à Associação e a uma experiência geracional que se abre para ouvir outras gerações, sejam elas as que nos precedem ou as que chegam com seus anseios e com a expectativa sobre novos caminhos da profissionalização. São momentos preciosos para conhecer as intensidades vividas em uma associação, suas lutas e seus legados.

As Reuniões Brasileiras de Antropologia já têm um acúmulo na região sul. Seguindo a ampla circulação das reuniões itinerantes no Brasil, é importante ressaltar que, embora seu início tenha sido no Rio de Janeiro, em Salvador e Recife, a quarta edição foi realizada em Curitiba; com retorno para o sul em outras edições, a exemplo de 1963 quando foi sediada em São Paulo. As reuniões circularam pelo Brasil a primeira vez nas cidades de Curitiba/PR (1959) e São Paulo (1963 e 1971), mas há que se lembrar que, em 1974, ocorreu em Florianópolis/SC. Em 1992, tivemos a presidência da ABA de Silvio Coelho dos Santos da Universidade Federal de Florianópolis (UFSC), e a vice-presidência de Claudia Fonseca, com a realização da RBA em Florianópolis.

No momento em que organizamos uma nova reunião de antropologia voltando ao modo presencial, a oportunidade de ouvir sobre a luta que é organizar uma reunião que retoma o modo presencial, depois de um período de pandemia, temos a oportunidade única de aprendizado e

fortalecimento. Sobretudo, isso consolida a percepção de que é no encontro, no debate e nas controvérsias face a face que a antropologia se renova e fortalece. Cada reunião nos desafia a criar e adotar novos formatos para a interlocução. Foi nessas reuniões que as premiações, e a criação de prêmios e distinções, buscavam tornar atraente a reunião e espelhar a diversidade de seus associados e de suas associadas.

O desafio da organização, em épocas sem empresas contratadas, contava com a energia dos colegas que sediaram a reunião. Hoje, devido à magnitude de número de associados e associadas que participam das reuniões, temos adotado o suporte de organizações profissionais de eventos.

Entretanto, elas seguem sendo um momento de muito cuidado, pois elas nos mostram o valor de comissões locais e do envolvimento decisivo dos associados em produzir as condições para que as reuniões se tornem momentos especiais, memoráveis.

Na fala de nossos convidados e das convidadas, podemos dimensionar a aventura de organizar reuniões e entender que, mesmo o inesperado, é surpreendente. Um dos dados fundamentais diz respeito ao quantitativo de presenças nas reuniões, do aumento considerável de participantes, mesas e grupos de trabalhos a cada reunião ocorrida, bem como a diversificação de ações visando o atendimento da pluralidade desses grandes eventos.

O professor Ruben Oliven lembra de sua primeira reunião de antropologia, quando retornou do doutorado em 1978, uma reunião realizada em Recife. Seu envolvimento, portanto, ocorreu ao longo desses anos como secretário geral na diretoria de Manuela Carneiro da Cunha (1968), o que permite detalhar a importante atuação da ABA durante a Constituinte. Ressalta sobre acordos seminais entre a ABA e o Procurador Geral da República que começara informalmente ali e se consolidou anos depois como um acordo de cooperação vigente até hoje.

Detalha o modo como, em sua gestão como presidente da ABA, houve um movimento visando a uma profissionalização da associação, tanto em termos de aumento da equipe identificada como diretoria, no estatuto, como de sua identificação como associação para seus associados e suas

associadas, com cadastro, carteira de associado(a) e resposta para demandas de modo imediato. Foram promovidos cursos e oficinas itinerantes, que estenderam a atuação da ABA, de modo presencial em diferentes lugares e durante o ano, se mostraram novas práticas muito bem recepcionadas pelos sócios e pelas sócias no Brasil.

A reunião de 2002, sob sua presidência, saiu da sede de trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, para a cidade de Gramado/RS, em 2002, a fim de oferecer aos visitantes um momento de encontro único, que exigiu uma prospecção de uma cidade, dos equipamentos da própria UFRGS nessa outra cidade, e uma equipe que dali se consolidara para receber outros eventos de projeção para a antropologia. Sobretudo, Ruben aponta para a importância que a antropologia alcançou no contexto político daquele momento. No cenário brasileiro, destaca suas manifestações em defesa de direitos constitucionais que foi exemplificada na manifestação em defesa de comunidades quilombolas ameaçadas pela Base de Alcântara, no Maranhão, e que já eram tema de intenso debate entre comissões e associados(as). Discorre sobre esse patrimônio institucional, a consolidação de um modo de administrar a associação, que foi sendo consolidada, bem como sua atuação na interlocução com agentes públicos.

Como uma antropóloga deste “Paralelo 30” e da mesma universidade, não posso deixar de pensar que a Reunião da ABA de 2002 foi um impulso e fortalecimento para outras aventuras no sul do Brasil, como a realização das edições das Reuniões de Antropologia do Mercosul, na criação das quais Ruben Oliven esteve diretamente envolvido, desde a primeira edição em Tramandaí/RS, nos anos de 1994.

Com a presença de Miriam Grossi pudemos retornar às lembranças dos anos 1970, nos desafios de realizar reuniões na UFSC durante a ditadura, ou mais recentemente, com o confisco de poupanças em 1990 no início do governo Collor, ano que contou com a participação de Claudia Fonseca na vice-presidência da ABA.

Miriam Grossi nos oferece uma percepção sobre a constituição da antropologia na UFSC e seu lugar nos anos 1960, lembrando o professor

catedrático Osvaldo Rodrigues Cabral, médico, autodidata e que concretiza, nos anos 1960, um museu da UFSC. Atuando sob inspiração boasiana fundou uma antropologia constituída de quatro campos (antropologia biológica, arqueologia, antropologia cultural e linguística). Nos anos 1970, sob Ditadura Militar e com o exílio de muitos antropólogos, a exemplo de Darcy Ribeiro, a reunião ocorreu em 1974, na UFSC; já naquele momento tinha Silvio Coelho dos Santos como parte da organização.

A professora Miriam nos mostra que as presidências de reuniões de antropologia abrem novas possibilidades. Sob sua presidência, a 25ª Reunião de Antropologia Brasileira foi realizada na cidade de Goiânia em 2006, o que oportunizou uma interiorização da reunião, mas sobretudo significou a ampliação do circuito acadêmico que pudesse alavancar novas articulações entre antropologia e arqueologia em uma área de patrimônio cultural. Uma articulação entre duas instituições locais que deixam de ser somente concorrentes e abraçam a realização de uma reunião capaz de produzir uma valorização da relação entre os movimentos sociais e os circuitos acadêmicos. Uma reunião com mais de 1.500 pessoas que puderam ser recebidas em um momento especial de nosso país, que apontava para convênios com políticas públicas e teve a presença de ministros de governo na abertura da RBA. Estava a pleno vapor a articulação entre órgãos de Estado, movimentos sociais e campo acadêmico em torno do aprimoramento de políticas públicas.

A 25ª Reunião instaura os eventos pré e pós-reunião, que já é uma realidade nas agendas das demais RBAs. Um dos legados importantes é que, após a RBA em Goiânia, foi criado o Curso de Pós-Graduação em Antropologia em 2008 (UFG).

Podemos, uma vez mais, apontar que as reuniões Brasileiras de Antropologia fortalecem as antropologias por onde passam, mesmo quando coincidimos com uma Copa do Mundo, a exemplo de Goiânia, gerando o que Miriam Grossi chamou de nosso momento único de *communitas*.

Através da presença de Carmem Rial lembramos os três eixos que foram sendo cuidados pela diretoria em sua gestão (2010-2012), qual seja,

comunicação, internacionalização e interiorização. Entre tantos eixos de atuação, o crescente reconhecimento internacional da ABA e a circulação de pesquisadores brasileiros em eventos internacionais vinha sendo percebido e fortalecido nas políticas da ABA. As linhas editoriais vêm se expandindo. Recordo que, se temos a revista *Vibrant* desde 2004, ela ingressara no portal Scielo em 2011 e, em 2017, ganhou novo impulso na disseminação de dossiês temáticos.

Carmem Rial refere que ademais de seguir o acúmulo de ações já inauguradas nas RBAs anteriores, a 29ª Reunião em Natal/RN, em 2014, foi a maior RBA de todos os tempos, assim também lembrado recentemente por Antônio Carlos Souza Lima. Com inovações pontuais valorizando as formas de interlocução das reuniões, a 29ª Reunião reuniu grupos de comunicações coordenadas, conferências na forma de duetos e conferência de antropólogos indígenas, pela primeira vez. Composta com 33 mesas redondas e 33 grupos de trabalho expressaram a magnitude que a reunião alcançava. Realizando pré-eventos no Museu sobre indígenas do Nordeste, com a exposição e a presença de indígenas e pré-evento sobre laudos periciais. Com 3.800 inscritos, a RBA se mostra um evento de longo alcance, não só pela frequência mas pelas procedências tendo muitos visitantes estrangeiros, argentinos, espanhóis, portugueses. A logística para o encontro exigiu o financiamento de 505 pessoas para um encontro presencial, com uma série de financiamentos que foram alcançados para o evento.

Foi nesta edição que criamos um prêmio para dissertações de mestrado, algo que até então não existia, e com um nome sugerido por Marisa Corrêa, o de uma pesquisadora brasileira: Heloísa Alberto Torres.

Foi lembrada essa grande aventura de produção de uma reunião em 2014, em sintonia com as questões pungentes do momento. Naquele cenário, seguiam-se os debates sobre a Usina de Belo Monte, o entendimento de como tratar de novas formas de exercício profissional da antropologia na Associação e a atualização do código de ética, em especial, relacionada a um fórum específico e governamental para tal finalidade ser debatida no âmbito governamental.

As conexões exigidas para a realização de uma reunião, seja com os debates públicos, seja com suas urgências revelam a energia despendida e as lutas que travamos para manter as reuniões. O que nos leva ao mais recente organizador que localizamos para participar desse evento remoto na TVABA sobre as vozes do sul.

A voz de João Rickli (UFPR) compõe essa lembrança, como membro da diretoria sul da gestão da ABA, sob a presidência de Patrícia Birman, entre os anos de 2021 e 2022. João Rickli presidiu a organização da 33ª RBA, em sua segunda edição no modo remoto, ainda vivendo os cuidados exigidos na pandemia de Covid-19. Se em 2020 a 32ª RBA foi transposta para o modo remoto de forma urgente, o planejamento da 33ª RBA, que seria em Curitiba em um momento pós-pandêmico, colocou na balança qual o potencial de gerenciar a expectativa de reencontro considerando as tarifas aéreas altas para mover associados para o sul do país, o perigo de um fechamento com novas ondas de Covid-19 que poderiam impor a transposição emergencial da reunião para o modo remoto.

Considerando tais aspectos, a RBA de 2022 buscou combinar eventos locais, centrados no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFPR), em Paranaguá/PR, cidade a 100 quilômetros de Curitiba, com povos indígenas, do litoral e de movimentos negros da capoeira para uma vivência local para aqueles que fossem entrar em contato com o Paraná e nossos interlocutores de pesquisa, a fim de mostrar o Museu em uma sede muito bonita criada, nos anos 1960, pelo professor Loureiro Fernandes, que participou da diretoria da ABA em 1958.

A diretoria da ABA veio para o Paraná para viver presencialmente a RBA, para se encontrar como diretoria pela primeira vez, depois de um trabalho inteiramente remoto durante a pandemia. Entre tantos parceiros de gestão, destaco a ação de Carly Machado na comunicação, visto que deixou para a ABA o legado da constituição de um comitê de comunicação e uma metodologia de trabalho nas redes sociais. Hoje as redes sociais alcançam 18 mil seguidores apenas no Instagram, estabelecendo uma comunicação ágil e mais abrangente, em comparação a outras associações científicas no

Brasil e mundialmente se destacando nesse impulso de divulgação da ciência. A busca de financiamentos para a RBA reflete o empenho desta gestão em reunir aportes e possibilitar um conjunto de isenções na RBA bastante abrangente.

Rickli recorda e avalia que o ônus de um encontro remoto, sem a possibilidade de estar “apenas na reunião”, significa todos nós acumularmos muitas tarefas cotidianas. Isso fez com que essa fosse uma RBA de muita intensidade para os participantes. Houve momentos de aprendizado muito importantes, mediante “diálogos difíceis, mas muito bem realizados” com os comitês da ABA constituídos como inscrições que atualizam a própria antropologia na abordagem e em questões raciais e indígenas pelos indígenas e “antropólogos negrxs” nas intensidades da associação e no desenho institucional da associação.

Ao final, os expositores foram provocados a fazer um “balanço” sobre a própria antropologia e o que as reuniões significariam na história da antropologia. Entre saltos da memória, as intensidades das reuniões vividas apontam para várias dimensões.

As reuniões permitem, como refere Carmem Rial, uma formação de uma identidade profissional. Refraseando sua percepção, entendo que nós circulamos pelo Brasil e essa é também uma forma de reconhecer a pluralidade que precisamos reconhecer.

“Dar, receber e retribuir”, as reuniões são visitas, receber e visitar, fazer parte do *potlatch*, uma demonstração do gosto por “fazer melhor”, como refere Miriam Grossi. Para ela, é entrar no “circuito de dádivas”. Um momento intergeracional, mas uma viagem de colegas de um mesmo lugar para o qual voltam transformados e receptivos aos seus próprios colegas, fazendo das reuniões um forte elo afetivo entre colegas.

João Rickli sintetiza que, ainda que o virtual carregue um tanto de frustração, pelo virtual ser tão diferente do que estávamos acostumados, ele deixou muitos aprendizados. Na UFPR, entre os legados, João Rickli aponta para o reconhecimento do grupo de colegas que, no Paraná, puderam olhar para sua própria inscrição na história da antropologia.

Como ressalta Ruben Oliven, e João Rickli exemplifica, é sempre possível que uma primeira RBA seja marcante na memória como “uma primeira vez”, mas não é estranho que, anos depois, aquela inocente primeira vez se transforme em um compromisso maior em participar da ABA como membro de organização, de uma de nossas desejadas reuniões. Ruben Oliven reitera o encontro intergeracional como parte fundamental das Reuniões Brasileiras de Antropologia.

Mas, até onde a memória alcança? Não deixe de visitar o link da cronologia das RBAs na página da ABA. Nas mensagens deixadas nesta live na TVABA, a assistência foi provocada a manifestar sobre onde foi sua primeira RBA. Os participantes on-line deixaram pistas sobre sua memória e assim “ativam” as nossas. Com esses registros, aqui apontamos para uma abertura não apenas para um memorialismo, mas para o valor dos novos encontros e dos afetos que compõem nossa profissionalização.

Que sejam bem-vindas outras reuniões, outros tempos e lugares para fazermos novas memórias!

Presidindo a Associação Brasileira de Antropologia de 2000 a 2002 e organizando a 23^a Reunião Brasileira de Antropologia

Ruben George Oliven

Tenho frequentado as Reuniões Brasileiras de Antropologia desde 1978, quando a 11^a foi realizada em Recife, ocasião em que me associei à ABA. Depois de um longo período em que a Associação teve dificuldade de se reunir devido ao clima político autoritário pelo qual o Brasil passava, esta foi uma reunião pujante realizada durante a incipiente “abertura política” que se ensaiava. Comparada com o número de pessoas que participam das atuais reuniões da ABA, seu número era pequeno, mas expressivo dadas as circunstâncias.

Em 1980, fui eleito para o Conselho Científico da ABA. Desde então, sempre estive envolvido com a direção de nossa Associação. De 1986 a 1988, fui secretário-geral da gestão de Manuela Carneiro da Cunha. De 1998 a 2000, fui vice-presidente da gestão de Yonne de Freitas Leite.

Em 2000, fui eleito presidente da ABA. Ao assumir, eu sabia que estava recebendo para presidir uma das mais antigas e respeitadas associações científicas e profissionais do Brasil, criada em 1955. A associação passava por um momento crítico em que se fazia necessário que ela tivesse uma administração mais dinâmica, com maiores recursos e com tecnologia moderna para se comunicar com seus associados. O número de sócios havia aumentado e a estrutura organizacional e financeira não conseguia acompanhar esse crescimento.

Meus companheiros de diretoria eram: vice-presidente: Guita Grin Debert; secretária-geral: Maria Eunice Maciel; secretária-adjunta: Ceres Victora; tesoureiro-geral: Ari Pedro Oro; tesoureira-adjunta: Ilka Boaventura Leite; diretores: Eneida Corrêa de Assis, Carlos Caroso, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, e Roberto Kant de Lima. Pela primeira vez, a diretoria eleita tinha o presidente, a secretária-geral, a secretaria-adjunta e o tesoureiro-geral estavam em uma só cidade, Porto Alegre, o que tornava a administração da ABA mais ágil.

A atualização administrativa da Associação, para nós, era apenas um meio de alcançar nossos objetivos científicos e profissionais. Meus colegas de diretoria e eu desenvolvemos um planejamento que incluía uma série de atividades em diferentes regiões e cidades do Brasil.



Reunião do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Antropologia durante a 24ª Reunião Anual da ANPOCS no Hotel Quitandinha. Petrópolis, RJ, 25 outubro 2000.

No plano administrativo, organizamos um cadastro computadorizado de todos os associados e criamos um sistema de comunicação via e-mail em que podíamos dar notícias sobre as atividades da ABA. Trocamos o *Boletim*

da ABA, que até então era impresso e que chegava aos sócios já desatualizado, por um *Informativo Eletrônico*, utilizado como instrumento ágil de circulação de informações e comunicação com os associados. Do mesmo modo, reformulamos o site da Associação e criamos um domínio eletrônico próprio (abant.org.br), que é utilizado até hoje. Organizamos uma secretaria capaz de atender de forma rápida as demandas diárias que chegavam à Associação e que pode ser transferida sem solução de continuidade para as próximas gestões. Estabelecemos uma política de procurar responder a todas as demandas dos associados. Adquirimos equipamentos para a secretaria, como computadores, impressoras, datashow etc. Atualizamos o *Cadastro de Sócios da ABA* com o endereço de todos os associados sob forma de Base de Dados. Igualmente, atualizamos as áreas de atuação e de pesquisa dos associados sob forma de Banco de Dados.



Assinatura de Convênio entre a ABA e a Procuradoria Geral da República durante o IV Encontro Nacional sobre a atuação do Ministério Público Federal na defesa das comunidades indígenas. Ruben George Oliven, presidente da ABA e Geraldo Brindeiro, Procurador Geral da República. Florianópolis-SC, 24 de abril 2001.

Organizamos uma Tesouraria que pudesse ser transferida sem solução de continuidade para as futuras gestões. Colocamos em dia a situação financeira de todos os sócios e criamos o Cartão de Sócio da Associação Brasileira de Antropologia, enviado anualmente a todos os associados em dia com a tesouraria. O pagamento passou a ser feito por cheque, depósito em conta, ordem bancária ou cartão de crédito. Com essas medidas conseguimos mais dinheiro para poder fazer a Associação funcionar. Como tínhamos planos de realizar uma série de eventos, buscamos recursos junto a agências de financiamento, tais como a CAPES, o CNPq, a FINEP e a Fundação Ford. Assim, a ABA, que, até então, era considerada uma associação pobre passou a ter fundos para realizar uma série de novas atividades.

Nossa gestão escolheu “Antropologia e Ética” como tema central do biênio 2000–2002. Esta questão sempre esteve presente entre as preocupações de nossos associados e necessitava ser aprofundada. Desde o começo de sua existência, a Associação Brasileira de Antropologia esteve sempre presente na defesa da Ética e dos Direitos Humanos, inclusive nos períodos mais sombrios de nossa história política. Podemos nos orgulhar de pertencer a uma associação que nunca se curvou diante do arbítrio e que soube se fazer ouvir sempre que achou importante se manifestar.

Sabíamos que o tema da Antropologia e da Ética era uma preocupação central de nossos colegas e necessitava urgentemente ser discutido. Novas questões vinham sendo apresentadas aos antropólogos. Havia uma grande diversificação na atividade profissional de nossos associados. Antigamente, a maioria deles estava em universidades e museus públicos; mas, já naquela época, havia antropólogos trabalhando em universidades privadas, centros de pesquisa, organizações não governamentais, Procuradoria Geral da República, FUNAI, empresas particulares etc. Isto gerou novos desafios e a necessidade de pensar e repensar nossos compromissos com aqueles que pesquisamos e interagimos.

A ABA já possuía um Código de Ética e uma Comissão de Ética. Sabíamos que agir eticamente não é apenas criar modelos burocráticos, muitas vezes vindos de fora ou de outras ciências que fazem pesquisas *em*

seres humanos. A Antropologia faz pesquisa *com* seres humanos, o que envolve questões complexas e faz com que a ética seja uma questão fundamentalmente reflexiva e relacional, ou seja, precisa estar permanentemente na pauta de nossas discussões. Isso ficou muito evidente nas Oficinas de Trabalho sobre Ética que fizemos em diferentes regiões do Brasil. Esses eventos ajudaram a enraizar e institucionalizar, em nossa Associação, a temática da ética na atividade de pesquisa antropológica.

A preocupação com a ética tornou imperiosa a necessidade de pensar e repensar nossos compromissos com aqueles que pesquisamos e com quem interagimos. Realizamos *Oficinas de Trabalho*, de forma descentralizada e delegando sua organização a grupos de associados em dez unidades federativas de diferentes regiões do Brasil, de modo a atingir o maior número possível de pessoas.

Além das Oficinas de Trabalho, apoiamos cursos, seminários e simpósios sobre temas como Direitos Humanos, Laudos Antropológicos, Formação do Antropólogos e Ensino de Antropologia, Antropologia Extramuros, Programas de Pós-graduação em Antropologia, Sociedades Indígenas, Territórios Negros, Diversidade Cultural no Brasil, Memória, Cidade e Patrimônio, Análise Qualitativa Informacional, Ética na Pesquisa em Seres Humanos, CNPq e a Ciência no Brasil. Participamos da Reunião de Antropologia do Mercosul e da Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste do Brasil.

Foram celebrados vários acordos. Em 2000, firmamos um convênio com a Fundação Ford com o intuito de promover o debate sobre *Antropologia e Ética*. Este convênio permitiu a realização da Oficinas de Trabalho sobre *Ética na Pesquisa Antropológica*. Com a Fundação Ford foi celebrado outro convênio, em 2001, este sobre *Direitos Humanos e Cidadania*, assegurando recursos para apoio institucional, realização de cursos, simpósios, vídeos, premiação e publicação de trabalhos que contemplassem a temática dos direitos humanos.

Desde a década de 1980, a ABA vinha colaborando com a Procuradoria Geral da República em questões que envolvem direitos e interesses de

populações indígenas, quilombolas, grupos étnicos e minorias. Em 2001, foi assinado um convênio com a Procuradoria Geral da República com o objetivo de colaborar mediante a realização de laudos antropológicos periciais que permitissem subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos do Ministério Público Federal, em questões que envolvem direitos e interesses de populações indígenas, quilombolas, grupos étnicos e minorias. Esse convênio possibilitou a indicação de sócios da ABA para realizarem perícias e elaborarem laudos antropológicos e relatórios de terras indígenas, por solicitação da Procuradoria Geral da República. Em especial, isso significou a indicação de associados da ABA para realizar perícias antropológicas que permitiram a identificação das comunidades remanescentes de quilombos e suas respectivas localizações nas proximidades da área do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara no Maranhão.

Todas essas atividades resultaram em diferentes formas de divulgação. Publicamos dois livros sobre direitos humanos (*Antropologia e Direitos Humanos*, organizado por Regina Novaes e Roberto Kant de Lima, e *Direitos Humanos: temas e perspectivas*, organizado por Regina Novaes) e um livro sobre quilombos (*Quilombos, Identidade Étnica e Territorialidade*, organizado por Eliane O'Dwyer). Produzimos o vídeo “Muita terra para pouco índio?”, que circulou em diferentes instâncias em que se discutia a questão dos territórios indígenas. A Oficina sobre Laudos Antropológicos produziu a *Carta de Ponta das Canas*, redigida em conjunto com o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER) da UFSC, que é até hoje uma referência para esta temática.

A ABA lançou a 2ª Edição do *Prêmio Antropologia e Direitos Humanos* e a 4ª edição do *Concurso Pierre Verger de Vídeo Etnográfico*. Foi criada uma nova modalidade de Vídeo Etnográfico, cujo concurso passou a ter a categoria de *Ensaio Fotográfico de Cunho Antropológico*. Criamos um Grupo de Trabalho sobre *Antropologia Visual* e um outro grupo sobre *Laudos Antropológicos*.

Em nível internacional, interagimos intensamente com a American Anthropological Association sobre as questões envolvidas na pesquisa

antropológica com os Yanomami, o que envolveu uma nota oficial da ABA lida na 99ª Reunião Anual da AAA em novembro de 1999 e uma intervenção da Presidência da ABA no 100ª Reunião Anual da AAA.

Em resumo, no biênio 2000-2002 ocorreram 26 eventos científicos realizados ou apoiados pela ABA em dez diferentes unidades federativas do Brasil, a publicação de três livros, a realização de um vídeo, a continuidade dos dois prêmios da ABA, a criação de dois grupos de trabalho, a assinatura de um convênio com a Procuradoria Geral da República, a assinatura de dois novos convênios com a Fundação Ford, a participação em várias reuniões de trabalho e eventos e colegiados, a indicação de peritos para elaborarem laudos periciais e relatórios envolvendo terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, o início de uma parceria com a American Anthropological Association. Todas essas realizações foram fruto do engajamento da comunidade antropológica brasileira. Em nenhum momento, tivemos dificuldade de localizar sócios especializados em determinado assunto. Nunca houve uma situação em que algum associado se negasse a colaborar quando chamado. Isso mostra como nossa comunidade é diversificada, dinâmica e disponível.

De 16 a 19 de junho de 2002, ocorreu a 23ª Reunião Brasileira de Antropologia. Decidimos realizá-la no Rio Grande do Sul, já que o núcleo da diretoria se encontrava nesse estado. Inicialmente, pensamos em situá-la na Universidade Federal do Rio Grande Sul, mas como o período iria coincidir com o semestre letivo, decidimos realizá-la em Gramado. A Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAUFRGS) possui um centro de eventos nessa cidade, o qual conseguiu abrigar conferências, simpósios, fóruns de pesquisa e grupos de trabalhos. Para as atividades de Antropologia Visual, utilizamos o Teatro do Centro Municipal de Cultura da Prefeitura da cidade, que abrigou bem as exposições e mostras de vídeos e documentários, e as mostras de vídeos e fotos do Prêmio Pierre Verger.



23ª Reunião Brasileira de Antropologia. Mesa de Abertura.

A Conferência de Abertura da 23ª Reunião Brasileira de Antropologia foi pronunciada por Adam Kuper, professor da Brunel University na Inglaterra, e teve como título “O Retorno do Nativo”. Tivemos também a participação de vários antropólogos estrangeiros, entre eles, os professores: Claudio Lomnitz, da Universidade de Chicago, que falou sobre “Aspiraciones Inconfesables: sacrificio e historicidad en los tiempos de crisis”; Thomas Csordas, da Case Western Reserve University, cuja conferência se intitulou “Healing and the Human Condition: Scenes from the Present Moment in Navajoland”; e Janis J. Jenkins, da Case Western Reserve University, falando sobre “Schizofrenia and Culture: a Paradigm Case for Understanding Fundamental Human Processes”. Houve também uma significativa participação de antropólogos de países latino-americanos.

A 23ª Reunião Brasileira de Antropologia atestou a vitalidade de nossa Associação. Durante três dias foram desenvolvidos 12 simpósios, 31 fóruns de pesquisa, 3 conferências, 2 cursos, 19 sessões de comunicações coordenadas, 2 oficinas de trabalho, exibição de vídeos e fotos, mostra de fotografias, entrega do Prêmio Pierre Verger de Vídeo e Fotografia, entrega do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos (ABA/Ford). Estavam presentes antropólogos de todo o Brasil e de vários outros países (México, Estados Unidos, Espanha, França, Inglaterra, Noruega etc.). Ficamos particularmente felizes com a importante presença de nossos *hermanos* da Argentina

e do Uruguai, com os quais já tínhamos crescentemente fortalecido nossos vínculos por meio das Reuniões de Antropologia do Mercosul.



23ª Reunião Brasileira de Antropologia. Mesa de Abertura.



23ª Reunião Brasileira de Antropologia. Mesa de Abertura. Da esquerda para direita Prof. Roque Laraia, José Vicente Tavares dos Santos, Abílio Afonso Baeta Neves e Ruben George Oliven.



Ruben cumprimenta os ex presidentes presentes como Gilberto Velho e a vice presidente Guita Debert.



Público presente na abertura da 23 RBA.



Vista do público presente no lançamento de livros.



Quiosque de inscrições. Secretaria da 23 RBA.

Durante a reunião, foi realizada a Assembleia Geral que elegeu a próxima Diretoria. Esta recebeu a associação em um novo patamar, com uma secretaria e tesouraria organizadas que puderam facilmente ser transferidas e com um superávit de recursos. Foi feita a transferência da sede e foro jurídico da cidade do Rio de Janeiro, capital do país quando a ABA foi criada, para Brasília, na qual ela atualmente tem um espaço próprio no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Desde lá, a ABA tem crescido em número de associados e de atividades.

Aprendizados de uma RBA: homenagem à antropologia de Natal ¹

Carmen Sílvia Rial

A nossa diretoria era formada por Ellen Woortmann (UnB) como vice-presidente; Renato Athias como secretário-geral; Manuel Ferreira Lima Filho como secretário adjunto; Maria Amélia S. Dickie (UFSC), eleita mas que não pôde permanecer por motivos de saúde, sendo substituída por Andrea de Souza Lobo (UnB), eleita como tesoureira adjunta e que prontamente se responsabilizou pelas finanças. Completando a diretoria, nós tínhamos Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), que me sucedeu na presidência da ABA e foi muito crucial no diálogo com a Fundação Ford; Márcia Calderipe Farias Rufino (UFAM), nosso apoio no Norte; Heloísa Buarque de Almeida (USP), que nos ajudou muito financiando, através do FAPESP, vários pesquisadores de São Paulo; e Carlos Steil (UFRGS), que trouxe a

1 Não vou me estender muito sobre nossa gestão na ABA, na qual Ellen Woortmann (UnB) era a vice-presidente e Renato Athias (UFPE) o secretário, pois abordei com detalhes em outro evento deste ciclo de “esquenta RBA”, na PUC de Minas Gerais, e nele discorri mais em detalhes sobre o que fizemos. A gravação está no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=nGS97kbDc7Y>. É uma honra participar deste evento e uma satisfação grande estar dividindo a tela com o João Rickli (UFPR), Miriam Grossi (UFSC), e especialmente, com o professor Ruben Oliven (UFRGS), nosso eterno mentor, com quem eu aprendi tanto na vida, inclusive sobre a gestão da ABA. Ruben Oliven sempre foi um conselheiro de poucas, mas muito eficazes palavras. Lembro-me de ele dizer, por exemplo, que a principal função do presidente de uma instituição é conseguir financiamento para ela. Assim, meu primeiro ato como presidente da ABA foi buscar recursos na Fundação Ford; tivemos sucesso, entregando a Antonio Carlos de Souza Lima, que nos sucedeu na presidência da ABA, metade dos 300 mil dólares que obtivemos

experiência da CAPES e atualmente está na Comissão Editorial de Livros Científicos (CELCA) da ABA.

Comunicação, internacionalização e interiorização

Se tivesse que destacar três facetas de nossa gestão (2012-2014), seriam a comunicação, a internacionalização e a interiorização. Na comunicação, deu-se sequência ao que vinha sendo feito já na gestão anterior, de Bela Feldman-Bianco, na qual participei como diretora. Fizemos a ABA ingressar no mundo das redes sociais, com página de Facebook e perfil no Twitter (agora denominado como X), uma iniciativa de Felipe Fernandes (na época doutorando na UFSC e hoje professor da UFBA). Demos continuidade também ao informativo da ABA, que, Claudia Fonseca (UFRGS) tinha criado na gestão do Silvio Coelho dos Santos (UFSC) e Ruben Oliven digitalizou.

Continuamos a consolidar a revista ViBrAnt, iniciada na gestão do Gustavo Lins Ribeiro (UnB) com o propósito de internacionalizar a antropologia brasileira por meio da publicação de artigos em língua estrangeira. E expandimos os canais de comunicação, criando a TV ABA e a *Novos Debates*, uma revista acadêmica direcionada principalmente a estudantes de pós-graduação. Atualmente no seu nono ano, a revista é editada por Vinicius Kauê Ferreira (na época doutorando na EHESS e hoje professor na UERJ), que participa do projeto desde o início, Mariane Pisani (UFPI), e Estevão Rafael Fernandes (UNIR). Na origem da TV ABA, está o Alex Giuliano Vailati (hoje professor da UFPE, na época bolsista de pós-doutorado na UFSC).

Quanto à interiorização, nosso enfoque foi semelhante ao que Andrea Zhouri (UFMG) está fazendo agora, mas não por meio de webinários na TV ABA, que são um dos legados da pandemia de Covid-19, mas de modo presencial. Percorremos o Brasil, realizando encontros presenciais em várias cidades, não apenas nos grandes centros mas também em cidades menores, com departamentos e/ou cursos de pós-graduação de antropologia. Com o financiamento da Fundação Ford, tivemos a oportunidade de realizar

oficinas sobre laudos e promover reflexões acerca de quilombolas e populações indígenas. Esse percorrer o Brasil, levando a ABA, foi muito importante, e deu continuidade ao esforço de gestões anteriores, como as de Ruben Oliven e Guita Debert (UNICAMP) e a de Miriam Grossi e Peter Fry (UFRJ).

Em termos da internacionalização da antropologia brasileira, acredito que nossa gestão teve uma contribuição significativa para o reconhecimento da ABA. Participei ativamente no WCAA (Conselho Mundial de Associações Antropológicas), inicialmente como diretora (*Organizing Committee*), sendo eleita na reunião de 2014 em Taiwan e, posteriormente, como vice-presidente (*Deputy Chair*), numa eleição bastante disputada na Croácia. Posteriormente, assumi a presidência (*Chair*) na VI reunião de Delegados da WCAA, em 2018, que ocorreu como um pré-evento do Congresso Mundial de Antropologia da IUAES, em Florianópolis.

Neste tempo, mantivemos um diálogo muito bom com a Associação Americana de Antropologia (AAA), e em grande parte graças à mediação feita pela Bela Feldman-Bianco, na reunião da AAA em São Francisco, em 2012². E assim, pudemos dar continuidade à interlocução com essa que é a maior associação nacional de antropologia no mundo³ e incrementar com aquela, a WCAA, fundada no Brasil em 2004, durante a reunião da RBA de Recife. Essas ações de internacionalização ajudaram na disseminação de nossa antropologia e aumentaram o reconhecimento internacional. E tiveram diversos reflexos. Recentemente, durante uma reunião com Wenner-Gren Foundation, em que estavam Andréa Zhouri e Miriam Grossi, Danilyn Rutherford, sua presidente, mencionou que o Brasil é hoje o segundo país em número de propostas apresentadas para a Wenner-Gren, superando muitos países de língua inglesa. Estamos planejando ampliar ainda mais essa presença brasileira nos editais da Wenner-Gren por meio de atividades

2 Por uma causalidade acadêmica, eu estava fazendo um pós-doc na Universidade de Califórnia em Berkeley e pude participar dessa reunião da AAA.

3 Ainda que sem o mesmo brilho que Bela alcançou – ela, por exemplo, criou a sessão “World Anthropologies” na revista *American Anthropology*, publicando textos de antropólogos de países do Sul Global.

como os webinários com tradução para o português e a oficina sobre redação de projetos que ocorrerá na 34ª RBA, com o objetivo de melhor estruturar as propostas de financiamento de antropólogos do Brasil para essa e outras instituições financeiras internacionais.

Entre as questões centrais enfrentadas na época pela ABA, destaco três: os impactos da hidroelétrica de Belo Monte, o controle de ética na pesquisa e a ameaça de uma cisão na associação. Estávamos no governo da Dilma Rousseff, acompanhávamos com temor a construção da Belo Monte, buscando modos de evitar danos maiores à população indígena e ao meio ambiente. A atuação da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), liderada pelo João Pacheco de Oliveira, foi fundamental no encaminhamento de negociações, incluindo interações diretas com o ministro José Eduardo Cardozo.

O segundo foi em relação ao controle da ética na antropologia, que nos levou a diálogos com Ministérios e à formação do Fórum de Ciências Humanas Sociais e Ciências Aplicadas, ainda ativo, uma iniciativa da ABA e da ANPOCS, então presidida por Gustavo L. Ribeiro.

Esses eram temas que já estavam presentes em gestões anteriores. O terceiro e novo tema foi a ameaça de uma cisão da ABA, com a possível formação de outra associação focada em antropólogos atuando fora do meio acadêmico. Conseguimos manter a unidade da ABA ao dialogar com antropólogos do Ministério Público Federal que lideravam esse movimento, ampliando seu espaço dentro da associação.

Vozes do Nordeste – ou de legados e invenções

Voltemos ao tema do nosso encontro: “Vozes do Sul”. Fui formada pela UFRGS e trabalho na UFSC. Ruben apresentou a antropologia no Rio Grande do Sul e a Miriam a de Santa Catarina – adoraria falar sobre o papel de Sílvio Coelho dos Santos na ABA, por exemplo, mas seria repetir o que Miriam disse. Então, o que resta? Muito, na verdade. Resta-me falar do Nordeste, e homenagear os meus colegas de Natal, no Rio Grande Norte, que fizeram

a maior Reunião Brasileira de Antropologia de todos os tempos, de 3 a 6 de agosto de 2014⁴!

Tivemos na 29ª RBA em Natal 3.800 inscritos, sendo 2.322 mulheres e 1.455 homens, além de três autotranscritos como “outros”. Esses participantes vieram de diversos estados do Brasil, com o Rio de Janeiro liderando, pelo número de cursos e pela proximidade, com 647 inscritos e participantes de vários lugares do mundo, alcançando um recorde de 138 estrangeiros. A Argentina enviou o maior número de colegas, 34; seguida por Portugal, com 25; Espanha e França, 12 cada; e Estados Unidos, 11.

Naquela ocasião, tivemos 33 mesas redondas (em Belo Horizonte teremos 73), 19 Simpósios Especiais e 83 GTs (104 estão programados para Belo Horizonte). Como não conseguimos acomodar todas as propostas, organizamos 23 grupos de Comunicações Coordenadas⁵.

Na 29ª RBA tivemos inovações e prosseguimentos; afinal, as RBAs sempre prosseguem com o legado das anteriores. Por exemplo, continuamos com a Abinha, criada na gestão de Miriam Grossi, na 25ª RBA, de Goiânia, para acolher e proporcionar atividades lúdicas e educativas para as crianças que acompanhavam os participantes. Mantivemos também o diálogo com a cidade, uma característica marcante da 28ª RBA da gestão de Bela Feldman-Bianco, com eventos organizados em museus de São Paulo. Em Natal, realizamos um pré-evento da 29ª RBA com uma exposição sobre os índios do Nordeste, com curadoria de João Pacheco de Oliveira, no Museu Câmara Cascudo. A inauguração, que teve ampla cobertura da imprensa, contou com a presença dos indígenas representados nas fotos, que enriqueceram a exposição com seus comentários e suas memórias em um momento emocionante do encontro.

4 De fato, eu não tinha percebido isso, mas Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ) destacou isso em uma fala e confirmei que, em termos de números, a 29ª RBA foi a maior já organizada até hoje.

5 Os anais desse encontro estão disponíveis em: <https://evento.abant.org.br/rba/29RBA/#>

Na RBA de Natal, também demos continuidade a ideia de pré-eventos introduzida na RBA de Goiânia. Foram dois pré-eventos: um sobre museus etnográficos, coordenado por Julie Cavnac (UFRN), Manuel Ferreira (UFG e vice-secretário da ABA), Regina Abreu (Unirio) e Renato Athias; e outro sobre laudos, coordenado por Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) e Cíntia Muller (UFBA).

Na prateleira de inovações, destaco a ideia de conferências na forma de duetos. Vi este formato pela primeira vez na reunião da Associação Canadense de Antropologia (CASCA), em conferência compartilhada por Jean e John Comaroff (Harvard University), em Toronto (2007), e achei excelente. Assim, a conferência inaugural da 29ª RBA foi um dueto com Richard e Sally Price (William and Mary University), que está publicada no livro *Diálogos Antropológicos*, da editora da ABA⁶. Tivemos também uma conferência dueto com os antropólogos indígenas Gersem Baniwa, da UFAM, e Tônico Benites, o primeiro indígena doutor formado pelo Museu Nacional, atualmente atuando na Secretaria Estadual da Educação do Mato Grosso do Sul, que protagonizaram a primeira conferência de indígenas em uma RBA.

A ideia do dueto, em substituição às palestras solo, foi inspirada pelo congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) em Vila Real (2013), no qual “duetei” com Miguel Vale de Almeida (ISCTE). Na RBA de Natal, tivemos três duetos: um sobre as fronteiras da etnografia, com Hélio R. Silva, hoje Lili Raym (UFSC), e Cláudia Fonseca (UFRGS). Outro, sobre o futuro das cidades, com Ruben Oliven e Mônica Heller (na época, presidente da AAA), e o terceiro foi sobre gênero e sexualidade e as perspectivas contemporâneas em um mundo globalizado, com Niko Besnier (Universidade de Amsterdam) e Maria Filomena Gregori (Unicamp).

Outra inovação que destaco na 29ª RBA foi o formato para o lançamento dos livros. Sempre me senti desconfortável com o modo tradicional de lançamento de livros, onde o autor fica atrás de uma mesinha assinando

6 <http://portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000087>

autógrafo, como se esperasse ser convidado para dançar em um baile. Assim, criamos um evento de lançamento que incluía uma apresentação oral dos livros, realizada em dois auditórios pequenos, uma prática adotada nos congressos da APA. Tivemos a apresentação de mais de 30 livros e foi muito gratificante ouvir os autores e as autoras, ainda que por poucos minutos. De fato, houve um pequeno contratempo, porque o coquetel deveria ocorrer logo após as apresentações, mas começaram a servir antes, no espaço em frente aos auditórios e, evidentemente, gerando muito barulho – lembro-me de ter subido em uma mesa para pedir silêncio às pessoas. Apesar disso, foi muito bonito ver aqueles livros todos sendo apresentados, e é uma pena que esse formato não tenha continuado nas RBAs posteriores.

Abertura

O encontro ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas a abertura ocorreu no Centro de Eventos de Natal, em Ponta Negra. Pessoalmente, considero complicado ter apresentações artísticas nas aberturas de congresso porque os gostos estéticos variam muito. Tem quem goste de música de paredão, tem quem goste de música clássica. No entanto, Julie Cavignac, coordenadora da Comissão Cultural do congresso, nos convenceu a contratar a Orquestra Sanfônica do Seridó (sediada na cidade de Parelhas, localizada na região do Seridó, no Rio Grande do Norte) para a abertura da RBA. Eram 40 músicos que viriam de ônibus que alugamos e tocariam músicas de Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Sivuca, Dominguinhos, enfim, músicas tradicionais do Nordeste. Temia que não desse certo e, de fato, o ônibus atrasou bastante; mas chegaram, tocaram, e foi muito bonito. Lembro que, na saída, Peter Fry (UFRJ) comentou: “Essa orquestra foi uma das coisas mais lindas que eu já ouvi na vida!”.

Também inovamos ao organizar um café sertanejo em vez de coquetel na abertura. Os participantes comeram antes de entrar no auditório do Centro de Eventos; por isso, o atraso da orquestra de Seridó não causou maiores problemas. O que mais posso dizer sobre o encontro em Natal?

A logística foi extremamente complicada. Conseguimos financiar muitos participantes: 120 receberam as passagens de avião e a hospedagem, e cerca de 380 participantes receberam cobertura apenas para o hotel. O aeroporto tinha sido inaugurado recentemente em um local bastante distante da orla, onde se localizavam os hotéis. Por isso, decidimos organizar o transporte do aeroporto aos hotéis. Seguindo a tradição de economizar o máximo, eu queria cobrar uma taxa dos participantes por esse transporte. No entanto, a Comissão local alertou: “Melhor não cobrar, porque aqui os taxistas têm um lobby muito forte e isso pode dar problema”. E foi um conselho sábio. Realmente enfrentamos problemas: os taxistas bloquearam um dos ônibus na estrada, e nós tivemos que apresentar uma lista para provar que não estávamos cobrando nada por aquele transporte. Outro ônibus até foi apedrejado. Quer dizer, os 505 (para ser bem exata), que foram financiados pela RBA, tiveram também transporte do aeroporto, um luxo raro, nunca vi algo assim em congressos internacionais. Isso ocorreu apenas no trajeto de ida, pois organizar o retorno seria mais complicado, devido à variedade de dias e horários de partida dos participantes.

A assembleia final: prêmios e política

Outra inovação importante da nossa gestão foi a criação do Prêmio Heloísa Alberto Torres, em 2014, para dissertações de mestrado. Nós já premiávamos por contribuição à Antropologia brasileira e a ABA com a Medalha Roquette Pinto; tínhamos o Prêmio Antropologia e Direitos Humanos para doutorado, mestrado e graduação; tínhamos o Prêmio Lévi-Strauss para pôsteres de Iniciação Científica, que estava na sua quinta edição; o Prêmio Pierre Verger (filme etnográfico, fotografia e desenho); mas não tínhamos prêmio para dissertação de mestrado. A diretoria se reuniu e resolveu criá-lo. Por isso, consultamos o Conselho da ABA para que aprovasse o prêmio e foi a ex-presidente da ABA, Mariza Corrêa (Unicamp, falecida em 2016), quem sugeriu homenagear uma antropóloga brasileira em vez de uma estrangeira, como era a ideia inicial. Assim, foi criado o Prêmio Heloísa

Alberto Torres. Sua primeira edição ocorreu durante a RBA de Natal. Aqui sim, temos vozes do Sul porque os três premiados foram da UFRGS: primeiro lugar foi para Juliano Almeida, orientado por Carlos Steil; o segundo lugar, para um orientando de Arlei Damo; e uma menção honrosa para um orientando de Ruben Oliven.

Os prêmios, sendo recompensas acadêmicas, foram entregues na Assembleia final. Esta evidenciou também a força política da ABA, por meio das moções apresentadas.

Na 29ª RBA, foram apresentadas doze moções que refletiram as preocupações políticas da época: uma moção apoiando os palestinos na Faixa de Gaza, quatro sobre quilombolas, uma sobre povos tradicionais e grandes projetos, duas da Comissão de Assuntos Indígenas, uma do GT indígena, duas assinadas por associados sobre patrimônio e uma sobre psicoativos, defendendo a não punição de usuários.

Agradecimento final

De modo geral, a 29ª RBA em Natal mostrou a importância da comissão local. A programação de uma RBA é o resultado de uma longa organização. No caso da RBA de Natal, a organização foi toda realizada localmente, sem o apoio de uma empresa de eventos. Decidimos não contratar uma empresa após uma péssima experiência com a responsável pela organização da RBA de São Paulo (na gestão de Bela). Ellen Woortmann (UnB), que era vice-presidente da ABA, ajudou significativamente na organização. Fizemos várias visitas a Natal, a convite dos colegas, para dar aulas, palestras, e aproveitamos essas ocasiões para realizar reuniões com a comissão local.

A comissão executiva foi presidida por mim e coordenada pela Elisete Schwade (UFRN); contou com Andrea Lobo (UnB), Renato Athias (UFPE), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), Julie Cavignac (UFRN) e Lisabete Coradini (UFRN). A comissão local contou com os docentes do departamento de Antropologia: Elisete Schwade, Carlos Guilherme do Valle, Rozeli Maria Porto, Francisca Miller, Lisabete Coradini, Eliane de Freitas, Maria

José Freire, Chiara Pusetti, Edmundo Pereira (UFRJ, na época professor em Natal), Rita de Cácia Neves, José Glebson, Jean Segata (UFRGS, também professor em Natal na época), Juliana Melo (que ajudou na Secretaria), Isabel Dantas e Flavio Rodrigo Ferreira (ambos do IFRN) e 14 discentes voluntários do PPGAS, PPGCS e IFRN⁷.

A ABA deve muito a esses colegas. Eles prepararam os cartazes indicando as salas, compraram o vinho para o coquetel e organizaram toda a logística do evento que foi realmente muito grande.

De modo geral, a 29^a RBA, de Natal, mostrou que a comissão local é muito importante. Repito que a ABA tem uma carinhosa dívida com os colegas da UFRN. Devemos um agradecimento especial aos colegas da UFRN e, certamente, à Secretaria da ABA, que estava bem estruturada em Brasília desde a mudança para a UnB. Liderada por Carine Lemos e com a ajuda de Roberto Pinheiro, eles foram fundamentais na preparação e organização do evento, auxiliando a coordenar um grande número de discentes voluntários.

O formato adotado e o grande número de participantes resultaram em um saldo positivo para a ABA, mas questiono se repetiria a ideia de realizar um congresso sem o suporte de uma agência de eventos, devido ao grande trabalho envolvido, que se estendeu a outras instituições além da UFRN, como o Instituto Federal e o Museu Câmara Cascudo, além de instituições no interior do Estado. Foi uma aventura gratificante, que trouxe aprendizados e fortaleceu amizades, mas exigiu muito esforço.

Com a realização da 29^a RBA em Natal penso que nossa gestão cumpriu com os seus objetivos principais, aumentando o alcance da ABA devido a uma comunicação eficiente, à sua interiorização e à internacionalização, e ecoando o legado de gestões anteriores, ao mesmo tempo em que projetou para o futuro, para as próximas gestões, o papel acadêmico e político da nossa associação.

7 A Comissão de Comunicação foi formada por Felipe Fernandes (UFBA), Alex Vailati (UFSC) e Yuri Rosa Neves (UFSC); a Comissão de Identidade Visual, por Marina Moros (UFSC), Natalia de Souza (UFSC) e Cristhian Cajé Rodríguez (UFSC).

Organizando RBAs: memórias, compromissos e desafios para uma história plural da antropologia brasileira

Miriam Pillar Grossi

Trago, neste texto, minha contribuição para a história da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que está diretamente ligada às Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBAs), uma vez que a 1ª RBA, realizada em 1953, foi precursora de sua própria fundação. Considero que a ABA ocupa um lugar particular no campo das associações científicas brasileiras devido à sua preocupação no registro de sua própria história, que reflete tanto a constituição contemporânea do campo antropológico quanto da ciência no Brasil¹.

Participar de uma RBA é um rito de passagem na constituição de nossa identidade enquanto antropólogas. Minha primeira RBA foi a 11ª RBA, realizada em Brasília na Semana Santa de 1984. Eu tinha 26 anos e era doutoranda em antropologia na Université de Paris V. Esta RBA aconteceu em um momento político significativo da história do Brasil, durante a luta pela democratização, do movimento Diretas Já; a participação como ouvinte me marcou muito, porque, além de me sentir parte da comunidade antropológica ali reunida, também pude conhecer a capital federal após duas décadas

1 Agradeço o convite de Andrea Zhouri e Denise Jardim para participar da sessão sobre as Antropologias do Sul e de Candice Vidal e Souza para organizar, junto com Vinicius Kauê Ferreira, duas sessões de reflexões em torno dos 70 anos de RBAs e os arquivos da antropologia brasileira. Sou também grata a Cornelia Eckert e Carmen Rial, grandes parceiras em muitas ações da história da ABA.

de Ditadura Militar. Após minha iniciação enquanto antropóloga aspirante nesta RBA, fui a praticamente todas as reuniões que ocorreram desde então; também tive o privilégio e o prazer de ter sido eleita presidente da ABA para a gestão 2004–2006, o que me permitiu participar ativamente da construção de nossa associação e de sua história.

Este texto reflete este engajamento na construção coletiva de nossa história e está dividido em 3 itens. O primeiro conta um pouco da história da antropologia em Santa Catarina e da 9ª RBA, realizada na UFSC em 1974. O segundo aborda a organização e impacto da 17ª RBA realizada em 1990 na UFSC. No terceiro, compartilho a trama da organização da 25ª RBA, que organizei, enquanto presidente da ABA, no ano de 2006, em Goiânia. Por fim, reflito sobre os desafios atuais de preservação da história da antropologia brasileira.

Um pouco da história da Antropologia e da 9ª RBA em Santa Catarina

Na ausência do professor Silvio Coelho dos Santos, sinto-me na obrigação de contar um pouco da história da Antropologia de Santa Catarina, de seu papel na organização de duas RBAs.

A antropologia catarinense começou nos anos 1950, com o professor Oswaldo Rodrigues Cabral, um médico que, como outros de sua geração, era também um antropólogo autodidata e foi o responsável pela criação da cátedra de antropologia, antes mesmo de a UFSC ter sido criada oficialmente, em 1960. Ele foi o catedrático da disciplina de antropologia num momento em que ela era apenas ensinada no curso de História e Geografia. Ele teve um papel muito importante na fundação do Instituto de Antropologia, seguindo o modelo boasiano de pesquisas antropológicas em quatro campos: antropologia cultural, arqueologia, antropologia física e linguística. Este Instituto se transformou, em 1970, no Museu de Antropologia da UFSC e, mais recentemente, ele passou a se chamar MARQUE – Museu de Antropologia e Arqueologia. Indiretamente a formação em antropologia na

UFSC, pelos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e, posteriormente, em Antropologia Social, os departamentos de Ciências Sociais e de Antropologia e os cursos de Ciências Sociais e Antropologia devem a este visionário pioneiro.

Segundo as lembranças do professor Silvio Coelho dos Santos (que era um grande contador de histórias)², o professor Cabral escolhia (a) melhor aluno(a) da turma de cada ano para ser (a) assistente dele³. Naquela época, ser professor(a) assistente era um cargo totalmente voluntário, sem nenhuma remuneração; era apenas uma forma de reconhecer os bons alunos e formar para a docência universitária.

A história das RBAs em Santa Catarina está relacionada com este momento, pois foi esta primeira geração formada pelo professor Cabral que organizou a 9ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1974, na UFSC. Este grupo era formado, entre outros, por Silvio Coelho Santos, Anamaria Beck, Maria José Reis e Neusa Bloemer. Silvio era um grande visionário e sonhava com um lugar importante para a antropologia da UFSC; por estar em uma universidade pequena, marcada por relações mais pessoais, ele tinha uma excelente relação com o reitor. Assim, conseguiu convencê-lo a falar com o então ministro da Educação para que fosse autorizada e se apoiasse uma reunião brasileira de antropologia na UFSC⁴. Olhando para este momento histórico, percebemos o quão excepcional foi

2 Escutei, ao vivo, inúmeras destas histórias e outras estão registradas em um livro muito importante sobre os inícios das antropologias do Sul do Brasil, organizado por Silvio Coelho dos Santos (Santa Catarina), Cecília Helm (Paraná) e Sérgio Teixeira (Rio Grande do Sul). COELHO DOS SANTOS, S.; HELM, C.; TEIXEIRA, S. *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis, EDUFSC, 2006.

3 Silvio sempre contava que uma das tarefas dele, como esse aluno escolhido na turma dele, era ir segunda de manhã cedo, abrir a sala e começar a dar a aula de antropologia até o professor Oswaldo Rodrigues Cabral chegar.

4 Vale lembrar que, na época, os reitores eram indicados pelo regime militar e a política local era dominada por poucas famílias de elite. Silvio não provinha dessas elites – seu pai era sapateiro e filiado ao Partido Comunista – mas, por ter sido um dos primeiros professores contratados na criação da UFSC, ele tinha um bom trânsito com a gestão da universidade na época.

a realização de uma RBA no momento mais sombrio da Ditadura Militar, no início dos anos 1970, no auge da repressão do AI-5, em um momento em que todas as reuniões de associações científicas estavam suspensas. A ABA não tinha se reunido já há vários anos, pelo exílio de vários antropólogos, como Darcy Ribeiro, e por todo o processo de intervenção que houve nas universidades a partir de 1964.

Florianópolis era um lugar com menos de 100 mil habitantes, uma ilha que, até 1972, quando foi construída a BR-101, era uma capital bastante isolada do restante do Brasil. Essa reunião aconteceu de 12 a 14 de dezembro de 1974; naquele momento, Florianópolis começava a ser descoberta como lugar de praias paradisíacas. As lembranças desta reunião são muito especiais também porque houve muitas atividades de lazer como caminhada/visita na deserta praia da Joaquina e jantar de sequência de camarão na Lagoa da Conceição, dois itens turísticos que são marca da cidade.

Além da ousadia de fazer uma reunião de antropologia naquele momento, esta reunião permitiu que uma nova geração se conhecesse e iniciasse um novo período da história da ABA, que coincidia com o início dos cursos de pós-graduação em antropologia na Unicamp, no Museu Nacional, na USP e na UnB. Depois desse encontro de 1974, a ABA voltou a ter reuniões regulares; desde então, passou a se reunir em todos os anos pares e, desde o início dos anos 1980, passou a acontecer sempre na época da Semana Santa⁵.

A 17^a RBA em Florianópolis (1990):
aprendendo a organizar uma RBA

A primeira RBA na qual participei da organização foi em 1990, sob a liderança de Silvio Coelho dos Santos. Ingressei como pós-doutoranda, no

5 A primeira vez que a data da RBA mudou para o mês de julho foi em 2000, em reunião realizada em Brasília, devido às manifestações relativas aos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, que ocorreram na Semana Santa daquele ano. Desde então, as RBAs têm acontecido entre junho e agosto, com exceção da RBA de 2018 que ocorreu em dezembro, em Brasília, pois organizamos o 18th IUAES Congress em julho, em Florianópolis.

PPGAS da UFSC, em março de 1989. Logo ao chegar, fui convocada para integrar a comissão local que já estava organizando a 17ª RBA, que aconteceu de 8 a 11 de abril de 1990, seguindo a tradição de anteceder à Semana Santa.

Estávamos nos primeiros meses da presidência de Fernando Collor de Mello; e no início de março houve o congelamento de todas as contas bancárias, política que visava à contenção da inflação e que teve um impacto direto na organização desta RBA. Foi um momento político muito dramático porque todas as contas correntes e a poupança foram congeladas e as pessoas estavam autorizadas a gastar apenas um valor muito pequeno do que se tinha no banco. Era impossível viajar com o pequeno valor autorizado para gastos. O anúncio deste plano econômico aconteceu um mês antes da realização da RBA, mas Silvio “fez milagres” para conseguir manter a reunião na data prevista.

Atuar na organização de uma RBA, logo no início de minha carreira, foi uma experiência que me preparou para a organização de inúmeros eventos acadêmicos nas décadas que se seguiram. Nesta 17ª RBA, fui responsável pelo *Antropodicas*, um boletim diário sobre as atividades da Reunião. Eu coordenava uma equipe de estudantes que se reuniam à noite, na sala da direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (dirigido pela colega Anamaria Beck), para redigir e editar o boletim com as notícias do dia. Ficamos até de madrugada na “brincadeira” de produzir este informativo; como não existiam programas de edição acessíveis nos computadores da época, nós literalmente “montávamos” o boletim imprimindo pequenos textos, cortando e colando, às vezes com alguma ilustração amadora. Na manhã seguinte, bem cedo, íamos no xerox e fazíamos cópias do Boletim que era distribuído cedo pela manhã. O *Antropodicas* se tornou um sucesso porque, além das informações sobre as atividades que iam acontecer naquele dia, tinha um setor de breves comentários sobre as atividades do dia anterior, com “fococas” e todo mundo queria “ser notícia”.

Além das atividades sociais tradicionais das RBAs como o baile no último dia do congresso, que neste ano aconteceu no Clube 12 de agosto, com a banda liderada por nosso colega Rafael José de Menezes Bastos e sua companheira Silvia Beraldo, esta RBA inovou com a montagem de exposições

em museus da cidade, articuladamente com o Museu de Antropologia da UFSC. Ajudei a idealizar e montar uma exposição sobre cultura popular e bruxarias no Museu Cruz e Souza e fizemos uma “festa bruxólica” no pátio do museu. No setor gastronômico, conseguimos trazer para a UFSC o Bar do Arantes, um restaurante de pescadores da praia do Pântano do Sul, na época frequentado por um público “alternativo” da cidade. Debaixo de uma grande tenda, o restaurante servia comidas tradicionais de bares de praia; sua presença no campus foi um sucesso, não apenas entre congressistas.

Nesta reunião foi criada a ALA, a Associação Latino-americana de Antropologia, com a presença de lideranças da antropologia de vários países da América Latina. A presença significativa de colegas de todo o continente, na Ilha de Santa Catarina, foi também um marco dessa reunião que ampliou o processo de articulação internacional da ABA, em um momento em que a internalização da ciência brasileira ainda não era uma prioridade nas políticas públicas de Ciência e Tecnologia.

Nos 16 anos que separaram as duas RBAs realizadas na UFSC, houve um aumento importante de público. Na 7ª RBA, de 1974, todas as atividades tinham sido no único auditório que havia na UFSC, o auditório da Reitoria, acolhendo um público de uma centena de pessoas. Em 1990, já com um público aproximado de 500 participantes, fizemos mesas redondas simultâneas em três auditórios, além de ocupar todas as salas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas para os encontros dos 20 Grupos de Trabalho propostos.

A 25ª RBA em Goiânia (2006)

Esse processo de crescimento das reuniões brasileiras de antropologia continuou por vários anos⁶. Durante minha presidência na ABA (2004-2006), na 25ª RBA que organizamos em Goiânia em 2006, tivemos um público

⁶ A 29ª RBA, realizada em Natal, em 2014, foi a que registrou maior público: quase 4 mil participantes.

aproximado de 2.000 pessoas; então, precisamos mobilizar mais de 10 auditórios e 40 salas de aula das duas universidades que organizaram a reunião: a Universidade Católica de Goiás e a Universidade Federal de Goiás. Relato, a seguir, um pouco do processo de construção desta reunião, que aconteceu em um momento político muito promissor, o primeiro governo Lula (2002-2006).

Logo no início de nossa gestão – composta pelos colegas Peter Henry Fry (vice-presidente), Cornelia Eckert (secretária), Antonella Tassinari (secretária adjunta), Esther Jean Langdon (Tesoureira), Flavio Braune Wiik (tesoureiro adjunto), Lia Zanotta Machado, Jane Beltrão, Elisete Schwade e Emília Pietrafesa de Godoi (diretoras regionais) –, definimos algumas prioridades de ação; entre elas, tínhamos o desafio de comemorar os 50 anos da ABA, no ano de 2005, e de fazer que a 25ª RBA fosse um espaço de celebração dessas cinco primeiras décadas da história institucional da antropologia brasileira. Para construir esta história criamos um projeto de comemoração itinerante, realizando atividades em uma dezena de lugares significativos para a história da ABA: seja por terem realizado RBAs, seja pelo pioneirismo no ensino e na pesquisa em antropologia⁷.

Em paralelo a este projeto de historicizar a história da ABA, tínhamos de definir o local da 25ª RBA. Havia a possibilidade de realizar uma terceira RBA na UFSC, mas tínhamos acabado de sediar na UFSC uma Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) no final de 2003⁸ e havia uma forte demanda de que a reunião ocorresse em novos lugares do Brasil. Era um momento de expansão da pós-graduação em antropologia no Brasil, e tínhamos o compromisso de ampliar o alcance da antropologia para fora do eixo mais central de produção antropológica brasileira da época.

7 Esse ciclo de comemorações foi registrado no livro organizado por Cornelia Eckert e Emília Pietrafesa de Godoi. *Homenagens – Associação Brasileira de Antropologia 50 anos*. 1. ed. Florianópolis: Editora Nova Letra, 2006. 450p.

8 Lembrando que a RAM era a continuidade dos encontros que chamávamos de ABA Sul, ou ABinha, que iniciaram em 1987, reunindo os Programas de Pós-graduação em Antropologia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Pela primeira vez na história da ABA, foi aberto um edital público para que departamentos e programas de pós-graduação de vários lugares do Brasil concorressem ao edital para sediar a reunião. Recebemos várias propostas que foram apresentadas na reunião do Conselho Diretor da ABA na reunião da ANPOCS de outubro de 2004. A proposta de Goiânia, liderada por Manuel Ferreira Lima Filho, que coordenava o Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural na Universidade Católica, era inovadora e ousada e tinha, sobretudo, colegas muito motivados(as) a organizar a reunião. A realização dessa RBA em Goiânia permitiu o encontro e diálogo entre a Universidade Católica de Goiás e a Universidade Federal de Goiás, que resultou posteriormente na criação de um excelente programa de pós-graduação em antropologia, que hoje é uma referência na região Centro-oeste.

Nos 18 meses em que preparamos a reunião, fui várias vezes a Goiânia. Fui percebendo, durante o processo de preparação da reunião, seus pré e pós-eventos, o quanto era importante para a antropologia brasileira conhecer a nova realidade dos sertões do Brasil⁹. Articular duas instituições que concorriam, entre si, em relação à formação em antropologia na região centro-oeste foi um dos bons desafios que encaramos quando foi aceita a candidatura de Goiás para sediar a 25ª RBA. Uma das potencialidades dessa parceria entre as duas universidades, para a realização da reunião, era o fato de ambas terem seus campi em volta de uma praça central da cidade. De um lado da Praça Universitária, localiza-se a Universidade Federal; do outro, a Universidade Católica, o que permitia, apenas atravessando a praça, o uso dos espaços físicos das duas universidades.

Essa praça tornou-se o centro simbólico da 25ª RBA pois, além de ser o lugar de passagem entre os prédios das duas universidades onde

9 Lembro do espanto na primeira viagem, quando cheguei no hotel, de ver no hall do hotel uma placa pedindo: “Guarde suas armas dentro do hotel”. “Não ande com as suas armas visíveis”. Tive ali um choque cultural em relação ao tema do armamento, que não estava na ordem do dia em 2005.

aconteciam atividades acadêmicas, era nela que aconteciam todas as atividades culturais, de lazer e alimentação. Instalamos na praça grandes tendas que acolhiam vendedores de lanches e refeições; também abrimos espaço, com tendas específicas, para grupos ativistas de diferentes movimentos sociais. Uma destas tendas se chamava Tenda Lilás, onde foram realizados debates e distribuído material informativo dos movimentos feministas e LGBTQIA+. O movimento feminista de Goiás, liderado pelo Transas do Corpo, tinha uma forte articulação com outros movimentos de mulheres que se revezaram na tenda apresentando seus projetos ativistas. Também o grupo Colcha de Retalhos, liderança do movimento LGBTQIA+ com foco no movimento estudantil da UFG, participou ativamente deste espaço e atuou intensamente no apoio, enquanto equipe de monitoria, em toda a RBA. Além de ser o espaço de alimentação, com barraquinhas de diferentes comidas regionais e muitas mesas, onde se comia, bebia e se conversava ao longo de todo o dia, na praça havia artesãos que vendiam seus produtos e uma intensa programação cultural com grupos artísticos que se revezavam em performances. Esse modelo de tendas em um espaço ao ar livre para a convivência passou a fazer parte da estrutura de acolhimento das RBAs desde então.

A praça foi também palco de algo que marcou esta RBA em Goiânia: o fato de ter sido realizada durante a Copa do Mundo de 2006. Como havia jogos do Brasil em períodos de atividades acadêmicas da RBA, organizamos um grande telão na praça para assistir aos jogos. Tivemos dois momentos em que todas as atividades acadêmicas foram interrompidas para a congregação coletiva na praça, face ao telão que transmitia os jogos. Foram momentos fortes de *communitas* existencial na alegria das vitórias do Brasil. O impressionante era que, uma vez acabados os jogos, todo mundo voltava às salas onde se reuniam os Grupos de Trabalho, interrompidos pelos jogos.

Entre as inovações desta RBA, destacamos a criação de um espaço de recreação infantil que veio a se tornar também uma marca pioneira da ABA enquanto associação científica no Brasil. No início dos anos 2000, ainda não existiam os importantes movimentos de mães cientistas, que hoje

representam significativa parcela das jovens antropólogas, mas já tínhamos a preocupação feminista de acolher filhas e filhos de mães pesquisadoras que viriam a Goiânia; foi neste sentido que iniciamos o espaço que hoje é chamado de “abinha”, um espaço de acolhimento de crianças, onde são realizadas atividades lúdicas e educativas vinculadas aos temas das RBAs.

Naquele momento a ABA já tinha prêmios importantes, como o ABA-Ford de Direitos Humanos e o Prêmio Pierre Verger para produções audiovisuais e, face ao crescimento do interesse de estudantes de graduação pela antropologia, pensamos, juntamente com a recém-criada comissão de Ensino de Antropologia, que estava na hora de criar um prêmio específico para esse nível de formação antropológica. Assim, criamos o Prêmio Lévi-Strauss para pesquisas de graduação com duas modalidades: pôster e artigo. A modalidade pôster seguiu o modelo das exposições das premiações de Iniciação Científica do CNPq com resultados de pesquisas, já a modalidade artigo previa um texto resultante de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), orientados por antropólogas(os). Em sua primeira edição, o prêmio já recebeu significativo número de inscrições e tivemos um efervescente espaço de trocas entre jovens e o júri composto por antropólogas(os) sêniores e estrangeiras(os) presentes na reunião. Seguindo o mesmo princípio de valorizar a graduação, a mesma comissão criou o prêmio de Ensino de Antropologia para docentes que se destacam na formação de graduação e pós-graduação.

Instituímos, nesta reunião, a realização de pré e pós-eventos, encontros menores temáticos organizados por algumas comissões da ABA, visando a um aprofundamento maior de determinados temas e construção de propostas concretas de políticas públicas para determinados grupos e temáticas. Hoje os pré e pós-eventos já são corriqueiros nas RBAs. Em 2006 nós tivemos um pré evento sobre a questão quilombola, que contava com apoio do INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para os dois pós eventos, que aconteceram fora de Goiânia, na cidade histórica de Goiás Velho, sobre os temas do patrimônio e de questões de gênero, parentesco e sexualidade, contamos com apoios da Fundação Ford, do IPHAN e da Secretaria de Políticas para Mulheres. Esta RBA foi organizada na semana

das festividades de Corpus Christi e a realização dos pós-eventos em Goiás Velho nos proporcionaram uma experiência intensa, na convivência com a religiosidade popular do Centro-oeste em procissões e outras atividades rituais.

Em nossa gestão, de 2004 a 2006, estávamos, como já disse, no início do primeiro governo Lula, um momento muito rico, na articulação da ABA com ministérios e instituições públicas responsáveis pelas políticas públicas federais direcionadas aos grupos e povos estudados pela antropologia brasileira. Ao longo dos dois anos em que estivemos à frente da ABA, fizemos convênios e tivemos parcerias importantes com vários ministérios. Vários deles apoiaram a 25ª RBA, em atividades sintonizadas com seus objetivos, como questões quilombolas, de grupos camponeses, indígenas, mulheres, patrimônio, direitos humanos, política cultural, entre outros. Além das parcerias e do diálogo produtivo com organismos estatais, tínhamos muita articulação com diferentes movimentos sociais. Foram “anos de ouro” da política brasileira em que nós pudemos mostrar a utilidade e a importância do saber antropológico para a produção de políticas públicas para os grupos subalternizados na sociedade brasileira. Isso se refletiu na reunião não só pelo financiamento, mas sobretudo em inúmeras atividades como diferentes prêmios, pré e pós-eventos temáticos, acolhimento de grupos que vieram fazer apresentações culturais e vender artesanato. Esta articulação da ABA com o Estado se refletiu também no privilégio de termos muitas autoridades do governo federal (entre elas, CAPES e CNPq) participando da reunião e na honra de recebermos a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para Mulheres, na sessão solene de abertura.

Memórias, compromissos e desafios para uma história plural da antropologia brasileira

Por fim, a partir do exercício de memória que tivemos ao participar de inúmeros eventos de comemoração dos 70 anos da 1ª RBA, gostaria de problematizar algumas questões que o ciclo organizado pela ABA nos provocou.

Como transmitir a história da ABA às novas gerações de antropólogas e antropólogos que estão ingressando em nosso *métier*? Que lembranças importam? Qual o papel dos arquivos para a transmissão da história da antropologia brasileira? Como introduzir o ensino dessa história na formação de graduação e pós-graduação hoje no Brasil?

No ciclo de webinários comemorativos dos 70 anos das RBAs, ocorridos desde o final de 2023, tivemos a possibilidade de reativar nossas memórias das reuniões que organizamos e fomos juntas(os) construindo novas narrativas e interpretações sobre o vertiginoso crescimento da antropologia brasileira nas últimas décadas. Produzimos, de forma intensa, a transmissão oral desta história; todavia, é importante lembrar que, desde a década de 1990, a ABA tem depositado no arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp) seus documentos institucionais e materiais das RBAs organizados por gestão. No final de 2006, enviamos para lá todo o material gráfico da 25ª RBA e outros produtos, como camisetas, canetas, bonés, aventais, garrafas de água, que foram produzidos para a reunião de Goiânia. Temos, portanto, um arquivo físico no qual podemos guardar documentos e fazer pesquisas sobre nossa história. Entretanto, com o crescimento dos arquivos digitais, sabemos que cada vez mais é no canal *YouTube* da TV ABA, e em outros canais virtuais, que vamos buscar subsídios para conhecer o pensamento antropológico mais contemporâneo e pensar a história recente da Antropologia Brasileira. Tivemos, nas últimas duas décadas, um crescimento vertiginoso de novas revistas de antropologia e de coletâneas e outras publicações que trazem a produção antropológica atual. É este material que tem servido a muitas(os) de nós, de apoio para nossas aulas e para nossas pesquisas na graduação e na pós-graduação.

Essa vasta produção traz uma nova história da antropologia: uma história que já incorpora questões regionais, de gênero, raciais, e de muitas outras novas problematizações de nossa disciplina. Tivemos, durante a pandemia de Covid-19, seu momento mais intenso de produção; mas, agora temos um novo desafio: a construção de arquivos acessíveis dessa memória recente, de textos, vídeos, podcast, entre outros.

Para além da produção de arquivos, vamos precisar ter uma formação específica para seu uso. Necessitamos inserir, na formação metodológica de antropologia, o uso e tratamento de arquivos, fazer os nossos manuais de etnografia de arquivos, de como se comportar face aos documentos escritos/visuais e como utilizá-los de forma mais sistemática em nossas pesquisas e em sala de aula.

Concluo que produzir a história das Reuniões Brasileiras de Antropologia é tanto produzir a história da ABA quanto da antropologia enquanto disciplina. Vimos, no ciclo dos 70 anos de RBAs, que nossas lembranças das reuniões que organizamos e/ou participamos fazem sentido quando, ao serem compartilhadas, deixam de ser experiências individuais e se tornam parte da memória coletiva que estrutura institucionalmente a antropologia brasileira.

Sessão IX

Webinário TV ABA Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures. Mesa 1, 1 de dezembro de 2023: Acervos documentais do ensino e da pesquisa em antropologia: sujeitos, lugares e redes. Mesa 2, 8 de dezembro de 2023: Antropólogos brasileiros pesquisando antropologias mundiais: experiências e questões para o trabalho com histórias da antropologia

Outros sujeitos do conhecimento, novas histórias da antropologia: arquivos e memórias antropológicas¹

Christiano Key Tambascia

Tensionamentos, desestabilizações e multiplicação das histórias, dos sujeitos e dos fazeres da antropologia

A história da antropologia tem ocupado um espaço central no campo reflexivo sobre a prática antropológica. Em momentos de crítica sobre certas genealogias da disciplina, têm emergido diversos tensionamentos que desestabilizam histórias autorizadas sobre a circulação de ideias e de teorias, que tornam possíveis diferentes formas de narrar o passado e de produzir outras reflexões sobre o trabalho etnográfico. Essa perspectiva historiográfica dos passados celebrados ou esquecidos da antropologia ganha relevância, por sua vez, junto aos recentes estudos etnográficos de documentos e do arquivo, sobre os efeitos da reprodução das formas de contar sobre nossos ancestrais e a pertinência de seus trabalhos, mas também da proposta, no subjuntivo, de reimaginá-las no presente. Este texto buscará recuperar, de forma sintética, alguns dos debates sobre os reposicionamentos da história

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na mesa redonda “Acervos documentais do ensino e da pesquisa em antropologia: sujeitos, lugares e redes”, ocorrida em 1 de dezembro de 2023, como parte das comemorações dos 70 anos de Reuniões Brasileiras de Antropologia (1953–2023), durante o evento “Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures”, organizado por Candice Vidal e Souza, Vinícius Kauê Ferreira e Miriam Pillar Grossi.

da antropologia, com o objetivo de apresentar um conjunto específico de arquivos antropológicos, depositados no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas. Espera-se, neste percurso, indicar a importância da reflexão sobre os esforços contemporâneos de multiplicação das memórias e dos fazeres etnográficos, ao especular sobre como essas discussões podem ser materializadas na revisita das fontes históricas da disciplina, em um contexto de intensas transformações do campo acadêmico no Brasil.

As reflexões sobre o fazer antropológico costumam acompanhar olhares sobre a história da disciplina que articulam, de forma inseparável, a prática etnográfica e as contribuições teóricas daqueles sujeitos e de suas obras, que fundamentam a maneira como localizamos nossas próprias referências de trabalho. A história da antropologia, tal como produzida em alguns momentos importantes das transformações que caracterizam a disciplina, situam analiticamente o caráter autorreflexivo deste fazer científico. Essas mudanças também podem ser traçadas institucionalmente, considerando a importância da reprodução das maneiras de contar as contribuições daqueles sujeitos que reivindicamos como formadores de nossas imaginações antropológicas, sobretudo nos espaços de pesquisa e de ensino. Esta é uma historiografia (no sentido de que a própria história pode ser questionada em seu caráter produtivo e produzido) que, há décadas, nos permite entender a gênese do pensamento antropológico e, assim, repensar os pressupostos epistemológicos e compreender a política do conhecimento em antropologia, em geral problematizando a centralidade do trabalho de campo e da experiência social dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Trabalhos como de Adam Kuper (1978) e de George Stocking Jr. (1983, 1988a, 1988b, 1996), ou mesmo de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), no contexto brasileiro, nos fornecem uma espécie de cartografia de paradigmas teóricos e inovações metodológicas que busca em figuras desta história certa maneira de entender nossa própria formação. Ainda que as informações biográficas e das trajetórias desses sujeitos que constituem a

bibliografia fundamental das disciplinas de antropologia, ou das monografias das pesquisas antropológicas, nem sempre sejam tema central desses trabalhos, parece haver um suposto compartilhado de que a experiência etnográfica ocupa lugar importante no desenvolvimento reflexivo sobre a persistência ou a mudança de modos de fazer antropologia, seja em relação a certas noções e debates a estas associados, como “estrutura” (Sigaud, 2007) ou “cultura” (Moore, 1996; Kuper, 2002), em relação à própria prática concreta da pesquisa (Robben; Sluka, 2012). Ou seja, desde ao menos a legitimação do modelo malinowskiano de pesquisa etnográfica, o trabalho de campo, mas também, evidentemente, o momento de recuperação dessa experiência, na sistematização analítica, tem sido mobilizado como um espaço de inflexão privilegiado para a crítica sobre a história da disciplina. Afinal, este é um momento em que os paradigmas científicos em antropologia emergem como problema analítico em uma espécie de atenção fenomenológica do processo de produção do conhecimento.

Entretanto, inclusive em obras que recuperam as histórias da antropologia que não têm pretensão de figurarem como biografias intelectuais, há exemplos suficientes para nos convenceremos da necessidade de nos debruçarmos nas evocações das memórias e nas reminiscências dos sujeitos, reveladoras do impacto da experiência social na formação de um projeto intelectual e mesmo em uma sensibilidade antropológica. Não parece ser coincidência que essas experimentações de caráter biográfico não tenham sempre ocupado um lugar central nos debates sobre o fazer antropológico, ou tenham ocupado um espaço relativamente marginal na historiografia consolidada. Esse é o caso das explorações sobre a experiência etnográfica africanista e a anamnese psicanalítica (Leiris, 2007), a reflexão sobre uma tradição de escrita de viagem e dos viajantes e o gênero memorialístico (Lévi-Strauss, 1996), as problematizações dos supostos naturalizados e não anunciados das interações em campo (Rabinow, 1977), as ponderações sobre o lugar das frustrações frente às expectativas da pesquisa (Barley, 1983), ou mesmo a desestabilização do próprio gênero de escrita etnográfica e

suas relações com o romance e a ficção (Bohannon, 1954), apenas para citar alguns exemplos.

Ao menos em uma perspectiva estadunidense, a revisita aos personagens e a suas obras também traça reflexões interessantes sobre o texto antropológico, possível uma vez que paradigmas teóricos e estratégias argumentativas acabam por figurar no estudo concreto e histórico dessas trajetórias. Esse é o caso da coletânea organizada por James Clifford e George Marcus (2016), que ajudou no desenvolvimento de diversas experimentações textuais que acompanham as críticas aos modelos holistas da antropologia modernista das gerações anteriores, de pretensões objetivistas ou, ao menos, de controle da subjetividade (seja esta de pesquisadores ou de interlocutores). No final do século passado, a poética e a política da escrita antropológica foram colocadas em foco, em grande parte pela preocupação histórica sobre o estatuto da noção de cultura e seu caráter simbólico e interpretativo (Geertz, 1988).

Tradições e escolas antropológicas, neste movimento de revisitação da institucionalização da disciplina, podem ser compreendidas historicamente, como as críticas ao contexto colonial, em que diversas antropologias foram produzidas, chamam atenção (o plural, aqui, ganha um sentido sensível na virada do século, com a multiplicação das possibilidades de contar estas histórias). Dessa forma, a antropologia desenvolvida em países europeus (ou nos Estados Unidos), mas sobretudo a teoria constituída nas monografias realizadas, considerando o hiato observado a partir de um distanciamento espacial e temporal do contexto de pesquisa e a escrita, informa, de maneira singular, as discussões desenvolvidas em países como o Brasil. A cartografia da antropologia desenvolvida no Brasil proposta por Mariza Peirano (1999), por exemplo, sugere situar tais debates e os contextos etnográficos de pesquisa em uma problemática que é evidenciada na reflexão sobre como o estudo da diferença, tomada como pedra fundamental da antropologia, ganhou contornos específicos neste país. Em um contexto de formação do próprio imaginário nacional, em que “outro” é interpelado

internamente, e não em relação com o mundo colonial, a geopolítica internacional do conhecimento torna precisa a própria história da disciplina feita aqui, em contraponto com os contextos europeu e estadunidense.

Não obstante os potenciais analíticos desse recontar da circulação de ideias, de teorias, de metodologias, mas também de pessoas, a autoanálise dessas maneiras de pensar a história da antropologia tem aberto caminhos para outros questionamentos, de sujeitos que interpelam sua prática desde outras perspectivas. Instigadas pela publicação da coletânea (e o que esta deixou de lado na crítica ao realismo etnográfico modernista) de Clifford e Marcus mencionada anteriormente, em 1986, Ruth Behar e Deborah Gordon (1995) propuseram pensar sobre outros temas da experiência concreta de se fazer antropologia, que incidem sobre a escrita de formas distintas daquelas desenvolvidas pelos autores acima mencionados. A corporalidade situada – uma experiência colocada à margem da normatividade científica, seja no debate institucional acadêmico, seja no contexto de pesquisa de campo, sugerem Behar e Gordon – produz experimentações de outra ordem, fazendo emergirem outras reflexões, outros personagens e mesmo outras histórias da(s) antropologia(s).

A experiência social, marcada por gênero, classe, raça e sexualidade (lista que também poderia se estender para relacionar outros marcadores, como geração, religião, deficiência), tomada por uma perspectiva crítica, nos permite pensar sobre a constituição de historiografias celebratórias ou então a ausência de genealogias alternativas, pouco conhecidas ou então esquecidas. O diálogo possível com as indagações autorreflexivas sobre o significado de produzir e performar ciência no mundo contemporâneo, tais como as propostas pelas teorias queer (Anzaldúa, 1987; Butler, 1990), ou então teorias crip (Kafer, 2013; Mello; Aydos; Schuch, 2022), atentas às normatividades do próprio fazer científico, chama atenção para os dispositivos analíticos e os pressupostos teórico-metodológicos da própria produção histórica das ciências. O que emerge, no tensionamento das possibilidades de fazer antropologia, é a chance de compreender a diversidade (mas

também as convergências) das historiografias sobre a disciplina – processo tão mais incisivo quanto mais são multiplicados os sujeitos que a fazem.

Em antropologia, por exemplo, intelectuais negros e indígenas têm proposto novas genealogias dos debates teóricos, em conjunto com o questionamento das ementas dos cursos de formação, sobretudo nas últimas décadas, concomitante com as mudanças ocasionadas com políticas afirmativas e de cotas nas últimas décadas (Carvalho, 2022). O estudo da diferença, nesse sentido, ganha outras possibilidades de reflexão como fundamento do trabalho antropológico, com a desestabilização das ideias sobre o processo de produção do conhecimento, concebido como situado e parcial (Haraway, 1995). Essa é a provocação que intelectuais negros e negras têm feito recentemente (Pereira, 2020; Ratts, 2022; Basques, 2023; Damaceno, 2020), interseccionando experiência social e produção acadêmica. Mas tem sido evocada também para pensar outras narrativas sobre passados conhecidos e desconhecidos. O que poderia mudar, nas maneiras de evocar a trajetória intelectual de nomes como Ruth Benedict, ao ponderarmos sobre os desafios enfrentados em sua pesquisa etnográfica e seu trabalho docente em decorrência de sua surdez? Essas são provocações que Mello (2019) direciona à historiografia da antropologia, ao considerar a quebra dos pressupostos de uma relação universalista entre o contexto pesquisado e a corporeidade sensorial da pesquisadora, que vê, (não) ouve e, também, escreve.

Mariza Corrêa (2003) interpela criticamente certa história da antropologia e propõe pensá-la por uma inflexão de gênero, destacando os casos das antropólogas esquecidas, bem como o lugar que as esposas de antropólogos ocupam na memória do fazer científico, geralmente invisibilizadas nas narrativas sobre a contribuição de seus maridos para os debates acadêmicos. De forma similar, a coletânea organizada por Peggy Gold (1970) recupera os debates sobre os problemas da pesquisa de campo, no caso das antropólogas, sugerindo ser esta uma história em grande medida não contada e não problematizada. A reflexão sobre o corpo da antropóloga, sugere Sil Nascimento (2019), lócus para compreender as implicações no campo, torna fundamental considerar as formas de negociação – e mútua

compreensão classificatória – entre os sujeitos durante a pesquisa etnográfica, que podem incluir o lugar da vulnerabilidade nesse processo. Esse é o caso relatado por Rosana Castro (2022), em que raça, gênero e sexualidade, materializados no corpo da antropóloga que realiza etnografia, expõem as complexidades da produção do conhecimento antropológico, seja tomando o próprio campo acadêmico como espaço de disputas sobre o silêncio sobre os efeitos dessa experiência ou, então, na explicitação das hierarquias e violências que se pretende entender.

Os exemplos, nos últimos anos sobretudo, são exponencialmente mais numerosos. Entretanto, o que interessa destacar destas contestações quanto à produção da história da antropologia é o caráter ao mesmo tempo teórico, estético e político das novas maneiras de pensar sobre a prática antropológica atualmente. Apontar para percursos historiograficamente implicados, por sua vez, deve acompanhar a investigação das fontes sobre essas narrativas. O arquivo antropológico, propõe Cunha (2005, 2014), não pode ser considerado fonte de evidência da história, mas é também, este próprio, passível de pesquisa etnográfica. Afinal, como nos alerta Trouillot (2016), aquilo que é considerado fonte a ser preservada já nos conta muito sobre os silenciamentos ou as celebrações da história, bem como sobre as formas como acessamos os arquivos. Por outro lado, Stoler (2002), ao interpelar os arquivos (no caso, coloniais) de forma etnográfica, não apenas nos mostra que os silêncios arquivísticos são significativos, mas que estes próprios podem ser pensados como tecnologias de poder que produzem políticas de controle da informação e, portanto, de produção de governos, bem como de conhecimento (Stoler, 2010). Gostaria, a seguir, de tomar um caso específico sobre a produção de arquivos da antropologia, de uma instituição de guarda de acervos etnográficos e biográficos, para iluminar como estas considerações epistemológicas e políticas sobre a produção de narrativas sobre as pessoas que fazem antropologia devem ser compreendidas nesse contexto tensionado da história da disciplina.

Os acervos antropológicos do Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)

Desde sua fundação, em 1974, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) tem abrigado acervos sobre história da cultura, sobre movimentos sociais, história da política e dos partidos, sobre história intelectual, entre outros temas que têm interessado a diversos pesquisadores das ciências humanas. Entretanto, no caso específico de acervos da história da antropologia, foi a antropóloga Mariza Corrêa (1945-2016), professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, onde o arquivo está localizado, que primeiro estimulou a criação de fundos e coleções deste campo do conhecimento. Corrêa já havia desenvolvido pesquisas sobre uma história da antropologia pouco debatida: o livro resultante de sua tese de doutorado (Corrêa, 1998), recupera o lugar dos debates sobre raça, na virada do século XIX para o XX, para uma geração de antropólogos, que atuou em torno do médico e antropólogo Nina Rodrigues (1862-1906) e seu legado, em um momento em que a própria disciplina ainda não estava institucionalizada da maneira como a concebemos atualmente. Entretanto, foi com o desenvolvimento da pesquisa ligada ao Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB), iniciado em 1984 e que ocupou parte considerável de seus esforços analíticos, bem como de constituição de uma rede de interlocutores preocupados com a história da disciplina, que Corrêa ajudou a consolidar uma agenda reflexiva sobre os personagens celebrados e ignorados do fazer científico, além de ter também formado um importante acervo antropológico. Ao longo dos anos, Corrêa reuniu um acervo considerável, doado pelos intelectuais que entrevistou no âmbito das pesquisas do PHAB e que depositou no AEL para preservação.

A antropóloga estimulou a doação de acervos documentais das trajetórias acadêmicas, mas também de material de pesquisa, que resultaram em fundos criados nos nomes de Donald Pierson (1900-1995), de Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) e de Herbert Baldus (1899-1970), figuras de destaque na história da antropologia feita no Brasil. Entretanto, o

PHAB possibilitou a criação de outros fundos e coleções, com destaque para o acervo institucional da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Corrêa, que havia sido presidente da ABA entre 1996 e 1998, intermediou um convênio com a Unicamp, para que os documentos da Associação pudessem ser regularmente remetidos ao AEL, depositário desta memória institucional, que está prestes a completar setenta anos. Além disso, o trabalho de Corrêa, bem como o de diversos de seus estudantes, ajudaram na doação de outros acervos ao longo dos anos, como de Antonio Augusto Arantes, de Peter Fry, de Verena Stolcke (os três, fundadores do Departamento de Antropologia da Unicamp, no começo da década de 1970), mas também de Mauro Almeida, de Regina Müller, de João Bastos de Ávila, entre outros. São, assim, acervos antropológicos pessoais e institucionais. Em 2019, foi criado um fundo no AEL no nome da própria Mariza Corrêa, o qual recebeu os documentos de suas pesquisas, sobre história da antropologia, mas também sobre seus estudos de gênero e sexualidade. Esses dois conjuntos, longe de remeterem a duas áreas distintas de atuação, separadas, expressam as convergências das maneiras criativas e críticas de refletir sobre a prática desta disciplina (Corrêa, 2013; Tambascia; Rossi, 2018).

O acervo antropológico e etnográfico que o AEL abriga atualmente parece ter um grande potencial para refletir sobre a formação da antropologia no Brasil, considerando a atuação desses sujeitos, mas também o efeito que a reunião dessa documentação teve na formação de outras coleções. Se parte significativa dos acervos no AEL, de fato o núcleo que depois encorajou a incorporação de novos conjuntos documentais, remete ao Projeto História da Antropologia no Brasil, coordenado por Mariza Corrêa nos anos 1980, mas que continuou de uma forma ou de outra nos projetos que ela desenvolveu ao longo da vida, o próprio PHAB estimulou as pesquisas de diversos outros intelectuais, embora não estejam oficialmente ligados ao projeto. À época de maior atuação de Corrêa, o trabalho feito por meio de interlocução colaborativa ao redor do PHAB resultou em diversas teses e dissertações. Atualmente, essa produção tem sido retomada com novas pesquisas e novos sujeitos, inclusive voltadas(os) para o arquivo de Corrêa

(Serafim, 2023a). Acervos de intelectuais (diversos não necessariamente relacionados ao mundo acadêmico) e coletivos negros, LGBTQIA+, de movimentos sociais e coletivos culturais, foram criados recentemente, em parte pela atuação de professores e pesquisadores, em parte pela demanda de um corpo discente que, até recentemente, era minoria nas instituições de ensino superior no Brasil, em parte pela procura dos próprios titulares dos acervos, que têm encontrado na universidade pública um espaço de abrigo a outras formas de conhecimento e de expressão social que parece começar a não ser apenas tema de pesquisa, mas que, ao mesmo tempo, ainda sintetiza saberes e existências marginalizadas (Santos; Silva, 2022; Rodrigues; Silva; Ramos, 2022). O projeto “Fontes negras no AEL: criação de catálogo seletivo de pesquisa sobre a história social dos negros”, coordenado pelo sociólogo e atual diretor acadêmico do AEL, Mário Medeiros, é um exemplo do trabalho que tem organizado a preservação de uma memória negra no Brasil. Esses acervos configuram-se como fonte de pesquisa inestimável para uma nova geração de estudantes nos cursos de graduação e de pós-graduação, muitos deles ingressantes através de políticas afirmativas e de cotas, o que deve ser ressaltado.

No caso dos fundos mais diretamente relacionados à história da antropologia depositados no AEL, estes têm sua origem, em grande medida, com a doação de documentos e a reunião de memórias e depoimentos de uma geração que testemunhou e participou de um período fundamental da reorganização do sistema de ensino superior e de pesquisa em antropologia no Brasil, antes e depois da reforma universitária nos anos 1960 e 1970 (processo também sentido nas reconfigurações das Reuniões da ABA). Entretanto, uma série de outros fundos e coleções foi aos poucos sendo constituída. Cito alguns à época da Mariza Corrêa, para depois ponderar sobre outros acervos mais recentes.

O fundo de Roberto Cardoso de Oliveira, que veio da doação (em várias etapas, até o final de sua vida) do seu arquivo ao AEL, já exemplifica a potência da conservação de uma memória, que é da trajetória de um personagem central na configuração atual da prática antropológica no Brasil,

mas é também fonte de conhecimento para circulação de pessoas e de ideias, já que ajuda a retrair as redes institucionais e de colaboradores de Cardoso de Oliveira, tanto nacionais como internacionais (Serafim, 2022, 2023b; Samain; Mendonça; Cardoso de Oliveira, 2000). Se lá estão reunidos os diários de campo, os rascunhos de obras hoje centrais na formação de estudantes e pesquisadores, estão também as cartas trocadas entre ele e outras pessoas que, como sugere Amanda Gonçalves Serafim, que defendeu uma dissertação sobre esse acervo (Serafim, 2021a), tornam impossível estabelecer fronteiras entre trabalho intelectual e amizade, com antropólogos e antropólogas de sua geração, que foram seus alunos, no Brasil e no exterior. Logo, este material epistolar ajuda a recuperar as redes, das quais RCO participou, entre Universidade de Brasília, Museu Nacional do Rio de Janeiro e Unicamp, ou entre Brasil e EUA (sobretudo com o projeto Harvard Brasil Central), Brasil e México (com a parceria com Guillermo Bonfil Batalla e a relação com o CIESAS), Brasil e Espanha (Serafim, 2021b). A relação com intelectuais como David Maybury-Lewis (1929-2007), somente para dar um exemplo, conjuga, a um só tempo, colaborações sobre pesquisas etnológicas, amizade entre duas famílias em grande medida nucleadas na atividade antropológica, mas também parcerias institucionais. O projeto Harvard Brasil Central, núcleo importante de como essa interlocução desenvolveu-se, possibilitou a discussão sobre temas de pesquisa, como fricção interétnica, política indigenista, mas também a criação de redes de colaboração com outros antropólogos, com Roberto DaMatta ou Julio Cesar Mellati, por exemplo, também pesquisadores associados ao projeto.

Este não é o único acervo reunido em decorrência do PHAB. É possível mencionar também o fundo de Herbert Baldus, figura central no campo da etnologia no Brasil, além de diretor do Museu Paulista, mas também de Donald Pierson, sociólogo estadunidense que ajudou a formar toda uma geração de cientistas sociais no país, ambos professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Estes são acervos que, de forma muito interessante, também instanciam outras redes e certa mudança de rumo nas pesquisas da Mariza Corrêa, que estabeleceu uma relação de amizade

com Pierson, que nos anos 1980 já estava de volta aos EUA, depois de ficar anos ensinando e pesquisando no Brasil na primeira década do século passado. Corrêa também criou uma relação de interlocução e amizade com Helen Pierson, pouco mencionada nessa cosmogonia da disciplina e na trajetória de vida de seu marido, mas que se revelou fundamental para esse processo e essa história; afinal, foi com o apagamento da participação de Helen Pierson nos projetos de seu esposo, considerando seu papel na formação de diversos estudantes na Escola de Sociologia e Política, bem como no esquecimento de outros nomes de antropólogas ou esposas de antropólogos, como de Dina Dreyfus (que, durante sua estadia no Brasil na década de 1930, era casada com Claude Lévi-Strauss), que Corrêa calibrou seus interesses pela história da antropologia, em uma inflexão de gênero – de fato juntando os dois campos de sua atuação, sobre a história da disciplina e sobre os estudos de gênero (Tambascia; Rossi, 2018). Essa lente de leitura sobre a constituição das narrativas sobre a antropologia no Brasil permite relacionar esse processo com os próprios debates críticos mais recentes, na antropologia e na história, sobre como interpelar as fontes: o que contam, o que deixam de contar, como contam e, o que é importante destacar, como poderiam contar outras histórias.

Ainda é muito recente a presença de outros sujeitos que não faziam antropologia até pouco tempo atrás ou, mais ainda, estavam interessados em fazer sua história. Mas o que Mariza Corrêa, assim como outras pesquisadoras e pesquisadores têm proposto em relação à crítica historiográfica que aponta para a trajetória social como um lócus privilegiado de análise do passado, inclusive estimulando a criação de memórias de personagens femininas em antropologia, tem ampliado os esforços por recuperar memórias e estimular outras iniciativas, por outras perspectivas. O projeto “Outros olhares sobre a História da Antropologia”, coordenado por Miriam Grossi na Universidade Federal de Santa Catarina, reúne depoimentos de antropólogas que atuam no Brasil e no Sul Global. O projeto “Historiografias da Antropologia”, coordenado por Peter Schröder e Roberta Bivar, na Universidade Federal de Pernambuco, tem buscado

apresentar antropologias não hegemônicas no Brasil, bem como a produção antropológica feita no Nordeste, ou então recuperar a relação entre a disciplina e os museus. Outros exemplos mostram a diversidade de interações à historiografia da antropologia no contexto nacional.

Em um momento de intensas mudanças nas universidades públicas, é preciso mencionar os cada vez mais numerosos trabalhos etnográficos feitos sobre os arquivos e documentos, por sujeitos indígenas. No caso da Unicamp, que implementa há alguns anos o vestibular indígena, bem como formas de política de acesso à pós-graduação para estudantes indígenas, existem pesquisadores que têm olhado para os acervos da antropologia com perguntas bastante diferentes das que geralmente eram feitas até então. Tais acervos ajudam a contar uma história dos antepassados, ou da cultura, com um olhar voltado às lutas do presente, que se organiza na certeza de que memória e território não podem ser pensados separadamente. Esse movimento deve ser compreendido à luz dos debates sobre as leituras cosmopolíticas da história, contrapondo-se às tentativas de lutar contra desigualdades e violências do presente, com o desafio de acessar das histórias do passado naquilo que não está explícito ou óbvio, em um conhecimento outro que implica outras relações com o mundo (Kopenawa; Albert, 2015; Krenak, 2019). Ou seja, trata-se de ter outras narrativas tensionadas pelas desigualdades da história, ou do próprio arquivo que se inicia, é evidente, com a decisão sobre o que merece ser preservado. O arquivo do Hip Hop, depositado no AEL, de maneira semelhante, tem encorajado estudantes a pensarem sobre memória cultural e luta política das populações afrodescendentes. Esse é um processo em andamento, mas que merece ser acompanhado de perto no atual contexto.

O fundo da ABA depositado no AEL, que consiste na reunião da documentação da atuação da Associação Brasileira de Antropologia, desde sua criação, há sete décadas, parece colocar em outra escala essas relações e redes de pessoas, espaços e saberes. Com a pesquisa da documentação do fundo, podemos entrever o processo da atuação da ABA em diversos momentos importantes da história social, cultural e política brasileira,

frequentemente de uma posição crítica e também analítica (Lassali; Serafim; Tambascia, 2019). Processos de demarcação de terras, estudos de impactos socioambientais produzidos com os projetos de desenvolvimento em diversas regiões do país, os debates sobre despatologização da sexualidade, a tensão de um fazer científico no período da ditadura, a consolidação de novas agendas de pesquisa em antropologia e, não menos importante, porque são momentos fundamentais dessas articulações, as organizações e as realizações das RBAs, são apenas alguns exemplos de arquivos cujo estudo permite uma dupla leitura: da história da antropologia no Brasil, por intermédio de sua maior e mais antiga associação; mas também das complexidades e desigualdades no país, não apenas pesquisadas, mas palco de posicionamentos críticos por parte de antropólogos.

É importante mencionar, especificamente no âmbito do AEL, dois outros projetos, que são mais recentes. O projeto “Constituindo arquivos: a produção da memória para a história da antropologia através do colecionismo de Nimuendaju e Fagg”, coordenado por mim, ajudou a organizar acervos de antropologia já existentes, mas também criar outros fundos e outras coleções. O projeto “Historiografia da Antropologia”, coordenado por Luís Felipe Sobral, atualmente busca desenvolver um campo de discussões instituídas por Corrêa na Unicamp. Ambos os projetos contaram com financiamento da FAPESP e possibilitaram a obtenção de recursos e bolsas de pesquisa para trabalho com diversos acervos antropológicos, trazendo à tona a pertinência do estudo da memória de pessoas e de instituições. Conforme mencionado, foram incorporados mais recentemente os acervos de Verena Stolcke, de Peter Fry, de Antonio Augusto Arantes, que já merecem atenção de jovens pesquisadores que buscam não apenas compreender os processos de produção de um conhecimento antropológicos sobre as trabalhadoras do café, ou sobre os desafios do ensino de antropologia, ou sobre literatura de cordel (exemplos dos temas tratados pelos fundadores do Departamento de Antropologia da Unicamp), mas também os entrelaçamentos das trajetórias destes e de outros sujeitos neste contexto. O acervo de Mauro Almeida, antropólogo e professor aposentado da

Unicamp, permite contar sua trajetória de pesquisa entre seringueiros no Acre, mas também um momento importante dos debates ambientalistas na Amazônia no final do século passado. O acervo de Regina Müller, antropóloga e professora do Instituto de Artes da Unicamp, que realizou pesquisas sobre os Asurini e os Xavante no Xingu, configura-se como um precioso material de pesquisa sobre etnologia e arte. O próprio acervo da Mariza Corrêa, por fim, merece ser destacado, uma vez que, ao ser pesquisado, parece realinhar seus esforços por desenvolver uma história da disciplina em uma espécie de espiral que se volta a si. Estão sendo desenvolvidas diversas pesquisas, de Iniciação Científica, de Mestrado e de Doutorado sobre estes acervos no AEL. Apenas para citar as atuais, são pesquisas da mencionada Amanda Gonçalves Serafim, de Felipe Nery Alves Pinto, de Isaura de Aguiar Maia Cezário, de Kaléo de Oliveira Tomaz, de Luisa Registro Fonseca, de Sofia Guedes Schulte Ulguim, de Luiza Venancio Mazieri e de Isabella Grizotti Trevine.

Vale ressaltar que os acervos antropológicos não são os únicos que interessam para a pesquisa e o ensino de antropologia atualmente. Se ainda são relativamente poucos estudantes e pesquisadores que estudam esses acervos, este número tem aumentado; igualmente isso parece acontecer em outras instituições de ensino e pesquisa, onde pesquisadores têm consultado os arquivos com perguntas renovadas. Esses sujeitos têm proposto questões antropológicas para outros acervos documentais, não necessariamente etnográficos. Esse processo, é importante lembrar, tem acontecido concomitantemente à entrada de diversos estudantes (muitos dos quais futuros pesquisadores) que têm questionado as ementas de disciplinas e os delineamentos das pesquisas antropológicas nos moldes contemporâneos, inclusive indicando a importância de ampliar as maneiras de ensinar a história da antropologia e sua prática.

Ressalta-se que esse processo de mudanças gera tensionamentos, mas também aponta para alguns futuros possíveis que é fundamental compreender. É inegável que, na diversidade de abordagens e objetivos, tais iniciativas compartilham do pressuposto da importância da preservação da

memória, bem como do esforço de formar acervos, antropológicos ou não. Estão sendo delineadas novas maneiras de contar uma história da antropologia no Brasil; entretanto, o que é igualmente importante, os seus limites são desafiados. Apontam-se lacunas historiográficas; mas, sobretudo, esse processo tem permitido refletir sobre a história, a partir de suas fissuras, das coisas que foram preservadas, ainda que por lógicas e intenções distintas daquelas dos sujeitos interlocutores ou que interpelam os arquivos. Essas experimentações convidam outros olhares e outras perguntas para aqueles que criticam os limites das fontes e das narrativas produzidas e reproduzidas. Essas memórias ajudam a repensar a atuação da própria disciplina, na pesquisa ou no ensino, em sua diversidade.

Tomar esses arquivos, mas também sua pesquisa, não como evidências acabadas do passado, mas como instancias de gestos e engajamentos, torna o acesso a esse passado uma questão estimulante, muitas vezes imprevisível. O AEL tem recebido novos pesquisadores, mas também estudantes do ensino médio, prestes a prestar vestibular e escolher suas trajetórias acadêmicas; além destes, recebe adolescentes internos da Fundação Casa, que são apresentados a acervos que os interpelam. Essas pessoas não necessariamente irão cursar ciências sociais, ou mesmo antropologia, quanto mais irão pesquisar história da antropologia; entretanto, poderão ajudar a pensar como repensar a história da antropologia e, ainda, a desestabilizar as posições não explicitadas, mas supostas, daqueles que produzem ciência e daqueles que são pesquisados.

María Eugenia Cotera (2008), ao recuperar as trajetórias de três mulheres que fizeram parte do campo antropológico estadunidense nas primeiras décadas do século passado, mas que permaneceram alocadas em posições marginais desta história, nos fornece pistas importantes. Ella Deloria, Zora Neale Hurston e Jovita González, etnógrafas não brancas, que estabeleceram relações de trabalho e de interlocução com nomes reconhecidos da antropologia daquele período, apenas recentemente começaram a ter suas obras recuperadas. O esquecimento dessas mulheres, que realizaram trabalhos importantes sobre populações dakota, sobre comunidades

negras no sul dos EUA, sobre chicanos nos subúrbios de grandes cidades estadunidenses, parece reforçar toda a violência da marginalização enfrentada durante a vida. Sem ocupar posições institucionais estáveis no mundo acadêmico, também parecem ter sofrido com uma posição ambígua, um entrelugar entre a ciência que almejavam e os meios de onde vieram e que tomaram como tema de pesquisa (ainda que essas dificuldades tivessem produzido soluções criativas, embora criticadas à época, de análise). Cotera (2008) sugere uma correlação entre esquecimento e a impossibilidade de pertencimento e de localização de suas trajetórias e de suas obras em um meio acadêmico intensamente regrado: Deloria, Hurston e González foram etnógrafas das realidades sociais próximas de suas próprias origens; nesse sentido, não foram “nativas” o suficiente – preço a pagar para uma inclusão parcial no campo científico, mas também nunca puderam ser reconhecidas como antropólogas plenas, não distanciadas o suficiente daquele universo que buscaram compreender. Algumas das formas de enfrentar essa dupla maldição está posta: a multiplicação dos sujeitos que fazem antropologia e que procuram dar outros caminhos para contar essa trajetória.

Referências

ANZALDÚA, G. E. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BARLEY, N. *The Innocent Anthropologist: Notes from a Mud Hut*. Long GroveL: Waveland Press, 1983.

BASQUES, M. Vozes negras na Antropologia: breve história de um projeto antirracista. *Novos Debates – Fórum de Debates em Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 1-24, 2023.

BEHAR, R; GORDON, D. (org.). *Women Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.

BOHANNAN, L. *Return to Laughter: an anthropological novel*. New York: Harper, 1954.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CASTRO, R. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. *Revista de Antropologia*, v. 65, n. 1, p. e192796, 2022.

CARVALHO, J. J. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana*, v. 28, n. 3, p. e2830402, 2022.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (org.). *A Escrita da Cultura: Poética e Política da Etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens, 2016.

CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a Escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CORRÊA, M. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CORRÊA, M. *Traficantes do Simbólico e Outros Ensaios Sobre a História da Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

COTERA, M. E. *Native Speakers: Ella Cara Deloria, Zora Neale Hurston, Jovita González and the Poetics of Culture*. Austin: University of Texas Press, 2008.

CUNHA, O. M. G. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, n. 36, p. 7-32, 2005.

CUNHA, O. M. G. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2014.

DAMACENO, J. Os Segredos de Virgínia: intelectuais negras e relações raciais na São Paulo dos anos 1940-1950. In: PINTO, A. F. M.; CHALHOUB, S. (org.). *Pensadoras Negras: Brasil, Séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2020. p. 287-308.

GEERTZ, C. *Works and Lives: The Anthropologist as Author*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

GOLDE, P. *Women in the Field: Anthropological Experiences*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1970.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 03 abr. 2024.

KAFER, A. *Feminist, Queer, Crip*. Indianapolis: Indiana University Press, 2013.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUPER, A. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.

KUPER, A. *Cultura: a Visão dos Antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

LASSALI, T. F.; SERAFIM, A. G.; TAMBASCIA, C. K. Do porão à primavera: história da antropologia no Brasil e protagonismo político no acervo da Associação Brasileira de Antropologia. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, v. 1, n. 1, p. 141-156, 2019.

LEIRIS, M. *A África Fantasma*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MELLO, A. G. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. 2019. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

MELLO, A. G.; AYDOS, V.; SCHUCH, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos*, ano 28, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022.

MOORE, J. D. *Visions of Culture: An Introduction to Anthropological Theories and Theorists*. Lanham,: Alta Mira Press, 1996.

NASCIMENTO, S. S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (volume I). São Paulo; Brasília: Editora Sumaré; ANPOCS; CAPES, 1999. p. 225-266.

PEREIRA, L. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descenramentos nas ciências sociais brasileiras. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 2, p. e170727, 2020.

RABINOW, P. *Reflections on Fieldwork in Morocco*. Berkeley: California University Press, 1977.

RATTS, A. O lugar de Lélia Gonzalez na antropologia brasileira. *Mana*, v. 28, n. 3, p. 1-34, 2022.

ROBBEN, A. C. G. M.; SLUKA, J. A. (ed.). *Ethnographic Fieldwork: An Anthropological Reader*. Hobonken: Wiley-Blackwell, 2012.

RODRIGUES, A. C.; SILVA, M. A. M.; RAMOS, P. C. Arquivo e Memória Negra: a documentação do movimento negro no Arquivo Edgard Leuenroth/CEBRAP-AFRO. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional*, v. 3, p. 110-138, 2022.

SANTOS, J. L.; SILVA, M. A. M. Archives of Hip Hop and Black Activism in Brazil. *Nacla Report on the Americas*, v. 54, n. 2, p. 209-216, 2022.

SAMAIN, E.; MENDONÇA, J. M.; CARDOSO DE OLIVEIRA, R. C. Entre a escrita e a imagem. Diálogos com Roberto Cardoso de Oliveira. *Revista de Antropologia*, v. 43, n. 1, p. 185-236, 2000.

SERAFIM, A. G. *Abrços do Velho*: Roberto Cardoso de Oliveira e a construção de um projeto de antropologia. 2021. 241f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2021a.

SERAFIM, A. G. As relações México-Brasil através da trajetória de Roberto Cardoso de Oliveira. In: FERRERO, L.; RESTREPO, E. (org.). *Memorias del VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología*. Montevideo: Asociación Latinoamericana de Antropología, 2021b. p. 143-152.

SERAFIM, A. G. O Fundo Roberto Cardoso de Oliveira e as várias histórias da antropologia no Brasil. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, v. 5, p. 1-41, 2022.

SERAFIM, A. G. Meus encontros com Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, v. 69, p. e236903, 2023a.

SERAFIM, A. G. As relações entre a antropologia e os arquivos vista através do Fundo Roberto Cardoso de Oliveira. *Temáticas*, v. 31, p. 116-146, 2023b.

SIGAUD, L. Doxa e crença entre os antropólogos. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 77, p. 129-152, mar. 2007.

STOCKING, G. (ed.). *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork*. Madison: University of Wisconsin Press, 1983.

STOCKING, G. (ed.). *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on Culture and Personality*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988a.

STOCKING, G. (ed.). *Functionalism Historicized: Essays on British Social Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988b.

STOCKING, G. (ed.). *Volksgeist as Method and Ethic: Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1996.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, v. 2, p. 87-109, 2002.

STOLER, A. L. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

TAMBASCIA, C. K.; ROSSI, G. Sidetracks: Mariza Corrêa e a história da antropologia no Brasil. *Cadernos Pagu*, v. 54, p. e185407, 2018.

TROUILLOT, M. R. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: huya, 2016.

Fazer antropologia com papel: estratégias e experiências de pesquisa com arquivos institucionais e documentos burocráticos

Letícia Ferreira

O presente capítulo pretende oferecer uma contribuição específica para reflexões mais amplas em torno da produção de conhecimento antropológico a partir de arquivos e documentos. O texto foi inicialmente elaborado como comunicação para uma das mesas redondas comemorativas dos 70 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), parte do Webinário “Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures”. Nele, retomo publicações anteriores de minha autoria para me deter sobre um ponto particular que entendo ser pertinente para o avanço de debates mais abrangentes sobre pesquisa antropológica com documentos e arquivos: os modos de fazer de etnografias que tomam documentos burocráticos como material empírico principal e as possibilidades analíticas abertas por essa modalidade de investigação.¹ “Documentos burocráticos”, importa definir, é a categoria proposta pelo antropólogo Matthew Hull (2012a) para designar papéis e outros suportes materiais de

1 Retomo especialmente o artigo “Encontros etnográficos com documentos burocráticos: estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais”, que foi a base da minha contribuição para a mesa “Acervos documentais do ensino e da pesquisa em antropologia: sujeitos, lugares e redes”, realizada no âmbito do Webinário. O presente capítulo é uma versão modificada desse artigo, publicado originalmente na revista argentina *Etnografías contemporáneas*.

informação produzidos por instituições estatais e que nelas circulam e/ou são arquivados.

Investigações antropológicas com documentos burocráticos têm se multiplicado nas últimas décadas, como argumentou o próprio Hull (2012a). Temos visto pesquisas cada vez mais numerosas que tomam esses papéis como artefatos etnográficos – isto é, como elementos materiais a partir dos quais podemos construir nossas etnografias. Ao encarar dessa maneira esse tipo de documento, tais pesquisas estariam “restaurando analiticamente a visibilidade dos papéis” (Hull, 2012a, p. 253) em nossa disciplina e construindo uma abordagem cada vez mais consolidada que busca olhar *para* esses documentos, e não simplesmente *através* deles. Essa abordagem contrasta com atitudes anteriores diante desse tipo de material que caracterizaram a história da antropologia, como a recusa, a negligência ou mesmo o ocultamento de sua importância em prol da produção da autoridade etnográfica (Ferreira; Lowenkron, 2020).

Assim como a produção em língua inglesa revisada por Hull (2012a), há tempos a antropologia brasileira também tem dado boas mostras da multiplicação de pesquisas com documentos burocráticos. São muitas as etnografias recentes feitas em nosso país a partir do engajamento de antropólogos com processos judiciais, processos administrativos, documentos legislativos, prontuários médicos, registros policiais, laudos periciais, notas técnicas e resoluções, entre tantos outros documentos classificáveis como “burocráticos”. Tais trabalhos têm não só se multiplicado mas também dialogado entre si de modo especialmente produtivo, o que pode ser constatado na recorrência de grupos de trabalho centrados em arquivos e documentos organizados nos congressos regulares da nossa área.

Venho construindo minha trajetória na antropologia a partir do engajamento com esse tipo de documento, seja a partir de pesquisa em arquivo público (Ferreira, 2009), seja como parte de trabalhos de campo em instituições estatais de natureza policial (Ferreira, 2013) ou assistencial (Ferreira, 2017). Aqui, busco recuperar parte dessa trajetória para tratar dos modos de fazer das etnografias com documentos burocráticos. Por modos

de fazer, entendo as estratégias analíticas que têm sido adotadas na produção mais recente oriunda de pesquisas com documentos desenvolvidas por antropólogos. Ao longo do texto, trato de identificar esses modos de fazer e elenco quatro estratégias analíticas recorrentes nessa produção; em seguida, procuro demonstrar como cada uma delas se revelou produtiva em minhas próprias etnografias com arquivos institucionais e documentos burocráticos.

Antropologia do Estado, arquivos institucionais e documentos burocráticos

A tomada de documentos burocráticos como artefatos etnográficos vem contribuindo para diferentes áreas específicas da antropologia. Estudos urbanos (Hull, 2012a), antropologia da economia (Onto, 2019, 2020), antropologia da saúde (Strong, 2020), estudos de gênero e sexualidade (Freire, 2016) e de relações étnico-raciais (Cunha, 2002; Corossacz, 2009), bem como os trabalhos sobre migrações e fronteiras (Horton; Heyman, 2020) e gestão de infâncias e minoridades (Vianna, 2002; Villalta, 2006; Lugones, 2012) são apenas alguns exemplos de campos que têm sido expandidos pelo engajamento sistemático de antropólogos com papéis dessa natureza.

Não obstante, é o campo que podemos designar mais amplamente como antropologia do Estado que mais tem ganhado com esse engajamento. Etnografias do Estado, com seu foco primordial em práticas cotidianas de burocracias locais e/ou nas construções discursivas do Estado em culturas públicas (Gupta, 1995), beneficiam-se particularmente do engajamento com tais documentos, como argumentam Muzzoppapa e Villalta (2011) e como dão testemunho coletâneas como Ferreira e Lowenkron (2020) e a renovada antropologia da burocracia que tem sido produzida em diferentes contextos (Bernstein; Mertz, 2011; Bear; Mathur, 2015; Beviláqua, 2020). Documentos burocráticos, afinal, não são meros desdobramentos formais de ações estatais, e sim “ações em si mesmas” (Gupta, 2012, p. 188), que incidem sobre os sujeitos, os fatos e as relações a que se referem. A faculdade

de criar e manter arquivos institucionais, ademais, “é o emblema máximo da burocracia moderna” (Riles, 2006, p. 5), devendo ser, ela mesma, objeto de reflexão quando se quer compreender o Estado, seja como ideia e como sistema (Abrams, [1977] 1988), seja em seus efeitos (Mitchell, 1999; Trouillot, 2003).

Compreender antropologicamente o Estado é interesse central em minha trajetória. Desde o mestrado, eu tenho me dedicado a compreender as formas por meio das quais saberes, técnicas e procedimentos adotados em instituições estatais brasileiras incidem sobre experiências, dramas e biografias de indivíduos e unidades domésticas, bem como a refletir sobre as modalidades de articulação, ajuste ou contraposição entre as formalidades previstas por tais saberes e técnicas e determinadas moralidades que têm lugar em instituições estatais. Ainda, tenho buscado analisar as eventuais disputas estabelecidas entre servidores públicos e os sujeitos por eles atendidos, considerando que a assimetria de poder implicada em suas interações não desfaz a possível engenhosidade dos últimos em face dos primeiros – embora seja determinante para a reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. Esses propósitos me guiaram em pesquisas sobre três temas: o primeiro tema é a classificação e gestão institucional de mortos não identificados no Rio de Janeiro das décadas de 1940 e 1950; o segundo, a administração policial de casos de desaparecimento de pessoas no Rio de Janeiro no começo dos anos 2000; e, terceiro, a administração de casos de crianças e adolescentes desaparecidos em um serviço público de assistência social também no Rio de Janeiro, agora nos anos 2000 e 2010.

Cumulativamente, essas investigações permitiram-me experimentar a “epifania etnográfica de que documentos são algo distinto ou algo mais do que o que eles dizem” (Hull, 2012a, p. 254), algo recorrente na literatura. Permitiram-me também explorar algumas dimensões gerais da etnografia com documentos que já receberam atenção, por exemplo: (a) o *insight* de que “documentos não são simplesmente instrumentos de organização burocrática, e sim são constitutivos de regras, ideologias, conhecimento, práticas, subjetividades, objetos, resultados e mesmo das próprias

organizações” (Hull, 2012a, p. 253); (b) a produtividade de focarmos não apenas nas populações e nos sujeitos documentados, exercício mais frequente na disciplina, mas também naqueles que produzem documentos burocráticos, explorando tanto seus afetos (Stoler, 2007), quanto a própria ordinariedade de sua lida com papéis; (c) o poder heurístico particular dos documentos burocráticos para a produção de conhecimento sobre controle administrativo e sobre a construção burocrática de sujeitos, objetos e socialidades (Hull, 2012a); e, ainda, (d) a capacidade ímpar da pesquisa com esses papéis para identificar o caráter, a um só tempo, poderoso e ficcional do Estado, o que possibilita sua apreensão não como entidade unitária, coesa e homogênea, mas como arena de disputas (Muzzoppapa; Villalta, 2011).

Somando-se à experiência direta dessas dimensões proeminentes da etnografia com documentos, as investigações que realizei permitiram-me conhecer outro aspecto desse tipo de pesquisa que gostaria de registrar: o fato bastante evidente, mas não menos relevante, da grande variedade de contextos etnográficos e tipos de documentos que têm resultado em ricas reflexões sobre o Estado. Apenas para citar alguns exemplos, temos pesquisas com um processo administrativo aparentemente absurdo que tramitara na própria universidade de atuação da autora (Beviláqua, 2020); com processos judiciais depositados em arquivos públicos (Vianna, 2002) ou que demandaram a presença da pesquisadora em órgãos do sistema de justiça (Lacerda, 2015); etnografia de serviço público itinerante centrada na certidão de nascimento obtida por brasileiros adultos (Escóssia, 2021); trabalhos que refletem sobre a agência de gráficos e tabelas a partir de etnografia em órgão federal de alto escalão (Onto, 2019) ou sobre tecnologias de cálculo do impacto socioambiental de grandes projetos de desenvolvimento (Morawska Vianna, 2014). Temos também pesquisa que analisa laudos cadavéricos a partir de trabalho de campo junto a movimentos sociais (Farias, 2020); etnografias que refletem sobre conjuntos documentais heterogêneos, com certidões, laudos médicos, relatórios técnicos e também fotografias pessoais reunidos na forma de “casos” em núcleo de defesa dos

direitos humanos (Freire, 2016); e, ainda, análises sobre documentos médicos como o partograma (Strong, 2020) ou a Declaração de Nascido Vivo (DNV), a partir de etnografia em hospital (Corossacz, 2009).

Essa variedade de contextos e, sobretudo, de tipos de documento a partir dos quais as pesquisas podem ser realizadas merece registro não só por sua riqueza mas principalmente porque ilumina a amplitude da própria noção de “documento burocrático” com que podemos trabalhar na antropologia. Como menciono adiante, a ampliação dessa noção foi um dos principais ganhos do meu engajamento sucessivo com diferentes tipos de papéis. De um primeiro esforço de pesquisa com documentos depositados em arquivo público e, por isso mesmo, comumente tomados como “fontes históricas”, passando pela análise de documentos policiais no próprio espaço em que eles são produzidos, cheguei finalmente a uma pesquisa em que me deparei com fotos e outros documentos pessoais incluídos em prontuários manuseados de uma repartição assistencial. Registros de vidas “privadas” encontrados em gavetas de um arquivo institucional corrente, que me permitiram pensar sobre o Estado como presença espectral materializada em documentos (Das; Poole, 2004), inclusive alguns que, à primeira vista, jamais associaríamos ao campo estatal e à burocracia.

Os modos de fazer da etnografia com arquivos e documentos burocráticos

Além dos aspectos gerais da etnografia com documentos burocráticos elencados acima, o contato continuado com a literatura e a experiência cumulativa das investigações que realizei permitiram-me conhecer, também, algumas estratégias analíticas recorrentes nesse tipo de pesquisa. Trata-se de um conjunto de quatro modos de fazer – isto é, quatro formas de interpelar analiticamente documentos que se apresentam muitas vezes combinadas em cada etnografia, mas que podem ser descritas separadamente para facilitar sua compreensão. A seguir, descrevo esses modos de fazer e evoco exemplos de trabalhos recentes que fazem uso de cada um.

A primeira das estratégias mais recorrentes na produção antropológica recente é a tomada do tema aparentemente habitual do acesso à documentação como objeto de reflexão. O acesso, que pode ser encarado como etapa óbvia e pouco significativa da pesquisa, quando diz respeito a documentos burocráticos “resulta ser uma pista para análise” (Muzzoppapa; Villalta, 2011, p. 24). Como Muzzoppapa e Villalta (2011, p. 19-25) argumentam, os passos dados rumo ao acesso aos papéis, os obstáculos enfrentados, as autorizações solicitadas e as eventuais recusas e impedimentos que enfrentamos quando realizamos (ou pretendemos realizar) etnografias com esses documentos devem ser objeto das mesmas operações teórico-metodológicas que realizamos diante de quaisquer outros fatos e acontecimentos do “campo”. É fundamental, portanto, não apenas registrá-los em notas e cadernos de campo que muitas vezes permanecem ocultos, e sim contextualizá-los, interrogá-los e buscar conferir-lhes inteligibilidade.

Assim como os trabalhos das próprias autoras recuperados no artigo supracitado, a etnografia de Nadai (2018) sobre o Instituto Médico-Legal (IML), realizada nas cidades brasileiras de Campinas e São Paulo, também é ilustrativa da importância de submetermos o tema do acesso às mesmas operações teórico-metodológicas que acionamos diante de quaisquer outros dados etnográficos que construímos. Mais até do que analisar as dificuldades e as recusas que seu projeto de investigação recebeu, a autora baseia sua etnografia nesses impedimentos, demonstrando a relevância dos obstáculos, balcões e múltiplos *checkpoints* impostos à sua pesquisa para a reprodução cotidiana da autoridade técnico-científica do IML.

A segunda estratégia bastante recorrente na literatura mais atual é o investimento na materialidade dos documentos, isto é, o exercício de buscar identificar as qualidades materiais e estéticas dos papéis com que se pesquisa, assim como suas marcas gráficas, os padrões formais que eles impõem para as informações que registram, enfim, sua dimensão propriamente física e material. Uma premissa fortemente presente nessa produção é a de que “discursos burocráticos não são mais entendidos como construções semióticas (“textos”) abstraídas ou abstraíveis de seus veículos

materiais – arquivos, formulários, relatórios, gráficos, e assim por diante” (Hull, 2012a, p. 253). O corolário metodológico mais imediato dessa premissa é justamente a dedicação de tempo, atenção e esforço de registro e reflexão sobre seus aspectos formais, encarando-os não como elementos secundários em comparação com o conteúdo, mas como uma dimensão tão ou mais relevante que ele.

Em muitas pesquisas, a exemplo de Nadai e Veiga (2020), esse exercício permite iluminar a importante relação entre brasões, cabeçalhos, carimbos, assinaturas e fórmulas narrativas impressas em papéis estatais e o caráter de *verdade* atribuído ao seu conteúdo. Ademais, identificar e analisar as qualidades materiais dos documentos pode, como no caso da etnografia de Hull (2012b) em Islamabad, revelar que os aspectos formais, físicos e estéticos dos papéis com que se pesquisa podem operar em processos não relacionados ao seu conteúdo. Um exemplo disso é a distribuição ou diluição de responsabilidades entre os funcionários de determinadas instituições engendrada pelas formas e fórmulas de assinatura e reprodução de documentos que o autor ilumina em seu livro.

No caso de trabalhos realizados no Brasil, a etnografia de Onto (2020) no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, ilustra de modo exemplar a rentabilidade de “[...] descrever etnograficamente como características materiais ou formais dos documentos produzidos e/ou circulados no CADE resultam em certos tipos de significações ou associações” (Onto, 2020, p. 54). O trabalho do autor ilumina o papel decisivo dessas características materiais dos documentos no cotidiano tanto dos funcionários daquele órgão quanto dele próprio durante seu trabalho de campo.

A terceira estratégia frequente na literatura é talvez a mais enfatizada em obras recentes: o investimento na agência ou na performatividade dos documentos burocráticos. Esse investimento implica interpelar os papéis a partir de questões relativas não (ou não apenas) ao que eles dizem e às suas características formais, estéticas e materiais, mas sim ao que eles fazem, produzem ou incitam nos contextos onde circulam ou são arquivados. Tais

interpelações, como demonstram as etnografias de Navaro-Yashin (2007) e de Hull (2012b), permitem identificar as eventuais capacidades desses papéis de provocar afetos, de fazer ou romper associações e socialidades e de concorrer para a construção de objetos, entidades e subjetividades. Ainda, como argumenta Morawska Vianna (2014), permitem demonstrar como tecnologias e procedimentos burocráticos mobilizados “na trilha de papéis” administrativos são capazes de ocultar seu caráter político sob a face da técnica. Por fim, esse tipo de interpelação permite também apreender as formas por meio das quais documentos burocráticos são capazes tanto de delimitar quanto de cruzar domínios supostamente apartados da vida social, como o privado e o público (Ferreira, 2013) ou o social, o econômico e o ambiental (Morawska Vianna, 2014).

Interessada especificamente no tema dos afetos, a etnografia de Navaro-Yashin (2007) sobre a interação entre turcos-cipriotas e papéis burocráticos diversos, em especial documentos de identificação e de viagem, tira proveito dessa estratégia de modo exemplar. O propósito da autora não é compreender como os sujeitos da pesquisa projetam afetos nesses papéis, o que endossaria o entendimento de que apenas sujeitos, e não documentos, demonstram agência nessa relação. Ao contrário, interessa-lhe estudar documentos “[...] como capazes de carregar, conter ou incitar energias afetivas quando transacionados ou colocados em uso em redes de relações sociais específicas” (Navaro-Yashin, 2007, p. 81). Papéis oficiais, na perspectiva da autora, geram afetividades diferenciadas e politicamente carregadas, o que pode ser identificado quando os abordarmos a partir de perguntas sobre sua agência.

Trabalhos etnográficos realizados no Brasil que ilustram bem a rentabilidade dessa estratégia são as produções de Escóssia (2021) sobre brasileiros que obtêm suas certidões de nascimento tardiamente e de Schritzmeyer (2015) sobre o encontro de brasileiros adultos que foram abrigados em instituições públicas quando eram crianças com os antigos prontuários referentes a seu abrigo. Ambas demonstram como o contato, o manuseio, a posse ou a ausência de determinados documentos são capazes de provocar

os mais diversos afetos, como a vergonha, a alegria, a altivez e a esperança, endossando a produtividade de uma abordagem que atribui agência a esses papéis e da pergunta posta pelos trabalhos pioneiros de Peirano (1986, 2006) sobre documentos no Brasil: “de que serve um documento?”

Finalmente, a quarta estratégia analítica recorrente em etnografias com papéis oficiais é o investimento na “micropolítica das interações entre documentadores e documentados” (Lowenkron; Ferreira, 2020, p. 24): o exercício de identificar e analisar as relações daqueles que produzem e/ou arquivam os documentos (agentes, autoridades, profissionais, especialistas diversos) tanto entre si, quanto com os sujeitos a quem os documentos se referem. Esse exercício consiste em prestar atenção às disputas, hierarquias, autoridades e assimetrias que atravessam as relações entre os envolvidos nas práticas de documentação. Se, como alega Hull (2012a, p. 255), é mais frequente que o foco de pesquisas com documentos recaia sobre as pessoas que são documentadas (ou indocumentadas), como seria especialmente nítido nos trabalhos sobre o tema dos afetos, prestar atenção às interações entre documentadores e documentados permite ampliar a abordagem para incorporar também aqueles que produzem e/ou arquivam os papéis e suas relações com aqueles sobre quem os documentos falam.

A pesquisa de Lowenkron e Ferreira (2020), em meio a inquéritos da Polícia Federal brasileira relativos a crimes de “tráfico de pessoas para fins de exploração sexual”, ilustra bem a produtividade dessa estratégia. Interrogando-se sobre as interações dos policiais, produtores e signatários daqueles inquéritos, com as possíveis vítimas de tráfico de pessoas sobre quem os inquéritos versam, a autora demonstra que “[...] as supostas ‘traficadas’ manipulam as informações segundos seus próprios interesses. Com isso, geralmente, resistem ao processo criminalizador/vitimizador, pois raramente denunciam ou contribuem para a configuração da materialidade do delito” (Lowenkron; Ferreira, 2020, p. 27). Ao identificar essa dinâmica a partir de seu encontro etnográfico com papéis, a autora argumenta que a agência das supostas vítimas do crime de tráfico de pessoas pode ser vislumbrada não só em suas trajetórias de mobilidade e migração

internacional, como sinalizam trabalhos já consolidados sobre o tema, mas também em suas interações com autoridades policiais de seu país de origem – interações essas que são fortemente mediadas por documentos.

Experiências de pesquisa

Como dito, os quatro modos de fazer da etnografia com documentos burocráticos identificados acima comparecem muitas vezes combinados na pesquisa antropológica. Pesquisadores investem tanto no tema do acesso, quanto na materialidade dos papéis, em sua agência e/ou na micropolítica entre documentadores e documentados para tratar de temas de pesquisa e situações etnográficas bastante diversos. Esse é o caso das pesquisas que realizei e que busco recuperar a seguir, tratando de explicitar o que significou tomar documentos como artefatos etnográficos em cada uma delas; por que razões fiz esse movimento; e que estratégias analíticas usei em cada pesquisa e com que resultados.

Acesso e materialidade no arquivo

Como são classificados os numerosos corpos anônimos enterrados cotidianamente em cemitérios públicos de cidades brasileiras? Que trajetória burocrática é percorrida por esses cadáveres, que não são velados nem sepultados por familiares, e sim enterrados anonimamente em valas comuns? Que práticas institucionais, carimbos, anotações, exames e silêncios encadeiam-se para que alguém reste enterrado “como indigente”, como diz a expressão popular? Foi guiada por indagações como essas que realizei minha pesquisa de mestrado (Ferreira, 2009), tomando como material empírico um conjunto de prontuários do Instituto Médico-Legal (IML) do Rio de Janeiro. O propósito era compreender como se dá a classificação dos “não identificados” na instituição.

No Brasil, os IMLs são repartições das polícias técnico-científicas. Os corpos de pessoas que morrem sem identificação no país devem

necessariamente passar por um IML, instituição cuja função principal é realizar perícias médicas com fins legais. Na instituição são periciadas pessoas vivas que tenham sofrido tipos diversos de violência ou acidente, cadáveres que tenham sofrido morte suspeita ou violenta, e cadáveres não identificados que tenham sofrido morte violenta, suspeita ou natural. Como meu interesse de pesquisa era justamente compreender a categoria “não identificado” e analisar as práticas estatais voltadas para corpos assim classificados, para realizar a pesquisa eu sabia que deveria procurar por um IML. Mais do que isso, porém, em função de duas premissas fundamentais em que se baseava meu projeto, eu sabia também que deveria procurar mais precisamente pelos documentos produzidos por um IML.

Essas premissas eram as seguintes: primeiramente, a de que práticas de escrita, documentação e manutenção de arquivos burocráticos estão dentre as práticas mais centrais e definidoras do Estado e da burocracia moderna (Weber, 1963; Bourdieu, 1996; Riles, 2006); em segundo lugar, a de que, para analisar arquivos, documentos e práticas de escrita burocrática, é preciso encará-los não como meros desdobramentos formais de ações estatais mas como ações em si mesmas, que, como apontam trabalhos já citados (Peirano, 1986, 2006), têm usos, sentidos e efeitos bastante específicos na sociedade brasileira. A partir dessas premissas, eu entendia que dentre as práticas estatais que eu pretendia analisar necessariamente estariam práticas de documentação. Por isso, fui em busca não exatamente do IML mais próximo, mas dos documentos produzidos por ele.

Naquele momento, os documentos produzidos pelo IML do Rio de Janeiro entre 1907 e 1965 estavam em processo de organização e tratamento no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), indisponíveis para consulta pública. Em função disso, recebi repetidas negativas à minha solicitação para acessá-los, seguidas sempre da recomendação para aguardar até o final do processo de tratamento para iniciar a pesquisa. Esse quadro de recusas mudou, contudo, quando detalhei meus interesses de pesquisa para uma servidora do APERJ. A servidora, hesitante no começo, listou as dificuldades para autorizar minha pesquisa, destacando não só que os

papéis estavam em tratamento mas também o imperativo do sigilo em torno dos nomes das pessoas e dos corpos examinados no IML. Sublinhou, com firmeza, que eu precisaria garantir o anonimato daqueles indivíduos cujos exames eu conheceria nos papéis, e que somente com essa garantia eu poderia fazer a investigação.

A receptividade da servidora e o tom de nossa conversa mudaram radicalmente quando relatei que os papéis específicos que me interessavam eram aqueles referentes a corpos não identificados. Para ela, isso desfazia o problema da indisponibilidade dos documentos para consulta pública e resolvia de antemão a questão do sigilo, que parecia poder ser relativizada. Como me interessavam corpos anônimos, não havia mais questão sobre garantir o sigilo dos nomes dos periciados. Isso me permitiu perceber que, da perspectiva da servidora, o sigilo deveria ser resguardado em relação aos nomes daqueles que passavam pelo IML, mas não se estendia aos demais dados registrados sobre cada um deles, seus exames e suas mortes, nem a eventuais dados dos peritos e demais funcionários do IML que produziam os papéis, como cargos e assinaturas.

Depois dessa conversa, minha presença na sala do APERJ onde os documentos estavam sendo tratados e organizados foi autorizada, e estabeleci uma sistemática de pesquisa que perdurou pelos meses seguintes. Os passos iniciais para obter acesso aos papéis, porém, não se tornaram apenas uma etapa prévia, puramente pragmática e pouco significativa para o estudo. Ao contrário, a relativização da importância do sigilo por parte da servidora, submetida à estratégia analítica de investir atenção no tema do acesso aos papéis, foi uma pista crucial para um dado envolvente da pesquisa, que fui compreendendo gradualmente: a desimportância atribuída por servidores públicos aos papéis relativos a corpos não identificados, presente não só no arquivo, mas também no próprio IML. Essa desimportância, sinalizada nas falas da servidora sobre sigilo, apresentou-se também nos meus primeiros dias de pesquisa, quando um dos então estagiários do APERJ se aproximou de mim dizendo que não entendia o que eu pretendia fazer com aqueles documentos. Para ele, os registros dos não identificados até poderiam ter

alguma serventia para pesquisas estatísticas, mas investigações qualitativas como a que eu pretendia fazer não teriam nada a encontrar ali. Nas palavras dele, não havia “história” a contar sobre aqueles corpos, pelo menos não a partir daqueles documentos.

A “história” que me interessava, porém, estava exatamente naqueles papéis: a trajetória burocrática percorrida pelos cadáveres, na qual envolviam-se o IML, a polícia, os hospitais e os sujeitos diversos (e dispersos). Um dos elementos centrais dessa trajetória dizia respeito justamente àquilo que a análise do acesso aos papéis me permitiu identificar: a desimportância atribuída aos documentos parecia ser um desdobramento direto da desimportância atribuída aos próprios corpos não identificados e às suas mortes. O que me interessa destacar aqui, não obstante, é que apenas compreendi isso ao acionar outra das estratégias analíticas apresentadas acima: o investimento na materialidade dos documentos. Prestar atenção à dimensão física, estética e formal dos papéis que manuseei, li e transcrevi ao longo da pesquisa foi um investimento fundamental para que eu percebesse a economia de esforços voltada para os corpos não identificados no IML.

Documentos rasgados nas laterais ou com marcas antigas de sujeira e descuido; nas margens de alguns, pequenos rabiscos e até um desenho de mapa com itinerário indicativo de alguma rota que um funcionário do IML possivelmente precisava percorrer naquele dia quando saísse do trabalho; campos e mais campos de formulários preenchidos com termos como “desconhecido”, “ignorado”, “não sabido” ou simplesmente deixados em branco, mesmo quando outros papéis referentes ao mesmo corpo mostravam que havia informações disponíveis para preenchê-los; assinaturas não realizadas; grafias mal acabadas; procedimentos e registros não realizados. Eram inúmeras as marcas da desimportância dos corpos não identificados presentes na materialidade daqueles documentos, índices inegáveis de representações sociais em torno, por um lado, do que seria a morte anônima em uma grande cidade, e, por outro, de certos corpos especialmente atravessados por desigualdades sociais e marcadores sociais da diferença que, talvez por isso mesmo, morreram sem identificação. Essas representações,

os papéis me mostravam, comparecem no interior de uma instituição como o IML, sendo decisivas para a forma como esses corpos são administrados após suas mortes.

Acesso, materialidade e agência na delegacia

Depois da pesquisa sobre a classificação dos “não identificados”, voltei minha atenção para outra categoria: a de “desaparecidos civis”, utilizada para designar sujeitos registrados em repartições públicas como desaparecidos, mas cujos desaparecimentos não se enquadram no tipo penal internacional “desaparecimento forçado de pessoas”, amplamente denominado “desaparecimento político”. O termo designa casos bastante variados: pessoas que optam por deixar suas famílias e casas sem informar seu paradeiro; pessoas que se perdem na cidade por razões e em circunstâncias variadas; pessoas que cometem crimes e são detidas, mas seus familiares não tomam conhecimento; e, entre outras possibilidades, vítimas de crimes ou de acidentes fatais que morrem sem identificação e sem que seus familiares possam ser informados.

Nessa segunda pesquisa, interessava-me refletir sobre os mecanismos de gestão burocrática e moral destinados, no Brasil, àqueles que parecem escapar da possibilidade não só de identificação oficial, como os não identificados, mas também de localização. Eu imaginava ser esse o caso dos desaparecidos; por isso, elaborei um projeto de doutorado para investigar as condições de produção e os modos de gestão estatal do problema do “desaparecimento” e dos “desaparecidos civis”. Com o projeto, eu pretendia refletir tanto sobre o fenômeno do desaparecimento quanto sobre a própria ideia de Estado (Abrams, [1977] 1988); então, para realizar a pesquisa, busquei identificar serviços públicos dedicados a gerir casos de desaparecimento de pessoas no Rio de Janeiro. Entre muitas buscas, encontrei o setor onde finalmente realizei trabalho de campo: um setor da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil especializado em casos de desaparecimento.

Meu propósito inicial era realizar um trabalho de campo que eu considerava “tradicional”: eu pretendia acompanhar a rotina do setor fazendo observação participante, e pensava sobre isso mobilizando o imaginário mais comum em torno do fazer antropológico, que não considera documentos burocráticos como artefatos etnográficos possíveis. Porém, uma vez estando em campo, os policiais que me receberam apontaram a pesquisa com documentos como uma alternativa que, para eles, seria mais confortável do que meus planos iniciais de observação participante. Eles diziam se sentir menos expostos se eu lesse e transcrevesse documentos do que se estivesse na delegacia observando suas rotinas. Isso porque produzir, preencher, receber, organizar e arquivar aqueles papéis, embora fossem atividades regulares de seu ofício, não eram percebidas por eles como algo que permitiria *ver* o que eles fazem. Como pude compreender ao longo do tempo, de seu ponto de vista o preenchimento de papéis era uma parte do trabalho que lhes parecia menos controversa, menos significativa, mais simples e, de certo modo, não relacionada ao que eles entendiam ser “a realidade” do setor, da delegacia e do trabalho policial em geral. Ou seja, foi porque meus interlocutores entendiam que papéis eram elementos nada decisivos de seu cotidiano que me foi dada a oportunidade de pesquisar com e nos papéis daquele setor.

Assim como acontecera na pesquisa sobre a classificação dos não identificados, novamente a forma como se deu meu acesso aos papéis foi uma pista fecunda, reveladora de um dado englobante do objeto de pesquisa: a (ir)relevância atribuída por servidores públicos a determinados documentos – ou melhor, a documentos que versam sobre determinados corpos e pessoas. No caso da pesquisa sobre os desaparecidos, paulatinamente compreendi que a irrelevância conferida aos papéis expressava a relativa irrelevância do próprio “desaparecimento de pessoa” como ocorrência policial, comparada pelos policiais com outras ocorrências que eles julgavam mais merecedoras de seu trabalho e atenção: roubos, sequestros, homicídios, latrocínios e outros crimes previstos na lei penal brasileira. Desaparecimentos não são crimes; por isso mesmo, para os

policiais, consistem em “problemas de família” e não “problemas de polícia” (Ferreira, 2013). Em suma, para eles, o desaparecimento é um problema menor, o que torna as práticas de documentação executadas diante de cada caso também menores e, por isso, com acesso facilmente franqueável a uma pesquisadora.

Se o investimento no tema do acesso revelou-se estratégia analítica fecunda também nessa pesquisa, a mesma situação ocorreu com a atenção à materialidade dos papéis. O contato imediato e repetitivo com a dimensão formal dos documentos me permitiu identificar não só novos indícios da irrelevância a eles atribuída pelos policiais, mas também alguns efeitos dela. Um indício da irrelevância se apresentava, por exemplo, na forma parcial e pouco cuidadosa com que os papéis eram preenchidos, em sentido bem semelhante ao que vi no estudo sobre os não identificados: um preenchimento econômico, pouco dedicado e repleto de termos como “desconhecido”, “ignorado” e campos deixados em branco. Contudo, nos desaparecimentos, esse preenchimento pouco esforçado gerava um efeito importante: revestia os casos de um caráter enigmático que, embora parecesse ser inerente aos desaparecimentos em si, era basicamente efeito da forma parcial e descuidada como os casos eram documentados. Isso se intensificava, ademais, pelo fato de os formulários preenchidos diante de cada caso terem formato adequado para registro de crimes, prescrevendo o preenchimento de dados inexistentes em ocorrências de desaparecimento, como “autor”, “vítima” e “local do fato”. A forma dos documentos, portanto, impactava consideravelmente nos casos de desaparecimento, tornando-os aparentemente enigmáticos e dificultando a própria investigação policial. Afinal, os documentos pareciam registrar casos de difícil solução, em função da escassez de informações disponíveis. Essa escassez, porém, era efeito da própria forma dos documentos e de como eles eram preenchidos pelos policiais.

Não obstante a produtividade das estratégias de investir no tema do acesso e na dimensão material dos papéis, também a de interpelá-los em termos de sua agência foi um caminho analítico muito produtivo nessa segunda pesquisa. A leitura diária, repetida e cumulativa de casos

documentados no setor me permitiu construir um dos argumentos centrais do trabalho (Ferreira, 2013): o argumento de que, embora vistos como irrelevantes pelos policiais, aqueles papéis são parte crucial da administração policial de casos de desaparecimento no Rio de Janeiro, e isso não só pelo efeito que a forma dos papéis tem sobre os casos. A administração policial dos casos na cidade, como compreendi na pesquisa, ocorre principalmente pelo que chamei de “delegação de responsabilidade”: ainda que registrem os casos e tenham o dever legal de investigá-los, os policiais delegam para as famílias dos desaparecidos a responsabilidade de encontrar seus desaparecidos. O ponto central a destacar aqui é que eles fazem isso mediante conselhos, compromissos e sutis acusações de natureza moral que são, com efeito, registrados em documentos. A efetivação dessa “delegação de responsabilidades”, nesse sentido, depende fortemente da materialidade que esses conselhos, compromissos e acusações ganham ao serem registrados, revelando as muitas capacidades performativas daqueles documentos.

Agência e micropolítica da documentação no serviço assistencial

Mais recentemente, investi na terceira e última pesquisa que recupero aqui: a etnografia em um serviço público de assistência social voltado para familiares de crianças e adolescentes desaparecidos no Rio de Janeiro. As duas ações principais do serviço são prestar atendimento às famílias, ouvindo e registrando os casos, e ajudá-las na localização das crianças por meio da divulgação sistemática de retratos de cada um deles em suportes gráficos variados: cartazes, rótulos de botijão de gás, verso de recibos de pedágio de rodovias e contracheques de pagamento de servidores públicos, entre outros. Os funcionários que atuam no serviço reúnem os retratos das crianças cujos casos de desaparecimento são por eles registrados e os distribuem por esses meios de divulgação. Cada cartaz, rótulo de gás, recibo de pedágio ou contracheque indica, ao lado da fotografia, o nome e o número de telefone daquela repartição. Qualquer pessoa que veja as fotografias e tenha

notícias ou suspeitas sobre o paradeiro de alguma das crianças retratadas pode prestar essa informação ao serviço usando o telefone indicado.

No curso do trabalho de campo, entendi que os retratos das crianças entregues para divulgação eram oriundos de acervos domésticos, sendo na maior parte das vezes recortados de fotos maiores das crianças com outros familiares e retiradas de álbuns e coleções pessoais. Ao serem incluídos nos cartazes, porém, convertiam-se em outro tipo de artefato gráfico, distanciando-se do mundo dos acervos privados e aproximando-se justamente do universo dos papéis oficiais. Por mais distintas em forma e conteúdo que fossem dos papéis que eu havia analisado nas pesquisas anteriores, também aquelas fotografias, quando impressas nos cartazes, tornavam-se documentos burocráticos –passíveis, portanto, de ser submetidas às mesmas estratégias analíticas que eu voltara para os papéis dos não identificados examinados no IML ou dos casos de desaparecimento geridos pela polícia. Comecei a alargar, assim, meu entendimento do que são documentos burocráticos: afinal, registros como aqueles retratos pareciam poder ser “fotos de família” durante muitos anos e passar a ser “documentos burocráticos” ao ser entregues, copiados e reproduzidos em cartazes por um serviço público como aquele em que eu pesquisava.

Acionando, então, a estratégia de interpelar aqueles documentos em termos de suas capacidades performativas, pude identificar o papel central das fotografias na produção do problema público do “desaparecimento de crianças e adolescentes” e, em alguns casos, na justificação de intervenções feitas em unidades domésticas por parte de diferentes agentes de Estado, como argumentei depois (Ferreira, 2017). Investir na agência daqueles artefatos gráficos, portanto, foi bastante produtivo nesse caso. Mas, como sugeri, fazer isso foi possível apenas porque a etnografia no serviço e a repetida observação e o manuseio de cartazes e outros meios de divulgação das fotografias levou-me a ampliar meu entendimento do que sejam documentos burocráticos de modo a abranger suportes de informação menos facilmente identificáveis como papéis oficiais. Não obstante, essa ampliação não se fez apenas em direção aos retratos das crianças.

Embora aquela fosse uma repartição assistencial, dedicada à proteção dos familiares de desaparecidos e a ajudá-los a encontrar suas crianças, a primeira das ações principais do serviço – ouvir e registrar os casos mediante preenchimento de formulários padronizados – revelava cotidianamente o caráter acusatório do atendimento ali prestado. Todos os familiares que chegavam ao serviço eram interrogados sobre as seguintes questões impressas nos formulários preenchidos por lá: se, na família da criança desaparecida, há “espancamento”, “alcoolismo”, “uso de tóxicos”, “violência doméstica”, “abuso sexual” e “maus-tratos”; se os pais trabalham, e se esse trabalho é formalizado. Essas categorias, impressas de modo padronizado nos documentos, revelavam um conjunto de estigmas e de preconceções sobre unidades domésticas de crianças desaparecidas, documentando-as segundo parâmetros flagrantemente acusatórios. Analisar o conteúdo desses papéis parecia suficiente para identificar isso. Não obstante, investir na micropolítica das interações entre documentadores e documentados, última das estratégias analíticas que sistematizei neste artigo, permitiu-me ir além da constatação desses parâmetros acusatórios vigentes no serviço.

As famílias atendidas ali não eram passivas diante da forma de documentação à qual eram submetidas. Ao contrário, acionavam uma tática bastante recorrente, revelada por um elemento ao mesmo tempo trivial e muito significativo do cotidiano daquela e de tantas outras repartições públicas no Brasil: as pastas e os envelopes de documentos que eles mesmos levavam ao serviço quando iam procurar ajuda para localizar suas crianças. Essas pastas não guardavam somente os papéis exigidos para cadastramento de um caso na repartição, como documentos de identificação civil, comprovante de residência, Registro de Ocorrência Policial e fotografia da criança. Além desses e de outros documentos oficiais, também cartas, cartões e mesmo desenhos feitos pelas crianças em dias festivos, ao lado de boletins escolares, cartões de vacinação e pequenos bilhetes eram muitas vezes apresentados aos funcionários do serviço e incluídos em cópia nas pastas do que ali são chamados de “casos”, como fui notando ao longo da pesquisa.

Apresentados em meio a narrativas sobre a dedicação e a atenção concedida às crianças, esses papéis consistiam em um mecanismo acionado pelas famílias para disputar os parâmetros por meio dos quais são descritas no setor, procurando estabelecer outros termos nos quais pudessem ser documentados: não como famílias onde há “espancamento” ou “uso de tóxicos”, mas como famílias cuidadoras e afetuosas. O crucial de sublinhar aqui é que essa disputa era feita justamente com os documentos, o que pode compreender ao investir analiticamente na micropolítica das interações entre quem documenta e quem é objeto de documentação naquela instituição estatal. Os documentos em questão, porém, em nada se pareciam com os formulários padronizados (e acusatórios) usados no serviço, e era justamente por isso que serviam como instrumentos de disputa acionados pelas famílias atendidas ali.

Considerações finais

A noção de que documentos burocráticos são objetos que não podem ser desconsiderados ou tomados como simples fontes de informação que não merecem atenção em si mesmos está consolidada na antropologia. O entendimento desses papéis como mediadores, dotados da capacidade de transformar, traduzir, distorcer, deslocar e modificar aquilo que carregam e veiculam, tem comparecido em inúmeras discussões e pesquisas que, como provoca a literatura especializada, tem olhado *para* esses documentos, e não *através* deles, e levado a sério que esses suportes materiais de informação, tão frequentemente encarados como tediosos, repetitivos e excessivamente formais, podem desempenhar funções e gerar efeitos no mundo social que vão muito além da função referencial e informacional.

Mas o que fazemos quando olhamos *para* esses papéis? Como procedemos para analisá-los antropologicamente? Quais são os “modos de fazer” da pesquisa antropológica com esses documentos? Se eles são mais que meros rastros materiais de processos de Estado (Ferreira, 2009) e podem, por isso, ser tomados como campo de indagação (Muzzoppapa; Villalta, 2011)

ou como artefatos etnográficos, de que estratégias analíticas lançamos mão quando nos deparamos com eles em campo? Busquei dialogar com essas perguntas, somando algumas reflexões às elaborações de Muzzoppapa e Villalta (2011), Hull (2012a), Vianna (2014) e Lowenkron e Ferreira (2020), que vêm discutindo as especificidades da pesquisa antropológica com documentos.

Partindo da constatação do crescente interesse antropológico por documentos burocráticos, apresentei algumas dimensões e os aspectos gerais da pesquisa com esse tipo de artefato, a partir da literatura sobre o tema, de exemplos de etnografias feitas no Brasil e de minhas investigações. Em seguida, sistematizei quatro estratégias analíticas recorrentes e especialmente produtivas nesse tipo de estudo. Feito isso, recuperei brevemente três pesquisas com documentos que realizei, perguntando: o que significou tomar documentos como campos de indagação em cada uma delas? Quais foram as razões específicas pelas quais esse movimento se deu? Que estratégias analíticas utilizei em cada pesquisa, e com que resultados? Responder a essas perguntas permitiu-me demonstrar que a experiência cumulativa desses estudos ampliou meu entendimento do que são os documentos burocráticos e dos muitos papéis que eles podem desempenhar tanto na rotina de instituições estatais quanto no desenho metodológico de pesquisas antropológicas. Espero, com isso, contribuir e dialogar com pesquisadores que estejam enfrentando, cada um à sua maneira, seus próprios encontros etnográficos com papeladas burocráticas.

Referências

- ABRAMS, P. [1977]. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.
- BEAR, L.; MATHUR, N. Introduction: Remaking the Public Good: A New Anthropology of Bureaucracy. *The Cambridge Journal of Anthropology*, v. 33, n. 1, p. 18-34, 2005.

BERNSTEIN, A.; MERTZ, E. Introduction: Bureaucracy: Ethnography of the State in Everyday Life. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 34, p. 6-10, 2011.

BEVILÁQUA, C. B. Burocracia, criatividade e discernimento: lições de uma cafeteira desaparecida. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 3, p. e178843, 2020.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 91-135.

COROSSACZ, V. R. *O corpo da nação: classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro*. Coleção Etnologia, v. 6. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CUNHA, O. M. G. da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DAS, V.; POOLE, D. (ed.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

ESCÓSSIA, F. da. *Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FARIAS, J. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

FERREIRA, L. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: E-papers/Laced, 2009.

FERREIRA, L. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos”. *Mana*, v. 19, n. 1, p. 39-68, 2013.

Ferreira, L. Faces da desigualdade: os efeitos da circulação de retratos de crianças desaparecidas no Brasil. *Papeles del CEIC*, v. 1, p. 171, 2017.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FREIRE, L. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. *Cadernos Pagu*, v. 48, p. e164813, 2016.

GUPTA, A. Blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state. *American Ethnologist*, v. 22, n. 2, p. 375-402, 1995.

GUPTA, A. *Red Tape*: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

HORTON, S. B.; HEYMAN, J. (ed.). *Paper Trails*: migrants, documents, and legal insecurity. Durham: Duke University Press, 2020.

HULL, M. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 251-267, 2012a.

HULL, M. *Government of paper*: the materiality of bureaucracy in Urban Pakistan. Berkeley: University of California Press, 2012b.

LACERDA, P. *Meninos de Altamira*: violência, “luta” política e administração pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos*: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 17-52.

LUGONES, M. G. *Obrando en autos, obrando en vidas*: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: E-papers/Laced, 2012.

MITCHELL, T. Society, Economy, and the State Effect. In: STEINMETZ, G. (ed.). *State/Culture*: State-Formation after the Cultural Turn. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.

MORAWSKA VIANNA, C. A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. *Revista Antropológicas*, ano 18, v. 25, n. 2, p. 22-40, 2014.

MUZZOPAPPA, E.; VILLALTA, C. Los documentos como campo. Reflexiones teórico metodológicas sobre um enfoque etnográfico de archivos y

documentos estatales. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 47, n. 1, p. 13-42, 2011.

NADAI, L. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. 2018. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

NADAI, L.; VEIGA, C. Fazer falar pedaços de carne: comparações entre laudos periciais em casos seriais produzidos pelo IML de Campinas e de Juiz de Fora. In: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 179-216.

NAVARO-YASHIN, Y. Make-believe papers: affective interaction between documents and people in Britain and Cyprus. *Anthropological Theory*, v. 7, n. 1, p. 79-98, 2007.

ONTO, G. Competition on paper: artifacts of visualization in antitrust policy. *Economic Sociology*, v. 20, p. 24-30, 2019.

ONTO, G. Documentando relações e relacionando documentos: sobre a materialidade das práticas de conhecimento na regulação econômica. In: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 53-76.

PEIRANO, M. Sem lenço, sem documento. *Sociedade e Estado*, v. 1, p. 49-63, 1986.

PEIRANO, M. De que serve um documento? In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 13-37.

RILES, A. *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

SCHRITZMEYER, A. L. P. Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários. *Vivência: revista de antropologia*, v. 1, n. 46, p. 93-112, 2015.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NuAP/UFRJ, 2002.

STOLER, A. L. Affective States. In: NUGENT, D.; VICENT, J. (ed.). *A Companion to Anthropology of Politics*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2007. p. 4-20.

STRONG, A. *Documenting Death: maternal mortality and the ethics of care in Tanzania*. Oakland: University of California Press, 2020.

TROUILLOT, M. R. The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind. In: TROUILLOT, M. R. *Global Transformations: Anthropology and the Modern World*. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 79-96.

VIANNA, A. *O mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, S.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014. p. 43-70.

VIANNA, A. *Limites da minoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. 2002. 340 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VILLALTA, C. *Entregas y secuestros*. La apropiación de “menores” por parte del Estado. 2006. 325f. Tese (Doutorado em Ciências Antropológicas) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2006.

WEBER, M. Burocracia. In: WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. p. 229-282.

O museu como casa e a casa como museu: sobre fazer a história da antropologia longe de casa

Fernanda Azeredo de Moraes

O museu como casa e a casa como museu são provocações e propostas de inversão do olhar: ao pensar a vida doméstica de um museu, assim como a vida produtiva de um lar, eu proponho que levemos à sério a porosidade desses espaços, artificialmente separados por uma narrativa moderna que opõe o público do privado. Quais são as dinâmicas sociais ou arquitetônicas adotadas pelos habitantes de uma instituição científica a fim de “domesticar” (Carsten, 2018) o espaço e as relações de trabalho, de forma a nelas instituir laços de confiança e de hierarquia análogos àqueles encontrados no espaço doméstico? De que formas o trabalho, gratuito, feminino e invisibilizado, realizado dentro de casa ou no interior de relações conjugais, constrói carreiras e patrimônio no meio científico? Como a experiência de pesquisar “longe de casa”, no exterior, revela o valor da entidade “casa”, em sua materialidade e simbolismo, na prática de produção do conhecimento?

O presente texto procura contribuir ao debate sobre a feitura de outras histórias da antropologia, no Brasil e alhures. A partir da minha pesquisa de doutorado, que toma como objeto de estudo as colaborações íntimas entre antropólogos e antropólogas na antropologia francesa do entreguerras, busco, nas próximas páginas, sistematizar minhas experiências de campo, entre livros, arquivos, casas e museus, de forma a explicitar as eventuais dificuldades e vantagens que podem implicar um “olhar de fora” na história da antropologia.

Para isso, em um primeiro momento, eu apresento meu percurso, entre o mestrado e o projeto de doutorado, que me levou à construção de meu objeto de estudo. Em seguida, já “no estrangeiro” eu descrevo as “descobertas” de campo que me levaram a me interessar pela vida doméstica de uma instituição central na história da antropologia francesa, o Museu do Homem. A partir de trocas com aqueles que nomeio “guardiões de arquivos”, eu analiso as condições de acolhimento e de acesso de pesquisadoras estrangeiras em um contexto de ciências sociais predominantemente estruturado por uma divisão geopolítica de campos e teorias. Após essas considerações metodológicas e epistemológicas, eu demonstro, a partir de elementos oriundos do meu trabalho em arquivos, assim como da observação de casas de antropólogos, o valor dos estudos de gênero para a história da antropologia.

Desde o mestrado, eu me dedico a pensar e a pesquisar a questão da endogamia acadêmica (Abir-Am; Outram, 1987; Schiebinger; Henderson; Gilmartin, 2008; Moraes, 2012), e principalmente os efeitos de gênero que essa “regra matrimonial preferencial” produz nas carreiras de homens e mulheres. Durante essa primeira pesquisa, eu analisei as narrativas de vida de quatro pesquisadoras da área das ciências humanas da cidade de São Paulo. Esse trabalho me ensinou muito sobre a delicadeza própria ao objeto de pesquisa que me interessa. Por delicadeza, refiro-me à complexidade e à sutileza envolvidas na condução de entrevistas e observações sobre aspectos da vida privada, das relações afetivas, dos vínculos entre o trabalho doméstico e a produção de conhecimento, entre o trabalho de cuidado e a construção de carreiras científicas, de pessoas com quem partilhamos disciplinas e universidades.

A experiência do mestrado me fez pensar em uma outra abordagem metodológica para a pesquisa de doutorado. Na época, a estratégia histórica – ou seja, de realizar uma pesquisa a partir de documentos de pesquisadoras e pesquisadores do passado – em um contexto disciplinar estrangeiro, “fora de casa”, parecia oferecer-me as condições de distanciamento

necessárias para a realização de uma análise antropológica desse tipo de experiência de colaboração íntima.

A adoção desses “amortecedores metodológicos”, encorajou-me a propor ainda um trabalho localizado precisamente na história da antropologia, disciplina na qual esse modelo de amálgama entre vida e trabalho se revela particularmente importante. Os múltiplos e célebres casais de antropólogos facilmente identificáveis ao longo das histórias da nossa disciplina – por exemplo, Margaret Mead e Gregory Bateson, nos Estados Unidos; Berta e Darcy Ribeiro no Brasil; Edith e Victor Turner (Engelke, 2004), no Reino Unido, para citar apenas três – fariam disso um fato notório e digno de estudo.

Ora, a história da antropologia brasileira já contava, desde o final dos anos 1990, com estudos sobre o caso fundamental e paradigmático de um casal de antropólogos e de uma pesquisadora convertida, pela história, em uma “mulher de”. O trabalho de Mariza Corrêa (2003) sobre Dina Dreyfus¹, primeira esposa de Lévi-Strauss, apontava então uma direção geográfica e histórica a seguir, ou seja, a antropologia francesa do entreguerras² – “campo” já abordado sob lentes de gênero por Miriam Grossi (2006). Em idos

1 Nascida Fernande Dreyfus, ela adota ainda nos anos 1930 o nome de Dina, com o qual assina por toda a sua vida, seja como Dina Lévi-Strauss (entre 1932 e 1941), seja como Dina Dreyfus. Nome de uma personagem do velho testamento, “Dina” significa, segundo a tradição hebraica, “julgamento” ou ‘aquela por quem se faz justiça’. No meu trabalho, opto por usar seu nome de casada quando me refiro a documentos da época em que ela usou essa assinatura, e seu nome de solteira para me referir à sua pessoa de forma geral. Além disso, dou igualmente preferência ao uso de seu nome em vez do seu sobrenome, uma vez que “Dina”, contrariamente a Dreyfus ou a Lévi-Strauss, foi um nome que ela escolheu para ela mesma.

2 Há um importante debate histórico e epistemológico sobre a nomeação e as divisões disciplinares no contexto francês, entre etnologia (nome em voga a partir dos anos 1920), antropologia (nome que ganha força depois da Segunda Guerra Mundial), a etnografia e a antropologia física. Para fins desse trabalho, eu utilizei o nome antropologia para me referir à história da disciplina, fazendo eventualmente uso de “etnologia” quando esse respeita a terminologia usada pelos atores. Para mais sobre isso ver: *Ethnographie, ethnologie et africanisme. La disciplinarisation*, de Emmanuelle Sibeud (2006).

de 2016, enquanto escrevia meu projeto, os excelentes trabalhos de Silvana Rubino (1989), Carlos Sandroni (2002), Luis Donizete Grupioni (2008) e de Luísa Valentini (2013), além do maravilhoso livro de Mariza Corrêa, me faziam crer que tudo que havia para conhecer sobre a colaboração de Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss já estava escrito e que esse caso célebre seria apenas uma “porta de entrada” para a minha pesquisa. Ao mesmo tempo, abundância e riqueza das instituições arquivísticas relativas à antropologia francesa do entreguerras me asseguravam as fontes documentais para a realização de um trabalho que pudesse transpor as fronteiras da biografia ou da prosopografia de forma a aceder a um fenômeno histórico, sociológico e da ordem do parentesco (portanto antropológico).

Antes de vir para a França no final de 2017, comecei a pesquisa em catálogos virtuais de arquivos antropológicos franceses. Esse mapeamento documental revelou a pertinência da pista de pesquisa adotada: eram de fato numerosos os fundos documentais com referência a casais de pesquisadores no período escolhido – mas também de períodos posteriores e anteriores. Além disso, o trabalho nos catálogos revelava a existência de documentos pessoais e etnográficos de Dina Dreyfus, na época desconhecidos da historiografia brasileira (Portela, 2020). Mesmo assim, de longe, no sul do Brasil, eu me dizia que esses documentos provavelmente já teriam sido analisados por historiadores e historiadoras da antropologia francesa. Hoje eu sei que a memória e as histórias nacionais da nossa disciplina são mais suscetíveis às dinâmicas políticas de patrimonialização³ do que eu antes ingenuamente imaginava.

3 O que eu chamo aqui de patrimonialização se refere aos usos identitários da história, nesse caso disciplinar, marcados por dinâmicas sentimentais e nacionais (ou mesmo nacionalistas) que lhe são próprias. Sobre isso, ver: Daniel Fabre, 2001; Chiara Bortolotto e Sylvie Sagnes, 2016.

O museu como casa

Chegando no meu “campo” em Paris, pude constatar rapidamente a riqueza dos trabalhos historiográficos sobre esse período de institucionalização da antropologia francesa. No final de 2017, foram organizadas conferências sobre o diretor fundador do Museu do Homem, Paul Rivet⁴, e grandes obras que propunham um apanhado geral sobre a antropologia do entreguerras acabavam de ser publicadas (Blanckaert, 2015; Delpuech; Peltier; Laurière, 2017). Embora esses trabalhos mencionassem a importante presença de mulheres durante os anos fundadores da antropologia social francesa, poucos textos se dedicavam a realizar um olhar mais demorado sobre a questão de gênero nesse universo. Lembradas constantemente como “*petites mains*”, elas foram as “pequenas mãos” responsáveis pela organização das coleções etnográficas no museu e, em muitos casos, pelas coletas de peças e informações em campo. Com a exceção do trabalho de Marianne Lemaire (2011) e de outras pesquisas de cunho biográfico sobre algumas figuras de africanistas (Coquet, 2014; Todorov, 2016), a historiografia francesa da disciplina me parecia ainda muito concentrada em figuras masculinas tutelares.

Além da questão de gênero, os trabalhos sobre os “grandes homens” e “suas” instituições padeciam igualmente, a meu ver, de uma perspectiva hagiográfica que contribuía em alguns casos, de forma consciente ou não, para a patrimonialização de personagens e instituições que foram instrumentais para o império colonial francês. Apesar da inegável qualidade e do rigor das pesquisas que dão base a muitos desses trabalhos, parece-me que a proximidade (imaginada ou real) com esses personagens do passado disciplinar produz, de certa forma, relações de filiação que coíbem abordagens mais críticas capazes de olhar, a contrapelo, o contexto social amplo no qual eles (invariavelmente homens) se inseriam. Essa dificuldade gera, como eu iria descobrir, tensões entre os e as especialistas “autóctones” e

4 Colloque international “Paul Rivet: un pont entre deux rives” (1920–1950) Musée de l’Homme et musée du quai Branly – Jacques Chirac, 14 et 15 décembre 2017.

“estrangeiros”, mas também certa divisão de objetos de pesquisa considerados como “apropriados” ou “inapropriados”.

Um exemplo do meu campo-arquivo: o fundador do *Musée de l’Homme*, o antropólogo Paul Rivet, figura central da antropologia francesa e do americanismo na primeira metade do século XX foi o responsável pela grande reforma do antigo Palais de Chaillot que, em 1937, transformou-se no suntuoso prédio que abriga o Museu do Homem até hoje.

Fazendo pesquisa nos arquivos dessa instituição, encontrei as plantas e os projetos desse palácio modernista⁵ que indicavam um elemento interessante para minha pesquisa, aparentemente de conhecimento geral, mas pouquíssimo mencionado ou analisado nos muitos textos e eventos dedicados à memória desse personagem: o fato de que Paul Rivet tinha feito construir, para si, um apartamento de função no último andar do museu, apartamento duplex, com um enorme terraço com vista para a torre Eiffel, onde ele viveu com sua esposa, Mercedes Rivet, *née* Andrade Chiriboga, e com sua amante, Caroline Vacher, *née* Bulan, até o final de sua vida, em 1958 (ou seja, quase dez anos após ter se aposentado de seu cargo de diretor da instituição).

Foi nesse mesmo apartamento onde ele realizou semanalmente, a cada domingo, entre 1937 e 1941, e após seu retorno do exílio, entre 1944 e 1958, recepções à comunidade “latina” e americanista de Paris (Duarte, 1960). Além de Mercedes Rivet e Caroline Vacher, nesse museu-casa Paul Rivet contava ainda com a presença e assistência de suas irmãs Madeleine e Suzanne Rivet (Laurière, 2008)⁶. “Solteironas”, elas trabalhavam de forma não (ou raramente) remunerada no secretariado do Institut

5 Os arquivos do Museu do Homem se encontram nos arquivos do Muséum National d’Histoire Naturelle (MNHN). As plantas e os projetos se encontram sob o código: 2 AM 1 H5.

6 Como conta Christine Laurière (2008, p. 350): “*Il fait appel à ses sœurs, Suzanne et Madeleine, pour assurer le secrétariat; nombre de générations d’étudiants en ethnologie vont ainsi connaître ‘les demoiselles Rivet’, cerbères de leur frère, maillons incontournables de l’Institut*”.

d’Ethnologie e do Museu do Homem, cuidavam do apartamento na sua ausência e, ao que tudo indica, se encarregavam de organizar as ditas recepções (Dupaigne, 2017, p. 227). Após a morte de Paul Rivet, sua viúva, Mercedes Rivet, continuou vivendo nesse distinto endereço por ainda dois anos, para a infelicidade do novo diretor da instituição, Henri Vallois, tal como testemunhado nas correspondências conservadas nos arquivos⁷.

De fato, a vasta documentação disponível permite visualizar uma verdadeira “vida de condomínio” no interior desse museu. Disputas sobre a divisão das contas de água e de luz entre o apartamento de função e a instituição científica, casos de vazamentos, a instalação de um telefone no quarto do diretor, todos são elementos documentados em fundos acessíveis para quem estiver interessado. Além disso, como aprendi em entrevistas, esse apartamento também foi residência temporária para pesquisadores e pesquisadoras (e seus filhos) antes de sua partida para o campo. Paulo Duarte, intelectual brasileiro, amigo íntimo do diretor do Museu do Homem, conta que a instituição era comumente referida como “a casa de Rivet” (1960, p. 6). Tudo isso corrobora a imagem, pintada por pesquisadoras e pesquisadores que se formaram e trabalharam no Palais de Chaillot no entreguerras, do museu como a casa de uma “pequena família etnográfica”.

Entre o final dos anos 1960 e os anos 1980, o apartamento de função da cobertura do Museu do Homem foi ocupado por um ex-presidente da França (René Coty), pelos seus herdeiros, por um ministro do interior (Christian Fouchet) e por ilustres pesquisadores do Muséum National d’Histoire Naturelle (Dupaigne, 2017), instituição da qual o Museu do Homem é dependente. Hoje em dia, o imóvel se encontra abandonado. Sem moradores e deteriorado, ele é usado pelo museu como depósito, como vestiário para operários que trabalham nas reformas no prédio, ou ainda como espaço de almoço e descanso (também sala para aulas de yoga) para os funcionários da instituição. O estado atual desses aposentos me parece

7 MNHN, código: 2 AM 1 H1.

significativo em relação às dificuldades do museu – e da disciplina que ele ajudou a institucionalizar na França – em lidar com certas facetas do seu passado.



Vista de um dos cômodos do primeiro andar do apartamento.

Foto da autora, janeiro de 2022.

Eu pude visitar esse apartamento em janeiro de 2022, graças à ajuda do então diretor do Museu do Homem, o arqueólogo André Delpuech. No dia da minha visita, fui recebida na entrada de funcionários por um agente de segurança que, depois de me pedir documentos de identidade e meu atestado vacinal, perguntou: “A senhora já conhece a casa?”. Ainda que ele fizesse evidente referência ao museu, o uso da palavra casa (*maison*) me enviou diretamente ao fato que eu estava indo “visitar um apartamento” e que esse museu era também uma casa, como os arquivos já haviam demonstrado. No elevador, enquanto me acompanhava até a sala de espera, muito

simpático, ele perguntou de onde eu vinha. Quando eu disse ser brasileira, ele sorriu e me disse: “Ah, o Brasil! Nós somos então da mesma família! Meu bisavô de parte de mãe era brasileiro, Da Silva. Você sabe, existem muitas relações entre a Guiné e o Brasil”. Ao se despedir, ele me disse: “Eu só te acompanhei até a sala de espera porque nós somos da mesma família”.

Como minha pesquisa exploratória já indicava, muitos dos “grandes homens” da antropologia francesa do primeiro século XX, como Claude Lévi-Strauss, Alfred Métraux e André Leroi-Gourhan, começaram ou desenvolveram suas carreiras no Museu do Homem. Em muitos casos, eles partilharam essa “casa” com pesquisadoras ou assistentes que se tornaram suas esposas, essas majoritariamente pouco, quando não completamente, desconhecidas. Fatos notórios, vastamente documentados e transcorridos há quase um século de distância, eles informam, mediante testemunhos e arquivos, sobre as relações de gênero, de colaboração íntima, de divisão de trabalho doméstico e de prestígio científico dessa que ficou conhecida como a “geração Rivet”⁸.

Foram essas pistas – ao mesmo tempo do arquivo e da observação – que me fizeram pensar o Museu como uma casa e me propor a analisar a vida “doméstica” da instituição. Para isso, eu me interessei por descrever quem morou nesse prédio – além do diretor, sua esposa, sua amante e sua empregada (que morava em uma *chambre de bonne* anexa ao duplex do diretor); havia ainda, no subsolo do museu, um apartamento de serviço onde residiam um casal de zeladores. Considerado uma casa – um “*foyer spirituel*” nas palavras de André Leroi-Gourhan (2004, p. 59) – para toda uma geração de pesquisadoras e pesquisadores, foi nesse espaço onde muitos e muitas iniciaram suas carreiras e, também, formaram família. Mais do que listar seus residentes – locatários, funcionários ou proprietários –,

8 Para me referir à geração de pesquisadores e pesquisadoras franceses(as) formados(as) no entreguerras, empresto parte do nome de uma exposição organizada no Museu do Quai Branly – Jacques Chirac entre novembro de 2017 e janeiro de 2018, intitulada “Geração Rivet: etnólogos, missões e coleções nos anos 1930” (“*Génération Rivet: Ethnologues, missions et collections dans les années 1930*”).

interessa-me pensar esse museu como uma casa e, por consequência, analisar a divisão sexual do espaço, do trabalho e do reconhecimento que ali tomou forma.

Contudo, como pude perceber rapidamente, em discussões com pesquisadores, pesquisadoras e arquivistas, esses eram assuntos sensíveis – para não dizer vistos como “corrosivos” ou, no melhor dos casos, inusitados. Como eu já havia aprendido no mestrado, entrar “na casa dos outros” é algo delicado, e nem sempre há um porteiro “da família” para nos receber.

Os guardiões de arquivos

Antes de abordar um dos raros (embora não isolado) casos de resistência que encontrei durante minha pesquisa, é importante destacar que, ao exemplo dos generosos agente de segurança e do então atual diretor do Museu do Homem, meu trabalho beneficiou do interesse e da receptividade de diferentes pessoas. Ao me abrirem portas, gavetas ou caixas, elas fizeram essa pesquisa possível. Além disso, o exemplo do brasileiro Paulo Duarte, amigo íntimo de Paul Rivet e notável “habitante” do Museu do Homem durante a primeira metade do século XX, indica, a meu ver, o caráter eminentemente ficcional que reveste distinções arbitrárias entre “nós” e “outros”, entre “nativos” e “estrangeiras”, ou ainda, entre histórias que seriam exclusivamente francesas ou brasileiras. Contudo, essa ficção, ou seja, essa ideia do estrangeiro enquanto representante de uma diferença inassimilável (Balibar, 2012, p. 28), é frequentemente articulada de forma a impor barreiras aos olhares percebidos como estranhos ou incômodos.

Posso dar um exemplo a partir do meu trabalho nos arquivos franceses. Em 2019, encontrei pistas de pesquisa interessantes no catálogo virtual do arquivo de um outro pesquisador membro da missão francesa da USP de 1935. Companheiro de Dina e Claude e Lévi-Strauss na descoberta da cidade de São Paulo, este pesquisador tinha igualmente viajado com a sua esposa e ambos os casais pareciam partilhar de um modelo similar de colaboração. A partir das indicações do catálogo, eu imaginava poder encontrar no

arquivo informações interessantes sobre a convivência dos dois casais em São Paulo e sobre essas dinâmicas de colaboração íntima que ultrapassam as fronteiras disciplinares da antropologia.

Após contato com o arquivista responsável por esse fundo documental, indicaram que eu deveria pedir autorização para o responsável, o “*ayant droit*”, desse arquivo. À essa altura eu já estava habituada a essa exigência, comum a muitos fundos documentais. Eu já havia consultado os arquivos de Lévi-Strauss na suntuosa Biblioteca Nacional Richelieu, assim como as correspondências de Marcel Mauss no Collège de France e os diários não publicados de Alfred Métraux no *Laboratoire d’Anthropologie Sociale*. Se em alguns casos tudo se resolvia através de uma rápida troca de e-mails, em outros esse contato abria o espaço para a realização de entrevistas fundamentais para o meu trabalho, como as que pude realizar com Monique Lévi-Strauss, viúva e gestora do arquivo de Claude Lévi-Strauss, sobre as quais voltarei mais tarde.

Enviei, portanto, um e-mail ao responsável do arquivo em questão, no qual explicava o tema da minha pesquisa e apresentava minhas afiliações institucionais. Sua resposta foi reticente, para dizer o mínimo. Fazendo referência a um artigo da grande historiadora estadunidense Nathalie Zemon Davis (1992), ele apresentava empecilhos a meu acesso aos arquivos e me alertava contra uma perspectiva “americano-centrista” em relação a essas colaborações íntimas francesas que, segundo ele, eram vividas “em pé de igualdade”. Em seu e-mail, ele me explicava que, desde o casamento, a esposa do pesquisador teria trabalhado *com* ele, ao seu lado, partilhando sua vida e que identificá-la como “assistente de pesquisa de seu marido”, como Davis havia feito, em seu artigo de 1992, seria colar uma etiqueta equivocada e estrangeira sob essa experiência singular.

A troca de e-mails continuou enquanto eu tentava convencer esse guardião de arquivo – e de memória – de minhas intenções eminentemente científicas, da minha compreensão da singularidade de cada colaboração íntima e, ao mesmo tempo, de minha perspectiva de cientista social que buscava identificar as repetições e os padrões por meio da descrição e

análise de experiências, cada qual evidentemente única e particular. Após algumas mensagens, meu interlocutor parou de me responder e eu tive que me contentar em não consultar os documentos desse arquivo.

A correspondência virtual foi, portanto, extremamente significativa em relação a certa reticência da parte dos responsáveis pela memória das ciências sociais *americanistas* francesas em relação aos olhares, possivelmente “americano-centrados” de pesquisadoras norte ou sul-americanas. A alegação de um suposto “americano-centrismo” do meu tema de estudo deve ser entendida no interior de um debate acadêmico particularmente francês, marcado pela resistência à influência – ou mesmo pela recusa a aceitar a legitimidade – de conhecimentos e debates transdisciplinares construídos internacionalmente, mas categorizados geralmente como “anglo-saxões”, como os estudos de gênero ou os estudos culturais.

Entendidos como estrangeiros, esses saberes, esses conceitos e essas teorias seriam vistos como inadequados para compreender aquilo que se convencionou chamar de “excepcionalidade” ou “singularidade” francesa, principalmente no que concerne às relações de gênero e à conjugalidade. Segundo os e as adeptas dessa ideia⁹, contrariamente ao restante da Europa, na França (hexagonal) as relações entre homens e mulheres seriam excepcionalmente estranhas a toda forma de violência e dominação. Marcadas mais pela troca do que pelo conflito, esses laços seriam caracterizados por uma ordem complementar e um equilíbrio persistente, frutos de um condensado harmonioso entre a civilidade do *Ancien Régime* e a modernidade republicana (Perrot, 1995, p. 113).

Assim, o que as ressalvas, e a eventual recusa, do responsável do arquivo indicavam era a presença de um discurso ideológico nacional em torno das relações de gênero e da (im)possibilidade de construir uma história

9 A historiadora Mona Ozouf e a filósofa Elisabeth Badinter são algumas das mais conhecidas defensoras dessa perspectiva. Para uma visão crítica sobre esse tema, ver: *Une histoire sans affrontements*, de Michelle Perrot (1995); *Vive la différence!*, de Joan W. Scott (1995).

– das ciências e da antropologia – que pudesse atribuir a justa parte às mulheres, sem sucumbir às armadilhas do romance nacional. Mais do que uma tensão antropológica típica ao encontro etnográfico, na qual o “nativo” se vê “estudado” pelo antropólogo ou pela antropóloga estrangeiro(a), trata-se, nesse caso, de uma recusa a ocupar o outro lugar dessa relação dicotômica, de aceitar as etiquetas, teorias e questões da pesquisadora estrangeira. Quando as coordenadas geopolíticas da pesquisa se invertem (Affaya; Mahiedin; Moraes, 2023), o olhar distanciado parece tornar-se mais incômodo. Relação difícil que resulta de estruturas geopolíticas de longa duração, daquilo que Gustavo Lins Ribeiro (2007) tão bem nomeou de “provincialismo metropolitano”.

De fato, a persistência dos “ares geográficos”, enquanto estruturantes do mundo da pesquisa, tanto quanto de uma supervalorização da etnografia em território extraeuropeu (para não dizer do Sul global), foram algumas das particularidades que mais me surpreenderam no meio antropológico francês logo da minha chegada¹⁰. Formada segundo a tradição disciplinar brasileira, eu havia feito, até então, meus estudos em universidades não hegemônicas no cenário antropológico nacional, onde precisamente os estudos de gênero e a teoria feminista ocupavam um papel importante na apropriação e na tradução de teorias estrangeiras, propagando um entendimento da disciplina como um discurso internacional, perspectiva típica ao que Gustavo Lins Ribeiro (2007, p. 27) também habilmente nomeou de “cosmopolitismo provincial”.

10 Sobre esse tema, em colaboração com Rim Affaya e Emir Mahieddin, organizei um número especial para a revista *Journal des Anthropologues*, publicado no começo de 2023, sob o título *L'Europe par ses autres* (2022). Com esse número, nós procuramos atualizar o debate sobre a heteroglossia e a cosmopolítica antropológica (Ribeiro, 2007) a partir do contexto disciplinar atual, marcado, ao mesmo tempo, pela crescente diversidade na nossa geração de pesquisadores, mas também, no que concerne o contexto europeu contemporâneo, pela imigração, pela xenofobia crescente e por certa instrumentalização neoliberal da diversidade (Ruggi, 2023).

Convencida da importância de estudar “os de cima” (Nader, 1974) e confiante em uma visão da antropologia enquanto um saber localizado (Haraway, 1995), promotora de um diálogo simetrizante e cosmopolita, eu me propus a estudar a história da antropologia fora de casa, na França. Contudo, mais do que entender uma “área geográfica”, o que me interessa é compreender um tipo de relação típica ao meio acadêmico, que atravessa o público e o privado e que se reproduz tanto no “Norte” quanto no “Sul” global. Ao final da minha pesquisa de arquivo, eu me encontrava com documentos sobre as trajetórias pessoais e profissionais de mais de 20 casais de antropólogos franceses que haviam partido em missões de pesquisa às Américas, à Ásia, Oceania, Europa do Leste e África. Minha pesquisa abrange, portanto, transversalmente, diferentes “*aires géographiques*” e se interessa particularmente pelas conexões históricas entre essas regiões.

Nesse contexto, enquanto meus colegas – assim como os laboratórios e os centros de pesquisa – se definiam enquanto asianistas, africanistas, oceanistas ou americanistas, ou seja, a partir das áreas geográficas de seus “objetos” de estudo, eu não encontrava outra forma de me definir se não segundo os termos da minha formação, ou seja, como uma antropóloga feminista e brasileira. Uma definição dificilmente audível para muitos(as) colegas, professoras e professores daqui.

Assim, ao longo da minha pesquisa, pareceu emergir uma continuidade interseccional, tensa e interessante, entre a memória oficial dos grandes nomes de uma antropologia marcada pelo imperialismo e pelo colonialismo, e o silêncio sobre as dinâmicas de gênero e de parentesco que constituíram suas biografias pessoais e profissionais. Nesse sentido, como eu pude constatar nos arquivos, a recusa às contribuições dos estudos de gênero e da teoria feminista resulta em uma inatenção a dados e personagens capazes de complexificar nosso entendimento sobre as histórias da disciplina.

Missões duplas (ou dúbias)

Uma correspondência entre metrópole e colônia encontrada nos arquivos de Marcel Mauss foi fundamental para a minha pesquisa. Trata-se do diálogo epistolar entre o professor do Institut d'Ethnologie da Université de Paris com um antigo aluno, na época jovem pesquisador e professor de retorno ao seu país natal, o vietnamita Nguyễn Văn Huyên (1905-1975)¹¹. Algumas passagens dessas cartas são exemplares no que concerne às relações íntimas entre casamento e pesquisa de campo. Em uma carta de maio de 1936, Huyên escreve ao professor para lhe contar de seu recente casamento, realizado “precipitadamente” a fim de liberar suas férias escolares para a pesquisa de campo. No ano seguinte ele envia uma nova carta ao mestre, pedindo conselhos sobre a pesquisa que deve realizar em parceria com sua esposa na região de onde ela é originária:

*“Meu caro mestre,
[...] Estou prestes a partir para Lạng Sơn, na terra da minha esposa, onde esperamos conduzir uma investigação etnográfica. Ainda não sabemos o que resultará disso. E isso dependerá em grande parte da quantidade de chuva que cairá lá em cima. De qualquer forma, temos a certeza de que nosso projeto de investigação linguística será concluído com sucesso. E permitimo-nos informá-lo sobre nossas pesquisas.”¹²*

11 Para mais informações sobre a vida e a obra de Van Huyen entre a etnologia e a política em situação (de) colonial, ver: Nguyễn Văn Huyên (1905-1975), *un chercheur en situation coloniale*, de Phuong Ngoc Nguyen (2012).

12 No original: “*Mon cher maître [...] Je m’apprête à partir pour Lạng Sơn au Pays de ma femme où nous espérons mener une enquête ethnographique. Nous ne savons pas encore ce que cela donnera. Et cela dépendra en grande partie de la quantité de pluie qui tombera là-haut. En tout cas, nous avons la certitude que notre projet d’enquête linguistique sera mené à bonne fin. Et nous nous permettons de vous mettre au courant de nos recherches*”. Fundo Marcel Mauss - Henri Hubert (FMM, Collège de France), código: 57 CDF 85-8.

Como pude identificar em correspondências enviadas à Mauss, o uso da primeira pessoa do plural para descrever o trabalho etnográfico é comum entre os antropólogos dessa geração que fazem pesquisas conjuntamente com suas esposas. No caso da carta de Huyên a Mauss, a resposta do professor foi reveladora da importância atribuída por ele à colaboração íntima na pesquisa etnográfica:

*“Meu caro Nguyen Van Nguyen [sic - Huyên]
Estou encantado em saber que você encontrou uma boa colaboradora, obviamente inestimável, na pessoa da sua Mulher. O sucesso da dupla missão Soustelle, da dupla missão Lévy-Strauss [sic] como da dupla missão Lecoœur [sic - Le Coœur] provam como a minha opinião sobre essas duplas missões é fundamentada.”¹³*

Na carta, Mauss não desenvolve sobre essa opinião nem sobre a definição do que ele chama “duplas missões”. No entanto, ele dá ao seu aluno – e à pesquisadora curiosa – três exemplos concretos de jovens casais de pesquisadores, na época recentemente egressos (ambos ou um dos cônjuges) dos cursos do Instituto de Etnologia.

Georgette e Jacques Soustelle obtiveram certificados da instituição antes de partirem, em 1932, para uma missão de pesquisa no México graças a uma bolsa de estudos atribuída por Paul Rivet à Jacques Soustelle.

Antigo aluno de Mauss, nos anos 1930, Charles Le Coœur era professor em uma escola no Marrocos, na época protetorado francês, assim como sua esposa, Marguerite Le Coœur, com quem ele realizava pesquisas etnográficas na região do atual Tchad, financiadas por uma bolsa da Fundação Rockefeller atribuída à Charles Le Coœur graças ao intermédio de Mauss.

13 *“Mon cher Nguyen Van Nguyen [sic - Huyên] Je suis charmé de savoir que vous [vous] êtes acquis une bonne collaboratrice, évidemment inappréciable, dans la personne de votre Femme. Le succès de la double mission Soustelle et de la double mission Lévy-Strauss [sic], comme de la double mission Lecoœur [sic], prouve combien mon avis de ces doubles missions est fondé”.* Maiúsculas originais, FMM, código: 57 CDF 108-46 .

Enfim, o professor elenca igualmente a “dupla missão Lévi-Strauss”, velha conhecida da historiografia da antropologia brasileira, que conta igualmente com uma egressa das salas de aula de Mauss e de Rivet no Instituto de Etnologia, Dina Lévi-Strauss, que obteve um certificado da instituição em 1932¹⁴.

Por “dupla missão” Mauss faz, portanto, referência a um formato de equipe de pesquisa composto por um casal de pesquisadores que parte em missão etnográfica (mas também de antropologia física e de arqueologia, como era de praxe naquele contexto) em regiões tão diversas quanto o Brasil, o México, o Marrocos, o Vietnã, mas também, como pude constatar por meio de minha pesquisa, ao Japão (campo de Arlette e André Leroi-Gourhan entre 1937 e 1939) e à Europa do leste (campo de Jacqueline e René Bénézech em diferentes missões entre 1931 e 1938). É interessante notar que, contrariamente às mais importantes missões de etnográficas francesas do período do entreguerras, grandes equipes multidisciplinares compostas por homens e mulheres dedicados a estudar sociedades africanas então submetidas ao domínio colonial¹⁵, a maioria das “duplas missões” desse mesmo período foram enviadas para além das fronteiras do império colonial francês.

No Brasil, no México ou no Japão, os casais Lévi-Strauss, Soustelle e Leroi-Gourhan deveriam, além de realizar pesquisas de campo e coleções, representar a França em regiões de interesse político, ocupando postos institucionais de prestígio e participando de eventos promovidos pelas elites locais. Para isso, o formato do casal e a presença de mulheres (enquanto, ao mesmo tempo, esposas e pesquisadoras), era particularmente instrumental

14 Livro de diplomas, Institut d'ethnologie, MHNH, código: 2 AM 2 B4 do Muséum National d'Histoire Naturelle.

15 A mais importante dessas missões foi, sem dúvida, a missão Dakar-Djibuti, sobre a qual temos acesso aos diários do secretário da equipe, o antropólogo Michel Leiris (2007), publicados sobre o nome *África fantasma* e traduzidos para o português. Para saber mais sobre o africanismo francês, leia: *Une science impériale pour l'Afrique? La construction des savoirs africanistes en France, 1878-1930* de Emmanuelle Sibeud (2002).

e copiava um modelo histórico da diplomacia (Callan; Ardener, 1984). As duplas missões etnográficas se revelam, portanto, elementos significativos na economia de gênero de uma diplomacia científica que teve por objetivo fazer “resplandecer” (*rayonner*) a cultura e a ciência francesa em áreas de interesse político, como a América Latina.

Com objetivos duplos – ao mesmo tempo científicos e diplomáticos – essas missões realizadas a dois eram também dúbias no que concerne ao estatuto profissional conferido às mulheres. O caso de Dina Dreyfus no Brasil é exemplar. Como mostram os arquivos do Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE), órgão de propaganda responsável pela organização das Missões Francesas no Brasil, antes de sua partida promessas foram feitas à “Mme Lévy-Strauss” através de cartas que indicavam que, uma vez em São Paulo, ela teria um cargo de professora na USP, na Aliança Francesa ou no Liceu Franco-Paulistano. No entanto, como escreve Paul Arbousse-Bastide em um de seus relatórios, ao chegar a São Paulo, “uma decepção aguardava”¹⁶ a aspirante a antropóloga. Nenhum cargo lhe havia sido reservado na recém-fundada universidade, quanto menos no Liceu ou na Aliança Francesa, instituições incapazes de arcar com o salário de uma “*agrégée*” do sistema educativo francês.

A incerteza quanto à sua eventual vinculação institucional, ou seja, quanto à sua atividade profissional e remunerada, reflete a falta de seriedade das promessas feitas pelo governo francês quanto ao futuro profissional da pesquisadora. A partir disso, parece-me possível afirmar que, na perspectiva da SOFE, a contribuição esperada de Dina no Brasil não era concebida em termos institucionais, mas sim como uma contribuição que poderia ser feita no contexto doméstico e/ou de trabalho de campo, enquanto esposa. Como dizia Mauss ao seu discípulo vietnamita, a esposa era percebida nesse contexto como uma colaboradora literalmente inestimável. Assim, seu

16 Relatório não datado intitulado “Note sur le cas de M. Lévi-Strauss et de Mme. Lévi-Strauss”. Archives Diplomatiques (AD), código: 417Q0/443.

trabalho deveria permanecer “inestimado”, ou seja, incomensurável, em termos de retribuição financeira ou de reconhecimento institucional.

A casa como museu

Como os trabalhos de Silvana Rubino (1989) e Luísa Valentini (2013) já mostraram, no Brasil, com a ajuda de Mário de Andrade, Dina conseguiu se esquivar dessa etiqueta de “colaboradora íntima inestimável”, construindo para si uma situação profissional autônoma na Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), e garantindo, por meio deste trabalho, as condições necessárias para a realização das expedições etnográficas do casal Lévi-Strauss. Apesar do importante trabalho etnográfico, antropológico e literário realizado por ela nesse período brasileiro, no final dos anos 1930 ela decidiu abandonar a antropologia e dedicou-se, pelo restante da vida, ao ensino de filosofia. Procurada pelo projeto História da Antropologia no Brasil no final dos anos 1980, sobre essa mudança de disciplina, Dina Dreyfus afirma:

“Talvez, se eu não tivesse me divorciado, eu teria continuado [com a etnografia]. Mas eu me divorciei e tudo isso estava terminado. Claude Lévi-Strauss, por um lado, fez etnologia toda sua vida, você sabe com que sucesso e que importância. E eu, eu me voltei aos meus caros estudos de filosofia.”¹⁷

Mais de 50 anos após as pesquisas de campo com os Kadiwéu, Bororo e os Nambikwara e do seu trabalho sobre o folclore na SEF, Dina conecta, sem hesitar, seu percurso profissional aos eventos da sua vida pessoal.

As “duplas missões”, como a do casal Lévi-Strauss no Brasil dos anos 1930, têm a particularidade de revelar o valor profissional e público que

17 No original: “*Je n’ai plus jamais fait d’ethnographie du tout, plus du tout. Peut être que si j’étais, je n’avais pas divorce, peut être aurais je continué, mais j’ai divorcé et tout ça a été terminé. Claude Lévi-Strauss d’un côté a fait l’ethnologie alors tout sa vie, vous savez avec quel succès, quel importance, et moi je suis retourné à mes chères études, si j’ose dire*”, de acordo com entrevista à Anne-Marie Pessis (Dreyfus, 1998).

pode ser atribuído à vida conjugal, assim como a importância das relações afetivas na produção de obras e carreiras, principalmente na perspectiva de mulheres, mas também na de homens. Nesse sentido, a última parte da minha tese tem como título “A casa como museu”, em que exploro o espaço doméstico como um espaço de produção científica, ou seja, como um lugar onde livros são escritos, debates científicos são realizados (muitas vezes, em torno de uma refeição) e onde, no caso da “geração Rivet”, coleções etnográficas foram constituídas, cuidadas e, muitas vezes, integradas ao patrimônio familiar.

Em menor escala do que na “casa de Rivet”, as casas desses casais de pesquisadores e pesquisadoras conservam importantes peças oriundas de populações que foram objeto de pesquisas etnográficas francesas. Em casa, essas coleções contribuem para construir uma identidade profissional, ao mesmo tempo em que projetam essa identidade sobre toda a casa e sobre aqueles que nela habitam. No entanto, diferentemente da casa de colecionadores de “arte primeira”, como estudados por Brigitte Derlon e Monique Jeudy-Ballini (2006), a casa de antropólogos pode ser compreendida como um museu não apenas como um espaço de exposição, mas principalmente, como era o caso do Museu do Homem, como um espaço de trabalho, que mistura laboratório, escritório e biblioteca.

Como mencionado anteriormente, a minha consulta aos documentos inéditos de Dina Dreyfus, conservados no arquivo Lévi-Strauss da Biblioteca Nacional da França, serviu como introdução à viúva do antropólogo, Monique Lévi-Strauss (*née* Roman), que me recebeu com grande gentileza em seu apartamento parisiense para duas entrevistas em 2018. Ao longo dessas conversas, realizadas na espaçosa peça que servia antigamente como escritório para o antropólogo, eu não pude deixar de atentar para a decoração sofisticada, ao mesmo tempo francesa e “antropológica” que nos cercava. Enquanto eu a ouvia, meu olhar desviava, às vezes, para um objeto curioso à minha esquerda, exposto em uma caixa de vidro retangular.

Mais tarde, eu compreendi que se tratava de uma cabeça reduzida Shuara¹⁸. À minha direita, eu não podia deixar de admirar uma enorme tapeçaria nepalesa representando Tara, uma divindade verde e assexuada, peça arrematada pelo casal Lévi-Strauss na casa de leilões Drouot nos anos 1950 (Loyer, 2015, p. 8). Atrás da minha interlocutora, uma grande biblioteca branca tomava toda a parede. Entre livros de história, de filosofia e de arte, duas prateleiras eram dedicadas à exposição de objetos: três cerâmicas cinzas e delicadas ocupavam uma prateleira, em outra, uma vitrine antiga, espelhada e com arremates dourados, conservava máscaras em miniatura, certamente ameríndias, provavelmente norte-americanas. Por fim, do meu campo de visão durante essas entrevistas, eu admirava ainda um belo tecido, provavelmente proveniente da América do Norte, que servia de cortina para a porta de vidro que dava para a outra peça. Como no Museu do Homem, na casa de um dos seus antigos diretores interinos¹⁹, a coabitação de peças oriundas de diferentes povos e épocas compõe eficazmente o efeito de “volta ao mundo” sem sair do lugar²⁰.

Relatos parecidos poderiam se reproduzir sobre outros endereços que tive a oportunidade de visitar (ou de observar em fotos ou vídeos) ao longo da minha pesquisa. Como analisa James Clifford (1996), a prática de colecionar objetos – etnográficos, antiguidades, obras de arte ou mesmo bibliotecas especializadas – é, ao mesmo tempo, uma forma de colecionar a si mesmo e colecionar o mundo. Por meio dessas máscaras, tecidos, cerâmicas ou mesmo restos mortais replicam-se, no espaço doméstico um ambiente ao mesmo tempo antropológico e nacional, uma vez que se reproduz

18 Uma foto do antropólogo com essa peça é reproduzida no livro de Sabine du Crest (2015), intitulado *Si loin si proche. Objets d'ailleurs dans les intérieurs européens. Photographies 1870-2015*.

19 Claude Lévi-Strauss foi diretor interino do Museu do Homem entre 1949 e 1950. Foi ocupando esse cargo onde ele contratou os serviços de tradução daquela que se tornaria sua terceira esposa, Monique Roman.

20 Em um cartaz do Museu do Homem de 1938, está escrito o slogan: “Faça o *tour* do mundo em duas horas” (“*Faites le tour du monde en 2 heures*”).

ali “certa visão universalista e enciclopédica das culturas do mundo, característica da tradição francesa” (Descola, 2007, p. 144). Ou, ainda, segundo as palavras do poeta Paul Valéry, inscritas em letras douradas na fachada do Museu do Homem, a “casa de Rivet”: “*Coisas raras ou coisas belas aqui sabiamente reunidas instruem o olhar a ver, como nunca antes, todas as coisas que são do mundo*”.



Fachada do Museu do Homem, foto de domínio público.

Marca de identidade profissional e até mesmo nacional, a prática de colecionar máscaras, tecidos, cerâmicas e representações de divindades “exóticas” (ou mesmo restos mortais de “outros”), trouxe ainda benefícios financeiros para antropólogos e suas famílias. Essas peças foram adquiridas durante o trabalho de campo, como no caso das missões Korrigan ou Leroi-Gourhan, foram recebidas como presentes de colegas antropólogos, como conta a viúva de Alfred Métraux em entrevistas²¹, ou foram compradas em mercados de antiguidades ou em leilões, como a tapeçaria nepalesa

21 Fernande Métraux, viúva do famoso antropólogo americanista Alfred Métraux, concedeu uma série de entrevistas para Sylvie Friedman e Julien Béalu em seu apartamento no início dos anos 2010. No vídeo intitulado “*Les immobiles*”, ela guia a câmera por um *tour* de seu apartamento parisiense, oportunidade para compartilhar memórias e narrativas desencadeadas pelos diversos objetos etnográficos herdados. Mais informações em: <http://www.alfred-metraux-voyages.com/>

dos Lévi-Strauss mencionada. De fato, como conta Emmanuelle Loyer, foi por meio da venda de uma coleção de objetos de “arte primitiva”, adquiridos durante seu exílio em Nova York, que Claude Lévi-Strauss pode juntar a soma necessária para comprar, em 1951, o primeiro apartamento parisiense em que ele habitaria com sua terceira esposa, Monique Lévi-Strauss (Loyer, 2015, p. 373-374)²². Sobre a coleção enquanto dispositivo de enriquecimento, Luc Boltanski e Arnaud Esquerre (2014, p. 72) afirmam:

Enquanto, na ordem industrial, o trabalho é concentrado em fábricas e identificado como um fator de produção, as economias nas quais a valorização das coisas se baseia na forma de coleção se beneficiam da contribuição de uma força de trabalho distribuída, especialmente entre o setor privado e o público, entre independência, emprego formal e precário, mas também entre uma multiplicidade de atividades que, para muitos, não são identificadas como trabalho, mas são interpretadas mais nos registros do “desejo” ou da “paixão”, inclusive por aqueles que as realizam, frequentemente a um custo elevado. É evidente que essa situação não favorece o surgimento de novas demandas sociais e políticas à altura das mudanças que afetam a criação e a distribuição de riquezas e que se beneficiam de um redesenho dos dispositivos de valorização das coisas e dos meios de capturar o poder de agir das pessoas.²³

22 A venda realizada na casa de leilões Drouot incluía esculturas e tecidos indígenas da Colômbia Britânica, máscaras de dança da Nova Guiné e livros antigos hebraicos, provavelmente herdados de sua família. Ela rendeu ao casal uma soma de 1.534.000 francos.

23 Tradução da autora. No original: “*Tandis que, dans l'ordre industriel, le travail est concentré dans des manufactures et identifié en tant que facteur de production, les économies dans lesquelles la mise en valeur des choses repose sur la forme collection bénéficient de l'apport d'une force de travail distribuée, notamment entre le privé et le public, entre l'indépendance, le salariat et le précaire, mais aussi entre une multiplicité d'activités qui, pour un grand nombre d'entre elles, ne sont pas identifiées comme travail, mais sont interprétées plutôt dans les registres du 'désir' ou de la 'passion', y compris par ceux qui les accomplissent, souvent au prix de lourdes peines. On conviendra que cet état de choses n'est pas favorable à l'émergence de revendications sociales et politiques nouvelles à la hauteur des changements qui affectent la création et la distribution des richesses et qui tirent parti d'un redéploiement des dispositifs de valorisation des choses et des moyens de capter la puissance d'agir des personnes*”. (Boltanski; Esquerre, 2014, p. 72).

As coleções feitas por Dina e Claude Lévi-Strauss junto aos Kadiwéu, Bororo e Nambikwaras, enriqueceram as coleções do Museu do Homem e, mais tarde, do Museu do Quai Branly. As coleções feitas por Lévi-Strauss em Nova York possibilitaram a compra de um apartamento confortável para ele e Monique Roman, espaço onde ele pôde escrever obras que analisavam parte de seus achados no Brasil. De forma similar, as peças adquiridas por Arlette e André Leroi-Gourhan durante sua pesquisa de campo no Japão enriqueceram as vitrines e reservas do Museu Guimet; mas, algumas peças também foram conservadas em casa, a título de lembranças ou como patrimônio familiar. Emergem, assim, casas e museus enriquecidos de formas cruzadas. Como afirmam Boltanski e Esquerre (2017, p. 254), para compreender o dispositivo econômico da coleção, é preciso ultrapassar a distinção entre o privado e o público. O olhar sobre a casa esclarece, portanto, como analisa Janet Carsten (2018, p. 109), a forma como o doméstico faz parte e é essencial para o enraizamento e a reprodução das instituições de estado.

Além disso, como explicam Boltanski e Esquerre (2014), se o colecionismo foi historicamente percebido como “da ordem do passatempo ou do hobby e, conseqüentemente, como uma atividade marginal ou mesmo parasitária”²⁴, parece correto afirmar que esse tipo de julgamento

24 “La pratique d'une collection a été généralement considérée comme de l'ordre du passe-temps ou du hobby et, par conséquent, comme une activité marginale, ou même parasitaire, venant se greffer sur d'autres modalités d'accès à la richesse, qu'elle provienne de l'héritage, du travail ou d'opérations financières. C'est d'ailleurs précisément parce qu'elles se présentaient comme des 'hobbys', c'est-à-dire comme des activités superfétatoires, que les activités de collection ont pu occuper la place originale qui est toujours la leur dans l'ordre économique. La pratique d'une collection, quels que soient le temps et l'argent qu'on y consacre, s'inscrit en effet dans une structure cognitive qui a accompagné le développement du capitalisme et qui repose sur une série d'oppositions entretenant entre elles des relations d'homologie. Il s'agit non seulement de l'opposition entre le travail et le loisir (ou le non-travail), mais aussi, indissociablement, entre le nécessaire et le surplus. Entre l'action orientée vers les affaires (le business) et l'action orientée vers le désintéressement, soit, dans ce cas, vers le plaisir, la passion, la dépense, qui, dans ce contexte, ont une orientation à la fois esthétique et sexuelle (la 'manie' du collectionneur systématique a été considérée, dès la première moitié du xixe siècle, comme un substitut de l'activité sexuelle)” (Boltanski; Esquerre, 2014, p. 53).

também foi estendido frequentemente a “mulheres de” antropólogos, colecionadoras de objetos e de memórias. Ora, seus trabalhos de coleta, de conservação, enquanto gestoras de arquivos e executoras testamentárias foram e são úteis para a ciência, assim como para suas instituições museais. Frequentemente dependentes, não remuneradas e “precárias”, elas trabalhavam “por amor” aos objetos, aos seus companheiros e à antropologia, acumulando valor à obra e ao nome de seus cônjuges, assim como ao patrimônio museal francês.

Logo, o olhar sobre o espaço doméstico, o colecionismo e sobre o que eu chamo de “*décor ethnographique*” nos permite esboçar um retrato mais nuançado do papel das “mulheres de” antropólogos, nem vítimas, nem heroínas. Ou ainda, como disse Simone de Beauvoir (1949), parafraseando seu companheiro, “metade vítimas, metade cúmplices, como todo mundo”. Invisibilizadas, e às vezes menosprezadas, no meio acadêmico, Dina Dreyfus, Monique Lévi-Strauss, Arlette Leroi-Gourhan, Fernande Métraux, entre tantas outras, contribuíram de forma inegável à disciplina antropológica desde as margens do doméstico. Ao mesmo tempo, no interior das condições de gênero e de classe de seu tempo, elas se enriqueceram (intelectual, financeira e pessoalmente) graças a uma estrutura colonial, patriarcal e capitalista própria à antropologia moderna. Um sistema que possibilitou que os “objetos dos outros” se tornassem, em alguns casos, parte de seus patrimônios familiares e de suas heranças pessoais.

Para concluir, eu gostaria apenas de sublinhar o fato que todos os elementos aqui analisados ou mencionados – o apartamento de Paul Rivet, a correspondência de Marcel Mauss, as “missões duplas”, os documentos originais de Dina Dreyfus e as coleções privadas de antropólogos – eram de notório conhecimento, ou se encontravam já arquivados e catalogados há anos, se não há décadas. Todos sabiam que o museu tinha sido uma casa para muitos, e que a casa era um espaço de produção (e de acumulação) para alguns. Esse conhecimento, ao mesmo tempo notório e subentendido, se encontra possivelmente por trás das recusas de alguns “guardiões de arquivos”, assim como da generosidade de muitas e muitos, que acolheram

minha pesquisa em suas casas e instituições. O que eu quero dizer é que há ainda um valor heurístico a ser explorado no “olhar de fora” na história da antropologia, ainda que o “de fora” seja algo relativo e construído. Velha conhecida da disciplina, essa posição não é simples de ocupar; mas, pode abrir portas e janelas interessantes, que as pessoas “da casa” raramente ou- sam encostar.

Referências

ABIR-AM, P.; OUTRAM, D. (ed.). *Uneasy careers and intimate lives: women in science, 1789–1979*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.

AFFAYA, R.; MAHIEDDIN, E.; MORAES, F. Ethnographies non-alignées. Le paysage asymétrique de l’anthropologie de l’Europe. *Journal des anthropologues*, Paris, n. 170/171, 2022/2. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-journal-des-anthropologues-2022-2-page-29.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BALIBAR, É. L’introuvable humanité du sujet moderne. L’universalité “civique-bourgeoise” et la question des différences anthropologiques. *L’Homme*, n. 203/204, p. 19–50, 2012/3.

BEAUVOIR, S. *Le deuxième sexe, tome II: L’expérience vécue*. Paris: Gallimard, 1949.

BLANCKAERT, C. (dir.). *Le Musée de l’Homme: histoire d’un musée laboratoire*. Paris: Muséum national d’histoire naturelle; Éditions Artlys, 2015.

BOLTANSKI L.; ESQUERRE, A. La “collection”, une forme neuve du capitalisme, la mise en valeur économique du passé et ses effets. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 679, 2014/3. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-les-temps-modernes-2014-3-page-5.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BORTOLOTTI, C.; SAGNES, S. Daniel Fabre et le patrimoine. *L’Homme*, Paris, n. 218, 2016 Disponível em: <http://journals.openedition.org/lhomme/28923>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CALLAN, H.; ARDENER, S. (ed.). *The Incorporated Wife*. Londres: Routledge, 1984.

CARSTEN, J. House-lives as ethnography/biography. *Social Anthropology*, n. 26, p. 103-116, 2018.

COLLÈGE DE FRANCE. Service des archives. *Nguyễn Văn Huyền*. Correspondência ativa: 57 CDF 85- 8 (Arquivos de Marcel Mauss – Fonds Marcel Mauss et Henri Hubert).

COLLÈGE DE FRANCE. Service des archives. *Nguyễn Văn Huyền*. Correspondência passiva: 57 CDF 108-46 (Arquivos de Marcel Mauss – Fonds Marcel Mauss et Henri Hubert).

COQUET, M. Un destin contrarié. La mission Rivière-Tillion dans l'Aurès (1935-1936). *Les Carnets de Bérose*, Paris, n. 6, années 30, 2014.

CORRÊA, M. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CREST, S. (ed.). *Si loin si proche*. Objets d'ailleurs dans les intérieurs européens. Photographies 1870-2015. Roma: Gangemi Editore, 2015.

DAVIS, N. Z. Women and the World of the Annales. *History Workshop*, n. 33, p. 121-137, 1992.

DELPUECH, A.; LAURIÈRE, C.; PELTIER, C. (ed.). *Les années folles de l'ethnographie: Trocadéro 28-37*. Paris: Muséum national d'histoire naturelle, 2017.

DERLON, B.; JEUDY-BALLINI, M. Collectionneur/collectionné: L'art primitif, le discours de la passion et la traversée imaginaire des frontières. *L'Homme*, Paris, n. 177/178, p. 349-372, 2006.

DESCOLA, P. Passages de témoins. *Le Débat*, Paris, n. 147, pp. 136-153, 2007.

DREYFUS, D. *Entrevista a Anne-Marie Pessis*. Paris, 1988. VHS. [Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB)]. Associação Brasileira de Antropologia. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas/SP).

DUARTE, P. *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo: Anhambi, 1960.

DUPAIGNE, B. *Histoire du Musée de l'Homme: de la naissance à la maturité (1880 -1972)*. Paris: Éditions Sépia.

ENGELKE, M. "The Endless Conversation": Fieldwork, Writing, and the Marriage of Victor and Edith Turner. In: HANDLER, R. (ed.). *Significant*

others: interpersonal and professional commitments in anthropology. Madison: University of Wisconsin Press, 2004. p. 06–50

FABRE, D. L'Histoire a changé de lieux. In: FABRE, D. *Une histoire à soi: Figurations du passé et localités*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2001. Disponível em: <https://books.openedition.org/editions-msh/2952>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GROSSI, M. P. Duas Germaines e Uma Denise: as alunas de Mauss. In: MOTTA, A.; CAVIGNAC, J. (org.). *Antropologia Francesa no Século XX*. 1. ed. Recife: Massangana, 2006. p. 239–256.

GRUPIONI, L. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec: Anpocs, 1998.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LAURIÈRE, C. *Paul Rivet: Le savant et le politique*. Paris: Publications scientifiques du Muséum, 2008. Disponível em: <https://books.openedition.org/mnhn/2350>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LEIRIS, M. *África Fantasma*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

LEROI-GOURHAN, A. *Pages oubliées sur le Japon*. Grenoble: Jérôme Millon, 2004.

LOYER, E. *Lévi-Strauss*. Paris: Flammarion, 2015.

MORAES, F. *Pântanos de relações e colchões de cumplicidade*. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MORAES, F. “Herstory”, “matrimoine” e os usos feministas da história das ciências: questionamentos a partir da história da antropologia. *Passages de Paris*, Paris, n. 17, p. 129–150, 2019.

MORAES, F. *Les cahiers de Dina Dreyfus*. Le carnet Nambikwara: Les notes de terrain de Lévi-Strauss. Paris, jun. 2021. Disponível em: <https://nambikwara.hypotheses.org/1024>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MORAES, F. D. D. In: DEAECTO, M.; SCHPUN, M.; FREIRE, O. (ed.). *Trânsitos/Circulations*: Enciclopédia Digital das Relações entre a França e o Brasil (1880-1980) (1880-1980). [S. l.]: [s. d.]. No prelo.

MORAES, F. Par les yeux de Dina: ethnographie et roman dans un cahier de terrain de Dina Dreyfus Lévi-Strauss. In: DESVEAUX, E. *Le carnet Nambikwara*: Les notes de terrain de Lévi-Strauss. Paris: Editions de l'EHESS, [s. d.]. No prelo.

MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. *Note sur le cas de M. Lévi-Strauss et de Mme. Lévi-Strauss*, código: 417QO/443 (Archives Diplomatiques).

MUSÉUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE. *Correspondance entre le Musée et les architectes du palais du Trocadéro (1937-1961)*. Código: 2 AM 1 H1 (Arquivos do Museu do Homem).

MUSÉUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE. *Etudes et devis d'aménagements envisagés*. Plans du palais du Trocadéro et du Musée. Código: 2 AM 1 H5 (Arquivos do Museu do Homem).

MUSÉUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE. *Livre de diplomes*. Institut d'ethnologie, código: 2 AM 2 B4 (Arquivos do Museu do Homem).

NADER, L. Up the anthropologist – Perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Vintage Books, 1974. p. 284-311.

NGUYEN, P. Nguyễn Văn Huyên (1905-1975), un chercheur en situation coloniale. In: NGUYEN, P. *À l'origine de l'anthropologie au Vietnam*: Recherche sur les auteurs de la première moitié du XXe siècle. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence. 2012. p. 147-156.

PERROT, M. Une histoire sans affrontements. *Le Débat*, Paris, n. 87, 1995/5. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-debat-1995-5-page-111.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PORTELA, L. *Brasil, terra vermelha*: a história da Antropologia e o reencontro com Dina Dreyfus. 2020. 249f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RIBEIRO, G. Anthropologies du monde. Cosmopolitique pour un nouveau scénario mondial en anthropologie. *Journal des anthropologues*, Paris, v. 110-111, n. 3/4, p. 27-51, 2007.

RUBINO, S. Clube de pesquisadores: a sociedade de etnografia e folclore e a sociedade sociologia. In: ANPOCS. *Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, n. 13. Caxambu: ANPOCS, 1989.

RUGGI, L. Rebranded university. *Journal des anthropologues*, Paris, n. 170-171, 2022, Disponível em: <http://journals.openedition.org/jda/12244>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANDRONI, C. Mário, Oneida, Dina e Claude. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 30, p. 234-246, 2002.

SCHIEBINGER, L.; HENDERSON, A.; GILMARTIN, S. *Dual-Career Academic Couples: What Universities Need to Know*. Stanford University: Michelle R. Clayman Institute for Gender Research, 2008.

SCOTT, J. W. “Vive la différence!”. *Le Débat*, Paris, n. 87, 1995/5. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-debat-1995-5-page-116.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SIBEUD, E. *Une science impériale pour l’Afrique? La construction des savoirs africanistes en France, 1878-1930*. Paris: Éditions de l’EHESS, 2002.

SIBEUD, E. Ethnographie, ethnologie et africanisme. La “disciplinarisation” de l’ethnologie française dans le premier tiers du xxe siècle. In: BOUTIER, J. et al. *Qu’est-ce qu’une discipline ?* Paris: Éditions de l’EHESS, 2006. p. 229-245. Disponível em: <http://books.openedition.org/edition-sehess/20156>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TODOROV, T. Deux approches des sciences humaines. Lévi-Strauss et Germaine Tillion. *Le Débat*, n. 188, 2016/1. Disponível em: <http://www.cairn.info/sci-hub.bz/revue-le-debat-2016-1-page-181.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

VALENTINI, L. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo: Alameda, 2013.

Sobre autoras e autores

Antônio Carlos da Cruz VILLAS – Técnico administrativo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Administração pela Universidade Estácio de Sá, Belém (2015).

E-mail: acvillas08@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0009-00037770-3855>

Candice Vidal e SOUZA – Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/MN da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Antropologia Social pelo DAN da Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutora no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

E-mail: candice.vidal@yahoo.com.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5612-2942>

Carlos CAIXETA DE QUEIROZ – Professor de Antropologia do Departamento de Política e Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 1999. Doutorando em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes/MG.

E-mail: carlos.caixeta@unimontes.br;

ORCID: <http://orcid.org/0009-0009-4128-4656>

Carmen Silvia RIAL – Presidente da ABA (2012–2014). Presidente da WCAA (2018–2021) e coordenadora da WAU (2019–2021). Editora associada dos Anais da Academia Brasileira de Ciências – 2017. Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Doutora pela Universidade Sorbonne-Paris V – 1992.

E-mail: carmen.rial@ufsc.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7478-0917>

Christiano Key TAMBASCIA – Professor MS 3.2 do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Doutor em Antropologia Social pela Unicamp – 2010.

E-mail: cktambas@unicamp.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5808-3345>

Claudia Luz de OLIVEIRA – Professora do curso de Ciências Sociais do Departamento de Política e Ciências Sociais, CCSA, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 2005.

E-mail: claudia.oliveira@unimontes.br;

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3641-0151>

Cynthia Carvalho MARTINS – Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA (2020–2022). Conselheira da SBPC (2017–2021). Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: carvalhomartinscynthia@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6614-5224>.

Cornelia ECKERT – Vice-presidente da ABA (2021-2022). Secretária executiva da ABA (2005-2006). Coordenadora Comissão Antropologia Visual (2003-2004). Diretora região sul (1997-1998). Professora titular aposentada do Departamento de Antropologia, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, IFCH, da UFRGS. Doutora em Antropologia Social pela Université Paris V, Sorbonne – 1992.

E-mail: chicaeckert@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2815-7064>

Davi PEREIRA JUNIOR – Membro do Comitê Quilombos desde 2019. Bolsista Fixação de Doutor no Programa de Pós-graduação em Cartografia e Política da Amazônia (PPGCSPA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutorado em Latim pelo American Studies at Instituto de Estudos Latino-americanos Tereza Lousano – LLILAS/Benson da University of Texas at Austin.

E-mail: davi@utexas.edu;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6858-7245>

Denise Fagundes JARDIM – Sócia efetiva da ABA (1990-presente). Diretora da região sul da ABA (2023-2024). Coordenadora da CAF – Coordenadoria do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 2016-2020, Professora Titular do Departamento de Antropologia da UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS. Comissão Coordenadora do Núcleo de Antropologia e Cidadania (PPGAS/UFRGS). Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 2001.

Email: denisejardim.ufrgs@gmail.com;

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3951-1102>

Eliane Cantarino O'DWYER – Membro do Conselho Científico da ABA (2020-2024). Tesoureira da ABA (1994-1996). Secretária adjunta da ABA

(2016-2018). Consultora membro do Comitê Quilombos da ABA. Membro do Comitê Laudos Antropológicos da ABA. Professora titular aposentada do Departamento de Antropologia, ICHF, Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora dos Programas de Pós-graduação em Antropologia da UFF e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências Humanas (Antropologia) do Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora Emérita FAPERJ no CPDA/UFRRJ.

E-mail: elianeantropologia@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0523-188X>

Emmanuel de Almeida FARIAS JÚNIOR – Membro do Comitê Quilombos da ABA. Vice-coordenador do Comitê Quilombos da ABA – Gestão 2023/2024. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da UEMA. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – 2016.

E-mail: emmanuelarias@professor.uema.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1512-5909>

Fabiano José Alves SOUZA – Professor de Antropologia do Departamento de Política e Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – 2015.

E-mail: fabiano.souza@unimontes.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7657-3196>

Fernanda Azeredo de MORAES – Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é doutoranda em antropologia social e etnologia na École des Hautes Études en

Sciences Sociales (Paris) e professora ATER na Université Sorbonne Paris Nord – IUT de Bobigny. Filiada ao laboratório Mondes Américains (MOMA), ao Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC), ao UMR Héritages e a EUR Sciences Sociales du Genre et de la Sexualité.

E-mail: fermoraesazeredo@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7501-1677>

Giancarlo Marques Carraro MACHADO – Associado efetivo da ABA (2010–presente). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, PPGDS, da Unimontes/MG. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) – 2017.

E-mail: giancarlo.machado@unimontes.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7404-9737>

Gustavo Lins RIBEIRO – Presidente da ABA (2002-2004), Universidad Autónoma Metropolitana (Lerma-México). Mestre em Antropologia pelo PPGAS da Universidade de Brasília (UnB). PhD em Antropologia pela City University of New York. Professor Emérito do Departamento de Antropologia da UnB.

E-mail: gustavo.lins.ribeiro@gmail.com;

João Batista de Almeida COSTA – Professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Mestre e Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS da Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: d.jobacosta@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5642-1398>

Letícia FERREIRA – Professora adjunta do Departamento de Antropologia Cultural, IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS, UFRJ. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ – 2011.

E-mail: leticiacarvalho@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8466-5904>

Lourdes Gonçalves FURTADO – Sócia da ABA desde os anos 1970. Mestre e Doutora pela Universidade de São Paulo (USP) – 1973-1980, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Concentração em Antropologia Social. Pesquisadora Titular-Nível III do MCT-Museu Emilio Goeldi/Coordenadoria de Ciências Humanas (COCHS), Área de Antropologia/Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos (LAMAq).

E-mail: lourdes-furtado@hotmail.com;

Maristela Oliveira de ANDRADE – Professora titular aposentada do Departamento de Ciências Sociais, CCHLA, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia CCAE-UFPB. Doutora em Antropossociologia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle – 1983.

E-mail: maristela.odeandrade@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7393-3977>

Miriam Pillar GROSSI – Presidente da ABA na gestão 2004-2006, estando à frente da organização da 25ª RBA realizada em Goiânia (2006). Antropóloga feminista e professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi professora visitante na Columbia University – Estados Unidos, IHEAL Université de Sorbonne-Nouvelle e EHESS – França, ISCTE – Portugal, Universidad de Chile – Chile e Universidade de Brasília (UnB). Com pesquisas de campo no Brasil, França e Estados Unidos, tem inúmeras publicações sobre história das mulheres na antropologia, educação, ciência e tecnologia, parentesco e conjugalidade, violências de gênero,

movimentos feministas e LGBTQIA+. Atualmente é vice-presidente da IUAES – International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. Foi a organizadora do 18th IUAES Congress, realizado na UFSC em 2018.

E-mail: miriamgrossi@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4399-6544>

Patrícia Silva OSORIO – Vice-Coordenadora do Comitê Patrimônio e Museus da ABA (2023-2024). Diretora da ABA Região Centro-Oeste (2019-2020) e Tesoureira Adjunta da ABA (2015-2016). Professora Associada do Departamento de Antropologia, ICHS, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da UFMT. Doutora em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB) – 2005.

E-mail: patricia.osorio@ufmt.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9402-8770>

Raquel MOMBELLI – Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA (2022-2024). Vice-coordenadora do Comitê Quilombos da ABA (2022-2024). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: raquelmombelli@yahoo.com.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5438-751X>

Renata de GODOY – Professora adjunta do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora permanente no Programa de Pós-graduação em Antropologia/PPGA e no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/PPGAU, ambos da UFPA. PhD em Antropologia pela Universidade da Flórida, Gainesville/EUA – 2012.

E-mail: godoy@ufpa.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8138-8670>

Ruben CAIXETA DE QUEIROZ – Coorganizador da “ABA 50 anos na UFMG” (2005). Professor titular do Departamento de Antropologia e Arqueologia, FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFMG. Doutor em Letras e Ciências Humanas pela Université Paris Nanterre (1998).

E-mail: caixetadequeiroz@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8257-5849>

Ruben George OLIVEN – Presidente da ABA (2000-2002), presidente da ANPOCS (2006-2008). Vice-Presidente (região Sul) da Academia Brasileira de Ciências (2022-2025). Professor Titular Emérito do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS. Doutor pela Universidade de Londres – 1977.

E-mail: ruben.oliven@gmail.com;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3556-6955>

Ryanddre Sampaio de SOUZA – Museólogo do Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso. Professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023).

E-mail: ryanddre.souza@ufmt.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3011-9056>

Tacilvan Silva ALVES – Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – (PNCSA) – 2018. Professor seletivado do Programa Ensinar/UEMA – 2024. Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: tacilvansa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9332-9821>

Vanderlan SILVA – Professor Adjunto de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Vice-Diretor do Centro de Humanidades da UFCG (2019–atual). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais CH, da UFCG. Líder do Grupo de Pesquisa Sociatos CNPq/UFCG. Doutor em Ciências Sociais pela Université Paris V, Sorbonne – 2007.

E-mail: vanderlansilva@uol.com.br;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4299-0711>

ABA PUBLICAÇÕES

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

